

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)**  
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PosLin)

**NATÁLIA SILVA GIAROLA DE RESENDE**

**INTERAÇÃO E INTOLERÂNCIA EM TORNO DO ASSASSINATO DE MARIELLE  
FRANCO NAS *FANPAGES DIREITA VIVE 3.0 E JOVENS DE ESQUERDA*: UMA  
ABORDAGEM SEMIÓTICA**

Belo Horizonte

2022

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)**  
**Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PosLin)**

**INTERAÇÃO E INTOLERÂNCIA EM TORNO DO ASSASSINATO DE MARIELLE  
FRANCO NAS *FANPAGES DIREITA VIVE 3.0 E JOVENS DE ESQUERDA*: UMA  
ABORDAGEM SEMIÓTICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos.

Área de Concentração: Linguística Aplicada Linha:  
Linguagem e Tecnologia

Orientadora: Prof<sup>fa</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Cristina Fricke Matte  
Coorientador: Prof. Dr. Conrado Moreira Mendes

Belo Horizonte, junho de 2022.

R433i

Resende, Natália Silva Giarola de.

Interação e intolerância em torno do assassinato de Marielle Franco nas fanpages Direita Vive 3.0 e Jovens de Esquerda [manuscrito] : uma abordagem semiótica / Natália Silva Giarola de Resende. – 2022.

1 recurso online (348 f. : il., tabs., p&b., color.) : pdf.

Orientadora: Ana Cristina Fricke Matte.

Coorientador: Conrado Moreira Mendes.

Área de concentração: Linguística Aplicada.

Linha de Pesquisa: Linguagem e Tecnologia.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais,  
Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 337-348.

Exigências do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Linguística aplicada – Teses. 2. Semiótica – Teses. 3. Discurso de ódio na internet – Teses. 4. Análise do discurso – Teses. 5. Franco, Marielle, 1979-2018. – Teses. I. Matte, Ana Cristina Fricke. II. Mendes, Conrado Moreira. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. IV. Título.

CDD: 418



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**INTERAÇÃO E INTOLERÂNCIA EM TORNO DO ASSASSINATO DE MARIELLE FRANCO NAS FANPAGES  
DIREITA VIVE 3.0 E JOVENS DE ESQUERDA: UMA ABORDAGEM SEMIÓTICA**

**NATÁLIA SILVA GIAROLA DE RESENDE**

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Doutor em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, área de concentração LINGUÍSTICA APLICADA, linha de pesquisa Linguagem e Tecnologia.

Aprovada em 30 de junho de 2022, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Ana Cristina Fricke Matte - Orientadora

UFMG

Prof(a). Conrado Moreira Mendes - Coorientador

PUC-MG

Prof(a). Luciano Magnoni Tocaia

UFMG

Prof(a). Daniervelin Renata Marques Pereira

UFMG

Prof(a). Alexandre Marcelo Bueno

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof(a). Yvana Carla Fachine de Brito

UFPE

Belo Horizonte, 30 de junho de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Magnoni Tocaia, Professor do Magistério Superior**, em 01/07/2022, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cristina Fricke Matte, Professora do Magistério Superior**, em 01/07/2022, às 10:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniervelin Renata Marques Pereira, Professora do Magistério Superior**, em 01/07/2022, às 10:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Marcelo Bueno, Usuário Externo**, em 01/07/2022, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Conrado Moreira Mendes, Usuário Externo**, em 01/07/2022, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yvana Carla Fechine de Brito, Usuário Externo**, em 02/07/2022, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1534349** e o código CRC **1BF37C53**.

*Ao meu pai (in memoriam), ao meu noivo e à  
minha mãe, que me ensinou a ousar, a  
questionar, a ser curiosa com as Letras e,  
acima de tudo, a não desistir.  
Amo vocês.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado forças e me iluminado nesse caminho, para que eu pudesse concluir mais uma etapa da minha vida.

À minha mãe, Aparecida, pelo amor incondicional e por ser minha base. Agradeço a ela por não me deixar desistir, pelos abraços de acolhimentos, mesmo que virtuais, quando a saudade e o choro insistiam em predominar, pelos incentivos diários, pelos “eu te amo” e, principalmente, pela presença constante. Obrigada pela paciência, por aguentar as falações sobre semiótica e política e por ter me proporcionado educação, apesar das inúmeras dificuldades, por que passou, como mãe solo. Você é meu maior orgulho, te amo. Obrigada por ter feito do meu sonho o nosso sonho!

Ao meu amor, meu companheiro, João – meu porto –, pela sua incansável boa vontade em me ajudar. Obrigada pela compreensão, pelos finais de semana ao meu lado, pelas distrações necessárias e pelas companhias em congressos. Agradeço por me ouvir, por compartilhar das minhas angústias e, também, por me incentivar a não desistir. Enfim, por estar incessantemente ao meu lado, sendo muito mais do que eu podia esperar. Amo você!

À minha orientadora, professora Dra. Ana Cristina Fricke Matte, por dividir comigo seus conhecimentos pela liberdade, pela paixão compartilhada pela semiótica em cada encontro e por seu otimismo e sua confiança em minha capacidade. Muito obrigada por tudo.

Ao meu coorientador, Professor Dr. Conrado Moreira Mendes, pela generosidade em compartilhar seus infindáveis conhecimentos, pela paciência, pelo olhar sempre atento, pela amizade, pelos risos e desabafos. Agradeço por confiar neste projeto, por ser uma pessoa que me proporcionou inúmeras possibilidades de crescimento intelectual e pelo apoio incondicional nos momentos em que eu mais precisei nesta jornada! Muito obrigada por tudo.

Aos professores do Poslin/FALE/UFMG, especialmente a professora Daniervelin Renata Marques Pereira, ao professor Luciano Magnoni Tocaia e a professora Gláucia Muniz Proença Lara pelas sugestões, pelos conselhos tão pontuais em minha caminhada até aqui, pelas conversas nos corredores, pela confiança no GESMiG e no estágio docência e, sobretudo, pelo apoio e pelo carinho desenvolvidos. Vocês foram fundamentais para minha caminhada semiótica e pessoal.

Aos funcionários do Poslin/FALE/UFMG, pelo suporte.

À FAPEMIG, pela bolsa de doutorado, com a qual pude me dedicar integralmente a esta pesquisa.

Aos participantes dos grupos de estudos do GESMiG (UFMG e PUC Minas), do NAD UFMG e ao Grupo de Estudos Semióticos USP pelas trocas de conhecimento.

À minha amiga e parceira de doutorado Vivian Riolo. Você foi meu melhor presente nessa jornada, sem você, talvez, o fardo teria sido muito mais pesado. Obrigada pelos conselhos, pelos risos, choros e a certeza de que amanhã tudo será melhor. Amo você!

Aos grandes amigos que fiz durante esses anos de pós-graduação: Thiago Peixoto, Stener Carvalho, Vanessa Pastorini, Mariana Pinter, Máira Ferreira, Bárbara Mano e Fábio Arcaño. Vocês são pessoas especiais na minha vida e que deixaram essa trajetória mais leve e divertida. Obrigada pelas trocas de conhecimentos.

Tem sempre aquela amizade que se torna família, que perdura da infância até hoje. Sendo assim, agradeço à minha amiga Viviane, que sempre esteve ao meu lado, por todo o carinho, pelo suporte, pelos conselhos, pelas risadas, pelos puxões de orelha, pelos áudios infinitos, que deixavam meus almoços e jantares em BH menos solitários, e por saber que sempre terei você ao meu lado. Amo você!

A Brenda, prima, amiga e afilhada, que compartilhou e compartilha comigo as dores e as alegrias das Letras, das Análises do Discurso, dos shows, dos desabafos e de sabermos que estamos levando à família Silva a salas das universidades, sendo as primeiras mestras e doutoras de uma família que tanto batalha e batalhou para sobreviver.

Agradeço, ainda, às minhas amigas e aos amigos – Manu, Amanda, Giovanna e André – e aos “moradores” do apartamento 202 da Pampulha, pela amizade, pelos risos, incentivos e por deixarem esses anos mais leves. Vocês são muito especiais para mim!

Por fim, agradeço à minha vó, aos meus tios, tias, primos e primas, minha sogra, meu sogro e, especialmente ao meu tio Nem, pela força e apoio. Agradeço também a Wal, minha família de coração, que nunca mediu esforços para me ajudar. Obrigada por sempre estar presente.

“Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas”

Audre Lorde

## RESUMO

O propósito desta tese é analisar como se constroem os sentidos dos discursos intolerantes a partir das interações nos *posts* e nos comentários das *fanpages* do *Facebook Direita Vive 3.0* e *Jovens de Esquerda*, relativos à morte da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco. O *corpus* da pesquisa está delimitado em seis postagens e nos dez primeiros comentários mais relevantes de cada uma das *fanpages* nos períodos: (i) de 14 a 31 de março de 2018, data de assassinato da Marielle; (ii) de 14 a 31 de março de 2019, de um ano da morte da vereadora junto à prisão dos suspeitos do assassinato; (iii) de 20 de outubro a 30 de novembro de 2019, divulgação do suposto envolvimento do presidente da república Jair Bolsonaro com o caso. Para desenvolver este estudo, foi utilizado como recurso teórico-metodológico estudos semióticos dos discursos intolerantes, com apontamentos sobre identidade e alteridade e as interações discursivas, ambos permeados pelas características do discurso na internet. Os referidos eixos cumpriram cada qual a tarefa de responder como são construídas as estratégias enunciativas do sujeito intolerante que regem a relação enunciador-enunciatário nas duas *fanpages*. Assim, em relação às interações discursivas, os resultados da pesquisa evidenciam que os *posts* das duas páginas são regidos, sobretudo, pelo sentido conquistado, visando uma intencionalidade, um estabelecimento de um contrato, em que os enunciadores das postagens conduzem o sentido de leitura do enunciatário. Além disso, os enunciados dos *posts* apresentam, ainda, o uso da camuflagem objetivante, apesar de conseguirmos resgatar marcas de subjetividade nas postagens implícitas e explícitas nas duas páginas. Já nos comentários, identificamos dois tipos de sujeitos, os enunciadores autorizados, que aceitam o contrato proposto pelo post, assumindo sua posição de enunciatário, sem troca de posições. Neste caso, as temáticas do par post/comentários são as mesmas, havendo, aumentos discursivos nos comentários, por meio de novas figuras e, inclusive, eles enunciatários utilizam das mesmas estratégias discursivas do enunciador, a camuflagem objetivante. Destacamos, ainda, a presença dos enunciadores não-autorizados, que regidos pelo sentido aleatório, subvertem a temática do post e instauram uma situação polêmica, com troca de turnos entre enunciador e enunciatários. Para tanto, utilizam como estratégia a camuflagem subjetivante, com um eu-tu demarcados. Dito isso, podemos depreender que nos discursos intolerantes das duas páginas há instauração de dois sujeitos, um *eu*, que ordena a identidade, os valores e as crenças do seu grupo, e um *outro*, enxergado como a alteridade, que deve ser excluída do convívio social. Averiguamos, ainda, que os discursos das *fanpages* apresentam estratégias similares, no que tange: (i) à construção do nível fundamental de base, expresso pelas categorias identidade *versus* alteridade; (ii) às sanções pragmática e cognitiva, no nível narrativo; (iii) os percursos passionais dos sujeitos intolerantes, a saber: o preconceito, em que o sujeito se torna malevolente em relação ao *outro*, levando às paixões como à indignação, à hostilidade, à animosidade e o ódio e, ao mesmo tempo, à benevolência aos seus iguais; e a intolerância propriamente dita virtualizada, na qual o sujeito *quer fazer* a exclusão do outro, mas não *pode*, pois, não está em um espaço físico para concretizar à ação. Por fim, é no nível discursivo e na tensividade que notamos disparidades nas estratégias intolerantes das duas *fanpages*. A *Direita Vive 3.0* apresenta como principal temática a imoralidade da esquerda, associada ao antiesquerdismo e, principalmente, à minimização da morte da vereadora Marielle Franco. Quanto à tensividade, a morte da vereadora é regida pelo discurso do exercício, por meio de um processo de atonizar a intensidade do assassinato. Já na *fanpage* dos *Jovens de Esquerda*, a temática, também, é a imoralidade, mas a direita, e à potencialização da morte da Marielle, que é vista por esses enunciadores como um acontecimento, sendo tonificada ao máximo. Outra diferença constatada no campo da tensividade é que apesar de os discursos intolerantes das duas *fanpages* serem regidos pela triagem, partindo de uma intolerância de predação, a exclusão da alteridade possui intensidades distintas. Na página de direita, a expulsão do *outro* é mais intensa, visando à morte

da esquerda ou regozijando a morte da Marielle Franco, enquanto à esquerda, a exclusão visa prisão da alteridade, portanto, apresenta uma intensidade inferior se comparada à outra fanpage.

**Palavras-chave:** Semiótica. Intolerância. Interações discursivas. *Facebook*. Marielle Franco.

## ABSTRACT

The purpose of this thesis is to analyze how the meanings of intolerant discourses are constructed from the interactions in the posts and comments of the *Facebook* fanpages *Direita Vive 3.0* and *Jovens de Esquerda*, concerning the death of Rio de Janeiro's councilwoman Marielle Franco. The research corpus is delimited in six posts and in the first ten most relevant *Facebook* comments in the periods: (i) from March 14 to 31, 2018, date of Marielle's murder; (ii) from March 14 to 31, 2019, one year of the councilwoman's death and the arrest of the suspects of the murder; (iii) from October 20 to November 30, 2019, disclosure of the alleged involvement of the president of the republic Jair Bolsonaro with the case. To develop this study, semiotic studies of intolerant discourses were used as theoretical and methodological resources, with notes on identity and otherness, and discursive interactions, both permeated by the characteristics of internet discourse. The mentioned axes fulfilled the task of answering how the enunciative strategies of the intolerant subject that govern the enunciator-enunciatee relationship in the two fan pages are built. Thus, in relation to the discursive interactions, the research results show that the posts of the two pages are governed, above all, by the conquered meaning, aiming at an intentionality, an establishment of a contract, in which the enunciators of the posts lead the enunciatee's meaning of the reading. In addition, the enunciates of the posts present the use of the objectifying camouflage, though we were able to rescue marks of subjectivity in the implicit and explicit posts on both pages. In the comments, we identified two types of subjects, the authorized enunciators, who accept the contract proposed by the post, assuming their position as enunciatee, without changing positions. In this case, the themes of the pair post/comments are the same, but there are discursive increases in the comments, by means of new figures and, also, the enunciatees use the same discursive strategies of the enunciator, the objectifying camouflage. We also highlight the presence of non-authorized enunciators, who, ruled by the random meaning, subvert the theme of the post and establish a polemical situation, with an exchange of turns between enunciator and enunciatees. To do so, they use as a strategy the subjectivating camouflage, with a demarcated I-You. That said, we can deduce that in the intolerant discourses of the two pages there is the establishment of two subjects, an "I", which orders the identity, values and beliefs of their group, and another, seen as the otherness, which should be excluded from social coexistence. We also verified that the discourses of the fan pages present similar strategies, regarding: (i) the construction of the fundamental base level, expressed by the categories identity versus otherness; (ii) the pragmatic and cognitive sanctions, on the narrative level; (iii) the passionate paths of the intolerant subjects, namely: prejudice, in which the subject becomes malevolent towards the other, leading to passions such as indignation, hostility, animosity and hatred and, at the same time, benevolence towards his equals; and the virtualized intolerance itself, in which the subject wants to exclude the other, but cannot, because, he is not in a physical space to concretize to the action. Finally, it is at the discursive level and in the tensivity that we notice disparities in the intolerant strategies of the two fan pages. *Direita Vive 3.0* presents as its main theme the immorality of the left, associated with anti-leftism and, especially, the minimization of the death of Marielle Franco. As for tensivity, the death of the councilwoman is governed by the discourse of exercise, through a process of weakening the intensity of the murder. In the *Jovens de Esquerda* fan page, the theme is also immorality, but to the right, and to the potentialization of Marielle's death, which is seen by these enunciators as an event, being toned up to the maximum. Another difference found in the field of tensivity is that although the intolerant discourses of the two fan pages are governed by triage, starting from a predatory intolerance, the exclusion of otherness has distinct intensities. On the right-wing page, the exclusion of the other is more intense, aiming at the death of the left or rejoicing the death of Marielle Franco,

while on the left, the exclusion aims at imprisonment of otherness, therefore, it presents a lower intensity if compared to the other fan page.

**Keywords:** Semiotics. Intolerance. Discursive interactions. Facebook. Marielle Franco.

## RÉSUMÉ

L'objectif de cette thèse est d'analyser comment les sens des discours intolérants sont construits à partir des interactions dans les *posts* et les commentaires des *fanpages Facebook Direita Vive 3.0* et *Jovens de Esquerda*, concernant la mort de Marielle Franco, conseillère municipale de Rio de Janeiro. Le *corpus* de cette recherche est délimité par six publications et les dix premiers commentaires les plus pertinents du *Facebook* dans les périodes : (i) du 14 au 31 mars 2018, date du meurtre de Marielle ; (ii) du 14 au 31 mars 2019, un an après la mort de la conseillère municipale ainsi que l'arrestation des suspects du meurtre ; (iii) du 20 octobre au 30 novembre 2019, divulgation de l'implication supposée du président de la république Jair Bolsonaro avec l'affaire. Pour développer cette étude, il a été utilisé comme ressource théorique et méthodologique les études sémiotiques des discours intolérants, avec des remarques sur l'identité et l'altérité et les interactions discursives, toutes les deux traversées par des caractéristiques du discours sur Internet. Les axes évoqués ci-dessus ont chacun rempli la tâche de répondre sur la façon dont se construisent les stratégies énonciatives du sujet intolérant qui régissent la relation énonciateur-énonciataire dans les deux *fanpages*. Ainsi, par rapport aux interactions discursives, les résultats de la recherche montrent que les *posts* des deux pages sont régis, avant tout, par le sens conquit, visant une intentionnalité, l'établissement d'un contrat, dans lequel les énonciateurs des posts conduisent le sens de lecture de l'énonciataire. De plus, les énoncés des *posts* présentent encore l'utilisation du camouflage objectivant, bien que nous ayons réussi à sauver des marques de subjectivité dans les posts implicites et explicites dans les deux pages. Lors des commentaires, nous avons identifié deux types de sujets, les énonciateurs autorisés, qui acceptent le contrat proposé par le poste, en assumant leur position d'énonciataire, sans changer de positions. Dans ce cas, les thèmes du couple post/commentaires sont les mêmes, mais on observe des augmentations discursives dans les commentaires, par le biais de nouvelles figures et, même, les énonciataires utilisent les mêmes stratégies discursives de l'énonciateur, à savoir le camouflage objectivant. Nous soulignons également la présence d'énonciateurs non autorisés, qui, guidés par un sens hasardeux, subvertissent la thématique du post et établissent une situation polémique, avec échanges de tours entre énonciateur et énonciataires. Pour cela, ils utilisent comme stratégie le camouflage subjectiviste, avec un je-tu bien délimité. Cela dit, nous pouvons déduire que dans les discours intolérants des deux pages, il y a l'établissement de deux sujets, un *je*, qui ordonne l'identité, les valeurs et les croyances de votre groupe, et un *autre*, perçu comme l'altérité qui devrait être exclue de la coexistence sociale. Nous avons également constaté que les discours des *fanpages* présentent des stratégies similaires, en ce qui concerne : (i) la construction du niveau de base fondamental, exprimé par les catégories identité *versus* altérité ; (ii) les sanctions pragmatiques et cognitives, au niveau narratif ; (iii) les parcours passionnels des sujets intolérants, à savoir : le préjugé, dans lequel le sujet devient malveillant envers l'*autre*, entraînant des passions telles que l'indignation, l'hostilité, l'animosité et la haine et, en même temps, la bienveillance envers ses égaux ; et l'intolérance virtualisée proprement dite, dans laquelle le sujet *veut faire* l'exclusion de l'*autre*, mais ne *peut pas*, car il n'est pas dans un espace physique pour concrétiser l'action. Enfin, c'est sur le plan discursif et sur la tensivité que l'on remarque des disparités dans les stratégies intolérantes des deux *fanpages*. La *Direita Vive 3.0* présente comme thème principal l'immoralité de la gauche, associée à l'anti-gauchisme et, principalement, à la minimisation de la mort de Marielle Franco. Quant à la tensivité, la mort de la conseillère municipale est régie par le discours de l'exercice, à travers un processus d'expiation de l'intensité du meurtre. Dans la *fanpage Jovens de Esquerda*, la thématique est aussi l'immoralité, mais à droite, et à la potentialisation de la mort de Marielle, qui est vue par ces énonciateurs comme un événement, étant tonifiée au maximum. Une autre différence constatée dans le domaine de la tensivité est que, bien que les discours intolérants des deux *fanpages* soient régis par le triage, à partir d'une

intolérance à la prédation, l'exclusion de l'altérité a des intensités distinctes. Dans la page de droite, l'expulsion de *l'autre* est plus intense, visant la mort de la gauche ou se réjouissant de la mort de Marielle Franco, tandis que dans la page de gauche, l'exclusion vise à arrêter l'altérité, donc, présente une intensité plus faible si on la compare à *l'autre fanpage*.

**Mots clés : Sémiotique. Intolérance. Interactions discursives. Facebook. Marielle Franco.**

## Lista de imagens

Imagem 1 - Simulação de fronteira da direita .....	36
Imagem 2 - Delimitação do eixo da extensidade dos espectros de esquerda e direita .....	38
Imagem 3 - Campo tensivo da esquerda.....	40
Imagem 4 - Campo tensivo da direita.....	40
Imagem 5 - Representação tensiva extremismo e moderantismo.....	43
Imagem 6 - Menções de hashtags em junho de 2013 .....	56
Imagem 7- Postagem sobre abuso de autoridade, em Acari.....	79
Imagem 8- Postagem sobre o assassinato do jovem Matheus.....	80
Imagem 9 - Rodrigo Amorim e o candidato a deputado federal Daniel Silveira quebram placa com o nome Marielle Franco. Com microfone, o candidato ao governo do Rio de Janeiro, Wilson Witzel. ....	82
Imagem 10 - Ato em resposta a quebra da placa com o nome Marielle Franco.....	83
Imagem 11- Número de atendimentos por assunto .....	107
Imagem 12- Tipologia das estratégias identitárias .....	113
Imagem 13- Relações de veridicção .....	119
Imagem 14 - Esquema tensivo .....	131
Imagem 15 - Estados aspectuais entre triagem e mistura.....	135
Imagem 16 - Batalha de narrativas fake news.....	140
Imagem 17- Mapa de interações de difusão de fake news .....	141
Imagem 18 - Foto utilizada para afirmar um suposto caso entre Marielle Franco e Marcinho VP .....	142
Imagem 19 - A verdadeira Marielle Franco e o verdadeiro Marcinho VP .....	142
Imagem 20 - Postagem de Marília Castro Neves no Facebook.....	143
Imagem 21- Fake News disseminada pela fanpage do MBL .....	143
Imagem 22 - Postagem de Alberto Fraga no Twitter .....	144
Imagem 23- Gradações da intolerância .....	147
Imagem 24 - Botões de reação do Facebook.....	168
Imagem 25- Regimes de propagação.....	172
Imagem 26 - Regimes de interação e sentido .....	175
Imagem 27 - Regimes de interação e sentido nível enunciativo .....	182
Imagem 28 - Representação de um grafo .....	193
Imagem 29 -Resultado de busca pela palavra Marielle Franco no Google Trends 2018 .....	194
Imagem 30 - Principais assuntos buscados no Google Trends,.....	194
Imagem 31- Resultado de busca, pela palavra Marielle Franco,.....	195
Imagem 32- Principais assuntos buscados no Google Trends, entre 14 e 30 de março de 2019 .....	195
Imagem 33 - Passos para a coleta no Facepager.....	198
Imagem 34 - Representação do grafo da direita sem rótulos .....	201
Imagem 35 - Representação do grafo da esquerda sem rótulos .....	201
Imagem 36 - Representação do grafo de interação da fanpage .....	204
Imagem 37- Representação do grafo de interação da fanpage Jovens de Esquerda.....	205
Imagem 38 - Primeira postagem Direita Vive 3.0 .....	212
Imagem 39- Comentários primeira postagem Direita Vive 3.0.....	215
Imagem 40 - Segunda postagem Direita Vive 3.0 .....	217
Imagem 41- Comentários segunda postagem Direita Vive 3.0 .....	219
Imagem 42 - Comentários segunda postagem Direita Vive 3.0 - II .....	220
Imagem 43 - Terceira postagem Direita Vive 3.0.....	223

Imagem 44 - Comentários terceira postagem Direita Vive 3.0 .....	225
Imagem 45 - Comentários terceira postagem Direita Vive 3.0 II.....	226
Imagem 46 - Quarta postagem Direita Vive 3.0 .....	232
Imagem 47 - Quarta postagem Direita Vive 3.0 .....	233
Imagem 48 - Quinta postagem Direita Vive 3.0 .....	235
Imagem 49 - Comentários quinta postagem Direita Vive 3.0 .....	237
Imagem 50 - Sexta postagem Direita Vive 3.0 .....	240
Imagem 51 - Comentário sexta postagem Direita Vive 3.0.....	242
Imagem 52- Comentários sexta postagem Direita Vive 3.0 .....	243
Imagem 53 - Comentários sexta postagem Direita Vive 3.0 - II .....	244
Imagem 54 - Primeira postagem Jovens de Esquerda .....	246
Imagem 55- Comentários primeira postagem Jovens de Esquerda.....	247
Imagem 56 - Comentários primeira postagem Jovens de Esquerda - II.....	248
Imagem 57- Comentários primeira postagem Jovens de Esquerda - III.....	250
Imagem 58 - Segunda postagem Jovens de Esquerda .....	252
Imagem 59 - Comentários segunda postagem Jovens de Esquerda .....	254
Imagem 60 - Comentários segunda postagem Jovens de Esquerda .....	254
Imagem 61 - Terceira postagem Jovens de Esquerda.....	256
Imagem 62- Comentários terceira postagem Jovens de Esquerda .....	258
Imagem 63- Comentários terceira postagem Jovens de Esquerda - II .....	259
Imagem 64 - Quarta postagem Jovens de Esquerda .....	261
Imagem 65- Comentários quarta postagem Jovens de Esquerda .....	262
Imagem 66 - Quinta postagem Jovens de Esquerda .....	264
Imagem 67- Comentários quinta postagem Jovens de Esquerda .....	264
Imagem 68 - Comentários quinta postagem Jovens de Esquerda - II .....	265
Imagem 69- Sexta postagem Jovens de Esquerda .....	266
Imagem 70 - Comentários sexta postagem Jovens de Esquerda - II .....	267
Imagem 71- Comentários sexta postagem Jovens de Esquerda - II .....	268
Imagem 72 - Comentários sexta postagem Jovens de Esquerda - III.....	269
Imagem 73- Regimes de interação discursiva post e comentários .....	271
Imagem 74- Segunda postagem Direita Vive 3.0 .....	284
Imagem 75 - Terceira postagem Direita Vive 3.0.....	284
Imagem 76 - Sexta postagem Direita Vive 3.0 .....	286
Imagem 77 - Quarta postagem Direita Vive 3.0.....	286
Imagem 78 - Comentários quarta postagem Direita Vive 3.0 .....	288
Imagem 79 - Comentário referente à segunda postagem da Direita Vive 3.0 .....	293
Imagem 80 - Comentários referentes à quarta postagem da Direita Vive 3.0 .....	294
Imagem 81- Comentários referentes à segunda postagem da Direita Vive 3.0.....	295
Imagem 82- Comentários referentes à sexta postagem Direita Vive 3.0.....	297
Imagem 83- Comentário referente à terceira postagem da Direita Vive 3.0 .....	298
Imagem 84 - Gradações da intolerância .....	300
Imagem 86 - Segunda postagem Jovens de Esquerda .....	306
Imagem 85 - Terceira postagem Jovens de Esquerda.....	306
Imagem 87 - Sexta postagem Jovens de Esquerda.....	307
Imagem 88 - Comentário referente à segunda postagem dos Jovens de Esquerda .....	308
Imagem 89 - Comentário referente à segunda postagem dos Jovens de Esquerda .....	309
Imagem 90 - Comentário referente à terceira postagem dos Jovens de Esquerda .....	310
Imagem 91- Comentário referente à primeira postagem dos Jovens de Esquerda.....	311
Imagem 92 - Comentário referente à quinta postagem dos Jovens de Esquerda .....	312
Imagem 93- Comentários referentes à segunda postagem dos Jovens de Esquerda .....	314

Imagem 94 - Comentários quinta postagem Jovens de Esquerda .....	315
Imagem 95 - Comentários referentes à primeira postagem dos Jovens de Esquerda.....	316
Imagem 96 - Comentários referentes à sexta postagem dos Jovens de Esquerda .....	317
Imagem 97- Comentários referentes à terceira postagem dos Jovens de Esquerda .....	318
Imagem 98 - Comentário referente à segunda postagem dos Jovens de Esquerda .....	320
Imagem 99 - Comentário referente à quinta postagem Jovens de Esquerda .....	321
Imagem 100 - Comentário referente à quinta postagem Jovens de Esquerda .....	321
Imagem 101- Regimes de interação discursiva post e comentários atualizado.....	330

## Lista de tabelas

Tabela 1- Temas e figuras da esquerda e da direita .....	36
Tabela 2 - Análise de elementos abstratos da configuração tensiva .....	41
Tabela 3 - Partidos políticos 2020 .....	48
Tabela 4 - Esquema passional da intolerância .....	124
Tabela 5 - Modos discursivos do acontecimento e do exercício .....	132
Tabela 6 - Valores gerados pelo esquema tensivo .....	134
Tabela 7 - Percurso das operações de triagem e mistura gerados pelo esquema tensivo .....	135
Tabela 8: Tipologia dos comentários, proposta por Paveau (2017).....	171
Tabela 9- Detalhamento do objetivo de pesquisa .....	205
Tabela 10 - Tipos de interação entre enunciador e enunciatário.....	210
Tabela 11 - Temas e figuras na primeira interação Direita Vive 3.0.....	216
Tabela 12 - Temas e figuras da segunda interação Direita Vive 3.0 .....	222
Tabela 13 - Transcrição comentários imagem 45 .....	227
Tabela 14 - Temas e figuras da terceira interação Direita Vive 3.0 .....	231
Tabela 15 - Temas e figuras quarta interação Direita Vive 3.0.....	234
Tabela 16 - Temas e figuras da quinta interação Direita Vive 3.0 .....	239
Tabela 17 - Temas e figuras sexta interação Direita Vive 3.0.....	245
Tabela 18- Temas e figuras primeira interação Jovens de Esquerda .....	251
Tabela 19 - Temas e figuras segunda interação Jovens de Esquerda.....	255
Tabela 20 - Temas e figuras terceira interação Jovens de Esquerda.....	260
Tabela 21 - Temas e figuras quarta interação Jovens de Esquerda.....	263
Tabela 22 - Temas e figuras quinta interação Jovens de Esquerda.....	266
Tabela 23 - Temas e figuras sexta interação Jovens de Esquerda.....	269
Tabela 24 -Resumo temas e figuras posts Direita Vive 3.0 .....	279
Tabela 25- Resumo temas e figuras comentários Direita Vive 3.0.....	280
Tabela 26- Transcrição comentários imagem 75 .....	289
Tabela 27- Esquema passional da intolerância .....	292
Tabela 28 - Resumo temas e figuras posts Jovens de Esquerda .....	302
Tabela 29- Resumo temas e figuras comentários Jovens de Esquerda.....	303

## Sumário

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b>	<b>22</b>
<b>1 caso Marielle Franco no contexto 2013 a 2019 – das Jornadas de Junho à eleição de Bolsonaro</b>	<b>27</b>
1.1 <i>Campo de prospecção política</i>	31
1.2 <i>As manifestações de 2013</i>	50
1.3 <i>1 Da eleição ao impeachment de Dilma e o governo Temer</i>	57
1.4 <i>2018, o ano em que Bolsonaro chega ao poder</i>	66
1.5 <i>Marielle, Presente!</i>	77
1.6 <i>Considerações acerca do campo discursivo construído</i>	86
<b>2 . A INTOLERÂNCIA EM TEMPOS DE INTOLERÂNCIA</b>	<b>89</b>
2.1 <i>As origens da intolerância</i>	90
2.1.1 <i>Considerações sobre o discurso ur-fascista e o discurso do mal</i>	97
2.2 <i>A intolerância no Brasil</i>	100
2.3 <i>Intolerância no quadro teórico da semiótica</i>	108
2.3.1 <i>A alteridade na semiótica</i>	111
2.3.2 <i>A narrativa no sujeito intolerante</i>	116
2.3.3 <i>O percurso passional do sujeito intolerante</i>	120
2.3.4 <i>O percurso temático e figurativo do discurso intolerante</i>	128
2.3.5 <i>A tensividade no discurso intolerante</i>	130
2.4 <i>Fake news como propulsora dos discursos intolerantes</i>	136
2.5 <i>Considerações acerca dos discursos intolerantes</i>	145
<b>3 . @DISCURSOS E #REDES SOCIAIS</b>	<b>151</b>
3.1 <i>O discurso na internet</i>	152
3.2 <i>Redes sociais, sites de redes sociais e mídias sociais</i>	161
3.2.1 <i>Navegando pelo Facebook</i>	163
3.3 <i>Curtir, compartilhar, comentar: o processo interacional do Facebook</i>	167
3.4 <i>Interações nas redes sob a perspectiva sociosemiótica</i>	174
3.5 <i>O par post/comentário enquanto gênero discursivo</i>	184
3.6 <i>Ponderações finais</i>	189
<b>4 METODOLÓGIA</b>	<b>191</b>
4.1 <i>Seleção das fanpages</i>	191
4.1.1 <i>Planejamento de dados</i>	193
4.1.2 <i>Coleta de dados</i>	196
4.1.3 <i>Análises de dados</i>	199
4.2 <i>Sobre as fanpages</i>	203

<i>4.3 Definição do corpus</i>	205
<i>4.4 Metodologia semiótica</i>	206
<b>5 INTERAÇÕES DISCURSIVAS NO PAR <i>POST</i>/COMENTÁRIO</b>	<b>208</b>
<i>5.1 Interações Direita Vive 3.0</i>	212
<i>5.2 Interações Jovens de Esquerda</i>	246
<i>5.3 Apontamentos finais</i>	270
<b>6 #MARIELLEPREUNTO E #MARILLEPRESENTE: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS INTOLERANTES</b>	<b>277</b>
<i>6.1 Intolerância na fanpage Direta Vive 3.0</i>	279
6.1.1 Percursos temáticos e figurativos	279
6.1.2 Organização narrativa – discurso da sanção	283
6.1.3 Paixões	290
6.1.4 Organização tensiva	299
<i>6.2 Intolerância na fanpage Jovens de Esquerda</i>	301
6.2.1 Percursos temáticos e figurativos	301
6.2.2 Organização narrativa – discurso da sanção	305
6.2.3 Paixões	312
6.2.4 Organização tensiva	319
<i>6.3 Apontamentos finais</i>	322
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>328</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>337</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

De fato, a internet provoca nos sujeitos uma reestruturação de suas relações. A rapidez, o longo alcance, o fácil acesso, a propagação ilimitada e a descentralização da produção propiciaram aos discursos que circulam nos *sites* de redes sociais novas formas de significação e ressignificação, bem como modificações na interação entre enunciador e enunciatário. Para além disso, essa sociedade interconectada, proporciona uma sensação de que qualquer indivíduo pode expressar suas crenças e valores, pois, apesar de estar em um espaço público, regido por leis e regras sociais, esses sujeitos são permeados pela organização da esfera privada, em que a norma passa a ser a individualização, e, por isso, proferir discursos preconceituosos e intolerantes em relação à alteridade deixou de ser algo tão cauteloso e problemático.

Desse modo, os *sites* de redes sociais, principalmente o *Facebook*, tornaram-se arenas livres que permitem a emergência de discursos intolerantes, principalmente, quando esses têm como plano de fundo os discursos políticos. De acordo com Luiz Ademir de Oliveira (2015), as eleições de 2014 marcam a eclosão de discursos intolerantes no Brasil, ligados à classe social, à religião e a temáticas comportamentais (homofobia e machismo, por exemplo). Além disso, o autor salienta que as redes sociais contribuíram para a disseminação desses discursos, haja vista que elas possuem uma facilidade de postagem e a liberdade do anonimato, oferecendo uma “suposta garantia de que se pode falar ou postar o que quiser e não haverá punição, porque há um fluxo muito grande de informações e ainda não há mecanismos eficazes de controle” (OLIVEIRA, 2015, p. 198).

Com a vitória de Dilma Rousseff, no segundo turno, os discursos intolerantes se intensificaram. A frustração pelo resultado e o antipetismo puderam ser sentidos nas manifestações de 2015, desdobrando-se, em 2016, no processo de *impeachment* da presidenta. Após este episódio, a presidência é assumida pelo então vice-presidente Michel Temer. Apesar disso, a polarização entre direita e esquerda se intensificou e proliferou nas ruas e nas redes sociais xingamentos, agressões, bandeiras pela volta da ditadura, apologia à tortura e faixas em defesa da democracia (CIOCCARI; PERSICHETTI, 2018). Nesse período, entre 2016 e 2018, é enaltecida a figura do então Deputado Federal pelo Estado do Rio de Janeiro, Jair Messias Bolsonaro, do Partido Social Cristão (PSC).

Sua ascensão se dá junto com suas ideias sobre conservadorismo político e fundamentalismo religioso. Bolsonaro, conforme salientam Cioccarri e Persichetti (2018), pautava-se por valores morais, baseando-se no discurso do medo e da incitação ao ódio. Para

os autores, a ascensão da onda conservadora no Brasil, desde 2013, a polarização entre esquerda e direita, o antipetismo e um discurso de salvação do país, mesmo utilizando discursos contra as minorias – mulheres, negros, homossexuais e os nordestinos –, culminou na vitória de Jair Bolsonaro como Presidente, em 2018. Ainda naquele ano, o assassinato da vereadora Marielle Franco, do PSOL, intensificou, segundo Oliveira (2018), uma série de discursos intolerantes nas redes sociais, fomentando, ainda mais, a discussão entre direita e a esquerda.

Assim, para compreendermos a intolerância, no campo da semiótica, é necessário entendermos as noções de identidade e alteridade. Para Landowski (2002, p. 4), a identidade é constituída pela diferença entre o eu e o outro, em que a consciência coletiva, da qual emerge o sentido de identidade, passa pela intermediação de uma alteridade a ser constituída. Com tal característica, a dicotomia eu *versus* outro constitui a oposição semântica de base de inúmeros discursos intolerantes, guerras e práticas de violência. Seja qual for a origem, com inúmeras linhas de estudo, a intolerância é um problema que vem afetando diversas áreas sociais e políticas. Diante disso, as pesquisas sobre a intolerância devem se preocupar, não com sua origem, mas em identificar características desse discurso, assim como as ferramentas e os terrenos nos quais a intolerância se prolifera.

Nesses termos, o problema desta tese pode ser enunciado da seguinte maneira: de que maneira são constituídos os sentidos dos discursos intolerantes, a partir da interação nas postagens e nos comentários das *fanpages Direita Vive 3.0* e *Jovens de Esquerda*? Mais especificamente, como são constituídas as estratégias enunciativas do sujeito intolerante, que regem a relação enunciador-enunciatário nesse espaço? Para tanto, temos como objetivo principal analisar como se constroem os sentidos dos discursos intolerantes a partir das interações nas postagens e nos comentários das *fanpages* do *Facebook Direita Vive 3.0* e dos *Jovens de Esquerda* relativas à morte da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco.

No que se refere aos objetivos específicos, buscamos: (i) construir um campo discursivo para compreender o contexto em que nosso objeto está inserido; (ii) determinar as especificações dos discursos na *internet*; (iii) delimitar os conceitos dos regimes de interação discursivas, sobretudo, o que tange à relação enunciador e enunciatário; (iv) traçar um comparativo dos elementos das duas páginas, com o objetivo de compreender suas especificidades, tendo como baliza o espectro político oposto.

Tomamos, então, como *corpus* de pesquisa, 12 publicações e seus dez primeiros comentários mais relevantes, sendo, seis da *fanpage* de espectro político de direita, *Direita Vive 3.0*, e mais seis da de espectro de esquerda, *Jovens de Esquerda*. A análise foca nas publicações dos seguintes períodos: (i) de 14 a 31 de março de 2018; (ii) de 14 a 31 de março de 2019; (iii)

de 20 de outubro a 30 de novembro de 2019. O primeiro período é iniciado no dia do assassinato de Marielle Franco, dia 14 de março de 2018. Já o segundo corresponde à data de um ano da morte da vereadora junto à prisão dos suspeitos do assassinato. Por fim, o terceiro momento se dá com a repercussão da divulgação do suposto envolvimento do Presidente da República, Jair Bolsonaro (sem partido), com o caso. A escolha das datas foi feita a partir de uma pesquisa no *Google Trends*.

Vale ressaltar que a seleção das *fanpages* ocorreu por meio da Análise de Redes Sociais (ARS). Segundo Recuero, Bastos e Zago (2020), o objetivo da ARS é analisar as estruturas da rede, sendo a rede compreendida pelas posições dos nós (atores sociais) e pelas estruturas geradas nas conexões (interações). A utilização desse método de coleta teve como finalidade evitar uma escolha aleatória e, ao mesmo tempo selecionar as páginas com maior influência e interação de acordo com a delimitação proposta. Os resultados mostram que tanto a *fanpage Direita Vive 3.0* como a *Jovens de Esquerda* se destacam, referendando, assim, a escolha do nosso objeto de estudo.

Desse modo, despertam a nossa atenção de estudo as práticas interativas entre os pares *post/comentários* e *comentários/comentários*. Nosso interesse se deve, também, a uma continuidade a trabalhos já desenvolvidos tanto na Graduação, em Comunicação Social – Jornalismo (RESENDE, 2013), como no Mestrado em Análise do Discurso (AD) e Representação Social (RESENDE, 2017) e na Formação Pedagógica em Letras (2020), com enfoque nos temas: *internet*, ciberpolítica, ciberativismo, redes sociais, paixões, interações e semiótica discursiva.

Assim, a nosso ver, as postagens e os comentários se constituem como uma expressão de modos de comunicar e interagir, regidos por valores e ideologias individuais e/ou coletivos, tornando-se um material novo e rico em informações, possibilitando-nos estudar, analisar e descrever os mecanismos de construções passionais, enunciativos e interacionais. Além disso, este trabalho busca apresentar um novo caminho para pesquisadores da área da Linguística, com foco nos discursos da internet. Isso, porque, acreditamos que, ao optar por um objeto de estudo inserido na *Web*, devemos priorizar as especificidades desse meio, sobretudo, no que se refere à sua coleta.

Em relação às hipóteses, que serão confirmadas ou refutadas nas considerações finais, acreditamos que, devido ao caráter interativo das redes sociais, há uma inversão constante dos papéis de enunciador e de enunciatário nos comentários das duas *fanpages* e o uso predominante da debreagem enunciativa de pessoa, demarcando um eu explícito no discurso, propiciando um efeito de subjetividade. Outra hipótese é a de que os discursos intolerantes partem de

discriminações relativas a opiniões e crenças, e, muitas vezes, são mascarados, no espaço comentário, pelo uso de neologismos, *hashtags*, *memes*, *emojis* e figuras de linguagem, como a ironia. Posto isso, para desenvolver este estudo, foi utilizado como recurso teórico-metodológico a semiótica de linha francesa, assim como seus desdobramentos, a saber: semiótica tensiva e sociosemiótica. Para tratar desses aspectos, esta obra organiza-se em três capítulos teóricos, um metodológico e dois de análises, sendo o primeiro relativo às interações e o segundo à intolerância.

Desse modo, no capítulo 1, apresentaremos o contexto do nosso *corpus* por meio da construção de um campo discursivo, em que os temas expostos se interligam com os temas abordados no nosso texto-objeto. Assim, partimos de uma discussão sobre o contexto para a semiótica (FLOCH, 1990; FONTANILLE, 2008; BARROS, 2009; LANDOWSKI, 1992; 2012; 2017), seguido das definições de conceitos políticos importantes para o trabalho (BOBBIO, 2011; MATTOS, 2020), tais como direita, esquerda, centro, centro-direita, centro-esquerda, extrema-direita e extrema-esquerda. Além disso, realizamos um apanhado histórico desde as manifestações de 2013 no Brasil, uma vez que elas deram visibilidade aos fatos que culminaram na atual conjuntura nacional (DUARTE; NASCIMENTO; RUEDA, 2018), até as eleições de 2018. Realizada essa contextualização, aprofundamos na narrativa de Marielle Franco, destacando sua carreira política e seu assassinato.

No segundo capítulo, desenvolvemos um percurso sobre a intolerância, dividido em três partes: (i) as origens da intolerância; (ii) a intolerância no Brasil; (iii) a semiótica e a intolerância. No primeiro tópico, realizamos uma retomada bibliográfica de autores dos campos da filosofia, sociologia, direito, história e antropologia, para definirmos a intolerância como os valores e crenças instituídos por um eu que nega a alteridade do diferente, do outro, buscando, dessa forma, sua eliminação, seja de forma mais sutil ou extrema.

Na segunda parte, descrevemos a intolerância no Brasil, por meio de elementos como escravidão e racismo; mandonismo; patrimonialismo; corrupção; desigualdade social; violência; raça e gênero (SCHWARCZ, 2019; FANTINI, 2014). Por fim, apresentamos os estudos do discurso intolerante à luz da semiótica discursiva, com apontamentos sobre identidade e alteridade (LANDOWSKI, 2012; GREIMAS, COURTÉS, 2016) e a proposta teórica e metodológica desenvolvida por Barros (2008; 2011; 2015; 2016), que considera quatro tipos de procedimentos para o exame dos discursos intolerantes, a saber: a organização narrativa, sobretudo, a sanção; a constituição de percursos passionais; a elaboração de temas e figuras e as noções advindas da semiótica tensiva de acontecimento, exercício, triagem e mistura (ZILBERBERG, 2007). Além disso, trazemos para a discussão questões ligadas às

*fakes news*, apontadas por Barros (2020) como disseminadoras de discursos intolerantes. No final do capítulo, expomos um gráfico da intolerância desenvolvido para interligar as questões trabalhadas anteriormente.

O terceiro capítulo é destinado aos estudos das redes sociais e da interação, com um referencial teórico interdisciplinar com abordagens, tanto da área de Comunicação quanto dos estudos da linguagem. Nesse momento, são evidenciados, sobretudo, as características do discurso na *internet* (BARROS, 2015), assim como apresentados os conceitos de rede social e *sites* de rede social (RECUERO, 1999; RECUERO, BASTOS, ZAGO, 2020). Tal percurso nos leva às especificações do *Facebook*, plataforma de mídia social que comporta nosso *corpus*, com atenção especial às temáticas dos algoritmos (PARISER, 2011) e das interações, com foco nos comentários (PAVEAU, 2021; CAMINADA, 2015). Por fim, adentramos a sociosemiótica para trabalhar com os regimes de interação e sentido, desenvolvidos por Landowski (2015), e, sobretudo, com o modelo das interações discursivas proposto por Oliveira (2013).

No capítulo quatro, é exposta a metodologia utilizada. Nossa proposta é apresentar uma pesquisa qualitativa baseada na Análise de Redes Sociais. Além disso, apresentamos as categorias semióticas a serem utilizadas nas análises, tais como: (i) interações discursivas (OLIVEIRA, 2013) e (ii) o percurso teórico desenvolvido por Barros (2011; 2016) para análise do discurso intolerante – sanção, paixões, temas e figuras e tensividade e as relações de alteridade (LANDOWSKI, 2002). Cada um desses vieses conduz o desenvolvimento das análises, que são realizadas nos capítulos cinco e seis, seguido das considerações finais.

## 1 CASO MARIELLE FRANCO NO CONTEXTO 2013 A 2019 – DAS JORNADAS DE JUNHO À ELEIÇÃO DE BOLSONARO

Para abordar uma análise dos discursos intolerantes, nas *fanpages Direita Vive 3.0 e Jovens de Esquerda*, acerca do assassinato da vereadora Marielle Franco – tendo em vista que este trabalho pertence ao campo da Linguística, sobretudo, da teoria da semiótica –, temos como objetivo, neste capítulo, apresentar os discursivos relativos a este fato, por meio da noção de contexto para a semiótica (FLOCH, 1990; FONTANILLE, 2008; BARROS, 2009; LANDOWSKI, 1992, 2012, 2017). A escolha de iniciar o trabalho pelo contexto, se deu devido à organização metodológica da tese, mas, também, por considerarmos uma abordagem em que o contexto pode ser, dialeticamente, visto como texto.

O contexto, em semiótica, é, por vezes, associado a uma restrição à formulação greimasiana, de que “fora do texto, não há salvação. Todo o texto, somente o texto, nada fora do texto” (GREIMAS, 1974, p. 31). A frase proferida a um grupo de especialistas em literatura, no Brasil, tinha como finalidade, segundo Landowski (2017), incentivar os pesquisadores a trabalharem as obras enquanto materialidade linguística e, não, somente, realizarem especulações afetivas ou biográficas dos autores. Contudo, ao final da conferência, o que se viu foi a transformação das palavras de Greimas em um decreto indiscutível, ou, ainda:

[...] um verdadeiro ucasse que traçaria para sempre a fronteira entre o discurso verbal, de preferência escrito, que se começou então a considerar como o território próprio –, o ‘contexto’, ou seja, nada menos que a sociedade, a história, o real, a vida. Isso era confundir objeto empírico e objeto de conhecimento, pois, se os textos interessam evidentemente os semioticistas como todo o mundo, nosso objeto de conhecimento próprio não é o texto: é o sentido (LANDOWSKI, 2017, p. 171).

Landowski (1992) explica que o contexto semiótico está no cerne da linguagem, que é compreendida em sua concepção ampla, abrangendo o conjunto de significantes – sejam estes, linguísticos ou não –, que são dados no interior de uma determinada cultura. Em complemento, Floch (1990) elucida que, para a teoria greimasiana, o contexto é utilizado no momento em que ele for abordado como um objeto portador de sentido, como um texto. Isto é, não devemos tratá-lo como mero elemento de completude e, sim, trabalhá-lo como um texto, incluindo-o no objeto de análise.

Para Barros (2009), o estudo do contexto, ou “exterioridade”, em semiótica, tem metalínguas específicas que a distinguem, por exemplo, das definições pertencentes ao campo da Análise do Discurso francesa (AD), na qual, o texto relaciona-se com sua exterioridade constitutiva, o interdiscurso, ou, como explica Orlandi (1998), a memória do

dizer. Desse modo, segundo Barros, os métodos para se alcançar os sentidos de um determinado texto, na semiótica, ocorrem na forma de processos linguístico-discursivos e, pela relação com a sociedade e a História.

Tais procedimentos podem ser alcançados, metodologicamente, por meio de três aspectos: (1) pela organização linguístico-discursiva dos textos; (2) pelas relações intertextuais e interdiscursivas; (3) pela relação entre o mundo natural e as línguas naturais (BARROS, 2009, p. 352). O primeiro caminho proposto, a organização linguístico-discursiva, se refere à semântica do discurso. Conforme explica, Fiorin (1998), é por meio desta, com seus temas e figuras, que alcançamos a relação entre língua e sociedade e, por resultado, temos acesso à ideologia, uma vez que o campo semântico do discurso é responsável pela “determinação ideológica propriamente dita” (FIORIN, 1998, p. 19). O autor explica que o nível discursivo semiótico é dividido em sintaxe e semântica.

A sintaxe volta-se para procedimentos enunciativos, que estruturarão o discurso. Há, nela, segundo Fiorin (1998), um campo de manipulação consciente, no qual, o falante utiliza de estratégias argumentativas, e outros mecanismos enunciativos, para criar efeitos de sentido. Por outro lado, há o campo das determinações inconscientes, constituído por um “conjunto de elementos semânticos habitualmente usados nos discursos de uma dada época [que] constitui a maneira de ver o mundo numa dada formação social. Esses elementos surgem a partir de outros discursos já construídos, cujas condições de produção foram apagadas” (FIORIN, 1998, p. 19).

Esse campo inconsciente é expresso pela semântica discursiva, por meio de temas – que são elementos semânticos que intitulam um elemento não presente no mundo natural, mas que possuem a função de ordenar fatos observáveis, como o amor, a paixão, a lealdade e a alegria – e de figuras, que remetem a elementos do mundo natural, por exemplo: homem, mulher, casa, margarida, etc. Os temas são responsáveis por explicar a realidade, enquanto as figuras criam um efeito de realidade. Dessa forma, examinar essa organização linguístico-discursiva permite-nos verificar as determinações sócio-históricas, em seu caráter inconsciente.

O segundo caminho metodológico, proposto por Barros (2009), para analisar a relação entre texto e contexto, é a intertextualidade e interdiscursividade. Desse modo:

Os textos estabelecem diálogos com outros textos, seja no nível apenas dos conteúdos discursivos dos temas e figuras, seja no nível propriamente textual, em que as relações incluem também as aproximações entre planos da expressão. Daí a semiótica diferenciar interdiscursividade e intertextualidade. Os sentidos de um texto dependem sempre das relações, dos dois tipos apontados, que os textos mantêm com outros textos, com os quais concordam ou de que discordam. Em última instância, um texto dialoga com todos os outros textos em tempos e espaços diferentes (BARROS, 2009, p. 355).

Assim, a intertextualidade é uma relação entre textos, e estes são entendidos, em semiótica, como a união do plano de conteúdo com o plano de expressão. Já, na interdiscursividade, há um diálogo entre discursos, direcionando-se para uma relação entre temas e figuras de discursos diversos, mas que se interligam, podendo, essas relações, serem contratuais ou polêmicas.

Por fim, a última forma de análise do contexto, de acordo com Barros (2009), é a relação entre as semióticas do mundo natural, qual trata de relações entre palavras e coisas, entre língua e mundo. Nessa concepção, a autora retoma Greimas (1970), para explicar que o plano de expressão do mundo natural converte-se em plano do conteúdo das línguas naturais. De acordo com o *Dicionário de Semiótica* (2016), é pelo mundo natural que o universo se apresenta ao homem; já, as línguas naturais, manifestam-se como uma organização estrutural imanente, em que “basicamente enformam e categorizam o mundo exterior procedendo a seu recorte” (GREIMAS; COURTÉS, 2016, p. 325).

Existe, desse modo, uma relação entre mundo natural e línguas naturais, que ocorre por meio de traços similares das duas esferas. Barros (2009) explica que, com essa relação, não podemos considerar um texto como estruturalmente homogêneo e, além disso, permite-se que a semiótica desenvolva perspectivas para o exame do referente, ao mesmo tempo em que, nesse aspecto, as figuras do plano do conteúdo se organizam, por meio do plano de expressão de outra semiótica, possibilitando a ela, assumir o papel de produção de “efeitos de sensorialidade no plano do conteúdo do texto” (BARROS, 2009, p. 361).

Em seus estudos recentes, Fontanille (2008) afirma que a semiótica, ao ir além dos estudos da imanência, e ao inserir análises ligadas ao sensível, à arquitetura, ao *design* de objeto, à estesia, à comunicação e outros, ultrapassa os limites textuais. Para o autor, há, portanto, um crescimento dos objetos de estudos da semiótica, aumentando sua complexidade, e permitindo uma mudança de nível de pertinência, proposta na teoria, propiciando a abrangência dos diversos planos de expressão.

Assim, para o autor, “tratar-se-ia não de inserir no objeto de análise em seu contexto, mas, ao contrário, de integrar o contexto ao objeto de análise” (FONTANILLE, 2008, p. 18). Esta extrapolção do texto possibilita a ultrapassagem do nível do texto-enunciado, para ir em direção a pesquisas e análises dos objetos semióticos que se relacionam com os sujeitos, com os corpos dos sujeitos, com suas práticas e usos sociais. Incorporam-se, desse modo, outros aspectos da semiótica-objeto, tanto no nível da expressão, quanto do conteúdo, possibilitando abranger toda a significação.

Dessa forma, ao compreendemos que a semiótica é uma teoria do sentido, enxergamos que o contexto, no qual está inserido o objeto de análise, é trabalhado, também, como um agente produtor de sentido e interação. Por isso, como explica Landowski (2012), é necessário semiotizar o contexto para elaborar uma “semiótica das situações”. Logo, deve-se relacionar “os discursos com diferentes variáveis de caráter contextual ligados às diversidades empíricas das ‘situações de comunicação’, e que supostamente são capazes de determinar o conteúdo das manifestações discursivas assim como, aliás, suas formas de expressão” (LANDOWSKI, 2012, p. 166).

O que o autor propõe é uma semiótica das situações, ou, do discurso em ato. O que interessa, para Landowski (2012, p. 166), é o “ato de enunciação efetuado em situação e produzindo sentido”. Para o sociossemiotista, teríamos objetos advindos de produtos acabados, tais como, um filme, uma carta, uma sopa, uma catedral e outros textos, verbais ou não verbais, que levam a uma totalidade de sentido (LANDOWSKI, 2001, p. 25). Contudo, quando temos as manifestações em ato, nos deparamos com objetos abertos e dinâmicos, que só poderão ser observados *em ato*. Segundo o autor:

Não são textos (mesmo em sentido amplo), mas interações em curso, práticas, por exemplo, sociais (micro ou macrossociais), se fazendo: uma greve que nunca termina, uma crise internacional que ameaça chegar, uma nova moda que se espalha repentinamente, ou, num outro plano, a cena doméstica que, de tanto se repetir, transforma-se num estilo de vida, ou ainda, menos trivial talvez, certa paixão que sentimos nascer em nós ou, ao contrário, que vemos se desfazer no outro (LANDOWSKI, 2001, p. 25).

Partindo desse pressuposto, Landowski explica que, em um nível de manifestação, teríamos o “texto” como objetos fechados, acabados e estáticos e, por outro lado, a “prática”, enquanto situação em ato, aberta e em devir. Um exemplo, citado pelo autor, é a greve. Enquanto leis, regulamentos e relatos jornalísticos sobre o fato, a greve é compreendida como objeto-texto. Em contrapartida, tomamos a greve como ato, em si só, como um processo que deve ser estudado como um “conjunto de práticas múltiplas e entrelaçadas” (LANDOWSKI, 2001, p. 30), considerando o sentido das práticas, em questão.

No entanto, o autor afirma que, se existe essa separação no nível da manifestação entre texto e prática, do ponto de vista das modalidades, a situação é operada de uma maneira diferenciada. Em outros termos, quando analisamos as manifestações sob o viés das modalidades, constatamos que as práticas só possuem sentido quando lidas enquanto textos. Voltando ao exemplo da greve, a ocupação de uma fábrica (prática) só ganha sentido por ser lida enquanto texto; já, as leis e os comentários da empresa (texto), “só fazem sentido, em definitivo, em função das práticas específicas de seus leitores” (LANDOWSKI, 2001, p. 31).

Isso significa que a leitura adquire um papel de prática, em que os sentidos dos textos são construídos em ato, pois, se realiza em situação, em um contexto de cada leitor.

Desse modo, o sentido não emerge apenas do discurso enunciado, mas, também, e, necessariamente, das situações de enunciação, das práticas sociais do cotidiano, abrindo espaço para a análise, não apenas inteligível, mas sensível, do estésico dos sentidos. Em vista disso, Landowski (2012) aponta que o sentido de um discurso se dá por meio de uma dialética, entre o que está dentro do texto – que faz com que um discurso tenha sentido – com o que está fora dele, seu contexto – que também fornece sentido –, uma vez que, é por meio dessa relação recíproca, que o sentido se reconstrói significativamente.

Isto posto, apresentamos, neste capítulo, uma organização de discursos, contratuais ou polêmicos, que dialogam com nosso texto-objeto, permitindo alcançar os fatores sócio-históricos pertinentes a compreensão do tema deste estudo, a saber: intolerância nas redes sociais. Para além disso, como ressalva, Demuru (2019), cabe ao semioticista, construir esse contexto, interligando-o ao seu *corpus* de estudo, assim como ao seu problema de pesquisa, suas hipóteses e ao seu projeto teórico.

Em vista disso, esta seção descreve os eventos que marcaram o período de 2013 a 2019, para, então, abordar o assassinato de Marielle Franco. Embora seja possível resgatar momentos de tensões políticas anteriores, no Brasil, abordaremos os seguintes eixos temáticos: (1) a diferenciação entre políticas de direita e esquerda; (2) as Jornadas de Junho de 2013; (3) o *impeachment* de Dilma Rousseff (PT) e o governo Michel Temer (PSDB); (4) o ano de 2018, especificamente, a prisão do ex-presidente Lula (PT), e a vitória de Jair Bolsonaro (PSL) na eleição de 2018; (5) o assassinato de Marielle Franco e seus desdobramentos em 2019; (6) apontamentos.

## 1.1 CAMPO DE PROSPECÇÃO POLÍTICA

Os conceitos políticos de direita e de esquerda surgem, como explicam Carvalho et al. (2016), durante a Revolução Francesa, no final do século XVIII, no que poderíamos chamar de uma metáfora espacial, acerca dos que sentavam à esquerda ou à direita, na Assembleia Constituinte. Nesse caso, os girondinos estavam à direita, e se colocavam a favor da aristocracia, da igreja, da manutenção, ou, de uma reforma moderada da ordem vigente, até então, no regime francês. Do outro lado, à esquerda, ficavam os jacobinos, representados pela burguesia, que pediam o republicanismo e o livre mercado, ou seja, desejavam a reforma do sistema e o fim dos privilégios da classe dominante. Conforme explica Mattos (2020, s/p,

*ebook*), nesse momento da história, “os trabalhadores, camponeses e pobres em geral não estavam sendo representados nestas assembleias e a ideia de democracia ainda era bastante restrita”.

De acordo com Mattos (2020, s/p, *ebook*) o foco das discussões políticas direcionava-se para a “divisão de classes e os privilégios econômicos e políticos existentes”. Além disso, ainda não havia interferência de ideias socialistas e comunistas, dado que Karl Marx ainda não havia nascido. Logo, o que temos, nesse período, é o início do capitalismo liberal, em substituição ao “capitalismo mercantilista” – uma espécie de pré-capitalismo.

O século XIX, marcado pela Revolução Industrial, pelo crescimento dos centros urbanos e pelo desenvolvimento do capitalismo liberal, o cenário tornou-se prolífico para o avanço de diversas correntes ideológicas, que impactaram a política. A principal delas foi o socialismo, de Marx, dando início ao surgimento de sindicatos operários. Como salienta Mattos (2020), o cerne da discussão política, desse século, está nas disputas entre o capital e a força de trabalho.

O sufrágio universal, a expansão de diversos setores econômicos, indo além das indústrias e do fortalecimento das democracias liberais, marcaram o século XX. “Nesse novo contexto, a política passou a ter como questões predominantes o papel do Estado na sociedade e na economia e quais valores políticos devem ser promovidos” (MATTOS, 2020, s/p, *ebook*). Portanto, esse breve histórico nos permite inferir que os conceitos de direita e esquerda surgem durante a Revolução Francesa, como modelos opostos, uma vez que denotam posições antagônicas, num determinado espaço e tempo.

Posto isso, os estudos acerca do tema trazem posições discrepantes. Segundo Velasco e Cruz (2015, p. 19), para alguns autores, os termos direita e esquerda não possuem um conteúdo definido, apenas demarcam uma posição, tendo um significado flutuante. Em contrapartida, há pesquisadores que classificam os termos por meio de indivíduos ou grupos que possuem posicionamentos antagônicos em relação a temas políticos e sociais, como o pensador político italiano, Norberto Bobbio.

Em seu livro, *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política* (2011), Bobbio afirma que:

‘Direita’ e ‘esquerda’ são termos antitéticos que há mais de dois séculos têm sido habitualmente empregados para designar o contraste entre as ideologias e entre os movimentos em que se divide o universo, eminentemente conflitual, do pensamento e das ações políticas. Enquanto termos antitéticos, eles são, com respeito ao universo ao qual se referem, reciprocamente excludentes e conjuntamente exaustivos (BOBBIO, 2011, p. 49).

Para sustentar seus argumentos, Bobbio (2011) explica que, para além da questão ideológica, a dicotomia indica divergências entre programas de ações políticas, e pela importância que cada segmento dirige à questão da igualdade socioeconômica. Em vista disso, para a esquerda, as políticas devem buscar a máxima inclusão possível, valorizando as necessidades humanas, a função social do trabalho e a vida em comunidade. Já, a direita, tem como objetivo, a máxima diferenciação, valorizando o mérito individual, a propriedade como um direito absoluto e a hierarquia social.

Em outras palavras, o que Bobbio (2011) tenta evidenciar é que a esquerda tem uma inclinação a adotar políticas públicas que visem ao favorecimento social, provendo oportunidades, para que os desiguais tenham uma oportunidade de se igualar à camada social mais favorecida. Contudo, grande parte da esquerda enxerga como utópica, a ideia de que todos possam ser iguais. Em contrapartida, apesar de não ser sua pauta principal, a direita reconhece a importância da igualdade em alguma medida, como, por exemplo, perante a lei. Desse modo, para o autor, a pessoa de esquerda:

[...] é aquela que considera mais o que os homens têm em comum do que o que os divide, e de que a pessoa de direita, ao contrário, dá maior relevância política ao que diferencia um homem do outro do que ao que os une, a diferença entre direita e esquerda revela-se no fato de que, para a pessoa de esquerda, a igualdade é a regra e a desigualdade, a exceção. Disso se segue que, para essa pessoa, qualquer forma de desigualdade precisa ser de algum modo justificada, ao passo que, para o indivíduo de direita, vale exatamente o contrário, ou seja, que a desigualdade é regra e que, se alguma relação de igualdade deve ser acolhida, ela precisa ser devidamente justificada (BOBBIO, 2011, p. 23).

Em complemento, Bresser-Pereira (2006) afirma que a diferença entre direita e esquerda não se limita à igualdade, como propõe Bobbio (2011). Para o autor brasileiro:

A direita é o conjunto de forças políticas que, em um país capitalista e democrático, luta sobretudo por assegurar a ordem, dando prioridade a esse objetivo, enquanto a esquerda reúne aqueles que estão dispostos, até certo ponto, a arriscar a ordem em nome da justiça – ou em nome da justiça e da proteção ambiental, que só na segunda metade do século XX assumiu estatuto de objetivo político fundamental das sociedades modernas. Adicionalmente, a esquerda se caracteriza por atribuir ao Estado papel ativo na redução da injustiça social ou da desigualdade, enquanto a direita, percebendo que o Estado, ao se democratizar, foi saindo do controle, defende um papel do Estado mínimo, limitado à garantia da ordem pública, dando preponderância absoluta para o mercado na coordenação da vida social (BRESSER-PEREIRA, 2006, pp. 26-27).

Apesar da defesa da intervenção do Estado, e a oposição capitalismo/socialismo serem importantes para distinguir direita e esquerda, o elemento central, em Bresser-Pereira (2006), é a distinção entre a ordem, a justiça e a proteção do ambiente. Desse modo, quando se trata da ordem, a direita vê a supremacia da ordem sobre a igualdade, que evidencia um risco à manutenção do poder. A esquerda, por outro lado, busca a igualdade, posto que considera que,

entre a justiça e a ordem, há uma contradição, em que o regime democrático ajudaria a solucionar, sempre levando em consideração os movimentos sociais.

Ao levarmos essas discussões para o âmbito da semiótica discursiva, partimos da noção de fronteira, de Hammad (2004). A escolha por esse caminho parte da dificuldade em categorizar a oposição entre direita e esquerda pela relação de contrariedade, que inicialmente havíamos proposto, entre igualdade e desigualdade. Logo, optamos por um percurso que permitirá a construção de um campo tensivo da direita e da esquerda. Mas, principalmente, evidenciarmos que os dois espectros políticos têm sua base na igualdade, contudo, a esquerda a compreende pelo viés social, e a direita, pela ordem e igualdade jurídica, manifestada quando direita só se manifesta pelos privilégios hierárquicos e pela divisão de classes.

De acordo com Hammad (2004, p. 5), a fronteira divide dois sujeitos localizados no interior de seu território, opondo-se a um adversário de fora<sup>1</sup>, mantendo, portanto, uma relação polêmica com os actantes envolvidos. Há, segundo o autor, um sujeito (S1) em seu espaço (E1), e um outro sujeito (S2), localizado no espaço (E2), separados por uma fronteira, que funciona de limite para os dois territórios diferentes. No entanto, os dois sujeitos lutam por um mesmo objeto-valor, que é o espaço (E3), o que propicia uma luta pela “eliminação de um dos sujeitos, a fim de salvar a integridade do objeto em benefício do outro sujeito<sup>2</sup>” (HAMMAD, 2004, p. 3 – tradução da autora).

Seguindo o que propõe Hammad (2004), constatamos que, tanto o actante S1 (esquerda), quanto o actante S2 (direita), possui um espaço de referência (E1 e E2). Para a delimitação de cada um deles, recorreremos a Mattos (2020), que explica que o espaço da esquerda tende a promover a igualdade social, negando, nesse caso, qualquer categoria de desigualdade considerada injustificada, como a econômica. Seguindo essa linha de pensamento, Mattos explica que a esquerda busca a valorização da coletividade, considerando a sociedade “como um coletivo, que deve agir em benefício daqueles que são percebidos como em desvantagem relativa a outros dentro na mesma sociedade” (2020, p. 18). Logo, a esquerda visa ao empoderamento de grupos não representados, ou sub-representados, que têm o intuito de chegar ao poder. Em outras palavras, a esquerda apresenta temas como igualdade de classe, de gênero e de raça, figurativizados em discursos contra o racismo, contra o machismo e contra a

---

1 Nas palavras do autor: “L’usage des termes frontière et front présuppose un sujet situé à l’intérieur de son territoire, s’opposant à un adversaire extérieur” (HAMMAD, 2004, p. 5).

2 “[...] à l’élimination de l’un des sujets afin de sauvegarder l’intégrité de l’objet au profit de l’autre sujet (HAMMAD, 2004, p. 2).

discriminação às lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e a outras nomenclaturas de orientação sexual (LGBTQ+).

Por outro lado, o espaço da direita considera a desigualdade social como natural e inevitável (MATTOS, 2020), e procura promover a igualdade político-jurídica, percebida como satisfatória, para possibilitar garantias iguais aos indivíduos da sociedade. Os principais temas da direita versam sobre ordem, liberdade, meio privado e individualismo. Este último, relaciona-se com o fato de que os interesses individuais devem prevalecer sobre os de grupos, e do próprio Estado. Diante disso, Mattos acrescenta que “a ajuda às pessoas em necessidade na sociedade deve ser uma decisão dos indivíduos e não uma imposição do Estado ou da coletividade” (2020, p. 18), levando, portanto, a direita, ao individualismo. Assim, a direita visa preservar ou avultar o *status quo* de grupos que já possuem algum tipo de poder, uma representatividade na sociedade, e busca à estratificação social, por nascimento ou por meritocracia, exemplificados por meio de movimentos tradicionalistas, conservadores, nacionalistas e religiosos.

Contudo, vale ressaltar que esses espaços políticos não possuem valores eufóricos e disfóricos fixos, visto que eles variam segundo o contexto em que estão inseridos. Conforme explica Mattos (2020), uma visão política “liberal” pode ser considerada como de esquerda, nos Estados Unidos, ao passo que, na França, esse tema está associado à direita, já que a esquerda, normalmente, volta-se para temas como o socialismo.

Logo, se cada um dos actantes (esquerda e direita) são dotados de um espaço de referência, pelo quê, eles lutam? Para Hammad (2004, p. 3), a luta é pelo espaço três (E3), que aparece como um quinto actante. Figurativamente, ele pode ser o poder político, a aprovação de um determinado projeto, a manutenção de um espaço político, entre outros. Portanto, o que temos é uma relação polêmica entre S1 e S2 pelo E3. Além disso, Hammad (2004) ressalta que a incorporação do E3 ao E1 ou E2 elimina uma das fronteiras, criando, ao mesmo tempo, o aparecimento de uma nova fronteira. A título de exemplo, imaginemos uma campanha política em que a direita está no poder e, conseqüentemente, possui o E3. Este integra o território de S2 e teríamos a seguinte equação:  $S2 = E2 + E3$ . Desse modo, a fronteira passa a ser sobre esses dois espaços e S2. Vejamos na imagem 1.

Imagem 1 - Simulação de fronteira da direita



Fonte: Elaborado pela autora, com base em Hammad (2004, p. 3).

Com efeito, a esquerda (S2) buscaria conquistar E3 para alcançar seu objeto-valor, nesse caso, o poder político mediante a eleição, por exemplo. Por conseguinte, a luta dos sujeitos S1 e S2 é antagônica, propiciando uma instabilidade na fronteira com E3. Contudo, Hammad (2004) explica que pode haver uma estabilidade, total ou parcial, entre S1 e S2, passando, desse modo, para uma relação contratual. Porém, essa suposta estabilidade não traduz necessariamente uma modificação do *quer* do espaço de cada actante, pois bastaria um *querer-poder* de um dos dois para causar um novo conflito.

Dando continuidade à nossa construção dos campos políticos da direita e da esquerda, percebemos que os espaços elencados, anteriormente, nos levam a uma isotopia política de cada um, dos dois espectros. De acordo com Landowski (1992), os discursos políticos são aqueles que se ligam a uma mesma isotopia política, alcançada por meio da semântica discursiva, em que será considerado “político o discurso que fala ‘de política’” (LANDOWSKI, 1992, p. 206) e, que fornece, ao mesmo tempo, as opções ideológicas daquele determinado campo. Desse modo, articulando os pensamentos de Bobbio e de Landowski, o que difere a direita da esquerda são os temas e as figuras que cada espectro apresenta, em relação à igualdade. Os principais temas e figuras da direita e da esquerda estão relacionados na tabela 1.

Tabela 1- Temas e figuras da esquerda e da direita

Funções	Esquerda	Direita
Temas e figuras	Igualdade social	Igualdade política-jurídica
	Coletividade	Individualidade
	Igualdade de raça e gênero	Ordem
	Empoderamento de grupos não representados	Preservação do <i>status quo</i> dos grupos dominantes
	Contra a desigualdade social	Meritocracia
	Estado que visa a redução da desigualdade	Estado mínimo, limitando à garantia da ordem pública

Fonte: Elaborado pela autora.

A tabela 1 nos permite elencar os principais temas que ligam a isotopia da direita e da esquerda, demarcando seus espaços e suas dicotomias, mas, principalmente, reforçando o valor da igualdade para cada um dos espectros, ou, em outros termos, as ideologias presentes nas duas esferas. Tais pontos são instaurados nos textos da direita ou da esquerda para caracterizar a prática de quem os enuncia, sendo, portanto, isotopias com características positivas, do ponto de vista argumentativo do enunciador, e sancionadas positivamente com o enunciatário que compartilhar desse mesmo sistema de valores.

Em vista disso, evidenciamos que a esquerda tem seu foco na coletividade e na valorização de indivíduos altruístas, em que o Estado deve propiciar segurança social aos indivíduos, independentemente de suas condições e ações. Assim, a igualdade social é vista como eufórica, e as desigualdades sociais, principalmente econômicas, como disfóricas. Em contrapartida, a direita foca no individualismo, nesse caso, em que cada sujeito deve arcar com os resultados de suas decisões. Com isso, ela promove a igualdade político-jurídica, entendida, por esse grupo, como suficiente para promover as mesmas oportunidades entre os indivíduos; além disso, a desigualdade social é vista como inevitável e natural, proveniente da competição entre os sujeitos livres. Sob esse viés, a ajuda aos grupos minoritários não é uma obrigação do Estado ou da coletividade, como prevê a esquerda, mas deve ser uma decisão individual de cada cidadão.

Toda essa construção nos leva um ponto levantado anteriormente: a dicotomia igualdade *versus* desigualdade, que esperávamos encontrar não é capaz de nos mostrar, de forma satisfatória, as diferenças entre direita e esquerda, já que os eixos encontrados na tabela 1 e nas discussões anteriores nos evidenciam que os dois aspectos têm, como base, a igualdade, mas o que as difere é, justamente, o ponto de vista em relação à ela. Portanto, optamos por seguir um outro caminho, que nos permitirá traçar as valências que constituem os valores dos espectros da direita e da esquerda, usando a metodologia de identificação, apontada em Lara e Matte (2009, p. 95), e relacioná-las com os temas e figuras identificadas na tabela 1.

Fontanille e Zilberberg (2001) propõem dois tipos de relação nas combinações de valências (valores dos valores)<sup>3</sup>, a saber: (i) um sistema converso, em que as valências estão no mesmo sentido, indo de encontro ao princípio de participação, quanto mais, mais ou quanto menos, menos; (ii) um sistema inverso, neste caso, as valências diferenciam pela sua inversão,

---

3 No capítulo 02, esses conceitos serão abordados mais profundamente.

isto é, quanto mais, menos ou, quanto menos, mais. De acordo com Lara e Matte (2009), a partir disso, devemos

[...] pensar cada categoria, cada gradiente como uma profundidade do discurso, sendo uma delas extensa (eixo horizontal) e a outra intensa (eixo vertical), podemos, a partir da análise de qualquer texto, determina as profundidades semânticas que determinam o sistema de valores em jogo e, assim, determina o modelo tensivo desse mesmo texto, que tomaríamos como modelo gráfico do estilo semiótico. Os modelos, portanto, seriam *conversos* se a relação é *mais pede mais e menos pede menos*; *inversos* se a relação é a oposta: *mais pedindo menos* e vice-versa (LARA, MATTE, 2009, p. 109).

Diante disso, e com base nos elementos listados na tabela 01, estabelecemos, assim como propõem Matte e Pereira (2010, p. 4), que o eixo da extensidade varia da unidade à totalidade. Essa relação fundamenta-se nos trabalhos desenvolvidos por Brøndal (1986), referentes à quantificação (GREIMAS; COURTÉS, 2016, p. 508). Em seu estudo, o autor busca uma diferenciação entre os pronomes indefinidos que exprimem suas quantidades, separando, de um lado, os termos integrais (*unus, solus, totus*) e, de outro, os termos numéricos (*nemo, quis, alius, omnis*) (BRØNDAL, 1986, p. 11). Nesse contexto, os integrais exprimem uma ideia de bloco, de massa, e os numéricos referem-se à um estilo quantitativo mais refinado.

Nesta tese, trabalharemos com o eixo *totus/unus*, isto é, totalidade e unidade numa perspectiva de extensidade (MATTE; PEREIRA, 2010). De acordo com Brandt (1986, p. 5), a etimologia de *totus* liga-se a um estilo social integrista que caracteriza um sujeito coletivo, em que há uma absorção dos indivíduos, por meio de uma totalidade. O autor explica que, no *unus*, ocorre o contrário, os indivíduos são expulsos dessa totalidade, negando-a, identificando-se como unidades. Essas definições nos levaram a pensar na questão dos pontos de vista da igualdade, para os espectros de esquerda e direita, mas, especificamente, no coletivismo e no individualismo. Logo, teríamos a seguinte representação do eixo da extensidade (Imagem 2).

Imagem 2 - Delimitação do eixo da extensidade dos espectros de esquerda e direita



Fonte: Elaborado pela autora, com base em Matte e Pereira (2010, p. 5).

Assim, para a esquerda, o sentido está no todo, e não necessariamente nas partes, isto é, em uma coletividade. Como ressaltam, Matte e Perreira (2010, p. 4), esse todo visa à “noção de solidariedade de um grupo social”. Logo, a esquerda estaria para uma totalidade integral (*totus*), conforme a proposta de Brøndal (1986), em que o sentido está no que os homens têm em comum, e não no que os divide. Esse produto final, por mais que seja heterogêneo, possui um sentido na continuidade, ou seja, o sentido se constitui *na* e *pela* igualdade social. Em contrapartida, o espectro da direita privilegia a unidade integral (*unus*) e a descontinuidade, aspirando ao individualismo, em que o sentido está *pelas* e *nas* partes, na igualdade política-judiciária, em que as partes desiguais são as regras, definida no individualismo.

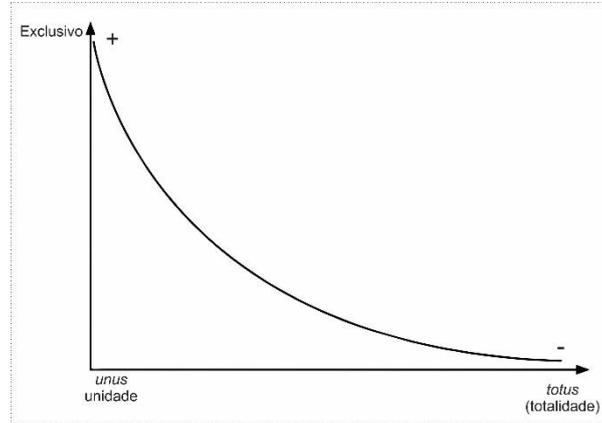
Seguindo os passos propostos por Lara e Matte (2009), partimos para a identificação das valências de intensidade, restringindo-nos às acepções efetivamente usadas para a descrição dos espectros de direita e esquerda, empregadas neste capítulo. Vimos que o foco de cada um dos espectros está na noção de igualdade, contudo, com concepções diferentes da mesma. Assim, partindo da temática coletivismo (esquerda) e individualismo (direita), e por uma busca lexical (HOUAISS, 2021), obtemos os seguintes correlatos:

- § coletivo: público – inclusivo – abrangente – acessível – comunitário;
- § individual: particular – excludente – restrito – pessoal – privativo.

Mediante esta listagem, realizamos uma filtragem, com base nas definições encontradas no *Dicionário Houaiss* (2020), e delimitamos as categorias “inclusivo” e “exclusivo”. Elas se definem como: **inclusivo** (que promove inclusão social <educação i.> <políticas i.>); **exclusivo** (que, por privilégio, pertence ou se destina a alguém, ou a um grupo específico, privado, restrito <elevador para uso do juiz>. Desse modo, constatamos que, para a direita, a inclusão social é eufórica, mais intensa, e a exclusão, menos intensa; em contrapartida, o privilégio de pertencer a um determinado grupo, por meio da meritocracia, por exemplo, é visto como eufórico e intenso para a direita, e a inclusão social, disfórica.

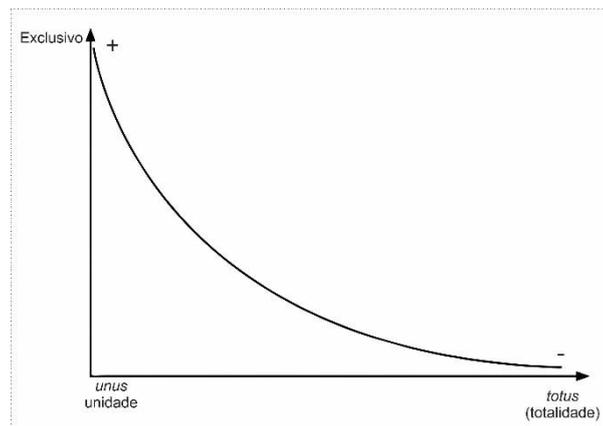
Por esse caminho, entendemos que as valências da extensividade, para ambos os espectros, configuram-se pelo par *unus* e *totus*, e o eixo da intensidade é compreendido de acordo com o ponto de vista que a direita e a esquerda têm sobre a igualdade: uma, como exclusiva e, a outra, como inclusiva, respectivamente. Desse modo, depreende-se os seguintes sistemas tensivos, como se vê, nas imagens 3 e 4.

Imagem 3 - Campo tensivo da esquerda



Fonte: Elaborado pela autora.

Imagem 4 - Campo tensivo da direita



Fonte: Elaborado pela autora.

Os sinais “+” e “+”, no gráfico da esquerda (Imagem 3), sinalizam a foria do texto, positiva e positiva, respectivamente. Assim, o regime de sentido criado apresenta um gráfico converso entre as grandezas tensivas, em que, quanto mais/inclusivo/mais/totus/. Sinalizamos, desse modo, que há uma tonicidade para a coletividade, em um espaço aberto, em que o Estado visa à redução da desigualdade, e com um campo de presença aberto, com uma maior apreensão do todo. Dito de outro modo, a inclusão social aumenta conforme as ações do Estado ampliam a segurança social à totalidade dos indivíduos, independentemente de suas condições e ações.

Por outro lado, o regime de sentido, construído no gráfico tensivo da direita (Imagem 4), propõe uma relação inversa (sinalizados pelo “+” e “-”) entre as dimensões, em que o aumento da intensidade, isto é, do exclusivo, diminui a extensidade, a totalidade.

Diferentemente da esquerda, a tonicidade tende à individualidade, com um campo de presença fechado, em que o foco passa a ser o excludente da igualdade, ou seja, a desigualdade social é vista como inevitável e natural, e o Estado deve promover uma igualdade política-jurídica, sendo satisfatória para criar oportunidade entre os indivíduos.

Essas noções podem ser melhor observadas na tabela 02, adaptada de Matte (2019, p. 138), que nos possibilita elencar elementos abstratos da configuração tensiva, indicativa de valores e valências.

Tabela 2 - Análise de elementos abstratos da configuração tensiva

	Descrição	Esquerda	Direita
Chamados universais	Referência as categorias de <i>totus</i> e <i>unus</i>	<i>Totus</i> O sentido está na igualdade social, no que os homens têm em comum e não no que os divide. Coletivismo	<i>Unus</i> O sentido está na igualdade política-judiciária, em que as partes desiguais são regras, isto é, o individualismo.
Presença do sujeito	Relativa ao eixo átono vs. tônico, no que se refere à relação entre coletividade e individualidade	Tônico – coletividade Átono – individualidade  O foco é na coletividade, em um sujeito ativo que age na valorização do todo.	Tônico – individualidade Átono – coletividade  O foco é na individualidade, em que os sujeitos devem arcar com os resultados de suas decisões, submetendo-se ao processo do Estado.
Abertura	Espacialidade entre fechado e aberto relativo ao Estado. É relativo ao fluxo espacial, o primeiro restritivo ao fluxo e o segundo extensível.	Aberto O Estado que visa a redução da desigualdade	Fechado Estado mínimo, limitando à garantia da ordem pública.

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Matte (2019, pp. 138-140).

Para além disso, Bobbio (2011) afirma que, no campo político, há muito mais do que a direita e a esquerda, a exemplo do “meio”, uma ala central e mais moderada; e os extremos, independente de qual lado for, têm em comum a antidemocracia, o ódio, a intolerância. O autor denomina o centro, por exemplo, como o Terceiro Incluído que, em determinados sistemas democráticos pluralistas, constituem a maior parte do sistema político. Para o autor, além da direita, da esquerda e do centro, teríamos um espectro político em que existem outras

intermediações, que seguem um contínuo, em que não há limites fixos, tais como podemos observar, abaixo:

a) extrema-esquerda: movimentos igualitários e autoritários, como os movimentos anarquistas, que visam o fim do Estado e de qualquer tipo de dominação, além de rejeitar o sistema capitalista;

b) centro-esquerda: também conhecido como socialismo liberal, voltados para doutrinas e movimentos igualitários e libertários;

c) centro-direita: movimentos com doutrinas libertárias e inigualitárias, como os partidos conservadores;

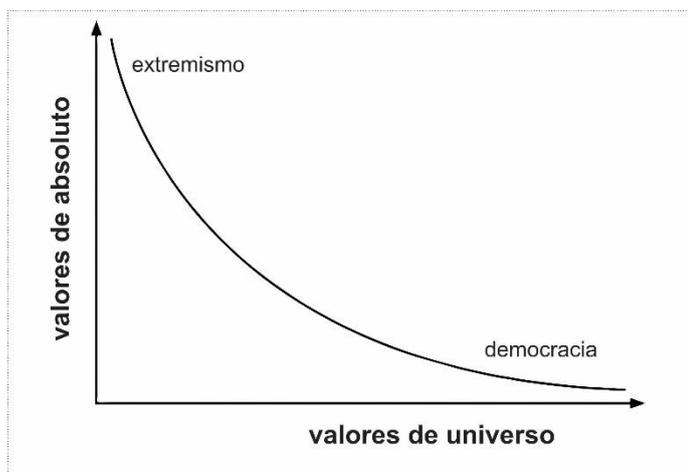
d) extrema-direita: movimento marcado pelo antiliberalismo, sendo, também, anti-igualitários, em que o exemplo mais conhecido da história são o fascismo e o nazismo.

Podemos distinguir a diferença entre centro-direita e centro-esquerda na concepção que ambos apresentam, sobre a igualdade. Já, para diferenciar a ala extremista, tanto para a direita quanto para a esquerda, é necessário averiguar sua postura diante da liberdade. Bobbio (2011) reforça, ainda, que o fascismo e o comunismo têm, como inimigo comum, a democracia formal, com suas regras que permitem a alternância entre a direita e a esquerda. Assim, a partir da dicotomia entre esquerda e direita, deriva-se os extremos e os centros.

Posto isso, conforme explica Bobbio (2011), há a díade extremismo *vs.* moderantismo. De acordo com o autor, esses dois campos referem-se aos modos ou instrumentos utilizados para valer suas ideias políticas, sejam elas de esquerda ou de direita. Eles utilizam, portanto, das isotopias, dos temas e figuras da esquerda e da direita para fundamentar seus ideais, sejam eles antidemocráticos – no caso da ala extremista, com uma radicalização e ruptura social –, ou, em contrapartida, com *locus* na democracia – como o moderantismo (BOBBIO, 2011).

Para trabalhar essas relações, recorreremos às valências da triagem e da mistura (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001), que serão vistas, detalhadamente, no capítulo dois. Por ora, cabe mencionar que a triagem direciona para valores do absoluto, com um campo de prospecção mais fechado, buscando uma purificação e exclusão. Já a mistura volta-se para os valores do universo, com um campo aberto, que tende a incluir elementos no conjunto. Dessa forma, a ênfase dos campos extremistas são os valores do absoluto, e os dos centros (moderados), a mistura.

Imagem 5 - Representação tensiva extremismo e moderantismo



Fonte: Adaptado de Fontanile e Zilberberg (2001, p. 47).

Ao observarmos o esquema tensivo (Imagem 5), notamos que os sistemas extremistas possuem, como ápice, os valores de absoluto, com detrimento de sua extensão. Normalmente, esses regimes atingem o campo de presença do sujeito de forma vertiginosa, por meio de golpes militares ou políticos. Além disso, eles apresentam similaridades políticas com o totalitarismo, a centralização do poder, o autoritarismo, o radicalismo (desejo de mudanças abruptas e irruptivas) e a rejeição a correntes moderadas.

Contudo, a extrema-direita e a extrema-esquerda defendem a unidade de determinados valores, como movimento antiliberalismo e anti-igualitários, para a extrema-direita, e movimentos igualitários e autoritários, para a extrema-esquerda, diferenciando os temas e o projeto político de cada um. Assim, os pontos que os unem referem-se às posições adotadas pelos extremistas em relação aos seus posicionamentos contra a democracia liberal capitalista, mas com ressalvas. Pois, se pensarmos no fascismo, corrente ligada à extrema-direita, a organização capitalista é mantida, mas afasta-se de aspectos ligados à pluralidade dos costumes sociais, buscando uma eugenia e mantendo o conservadorismo. Em contrapartida, o comunismo chinês e o stalinismo, representando a extrema-esquerda, rejeitam apenas o aspecto da propriedade privada individual.

Segundo Mattos (2020), o stalinismo é autoritário, mas prega a coletividade. Já o nazismo, de Hitler, apesar de autoritário, tem uma política econômica que tende ao liberalismo. A linguagem também é uma característica dos regimes extremistas, como podemos notar nas colocações da analista do discurso, Béatrice Turpin (2012), a partir dos estudos realizados sobre obras do autor Victor Klemperer:

[...] as observações de Klemperer nos permitem circunscrever algumas características que nos parecem específicas ao totalitarismo e que formam o que chamamos aqui de

uma semiótica da linguagem totalitária. São estes os traços: a linguagem totalitária investe em todos os canais e suportes; investe também nas esferas públicas como nas esferas privadas; possui uma homogeneidade assustadora; está irredutivelmente ligada à violência e à morte. É uma linguagem que sente o sangue e a morte, como diria Klemperer; é uma linguagem forçada, a-histórica, inteiramente ideológica; ela afasta o sujeito do seu próprio pensamento; é uma linguagem do tipo místico (TURPIN, 2012, pp. 66-67)<sup>4</sup>.

Consideramos, portanto, que o discurso totalitário deixa transparecer marcas do autoritarismo, da intolerância e do pensamento fascista. Esses discursos, como propõe Turpin (2012), que legitimam a ideologia totalitária, repulsam qualquer discurso que seja diferente ao seu, indo, desse modo, em direção à triagem, unicidade, dos valores do absoluto.

Em complementariedade, Landowski (2020) afirma que o totalitarismo é um regime político em que a coletividade encontra-se sujeitada a princípios rígidos e imutáveis, sendo regidos pela sintaxe interacional da programação. Isto é, as interações entre os agentes se dão através de orientações planejadas, visando à redução de comportamentos “individuais e coletivos à execução de algoritmos preestabelecidos” (LANDOWSKI, 2020, p. 22).

Contudo, o semioticista ressalta que, atualmente, devido aos “novos dispositivos de controle individual em grande escala” (LANDOWSKI, 2020, p. 22), ou seja, os instrumentos de vigilância informática, existe o desenvolvimento de um totalitarismo *soft*. Coberto por uma aparência mais leve, e, por muitas vezes, bem-aceito pela população, ele apresenta doutrinas tão eficazes quanto sua versão *hard*, como é o caso da agenda política de Bolsonaro, que veremos adiante. Enfim, são gradações do extremismo, que difere para a direita ou para a esquerda pelas diferenças de valores e temas. São regimes marcados pela triagem, pelo fechamento, tendendo a uma separação, que retira ou acrescenta elementos com o objetivo de tornar-se exclusivo, por meio dos valores do absoluto.

Diferentemente, o sistema moderado adota uma extensão máxima, ligando-se aos valores do universo, com valências da mistura. Isso se deve ao fato do moderantismo ter como base a democracia, compreendida por um aspecto contínuo, favorecendo a troca, a negociação e a aliança (FIORIN, 2003). Em relação à democracia, Landowski (2019) afirma que, mesmo alguns partidos ou movimentos totalitários, sejam eles ditadores ou populistas, se proclamavam democratas. Para o autor, o termo “não é, em si mesmo, de grande clareza, uma vez que, no

---

4 Tradução do original: “[...] les observations de Klemperer nous permettent de circonscrire des caractéristiques qui nous semblent être spécifiques au totalitarisme et qui forment ce que nous appelons ici une sémiotique du langage totalitaire. Ces traits sont les suivants: le langage totalitaire investit tous les canaux, tous les supports; il investit les sphères tant publiques que privées; ce langage a une ‘homogénéité effroyable’; il est irréductiblement lié à la violence et à la mort. C’est un langage qui ‘sent le sang et la mort’, dira Klemperer; c’est un langage forcé, anhistorique, entièrement idéologique; il désinvestit le sujet de sa propre pensée; c’est un langage de type mystique.”

passado, se conheceu ‘democracias populares de caráter tipicamente totalitário e que se multiplicam atualmente ‘democracias liberais’’, de forte tendência absolutista (como na Hungria, na Polônia ou na Itália) (LANDOWSKI, 2019, p. 23).

Todavia, conforme expõe Landowski (2019), na presente conjuntura política, a democracia se concentra em duas formas, a saber: representativa ou diretas. A primeira é praticada na maioria dos países ocidentais, sendo regida, em termos de semiótica da interação, pela manipulação. Desse modo, na democracia representativa, o povo delega um *poder-fazer* a um sujeito, por meio de eleições diretas. Vista sob essa ótica, as eleições diretas instruem um contrato entre o sujeito eleitor – que deseja transformar ou manter sua situação – e o sujeito eleito.

Assim, existe uma intencionalidade característica do regime de manipulação, pois ao eleger alguém, o sujeito eleitor doa competências do *dever-fazer* e *poder-fazer* ao sujeito eleito em seu nome, o que implica, também, um *querer-fazer* e um *saber-fazer*. Em vista disso, há um contrato de confiança instaurado, que implica um compromisso entre os dois sujeitos, o eleitor e o eleito. Caso não seja cumprido esse acordo, o sujeito eleito pode ser julgado negativamente, não ser reeleito ou, em alguns casos, perder o seu cargo por meio de pressão popular, jurídica e/ou política, como os processos de *impeachment*.

A democracia representativa está, conforme explana Landowski (2001), no âmbito do que o autor chama de “a política”. Isto é “um espaço fechado no interior do qual um certo número de homens e de instituições previamente reconhecidas como dele ‘fazendo parte’ exercem diferentes funções repertoriadas e codificadas” (LANDOWSKI, 2001, p. 40).

Diante disso, o estatuto “da” política volta-se para um regime de significação em que cada segmento da sociedade, cada indivíduo articula, dentro de sua “família ideológica”, representações de mundo que “torne as coisas mais ou menos inteligíveis” (LANDOWSKI, 2001, p. 41). Ou seja, busca uma identificação com os valores ofertados pelos espectros políticos, mesmo que sejam àqueles totalitários. Existe, dessa maneira, uma confluência de temas, que liga determinados segmentos a um tema específico.

Por outro lado, a democracia direta visa “à participação de todos os cidadãos na tomada de decisão, sem passar pela intermediação de representantes eleitos” (LANDOWSKI, 2019). Esse regime se consolida graças aos meios de comunicação digitais. É o que acontece, como veremos adiante, com o uso dos *sites* de redes sociais, como o *Facebook*, para o despontar do ciberativismo político, tão importante para as manifestações que ocorreram no Brasil, a partir de junho de 2013.

Assim, a democracia direta representa o que Landowski (2001) intitula de “o” político, que possui sua existência em uma criação coletiva. Conforme explica o autor, “‘o’ político não é outra coisa que o sentido, em ato. Suas formas mutantes não fazem mais nada do que traduzir a maneira específica pela qual uma coletividade se sente ela mesma como tal no momento em que o *estar-junto* de seus membros começa a *fazer sentido*” (LANDOWSKI, 2001, p. 40). Portanto, “o” político correlaciona-se com o regime do ajustamento, de uma interação entre iguais, por meio de experiências vividas por sujeitos dentro de uma totalidade, de um grupo, como perceberemos mais adiante, ao tratarmos das Manifestações de 2013.

De fato, a democracia direta só se concretiza se a sensibilidade e a disponibilidade<sup>5</sup> estiverem atuando juntas (LANDOWSKI, 2020). Entretanto, não é o que ocorre em governos populistas<sup>6</sup>, como o de Bolsonaro e de Trump. Nesse caso, Landowski (2020, p. 25) explica que o populismo “apoia-se exclusivamente no contágio do sentir”, ou melhor, no sensível do ajustamento. Há, portanto, o uso unilateral do contágio, em que visa à eliminação do outro, seja por absorção ou fusão. Sob esse ponto de vista, o populismo de tais políticos e, também, de outros, utiliza do caráter estésico do ajustamento, com a finalidade de manipular, não só no sentido semiótico de persuasão, mas, também, em sua acepção pejorativa, levando à submissão das massas, reduzindo-as a não-sujeitos, programados por uma lógica do sensível, que prevalece sobre a lógica dos argumentos cognitivos.

No que se refere à ala moderada, fincada na democracia, varia de acordo com os temas da direita e da esquerda, mas com a diferença de possuir um campo aberto, propício para misturas, isto é, para alianças de partidos, que não necessariamente pertencem ao mesmo espectro. Normalmente, segundo Mattos (2020), são partidos de centro, centro-esquerda e centro-direita, que possuem como tema a negociação, característica da faceta política partidária. Para tanto, esses espectros possuem um viés dinâmico, com “uma extensidade sem intensidade (a democracia, o universal, que deve valer para todos)” (PRADO; BUENO, 2019, p. 8). São partidos que estão dispostos a se misturar e negociar politicamente com seus oponentes, ou seja, renunciam algumas pautas para aceitar outras, em nome da governabilidade.

---

5 Landowski (2020, p. 24) entende que a disponibilidade é uma característica do sujeito ajustado, isto é, um sujeito disponível, propiciando uma reciprocidade entre os dois parceiros da interação, em que suas relações podem assumir uma forma de co-criação de sentido.

6 Assim como Laclau (2013), compreendemos que o populismo é um tipo específico e legítimo de articulação política, podendo tanto ser de esquerda ou de direita, a depender da sua organização. Em geral, o populismo de esquerda visa àquilo que Laclau e Mouffe (2015) intitularam de “democracia radical”, isto é, existe uma comunhão entre a luta dos trabalhadores e a luta contra o racismo, o sexismo e a discriminação sexual. Em contrapartida, o populismo de direita é autoritário, combinando temas ressonantes do conservadorismo orgânico – nação, família, dever, autoridade, padrões, tradicionalismo – com os temas agressivos de um neoliberalismo renovado – interesse próprio, individualismo competitivo, antiestatismo”. (HALL, 1988, p. 48).

Para além disso, acreditamos, como Tarouco e Madeiro (2013), que o colapso do socialismo no leste europeu e os movimentos fascistas possibilitaram aproximação entre centro, esquerda e direita. Os três, apesar de pregarem pontos díspares, adotaram, no mundo pós Guerra-Fria, um objetivo comum: a defesa da democracia, que deixa de ser “entendida como contraposta à monarquia ou ao domínio da aristocracia, para ser interpretada como o contraponto dos extremismos de esquerda e de direita” (TAROUCO; MADEIRO, 2013, p. 158). Portanto, são partidos que estão direcionados aos valores do universo.

Ressaltamos, contudo, que entre a triagem e a mistura há graus intermediários, visto que “os polos não são isolados, havendo movimento de um lado a outro, na medida em que ocorre pressão social pela circulação dos valores” (PRADO; BUENO, 2019, p. 18). Partindo dessa premissa, os espectros políticos não possuem uma definição que encaixe cada corrente em um ponto, pois há uma circularidade entre elas, por meio de métodos e valores iguais. Para além disso, dentro de um mesmo eixo pode haver divergências. Como propõe Mattos (2020), há partidos de esquerda que se opõem entre si, assim como partidos conservadores veem o libertarianismo<sup>7</sup> individualista aquém das ideias de direita.

Mediante o exposto, inferimos que traçar uma definição exata e encerrada, sobre o que é a direita ou a esquerda, é um caminho arriscado, uma vez que poderíamos criar categorias impróprias ou em dissonância com as articulações políticas vigentes. Por isso, adotamos, nesse trabalho, que ser de direita, de esquerda ou de centro está ligado a percepções e ao campo de negociações, pois um partido de esquerda pode se dizer contra o liberalismo econômico, mas, ao assumir o poder, seguir toda a cartilha liberal. Ademais, a diferenciação entre direita e esquerda consiste em um campo de percepção intimamente ligado ao contexto de uma determinada época e a suas possibilidades históricas.

No contexto brasileiro, temos um país pluripartidário, com 33 partidos políticos com registro válido no Tribunal Superior Eleitoral (TSE)<sup>8</sup>. Lenzi (2020) apresenta uma tabela com esses partidos e seus posicionamentos políticos, de acordo com dados oriundos de métricas qualitativas das ciências políticas, conforme tabela 3:

---

7 Adotaremos aqui a definição de Ebenstein (2015, p. 139), em que o libertarianismo é visto como confiança absoluta no mercado, sendo este responsável por regular as relações humanas, ou seja, “as funções do governo e gastos seriam bastante reduzidos em praticamente todas as áreas em todos os níveis de governo, deixando um Estado ‘vigia noturno’ para, essencialmente, proteger os direitos de propriedade privada”.

8 Disponível em: <http://www.tre-ba.jus.br/partidos/partidos-politicos/partidos-politicos-registrados-no-tse>. Acesso em: 1 jul. 2020.

Tabela 3 - Partidos políticos 2020

Sigla	Nome	Legenda	Espectro político
MDB	Movimento Democrático Brasileiro	15	Centro
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	14	Centro
PDT	Partido Democrático Trabalhista	12	Centro-esquerda
PT	Partido dos Trabalhadores	13	Centro-esquerda
DEM	Democratas	25	Centro-direita
PcdoB	Partido Comunista do Brasil	65	Extrema-esquerda
PSB	Partido Socialista Brasileiro	40	Centro-esquerda/esquerda
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	45	Centro/centro-direita
PTC	Partido Trabalhista Cristão	36	Centro/centro-direita
PSC	Partido Social Cristão	20	Direita
PMN	Partido da Mobilização Nacional	33	Esquerda
CIDADANIA	Cidadania	23	Centro-esquerda
PV	Partido Verde	43	Centro-esquerda
AVANTE	Avante	70	Centro
PP	Partido Progressista	11	Direita
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	16	Extrema-esquerda
PCB	Partido Comunista Brasileiro	21	Extrema-esquerda
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	28	Extrema-direita
PHS	Partido Humanista da Solidariedade	31	Centro-direita
DC	Democracia Cristã	27	Centro-direita
PCO	Partido da Causa Operária	29	Extrema-esquerda
PODE	Podemos	19	Centro
PSL	Partido Social Liberal	17	Direita/extrema-direita
REPUBLICANOS	Republicanos	10	Centro-direita
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade	50	Extrema-esquerda/esquerda
PL	Partido Liberal	22	Centro-direita
PSD	Partido Social Democrático	55	Centro
PATRIO	Patriota	51	Extrema-direita
PROS	Partido Republicano da Ordem Nacional	90	Centro-esquerda
SD	Solidariedade	77	Centro-esquerda/centro
NOVO	Partido Novo	30	Direita
REDE	Rede Sustentabilidade	18	Centro-esquerda
PMB	Partido da Mulher Brasileira	35	Centro-esquerda/centro
UP	Unidade Popular	80	Extrema-esquerda

Fonte: LENZI, 2020, s/p.

Além desses dados, o sistema político do Brasil é classificado, segundo Abranches (2018), como de presidencialismo de coalizão, que segundo o autor:

[...] nasceu em 1945, durou dezessete anos, descontando-se o interregno parlamentarista de setembro de 1961 a janeiro de 1963. Foi reinventado e praticado por trinta anos na Terceira República (1988-actual). Ele combina, em estreita associação, o presidencialismo, o federalismo e o governo por coalizão multipartidária. Evolui ao longo dessas três décadas, em mudanças de regras, em conjunturas bastantes variadas e com resultados diferenciados (ABRANCHES, 2018, s/p *ebook*).

Nesse sistema não há um campo só de esquerda ou só de direita, mas com outras associações. É necessário, como explica Abranches (2018), a construção de alianças, que permitirão a constituição do governo, seja por meio de distribuição de cargos ou pela implementação de políticas governamentais, que atendam ao contrato político existente na

coligação. Um exemplo é a aliança entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), atual Movimento Democrático Brasileiro (MDB), nos quatorze anos de mandato dos ex-presidentes, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, ambos do PT, tendo como vices, José Alencar e Michel Temer, do PMDB.

O PT, desde sua fundação, declarava-se como de esquerda e criticava o modelo econômico, adotado no octênio do ex-presidente, Fernando Henrique Cardoso (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB). De acordo com Kaysel (2015), nas eleições de 2002, vencida por Lula, o partido se inclinou ao centro, coligando-se ao PMDB e:

[...] construindo uma ampla coalizão para o governo e entrando em acordo com setores-chave das classes dominantes em torno da preservação da estabilidade macroeconômica. Esse deslocamento, associado à ênfase nos programas sociais de distribuição de renda, forma os dois pilares do octênio dos governos Lula da Silva, levando alguns de seus intérpretes a falarem no surgimento de um novo fenômeno político-ideológico no país, o “lulismo” (Singer, 2012). O sucesso político da coalizão de centro-esquerda encabeçada pelo PT deslocou a centro-direita, liderada pela aliança PSDB-PFL, cuja antiga plataforma, calcada na estabilidade monetária, acabou sendo absorvida parcialmente por seus antigos antagonistas (KAYSEL, 2015, p. 70).

Segundo Kaysel (2015), a direita brasileira, durante o governo petista, não estava apenas na oposição, sendo que o Partido Progressista (PP), de Paulo Maluf, herdeiro do PDS e da Arena – partidos de sustentação política do regime ditatorial, conhecidos como antiga direita – estavam na base de apoio de Lula e Dilma, desde 2003. Logo, “ainda que se possa dizer que se trataria de adesões fisiológicas, o pertencimento de tais partidos à direita é inegável” (KAYSEL, 2015, p. 70).

Um outro exemplo são as eleições presidenciais de 2014. A chapa eleita era composta pela Presidente, Dilma Rousseff (PT) e o vice, Michel Temer (PMDB), em que suas coligações se davam com os partidos PSD, PP, PR, PROS, PDT, PC do B e PRB. Na votação do *impeachment* da Presidente, na Câmara dos Deputados, que veremos mais detalhadamente nas seções a seguir, o PMDB, o PP, o PSD e o PR votaram a favor da cassação do mandato<sup>9</sup>. Isso sinaliza que o governo petista não conseguiu sustentar sua base no Legislativo, diminuindo a aprovação de leis de interesse do governo, além da impossibilidade de executar certas políticas públicas. Por conseguinte, esse jogo político evidencia o que chamamos de campo de perspectiva do espectro político, que se altera com os contextos e com os interesses que estão em jogo.

---

9 Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/veja-estados-e-partidos-que-mais-votaram-pelo-impeachment-na-camara.html>. Acesso em: 02 jul. 2020.

Cabe ressaltar o “centrão brasileiro”, que, de acordo com Marcelino et al. (2009), surgiu na redemocratização do Brasil, na época da Assembleia Constituinte, em 1987, por meio de uma aglutinação de parlamentares de partidos da direita e do centro, com o objetivo de frear o avanço da esquerda. Contudo, na sua origem, o centrão foi contra a esquerda e nada o impediu de se coligar com partidos esquerdistas, em eleições posteriores.

Para os autores, o centrão pode ser compreendido como partidos de baixo clero, no Congresso, que possui projetos ideológicos fluidos e que se adapta conforme seus interesses, e, por isso, consegue se manter sempre coligado aos partidos que estão no poder. Podemos inferir que uma das principais características desse grupo político é sua capacidade de barganhar nomeações a cargos públicos, uma vez que o centrão tem controle de dotações orçamentárias e um número significativo de apoiadores na Câmara dos Deputados, em outras palavras, tem o poder de realizar coalizões.

Devido à fluidez de posicionamentos e suas características de adaptação, listar quais partidos pertencem ao “centrão” pode ser uma tarefa difícil, mas, no contexto do nosso trabalho, 2013 e 2019, podemos dizer que o “centrão” ganhou forças a partir de 2014, e teve seu auge em 2015, com a eleição de Eduardo Cunha (MDB) como líder da Câmara dos Deputados<sup>10</sup>. O bloco, que antes apoiava a Presidente Dilma Rousseff, foi decisivo para seu *impeachment*. Outrossim, foi por meio dos votos do “centrão” que a Câmara barrou duas denúncias contra o, então Presidente, Michel Temer, que poderiam motivar um novo processo de *impeachment*.

Desse modo, apesar de todo o mecanismo de circulação entre partidos, a dicotomia direita e esquerda ainda é muito forte, na conjuntura brasileira de 2013 a 2019. Sendo assim, do ponto de vista do nosso *corpus*, o PT e o PSOL são vistos como partidos de esquerda, mesmo que o PSOL já tenha declarado fiscalizar o PT devido a divergências desse campo. Assim como o PSDB, um partido de centro/centro-direita (vide tabela 1), é posto como um partido de direita, em uma relação antagônica com o PT; e o PSL, como de extrema-direita, ou, como contemplaremos mais à frente, a nova direita do Brasil.

## 1.2 AS MANIFESTAÇÕES DE 2013

As manifestações de 2013, no Brasil, fazem parte de uma reação a protestos que aconteceram ao redor do mundo, entre 2011 e 2013, impulsionados pela crise do

---

10 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/29/entenda-o-que-e-o-centrao-bloco-na-camara-do-qual-bolsonaro-tenta-se-aproximar.ghtml> . Acesso em: 02 jul. 2020.

neoliberalismo, pelo crescimento do populismo autoritário e pelo uso exacerbado das redes sociais (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 18). Nesse contexto, dois casos se destacam: a “Primavera Árabe” e o movimento *Occupy Wall Street*. O primeiro foi caracterizado por uma série de revoltas populares que eclodiram no Oriente Médio e no norte da África:

A primeira grande reação à crise do neoliberalismo veio da esquerda, na forma de grandes manifestações que reinventaram o mundo nos protestos, dando origem às ocupações. O gatilho foi disparado em 2011, quando o vendedor ambulante Mohamed Bouazizi se suicidou ao colocar fogo em si mesmo para contestar as autoridades que confiscaram os produtos que sua família vendia na Tunísia. Impulsionada pelo uso das redes sociais, a onda de revolta se espalhou pelo mundo árabe em protestos contra a corrupção e o autoritarismo e pedindo por mais democracia (PINHEIRO-MACHADO, 2018, p. 18).

Além da Tunísia, no Egito, houve, depois de manifestações populares, a derrubada do Presidente Hosni Mubarak. Em suma, a pauta de reivindicações da “Primavera Árabe” tinha como foco a oposição às altas taxas de desemprego, às precárias condições de vida, à corrupção e aos governos autoritários. Com objetivos similares, o *Occupy Wall Street* ocorreu em 2011, e seu intuito era a luta contra a austeridade e a defesa da democracia real. O movimento tinha como *slogan* “Nós somos os 99%”, a qual referia-se à crescente desigualdade social que os Estados Unidos estavam enfrentando.

Essa onda de contágio atingiu o restante do mundo em diferentes temporalidades, eclodindo, no Brasil, em 2013, com as Jornadas de Junho. Para compreender esse cenário, partimos de um breve apanhado do governo da Presidente petista. De acordo com Alves (2020), Dilma Rousseff vivenciou dois momentos opostos em seu governo (2011 – 2016). No início do primeiro mandato – 2011 e 2012 –, a Presidente gozou de avaliações positivas da opinião pública, chegando a ter recorde de aprovação, no primeiro ano. Em relação às medidas políticas, a petista implementou ações diferentes do governo Lula, no que ficou conhecido como uma “faxina ética” contra a corrupção, atingindo o primeiro e o segundo escalão do governo. Para além disso, a Presidente investiu em políticas de incentivo à indústria nacional, garantindo maior intervenção estatal, isenção de impostos às empresas e redução de juros.

O ano de 2012 foi marcado pela prisão de alguns dos principais dirigentes do PT, em uma operação coordenada por juízes do Supremo Tribunal Federal (STF), que ficou conhecida como “Mensalão”. O escândalo estourou em 2005, no primeiro mandato do ex-presidente Lula (PT), e refere-se a pagamentos mensais a deputados dos mais variados partidos, para compra de apoio parlamentar no governo. Contudo, a Presidente Dilma manteve sua popularidade alta, devido à ampliação de políticas públicas e à manutenção da taxa de emprego.

No entanto, em 2013, o cenário começou a mudar. Vieram a público as operações de corrupção, lavagem de dinheiro e os altos gastos com a construção de estádios, para a Copa das

Confederações, de 2013 e a Copa do Mundo, de 2014. Somado a isso, houve, ainda, outros fatores:

a persistência dos índices de desigualdade social, inflação, denúncias de corrupção, clientelismo político, a PEC 37 (também conhecida como a PEC da Impunidade, projeto de emenda constitucional que tinha como objetivo implodir o poder investigatório do Ministério Público), assim como sentimento de impunidade nas histórias de corrupção, o sistema político arcaico, a criminalização de movimentos sociais – especialmente rurais e indígenas-, o projeto de lei que tramitava no Congresso sobre “cura gay”, a condução de importantes postos políticos nos cenários nacionais por políticos com passado marcado por denúncias etc. (GOHN, 2014, s/p, *ebook*).

Assim, cresceu, no Brasil, a reação pública contra os atos, acima, citados, especialmente quando contrastados com uma má qualidade dos serviços públicos ligados ao transporte, à educação, à saúde e à segurança (GOHN, 2014). Tudo isso juntou-se à crise político-econômica, que acarretou, ao país, no aumento da recessão, do desemprego e na diminuição de renda. Dessa forma, o ponto-chave das Jornadas de Junho de 2013 é a crítica à representação política brasileira.

As Jornadas de Junho foram, inicialmente, um movimento que não tinha lideranças, que pregava pelo apartidarismo e tinha como público-alvo, predominantemente, jovens de classe média, escolarizados, sem experiência em associações civis e conectados por redes digitais. Uma pesquisa realizada pelo “Ibope”, e sistematizada por Gohn (2014, s/p, *ebook*), indica que, desde jovens com idade entre 14 e 29 anos, 37,6% acreditavam que o transporte público era o principal motivo das manifestações; enquanto 29,9% apontaram o ambiente político; “46% eram neófitos em protestos públicos e 62% relataram ter recebido informação via *Facebook*; 83% disseram não ser representados por nenhum partido político e 96% não tinham filiação”.

As manifestações tiveram seu início no dia 06 de junho de 2013, em São Paulo, em um ato convocado pelo “Movimento Passe Livre” (MPL), um grupo de militantes autônomos, independentes e apartidários<sup>11</sup>. Nesse momento, ainda com uma adesão pequena e com a reprovação da mídia, que criminalizava o ato e o classificava como vandalismo estudantil, o movimento protestava contra o aumento de vinte centavos (R\$ 0,20) nas tarifas do transporte público, na capital paulista, pedindo sua revogação.

Contudo, foi a partir do quarto ato, ocorrido na Avenida Paulista, no dia 13 de junho, que a população começou a aderir às manifestações. De acordo com Gohn (2014), isso se deu

---

11 Conforme explica Gohn (2014), o MPL se tornou conhecido em 2005, no Fórum Social Mundial em Porto Alegre, e participaram da Revolta do Buzu, em Salvador em 2003 e de manifestações semelhantes em Porto Alegre e Vitória.

porque a mídia e a opinião pública aderiram ao movimento, principalmente, depois das imagens de violência contra os manifestantes, realizada pela Polícia Militar, que deixou 128 manifestantes feridos. Após essa data, o movimento ganhou difusão para outras cidades, como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília e a interiorização, além da generalização das pautas. Para se ter uma ideia, segundo Gohn (2014), enquanto no dia 13 de junho havia 6.500 pessoas no ato da Avenida Paulista, no dia 17 de junho, este número já era de 65 mil.

No dia 19 de junho, a prefeitura de São Paulo, governada por Fernando Haddad (PT) e o Governador estadual, Geraldo Alckmin (PSDB), anunciaram o cancelamento do aumento das passagens. Contudo, as manifestações não pararam e ganharam novos contornos, como retrata o mote que circulava na ocasião: “Não é só pelos 20 centavos”. O ápice das manifestações foi em 20 de junho, quando o movimento totalizou mais de um milhão de pessoas nas ruas, em todo o Brasil. No dia seguinte, 21 de junho, o MPL anunciou sua retirada das ruas e o Governo Federal comunicou uma série de medidas para a saúde e a educação, além da sugestão de convocação de um plebiscito para reforma política, contudo, este foi barrado no Congresso Nacional.

Nas manifestações de 20 junho, a direita mostrou uma face dupla: grupos neonazistas serviam para expulsar uma esquerda desprevenida, enquanto inocentes cidadãos de bem de verde-amarelo aplaudiam. O número de participantes no país foi o maior até então. Mas começou a cair logo em seguida. A mudança ideológica dos protestos coincidiram com uma queda abrupta do número de manifestantes. O movimento que começara apertado se tornava então antipartidário (SECCO, 2013, s/p, *ebook*).

O pós-junho foi marcado por protestos contra a Copa das Confederações, a Copa do Mundo e contra a corrupção. Esses atos contaram com a presença dos *Black Blocs*, um movimento ideológico de cunho anarquista, criado na Alemanha, no início da década de 1980. O grupo tinha como características roupas e máscaras negras, e mobilizações mais violentas. Com uma ideologia contra o capitalismo e a globalização, suas ações nas ruas das principais capitais do Brasil, com foco no Rio de Janeiro e em São Paulo, promoveram danos materiais a fachadas de empresas e bancos. Conforme explica Gohn (2014), com a entrada e a intensificação dos *Black Blocs* nas manifestações, houve uma mudança na cena dos protestos no Brasil, uma vez que a mídia começou a criminalizar os atos.

Podemos, assim, dizer que a Jornada de Junho foi dividida em três fases. A primeira tem como finalidade a revogação do aumento das tarifas de ônibus, em São Paulo. A segunda é marcada pelo apoio popular e midiático, levando às ruas de todo o país, uma pauta direcionada à baixa qualidade dos serviços públicos, à corrupção e à política. E, por fim, a terceira, marcada por manifestações mais radicais, com a participação dos *Black Blocs*.

No que se refere às composições ideológica e política das manifestações de 2013, Singer (2013, p. 32) destaca que foi possível encontrar, presentes, “desde o ecossocialismo até impulsos fascistas, passando por diversas gradações de reformismo e liberalismo”. O MPL, por exemplo, possuía uma vertente de esquerda, mas que se afastava do Partido dos Trabalhadores (PT), que estava no poder, na esfera municipal de São Paulo, como na esfera federal. Para Singer, há uma transformação durante a Jornada, saindo de um movimento esquerdista progressista para um movimento plural, com diversas insatisfações advindas do centro e da direita. Essa última, trouxe para os atos, bandeiras anticorrupção mencionando o caso do “Mensalão”, e pautas conservadoras contra o aborto e a homossexualidade, por exemplo.

Essa conjuntura mostra que as manifestações começaram a se tornar polarizadas. De um lado, a defesa pelos direitos da minoria, promovida pela esquerda. Do outro, apelos pela militarização, pelo liberalismo econômico e pelo conservadorismo, como pautas centrais da direita, além de expressarem sua indignação com o sistema político e realizarem críticas ao governo de Dilma Rousseff. Nesse contexto, surge, também, uma juventude apartidária (ALVES, 2020), constituída por cidadãos descrentes com o sistema político vigente e seus partidos. Buscavam, também, a unificação do país, sem divisões políticas e partidárias, como ficou visível no grito “Nós não temos partidos, nós somos o Brasil”, que era recorrente, após a saída do MPL da frente das manifestações.

Destarte, as Jornadas de Junho de 2013 marcam o ingresso do Brasil, no que Sandor Vegh (2003) chama de ciberativismo. O termo, impulsionado por Vegh, caracteriza “ações pró-ativas para alcançar um determinado objetivo ou de ações reativas contra controles e autoridades impostas<sup>12</sup>” (VEGH, 2003, p. 72). No Brasil, um dos principais pesquisadores do assunto é André Lemos, que entende ciberativismo como:

práticas sociais associativas de utilização da Internet por movimentos politicamente motivados, com o intuito de alcançar suas novas e tradicionais metas. O ciberativismo busca mobilizar, informar, agir, tendo como suporte essencial de luta as novas tecnologias do ciberespaço. Diversos grupos organizados usam portais para veicular informações relevantes às suas causas, mobilizam pessoas para uma ação em um determinado espaço público e agem de forma eletrônica em diversos protestos ao redor do mundo (LEMOS, 2003, p. 02).

Dessa maneira, as manifestações de 2013 sinalizam o início da utilização das redes, por movimentos politicamente engajados, com o intuito de alcançar suas tradicionais metas ou lutas, como ocorreu com os *Black Blocs* e o MPL. O ativismo nas redes engloba, de acordo com Vegh (2003):

---

12 “is comprised of proactive actions to achieve a certain goal or of reactive actions against controls and the authorities imposing them” (VEGH, 2003, p. 02).

1- Conscientização e apoio: a conscientização é alcançada pelo acesso, pela informação que é relevante à causa. Naturalmente, muitas vezes há dificuldade dos eventos. Uma vez que os canais tradicionais de informação podem ser controlados por aqueles cujo interesse é contrário ao dos ativistas, desse modo, a Internet pode servir como uma fonte alternativa de notícias e informações. As notícias e as informações são fornecidas por indivíduos e organizações independentes, concentrando-se principalmente em eventos e assuntos não relatados, sub-relatados ou deturpados nos principais meios de comunicação. 2) Organização / Mobilização: A Internet é usada para a mobilização de três maneiras diferentes. Primeiro, ela pode ser usada para chamar uma ação que normalmente acontece off-line, mas pode ser feito de forma mais eficiente on-line, como uma chamada para entrar em contato com o representante do Congresso por e-mail "A eficiência reside no tempo mínimo que requer para compilar uma mensagem especialmente se forem fornecidos modelos. 3) Ação / Reação: Em uma visão muito simplista, media-instigated a última categoria abrange ataques online cometidos por "hackers". É claro que essa frase, por si só, resume o problema com a compreensão popular desse uso mais proativo e agressivo da Internet para atingir uma meta que pode ser tanto política como financeiramente motivada. Eu descrevo as tendências para demonstrar as diversas manifestações do ativismo on-line e as terminologias ambíguas popularizadas pelos meios de comunicação de massa (VEGH, 2003, p. 72-75 - tradução da autora).

A primeira categoria, **conscientização e apoio**, atua como uma fonte alternativa de informação. Os grupos, como o MPL, por exemplo, utilizam o espaço das redes para divulgar seus atos e notícias, uma espécie de mídia alternativa, uma vez que tais informações, podem ou não ser relatadas de forma correta pelos meios de comunicação tradicionais, como os telejornais. Grande parte dos ativistas dessa categoria visa proteger ou reivindicar os direitos de segmentos marginalizados.

A **organização e mobilização**, segunda categoria proposta por Vegh (2003, p.74), utiliza a rede para:

- 1 convidar pessoas para ações *off-line*, por meio de envio de *e-mail's* e *sites* com data, local e horário de uma determinada mobilização;
- 2 executar uma ação que aconteceria *off-line*, mas que pode ser mais eficaz se for executada nas redes sociais, por exemplo;
- 3 ações que só podem ocorrer na rede, como organizar e mobilizar pessoas para uma campanha massiva de envio de *spam's*, para saturar um servidor.

A terceira e última categoria, **ação/reação**, é popularmente conhecida como *hacktivismo*, ou ativismo *hacker*. Nesse caso, o autor classifica, como exemplo, os mais diversos atos de invasão e/ou congestionamento de *sites* e, até mesmo, cibercrimes ou ciberterrorismo<sup>13</sup>.

---

13 É necessário fazer um adendo à terminologia da palavra hacker, que, segundo Pretto (2017), popularmente se associou à imagem de criminosos do ciberespaço. Porém, o mais apropriado seria chamar esses violões online de cracker, visto que os hackers são "um grupo de pessoas em busca da construção coletiva do conhecimento. [...] o hacker faz o que gosta, do jeito que gosta e quando gosta e, assim, cria coisas úteis para a sociedade e espera reconhecimento em troca" (PRETTO, 2017, p. 37).

Com isso, elencamos alguns aspectos que demonstram esse ativismo *online* durante e após as Jornadas de Junho, mas, ainda, durante o ano de 2013. A presença *Anonymous*, por exemplo, atesta o aparecimento de grupos internacionais do ciberativismo nos protestos brasileiros. Conforme explica Gohn (2014), o grupo foi criado nos Estados Unidos, no início dos anos 2000, sendo constituído por coletivos que usam as redes digitais para participações diretas em eventos, como a “Primavera Árabe” e *Occupy Wall Street*.

As manifestações *online*, utilizando de *hashtags*, tiveram um crescimento exponencial, em 2013 (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 36), demonstrando a utilização da segunda categoria de ciberativismo, a **organização** e **mobilização**, que só acontece em rede. Na imagem 6, encontramos as principais *hashtags* utilizadas durante a Jornada de Junho.

Imagem 6 - Menções de hashtags em junho de 2013



Fonte: ALVES, 2020, p. 38.

A #pec37nao, por exemplo, sinaliza para manifestações com a Proposta de Emenda Constitucional 37/2011, abreviada como PEC 37, que reforçava o poder exclusivo da polícia em relação às investigações penais. Nota-se, também, que a utilização dessas *hashtags* indicam o início de aparições públicas ligadas à direita, do espectro ideológico, de um antipetismo indicado pelo uso das *tags* #ForaDilma, #ChupaDilma, #DilmaVaiada, #ForaPT e #GolpeComunista.

De acordo com Schwarcz e Starling (2018, p. 513), as manifestações de 2013 anunciaram um “pendor individualista, uma postura intransigente e pautada no ódio, e cada vez menos afeita ao diálogo”. No dia 21 de junho, por exemplo, na cidade de São Paulo, a juventude petista tentou participar de manifestações, contudo, eles foram agredidos verbalmente e

fisicamente por protestantes que gritavam “sem partido”, que queimaram as bandeiras da juventude ao som de cantos nacionalistas<sup>14</sup>.

Em termos semióticos, esses eventos macrosociais partem, segundo Demuru (2019), de um acidente, tal como propõe Landowski (2014), em que há um choque estésico muito forte, provocando um nível máximo de risco, em que os sujeitos tornam-se atordoados. “Parece-se possível e plausível considerar junho de 2013 enquanto um acidente que faz com que o modelo de Brasil que se sedimentou ao longo da era Lula exploda, dando vida a um momento histórico marcado pelo não sentido, ou melhor, por demasiados sentidos possíveis” (DEMURU, 2019, p. 96).

Como explica Demuru (2019, p. 97), tentar estabelecer um sentido, em situações posteriores ao acidente, pode acarretar episódios polêmicos e tumultuados. É o que veremos nas próximas seções, em que diversas frentes políticas, midiáticas e ciberativistas, tentam dar um rumo a esse pós-acidente. Essa investida se dá por meio de uma característica dos regimes político-midiáticos contemporâneos, a manipulação por contágio (LANDOWSKI, 2008; DEMURU, 2019), em que tais entidades persuadem o outro, de maneira a levá-lo a se sensibilizar, para aderir a causa. Esse tipo de interação é vista, por exemplo, nas manifestações de rua que utilizaram os símbolos nacionais, como o hino, a bandeira e a camisa verde e amarela, cartazes contra corrupção, atos *online* e outros.

As manifestações de 2013 são vistas como um ato “do” político (LANDOWSKI, 2001), como vimos anteriormente, em que uma massa se une em um *estar-junto*, uma coletividade para fazer-sentido, para reconhecer-se como uma unidade coesa e viva. Nesse momento, o *estar-junto* se dá por meio de uma mistura, em que não há “uma polarização esquerda x direita, ou petismo x antipetismo, mas um enferramento da sociedade contra o Estado” (PRADO, 2018, p. 3). Contudo, é apenas nos pós-Junho de 2013, que, de acordo com Prado (2018), ocorre efetivamente a polarização e o surgimento de grupos à direita e à esquerda, sobretudo na *internet*, como veremos na próxima seção.

### 1.31 DA ELEIÇÃO AO IMPEACHMENT DE DILMA E O GOVERNO TEMER

Os eventos posteriores a junho de 2013 corroboraram para uma instabilidade política e social, no Brasil. Em especial, a tensão política se acentuou depois do pleito eleitoral de 2014,

---

14 Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/petistas-sao-hostilizados-em-protesto-em-sao-paulo/>. Acesso em: 26 jun. 2020.

com ênfase para as manifestações entre 2015 e 2016, que insuflou a polarização política, levando ao *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, e à ascensão da direita no Brasil, com críticas, principalmente, à democracia representativa e à corrupção.

No início de 2014, a Polícia Federal (PF) deflagrou a primeira fase da “Operação Lava Jato”. Segundo o *site* do Ministério Público Federal, a operação é “a maior iniciativa de combate à corrupção e lavagem de dinheiro da história do Brasil<sup>15</sup>”, e seu intuito é investigar esquemas de corrupção envolvendo a Petrobras, além de empreiteiras e políticos de diferentes partidos. Nesse período, a Lava Jato foi responsável pela prisão de Alberto Youssef, doleiro suspeito de comandar o esquema da empresa estatal, e Paulo Roberto Costa, diretor de abastecimento da Petrobras, entre 2004 e 2012, preso sob suspeita de destruir e ocultar documentos do suposto esquema de corrupção na estatal. Uma das principais figuras que aparece neste contexto é a do então juiz Sérgio Moro, responsável pelos casos em primeira instância da Justiça do Paraná, berço da operação.

Tendo como pano de fundo, as denúncias de corrupção e os movimentos de rua, a eleição federal de 2014 destacou-se como a disputa mais acirrada da história do Brasil, levando em consideração, a vitória em segundo turno de Dilma Rousseff (PT), com 51,63% dos votos válidos (54.501.118) contra 48,36%, de Aécio Neves (51.041.155). Durante a campanha eleitoral, no dia 13 de agosto de 2014, o então candidato à presidência, Eduardo Campos (PSB), morreu em acidente aéreo, e sua vaga foi assumida pela vice da chapa, a ex-senadora, Marina Silva (REDE), favorita até meados de setembro.

Oliveira (2015) aponta que o pleito de 2014 pode ser dividido em 10 momentos essenciais, para compreender a crise política que se seguiria, nos próximos anos. São eles: (1) Dilma Rousseff ganha as eleições de 2010 e se torna a favorita para a reeleição, com altas taxas de aprovação popular; (2) começam a aparecer os primeiros sinais de crise, ocasionados pela alta inflação e a queda do crescimento econômico, junto com a onda de protestos populares que iniciou-se a partir de 2013; (3) para tentar recuperar sua popularidade, Dilma investe em novas políticas públicas (“Mais Médicos”, obras de mobilidade urbana e outros), e propõe a reforma política; (4) homologação de oito candidatos à presidência e a realização da Copa do Mundo no Brasil, que não gerou impactos na eleição; (5) morte do candidato Eduardo Campos (PSB) e a ascensão de sua vice, Marina Silva (REDE); (6) desconstrução da imagem de Marina Silva pelos demais candidatos, evidenciando sua postura dúbia em relação ao plano de governo proposto, inicialmente, por Eduardo Campos, com mudanças no que tange ao plano sobre

---

15 Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso>. Acesso em: 26 jun. 2020.

homofobia, assumindo uma postura neoliberal em relação ao modelo econômico – resultando numa queda nas pesquisas, que levou Marina a disputar a vaga com Aécio Neves; (7) crescimento do candidato Aécio Neves (PSDB), considerado como favorito das eleições de 2014; (8) segundo turno acirrado entre Dilma Rousseff e Aécio Neves, caracterizando uma verdadeira guerra eleitoral; 9) a três dias do segundo turno, a “Revista Veja” lança uma edição, na qual alega que Dilma e Lula sabiam do esquema de corrupção na Petrobras, “A candidata do PT classificou a atitude da revista como golpe eleitoral. O caso ganhou repercussão na grande imprensa e o PSDB utilizou a capa da *Veja* como panfleto de campanha” (OLIVEIRA, 2015, p. 195); (10) a candidata do PT vence as eleições.

A eleição resultou em alguns fatores importantes, sendo, o primeiro deles, a negação do resultado eleitoral. Quatro dias após o anúncio da reeleição, o candidato derrotado, Aécio Neves, e o PSDB entraram com pedido de auditoria junto ao Tribunal Superior Eleitoral, para fiscalizar o processo eleitoral. O intuito era provar que houve irregularidades nas eleições e suspender a legitimidade do mandato de Dilma Rousseff. Posteriormente, a auditoria concluiu que não havia fraude na votação. “Era a primeira vez desde o fim da ditadura militar que um candidato derrotado contestava o resultado eleitoral e tentava vetar a maioria gerada nas urnas” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 515).

Um segundo aspecto é a eleição de uma das bancadas congressistas mais conservadoras da história do país (PINHEIRO-MACHADO, 2019), seguida pela acentuada polarização entre esquerda e direita. O antipetismo também ganha espaço durante e, principalmente, depois das eleições.

Embora o antipetismo seja um fenômeno presente desde a fundação do PT na década de 80, ele foi impulsionado pelo cenário eleitoral de 2014, radicalizando-se no ambiente institucional e de mobilização da sociedade civil no ano de 2015. A radicalização do antipetismo possui dois aspectos: ela se refere ao ódio de classe, ecoando um posicionamento ideológico afastado claramente de pautas relacionadas a valores como justiça, igualdade e inclusão social, assim como a mobilização das oposições partidárias e de segmentos da sociedade civil que se sustentam no argumento de invisibilidade institucional (crise) do governo petista (SOUZA, 2018, s/p *ebook*).

Desse modo, os antipetistas se constituem por uma postura intolerante a programas sociais, regiões ou culturas alinhadas ao PT, como o nordeste brasileiro, além da aversão à classe C emergente, sobretudo, ao seu poder de compra. Ribeiro (2018, p. 93) aponta que o perfil dos antipetistas é de cunho conservador e que eles se denominam como “cidadãos de bem”, “heróis da sociedade”. Lutam, portanto, segundo o autor, contra o que chamam de “esquerdopatas”, contra Lula – considerado, por eles, chefe de uma quadrilha que controla o Judiciário, e que têm os movimentos sociais e os sindicatos como braço armado, além de um plano oculto de

implantação do comunismo no Brasil. Assim, a única salvação para o Brasil é o fim do governo petista, mesmo que, para isso, haja uma intervenção militar.

O antipetismo também pode ser compreendido pelos enquadramentos acionados por veículos de comunicação de massa. Conforme aponta Alves (2020), ainda que com algumas variabilidades, a cobertura da mídia sobre notícias envolvendo o PT, demonstra um “padrão noticioso consistentemente mais negativo sobre candidatos petistas do que os demais” (ALVES, 2020, p. 104). De acordo com o autor, esse posicionamento midiático contribuiu para o entendimento do antipetismo e, conseqüentemente, para sua efervescência. Isso se deve ao fato de que grande parte dos veículos de comunicação, desde as eleições de 1989, demonstra, mesmo que implicitamente, seu posicionamento contra o partido dos trabalhadores, figurativizado, muitas vezes, na imagem de Lula. E, também, porque “grande parte dos atores que compõem o heterogêneo quadro do antipetismo teve passagem pelos espaços de comentário da imprensa tradicional” (ALVES, 2020, p. 105).

Logo, conforme explica Alves (2020), tem-se um fenômeno antipetista midiático, que se posiciona contra o PT, desde antes da popularização da *internet*, apresentando como principais concepções, os espaços institucionalizados do conhecimento, do discurso, da autoridade e da objetividade jornalística, mesmo atuando de forma aparentemente imparcial. Contudo, “esse percurso institucional das ideias antipetistas explica apenas parte do fenômeno” (ALVES, 2020, p. 106), pois deve-se considerar a amplificação que o antipetismo tomou com as mídias sociais.

Um último traço importante das eleições de 2014 foi o uso maciço da *internet*, especialmente dos *sites* de redes sociais, como ferramenta política, em que o *Facebook* se tornou a principal delas, para a campanha eleitoral, com busca de informações e manifestações do eleitorado (CARLOMAGNO, 2015). O ciberativismo continuou em alta, um exemplo foi o fato de que, às vésperas das eleições, movimentos como “Vem pra Rua”, “Movimento Brasil Livre” e “Revoltados *Online*” convocaram, via redes sociais, manifestações com pautas contra Dilma Rousseff e a favor de Aécio Neves, com os *slogans* “Fora PT”, “Fora Dilma” e “Fora Corruptos”.

Nesse momento, o ciberespaço permitiu a ampla disseminação de discursos de intolerância, nas redes sociais. Segundo Oliveira (2015), esse aumento se deveu à facilidade que os usuários tinham em relação às postagens e, também, a uma suposta garantia de impunidade, já que, na ocasião, não havia mecanismos eficazes, de controle dos abusos cometidos. Para Pinheiro-Machado (2019, p. 72), a eleição de 2014 deixou o germe da intolerância à solta, no Brasil, “pronto para linchar física e moralmente todo aquele que não se

enquadra no *establishment* masculino, branco, heterossexual, rico, bem-sucedido e cheio de bens de consumo”.

Apesar da vitória nas urnas, e de ter conquistado a maior bancada do Congresso, Dilma Rousseff começou seu novo mandato em meio a uma crise de representação, interna e externa. Internamente, a Presidente, três semanas após a posse, posicionou-se contrariamente ao que ela havia proposto durante a campanha, descartando, por exemplo, a agenda desenvolvimentista, sugerindo mudanças no seguro-desemprego, pensões por morte e abono salarial, além da adoção de um projeto anti-intervencionista, que se assemelhava ao de Aécio Neves – o que Dilma atacou durante os debates eleitorais de 2014. Desse modo, a “presidente conseguiu desestabilizar o apoio ao seu governo e forneceu uma nova munição à oposição, que queria colocar sob suspeita a legitimidade do seu mandato” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 516).

Externamente, conforme explicam Schwarcz e Starling (2018), um grupo de direita, que conquistou poder, usou da crise de corrupção na Petrobras e da crise no setor econômico para minar o mandato de Dilma, e pedir seu impedimento. Esse grupo reunia políticos, empresários, industriais, banqueiros, parlamentares, juízes e setores das classes médias urbanas, todos com o objetivo de derrubar o governo de Dilma. Tais ideais atingem as ruas, que voltam a abrigar manifestações populares, desta vez, movimentos contra e a favor do *impeachment*.

As articulações do impedimento se arrastaram, com altos e baixos, durante todo o ano de 2015. Entre os principais pontos, destacam-se: a declaração do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, em 17 de junho de 2015, anunciando oficialmente a oposição ao governo de Dilma Rousseff; o pronunciamento do vice-presidente, Michel Temer, em 5 de agosto, se colocando como a solução para a unificação do país; e o comunicado do ex-presidente, Fernando Henrique Cardoso, em que pediu a renúncia da Presidente, afirmando que sua saída não era golpe.

Ao todo, durante 2015, foram cinquenta pedidos de *impeachment*, recebidos pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB). Contudo, apenas um foi protocolado, no dia 02 de dezembro; o peditório foi realizado pelos juristas Hélio Bicudo, um dos pioneiros do PT, Miguel Reale Júnior, ex-ministro da Justiça do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), e Janaína Conceição Paschoal, advogada. Conforme explica Alves (2020, p. 63), o *impeachment* ocorreu por uma articulação do PMDB contra Dilma Rousseff, liderado por Michel Temer e por Cunha, com a finalidade de oferecer “proteção à base parlamentar contra os avanços da Lava-Jato”.

O impedimento foi fundamentado em “crime de responsabilidade fiscal”, com base no artigo 85 da Constituição Federal, e na Lei 1.079/1050. Ele se relaciona às chamadas “pedaladas

fiscais”<sup>16</sup>, uma metáfora utilizada para explicar o adiamento do repasse de dinheiro para bancos (públicos e privados) e autarquias, pela União, em períodos de um mês, ou, até, de um ano. Segundo Schwarcz e Starling (2018, p. 517), a pedalada “engorda o caixa do Tesouro e permite inflar artificialmente o *superávit* primário, de modo a criar a ficção de que o resultado obtido pelo governo melhorou – e esse fora um procedimento já utilizado por gestões anteriores do governo federal”.

Assim, de acordo com o pedido protocolado, a Presidente teria violado as leis de orçamento e controle fiscal, a saber: a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A infração teria ocorrido mediante a edição de decretos de créditos suplementares sem a aprovação do Congresso Nacional, e a realização de operação de crédito, com instituição financeira controlada pela União. Na ocasião, a defesa de Dilma Rousseff classificou o ato como um “golpe parlamentar”, já que, para eles, o processo de *impeachment* não possuía legitimidade. Além disso, alegaram que os decretos feitos pela Presidente incidiam sobre a autorização de gastos, o que não traria impactos sobre as despesas orçamentárias.

Em março de 2015, o juiz Sérgio Moro autorizou a condução coercitiva do ex-presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, para depor na Lava-Jato. A ação contou com redes televisivas, narrando ao vivo toda a ação, policiais federais armados com metralhadoras e helicópteros sobrevoando de perto. O motivo da condução foi a delação premiada de Delcídio do Amaral para a Lava-Jato, na qual afirma que Dilma e Lula sabiam do esquema de corrupção da Petrobras. Vale destacar que a ação foi criticada pelo Supremo Tribunal Federal, uma vez que Lula não havia sido intimado a depor.

A crise se agravou com a aproximação da votação do *impeachment* na Câmara dos Deputados. No 16 de março de 2016, Lula foi nomeado pela Presidente Dilma Rousseff para o cargo de Ministro-Chefe da Casa Civil. No mesmo dia, Moro vazou para a imprensa um grampo ilegal de uma conversa entre Dilma e Lula. Na sexta-feira, dia 18 de março, o Ministro Gilmar Mendes suspendeu a posse, argumentando que os petistas teriam como intuito, impedir uma suposta prisão do ex-presidente.

Deste modo, o Governo Federal, que já estava imobilizado pelas decisões do judiciário, não conseguiu negociar votos e, no dia 17 de abril de 2016, Dilma Rousseff teve seu pedido de afastamento aceito pela Câmara dos Deputados, com um resultado de 367 deputados federais

---

16 De acordo com Prado e Bueno (2017, p. 1), as “pedaladas fiscais” foram “um apelido criado pela mídia e pelos economistas liberais para se referirem à tática de transferir ou deixar de transferir certos montantes em dinheiro entre entidades controladas pela União, de forma a cumprir metas de caixa em determinadas datas”.

favoráveis e 137 contra. O processo seguiu para o Senado Federal, que prorrogou o afastamento temporário do cargo, no dia 12 de maio e, no dia 31 de agosto de 2016, confirmou o *impeachment*. Dessa maneira, o vice-presidente, Michel Temer, foi empossado como Presidente do Brasil.

Em síntese, o conjunto dos seguintes processos acarretou a falta de poder político do governo de Dilma Rousseff: (1) congresso conservador; (2) antipetismo; (3) crise econômica, resultando em um aumento do desemprego; (4) escândalos de corrupção e prisão de políticos; (5) descrença no sistema político e busca por representantes fora da política, os *outsiders*; (5) crise interna no próprio Partido dos Trabalhadores. Além desses, Ab’Saber (2015) acrescenta outros fatores que impulsionaram o declínio da Presidente, tais como a ascensão de uma nova judicialização da política, figurativizada na imagem do juiz Sérgio Moro, a prisão de políticos e a:

[...] ausência real no espaço público de movimentos organizados e expressões à esquerda do espectro político, fragmentados e desmobilizados por três processos: a adesão e agregação burocratizantes dos grandes movimentos sociais (CUT, MST etc.) cooptados por lugares na gestão dos governos petistas; o afastamento simbólico de uma esquerda crítica, mínima, ao modo de ser do governo petista; e a fragmentação – no limite de um anarquismo de estilo de vida – de muito pequena escala, dos movimentos jovens de militância à esquerda, de busca de ação direta, simultaneamente crítica ao governo dito de esquerda (AB’SABER, 2015, s/p, *ebook*).

Além desses fatores, podemos citar, também, a convocação, via *internet*, dos movimentos sociais, principalmente os de direita, para manifestações de rua. Entre 2014 e 2016, instaurou-se a onda verde e amarelo pelas ruas do Brasil, que consistia em manifestantes de direita utilizando as cores da bandeira nacional – verde, amarelo e azul – como um uniforme, uma padronização dos movimentos de direita. Tanto o “Movimento Brasil Livre” (MBL) quanto o “Vem pra Rua”, ambos formados por jovens de direita, tiveram um papel crucial nesse cenário do ciberativismo. No aspecto da esquerda, podemos citar o “Frente Brasil Popular”.

O MBL, por exemplo, teve sua *fanpage* criada em 1 de novembro de 2014, e tem como propósito a defesa do liberalismo e do republicanismo. Segundo matéria publicada pelo “Jornal Opção” (2015), o MBL nasceu de manifestações ligadas à suposta corrupção petista e em defesa de maior liberdade de imprensa. Conforme explica a matéria, a *fanpage* se declara de direita, apesar de os integrantes do movimento afirmarem “que não há um partido político essencialmente liberal que os represente”.

Por outro lado, o movimento “Frente Brasil Popular”, criado em 10 de agosto de 2015, se posiciona como “um grupo de esquerda formado por movimentos sindicais e sociais, ligados a grupos minoritários que defendem bandeiras do campo e da cidade, das mulheres, dos negros, das juventudes, do público LGBT e de moradia” (RESENDE, 2017, p. 32). O grupo tem como

intuito unificar a luta dos movimentos populares de esquerda e responder à ofensiva dos setores conservadores.

De acordo com Prado e Bueno (2017), nesse período, a luta da esquerda na *internet* é figurativizada em torno de uma coalização de múltiplas identidades, por um processo que visa à diversidade, à luta e à resistência às elites golpistas. A “Frente Brasil Popular”, exemplo citado, está em consonância com os “valores de universo, nos quais muitos elementos heterogêneos são incluídos” (PRADO; BUENO, 2017, p. 12). Em contrapartida, nas páginas de direita,

[...] o enunciador faz triagem, excluindo ao invés de adicionar. Esse conjunto de cidadãos não se constitui na medida em que vai se organizando, se reunindo e costurando suas diferenças, o que faria com o povo se unisse de modo performativo, mas se constitui nominalmente. É o discurso da ordem, de um povo que é conjunto de quem se preocupa com o país; não inclui aqueles apontados como “mortadelas”, que são figurativizados como sendo contra o país.

Logo, as páginas de direita voltam-se para os valores do absoluto (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001), em que o objetivo é a purificação da população, excluindo os corruptos (figurativizados na imagem de todos os apoiadores da esquerda) do poder e, quiçá, da sociedade. Assim, conforme demonstram Prado e Bueno (2017), a busca dessas páginas de direita é pela justiça, que não ocorre em torno de uma igualdade, mas, sim, contra a exclusão ou segregação de um grupo.

Para mais, durante esse ciclo de protesto, teve início um deslocamento da direita, que começou a minar o campo do centro-direita, o que causou um grande impacto no PSDB, principalmente nas eleições de 2018.

O ápice do racha foi a hostilização e expulsão de Geraldo Alckmin e Aécio Neves do ato de rua em São Paulo no dia 13 de março de 2016. Chamados de ‘ladroes oportunistas’, ambos os tucanos ficaram apenas alguns minutos e tiveram de ser escoltados pelos seguranças para fora do protesto (ALVES, 2020, p. 61).

Conforme aponta Alves (2020), este afastamento de partidos tradicionais, como o PSDB, fez crescer um novo eleitorado, que enxergava, na figura de Jair Bolsonaro e Sérgio Moro, uma solução para a crise que o Brasil vivenciava.

Pode-se dizer que a polarização de *fanpages* de direita e de esquerda inflamaram o cenário brasileiro entre 2014 e 2016. Antes do *impeachment*, por exemplo, no dia 13 de março de 2016, aproximadamente 500 mil pessoas compareceram às manifestações convocadas por movimentos de direita, como o MBL, e foram à avenida Paulista gritar “Fora, Dilma” e bater panelas nas janelas de suas casas. Já, no dia 18 de março do mesmo ano, 100 mil pessoas estiveram na mesma avenida em atos em defesa do governo, com cartazes que diziam “Não vai ter golpe”.

Prado e Bueno (2017, p. 4) ressaltam que, após Junho de 2013, há, efetivamente, a instauração de uma polarização no Brasil, tendo como agenda a anticorrupção e o antipetismo vs. o petismo. Não obstante, a ala da direita instaurou temas direcionados “a serviço de uma moral conversadora dos costumes (contra cotas e contra a luta por reconhecimento de gays, mulheres e trans”. Esse cenário, segundo os autores, gerou uma alta carga passional, principalmente, de agressividade.

A revolta de junho de 2013, em torno de paixões mais alegres se transformou, com a polarização, em uma reação das paixões tristes, em torno do ódio e do medo, deslocando uma luta contra os políticos e contra um tipo de governamentalidade para uma luta interiorizada dentro da sociedade, projetando-se todo mal na esquerda e nas lutas de reconhecimento e defendendo a volta a valores tradicionais vistos como absolutos, segundo uma visão fundamentalista e em grande parte orientada por valores religiosos (PRADO; BUENO, 2018, p. 4).

Como veremos, no capítulo dois, o ódio é uma paixão dita malevolente, modalizada por um querer fazer mal ao outro (BARROS, 2011), característicos de discursos intolerantes. E, de acordo com Prado e Bueno (2018), o ódio à esquerda gerou, nesta, uma reação igual, de ódio à direita. Nessa polarização, o “inimigo deve ser abatido, separado, calado, censurado, não respondido. Não há adversários que possam expressar-se livremente nessa atmosfera imaginária dominada pela agressividade e pelo individualismo excessivo” (PRADO; BUENO, 2018, p. 9). Logo, temos um processo de espelhamento dessa paixão, resultando em uma onda de intolerância, em que o “outro”, o “diferente” deve ser derrotado.

Com o afastamento de Dilma Rousseff, o vice-presidente, Michel Temer, assumiu provisoriamente o cargo, em 12 de maio de 2016 e, no dia 31 de agosto, foi proclamado Presidente da República. Um dos primeiros atos de Temer foi a formação de um ministério marcado pela falta de pluralidade, constituído por homens, em sua maioria, de meia idade e de mesma condição social. Segundo Schwarcz e Starling (2018), entre as medidas adotadas no início do governo, está a extinção das Secretarias Especiais de Direito, aquelas que tinham como intuito proteger mulheres, indígenas, afrodescendentes e quilombolas.

Alves (2020, p. 67) aponta duas linhas principais do governo de Michel Temer: a primeira volta-se para a “austeridade econômica e de flexibilização de direitos sociais/trabalhistas”; e, a segunda, visa oferecer “proteção à base de suporte parlamentar ameaçada pelo avanço da Operação Lava-Jato”. Com isso, o que se viu, durante a curta administração de Temer, foi:

um desmonte de garantias sociais aos custos das maiores anistias de dívidas que se tinha notícia em 10 anos, balcão de venda de emendas em troca de votos contrários à abertura de processos e aumentos salariais para o Judiciário. O saldo é um modelo que privilegia acordos com elites políticas, judiciárias, empresariais, financeiras e rurais,

em detrimento da população, com a finalidade de preservar o mandato contra as graves denúncias de corrupção (ALVES, 2020, p. 67).

Algumas diretrizes adotadas pelo governo apontam para as características evidenciadas por Alves (2020), dentre elas, está a aprovação, pelo Senado Federal, no final de 2016, da Emenda à Constituição 55, que prevê o congelamento de gastos públicos por vinte (20) anos, limitando o orçamento e, tomando como índice, a inflação. Contudo, a Emenda, apesar de severa, nas áreas sociais, como educação e saúde, não atingiu o setor político, uma vez que, em 2018, foi aprovado o aumento de salários de toda a carreira jurídica do Supremo Tribunal Federal (STF). Outro ponto proposto foi a aprovação, em julho de 2017, da flexibilização das leis trabalhistas, modificação que prevê um enfraquecimento da mobilização sindical e a negociação coletiva de empregados com patrões.

A rachadura no governo do PMDB aconteceu em maio de 2017, quando a “Rede Globo” vazou as gravações da conversa entre Michel Temer e o dono da JBS, Joesley Batista. Nela, dava a entender que o Presidente avalizou a compra do silêncio de Eduardo Cunha na prisão, por meio milhão de reais semanais, em que os pagamentos eram realizados pelo assessor de Temer, Rodrigo Rocha Loures. Conforme explica Alves (2020), com a divulgação dos áudios, a crise política se alastrou, e Temer foi denunciado, em junho de 2017, pelo Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, por “crime de corrupção passiva”.

Neste período, o STF solicitou uma autorização, à Câmara Federal, para a abertura de um pedido de afastamento do Presidente. Entretanto, o pedido foi negado em votação, que registrou 263 votos, contra 227. De acordo com Alves (2020), na época, a Revista *Piauí* indicou que Temer havia liberado certa quantia em dinheiro, em emendas constitucionais, para que a votação fosse favorável a ele. Vale mencionar que os principais grupos de direita formados durante o processo de *impeachment* de Dilma, em especial o MBL, se calaram diante das acusações, até mesmo, cancelando manifestações pela renúncia. Apesar do escândalo de corrupção, com inúmeras evidências, Temer cumpriu o mandato até o final de 2018.

#### 1.4 2018, O ANO EM QUE BOLSONARO CHEGA AO PODER

O pleito de 2018 foi marcado por uma série de eventos, fruto da instabilidade política dos anos anteriores. Nesse contexto, podemos destacar o descrédito do sistema político, proporcionado pela “Operação Lava-Jato”, a ascensão da extrema-direita, na figura de Jair Bolsonaro, e a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que teve sua candidatura

barrada pelo TSE, cujo embasamento fora a “Lei da Ficha Limpa”. Foi a primeira prisão de um presidente – ex-presidente, no caso – da República, no Brasil.

Segundo com Alves (2020, p. 74), a prisão de Lula foi decorrente de “diversas irregularidades e manobras ‘atípicas’, que tiveram como consequência o encarceramento do ex-presidente, no que pode ser interpretado como um movimento de ativismo jurídico orientado para impedir sua disputa na eleição”. As investigações contra o ex-presidente começaram em 2014, com a denúncia de lavagem de dinheiro, na compra de um triplex localizado em Guarujá (São Paulo), e ocultação de patrimônio, em troca de favorecimento de contratos da construtora OAS com a Petrobras. Em 14 de setembro de 2016, o Ministério Público Federal acusou Lula e sua esposa, Marisa Letícia, pelos crimes. Uma semana depois, o então Juiz Federal Sérgio Moro aceitou a denúncia de “que não havia propriedade formal da cobertura em nome do ex-presidente, mas que a reforma em suposto benefício da família constituía o ilícito” (ALVES, 2020, p. 74). A defesa de Lula recorreu à segunda instância<sup>17</sup> e o caso foi transferido para o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4). Em 24 de janeiro de 2018, os Desembargadores do TRF-4 aprovaram, de forma unânime, a sentença de Sérgio Moro, na qual condenava Lula à prisão.

Em abril de 2018, a prisão de Lula foi decretada pelo Juiz Sérgio Moro. O ex-presidente se entregou no dia 7 de abril, sendo transferido para o Paraná, onde cumpriu pena na Polícia Federal de Curitiba. Mesmo com a prisão, o PT manteve Lula como cabeça de chapa até 31 de agosto de 2018, quando o TSE barrou o registro, e o partido lançou Fernando Haddad como candidato à presidência, tendo, como vice, Manuela d’Ávila (PCdoB).

As eleições presidenciais daquele ano ficaram marcadas pela instabilidade e imprevisibilidade (ALVES, 2020). Antes de ter sua candidatura negada, Lula liderava as pesquisas de opinião, seguido dos candidatos, Jair Bolsonaro (PSL), Ciro Gomes (PDT) e Geraldo Alckmin (PSDB), com poucos pontos de diferença. O pleito colocou, novamente, Marina Silva (REDE) em cena, mas sua posição de terceira via diluiu-se, em 2014, com a não polarização PT e PSDB.

As pautas conservadoras foram assumidas por Jair Bolsonaro, que se candidatava pela primeira vez à presidência. De acordo com o *Dicionário de Política* da Fundação Getúlio Vargas (2020), Jair Messias Bolsonaro é Capitão reformado do Exército. Foi eleito Vereador do Rio de Janeiro, em 1988, na legenda do Partido Democrata Cristão (PDC). Em outubro de 1990, foi

---

17 Alves (2020) destaca que a prisão em segunda instância, que era tida como inconstitucional, foi permitida devido a uma alteração realizada pela Corte em fevereiro de 2016, a qual permite a prisão antes do transitado em julgado.

eleito Deputado Federal, pela mesma legenda, tendo como base eleitoral, a Vila Militar. Em abril de 1993, Bolsonaro foi um dos fundadores do Partido Progressista Reformador (PPR). No mesmo ano, causou polêmica, ao pedir o fechamento temporário do Congresso Nacional, uma vez que acreditava haver muitas leis atrapalhando o exercício do poder, já que, no seu entender, o Chefe da Nação deveria ter liberdade, e não leis para seguir.

No início dos anos 2000, Bolsonaro defendeu a aprovação da pena de morte para qualquer crime premeditado, e a tortura para casos envolvendo tráfico de drogas. Na ocasião, alegou que, “um traficante que age nas ruas contra nossos filhos tem que ser colocado no pau-de-arara imediatamente. Não tem direitos humanos nesse caso<sup>18</sup>”. O então Deputado foi o único a votar contra a criação do Fundo de Combate à Pobreza, votado no final de 2000. Já, em 2005, durante a crise do “Mensalão”, Bolsonaro se destacou pelos ataques realizados ao PT e, durante os anos subsequentes do governo Lula, dedicou-se a defender o Regime Militar de 1964 e a legalização do porte de armas.

Em 2010, reelegeu-se para o sexto mandato como Deputado Federal do Rio de Janeiro. Em abril de 2011, envolveu-se em nova polêmica, quando em uma audiência na Comissão de Direitos Humanos, criticou, o que ele chamou de “kit gay” – material produzido pelo Ministério da Educação com o objetivo de combater a homofobia nas escolas – e atacou o Deputado do PSOL, Jean Willys. Um mês depois, Bolsonaro declarou ser contra a criminalização da homofobia. No seu sétimo mandato, agora no Partido Social Cristão (PSC), foi favorável ao *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Em 2016, na votação para o afastamento da Presidente, Bolsonaro homenageou o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, considerado um dos principais torturadores do Regime Militar de 1964. O ato rendeu uma denúncia por apologia à tortura, ao Conselho de Ética da Câmara.

Nas eleições de 2018, Bolsonaro filiou-se ao PSL, acompanhado por seus filhos, Eduardo, Flávio e Carlos Bolsonaro. Ao oficializar sua candidatura, indicou, como vice, o General Hamilton Mourão. A chapa, com o *slogan* “Brasil acima de tudo”, tinha como principais objetivos: a fusão de ministérios; a privatização de empresas estatais; um regime econômico liberal, seguindo a cartilha do economista, Paulo Guedes; além de adotarem um discurso misógino, homofóbico, racista e contra as minorias, impulsionando a ruína da ciência, da educação e do desenvolvimento social e cultural. Nesse mesmo ano, foram lançadas as candidaturas de Flávio e Eduardo, aos postos de Senador, pelo Rio de Janeiro, e Deputado, por São Paulo, respectivamente.

---

18 Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jair-messias-bolsonaro>. Acesso em: 26 jun. 2020.

A expectativa, conforme explica Alves (2020), era de que, com o decorrer dos meses, com a distribuição de tempo na Propaganda Eleitoral Gratuita e com os fundos de campanha, a disputa presidencial ficasse, novamente, na polarização PT *versus* PSDB. Contudo, não foi o que aconteceu. Segundo Pinheiro-Machado (2019), a percepção popular, principalmente depois da substituição de Lula, por Fernando Haddad, a menos de um mês para as eleições, era de que os partidos tradicionais, como o PT e o PSDB, eram “farinha do mesmo saco”, portanto, o Brasil precisava de novos caminhos. Nesse cenário, Bolsonaro apareceu como a aposta da maioria dos brasileiros. E, assim, “depois de um limbo de cinco anos desde Junho de 2013, diferentes frustrações motivaram o apoio a Bolsonaro: corrupção, emprego, ordem, família e tirar o PT do poder” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 113).

De acordo com Pinheiro-Machado (2019), o interesse do eleitorado por Bolsonaro cresceu, entre outros fatores, devido ao seu envolvimento constante em polêmicas, e pela construção de um *ethos* de autêntico e sincero, que lhe rendeu o título de “mito” do Brasil. Esses fatores foram impulsionados pela intensa participação de Bolsonaro em programas de auditório da TV aberta – como o “SuperPop” e o “CQC” – e por seu constante envolvimento nas redes sociais, tornando-se, o que a autora chama de, um político-celebridade da extrema-direita. Tais atores políticos

[...] não conseguem sair do pessoal e entrar para a política de fato. Esvaziam o coletivo, promovem um caráter antidemocrático e reforçam modelos autoritários que cultuam a personalidade. E imagens, torcidas e emoções que nega, os dados e os debates, além de estimular o “nós” contra “eles”, em última instância, com expressões “fascistas” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 140).

Em consonância, Prado (2018) salienta que, com o *impeachment* de Dilma Rousseff, houve a criação de um imaginário ideológico que propiciou o deslocamento para o bolsonarismo. Segundo o autor, nem toda a população identificava-se da mesma forma com todos os temas e representações propostos por Bolsonaro. Mas, de maneira geral, os caminhos de leitura de suas pautas eram: “a força dos militares, contra liberdade de gênero, contra doutrinação nas escolas, contra o aborto, a favor da maioria penal, da violência contra a esquerda etc. Outros se identificam com o antipetismo, não exclusivamente com a figura do líder forte” (PRADO, 2018, p. 8). Há, também, questões voltadas para o discurso da força e da segurança, em que o papel militar é exacerbado e, por fim, o discurso econômico, com temas do ultraliberalismo e a mudança do eixo de política externa, com a reaproximação com norte-americano.

Com todo esse campo a seu favor, Bolsonaro teve sua campanha, em 2018, impulsionada, principalmente, depois da facada que sofreu, no estômago, no dia 3 de setembro

de 2018, durante um comício, na cidade de Juiz de Fora (MG). O efeito do episódio foi imediato e seus números logo subiram nas pesquisas eleitorais. Na ocasião, nas redes sociais, argumentavam que, “se alguém tentou matá-lo, é porque o homem deve ser bom mesmo ou porque os poderosos estão com medo dele” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 121). A facada tirou Bolsonaro de todos os debates das principais redes de televisão, como a “Rede Globo” e a “Rede Bandeirantes”.

Desse modo, sua campanha foi realizada nas redes sociais, sobretudo, pelo *WhatsApp* – aplicativo de troca de mensagens –, que apareceu como uma das principais estratégias de *marketing* político do candidato, assim como a utilização de *fake news* – tema que será abordado nos capítulos subsequentes. No entanto, destaca-se que as ferramentas de comunicação *online* já vinham sendo utilizadas por Bolsonaro desde o fim das eleições de 2014, e isso possibilitou ao candidato ter um público com um alto poder de disseminação.

Em relação ao ciberativismo nas eleições de 2018, os principais atos aconteceram no primeiro turno, como as manifestações em torno do #EleNão. O movimento, de cunho feminista, lançou a *hashtag* nas principais redes sociais, em repúdio ao candidato a presidente, Jair Bolsonaro. O evento também contou com a adesão de partidos de esquerda e movimentos sociais, todos contra o candidato do PSL e suas atitudes, consideradas machistas, misóginas, homofóbicas e racistas.

As manifestações se caracterizavam como rejeição, por parte do eleitorado feminino, às declarações polêmicas, consideradas machistas, realizadas por Bolsonaro, como, por exemplo, chamar uma deputada de “vagabunda”, acrescentando: “não te esturparia [*sic*], porque você não merece”<sup>19</sup>. Além disso, ofendeu verbalmente diversas jornalistas, chamando-as de “ignorantes” e “idiotas”, declarou que deu uma “fraquejada” ao ter uma filha, e que não vê problema na diferença salarial entre homens e mulheres.

Em setembro, o candidato à vice-presidência, da chapa de Bolsonaro, Hamilton Mourão (PRTB), proferiu um discurso durante uma palestra a empresários, no Sindicato da Habitação (Secovi), em São Paulo, no dia 17 de setembro, no qual dizia:

Família sempre foi o núcleo central. A partir do momento que a família é dissociada, surgem os problemas sociais que estamos vivendo e atacam eminentemente nas áreas carentes, onde não há pai nem avô, é mãe e avó. E por isso torna-se realmente uma fábrica de elementos desajustados e que tendem a ingressar em narco-quadrilhas que afetam nosso país (REUTERS, 2018).

---

19 Bolsonaro pede desculpas a deputada por dizer que ela "não merecia ser esturpada". 2019. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/06/13/interna\\_internacional.1061741/bolsonaro-pede-desculpas-a-deputada-por-dizer-que-ela-nao-merecia-ser.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/06/13/interna_internacional.1061741/bolsonaro-pede-desculpas-a-deputada-por-dizer-que-ela-nao-merecia-ser.shtml). Acesso em: 05 abr. 2021.

A citação englobava umas das pautas da chapa, na qual os candidatos acreditavam que o Brasil vivia uma crise de valores, e que as famílias nas quais a figura masculina não era central, criavam “elementos desajustados”, que “tendem a ingressar em narco-quadrilhas”. O discurso foi o estopim para que os integrantes do movimento #EleNão convocassem um grande ato, que ocorreu no dia 29 de setembro de 2018, em todo o Brasil. O evento foi caracterizado como a maior manifestação de mulheres na história do país.

Em entrevista ao “Globo.com”, a cientista social, Esther Solano (2018), afirmou que há dois motivos para a adesão de brasileiras ao movimento #EleNão:

[...] primeiro, uma força de vanguarda democrática em um cenário polarizado entre a democracia e a barbárie. Essas mulheres formam uma frente de luta contra o fascismo. Em segundo lugar, é especialmente importante que as mulheres puxem esse ato, porque o Brasil é um país que bloqueia continuamente a participação feminina na política institucional. Nossa cultura ainda é muito patriarcal nesse campo. Por isso, o movimento é um grito antifascista, mas também um grito por emancipação feminina de uma lógica ditada e dominada pelos homens (GLOBO.COM, 2018).

Em contrapartida, os apoiadores de Bolsonaro criaram as *hashtags* #EleSim, #EleSim17, #ElesNunca, #ElasNão, entre outras variações. Desse modo, no dia 30 de setembro, aconteceu uma manifestação pró-Bolsonaro em todo o país. A maior concentração dos protestos foi em São Paulo, e contou com a participação de um dos filhos do presidente eleito, o Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL). Houve, ainda, a vinculação dos protestos à uma gravação de Bolsonaro, em que dizia “PT não, PT nunca”, remetendo ao mote que, inicialmente, regia os protestos contra ele mesmo. Os manifestantes levaram, também, um boneco inflável, representando o General Hamilton Mourão.

No fim do primeiro turno, Jair Bolsonaro angariou a maior parte dos votos, com 46,03%, contra 29,98% para Fernando Haddad, 12,47% para Ciro Gomes e somente 4,76% para Alckmin. O segundo turno eleitoral ocorreu entre Bolsonaro e Haddad, sendo que o primeiro entrou com uma folgada vantagem, uma vez que seu partido, PSL, elegeu 52 deputados – a segunda maior bancada da Câmara, ficando atrás, apenas, do PT –, além de quatro senadores e três governadores. Ademais, contou com o apoio de diversos governadores eleitos, como os de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que haviam vinculado sua imagem à do candidato do PSL.

Ao final de outubro, Bolsonaro foi eleito Presidente, com 55,13% dos votos válidos, contra 44,87% de Fernando Haddad. Foi um segundo turno marcado pela dualidade: antipetismo *versus* antibolsonarismo, em que destacou-se um elevado número de eleitores que fugiram das duas opções, chegando a marca de 30% do eleitorado, sendo que 21,3% se abstiveram, 2,14% votaram em branco e 7,43% em nulo. Ademais, a eleição de 2018 marcou a

ruptura do ciclo de 25 anos da polarização PT e PSDB, em que, este último, registrou sua pior votação para Presidente da República, na história das eleições brasileiras. Vale lembrar que o PSDB ganhou as eleições presidenciais no primeiro turno, em 1994 e 1998, com FHC, e esteve no segundo turno, contra o PT, em 2006, 2010 e 2014.

A derrota do PT é um ponto a ser observado. Conforme explica Abranches (2019), a crise que afetou o Partido dos Trabalhadores, a partir de 2010, com ascensão no *impeachment* de Dilma Rousseff, ocasionou uma extensa onda antipetista, que dominou, sobretudo, as eleições de 2018. Ao fazermos uma retrospectiva do que foi exposto até o momento, notaremos que o antipetismo permeia toda a crise política, entre 2013 até o pleito de 2018, sofrendo um realinhamento após a reeleição de Dilma Rousseff, que, antes, tinha como polo de oposição, o PSDB, na figura do ex-presidente, Fernando Henrique Cardoso e outros líderes paulistas (ALVES, 2020), passando para um candidato mais radical, à direita, na figura de Bolsonaro.

Como apontado anteriormente, a oposição hostil ao PT não se restringe a esse período histórico, mas ganha relevância com o discurso das mídias e da direita, principalmente a que se agrupou em torno da eleição de Bolsonaro (ALVES, 2020). Em linhas gerais, foi construído por essas esferas, um discurso em que os: “petistas roubaram a possibilidade de felicidade com sua corrupção, nos ameaçaram de comunismo, de viramos uma Venezuela, de cairmos na tentação da revolta contra os gêneros tradicionais, ensinando o mal ideológico nas escolas, construindo o kit gay etc” (PRADO, 2018, p. 5).

Conforme salienta Prado (2018), Bolsonaro tornou-se a figura que uniu os brasileiros, na vitória contra o inimigo vermelho, o PT. Há, desse modo, uma unificação das direitas e, também, de grande parte da mídia tradicional, em temas como o petismo e a corrupção, ambos vistos como uma ameaça ao país. Sendo, portanto, necessário eliminar, segundo Prado (2018, p. 6), “o petismo, as lutas identitárias, a corrupção, o politicamente correto para se construir um Brasil novo”. O discurso colocava, como importante, o resgate aos valores tradicionais, à família, à honestidade e à sexualidade “comportada”, ao mesmo tempo em que a figura do inimigo, o PT, era derrotada.

A derrota de Fernando Haddad expôs que o PT não conseguiu manter um diálogo com seu eleitorado. A perda, nas eleições, “mostrou o esgarçamento do relacionamento do PT com a sociedade, o qual foi decisivo para que ficasse na Presidência por catorze anos” (ABRANCHES, 2019, s/p, *ebook*). O mapa eleitoral de 2018 mostra que o Partido dos Trabalhadores perdeu eleitores em redutos tradicionais, sobretudo no Sul e Sudeste, mas, por outro lado, o Nordeste continuou fiel, o que garantiu ao PT a permanência como primeira bancada, na Câmara.

Para a presidência da República, ganhou a nova direita, na figura de Bolsonaro. Sua vitória, no entanto, não foi um fato isolado, mas faz parte da onda de direita, ou melhor, de extrema-direita, que vem se espalhando pelo mundo ocidental, a exemplo do Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e o Presidente da Hungria, Victor Orbán; ambos mantêm estreitas afinidades com o Presidente brasileiro. Além desses, o Brexit, na Inglaterra, e a emergência do nacionalismo europeu, na França, na Polônia, na Eslováquia e na República Tcheca.

De acordo com Fausto (2019), estamos vivenciando a segunda onda autocrática moderna da direita. A primeira aconteceu entre os anos de 1920 e 1940, marcadas, principalmente pelo nazismo e, até mesmo, pelas guerras civis ibéricas. Essa fase é classificada como totalitária, fascista, ou nazifascista, tendo como princípios, a intolerância com o diferente, e como consequência, o extermínio de judeus, homossexuais, negros, mulheres e outros, englobando, principalmente, a Segunda Guerra Mundial, com seus campos de concentração. A segunda onda é representada pela extrema-direita do século XXI. Para Fausto (2019), a forma dominante dessa nova autocracia de direita não é marcada pelo nazismo, propriamente dito, mas pelo autocratismo e pelo conservadorismo.

Dessa forma, alguns pontos ligam as duas ondas totalitárias de direita, como: a situação econômica; a identidade, ou seja, a segregação ao diferente, como judeus, muçulmanos, negros, criado a partir de um sentimento de nacionalismo; a religiosidade; o antiintelectualismo, que gera repulsa à ciência e à cultura; o medo, que, no caso específico do Brasil, é a recusa à volta do PT – antipetismo – e da ameaça de um suposto comunismo. Há, nesses fatos, uma crença binária, que separa o mundo entre bem e mal, sagrado e profano, branco e negro, rico e pobre, religião e ciência, cidadãos de bem e bandidos, éticos e corruptos, nacionalistas e globalistas.

Como veremos, no capítulo dois, estamos diante de ações e discursos intolerantes. Em outras palavras, temos um indivíduo ou um grupo social que se impõe como superior, em detrimento do “outro”, visto como um dessemelhante, que deve ser elidido da sociedade. Desse modo, segundo Droit (2017, s/p, *ebook*), “o intolerante busca se afirmar como superior, como pertencente a uma maioria imaginária que teria como obrigação marginalizar, combater e até eliminar quem não cerra fileiras com suas ideias”.

De acordo com Barros (2011), o “eu intolerante” vê o “outro” como um mau cumpridor de certos contratos sociais, como o branqueamento da sociedade, a heterossexualidade e outros. São, portanto, maus atores sociais, que buscam ocupar o espaço do “eu”, normalmente, figurativizado no homem, branco, hétero. Este, para manter sua zona de poder, age por meio de paixões, como o medo e o ódio, em busca da eliminação do diferente, ao mesmo tempo em que

idolatra seus iguais. Vale ressaltar que tais concepções serão abordadas, detalhadamente, nos próximos capítulos.

Retomando, Carapanã (2018) intitula essa nova direita como:

[...] um aglomerado ideológico mais ou menos coeso, na qual misturam-se ideias do conservadorismo, do libertarianismo e do reacionarismo. A essas ideias somam-se outras que remetem à apologia do eugenismo e da segregação racial que fazem com que a nova direita flerte, de maneira consciente ou inconsciente, com construtos que remetem ao nazismo e ao fascismo (CARAPANÃ, 2018, p. 35).

Para o autor, a base do pensamento da nova direita é o desligamento dos pressupostos da democracia liberal, isto é, das conquistas progressistas do século XXI, tais como: as políticas públicas para negros e homossexuais, o direito universal ao voto, as conquistas feministas advindas após a revolução sexual, e o direito à cidadania plena. Há, portanto, uma busca pelo conservadorismo dos costumes e, também, pelo liberalismo econômico. Em conformidade a isso, Miguel (2019) explica que a extrema direita brasileira é constituída por três vertentes principais: o libertarianismo; o fundamentalismo religioso; e a reciclagem do antigo anticomunismo.

A ideologia libertariana tem sua origem na escola econômica austríaca, a qual propõe um menor Estado possível – o “Estado mínimo” – e “afirma que qualquer situação que nasça de mecanismos de mercado é justa por definição, por mais desigual que possa parecer” (MIGUEL, 2019, *s/p ebook*). Em outras palavras, é uma visão ultraliberal, na qual, atacam o Estado, por este ser provedor de bens e serviços a todos os cidadãos, fundamentados na ideia de que o Estado fornece direitos sociais e econômicos em demasia, ao povo, deixando em segundo plano questões ligadas ao armamento e à repressão, por exemplo. A busca é por um “nacionalismo econômico”, alcançado, apenas, com o desmonte do Estado administrativo. Segundo Miguel (2019, *s/p, ebook*), é “como um feudalismo, no qual o poder é justificado por meio de uma rede de contratos privados”.

O segundo ponto, o fundamentalismo religioso, destaca-se durante os séculos XI ao XIV, enraizado na cristandade, caracterizando-se como “a sociedade de perseguição” (LE GOFF, 2000, p. 39). Essa sociedade tinha como pressupostos defender suas conquistas e excluir o “outro”, como os muçulmanos e os judeus, vistos como ameaças. Há, portanto, segundo Le Goff (2000), a instauração de um moderno sistema de intolerância e perseguição, notados até os dias de hoje.

No Brasil, o fundamentalismo ganhou força política a partir de 1990, com o investimento de igrejas neopentecostais em prol da eleição de pastores. Sua definição é ancorada na concepção de que existe uma verdade única – a do Deus judaico-cristão,

manifestada pela Bíblia – e que ela não pode ser debatida. Assim, fazem parte da pauta temas ligados à oposição do direito ao aborto e à constituição de famílias homoafetivas, por exemplo. No congresso brasileiro, esse grupo se uniu aos latifundiários e aos defensores dos armamentos, criando o que é conhecido como a “Bancada da Bala e da Bíblia”, tendo como um dos líderes, o pastor Silas Malafaia.

Por fim, a terceira vertente é caracterizada pela reciclagem do anticomunismo, que renasceu na América Latina com a chegada da esquerda ao poder. No Brasil, o PT teve sua imagem ligada ao comunismo, mesmo adotando um discurso centrista e moderado. Para a extrema-direita, o comunismo é um risco maior que a corrupção, por isso deve ser extinto. Além disso, há uma parte desses seguidores, como o astrólogo Olavo de Carvalho – guru de Bolsonaro –, que acredita que o comunismo, no Brasil, faz parte de um plano advindo da obra *Marxismo Cultural*, de Antônio Gramsci. Nele, a derrubada do capitalismo se dará por meio da destruição da moral sexual convencional e da estrutura familiar tradicional. O mesmo pensamento é notado em parlamentares da extrema-direita, que defendem pautas contra a igualdade de gênero e chegam a afirmar que os homossexuais implantarão uma “ditadura comunista gay”.

Assim, no Brasil, para Miguel (2019), o presidente eleito, Jair Bolsonaro, está intimamente ligado a extrema-direita e se vale de discursos conservadores e nacionalistas, no qual utiliza de símbolos nacionais para se legitimar. As duas primeiras vertentes são direcionadas à falas e atos intolerantes, totalitários e de incitação ao ódio. Já, na terceira, há um resgate do nacionalismo, do verde e amarelo da bandeira do Brasil, de valores morais cristãos, do cidadão de bem, da família tradicional, de Deus e da proteção do país contra o comunismo.

Em complemento, Nobre (2020) explica que a vitória de Bolsonaro é um reflexo de todo o contexto social e institucional vivido pelo Brasil, desde 2013, e acrescenta que “Bolsonaro transformou a devastação em estilo de governo. Precisou do colapso para se eleger” (NOBRE, 2020, p. 11). Segundo o autor, o presidente eleito possui uma posição antissistema, de caráter autoritário, se posicionando como um político de fora da política (*outsider*), opondo-se ao sistema<sup>20</sup> governamental brasileiro vigente, pós-ditadura militar. Um sistema de misturas, de alianças, característico da Democracia Representativa. Para Bolsonaro, a redemocratização é a causadora de todos os problemas do país, portanto, sob seu ponto de vista, “a democracia da ditadura era a verdadeira democracia” (NOBRE, 2020, p. 11).

---

20 Para Nobre (2020) o “sistema”, tão combatido por Bolsonaro, é marcado pelo lançamento do Plano Real até as revoltas de junho de 2013, tendo como base as alianças políticas, formando uma “massa relativamente indistinta de máquinas políticas que se encastelam no Estado para se reproduzir” (NOBRE, 2020, p. 19). Isto é, megabloques políticos de apoio ao governo vigente.

Tal posicionamento se evidencia na política econômica do governo. Na teoria, Bolsonaro e seu Ministro da Economia, Paulo Guedes, pregam um discurso de doutrina liberal, com ataques a protecionismos de diversos tipos. Na prática, segundo Nobre (2020), ele se restringe à austeridade fiscal. De acordo com Nobre (2020), é um liberalismo “que se coaduna perfeitamente com ausência de regulação ambiental, com desmatamento, garimpo em terras indígenas, uso indiscriminado de agrotóxicos, supressão de toda proteção social que for politicamente viável suprimir” (NOBRE, 2020, p. 13).

Ademais, Nobre (2020) aponta que Bolsonaro tem, como base, uma colização de conveniência com três grupos sociais: evangélicos, lavajatistas e militares. Os evangélicos, como vimos, anteriormente, ligam-se ao fundamentalismo religioso. Eles buscam, no governo Bolsonaro, uma alternativa que os represente, seja na política ou na vida social. Como já foi dito, a Bancada Evangélica possui bastante peso, no Congresso Nacional, facilitando a barganha política de aprovação e recusa de projetos. Já os lavajaristas são, metaforicamente, os filhos da “Operação Lava-Jato”, que se colocam contra o sistema, em prol do combate à corrupção. O melhor exemplo foi a indicação de Sergio Moro para Ministro da Justiça e Segurança Pública, do governo Jair Bolsonaro.

Os militares aparecem como terceiro eixo de apoio ao governo. Nobre (2020) explica que, com a crise política instaurada a partir de 2013, as Forças Armadas enxergaram uma possibilidade de ocupar um espaço de destaque, perdido após a ditadura militar. Por isso, viram em Bolsonaro um meio para alcançar tal prestígio. Assim,

[...] evangélicos, lavajatistas e militares constituem grupos muito diferentes entre si. Mas mostram bem como a coalizão que elegeu Bolsonaro foi uma coalizão de conveniência sem ter sido de maneira alguma casual. O sentimento de exclusão da arena política — em graus certamente muito distintos e por razões muito distintas também — que os uniu veio juntamente com a possibilidade que viram de se estabelecerem (ou restabelecerem, no caso dos militares) como atores políticos incontornáveis (NOBRE, 2020, p. 18).

Acrescentam-se, ainda, outros grupos, nessa coalização de conveniência, como setores do mercado financeiro, do agronegócio, do comércio e da indústria. Para manter tais uniões, Bolsonaro nomeou diversos militares para cargos de alto escalão, em seu governo. Já o setor evangélico foi contemplado com os Ministérios da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, ocupados por Damare Alves. Como salientado, o lavajatismo tinha Sergio Moro e, o mercado financeiro, comercial e industrial, Paulo Guedes.

Segundo Nobre (2020), a coalização de conveniência cria “feudos”, em que cada segmento tem uma autonomia própria, eximindo Bolsonaro de qualquer responsabilidade, ao mesmo tempo em que ninguém acumula poder suficiente para confrontar o Presidente. Desse

modo, Bolsonaro só intervem quando a situação foge ao controle, tendo o papel de vetar iniciativas que o afetem. Alguns exemplos, citados por Nobre (2020, p. 22), se resumem ao veto: “[...] a recriação da CPMF, que vetou o aumento do preço dos combustíveis e chamou às falas o presidente da Petrobras, que enterrou uma reforma da previdência que não poupasse militares policiais. E assim por diante”.

Esse tipo de postura, por parte de Bolsonaro, leva, na perspectiva de Nobre (2020), a um governo altamente desestruturado e ineficaz. Além do mais, Bolsonaro não se mostra fiel a essa coalização de conveniência, como ficou evidente na exoneração de Sergio Moro, em 2020, em razão de ter se negado a nomear as indicações do presidente, à Superintendente da Polícia Federal do Rio de Janeiro. Nobre (2020, p. 28) afirma que, “quem se põe no caminho dessa lógica de funcionamento é jogado debaixo do ônibus, mesmo que sejam generais”, portanto, a coalização de conveniência pode ter novos “feudos” a depender do contexto histórico, mas sempre visando temas como o conservadorismo dos costumes, a reivindicação da lei e da ordem, o antipetismo e o antissistema, por meio de um autoritarismo sem disfarces.

### 1.5 MARIELLE, PRESENTE!

O contexto que expusemos, até o momento, se fez necessário para que compreendêssemos toda a conjuntura do assassinato da Vereadora, Marielle Francisco da Silva, mais conhecida como Marielle Franco. Nascida na cidade do Rio de Janeiro, no dia 27 de julho de 1979, ela viveu e cresceu no Morro do Timbau, no Complexo da Maré, um conjunto formado por dezesseis favelas cariocas. Suas principais pautas voltavam-se para questões de gênero e de raça, a partir do seu lugar de fala, carregando, portanto, em si, diversas pautas, como: mulher, negra, da comunidade, mãe solteira, lésbica.

De acordo com o *site* de Marielle Franco, no ano de 1998, ela iniciou sua vida de militância ao ingressar no pré-vestibular comunitário, após perder uma amiga, vítima de bala perdida em um tiroteio entre policiais e traficantes, no Complexo da Maré. No mesmo ano, engravidou de Luyara Francisco dos Santos. “Aos 19 anos, me tornei mãe de uma menina. Isso me ajudou a me constituir como lutadora pelos direitos das mulheres e debater esse tema nas favelas” (FRANCO, 2018, *homepage*). Em 2000, casou-se com a arquiteta Mônica Benício. Marielle ingressou, em 2002, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), para cursar Ciências Sociais, sendo bolsista pelo Programa Universidade para Todos (ProUni). Em 2012, concluiu o mestrado em Administração Pública, pela Universidade Federal

Fluminense (UFF), defendendo sua dissertação com o tema: “UPP: a redução da favela a três letras”.

Sua vida política iniciou-se em 2006, ao ser convidada para fazer parte da assessoria do, então, Deputado Estadual, Marcelo Freixo (PSOL). De acordo com Magalhães (2019), Marielle alinhou-se à esquerda do espectro político, aumentando sua militância pelos direitos humanos, feminismo e contra a violência do Estado. Durante esse período, participou de organizações não governamentais, tais como, *Brasil Foundation* e o Centro de Ações Solidárias da Maré (CEASM).

Na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, coordenou a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania. Ela era servidora da casa, quando Freixo presidiu, em 2008, a Comissão Parlamentar de Inquérito, que tinha como objetivo investigar os paramilitares, conhecidos como milícias. Nas eleições municipais do Rio de Janeiro, de 2016, concorreu ao cargo de Vereadora, pelo PSOL. Foi eleita, em quinto lugar, com 46.502 votos – vale destacar que o primeiro lugar ficou com Carlos Bolsonaro (PSL).

Enquanto Vereadora, Marielle apresentou 13 de projetos de lei, segundo Magalhães (2019), mais de um por mês, a ponto de o PSOL cogitar inscrevê-la como vice de Freixo, na chapa ao governo do Estado do Rio de Janeiro, nas eleições de 2018. Além disso, durante seu mandato, ela foi presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, na Câmara Municipal, e participou de audiências públicas e debates sobre abuso de autoridade nas favelas cariocas, como no Alemão.

Dentre os principais projetos criados pela Vereadora, Magalhães (2019) destaca o Projeto de Lei #AssédioNãoÉPassageiro, em que propôs o combate ao assédio no transporte público. Outro destaque é ao Projeto de Lei 0017/2017 Espaço Coruja/Espaço Infantil Noturno, que tinha como finalidade promover um atendimento aos pais e mães que trabalhavam ou estudavam, à noite, e não teriam onde deixar os filhos pequenos. Além desses, podemos citar o Projeto das Casas de Parto, que estimulava a criação de casas de parto em zonas de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e o Aborto Legal no Rio de Janeiro, que visava garantir informação, capacitação e fiscalização para que a lei do aborto fosse cumprida, respeitando os três casos legalizados pela justiça, a saber: casos de anencefalia, de estupro e de risco de vida para a mãe.

Em fevereiro de 2018, o Senado aprovou um decreto que determinava a Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro<sup>21</sup>. Com isso, a Segurança Pública fluminense ficaria sob

---

21 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43079114>. Acesso em: 09 jun. 2020.

responsabilidade de um interventor militar, o General do Exército, Walter Braga Netto, que teria sob seu controle a Polícia Civil, a Polícia Militar, os Bombeiros e a Administração Penitenciária. Mas, de maneira geral, todos estavam subordinados ao, então, Presidente da República, Michel Temer. Na ocasião, Marielle e mais 17 parlamentares integraram uma comissão que monitoraria a operação das Forças Armadas, na Segurança Pública do Rio de Janeiro. Eles trabalhariam em conjunto com o Observatório Legislativo da Intervenção Federal, na Segurança Pública do Rio, instalado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM). O objetivo era coletar e analisar dados e resultados, de ações policiais e dar pareceres sobre elas.<sup>22</sup> A Vereadora se posicionou contrária à Intervenção e à política de militarização da Segurança Pública.

No dia 10 de março, Marielle realizou uma postagem, em sua conta no *Twitter* (Imagem 7), criticando o abuso de autoridade policial, contra os civis do bairro de Aracari. Na postagem, ela chama o 41º BPM de “Batalhão da morte” e escreve “CHEGA de esculachar a população! CHEGA de matarem nossos jovens” (MARIELLE, 2018).

*Imagem 7- Postagem sobre abuso de autoridade, em Acari.*



Fonte: Conta do *Twitter* de Marielle.

No dia 13 de março, Marielle fez uma nova postagem (Imagem 8) sobre o caso do jovem evangélico, Matheus Melo, que teria sido assassinado pela polícia, logo após sair da igreja com a namorada<sup>23</sup>. Na postagem, questionava: “quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe?” (MARIELLE, 2018).

22 Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/vereadora-marielle-franco-fiscalizava-intervencao-federal-no-rj/>. Acesso em: 09 jun. 2020.

23 Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/jovem-e-morto-no-jacarezinho-apos-sair-de-igreja-com-a-namorada-no-rio.ghtml>>. Acesso em 10 de junho de 2020.

Imagem 8- Postagem sobre o assassinato do jovem Matheus



Fonte: Conta do *Twitter* de Marielle.

No dia 14 de março de 2018, cerca de um mês, depois do decreto da Intervenção Federal, Marielle e seu motorista, Anderson Gomes, foram assassinados quando voltavam do evento “Jovens Negras Movendo as Estruturas”. Segundo Magalhães (2019),

[...] a noite de 14 de março começou feliz para Marielle Franco. Na Casa das Pretas, na Lapa carioca, ela coordenou a roda de conversa “Jovens negras movendo as estruturas”. Citou a poeta norte-americana Audre Lorde, negra, lésbica e feminista: “Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes da minha”. Com o sorriso rasgado, a vereadora se levantou da cadeira e encerrou o encontro com um brado de estímulo às mulheres presentes ou que lhe assistiam pela internet: “Vamo que vamo, vamo junto ocupar tudo” (MAGALHAES, 2019, s/p, *ebook*).

Às 21h04 daquela quarta-feira, Marielle Franco, seu motorista, Anderson Pedro Gomes, e sua Assessora, Fernanda Chaves, deixaram a Rua dos Inválidos, na Lapa, em um Chevrolet Agile branco. Imagens da câmera de rua mostram que o automóvel foi seguido por um Chevrolet Cobalt de cor prata. Ao passarem pela Rua Joaquim Palhares, no bairro do Estácio, na Região Central do Rio, por volta das 21h30, o carro foi alvejado por 13 balas de submetralhadoras, calibre 9 milímetros. Quatro projéteis atingiram a cabeça de Marielle e, três, as costas de Anderson; ambos morreram na hora, a Assessora sobreviveu. Anderson tinha 39 anos e, na ocasião, fazia um trabalho *freelance*, dirigindo para Marielle.

Depois do crime, a primeira hipótese trabalhada pela política foi de atos de execução sumária, por encomenda, uma vez que as imagens mostravam o emparelhamento dos carros, os quatro tiros certos na cabeça de Marielle e nenhum vestígio de assalto. Além disso, outros fatores corroboram a confirmação da tese: o fato de que a placa do carro era clonada; os assassinos terem escolhido um ponto cego do trajeto, para realizar o ataque, impossibilitando a geração de imagens de câmeras. Ademais, a munição da arma foi identificada de um lote vendido à Polícia Federal de Brasília, em 2006.

Outra linha de investigação era a de que o crime teria sido encomendado pela milícia do Rio de Janeiro. De acordo com Magalhães (2019), esses agrupamentos paramilitares ilegais são constituídos, principalmente, por policiais militares e ex-policiais militares. Eles agem de forma a explorar e oprimir moradores de bairros e comunidades mais pobres, além de venderem seus

votos a políticos. No caso da cidade fluminense, o público-alvo da milícia são as favelas, lugar defendido por Marielle.

Logo após a sua morte, as redes sociais foram bombardeadas por atos a favor ou contra Marielle. Baronas e Araújo (2019) apontam que a utilização de *hashtags*, como #Mariellepresente, #Mariellelive, #somostodosMarielleFranco, tornaram-se um elemento fundamental do militantismo digital pró-Marielle. Para os autores, a utilização desse recurso digital, em postagens, é uma alternativa encontrada para reafirmar a necessidade de encontrarem os culpados, mas, sobretudo “uma tentativa de gestão da memória acerca do papel político que Marielle representa na luta pela igualdade de direitos das pessoas invisibilizadas, sobretudo as que moram nas comunidades mais pobres da cidade do Rio de Janeiro” (BARONAS; ARAÚJO, 2019, p. 25).

Entretanto, o que mais ficou evidente, nas redes sociais, foi o número de *fake news* espalhadas e a proliferação de discursos intolerantes. Segundo Oliveira (2018), a morte da ex-vereadora funcionou como um pavio de incompreensão e intolerância, acirrando, ainda mais, a discussão política no Brasil, uma vez que, para a direita, Marielle foi alvo dos bandidos que ela defendia e, para a esquerda, ela era vítima de policiais e de milícias. Alguns casos ganharam notoriedade, como a Desembargadora do Rio de Janeiro, Marília de Castro Neves Vieira, que postou em seu *Facebook* a seguinte frase: “A questão é que a tal Marielle não era apenas uma ‘lutadora’. Ela estava engajada com bandidos! Foi eleita pelo Comando Vermelho e descumpriu ‘compromissos’ assumidos com seus apoiadores”. Trataremos mais detalhadamente, sobre esses pontos, no capítulo dois.

O caso Marielle repercutiu nas eleições de 2018. O candidato a Deputado Estadual pelo partido de Jair Bolsonaro (PSL) – e ex-candidato a vice-prefeito do Rio, em 2016, na chapa de Flávio Bolsonaro –, Rodrigo Amorim, e o candidato a Deputado Federal, Daniel Silveira, do mesmo partido, quebraram uma placa de rua, em que se lia “Rua Marielle Franco” (Imagem 9). O fato ocorreu durante um evento político, em Petrópolis (RJ). Na ocasião, estava presente o candidato ao governo do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), que pedia voto para Silveira.

Imagem 9 - Rodrigo Amorim e o candidato a deputado federal Daniel Silveira quebram placa com o nome Marielle Franco. Com microfone, o candidato ao governo do Rio de Janeiro, Wilson Witzel.



Fonte: Acervo *Google*.

A placa havia sido colocada por aliados da Vereadora, em uma das esquinas da Praça Floriano, Cinelândia, próximo à Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Amorim afirmou, em suas redes sociais, que a remoção ocorreu porque ele estava cumprindo seu dever cívico: “removemos a deprecação e restauramos a placa em homenagem ao grande marechal. Preparem-se, esquerdopatas: no que depender de nós, seus dias estão contados”<sup>24</sup>. Ao final do pleito de 2018, os três candidatos foram eleitos, sendo que, Amorim, foi o Deputado Estadual do Rio de Janeiro com maior número de votos.

Manifestantes pró-Marielle realizaram, na Cinelândia, um ato em resposta à quebra da placa, pelos candidatos a Deputado Estadual (Imagem 10). Sem aparelhagem de som, eles faziam coros, que bradavam: “Não seremos interrompidas”, “Fascistas, fascistas não passarão!”, “Quem mexeu com Marielle atçou o formigueiro”, e “Os que quebraram a placa da Marielle, quebraram a cara”. Participaram do ato, a viúva de Marielle e os pais da Vereadora, Marinete da Silva e Antônio Francisco da Silva Neto; além de parlamentares, como o Deputado Estadual, Marcelo Freixo e a Deputada Federal, Jandira Feghali.

---

24 Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes/candidatos-do-psl-destroem-placa-com-homenagem-a-marielle-franco,70002531740>. Acesso em: 10 jun. 2020.

Imagem 10 - Ato em resposta a quebra da placa com o nome Marielle Franco.



Fonte: Acervo Google.

Durante o ato, foram distribuídas placas com o nome da Vereadora. A iniciativa partiu do *site* “Sensacionalista”, que realizou uma vaquinha virtual. Inicialmente, o objetivo era arrecadar R\$2 mil, para a confecção de cem placas. No entanto, em 20 minutos, a meta foi atingida, arrecadando, segundo os organizadores, R\$39.743, com 1.569 doadores, entre pessoas físicas e jurídicas.

Vemos, nesse sentido, o que Landowski (2014) chama de ajustamento estético, no qual há uma sensibilidade entre os manifestantes, que, apesar de não fazerem parte do círculo particular de Marielle, se sentem afetados e contagiados pelo crime. Esse ajustamento, segundo Landowski (2014, p. 51), é um “fazer-sentir”, em que a interação se dá por meio do contágio, “mais ou menos imediato conforme o caso, entre corpos que sentem e corpos sentidos”. Há, portanto, um ajustamento sensível, que faz emergir diversos estados patêmicos, que, muitas vezes, não são possíveis de se nomear, pois é a estesia pura que os une.

Segundo Mendes et al. (2021), “as manifestações de protesto contra o assassinato de Marielle Franco representam uma experiência estética e estésica típica da sociedade em midiatização, uma vez que se pauta por outras lógicas e procedimentos, muitos dos quais experimentais e acionados por diversos segmentos sociais” (MENDES et al., 2021, p. 19). Desse modo, há, de acordo com os autores, um cruzamento entre o ato presencial (manifestações de rua) e o ato midiatizado (as manifestações de rua, o uso das redes sociais para convocações, faixas, cartazes e outros recursos). Essa interlocução permite a construção do “fazer-sentir”, por meio de uma ligação afetiva que está presente em imagens compartilhadas, *hashtags*, manifestações de rua e outros.

Quase um ano depois do crime, no dia 12 de março de 2019, os policiais da Divisão de Homicídios da Polícia Civil, e Promotores do Ministério Público, prenderam o policial militar reformado, Ronnie Lessa – acusado de disparar os tiros que mataram Marielle Franco e seu motorista, Anderson Gomes<sup>25</sup> – e o ex-policial militar, Élcio Vieira de Queiroz – acusado de dirigir o carro na noite do crime. Ronnie foi preso ao sair de casa, em um condomínio na Avenida Lúcio Costa, na Barra da Tijuca, o mesmo em que o Presidente, Jair Bolsonaro, tem residência. Já, Élcio, foi preso no bairro Engenho de Dentro. Além das prisões, foram apreendidos documentos, telefones celulares, *notebooks*, computadores, armas, acessórios, munição e outros objetos.

Segundo Carmo (2019), a operação que prendeu os dois policiais recebeu o nome de “Lume”, referência a uma praça no Centro da cidade do Rio Janeiro, conhecida como Buraco do Lume, local em que Marielle desenvolvia um projeto chamado *Lume Feminista*:

No local, ela também costumava se reunir com outros defensores dos direitos humanos e integrantes do PSOL. [Lume] também significa qualquer tipo de luz ou claridade, a palavra “lume” compõe a expressão “trazer a lume”, que significa trazer ao conhecimento público, vir à luz (CARMO, 2019, p. 28).

A Polícia Civil iniciou as investigações contra os suspeitos, por meio de uma denúncia anônima, em outubro de 2018, que afirmava que o assassinato da Vereadora teria sido encomendado por R\$ 200 mil. Ademais, um relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) indicou o depósito de R\$ 100 mil, na conta de Lessa, em outubro de 2018. De acordo com a investigação, Ronnie Lessa pesquisava, desde 2017, temas relacionados a políticos e partidos de esquerda, particularmente, “morte ao PSOL”, “morte de Marcelo Freixo”, “Marcelo Freixo enforcado”, “Lula enforcado” e “Dilma Rousseff morta”.

Em fevereiro de 2018, o policial reformado direcionou as buscas para parlamentares que votaram contra a Intervenção Federal, no Rio de Janeiro. Vale lembrar que Marielle era relatora da comissão da Câmara de Vereadores, e criticava publicamente a operação. No dia 15 de março de 2019, a Justiça do Rio aceitou a denúncia contra os acusados, declarando-os réus. Ambos responderam por duplo homicídio triplamente qualificado (motivo torpe, emboscada e recurso que dificultou a defesa da vítima).

Com a revelação de que um dos suspeitos morava no mesmo condomínio de Jair Bolsonaro, e que o mesmo tinha fotos com Ronnie, o Presidente declarou:

Espero que realmente a apuração tenha chegado de fato a quem foram os executores, se é que foram eles, e a quem mandou matar. Eu conheci a Marielle depois de que ela

---

25 Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/03/12/policia-prende-suspeitos-pelos-assassinatos-da-vereadora-marielle-franco-e-anderson-gomes.ghtml>. Acesso em: 22 jul. 2020.

foi assassinada, não conhecia ela apesar de ela ser vereadora lá com o meu filho, no Rio de Janeiro. E também estou interessado em saber quem mandou me matar.<sup>26</sup>

O presidente afirmou, também, que possui diversas fotos com policiais de todo o Brasil, justificando o fato de aparecer, em uma fotografia, ao lado de um dos suspeitos do assassinato. Para mais, em 13 de março de 2019, o Delegado, Ginton Lages, responsável pela investigação do assassinato de Marielle, revelou que a filha de Ronnie Lessa teria namorado o filho mais novo de Jair Bolsonaro, Jair Renan. Em resposta, o Presidente afirmou não conhecer Ronnie Lessa e desconhecer o namoro do filho, pois já havia namorado o condomínio inteiro, e não lembrava de todas<sup>27</sup>.

O nome da família Bolsonaro voltou a ser mencionado no caso, em outubro de 2019, quando a “Rede Globo” divulgou uma matéria, em que o porteiro do Condomínio Vivendas da Barra – no qual moravam, Bolsonaro e Lessa – afirmou que um homem, identificado como Élcio de Queiroz, entrou no condomínio, no dia 14 de março de 2018, data do assassinato, informando que iria à casa 58, do “seu Jair”, mas se dirigiu à residência de Ronnie Lessa. De acordo com o porteiro, Élcio de Queiroz teria ligado para Bolsonaro, para confirmar seu destino<sup>28</sup>. Contudo, registros oficiais da Câmara dos Deputados mostram que Bolsonaro estava em Brasília, nessa data.

Com a divulgação da reportagem, Bolsonaro realizou uma *live* nas redes sociais, alegando indignação com o conteúdo da matéria, e fazendo duras críticas à “Rede Globo”, chegando a pronunciar palavrões, como “patifes” e “canalhas”. Segundo transcrição, feita pela “UOL”, Bolsonaro declarou: “estou à disposição para falar nesse processo, conversar com esse delegado sobre esse assunto, para começar a colocar em pratos limpos o que está acontecendo no meu nome. Por que estão querendo me destruir?”<sup>29</sup>.

Em fevereiro de 2020, o resultado de uma perícia, feita pela Polícia Civil, indicou que a voz do porteiro, que autorizou a entrada do ex-PM, Élcio de Queiroz – no condomínio Vivendas da Barra, no dia do assassinato de Marielle Franco e do motorista, Anderson Gomes –, não coincidia com o responsável por citar o nome de Jair Bolsonaro. Segundo um trecho do documento, o áudio da conversa, realizada por interfone, “foi produzido em um sistema fechado

---

26 Referência à facada que sofreu, durante a campanha presidencial. Disponível em:

<https://revistaforum.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-recebeu-ligacao-do-filho-namorei-o-condominio-inteiro-nao-lembro-bem-dela/>. Acesso em: 22 jul. 2020.

27 Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-recebeu-ligacao-do-filho-namorei-o-condominio-inteiro-nao-lembro-bem-dela/>. Acesso em: 22 jul. 2020.

28 Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral, caso-marielle-porteiro-que-autorizou-entrada-de-acusado-em-condominio-nao-e-o-que-citou-bolsonaro,70003193589>. Acesso em: 11 jun. 2020.

29 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/10/29/marielle-investigacao-cita-visita-de-suspeito-a-bolsonaro-e-pode-ir-ao-stf.htm>. Acesso em: 11 jun. 2020.

de comunicação que foi analisado e não deixa dúvidas de que a gravação partiu da portaria e foi atendida por um homem na casa cadastrada no sistema como a casa 65 (de Ronnie Lessa)<sup>30</sup>”.

Em junho de 2020, o Delegado, Antônio Ricardo Lima Nunes, diretor do Departamento Geral de Homicídios e Proteção à Pessoa da Polícia Civil do Rio, descartou a participação do Presidente, Jair Bolsonaro, e de seus familiares, na morte de Marielle Franco. Segundo o Delegado:

Não há participação da família Bolsonaro neste evento, muito menos do presidente da República. Não temos indício de participação da família. Isso foi apurado, pois um funcionário do condomínio fez essas declarações, mas temos certeza que não há participação alguma. O funcionário pode ter caído em alguma contradição. Não há participação da família Bolsonaro neste evento<sup>31</sup>.

Ainda em junho de 2020, a Polícia Civil e o Ministério Público do Rio de Janeiro prenderam o bombeiro, Maxwell Simões Correa. De acordo com a investigação, ele era o braço direito de Ronnie Lessa, e tentou “atrapalhar de maneira deliberada a investigação”, uma vez que teria ajudado a esconder as armas do crime, ao emprestar seu carro para o descarte de seis armas, que foram jogadas perto das ilhas Tijuca, na costa da Barra da Tijuca. Até as últimas edições deste texto, a Polícia Civil ainda busca os possíveis mandantes do assassinato de Marielle.

## 1.6 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CAMPO DISCURSIVO CONSTRUÍDO

O objetivo desse capítulo foi construir um campo discursivo, em que os temas apresentados dialogam com os temas abordados, no nosso texto-objeto, que são os discursos intolerantes acerca do assassinato da Vereadora, Marielle Franco, em duas *fanpages* de espectros políticos de esquerda e de direita. Desse modo, situamos, temporal e espacialmente, nosso *corpus*, assim como apresentamos outros textos de épocas similares, que dispõem de informações compreendidas em nosso texto-objeto.

Posto isto, desenvolvemos um percurso que traça a definição de conceitos políticos importantes para o trabalho, tais como: direita, esquerda, centro, centro-direita, centro-esquerda, extrema-direita e extrema-esquerda. Evidenciamos que a direita e a esquerda se articulam, por meio dos seus pontos de vista sobre a igualdade; sendo que, a esquerda visa uma

---

30 Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral, caso-marielle-porteiro-que-autorizou-entrada-de-acusado-em-condominio-nao-e-o-que-citou-bolsonaro,70003193589>. Acesso em: 11 jun. 2020.

31 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/06/10/cla-bolsonaro-nao-tem-relacao-com-morte-de-marielle-franco-diz-delegado.htm>. Acesso em: 11 jun. 2020.

igualdade social, em que, quanto mais inclusivo, mais totalidade, buscando a coletividade e a valorização de indivíduos altruístas. Sob essa perspectiva, a igualdade social é eufórica e a desigualdade, principalmente econômica, é disfórica.

Em contrapartida, a direita objetiva a uma igualdade político-jurídica, em que, quanto mais exclusivo, menos totalidade; nesse caso, a desigualdade social é vista como inevitável e natural. Além disso, para esse espectro político, cada sujeito deve arcar com os resultados de suas decisões (individualismo), e o Estado visaria à manutenção do *status quo*, limitando-se à garantia da ordem pública.

Esses posicionamentos refletem em outros espectros políticos, que utilizam dessas ideais para valer de seus posicionamentos, como o extremismo e o moderantismo. O extremismo é marcado por valores do absoluto (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001), em que a triagem e a unidade são predominantes, como nos regimes de extrema-direita e extrema-esquerda. Já o moderantismo, tende a mistura, à diversidade, com espectros políticos de coligações e alianças, como o centro, o centro-esquerda e o centro-direita.

Vale ressaltar que os espectros de direita, esquerda e centros são regimes que propendem à Democracia Representativa, visando um modelo de gerenciamento político que possibilite o apoio ao governo, com coligações, alianças e misturas. Por outro lado, temos os regimes extremistas, que, em comum, possuem a antidemocracia, mas se diferenciam, nos temas e nos projetos políticos. Devemos, portanto, enxergar o espectro político como um sistema não estático, que possibilita a variação entre cada ponto, seja internamente ou externamente.

A partir do campo discursivo, construído durante todo o capítulo, notamos que, apesar de todo o mecanismo de circulação entre partidos, a dualidade direita e esquerda é muito forte, na conjuntura brasileira de 2013 a 2019, principalmente, depois das Manifestações de 2013. Consideramos que 2013 é um acidente estésico, um acontecimento que inicialmente não tinha um lado, mas que se reconfigura a partir de 2014, levando a uma polarização efetiva, entre grupos à direita e à esquerda.

No que tange aos fatos sócio-históricos, descritos no capítulo, evidenciamos que o Brasil vivenciou diversos episódios políticos significativos, como: uma presidente destituída; um ex-presidente preso; e a vitória do que intitulamos, no decorrer do capítulo, de a “nova direita”, figurativizada na imagem de Jair Bolsonaro. Destacamos, também, o impulsionamento do ciberativismo, com convocações para manifestações de rua, como as Jornadas de 2013, bem como o uso da *interface* dos *sites* de redes sociais, como um ambiente de estar junto, possibilitando que os sujeitos construam seus lugares de fala, dos quais, para eles não existe, supostamente, um filtro, permitindo a “liberdade” da fala e do pensamento.

Por fim, traçamos todo esse campo interdiscursivo para contextualizar o assassinato de Marielle Franco. Neste trabalho, o assassinato de Marielle é compreendido como um acontecimento (ZILBERBERG, 2011) sob a perspectiva da vítima e de parcela da sociedade, tendo em vista que sua morte representa uma ação inimaginável, inesperada dentro de um determinado sistema de crenças que, quando ocorre, deixa o sujeito sem horizonte, com uma carga afetiva elevada, a qual precisa de um tempo para recuperar seu estado normal.

Acreditamos, também, assim como Pinheiro-Machado (2019), que a morte da Vereadora do PSOL evidenciou a divisão dualista da política entre direita/extrema-direita e esquerda, daquele contexto no Brasil. Há, portanto, na nossa concepção, uma efervescência coletiva, que vem, desde junho de 2013, marcando uma transformação na sociedade brasileira, e essa ebulição se torna ainda mais evidente nos discursos intolerantes, principalmente na *internet* – que serão tema dos próximos capítulos.

## 2. A INTOLERÂNCIA EM TEMPOS DE INTOLERÂNCIA

No prefácio do livro *A intolerância*, Wilsel (2000, p. 7) afirma que “a intolerância não para de crescer em todo o mundo, pois ela não é apenas um instrumento para o inimigo, ela é o inimigo”. Passadas, mais de duas décadas da publicação, este inimigo continua à solta, porém, com novos meios para se proliferar, como as redes sociais, por meio de comentários discriminatórios, preconceituosos, mas, sobretudo, de ódio e de intolerância. Mas, o que é a intolerância? Quais são suas raízes? Como ela é manifestada no Brasil? Como, enquanto estudiosos do texto e do discurso, podemos apreendê-la?

São essas perguntas, e a busca por suas respostas, que norteiam a construção deste segundo capítulo. De cunho teórico, tem por finalidade traçar um percurso histórico sobre a intolerância. Desse modo, em um primeiro momento, apresentamos o conceito e a origem da intolerância, por meio de uma retomada bibliográfica de autores dos campos da filosofia, sociologia, direito, história e antropologia. A princípio, podemos apontar que ela é baseada em valores e crenças, instituídas por um “eu” que nega a alteridade do diferente, do “outro”, buscando, dessa forma, sua eliminação, seja de forma sutil ou extrema.

Em um segundo momento, trabalharemos a intolerância no Brasil, a partir de duas obras brasileiras, a saber: *Sobre o autoritarismo brasileiro* (2019), de Lilia Moritz Schwarcz e *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária* (2001), de Marilena Chauí. Constatamos que a “cordialidade brasileira” é revestida por intolerância, relacionada a elementos, como: escravidão e racismo; mandonismo; patrimonialismo; corrupção; desigualdade social; violência; raça e gênero. Ademais, apresentamos dados de pesquisas que evidenciam o aumento dos discursos intolerantes, no Brasil, no período de 2013 a 2019, sobretudo em 2018.

Na seção seguinte, expomos os estudos sobre o discurso intolerante, à luz da semiótica discursiva, com apontamentos acerca da identidade e da alteridade (LANDOWSKI, 2012; GREIMAS, COURTÉS, 2016), junto à proposta teórica e metodológica desenvolvida por Barros (2011; 2015; 2014 2016), que considera quatro tipos de procedimentos para o exame dos discursos intolerantes, a saber: a organização narrativa, sobretudo, a sanção; a constituição de percursos passionais; a elaboração de temas e figuras; e as noções advindas da semiótica tensiva de acontecimento, exercício, triagem e mistura.

O penúltimo tópico aborda as *fake news*, que são compreendidas, por Barros (2020), como um gatilho para a produção e disseminação dos discursos intolerantes. Para tanto, traçamos um diálogo entre a semiótica e os autores da área da comunicação social, que

comungam a visão de que as *fake news* são discursos mentirosos que se baseiam nas crenças e valores do destinador e do destinatário. Por fim, desenvolvemos um gráfico da intolerância, que nos permite estabelecer relações entre os aspectos trabalhados anteriormente.

## 2.1 AS ORIGENS DA INTOLERÂNCIA

Conceituar intolerância é considerar a relação intrínseca entre o “eu da intolerância” e o “outro”, ou, entre “nós” e “eles”. De acordo com Le Goff (2000), os estudos sobre a intolerância surgem no século XVI, em correlato à noção de tolerância, tratada no *Edito de Tolerância* (1562), que concede liberdade de culto aos protestantes. Logo, a noção de intolerância nasce ligada às questões religiosas. No entanto, o autor ressalva que, muito antes de se cunhar o termo intolerância, na Grécia Antiga, já eram registradas práticas individuais e/ou coletivas que sinalizavam procedimentos de proibição, de exclusão e de perseguição do “outro”, como, por exemplo, a limitação à liberdade e à igualdade dentro da Democracia das cidades.

Já na época Medieval, entre os séculos V e XV, há a formação do que Le Goff (2000, p. 38) chama de “essência dos sistemas de valores e comportamentos do Ocidente”. Esse período é marcado por dois grandes fatos: o primeiro é o estabelecimento do cristianismo; e, o segundo, a chegada dos povos bárbaros. “A partir do século VII, uma nova situação é criada com a constituição de um novo conjunto religioso e político, o islão, a leste e ao sul dos povos cristãos” (LE GOFF, 2000, p. 38).

O início da Idade Média é visto, pelo autor, como uma época relativamente tolerante, uma vez que existia um princípio de integração religiosa, política, jurídica e social, que criava um efeito de cristianização da população. Além de ser um período marcado pelo nascimento da sociedade feudal, que substitui os direitos étnicos e de sangue, pelo direito de solo. Contudo, do século XI ao XIV, ocorre uma mudança brusca, na qual a cristandade se torna um meio para a perseguição ao diferente. Assim,

[...] beneficiada por um grande desenvolvimento demográfico, econômico, militar, político e cultural, ela [cristandade] quer defender suas conquistas contra aqueles que lhe parecem ameaçá-las; e passa a adotar os instrumentos da repressão e da agressão. As primeiras vítimas são os judeus e os muçulmanos. Os muçulmanos são escorraçados como adeptos de um ‘Feiticeiro’, Maomé, e tornam-se objeto de uma guerra santa. Mas se, na Espanha ou na Sicília, a expulsão dos muçulmanos pode ser justificada pela *Reconquista* dos lugares santos, no Oriente Próximo, as Cruzadas (1095-1291), também apresentadas como recuperação dos lugares santos (embora estes nunca tenham pertencido à cristandade), dão início a uma fase de agressão e de conquista do mundo muçulmano (LE GOFF, 2000, p. 39).

O processo de intolerância torna-se mais claro, portanto, a partir do momento em que a Igreja conquista a Monarquia Pontifícia e surgem os Estados modernos, na França e na Inglaterra, tendo como características, as sociedades nacionalistas e a constituição de classes hierárquicas. Nesse período, a intolerância voltava-se para os leprosos, os heréticos, os judeus e os homossexuais, estes que eram “objeto de tolerância até o século XIII, [e foram] rigorosamente excluídos em virtude de suas práticas ‘contra a natureza’” (LE GOFF, 2000, p. 40).

Ademais, a intolerância fica ainda mais evidente nas fogueiras da Santa Inquisição, regida pela Igreja Católica, bem como nas guerras, e em todo um sistema de perseguição advindo dessa nova sociedade em desenvolvimento, que era contra tudo aquilo que supostamente ameaçava tal prosperidade (LE GOFF, 2000). Por conseguinte, a partir do final do século XV, tem-se uma sociedade de intolerância e de exclusão que se manifesta até os dias atuais, alcançando seu ápice na ideologia nazista, em que a intolerância é vista, pelos nacionalistas extremistas, como uma virtude de purificação, e a tolerância, como um sinal de fraqueza, que deveria ser eliminada da Alemanha.

Para Ricœur (2000), a intolerância tem sua origem na “predisposição comum a todos os humanos, a de impor suas próprias crenças, suas próprias convicções, desde que disponham, ao mesmo tempo, do poder de impor e da crença na legitimidade desse poder” (RICŒUR, 2000, p. 20). Em consonância com Ricœur (2000), Héritier (2000) explica que a intolerância segue uma lógica, na qual, sempre haverá um “eu” que implica um “outro” necessariamente diferente, causando repulsa, numa lógica da diferença, que tem por princípio a negação do “outro”.

Umberto Eco (2020) apresenta uma perspectiva do conceito de intolerância de extrema importância para nossos estudos, a chamada “intolerância selvagem” (ECO, 2020, p. 43). O autor traça um percurso no qual expõe que o fundamentalismo e o integralismo são conceitos ligados à intolerância. Nesse caso, o fundamentalismo volta-se para o princípio hermenêutico, direcionado à interpretação do livro sagrado – tido como a única verdade –, portanto, pregam por um tradicionalismo, um conservadorismo. Já o integralismo é visto como posição religiosa e política, na qual “os princípios religiosos devem tornar-se o modelo de vida política e a fonte das leis do Estado. Se o fundamentalismo e o tradicionalismo são, em princípio, conservadores, há integralismo que se dizem progressistas e até revolucionários” (ECO, 2020, p. 16).

Contudo, essas duas concepções são entendidas por Eco (2020) como doutrinas da diferença, assim como o racismo e o pseudocientífico. No entanto, a intolerância, ou melhor, a “intolerância selvagem”, nos termos do autor, não é uma doutrina, ela se coloca antes de qualquer doutrina, estando na raiz de todos os fenômenos sociais. A “intolerância selvagem” é,

em geral, descontrolada, inexplicável e perigosa, sendo mobilizada por pulsões elementares. Para entendê-la, o autor apresenta, como exemplo, a caça às bruxas.

Pensemos na caça às bruxas. Não é um produto das eras obscuras, mas da era moderna. O *Mallus Maleficarum* surge seis anos antes da descoberta da América; é contemporâneo de Pico della Mirandola, de Marsilio Ficino, do humanismo florentino. A *Démnamanie des sorciers* (*Demonomania das Bruxas*), de Bodin, foi escrita por um homem da Renascença, depois das descobertas de Copérnico! Não me cabe explicar por que o mundo moderno elabora justificativas teóricas para a caça às bruxas. Quero lembrar apenas que essa doutrina só pode ser estabelecida porque já existia uma desconfiança em relação às bruxas. É encontrada na antiguidade clássica (Horácio fala nisso), no edito de Rotari, na *Suma teológica* de Santo Tomé. Era tida como uma realidade corriqueira, exatamente como um código de direito penal leva em conta a existência de ladrões. **Mas, sem crenças populares, não teria sido possível estabelecer uma doutrina da perseguição** (ECO, 2000, p. 17 – grifos nossos).

Posto isso, a “intolerância selvagem” brota das crenças preexistentes, e é um curto-circuito categorial, que constitui uma tentação à generalização, pois, segundo o autor, “basta que nos roubem a mala no aeroporto de um país qualquer para que voltemos para casa dizendo que é bom desconfiar das pessoas do tal país” (ECO, 2020, p. 49). Desse modo, as teorias contra os judeus, por exemplo, não criam o antissemitismo, mas exploram a diferença já existente.

No caso do nosso objeto de estudo, os discursos intolerantes ocasionados a partir do assassinato da Vereadora Marielle Franco, inferimos que eles nascem de uma polêmica já existente na sociedade, explorando um ódio às diferenças de raça, de gênero, de sexualidade, de política e de classe social. Em outras palavras, essa perseguição ao “outro” já existe, e, no caso Marielle, por ela ser uma mulher negra, homossexual, filiada a um partido de esquerda e moradora de favela, mas, principalmente, por esses estigmas já circularem na sociedade e se apoiarem, segundo Eco (2020), na “intolerância selvagem”, que progride insidiosamente, criando categorias, como o racismo, a misoginia e outros.

Droit (2017) afirma que a intolerância está intimamente ligada à questão do ponto de vista de um determinado sujeito, podendo orientar-se para uma intolerância boa ou para a intolerância mortal. Segundo o autor, a intolerância boa ocorre quando se dirige à tortura, aos assassinatos e às injustiças sociais. Por outro lado, a intolerância mortal é direcionada à não aceitação do “outro”, em forma de fanatismo, vindo acompanhada pela ideia de que um determinado grupo de sujeitos tem uma missão, uma verdade absoluta e indiscutível, que justifica todos os atos cometidos, como o assassinato de crianças, por exemplo.

Para matar crianças, para exterminar friamente seres humanos, sejam centenas ou milhões, é preciso também se convencer de que não são realmente seres humanos que se está assassinando: são seres inferiores, malditos ou perniciosos. É ‘justo eliminá-los’. É preciso que o horror do crime seja transformado em ato valoroso, corajoso. É preciso imaginar que os horrores cometidos permitirão chegar a um mundo melhor, até mesmo perfeito (DROIT, 2017, s/p, *ebook*).

Em vista disso, o intolerante transforma certas situações em toleráveis, para que suas ações sejam justificáveis. Por esse motivo, os “outros”, segundo Droit (2017), são vistos como inferiores, e o “eu” representa a superioridade, uma maioria imaginária, que tem por objetivo marginalizar e combater tudo que fere suas ideias, desde a intolerância com o time de futebol do “outro”, até a intolerância religiosa e sexual, por exemplo. Existem, desse modo, valores sociais diferentes, que agem sob o quadro de crenças de cada sujeito, de acordo com seu ponto de vista, seu posicionamento, sua ideologia no mundo.

Para Santos (2016), a intolerância pode se manifestar por meio de três aspectos: o preconceito, a discriminação e o racismo. O preconceito, segundo o autor, é entendido como “uma opinião equivocada que é considerada por determinadas pessoas como verdadeira” (SANTOS, 2016, s/p, *ebook*). Desse modo, para que haja essa veracidade, é necessário que todos os indivíduos compartilhem da mesma concepção, em termos semióticos, que aceitem o mesmo contrato. Isto é, o fazer persuasivo do enunciador deve ser lido como verdade. Em outras palavras, o enunciador visa a adesão por meio de um fazer veredictório, em que o enunciado se deixe ler como verdadeiro, falso, mentiroso ou secreto. Desse modo, cabe ao enunciatário, um fazer interpretativo (fazer epistêmico), do teor veredictório do enunciado. Este envolve o reconhecimento e a identificação dos valores que, se forem os mesmos, são lidos como verdadeiros, e o contrato é aceito.

Analogamente, em *Elogio da serenidade e outros escritos morais*, Bobbio (2011) afirma que a intolerância surge em decorrência dos valores de crença, mas, principalmente, por meio do preconceito. De acordo com o autor, o preconceito nasce de um conjunto de opiniões ou doutrinas, sendo aceitos, acriticamente e passivamente, pela tradição, pelos costumes de uma sociedade ou pelas autoridades. Desse modo, “o preconceito pertence à esfera do não racional, ao conjunto das crenças que não nascem do raciocínio e escapam de qualquer refutação fundada num raciocínio” (BOBBIO, 2011, p. 103). Diante disso, Bobbio (2011) classifica os preconceitos como individuais ou coletivos. Os primeiros são da ordem das superstições, que fazem, por exemplo, as pessoas cruzarem os dedos para dar sorte, carregarem folhas de arruda ou fazerem simpatias.

Já, os preconceitos coletivos, são aqueles que direcionam-se de um grupo social para outro, gerando, muitas vezes, incompreensão, rivalidade, inimizade, desprezo e violência. Eles são visíveis em diversos setores da sociedade, mas, principalmente, no preconceito nacional e no preconceito de classe, a que deve acrescentar-se o preconceito racial.

Dissemos que o preconceito coletivo [...] é a atitude que um grupo assume perante os indivíduos de um outro grupo. Pode-se acrescentar que quase sempre o grupo diante

do qual se forma um preconceito hostil é uma minoria. O preconceito de grupo é geralmente um preconceito da maioria em relação a uma minoria. Típico neste sentido é o preconceito racial. Vítimas do preconceito de grupos são normalmente as minorias étnicas, religiosas, linguísticas etc. (BOBBIO, 2011, p. 114).

Normalmente, o preconceito contra a minoria é do tipo sociocultural, ligado à tradição e à cultura; socioeconômico, em que o “eu” acredita que o “outro” ameaça e prejudica, constantemente, seus interesses; de caráter pessoal, levando a estereótipos pejorativos; e o preconceito étnico, agravado principalmente por questões ligadas à imigração. Diante disso, Bobbio (2011) evidencia que a força do preconceito vem de situações de grupos que acreditam em uma crença que tem, em sua base, uma prerrogativa falsa, mas essas crenças conseguem mobilizar desejos e paixões, que fazem com que o “eu” não tolere o que é diferente de si.

O segundo item proposto por Santos (2016, s/p, *ebook*), para compreender a intolerância, é a discriminação, que surge quando um grupo se considera melhor que o outro, gerando um sistema de dominação, com o propósito de suprimir o inferior. Paralelamente, Bobbio (2011, p. 107) afirma que a discriminação é “uma diferenciação injusta ou ilegítima”. Em outros termos, isso significa que existe discriminação quando, perante a lei, todos devem ser tratados de modo igual, mas, na prática, não são.

Nesse sentido, a discriminação fere, por exemplo, o artigo 7º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que afirma que “todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação” (BRASIL, 1988). No âmbito brasileiro, ela estaria indo contra o artigo 5º da Constituição de 1988, que assevera que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988)

Para além disso, Bobbio (2011, p. 108) explica que a discriminação nasce de um juízo de fato, ou seja, na constatação de que existem diferenças, sejam elas biológicas ou culturais, e, neste caso, não há um juízo discriminante. Assim, a partir do momento em que essas diferenças levam determinados grupos a se considerarem superiores, inicia-se o processo de discriminação. Desse modo, ela nasce de uma constatação da diferença, seguida por uma atribuição de juízo de valor – preconceito – e, por fim, se materializa nas ações dos sujeitos, a intolerância, propriamente dita. O autor exemplifica a situação por meio da questão racial, em que negros apresentam tonalidades de pele diferente dos brancos, isto é um juízo de fato. No

entanto, quando os brancos se acham superiores aos negros, identificando-os como uma raça inferior, há discriminação. E, por meio dessa concepção, os brancos sustentam a ideia de que devem dominar, comandar o “outro”, que é sempre constrangido a obedecer, vítima da intolerância, propriamente dita.

O racismo é o último item proposto por Santos (2016, s/p, *ebook*), para conceber a intolerância. Conforme explica o autor, o racismo é uma predisposição mental com base no etnocentrismo, isto é, em um grupo que considera determinados valores da sociedade como universais, e, por isso, acreditam em uma superioridade cultural e ideológica. Esses valores raciais, por sua vez, têm como origem, o conceito de que a raça determina a cultura, e desta advém a superioridade racial, “pois a história demonstra que a cultura ocidental serviu de instrumento de dominação, como por exemplo, durante o Imperialismo” (SANTOS, s/p, *ebook*).

Bobbio (2011) explica que o racismo é um dos grandes problemas da sociedade atual, sendo caracterizado como uma atitude que se evidencia quando o sujeito tem contato direto com o “outro”, isto é, com “os outros”. “O racismo se dirige não tanto para a pessoa singular, diante da qual se pode ter sentimentos de ódio, desprezo ou aversão, quanto para um grupo, ou para um indivíduo pertencente a um grupo”. Portanto, para o autor, é uma das formas de manifestação da discriminação, e surge como uma atitude de desconfiança para com o diferente.

De acordo com Bobbio (2011, p. 125), a discriminação e o racismo estão numa escala intermediária da manifestação da intolerância, pois, para o autor, há cinco características do tratamento para com o “outro”, na intolerância. O primeiro é o escárnio verbal, de menosprezo com o modo de falar do outro, por exemplo. O segundo item é a não aceitação do diferente, que vem seguida da discriminação, na qual inicia-se o preconceito, propriamente dito. A discriminação, normalmente, é sucedida pela segregação, que impede a mistura e, em último grau, a agressão, “que começa de modo esporádico e casual contra alguns indivíduos e chega ao extermínio premeditado e de massa” (BOBBIO, 2011, p. 126).

Em termos tensivos, ao observarmos o tratamento com o “outro”, proposto por Bobbio (2011), temos uma variação de intensidade e extensidade (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001), sendo, esses termos, entendidos como polos opostos de um *continuum*. Contudo, essas manifestações da intolerância apresentam uma invariante, isto é, todos os pontos dispõem de uma elevação tímica, que decresce em alguns pontos.

Logo, o ponto mais intenso é o da agressão, que tende a valores do absoluto, com valências da triagem, que visam a eliminação do outro. Já a segregação, a discriminação e a não aceitação sofrem uma redução de intensidade, passando à moderação e, posteriormente, à diminuição, com escárnio verbal. Este apresenta uma carga tímica negativa, contudo, de acordo

com Bobbio (2011, p. 125), ela possui um grau mais baixo, não atingindo o sujeito com a mesma intensidade que os demais.

Cumpra afirmar também que, apesar dessa variação de intensidade e extensidade, infiltra-se, segundo Bobbio (2011, p. 126) “alguma coisa, que não é mais apenas o racismo como atitude espontânea e refletida diante do outro”, mas o racismo enquanto ideologia, “isto é, como doutrina consciente e argumentada, que pretende estar baseado em dados de fato e ser cientificamente demonstráveis, e pode até mesmo se transformar numa completa, ainda que perversa, visão de mundo” (BOBBIO, 2011, p. 126).

Cria-se uma ideologia do racismo, marcada por uma visão de que há raças superiores e inferiores, e que as superiores devem dominar as outras. Um exemplo apontado por Bobbio (2011) é a justificativa do colonialismo e, também, o Estado racial imposto por Hitler, em que a pureza da raça estava atrelada a eliminação de indivíduos de outras raças, assim como indivíduos inferiores, física ou psiquicamente, com orientações sexuais que fogem ao padrão heterossexual. Em outros termos, a ideologia racista está relacionada aos valores do absoluto, em que a triagem possibilitara a raça pura.

Para Bobbio (2011, pp. 152-155), a superação do preconceito e da intolerância decorre da prática da tolerância, que pode ser positiva ou negativa. E, por meio dela, é possível compreender o seu par correlato, a intolerância que também pode ser entendida por meio de um polo positivo e outro negativo. Desse modo, temos que a tolerância positiva tem como base a tautocronia entre os diferentes, mantendo um equilíbrio no convívio deles, e este é alcançado por meio da persuasão àqueles que pensam diferente e não por meio da imposição. Em conformidade com o autor italiano, Hilgert (2016) explica que, na tolerância positiva, evita-se a exclusão do diferente e, por razões éticas e morais, o respeito é a base desse tipo de tolerância.

Já a tolerância negativa é, segundo Bobbio (2003, p. 229), o excesso de tolerância, o que “acaba por desacreditar a própria ideia de tolerância”. Segundo Hilgert (2016), esse tipo de tolerância, por vezes, se confunde com a indulgência excessiva, tendo uma condescendência com o mal e o erro, em que o indivíduo é tolerante, mas nem a verdade nem o outro lhe interessam, ele, simplesmente, assume um papel de permissividade, de indiferença ao *outro*. Em relação à intolerância positiva, temos que ela é fundamentada pelos critérios de verdade e justiça, os quais autorizariam que o *outro* seja excluído de forma justa e lícita.

Conforme explica Hilgert (2011, p. 20), a intolerância será positiva “quando implica severidade, rigor, firmeza de posturas e princípios, advogando-se a exclusão justa e lícita do que pode prejudicar a pessoa e a sociedade. Nessa perspectiva, a intolerância é virtude”. Por fim, a intolerância negativa é o estágio mais severo, no qual prega a exclusão total do *outro* a

qualquer preço, não há, portanto, espaço para aceitação ou para a convivência pacífica. Entretanto, Bobbio (2003) afirma que, em uma sociedade, não há uma divisão dicotômica entre os termos tolerância e intolerância, sejam eles positivos ou negativos.

Assim, para Bobbio (2003, p. 228), esses termos não se apresentam de forma dicotômica, se situam em um *continuum*, no qual existe “uma zona de união, uma área cinzenta, o ‘nem um nem outro’ cuja amplitude varia”. É, por meio dessa variação, que conseguimos perceber o nível de intolerância de uma sociedade, e qual é mais ou menos intolerante. Essa classificação nos remete à noção de gradação, para a semiótica tensiva (ZILBERBERG, 2011). Por meio dela, é possível analisar determinados fenômenos em que a oposição não é a característica de tensão, mas a diferença em um determinado grau, um intervalo. Conforme explica Zilberberg (2011), dizemos que:

[a] se opõe a [b] equivale a dizer que [a] se afasta “em maior ou menor medida” de [b], e que esse afastamento tem de ser avaliado pela simples razão de que ele corresponde à sua própria definição! Tal escolha leva a conceber, entre [a] e [b], um vão, um intervalo, ocupando-o ou preenchendo-o de alguma maneira (ZILBERBERG, 2011, p. 22).

Inserindo essa noção de intervalo, a intolerância e a tolerância, sob a perspectiva de Bobbio (2011), não devem ser analisadas enquanto oposições, mas sim, por meio de suas gradações, suas diferenças em um determinado grau. Diante disso, dois pontos de referência se mostram – intolerância e tolerância –, e a presença de outras gradações que permitem uma mudança dinâmica, podendo considerar inúmeras possibilidades entre elas. Logo, é por meio dessas variações de graus, articuladas em um espaço tensivo entre intensidade e extensidade, que percebemos uma passagem gradativa entre tolerância e intolerância, ao contrário de um esquema rígido, em que existiria apenas uma ou outra.

### **2.1.1 Considerações sobre o discurso ur-fascista e o discurso do mal**

Paralelo à conceituação da intolerância, Eco (2019) e Cattani (2020) traçam algumas características do discurso ur-fascista (fascismo eterno) e do discurso do mal, que, para nós, são essenciais para compreender a intolerância. Posto isso, apresentaremos os principais pontos propostos pelos autores, que julgamos essenciais para apreender o discurso intolerante. O primeiro deles é o anti-igualitarismo que, segundo Cattani (2020), é:

[...] a convicção que existem diferenças primevas, naturais e insuperáveis entre os seres humanos. Alguns se autoproclamam superiores, melhores, meritórios, abençoados e predestinados, designando os outros como fracos, deficientes,

incapazes, limitados, devendo prostrar-se, submeter-se sem limites aos superiores ou, até mesmo, eliminados (CATTANI, 2020, p. 43).

Assim, concebemos a incapacidade do “eu” *em* aceitar o “outro” que, para nós, nada mais é do que a manifestação da intolerância. O autor explica que o anti-igualitarismo é seguido da obsessão pela ordem, pela hierarquia e pela disciplina e que, em grande parte das vezes, eles agem de acordo com oposições, como arianos *versus* judeus, crentes *versus* ateus, sulistas *versus* nordestinos, homens de bem *versus* gentalha. Cattani exemplifica o anti-igualitarismo com discursos bastantes comuns, como “eu até tenho um amigo gay, eu até falo com negros, minha empresa é do Nordeste, eu não tenho nada contra ela” (CATTANI, 2020, P. 59). Estas expressões são carregadas de racismo, de homofobia, de xenofobia, em que o indivíduo tenta disfarçar a intolerância, contudo, há um caminho de leitura que evidencia a repugnância ao “outro” ou, ainda, cria a ideia de que existe uma hierarquia entre os grupos, por meio de uma superioridade de um deles sobre o outro.

O anti-igualitarismo é acompanhado pelo autoritarismo. Conforme explica Cattani (2020, p. 46), o autoritário é, por natureza, intolerante, uma vez que não aceita ações consideradas diferentes. Além disso, ele crê na necessidade de um patrão, um *führer* (líder, em alemão), que exercerá o comando de forma discricionária e punirá todos os que não seguirem suas ordens. De acordo com Cattani (2020, p. 46), os espaços de exercício do autoritarismo são, principalmente, a família tradicional, as forças armadas e a igreja, que são esferas que tendem à não democracia e ao republicanismo.

Outro ponto importante, listado pelos autores, são o machismo e a misoginia. De acordo com Eco (2019, p. 54), no machismo, o intolerante transfere sua vontade de poder para questões sexuais. Com isso, o machismo “implica desdém pelas mulheres e uma condenação intolerante de hábitos sexuais não conformistas, da castidade à homossexualidade”. A misoginia aparece como um elo que liga o anti-igualitarismo, o autoritarismo e a intolerância (CATTANI, 2020), uma vez que a mulher é colocada como o “outro”, o diferente, e supostamente inferior.

Os dois autores também pontuam a força do culto à tradição. Segundo Eco (2019), o tradicionalismo implica uma negação à modernidade. Em conformidade, para Cattani (2020), a tradição é a mitificação do passado, que é considerado melhor que o tempo presente, substituindo a figura do “outro” pela ideia do “novo”, o “mundo atual”, cheio de diversidade e desafios, que não conjugam com os ideais tradicionais. O elitismo popular também é apontado por Eco (2019, p. 52) como uma forma de incentivar a intolerância, uma vez que “todos os cidadãos pertencem ao melhor povo do mundo, os membros do partido são os melhores

cidadãos, todo cidadão pode (ou deve) tornar-se membro do partido”. Em contrapartida, os que não pertencem a esse ciclo, não são tolerados, como os imigrantes, exemplifica o autor.

Por fim, temos a tríade, proposta por Cattani (2020): a incultura, o anti-intelectualismo e o irracionalismo. O primeiro, o discurso incultural, prega pelo pensamento tosco, primitivo e agressivo. Normalmente, os indivíduos inculturais se baseiam nos estereótipos para denegrir o “outro”, assim como utilizam citações descontextualizadas para justificar seus atos, principalmente citações bíblicas. As redes sociais são vistas, por Cattani (2020, p. 59), como impulsionadoras da anticultura, pois simplificam as formas de comunicação, uma vez que “as opiniões e posicionamentos sobre questões complexas são transmitidas com frases curtas e obscenas, com adjetivos infames e descontextualizados”. Para o autor, há, no espaço *online*, uma inversão, na qual a incultura é assumida com orgulho – o que, em um país como o Brasil, no qual metade dos adultos são considerados analfabetos funcionais, esse tipo de prática fortalece as *fake news* (Notícias Falsas-Nfs)<sup>32</sup> – que, por sua vez, reforça os preconceitos e a intolerância (CATTANI, 2020).

Já, o anti-intelectualismo, é marcado por uma repulsa ao conhecimento complexo, principalmente ligados à Filosofia, à Sociologia e à Psicanálise. Esse grupo se manifesta por meio de declarações dogmáticas, fanatismo religioso e a recusa da ciência, das artes, da cultura e das políticas públicas de redução da pobreza. Normalmente, atacam o “outro” com a retórica do comunismo e do marxismo cultural. Segundo Cattani (2020, p. 61), “diferentemente do primeiro grupo que absorve as *fakes news* e as teorias da conspiração, esse segmento, adepto da novilíngua, é autor do impulsionador da desinformação e das teorias mirabolantes” (2020, p. 61).

De acordo com o anti-intelectualismo, podemos citar, como exemplo, o antipetismo. Como vimos no primeiro capítulo, nesse posicionamento, os antipetistas possuem uma repulsa a programas sociais e de inclusão social, em regiões como o Nordeste, que possui uma postura mais alinhada ao Partido dos Trabalhados. Além disso, os antipetistas têm aversão “à classe C emergente e ao seu poder de compra por parte de segmentos mais elitizados (classe alta e média alta)” (OLIVEIRA, 2016, p. 195).

Por último, temos o irracionalismo, que é formado por um grupo ideológico segregacionista, que acredita na repressão e na eliminação do diferente. Conforme explica Cattani (2020, p. 62), os indivíduos pertencentes ao irracionalismo são, sobretudo, intolerantes, e, na maioria das vezes, ligam-se a movimentos arquirreacionários. Eles são mentores de uma

---

32 O conceito de *fakes news* será explicado na próxima seção.

minoria altamente preparada, formulando regras e leis que preveem a extinção dos “segmentados segregados”. Esse grupo, por exemplo, considera a desigualdade social procedente e necessária, além disso, se colocam contra a educação libertária, sendo a favor de uma educação elitista e *home schooling*, o que garantiria, segundo Cattani (2020), o legado de crenças da família tradicional.

Segundo Eco (2019) e Cattani (2020), todas essas características, que enxergamos necessárias para a percepção da intolerância, partem de uma frustração individual ou social, impulsionada por alguma crise econômica ou humilhação política, suscitada, segundo Eco (2019), “pela pressão de grupos subalternos” (ECO, 2019, p. 50). Este elemento desencadeador da intolerância é, justamente, o que abordamos no primeiro capítulo: uma frustração, uma insatisfação política, tendo seu marco inicial nas manifestações de 2013, resultando em uma crise política e em uma polarização, materializadas na intolerância de grupos inflexíveis e intransigentes, marcados pela aversão, que vem acompanhada da raiva e, por fim, manifestam-se no ódio e na violência (CATTANI, 2020).

## 2.2 A INTOLERÂNCIA NO BRASIL

Segundo Schwarcz (2019), a intolerância no Brasil tem suas raízes em um passado violento, marcado pela dominação colonial e pela escravidão. Nesse cenário, a inclusão dos povos diferentes não era uma opção, mas, antes, impunha a submissão e, até mesmo, o apagamento de várias culturas. A autora aponta que os tratados e documentos dos séculos XVI e XVII evidenciam uma convivência colonial rígida, instaurando dois pontos importantes: o primeiro é a tentativa de aniquilamento do colonizado; e, o outro, a justificativa de que tal fato era necessário para o domínio e desenvolvimento da colônia.

Para Schwarcz (2019), a escravidão, o racismo, o mandonismo, o patrimonialismo e a corrupção são alguns elementos que marcaram a história da intolerância no Brasil, trazendo como consequência a violência e a desigualdade social. O primeiro deles, o sistema escravocrata, deixou raízes extremamente profundas, no país, e:

[...] foi bem mais que um sistema econômico: ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez de raça e cor marcadores de diferença fundamentais, ordenou etiquetas de mundo e obediência, e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia muito estrita (SCHWARCZ, 2019, p. 27).

No Brasil, a escravidão terminou de maneira conservadora e tardia, com a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888. A lei, assinada pela Princesa Isabel, libertava os escravos, mas não previa ações pós-emancipatórias. De acordo com Schwarcz (2019), é exatamente nesse

contexto que surgem as teorias “darwinistas raciais”, que classificavam a humanidade em raças, distribuindo distintas capacidades físicas, intelectuais e morais. Desse modo, os “homens brancos e ocidentais ocupariam o topo da pirâmide social, enquanto os demais seriam considerados inferiores e com potencialidades menores” (SCHWARCZ, 2019, p. 30).

O resultado desse pensamento é a emergência do racismo. Especificamente no Brasil, até o final do século XIX, a exclusão de grande parte da população negra de locais de prestígio social era comum. Conforme explica Schwarcz (2019), basicamente, nada se alterou com a entrada do século XX, uma vez que os negros foram postos à parte das políticas do Estado, principalmente no que se refere aos direitos à saúde, educação, trabalho, moradia e segurança.

De acordo com Fantini (2014), todo esse processo de escravidão e racismo resultou, no Brasil, no estigma do “brasileiro branco”, um indivíduo que parece branco e é aceito como tal. Do mesmo modo, quando mestiços e pardos apresentam uma ascensão social, eles começam a ser enxergados como “brancos”, por seus pares. O mesmo não acontece com os negros que, mesmo em posições altas na sociedade, continuam sendo tratados como o “outro”. “Aqueles com fenótipo de pele escura em relação a outros grupos raciais sempre serão percebidos como negros, não importa o quão ricos eles fiquem” (FANTINI, 2014, p. 126).

Marilena Chauí (2001), em seu livro *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*, cita a questão do negro no Brasil por meio de duas ideologias: a de caráter nacional e a da identidade nacional. A primeira tem um viés pleno e completo, em que a nação é totalizada e misturada. Semioticamente falando, é, de acordo com o ponto de vista do sujeito dominante, um país da mistura e da mestiçagem (ZILBERBERG, 2007) que permite a construção de uma imagem de país formado “pela mistura de três raças – índios, negros e brancos – e a sociedade mestiça desconhece o preconceito racial” (CHAUÍ, 2001, s/p, *ebook*).

Sob essa perspectiva, o negro é enxergado pelo paternalismo branco, com carinho e afeição, ambos, se completam e vivem em movimento contínuo entre casa-grande e a senzala (CHAUÍ, 2001). Há, portanto, a noção de uma escravidão benevolente, em que os negros são aceitos (LANDOWSKI, 2012) pelo homem branco, mas somente se estes respeitarem suas regras, apagando as suas raízes e cultura.

Por outro lado, a ideologia da identidade nacional define-se como um:

[...] núcleo essencial tomando como critério algumas determinações internas da nação que são percebidas por sua referência ao que lhe é externo, ou seja, a identidade não pode ser construída sem a diferença. O núcleo essencial é, no plano individual, a personalidade de alguém, e, no plano social, o lugar ocupado na divisão do trabalho, a inserção social de classe. Isso traz como consequência que a “identidade nacional” precisa ser concebida como harmonia e/ou tensão entre o plano individual e o social e também como harmonia e/ou tensão no interior do próprio social (CHAUÍ, 2001, s/p, *ebook*).

Destarte, na ideologia da identidade nacional, o negro é um objeto, uma coisa alienada. Há, desse modo, a segregação ou exclusão do “outro” – o negro – (LANDOWSKI, 2012), que é tratado pelo branco de maneira violenta e agressiva. Logo, nessa identidade, temos a violência branca e alienação negra como duas formas de consciência, definidas por uma instituição, a saber: a escravidão (CHAUI, 2001). Contudo, cabe ressaltar que, nos dois entendimentos, os negros são vistos como o “outro”, lhes retirando a condição de sujeitos sociais e/ou políticos.

De acordo com Chauí (2001), essas características da sociedade colonial escravista, ou “cultura senhoria”, são evidentes na estrutura hierárquica brasileira, fortemente verticalizada. Em outras palavras, as relações sociais são marcadas por um sujeito superior, que manda, e um inferior, ao qual cabe, apenas, a obediência. Haja vista que as diferenças e as assimetrias são sempre convertidas em desigualdades sociais, em que o “outro” nunca será reconhecido como sujeito.

O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade. As relações entre os que se julgam iguais são de “parentesco”, isto é, de cumplicidade ou de compadrio; e entre os que são vistos como desiguais o relacionamento assume a forma do favor, da clientela, da tutela ou da cooptação. Enfim, quando a desigualdade é muita marcada, a relação social assume a forma nua da opressão física e/ou psíquica. A divisão social das classes é naturalizada por um conjunto de práticas que ocultam a determinação histórica ou material da exploração, da discriminação e da dominação, e que, imaginariamente, estruturam a sociedade sob o signo da nação una e indivisa, sobreposta como um manto protetor que recobre as divisões reais que a constituem (CHAUI, 2001, s/p, *ebook*).

Portanto, a questão racial é um dos principais fatores que explicam a intolerância no Brasil, sendo responsável por altas taxas de violência. Schwarcz (2019) cita o assassinato da Vereadora Marielle Franco como um exemplo de atos racistas e intolerantes. Para a autora, Marielle representava uma exceção, em relação às estatísticas da condição dos negros brasileiros. Ela se formou na universidade, defendeu mestrado e ingressou em uma carreira política. Contudo, seguindo a lógica de Fantini (2014), mesmo tendo alcançado lugares de prestígio, continuava sendo o “outro”, aquele que não se encaixava nos espaços sociais que ocupava.

Em todo caso, para Schwarcz (2019), a morte da Vereadora tomou rumos inesperados, alcançando um impacto nacional e internacional, levando Marielle a superar o anonimato que, comumente, atinge pessoas que possuem a mesma cor, gênero e origem social que ela. Marielle “virou um símbolo de luta das minorias por um Brasil mais cidadão e inclusivo. Já seu lema, ‘a gente se encontra na luta’, transformou-se em plataforma ampla, com o Brasil e o planeta

assistindo a todo tipo de manifestação quando sua morte completou um ano” (SCHWARCZ, 2019, p. 181).

O mandonismo, terceiro ponto apontado por Schwarcz (2019), tem sua origem no latifúndio, quando, na época da Colônia, poucos homens concentravam a propriedade de terra, em geral monocultores. Logo, o modelo colonial brasileiro era composto por mão de obra escrava e pelo personalismo dos mandos privados, ou seja, dos senhores de terra. A decorrência do mandonismo foi a concentração de renda em certos grupos brasileiros, o que acarretou um aumento na desigualdade social e a exclusão do “outro”, pelo “eu” que detém o poder.

Isto posto, Schwarcz (2019, p. 64) explica que a República, no Brasil, já nasceu frágil, marcada por um “passado escravocrata, autoritário e controlado pelos mandonismos locais”. Assim, tornou-se um campo fértil para o patrimonialismo e para a corrupção, em que, aquele – o patrimonialismo – corresponde à relação entre o Estado e a sociedade, mais especificamente, quando um bem público é apropriado privadamente. Estes dois aspectos são o que poderíamos classificar como hierarquia social e práticas nepotistas.

Segundo a autora, a prática é antiga, sendo uma das principais características administrativas da Colônia brasileira. Nesse período, cabia aos proprietários de terra, por meio das câmaras municipais, o exercício do poder político. Diante disso, os colonos concentravam o poder e detinham autonomia política, o que os levavam a subverter a lealdade à Coroa portuguesa. Para mais, como ressalta Schwarcz (2019), a família patriarcal também reforça o patrimonialismo, já que o Estado, muitas vezes, era visto como um prolongamento do espaço doméstico.

Roberto DaMatta (2020) trata desta questão, ao problematizar a expressão: “você sabe com quem está falando?”. Para o autor, o Brasil pode ser interpretado por meio de um rigor, em que, de um lado, temos um mundo de indivíduos que estão sujeitos à lei e, de outro, pessoas às quais os códigos legais não se aplicam. Encontra-se, portanto, uma polícia do “eu” e o do “outro”, na qual, o “eu” é responsável pela manutenção do poder político e, o “outro”, não tem acesso a esse meio, sendo, continuamente, submetido ao “eu”.

É possível notar que, do patrimonialismo, derivaram-se inúmeros fenômenos sociopolíticos que percorreram a história do Brasil, como o voto de cabresto e o coronelismo. Estes fenômenos representam um ato de “fidelidade” ao chefe local, a qual Schwarcz (2019, p. 79) chama de “bancada de parentes”, isto é, a perpetuação de um legado privado dentro do governo. Um exemplo são as eleições de 2014 e 2018: na primeira, foram eleitos 113 deputados de sobrenomes oligárquicos, com parentes políticos estabelecidos; quatro anos depois, esse número aumentou para 172 eleitos. Conforme explica Schwarcz (2019):

No ano de 2018, houve até mesmos casos de “dinastias” que fizeram campanha com um discurso antissistema, aproveitando a onda em voga contra a política tradicional. Esse é o caso de Eduardo e Flávio Bolsonaro, eleitos para Câmara e o Senado, respectivamente, e que já fazem carreira na política estadual e nacional. Em Pernambuco, e segundo matéria da BOL de 17 de dezembro de 2018, o deputado mais votado, João Campos, é filho do ex-governador Eduardo Campo, morto em 2014 (SCHWARCZ, 2019, p. 83).

O impacto do patrimonialismo são a concentração de riqueza e a manutenção, do que poderíamos chamar, de um “novo coronelismo”, marcado pela presença dos velhos “caciques regionais”. Desse modo, o Estado continua sendo visto como uma sucessão familiar de políticos, que detêm o controle da lei, sendo um “eu” generoso com os aliados e, severo, com aqueles que pensam diferentemente deste tipo de política.

A corrupção, já mencionada, é outro ponto importante para compreendermos o processo de intolerância no Brasil, principalmente, no período de 2013 a 2018 – nosso recorte de pesquisa. Ela é “uma prática que degrada a confiança que temos uns nos outros e desagrega o espaço público, desviando recursos e direitos dos cidadãos” (SCHWARCZ, 2019, p. 88). Para a autora, no caso brasileiro, a corrupção está fundamentalmente no mundo da política, presente em todos os momentos da história do país, iniciando no Período Colonial, na constituição da República, na construção de Brasília, durante a Ditadura militar e, desde 2014, em voga, com a “Operação Lava Jato” e os escândalos do “Mensalão”.

Em complemento a esses pontos, Chauí (2001) afirma que a sociedade brasileira é autoritária, e esse autoritarismo é percebido por meio de alguns traços marcantes. O primeiro deles é a estrutura senhorial da Colônia, que deixa como herança a naturalização das desigualdades sociais (mulheres, negros, índios, imigrantes, migrantes e idosos) e das diferenças, seja do desvio da norma (étnicas e de gênero) ou da moral (homossexualidade). De acordo com a autora, é “essa naturalização, que esvazia a gênese histórica da desigualdade e da diferença, permite a naturalização de todas as formas visíveis e invisíveis de violência, pois estas não são percebidas como tais” (CHAUI, 2001, s/p, *ebook*).

Já, o patrimonialismo, é estruturado a partir das relações privadas, que possuem como base o mando e a obediência, tendo, como resultado, uma recusa de operar direitos civis e a presença de dificuldades pelas lutas de determinados segmentos. Isso leva, segundo Chauí (2001), à máxima de que, para dominantes, a lei é privilégio; para os dominados, repressão. Outro aspecto é a indistinção entre o público e o privado, que, segundo a autora, “do ponto de vista dos direitos, há um encolhimento do espaço público; do ponto de vista dos interesses econômicos, um alargamento do espaço privado” (CHAUI, 2001, s/p, *ebook*).

Chauí evidencia, também, o fascínio pelos signos de prestígio e de poder, como uma característica da sociedade autoritária brasileira. A consequência disso é a perpetuação de uma divisão social entre um “eu” superior e um “outro” inferior, como podemos notar, nos exemplos de autora, a saber: o uso de títulos honoríficos, como doutor, sem haver uma relação de pertinência com a atribuição; a manutenção de criadagem doméstica, “cujo número indica aumento (ou diminuição) de prestígio e de *status*, ou, ainda, como se nota na grande valorização dos diplomas que credenciam atividades não-manuais e no conseqüente desprezo pelo trabalho manual” (CHAUI, 2001, *s/p, ebook*).

Além dessas situações, a pesquisadora aponta, ainda, o menosprezo pelo salário-mínimo, por parte dos dominantes, assim como o descumprimento de algumas leis trabalhistas e a culpabilização, dos desempregados, pelo desemprego. Em suma, são práticas e processos que seguem um padrão, que se repete desde quando o Brasil era Colônia. Por fim, o último ponto, aludido pela autora, é o desenvolvimento de ações com o objetivo de criar uma imagem de boa sociedade, bloqueando “o trabalho dos conflitos e das contradições sociais, econômicas e políticas” (CHAUI, 2001, *s/p, ebook*). Portanto, uma sociedade que:

[...] expõe conflitos e contradições, é claramente percebida como perigosa para o Estado (pois este é oligárquico) e para o funcionamento “racional” do mercado (pois este só pode operar graças ao ocultamento da divisão social). Em outras palavras, a classe dominante brasileira é altamente eficaz para bloquear a esfera pública das ações sociais e da opinião como expressão dos interesses e dos direitos de grupos e classes sociais diferenciados e/ou antagônicos. Esse bloqueio não é um vazio ou uma ausência, isto é, uma ignorância quanto ao funcionamento republicano e democrático, e sim um conjunto positivo de ações determinadas que traduzem uma maneira também determinada de lidar com a esfera da opinião: de um lado, os *mass media* monopolizam a informação, e, de outro, o discurso do poder define o consenso como unanimidade, de sorte que a discordância é posta como perigo, atraso ou obstinação vazia (CHAUI, 2001, *s/p, ebook*).

Torna-se notório, assim, que há uma ressignificação dos conflitos e contradições, direcionada às camadas populares, junto ao desprezo condescendente aos opositores em geral. Em outras palavras, esses conflitos continuam a existir, mas são mascarados, tratados como sinônimos de perigo, desordem, devendo ser freados por meio de repressão policial e militar. Em suma, é uma tentativa de manter uma superioridade do “eu”, criando um cenário de naturalização das desigualdades e das exclusões sócio econômica, que é, segundo Chauí (2001), perpetuado por diversos setores, como o político, o econômico e o midiático.

Em complemento, Schwarcz (2019) explica que, comumente, o Brasil tende a negar seu autoritarismo e sua intolerância com “outro”. Por isso, muitos definiam a escravidão, no país, como a menos perversa; o racismo, como inexistente ou brando; as questões de gênero, como idílica; a convivência com os indígenas, como pacífica; e a Ditadura militar, como “ditabrancas”.

Porém, toda essa negativa e tentativa de suavizar o passado violento são, também, uma forma de intolerância.

A sociedade desse país de longa convivência com a escravidão e com grandes domínios rurais privados preservaria, mesmo na contemporaneidade, uma espécie de ritual nacional de oposição às distâncias sociais, de gênero, de religião, de raça, quando na prática e no cotidiano as reitera. [...] ao lutar o ‘ritual da tolerância’, passamos a praticar o oposto; o confronto e a expressão aberta da polaridade que, como vimos mostrando, sempre existiu na nossa história, mas andava silenciada. Talvez por isso, hoje em dia muitos brasileiros não se preocupem mais em se definir como pacíficos, preferem desfilarem sua intolerância (SCHWARCZ, 2019, p. 211).

Com isso, na atualidade, há uma emergência da polarização entre o “eu” e o “outro”, entre “nós” e “eles”. Esse binarismo divide a sociedade entre: honestos *versus* corruptos; bem *versus* mal; grupos familiares *versus* indivíduos degenerados; catolicismo *versus* protestantismo; o velho *versus* o novo, e outros pares, que se fortalecem em uma narrativa contínua. Logo, essa polaridade produz, segundo Schwarcz (2019), uma onda de ódio e afeto que atinge, tanto as instituições, como as relações sociais e pessoais. O resultado é um novo comportamento, em que deixamos de esconder, de negar a intolerância, e passamos a exaltá-la, principalmente, em momentos de polarização política e de avanços das redes sociais. Mais do que isso, esses traços começam a serem expostos quando são legitimados por um líder, como Bolsonaro, enquanto presidente da República, por exemplo.

No Brasil, isso fica evidente, segundo a autora, a partir da crise política iniciada em 2013, com manifestações de rua, recessão econômica, aumento do desemprego, diminuição dos níveis de renda, descrédito com o sistema político e, principalmente, a partir das denúncias de corrupção. Há, portanto, uma intolerância coletiva, uma “aversão a tudo que não ‘nos’ diz respeito ou não ‘nos’ representa” (SCHWARCZ, 2019, p. 215). Essa aversão se mostra, no entanto, em relação a um inimigo comum: o “outro”, distante dos princípios do “eu”.

As manifestações de rua de 2013 e 2014 evidenciavam, justamente, esse ponto: de um lado, grupos com pautas de esquerda e, de outro, grupos com pautas de direita, que não convergiam em nenhum aspecto. Segundo Freitas (2020), existe, ainda, a partir das manifestações pró-*impeachment*, em 2016, uma mudança de comportamento da classe média, que se consolida como uma posição autoritária, marcada por uma política assentada no desprezo das desigualdades. Nesse cenário, o “outro” não é mais visto “como ‘o agonista’, ‘o adversário’, mas ‘um antagonista’, ou seja, ‘um inimigo a ser destruído’” (FREITAS, 2020, p. 29).

Em concordância com esta reflexão, Schwarcz (2019) expõe que o problema dos protestos, iniciados a partir de 2013, não é a diferença entre os polos, que faz parte de toda a sociedade política, mas a intolerância, em si. “O certo é que, desde o impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016, destampou-se o caldeirão dos ressentimentos, que desaguou numa

política deliberada de ódios e polarizações” (SCHWARCZ, 2019, p. 217). A intolerância transborda, de acordo com a autora, no ano de 2018, sobretudo nas eleições presidenciais.

De acordo com uma matéria, publicada no jornal *Folha de São Paulo*, em 13 de janeiro de 2019, os crimes ligados à intolerância tiveram seu ápice nos três meses – agosto, setembro e outubro – de campanha presidencial, em 2018. Ao todo, foram 16 casos por dia, um número três vezes maior que o do primeiro semestre. Em outubro, mês do primeiro e segundo turnos, foram mais de 560 boletins, tendo um crescimento, comparado com o ano de 2017, de 171% em relação à intolerância religiosa, 75% em denúncias de homofobia, 85% de intolerância por origem, e um aumento de 15% dos registros, ligados ao preconceito de cor e de raça.

Uma pesquisa, divulgada pelo *Datafolha* e pelo Índices do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), de 2018, mostra que o crescimento da intolerância liga-se à questão da deficiência de uma Educação Pública de Base. A pesquisa revela que, quanto menor o índice de escolaridade, maior a escolha por soluções autoritárias. Em uma escala de zero à dez, o Brasil atingiu o índice de 8,1, no que se refere à aceitação e ao endossamento de posições mais autoritárias. Existe, portanto, conforme evidencia a pesquisa, uma maioria da população que vê, no uso da violência e da intolerância, a melhor alternativa de governo.

A intolerância, também, pode ser percebida nas redes sociais. De acordo com dados da ONG *SaferNet*, que atua na promoção e defesa dos direitos humanos na *internet* – em parceria com a Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos, e com o suporte da Polícia Federal e do Ministério Público Federal – entre 2006 e 2017, foram recebidos 2.061.141 denúncias de discurso de ódio nas redes, sendo, 28% desse número, denúncias de racismo, seguidas por intolerância religiosa, neonazismo, xenofobia, homofobia e violência contra a mulher. O crescimento das denúncias pode ser observado na imagem 11:

Imagem 11- Número de atendimentos por assunto



Fonte: *SaferNet* (2020).

De acordo com os dados fornecidos pela *SaferNet*, em 2007 foram realizadas 264 denúncias. Em 2013, ano do início das manifestações, no Brasil, foram 8.352 atendimentos anônimos e, o maior salto, foi de 2017 para 2018, com 54,3%, sendo realizadas 15.983 denúncias, em 2017 e, 24.662, em 2018. Já em 2019, esses números chegaram a 30.389 denúncias de atividades cibernéticas. Segundo a ONG, um aumento significativo de denúncias de discurso intolerante foi notado durante o segundo turno das eleições de 2018, entre os dias 7 e 28 de outubro. Durante esse período, houve um aumento de 2.369,5% em denúncias de xenofobia, 630,52% de apologia e incitação a crimes contra a vida, 548,4% de neonazismo, 350,2% de homofobia, 218,2% de racismo, e 145,13% de intolerância religiosa.

Vale destacar que os discurso de ódio contra mulheres são somados à categoria de incitação de crimes contra a vida. Segundo pesquisa da BBC, em parceria com a *SaferNet*, o aumento nas denúncias de crimes de xenofobia está diretamente ligado ao resultado do primeiro turno das eleições, já que os votos do Nordeste levaram as eleições para o segundo turno. Em sua maioria, os ataques virtuais vinham acompanhados de frases como: “Nordestino não é gente”, “Se o nordestino tivesse a cabeça redonda pensaria melhor” e “Vamos separar o Nordeste do resto do Brasil”.

O *site* da rede social *Facebook* foi o responsável pela maior parte das denúncias: 13.592 tinham as URLs da plataforma. O *Twitter* aparece em segundo, com 1.509, seguido do *Instagram*, com 1.088, e do *YouTube*, com 400. Outro ponto levando pela pesquisa da BBC, em parceria com a *SaferNet*, foi o fato de que a produção e difusão das *fake news*, durante os anos de 2014 a 2018, ajudaram a aumentar o número de discursos intolerantes, expressos em forma de ódio, preconceito e discriminação.

### 2.3 INTOLERÂNCIA NO QUADRO TEÓRICO DA SEMIÓTICA

A significação é o objeto de análise da teoria semiótica de linha francesa. Sendo assim, podemos inferir que tudo que é compreendido, que desemboca no entendimento humano, é susceptível de análise semiótica, incluindo os fenômenos sociais, como a intolerância. Contudo, antes de nos aprofundarmos no quadro teórico-metodológico dos discursos intolerantes, na semiótica, devemos situar dois pontos: o primeiro diz respeito à diferença entre “intolerância primária” e “intolerância secundária” (BARROS, 2019; BUENO, 2020) e, o outro, volta-se para a questão do gênero discursivo, isto é, as formas-padrão “relativamente estáveis” de um

enunciado, em relação ao seu “conteúdo temático” (esfera de sentido), “composição” (estrutura formal) e “estilo” (estilística da língua) (BAKHTIN, 2000).

Segundo Bueno (2020), a intolerância primária liga-se à noção de intolerância na linguagem. Esta ocorre quando o “eu” concebe a imagem negativa do “outro”, da alteridade, em que o diferente é visto como ameaçador, devendo, portanto, ser descartado, banido e, por vezes, aniquilado. Logo, a intolerância primária é a relação “eu” *versus* “outro” – foco principal deste trabalho. É, desse modo, uma intolerância voltada para os pontos que o “eu” considera negativos, no “outro”, mobilizando temas como o racismo, a homofobia, o machismo, a xenofobia e outros. Conforme explica Bueno (2020, p. 42), é a “intolerância contra negros, mulheres, populações originárias, populaçãoLGBTQI+, imigrantes e refugiados”.

Por outro lado, a intolerância secundária, é direcionada para a intolerância da linguagem, no que se refere, por exemplo, às variações linguísticas e aos sotaques. Sobre isso, Barros (2019) explana que esse tipo de intolerância volta-se, principalmente, para os preconceitos em relação à “variedade linguística empregada, às diferentes línguas, aos analfabetos e iletrados” (BARROS, 2019, p. 3). Além disso, ela pode estar presente, conforme explica a autora, em material de ensino de idioma e de literatura, inclusive, em dicionários e gramáticas.

Em consonância, Bagno (2003) explica que, devido às situações políticas, econômicas e sociais, os grupos dominantes de uma determinada sociedade nomeiam um padrão do “dizer”, uma variedade de prestígio, isto é, “aquela usada na literatura, nos meios de comunicação, nas leis e decretos do governo, ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas, definidas nos dicionários, padrão” (BAGNO, 2003, p. 28).

A partir dessa concepção, os demais tipos de variedades linguísticas, relacionadas, muitas vezes, à região geográfica, classe social, faixa etária e nível de escolarização, são tratadas de forma preconceituosa, como um erro a ser eliminado, e não incorporado à variação linguística, presente na sociedade.

Acerca disto, Bueno (2020) afirma que:

[...] a intolerância da linguagem pode servir para camuflar ou atenuar uma intolerância latente mais grave do ponto de vista social em relação a minoria. Por isso, a intolerância da linguagem pode ser usada como estratégia para criticar minorias, pois assim não se corre o risco de ser acusado de ser racista, homofóbico, entre outros qualificativos possíveis do sujeito intolerante (BUENO, 2020, p. 43).

Dessa maneira, temos duas formas de intolerância que andam lado a lado. Contudo, o nível de violência varia, entre a primária, sendo mais violenta, e a secundária, menos agressiva. Por isso, comumente se utiliza, como explica Bueno (2020), a intolerância da linguagem

secundária para atenuar ou encobrir a intolerância na linguagem primária. Então, critica-se, por exemplo, as letras do sotaque nordestino, quando, na verdade, o desejo era discriminar a origem social do outro.

O segundo ponto a ser abordado – antes de apresentarmos a intolerância sob o prisma da semiótica – é o gênero discursivo, relativo à intolerância. Conforme explica Barros (2011), os discursos intolerantes não se estabelecem como um tipo textual ou um gênero discursivo, tal como propõe Bakhtin (2000). Para este, “qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso” (BAKHTIN, 2000, p. 279). Desse modo, os gêneros discursivos são enunciados relativamente estáveis, inseridos dentro de uma concepção sócio histórica e ideológica, da linguagem, não podendo ser dissociados da interação verbal. Os gêneros apresentam uma estrutura composicional, uma temática e um estilo (BAKHTIN, 2000).

A composição refere-se ao aspecto formal do texto, que são os procedimentos, as relações e organizações do texto, em outras palavras, a estrutura e o acabamento do texto, levando em consideração, os participantes. A temática corresponde aos temas do discurso, que, na semiótica, referem-se aos aspectos isotópicos, relacionados com os objetos, sentidos e conteúdos, alcançados a partir de uma esfera discursiva junto à sua realidade sócio cultural. Por fim, o estilo ou, os aspectos expressivos, se referem à seleção lexical, frasal e gramatical, isto é, as formas de dizer, dentro de um determinado gênero discursivo.

Como afirmamos anteriormente, na concepção de Barros (2011), a intolerância não pode ser analisada enquanto um gênero discursivo, uma vez que ela não possui uma estabilidade composicional e de estilo. Segundo a autora, os discursos intolerantes “participam de várias esferas de ação ou mesmo de todos, e têm composição e estilos também diferentes, só podendo ser classificados tematicamente, ou seja, pela organização do plano de conteúdo” (BARROS, 2011, p. 256).

Logo, podemos depreender que nesses discursos há uma estabilização temática. Quanto ao estilo e a composição, a intolerância pode se manifestar de muitos modos, em diversas esferas de atividades, sejam elas políticas ou familiares, por exemplo, e nos mais diversos gêneros (notícias, comentários de redes sociais, sermões, etc.) e tipos textuais (narrativo, descrito, dissertativo-argumentativo, expositivo, injuntivo e dialogal).

Posto isso, a noção de intolerância, na semiótica – assim como nas demais teorias expostas na introdução deste capítulo –, parte do pressuposto de uma interação entre sujeitos,

tendo, de um lado, o sujeito intolerante, o “eu”, em oposição àquele que sofre a intolerância, denominado o “outro”.

Desse modo, nossa construção teórica se embasa nos estudos de alteridade, desenvolvidos por Landowski (2012), seguindo os quatro procedimentos de construção dos discursos intolerantes, propostos por Barros (2011; 2015; 2014; 2016), a saber: organização da narrativa, sobretudo o percurso da sanção; constituição dos percursos passionais; elaboração dos temas e das figuras semânticas do discurso; perspectivas tensivas. Em paralelo à discussão desenvolvida por Barros (2011; 2015; 2014; 2016), utilizaremos, também, as contribuições de Bueno (2011; 2016; 2020) e de outros autores pertinentes.

### 2.3.1 A alteridade na semiótica

Conforme expõe Landowski (2012), em um primeiro momento, todo sujeito é inteiro por si só, igual ao seu semelhante, independente de quem ele seja. Contudo, ao passarmos para o plano das práticas sociais, analisando as relações entre sujeitos *em situação*, o que fica evidente são as diferenças, pois, cada sujeito apresenta realidade, papéis e estatutos singulares.

Destarte, o autor afirma que a existência de um sujeito está atrelada à sua relação com o “outro”. Isso significa que o sujeito se constitui pela alteridade, pela diferença. Concomitantemente, no Dicionário de Semiótica, Greimas e Courtés (2016) conceituam alteridade como a operação que reconhece a diferença, que se opõe à identidade. Esta, por sua vez, é compreendida como:

O conceito de identidade, não definível, opõe-se ao de alteridade (como “mesmo” a “outro”), que também não pode ser definido: em compensação, esse par é interdefinível pela relação de pressuposição recíproca, e é indispensável para fundamentar a estrutura elementar da significação. (...) A identidade serve igualmente para designar o princípio de permanência que permite ao indivíduo continuar o “mesmo”, “persistir no seu ser”, ao longo de sua existência narrativa, apesar das modificações que provoca ou sofre (GREIMAS; COURTÉS, 2016, p. 251-252).

Greimas e Courtés (2016, p. 142) explanam que os conceitos de identidade e alteridade estão atrelados ao discreto (ou, ao seu sinônimo, descontinuidade). Conforme salienta Sobral (2016, p. 126), “o mundo natural é visto como uma continuidade que o mundo humano rompe a fim de criar sentido”. Sob essa perspectiva, identidade e alteridade são constituídas por meio de uma ruptura da continuidade, isto é, da percepção da diferença, referente, portanto, à criação do sentido. Desse modo, ao se deparar com o outro, o sujeito – o “eu” – identifica suas

diferenças, ao mesmo tempo em que as usa para identificar a si mesmo. Logo, o sujeito se constitui tanto pela identidade quanto pela diferença.

Para Lopes (1997, p. 36), essa relação define-se do seguinte modo: “tudo o que um elemento discursivo é ele o é em relação a todos os demais elementos que participam do seu mesmo sistema”. Assim, o “sentido” aparece aos indivíduos por meio da relação entre identidade e alteridade, sobretudo, no processo de distinção, isto é, afirmar o que o “eu” não é, em relação ao “outro”. Dessa forma, o “eu” concebe sua identidade, por exemplo, “homem”, “branco” e “heterossexual”, porque existem sujeitos que não são “homens”, “brancos” e “heterossexuais”.

O “eu” se institui como o “Sr. Todo Mundo” (LANDOWSKI, 2012, p.), o homem do mundo, o *gentleman*. O “Sr. Todo Mundo” é:

[...] um indivíduo que se caracteriza essencialmente por seu senso de adequação, sabe oferecer a todo instante as marcas de uma perfeita adesão às normas do grupo ao que pertence. Melhor: nesse quadro, ele manifesta um tal à vontade que quase poderíamos nos perguntar se, mais do que curvar-se aos usos, não é, na realidade, que os inventa e que dá o tom fornecendo, por seus comportamentos, suas ‘boas maneiras’, seu constante a-propósito no discurso e no porte, a ilustração em carne e osso (ou o *exemplum* imaginário) daquilo que as ideias, ou pelos menos os standards éticos e estéticos do grupo considerado são capazes de produzir de ‘melhor’ (LANDOWSKI, 2012, p. 37).

Depreendemos que “o homem do mundo” ordena o que é diferente dele; ele institui o “outro”, dentro dos valores do grupo de referência. Nesse caso, ele é, ou, como observa Landowski (2012), ele parece ser um homem tolerante, sem preconceitos, mas, ao contrário, ele aponta os desvios de comportamento do “outro”, impondo sua eliminação. Ou seja, ele simula uma assimilação ao diferente, criando uma falsa aceitação, quando, na verdade, rejeita o “outro”, e o faz se livrar “daquilo que faz com que ele seja o outro – em suma, de reduzir o *outro* ao mesmo” (LANDOWSKI, 2012, p. 8).

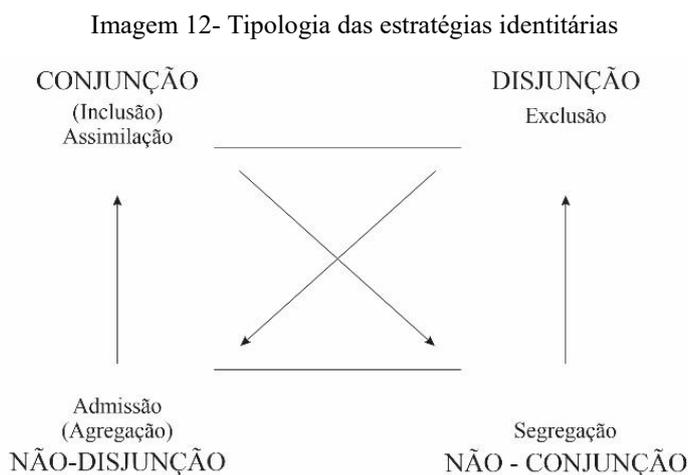
Desse modo, a identidade e a diferença estão ligadas a um pertencer ou não pertencer a uma determinada sociedade, padronizada por um tipo de comportamento que reflete superioridade. Assim, a diferença entre o “eu” e o “outro” é estabelecida por um processo de classificação, ordenado segundo o ponto de vista de uma identidade dominante, que hierarquiza e classifica o “outro”, por meio da política, da cultura, da etnia, de questões sociais e de gênero.

Como postula Landowski (2012, p. 4), o “eu”, ou o “nós”, foi condenado “aparentemente, a só poder construir-se pela diferença, o sujeito tem a necessidade de um *ele* – dos ‘outros’ (*eles*) para chegar à existência semiótica”. Desse modo, segundo o autor, para que o mundo tenha sentido, é necessário que ele seja formado por oposições, visto que, somente

pela diferença, os significantes são percebidos e associados a valores da ordem existencial, tímica e/ou estética.

[...] o que dá forma à minha própria identidade não é só a maneira pela qual, reflexivamente, eu me defino (ou tento me definir) em relação à imagem que outrem me envia de mim mesmo; é também a maneira pela qual, transitivamente, objetivo a alteridade do outro, atribuindo um conteúdo específico à diferença que me separa dele. Assim, quer a encaremos no plano da vivência individual ou como será o caso aqui – da consciência coletiva, a emergência do sentimento de “identidade” parece passar necessariamente pela intermediação de uma “alteridade” a ser construída (LANDOWSKI, 2012, p. 4).

Diante dessas concepções – de que o sujeito constitui sua identidade a partir da relação com o “outro –, Landowski (2012, p. 4) constrói um modelo “de caráter geral que permite situar umas em relações às outras diferentes formas de articulação possíveis de relação entre ‘Nós’ e seu ‘Outro’”. O autor lança mão de um quadro teórico, que aponta quatro tipos de relações entre o “Um” e o “Outro”, tais quais: a assimilação; a admissão; a segregação; e a exclusão (Imagem 12).



Fonte: Adaptado de Landowski (2012, p. 15).

O modelo desenvolvido por Landowski (2012) constrói um regime de sentido, que ocorre por meio da copresença dos actantes, em uma situação de interação. Dessa maneira, é por meio desse contato – nas formas de assimilação, admissão, segregação e exclusão – que se torna possível a articulação entre o “eu” e o “outro”, tendo, como ponto comum, serem práticas que ocorrem por meio do discurso, da linguagem.

A representação do quadrado semiótico não é, segundo Landowski (2012, p. 21), uma estagnação, ou uma “grade paradigmática congelada”. Ao contrário, o intuito é apresentar categorias que ajudam a orientar os pontos de referência, evidenciando as zonas de tensão e as vias de passagem. Logo, “esse modelo dá uma representação esquemática de uma sintagmática e de uma ‘dinâmica da mudança’” (LANDOWSKI, 2012, p. 21). Em complemento, Bueno

(2013) destaca que os termos “conjunção” e “disjunção”, presentes na elipse, são aplicados para estabelecer uma tipologia da identidade, e não como “mediadores entre sujeito e objeto (modo como surgiram na semiótica), mas entre sujeitos em interação” (BUENO, 2013, p. 43).

Na tipologia das estratégias identitárias de Landowski (2012), a assimilação e a exclusão aparecem como termos que se assentam no princípio do não reconhecimento da alteridade, do apagamento das diferenças do “outro”, em que, na maioria das vezes, o dissemelhante é visto como uma forma de ameaça, vinda de um *alhures*. Por outro lado, as categorias de admissão e de segregação buscam, de certa maneira, integrar o “outro”, seja aceitando-o ou ignorando-o, como veremos a seguir.

Na assimilação, tal como é explicada por Landowski (2012), o assimilador rejeita o “outro”, por meio de uma falsa aceitação. Assim:

[...] o Outro se encontra de imediato desqualificado enquanto sujeito: sua singularidade aparentemente não remete a nenhuma identidade estruturada. E é finalmente este desconhecimento – ingênuo e deliberado – que fundamenta a boa consciência do Nós em sua intenção assimiladora: não só o estrangeiro tem tudo a ganhar ao se fundir de corpo e alma no grupo que acolhe, mas, além disso, o que ele precisa perder de si mesmo para aí se dissolver como lhe recomendam não conta, estritamente falando, para nada (LANDOWSKI, 2012, p. 7).

Temos, portanto, que, na assimilação, o *outro*, para fazer parte de grupo de referência do *eu*, deve desprezar os traços que o constituem. Logo, o *eu* só aceita o *outro* se ele se tornar um *eu*, por meio de uma padronização e redução do *outro* ao *mesmo*, para que, assim, um dia, ela possa integrar plenamente o ambiente no qual vive, no caso, o ambiente do *eu*. Landowski (2012) ressalta que, nesse caso da assimilação, o *eu* quer deixar transparecer uma imagem de um homem sem ódio e sem preconceito, que não tende ao extremismo, contudo, se vê na obrigação de tentar sanar os desvios de comportamento do *outro*, por meio de uma falsa animosidade.

A exclusão, por sua vez, procede, nas palavras de Landowski (2012, p. 9) “de um gesto explicitamente passional que tende à negação do Outro enquanto tal. E uma vez acesa, sabe-se até que extremidades pode levar a fúria coletiva de ser Si”. Temos, por conseguinte, a negação explícita do *outro*, uma disjunção total da identidade do *outro*. No discurso da exclusão, prevalece a soberania dos valores do grupo de referência, logo, a alteridade é posta como negativa, tendo em vista que o *outro* não é instituído dos valores do grupo dominante. Por isso, ele deve ser excluído, muitas vezes, por meio da violência e da fúria coletiva, em que o aniquilamento é visto como a solução final.

Para Landowski (2012, p. 10), esses dois grupos – assimilador e aquele que pratica a exclusão –, têm, em comum, a “padronização e ingestão do mesmo e, correlativamente, triagem

e eliminação do outro”. Dessa forma, apresentam como máxima a frase: “tal como se apresenta, você não tem lugar entre nós” (LANDOWSKI, 2012, p.10). Logo, o *outro* é visto como uma ameaça, e aceitá-lo é não reconhecer a si mesmo. Além disso, o autor faz uma importante ressalva, ao afirmar que o grupo de referência, ao assimilar ou excluir, não percebe (ou não quer perceber) que eles instauram distâncias e desigualdades sociais, étnicas, políticas, econômicas, educativas, culturais e outras.

Assim, a produção da diferença nesses dois grupos é contemplada por meio de dois planos, segundo Landowski (2012). O primeiro é da ordem do referencial, isto é, a diferença é construída por meio de termos biológicos e sociológicos. Um exemplo desse nível são as teorias dos “darwinistas raciais”, que agrupam a humanidade em raças distribuídas de acordo com suas capacidades físicas, intelectuais e morais, nos quais, a “raça branca” é a superior e a “negra”, inferior.

O segundo plano exposto por Landowski (2012, p. 14) é o propriamente semiótico. Nele, as diferenças são “tratadas à maneira dos traços distintivos do plano de expressão de uma língua, isto é, consideradas como o equivalente de tantas oposições fonologicamente”. Tal concepção permite a construção do universo de sentido e de valores, que nos permite analisar a relação entre o *eu* e o *outro*, na interação.

Diferentemente dos dois primeiros termos, temos na segregação uma não exclusão total, na qual, o principal objetivo é a manutenção de uma determinada distância, permitindo que não haja uma mistura entre a identidade e a alteridade. Poderíamos dizer, desse modo, que a segregação é um meio-termo da exclusão, uma vez que não permite que haja contatos entre os diferentes, mas não tem como propósito “uma solução final, não há exclusão absoluta” (LANDOWSKI, 2012, p. 17).

Barros (2015) cita, como exemplo da segregação, o *apartheid*, um regime de separação racial ocorrido na África, durante os anos de 1948 a 1994. Durante esse período, os negros eram segregados, ou seja, não podiam frequentar espaços públicos, nem ter acesso à educação e a alguns postos de trabalho. Assim, para Barros (2015, p. 63), nesse regime proposto por Landowski (2012), o *outro* deve ser mantido distante do *eu*, evitando, desse modo, qualquer tipo de “contaminação”, mas, novamente, não visa exclusão absoluta.

Por fim, a admissão é o regime mais otimista, dentre os quatro, citados, uma vez que ele agrega e aceita o diferente, o *outro*. Nas palavras de Landowski (2012, p. 21), a admissão favorece o “princípio de aproximação entre identidades distintas”. Em vista disso, o *eu* e o *outro* coabitam o mesmo espaço e as diferenças são conservadas. Portanto, vive-se uma relação efetiva entre Sujeito e Sujeito, em que, ambas as partes, não carecem renunciar sua identidade

para aceitar o ouro, ao contrário, há uma aproximação de identidades distintas, por meio de valores da diversidade e da aceitação do diferente.

É sabido que Landowski (2012) desenvolve, ainda, no âmbito da alteridade, as formas que dão identidade ao *outro*, e que emergem na interação. Apesar de voltarmos-nos, nesta pesquisa, especificamente, às formas de percepção que o *eu* reserva ao seu dessemelhante – assimilação, exclusão, admissão, segregação –, apresentaremos, brevemente, a metáfora “zoossocial”, proposta pelo semiótico, para elucidar os estilos de vida dos sujeitos na relação com o *outro*, a saber: o *esnobe*, o *dândi*, o *camaleão* e o *urso*.

Nesse contexto, o *esnobe* é um migrante social, ele deseja a ascensão, ele quer se adequar às normas do grupo ao qual pertence, e vê o “Sr. Todo Mundo” como um modelo a ser seguido. Já o *dândi* também busca a ascensão, mas quer se diferenciar, se disjuntar da sociedade em que vive. Por outro lado, o *camaleão* “consiste, muito discretamente, em se fazer passar por alguém que já pertence ao mesmo mundo, embora, na realidade, ele jamais tenha se disjuntado do universo” (LANDOWSKI, 2012, p. 38). Desse modo, o *camaleão* marca qualquer tipo de negação à identificação. Por fim, o *urso* é marcado por um estilo de vida solitário, não querendo entrar em conjunção com o mundo social.

Isto posto, percebemos que os efeitos de sentido projetados pelo *esnobe* e pelo *dândi* é de um “querer-parecer”; em contrapartida, o *urso* e o *camaleão* apresentam um simulador do “querer-ser”. Landowski (2012, p. 40) nos atenta ao fato de que os estilos do Outro (*esnobe*, *dândi*, *camaleão*, *urso*) não são inflexíveis, no quadrado. Ao contrário, os percursos são, ao mesmo tempo, ponto de chegada e de partida para outros estilos, logo, não podemos tratá-los de maneira estanque.

### 2.3.2 A narrativa no sujeito intolerante

No percurso analítico desenvolvido por Barros (2007; 2011; 2015; 2016), para o exame dos discursos intolerantes, à luz da semiótica francesa, a organização narrativa, especialmente a esteira da “sanção”, apresenta-se como o primeiro ponto a ser trabalhado. Para compreendermos a sanção, partiremos do programa narrativo da manipulação, mais especificamente do estabelecimento de contratos entre destinador e destinatário. Em semiótica, a manipulação corresponde a “uma ação do homem sobre outros homens, visando a fazê-lo executar um programa dado” (GREIMAS; COURTÉS, 2016, p. 300).

Segundo os autores, a manipulação tem como base uma estrutura contratual da comunicação, na qual, o destinador-manipulador emprega um fazer persuasivo, que transforma

a competência modal do destinatário-manipulado de tal maneira, que o coloca em uma posição de falta de liberdade, sendo persuadido, nesse caso, a aceitar o contrato proposto. Logo, a manipulação é o agir de um sujeito persuasivo (“fazer-fazer”) sobre o outro, levando-o a querer e/ou dever fazer alguma coisa.

Barros (2002) sintetiza o percurso do destinador-manipulador em três etapas: o contrato fiduciário; o espaço cognitivo da persuasão e da interpretação; a aceitação ou recusa do contrato. O contrato fiduciário é, nas palavras de Greimas e Courtés (2016), um fazer persuasivo do destinador, para levar o destinatário a uma determinada adesão. No entanto, para que isso ocorra, é necessário um espaço cognitivo de persuasão e de interpretação, que se dá por meio de um dizer verdadeiro (ou parece ser verdadeiro) do enunciador, que conduzirá o enunciatário a um “crer-verdadeiro”.

Sobre a aceitação ou recusa do contrato, Greimas (2014, p. 123) explica que, para que o contrato seja aceito, ele deve ser lido como verdadeiro, ou seja, ele deve ser calcado em um simulacro da verdade e compreendido enquanto tal, pois é, apenas por meio de adesão do destinatário ao contrato, que a manipulação tem sucesso. Assim, o fechamento do contrato e, conseqüentemente, a evolução exitosa da manipulação, dependem do sistema de valores do destinatário-manipulado, que deve coincidir com o do destinador-manipulador: caso haja incompatibilidade entre esses valores, o contrato não é estabelecido, ou sequer fechado, e a manipulação é abortada, sem êxito.

Os discursos intolerantes são marcados pela ruptura de contratos. De acordo com Barros (2007), o destinador-manipulador propõe, na maioria das vezes, contratos ligados ao branqueamento da população, ao machismo, à eugenia e outros. Como resultado, todos aqueles que não cumprem com esse acordo têm seus contratos rompidos. Acrescenta-se que o destinador, nos discursos intolerantes, é o sujeito do poder, cabendo a ele julgar e punir o destinatário que não realizou o acordo social (BARROS, 2007, p. 151).

Concebemos, desse modo, a instalação da “sanção”, momento final do percurso cognitivo. De acordo com Greimas e Courtés (2016, p. 426), a “sanção” inscreve-se no esquema narrativo e é exercida pelo destinador final. Em concordância com os autores, Barros (2002) explica que a “sanção” é a última fase do percurso narrativo, e diz respeito ao percurso do destinador-julgador. Desse modo, na “sanção”, o destinador reconhece o sujeito, que, neste caso, é caracterizado por um fazer, e o julga a partir de suas condutas e de suas operações, além de analisar sua

[...] conformidade ou não com o sistema de valores que representa e, também, em relação aos valores implícitos ou explícitos no contrato inicial com o destinador-manipulador. Cabe-lhes verificar se o sujeito cumpriu o compromisso assumido

quando da sua instauração como sujeito da *performance*. Conclui-se que toda interpretação, e sanção, se faz em nome de uma ideologia, da qual depende, em suma, o sentido do percurso narrativo (BARROS, 2002, p. 40).

Esse caminho, conforme explica a autora, é um encadeamento lógico de programas narrativos, caracterizado por dois tipos: o “pragmático”, que tem por finalidade a retribuição positiva ou negativa, e o “cognitivo”, que visa a uma interpretação, a um reconhecimento do sujeito e de sua integração, no processo de valores instaurado entre os destinatários. No âmbito da intolerância, Barros (2011) explica que:

[...] para o exame narrativo dos discursos intolerantes, a hipótese que no momento se apresenta é a de que esse discurso é, sobretudo, um discurso de sanção aos sujeitos considerados maus cumpridores de certos contratos sociais: branqueamento da sociedade, de pureza da língua, de heterossexualidade e outros. Esses sujeitos são, portanto, no momento do julgamento, reconhecidos como maus atores sociais, maus cidadãos – pretos ignorantes, maus usuários da língua, índios bárbaros, judeus perigosos, árabes fanáticos, homossexuais pervertidos – e punidos com a perda de direitos, de emprego, ou até mesmo com a morte (BARROS, 2011, p. 256).

Desse modo, os sujeitos que sofrem a intolerância são julgados como maus cumpridores dos contratos sociais, que variam de acordo com o contexto no qual estão inseridos (BUENO, 2020). Logo, a organização narrativa da “sanção” permite que os discursos intolerantes sejam, sempre, justificados e, até mesmo, aceitos. Em relação aos estudos de Landowski, sobre o *eu/nós* e o *outro*, Barros (2015) afirma que o percurso da “sanção” está intimamente ligado ao regime da segregação, no qual, a “sanção negativa” pode levar a uma segregação dentro da sociedade, como um regime de castas, por exemplo. Por outro lado, a exclusão é mais acentuada e, talvez, seja a forma mais evidente da intolerância. Nesse caso, o excluído é o destinatário, sancionado como mau cumpridor dos contratos sociais.

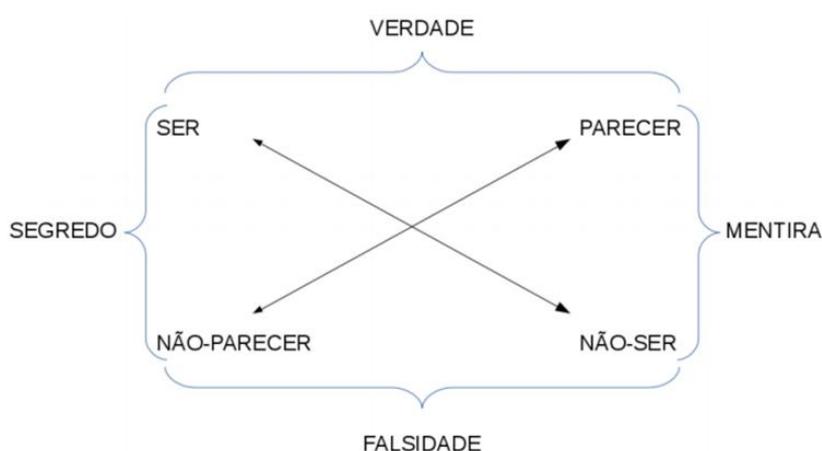
Nesse sentido, o destinatário é excluído, tanto cognitivamente, quanto pragmaticamente. No primeiro caso, ele é desmascarado e tem sua imagem figurativizada como um vilão, que não obedece aos padrões impostos pelo destinador, e deve ser excluído da sociedade. Em decorrência dessa exclusão cognitiva e, por assim dizer, afetiva, advém a “sanção pragmática”, com a punição, por meio do afastamento do convívio social, desde a exclusão até a prisão desse sujeito.

Conforme explica Barros (2015), a “sanção pragmática” por meio da exclusão é dita, como a mais intensa e passional das ações intolerantes, evidenciando o medo e o ódio, paixões que serão trabalhadas na próxima seção. Não obstante, a exclusão exacerba as diferenças entre o *eu* e o *outro*, não permitindo a possibilidade de conciliação ou neutralização. Um exemplo são os homossexuais, que são sancionados cognitivamente como “pestes”, “escória”, “doentes”

e “nojentos” e, por isso, devem ser punidos, pragmaticamente, desde a exclusão do sistema de saúde até a morte (BARROS, 2015, p. 67).

O medo de uma sanção negativa, também pode levar o destinatário a se assimilar. Como Landowski (2012) assevera, a assimilação é um regime no qual o *outro* deve abrir mão daquilo que o caracteriza como alteridade. Há, portanto, um apagamento da verdade, que nos leva para o segredo e/ou para a mentira, no âmbito do contrato de verificação. Na imagem 13, é possível notar a articulação entre o *ser* e o *parecer*, que geram as modalidades veridictórias.

Imagem 13- Relações de veridicção



Fonte: Greimas, 2014, p. 66.

O segredo, neste caso, é um “ser”, um “não-parecer”. Logo, o *outro*, ao se assimilar, deve guardar seu segredo, não deixando transparecer sua alteridade, apagando suas características próprias. Já na mentira, há um “parecer ser”, mas “não-ser”, no qual o *outro* posiciona-se como igual, assimilando a maneira de se comportar, prevista pelo contrato social. Nos dois casos, existe a intolerância, ao impor que o *outro* cesse suas características próprias, como, por exemplo, no caso do homossexual que deve parecer heterossexual, mascarando, portanto, suas diferenças.

Barros (2015) aponta que a “admissão” segue na contramão dos demais regimes. Isso se deve, conforme fora discutido, pelo fato de que na admissão existe uma aceitação das diferenças, resultando numa mistura de diversidades. Portanto, os contratos propostos neste campo são os de “multilinguismo, de mestiçagem, de diversidade social, de pluralidade religiosa, para que o ‘outro’ não seja mais considerado aquele que rompe pactos e acordos sociais” (BARROS, 2015, p. 68). Diante disso, temos uma “sanção positiva”, na “admissão”,

em que o diferente é visto como um sujeito que contribuirá para a formação de uma sociedade plural. Mas, como explica a autora, os discursos intolerantes se opõem à “admissão”, tendo suas formas mais evidentes na “exclusão” e, de forma mais atenuada, na “segregação” e na “assimilação”.

### 2.3.3 O percurso passional do sujeito intolerante

Em seus estudos sobre intolerância, Barros (2007) desenvolve a hipótese de que os sujeitos intolerantes são sempre “apaixonados”, mas, movidos por paixões malevolentes, do querer fazer mal ao *outro*, ao sujeito não cumpridor dos contratos sociais, como vimos no item anterior. O ódio, a irritação, a antipatia, a raiva são alguns exemplos de paixões malevolentes. Por outro lado, o “eu da intolerância” é regido por paixões benevolentes, do querer fazer bem aos seus iguais.

Em semiótica, as paixões são entendidas como um efeito de sentido, de um arranjo de modalidades que modificam o sujeito (BARROS, 1990). Há, portanto, uma existência modal nas paixões, acarretando um sujeito constituído pela modalização do seu ser, que assume papéis patêmicos.

A inserção das paixões, na semiótica, é marcada pelo estudo das modalizações do *ser*. Vale ressaltar que, embora o *ser* também esteja presente nos desdobramentos iniciais da teoria, o foco principal era a modalização do *fazer*, com os estudos da ação nos modelos narrativos.

Em tal semiótica da ação, (...) o fazer do sujeito narrativo encontra-se assim reduzido, num nível mais profundo, ao conceito de transformação, isto é, uma espécie de pontualidade abstrata, esvaziada de sentido, que produz ruptura entre dois estados. O desenvolvimento narrativo pode, então, justificar-se como segmentação de estados que se definem unicamente por sua ‘transformabilidade’. O horizonte de sentido que se perfila por detrás de tal interpretação é o do mundo concebido como descontínuo (GREIMAS e FONTANILLE, 1993, p. 10).

Para os autores, nesse período, a semiótica priorizava a narrativa enquanto um simulacro da ação do homem no mundo; de outra maneira, atentava-se para uma abordagem direcionada para o sujeito do *fazer*. Em outros termos, ao privilegiar a ação, a análise é direcionada para o percurso narrativo, a saber: a *manipulação* (aceitação do contrato entre destinador-manipulador e sujeito); a *competência* (doação de competência modal ao sujeito – *querer, dever, poder* ou *saber-fazer*); a *performance* (ação do sujeito); e a *sanção*.

Portanto, temos, nesse momento, uma semiótica voltada para a ação (dimensão pragmática), em um regime que se baseia na transformação descontínua que, como salienta Fontanille (2015), une situação inicial e final. Assim, inicialmente, podemos encontrar um

sujeito em disjunção com seu objeto-valor, que, depois de uma ação, torna-se conjunto, por exemplo, um sujeito ambicioso é pobre, depois da ação, torna-se rico. O que leva o Sujeito a desejar essa transformação é explicado, então, pelo quadro de valores no qual se insere, que euforiza ou disforiza os estados em relação aos objetos. Nota-se uma abordagem pouco detalhada, nesse momento, tanto dos quadros de valores, quanto da modalização do sujeito em relação a uma “imagem-fim”, que ainda não aparecia na literatura da época.

A partir das décadas de 1980 e 1990, os estudos semióticos voltam-se para trabalhos direcionados, não apenas, para os “estados de coisas” (ação), mas, também, para o “estado de alma” (sentir). Passa-se, portanto, a considerar a transformação do próprio *ser* do sujeito, tendo como referência, seus estados de alma. Um primeiro esboço do percurso passional pode ser apreciado no texto *Sobre a cólera – estudo de semântica lexical*, publicado em 1983, por Greimas, no livro *Sobre o sentido II*.

No referido texto, o semioticista realiza um estudo sobre a paixão da cólera, considerando-a como uma paixão complexa, formada por um encadeamento de paixões, que derivam de uma organização narrativa patêmica anterior. Nas paixões complexas<sup>33</sup>, como na cólera, o sujeito parte de um estado inicial de espera, modalizado por um “querer-ser” e um “crer-ser”. Poderíamos dizer que o estado de espera é o elo entre o sujeito e sua “imagem-fim”, isto é, o percurso no qual deposita sua expectativa para alcançar seu “objeto-valor”. Para além da expectativa, existe nesse estado de espera, a idealização do processo, uma crença em si mesmo ou no fazer do outro, ou melhor, em um “querer-estar”, um crer no estado esperado. Por isso, o sujeito passa para uma espera fiduciária, ou seja, calcada na confiança, como nos aponta Greimas (2014).

[...] quer se trate da confiança em outrem ou da confiança em si (quando o sujeito de estado e o sujeito de fazer estão em sincretismo), estamos diante de uma relação fiduciária que se estabelece entre o sujeito e o simulacro construído por ele, e não de uma relação intersubjetiva (GREIMAS, 2014, p. 238).

Em seu estudo sobre as paixões, Barros (1990), afirma que a partir da espera, podem-se desenvolver diversos percursos modais passionais, dentre eles, a frustração. A frustração é a privação do sujeito ao seu “objeto-valor”, uma ruptura de sua expectativa e desejo, levando à insatisfação. Nesse momento, instaura-se um descontentamento, que leva o corpo do sujeito

---

33 Além das paixões complexas, há, ainda, as paixões simples. Essas são, segundo Greimas (2014), paixões de objeto, que resultam de um arranjo modal da relação sujeito e objeto. Elas são modalizadas por um querer-ser. Alguns exemplos de paixões simples listadas por Barros (1990, p. 61) são: desejo, anseio, avareza, medo, aversão, generosidade.

sensível a reagir por meio da decepção, por exemplo. Assim, temos que a insatisfação leva a um sentimento de falta, seja ela, uma falta objetual ou uma falta de fé (crise de confiança).

Barros (1990, p. 65) complementa que a crise de confiança resulta de uma “incompatibilidade do /crer S<sub>2</sub> dever fazer/ com o /saber S<sub>2</sub> não fazer/ e resulta no /não crer ser/ da decepção”. Assim, o sujeito parte de um estado de confiança moderada – do querer-ser/crer-se –, para a impossibilidade de entrar em conjunção com os valores almejados, passando, desse modo, para um estado de decepção, tanto em relação ao sujeito de fazer quanto a ele próprio.

Com o estado de frustração e decepção implantados, o sujeito procurará resolver sua falta, podendo levar a programas de revolta e vingança. Segundo Matte e Lara (2007, p. 52):

[...] no programa de revolta, o sujeito rejeita o destinador que “faltou à palavra dada”, colocando-se na posição de destinatário que cumpriu sua parte no contrato – mesmo que imaginário – e que espera do destinador a sanção (positiva) que lhe é devida. No programa de vingança, o sujeito ofendido assume o papel de destinador-julgador e sanciona negativamente o anti-sujeito, que não agiu como era esperado ou que exerceu um fazer prejudicial aos seus (do sujeito) projetos (MATTE; LARA, 2007, p. 52).

Nos dois casos – o da revolta e o da vingança –, como nos mostra Greimas (2014), o sujeito se convence de que é competente para o fazer, sendo convertido em um poder-fazer e um querer-fazer mal ao suposto responsável pela situação insatisfatória. Consequentemente, o sujeito vingativo procura reparação à falta, por meio de paixões complexas, como a malevolência, o ódio, a raiva, a ira, o rancor, a fúria e outras, modalizadas por um querer-fazer mal. Vale destacar que a definição de uma paixão está diretamente vinculada ao quadro de valores sociais e culturais do qual ela está inserida, o que resulta num relativismo, em que um mesmo comportamento pode ser julgado de formas diferentes, a depender da sociedade em que está inserido.

No percurso da cólera, como explica Fontanille (2015), uma cadeia de razões descrita a partir da agressividade do sujeito, surge do seu descontentamento, proveniente da decepção causada pela crise fiduciária (crise de confiança). A fé, por sua vez, é estabelecida pela espera, na qual um sujeito de estado mantém uma relação de confiança com um sujeito de fazer, firmando um contrato imaginário, no qual espera contar com outro sujeito para cumprir seus objetivos. Mediante o exposto, a cólera é compreendida como uma ruptura, do sujeito com a “imagem-fim”, mediado pelo percurso realizado.

Para além deste estudo, sobre a cólera, Greimas e Fontanille propuseram, no livro *Semiótica das Paixões* (1993), um modelo de análise, utilizando como exemplo, as paixões da avareza e do ciúme. Nas palavras dos autores, as paixões:

[...] aparecem no discurso como portadoras de efeitos de sentido muito particulares; ele exala como que um cheiro confuso, difícil de determinar. A interpretação que a Semiótica reteve é que esse perfume específico emana da organização discursiva das

estruturas modais. Passando de uma metáfora à outra, poder-se-ia dizer que esse efeito de sentido provém de certo arranjo molecular: não sendo propriedade de nenhuma molécula em particular, ele resulta de sua disposição do todo. Uma primeira constatação impõe-se: a sensibilização passional do discurso e sua modalização narrativa são co-ocorrentes, não se compreendem uma sem a outra, e, no entanto, são autônomas, submissas provavelmente, ao menos em parte, às lógicas diferentes (GREIMAS; FONTANILLE, 1993, p. 21).

Assim, a produção de efeitos de sentido da paixão depende da organização discursiva das estruturas modais. Para tanto, Greimas e Fontanille (1993, p. 155) desenvolvem um percurso gerativo da paixão – “esquema patêmico” –, que permite analisar a paixão enquanto um discurso. A organização passional consiste na *constituição, disposição, sensibilização, emoção e moralização*.

A *constituição* diz respeito à predisposição às paixões possíveis, presentes no mundo. Nas palavras de Greimas e Fontanille (1993, p. 155), ela “determina, enfim, o teto de sequência, o ser do sujeito, a fim de que ele esteja apto para acolher a sensibilização”, presumindo-se, assim, que há uma força externa que assegura a emergência do sujeito apaixonado, que é tomado pela necessidade de operar no mundo em que ele vive. Já a *disposição* é uma aspectualização de uma cadeia modal, um estilo semiótico específico do fazer patêmico. Nela, pressupõe-se que o sujeito padece da influência de seus estados emocionais, permitindo, desse modo, se colocar em relação com o processo de sensibilização, no qual passa a sentir, não só o mundo, mas, também, sua relação com o outro.

A *sensibilização*, por sua vez, é a transformação tímica, a operação em que o sujeito se submete ao julgo das paixões e dos sentimentos. É nesse nível que o sujeito se emociona, sofre, sente e reage. Dando seguimento, a manifestação patêmica, na semiótica das paixões, é intitulada emoção, “cuja aparição no discurso assinala que a junção tímica está cumprida, dando a palavra ao corpo próprio” (GREIMAS; FONTANILLE, 1993, p. 155).

Uma ressalva importante deve ser feita. Para a semiótica, paixão e emoção são diferentes. Como vimos, a emoção exige um corpo que sente, isto é, o corpo do actante que reage a uma tensão que sofre. Já a paixão é uma configuração discursiva, como afirmam Greimas e Fontanille (1993), um encadeamento de atos patêmicos que se evidencia por meio de uma organização passional. Matte e Lara (2007) exemplificam que as paixões têm nome, como o amor, o medo, o ódio. Em contrapartida, a emoção é um temor, “um descompasso de maior ou menor intensidade” (2007, p. 48), isto é, uma perturbação que, apenas, se torna nomeável quando associada a uma paixão.

Por fim, a *moralização* apresenta um traço terminativo, que permite a construção de um papel final, de um comportamento observável. Desse modo, o percurso passional

desenvolvido pelos autores caracteriza a estrutura da paixão, e, embora pareça uma sequência cronológica, sua organização se dá por intensidade. Logo, o primeiro nível, o mais profundo e individual, é marcado pela *constituição*. Já a *moralização* representa o nível mais superficial, aquele em que a paixão é observada, tendo em vista que esse nível é de natureza social, calcado em valores e crenças.

Bueno (2015) faz uma relação entre o esquema narrativo canônico e a organização passional da intolerância, seguindo as propostas de Bertrand<sup>34</sup> (2003), de Greimas e Fontanille (1993). Desse modo, ao correlacionarmos o percurso narrativo clássico com o passional, percebemos que a manipulação liga-se à disposição passional. Já a aquisição das competências modais equivale à *sensibilização*; à *performance*, ou seja, à execução da ação, à emoção; e, por fim, a *sanção*, equivaleria à *moralização*. Esta articulação pode ser observada no esquema passional da tabela 04.

Tabela 4 - Esquema passional da intolerância

Disposição	Sensibilização	Emoção	Moralização
Desprezo pela diferença e forte apego aos seus valores	Sentir-se ameaçado (medo de tornar-se uma sociedade mestiça)	Segregação do outro (rejeição, pois não são “bons para o país”)	Aprovação ou reprovação do /fazer malevolente/ do sujeito intolerante

Fonte: Bueno, 2015, p. 65.

A partir destes dados, Bueno (2015) afirma que o sujeito intolerante se constitui pelas diferentes gradações do “crer-ser”, sendo que é na *disposição* que surge o preconceito. Assim, o “crer-saber” que a imagem do *outro* é negativa orienta o “fazer-interpretativo” do sujeito preconceituoso, construindo uma hierarquia entre superior/identidade vs. inferior/alteridade. Segundo Bueno (2015), o sujeito defende o ponto de vista dos valores do seu próprio grupo, renegando qualquer vínculo de alteridade. Logo, o preconceito é o ponto de partida para a intolerância. Em concordância, Barros (2011) descreve que o primeiro caminho para a análise do discurso intolerante, na semiótica, é pelo preconceito, que torna o sujeito malevolente com aqueles que não cumpriram o contrato social, proposto pelo *eu*, ao mesmo tempo em que é benevolente em relação aos seus iguais.

34 Para Bertrand (2003), o estudo das paixões na semiótica traça dois caminhos. O primeiro prevê uma associação entre a semiótica da ação, em sua sintaxe narrativa, e o percurso patêmico desenvolvido por Greimas e Fontanille. Já o segundo, direciona-se para os estudos de Coquet (1997), no qual trabalha a passionalidade por meio da dualidade paixão e razão. Adotaremos nesse trabalho a primeira concepção.

Na *sensibilização*, a presença do *outro* torna-se insuportável para o *eu intolerante*. É, justamente, nesse nível que o sujeito sente-se ameaçado, uma vez que sua organização modal do *fazer* e, principalmente, do *ser*, é colocada à prova. Conforme explica Bueno (2015, p. 63), o sujeito intolerante sente “que a alteridade é uma ameaça à sua organização modal e passional de sujeito competente e à sua segurança para a continuidade de sua existência”. Logo, esse sujeito assume um papel de *fazer*, em que o *outro* não exista – passando para a emoção.

É no corpo, que sente – na emoção –, que o sujeito intolerante irá explicitar a malevolência em seu *fazer*, manifestando o ódio, que leva, nos termos de Landowski (2012), à *segregação* ou à exclusão do *outro*. Por fim, a *moralização* apresenta-se, de acordo com Bueno (2015), por meio de duas vias. A primeira é quando a sociedade sanciona positivamente as atitudes do intolerante, em relação ao *outro*, como algo banal, normal – não como paixão. Na segunda via, por outro lado, há desavença entre o que a sociedade aceita e a atitude do *eu*, mas, isso não impede o sujeito intolerante de realizar seus atos, uma vez que acredita que está reparando um erro ou protegendo a sociedade da qual faz parte, sendo, então, moralizado por quem não compartilha dos mesmos valores, e nomeia seu *fazer* com uma paixão, tais como a malevolência e o ódio.

A emoção e a *moralização* ligam-se à segunda via, proposta por Barros (2011), do percurso passional do sujeito intolerante, ou seja, a intolerância, propriamente dita, na qual, “o sujeito preconceituoso (decepcionado, frustrado, desesperado, inseguro e que tem ódio) passa à ação, ou seja, completa sua competência e age contra o outro (o causador da falta, o odiado)” (2011, p. 260). Desse modo, o sujeito parte para o *fazer* mal ao “outro”. Nesse ponto, a autora retoma os estudos de Greimas (2014), sobre a cólera, e expõe as ações apaixonadas, da vingança e da revolta, como distintas da justiça desapaixonada.

Assim, há uma diferença entre sanções apaixonadas da intolerância e sanções desapaixonadas da justiça. Esta, volta-se para situações em que a intolerância é vista como benéfica, como uma forma de correção social. Já aquela corresponde ao sujeito preconceituoso, decepcionado, frustrado, que, portador da paixão do ódio, passa para a fase de vingança ou de revolta com o diferente. Mas a interpretação de cada uma varia de acordo com o ponto de vista e dos valores instaurados pelo sujeito moralizador.

Desse modo, o ódio, ao lado da paixão do medo do diferente, e do que ele supostamente pode causar, move os sujeitos intolerantes. Nesse ínterim, da paixão do medo e do ódio, cabem algumas considerações. O medo é uma paixão simples, modalizada pelo não querer ser (BARROS, 1990). Fiorin (1992), retomando Lotman (1981), afirma que o medo, ao lado da vergonha, é uma paixão reguladora da sociedade. A paixão da vergonha, por seu turno, é a

primeira fase da tipologia das culturas, propostas por Lotman (1981), pois funciona como um mecanismo que diferencia os seres humanos dos outros animais, permitindo a criação de normas culturais e sociais e correspondendo à passagem da natureza para a cultura.

A segunda fase é regulada pelo medo como mecanismo psicológico, isto é, o homem, “animal político”, cria um Estado com grupos sociais antagônicos, que é baseado em normas de obediência, mediadas pelo medo inicial. Na última fase exposta por Lotman (1981), é instaurado, nas palavras de Fiorin (1992), uma espécie de simulacro social, no qual se estabelecem as posições de cada membro do grupo, de modo que, a não conformidade com esses papéis temáticos, será motivo de vergonha ou de medo.

A vergonha, na maioria das vezes, é sancionada cognitivamente, por modalidades endotáxicas do *fazer* e do *ser*, levando à reprovação, do próprio sujeito ou do outro. Sob esse ponto de vista, Harkot-de-La-Taille (1999) explica que o sujeito envergonhado é:

[...] um sujeito desdobrado em dois simulacros existenciais conflitantes: num, ele tem, ou pensa ter uma certa competência modal positiva, pensa *ser* – ou melhor, projetar-se – de um determinado modo; noutro, ele vê que não possui tal competência, que *não é* como pensava ser. Tudo isso acrescido do olhar real ou virtual de um espectador legitimado pelo sujeito, supostamente em conjunção com o sistema de valores do destinador julgador (HARKOT-DE-LA-TAILLE, 1999, p. 25).

Em outras palavras, o sujeito envergonhado está sob um juízo interno e externo. No interno, há uma sincretização, em si mesmo, dos actantes destinatário e destinador-julgador, em que existe a construção de uma imagem de si mesmo. Já externamente, instaura-se um destinador-julgador – real ou ideal, que, segundo a autora, é legitimado pelo sujeito envergonhado, para o julgamento.

De outro modo, o medo pode ser resultado de uma *sanção pragmática*, na qual o sujeito será punido, caso não aja de acordo com as leis propostas. Assim, segundo Fiorin (1992), o medo é uma paixão projetada para o futuro: “o sintagma passional do medo diz respeito sempre a algo futuro e encadeia-se como um saber poder estar em conjunção com algo disfórico e não querer estar” (FIORIN, 1992, p. 57).

Fiorin (1992) alerta para a existência de dois tipos de medo: o *dissuasório* e a *performance*. O primeiro, o *dissuasório*, resulta de uma sanção pragmática negativa, é o medo que leva a agir de acordo com uma dada norma social. É o que Lotman (1981) descreve como o mecanismo psicológico, que propicia a eficácia às limitações culturais. Já o segundo medo volta-se para uma *performance* vista como ameaçadora. Há, ainda, segundo Fiorin (1992), o comportamento impávido, quando o sujeito não tem medo, ele não se preocupa com o perigo, está isento de elementos modais, uma vez que não quer estar em conjunção com o estado regulador.

Segundo Barros (2011), é, sobretudo, o segundo tipo de medo, proposto por Fiorin (1991), a *performance*, que caracteriza o discurso intolerante. Isso ocorre pelo fato de que, a *performance* compreendida como ameaça, possibilita o surgimento do medo do *outro*, e das privações que podem vir a ser causadas por ele. Nas palavras da autora, o *outro* é o antissujeito, com o qual, o *eu* disputará seus “objetos-valores”, como o emprego, o nível de conhecimento e as posições de prestígio. Diante disso, nos discursos intolerantes, ter medo do *outro* – do estrangeiro, do homossexual, do negro – é uma sanção positiva do *fazer* malevolente, que, inclusive, justifica o agir intolerante.

A percepção da diferença, como vimos, anteriormente, constroem a noção de identidade e alteridade. Logo, podemos inferir que a paixão do medo, também, pode ser pensada de uma maneira mais abstrata, em que o sujeito tem medo daquilo que ele não é, ou daquilo que ele possa ser. Em seu estudo sobre o medo e a psiquiatria, o pesquisador francês Vanier (2006) afirma que uma das materializações do medo é o medo de si mesmo. Para o autor, o sujeito se reconhece e se projeta em uma imagem, em que ele se auto identifica, e que o outro o identifica.

No entanto, para isso, é necessária uma “mediação simbólica do outro” (VANIER, 2006, p. 294), que é regida, muitas vezes, pela diferença. Dela, resulta uma recusa do sujeito em se identificar com essa mediação, ou de acreditar não se identificar. Há, portanto, um medo de se reconhecer inferior, levando-o a temer a si mesmo. Além disso, ele pode instaurar um *crer-não-ser*, criando uma suposta identidade, construída em relação ao diferente, que passa a ser visto como a alteridade. Logo, o medo de se tornar a alteridade, de ser o diferente, resulta em confrontamentos internos e externos, que levam a atos intolerantes.

Ao lado do medo do diferente, temos o ódio. Como já explanado, o ódio é uma paixão complexa da malevolência, modalizado por um *querer-fazer* mal. De acordo com Santos (2016, *s/b, ebook*.) etimologicamente, a palavra ódio é derivada do latim *odium*, que significa aversão, fastio, indignação, cólera, furor, e é vista como uma paixão que conduz ao mal do *outro*, uma ira contida, violenta e duradoura. De maneira semelhante, Zimmermann (2010) explica que o ódio é o resultado de um complexo, e estruturado percurso passional, podendo adquirir, dessa forma, uma configuração centrada no desejo de destruição do “outro”, de um *fazer* sofrer do “outro”.

Neste ponto, apresentamos algumas reflexões advindas das áreas da psicologia e da sociologia, pertinentes à compreensão do ódio, nesta pesquisa. Em seus estudos sobre o mal-estar da civilização, Freud (2010) elucida que a “diferença” é um desencadeador primário, de sentimentos ligados ao ódio. Em outros termos, o estranhamento ao *outro*, e o egocentrismo do *eu*, levam ao desenvolvimento de pensamentos e comportamentos de ódio, despertando pulsões

agressivas. Já para Waldron (2012), o discurso do ódio visa o constrangimento do indivíduo, causando uma perda de autoestima. Como consequência, o ódio reflete um sentimento de ruptura, de não pertencimento, reforçando o distanciamento entre o *eu* e o *outro*.

Segundo Glucksmann (2007, p. 11), o ódio é uma paixão movida por um agredir e aniquilar o diferente, e suas razões são atribuídas a simples vontade de destruir. Além disso, conforme explica o autor, o ódio tangencia alguns aspectos da condição humana, principalmente, quanto à capacidade de aglutinar sujeitos em torno, muitas vezes, de “delírios singulares e iras heterogêneas”, fazendo emergir laços sociais de representação, como o ódio aos judeus, às mulheres, aos homossexuais, ou seja, a tudo que é diferente do *eu*, supostamente dominante.

Sob o mesmo ponto de vista, Lebrun (2008) afirma que o ódio advém do nosso contato com o *outro*. Conforme explica, o autor:

Não podemos dizer que ficamos tomados pelo ódio cada vez que somos obrigados a levar em conta o que vem de fora? Que ele aparece logo que o outro interfere, a ponto de podermos sempre nos perguntar se não poderíamos nos desembaraçar de nosso ódio ao mesmo tempo em que da alteridade do outro? Mas não é preciso pensar que é a presença efetiva do outro que dá origem a nosso ódio, pois acontece de sentirmos ódio sem a sua presença; é muito mais devido ao fato de ter reconhecido o lugar desse outro, mesmo que virtualmente, mesmo que esse fato não tenha se realizado efetivamente. Tudo se passa como se algo em nós tivesse guardado um vestígio de que o outro pôde se impor a nós, nos forçar, mesmo que fosse uma única vez, em todo caso, fazer com que tivéssemos que contar com ele. O ódio é, portanto, também o vestígio de que outro nos atingiu, pelo menos uma vez (LEBRUN, 2008, p. 14).

Desse modo, para o autor, o ódio está presente em nossa vida cotidiana, seja por meio dos nossos erros, na agressividade, no tom da nossa voz ou no desejo de dominação. Contudo, ele só é externalizado por meio do contato com o “outro”, ou seja, na interação com o “outro”. Segundo Lebrun (2008), na maioria das vezes, esse confronto ocorre de forma violenta e perturbadora, pois há uma resistência à aceitação do diferente.

### **2.3.4 O percurso temático e figurativo do discurso intolerante**

O terceiro ponto de análise semiótica dos discursos intolerantes, proposto por Barros (2011), é a “semântica discursiva”, que se refere a temas e figuras. Como vimos, no primeiro capítulo, a semântica discursiva é responsável pelas determinações ideológicas, propriamente ditas (FIORIN, 1998), nas quais, o tema diz respeito ao investimento semântico, que, segundo Fiorin (1998), são de natureza conceitual, e não remetem ao mundo natural. Os temas, desse modo, são categorias que permitem organizar, classificar, ordenar os elementos do mundo natural. Já as figuras são “todo conteúdo de qualquer língua natural ou de qualquer sistema de

representação que tem um correspondente perceptível no mundo natural” (FIORIN, 2014, p. 91).

Desse modo, há textos que são temáticos e outros figurativos. Logo, quando o tema é lexicalizado, por exemplo, em substantivos abstratos, encontramos textos temáticos, como nos discursos científicos, jurídicos e filosóficos. Por outro lado, se, em um texto, o tema é representado por figuras, símbolos e imagens, de maneira geral, mais concretas, ele é um texto figurativo, como as fábulas, os mitos e os romances. Fiorin (2014) explica que os discursos temáticos constroem um simulacro de realidade, tendo uma função predicativa ou interpretativa, que simula o mundo. Já os discursos figurativos visam explicar e ordenar a realidade, criando relações e dependências, com o objetivo de explicar o mundo, por meio da função descritiva ou representativa.

Contudo, devemos nos atentar, como explica Fiorin (2014), para o fato de que não existem textos exclusivamente figurativos ou temáticos, mas sim, com predomínio de um ou outro aspecto. Além disso, o autor esclarece que, tanto o percurso temático quanto o figurativo – encadeamentos de temas e de figuras –, devem manter uma coerência interna, uma vez que sua quebra produz um efeito de inverossimilhança no texto. Para finalizar, Fiorin (2014) ressalta que os temas e as figuras são determinados sócio historicamente, pois representam o ponto de vista de um determinado grupo, em um certo momento histórico.

Desse modo, Barros (2011) afirma que os discursos intolerantes apresentam, em sua maioria, temas que remetem à oposição semântica, de base igualdade *vs.* diferença e/ou identidade *vs.* alteridade. A partir dessa oposição, vários temas e figuras são constituídos conforme as diferenças étnicas, religiosas, políticas e outros. A autora elenca quatro procedimentos recorrentes, que elaboram os percursos temáticos e figurativos dos discursos intolerantes, a saber: a animalização do outro; a antinaturalidade do diferente; o caráter doentio do diferente; a imoralidade do outro.

No primeiro caso, o percurso temático da animalização, são atribuídos, traços físicos e características comportamentais de animais, aos seres humanos, com o intuito de desumanizar o “outro”, retirando os traços semânticos que o constituem como humano. Segundo Barros (2011), esse percurso é encontrado, sobretudo, em discursos racistas e homofóbicos. Assim, a utilização de figuras animais, como “macaco”, “gorila”, para se referir à pessoas afrodescendentes, são um exemplo desse tipo de percurso.

Ao ser colocado como antinatural, no segundo tema apontado por Barros (2011), o “outro” é visto como uma anomalia. Segundo Bueno (2020, p. 47), essa anormalidade se dá quando o *eu* estabelece um “suposto padrão social e cultural que é quase sempre universalizado

pelo sujeito intolerante”. Logo, o diferente é dito como anormal, enquanto os iguais são vistos como normais. Um exemplo é a homossexualidade, que é compreendida, pelos sujeitos intolerantes, como contrária à ordem natural estabelecida pela Bíblia e pela Biologia.

O terceiro tema adota a concepção de que a diferença do *outro* é algo doentio. “A doença é encarada como algo vergonhoso, de que o doente deve sentir-se culpado. Ao tema da saúde, soma-se, muitas vezes o estético. Dessa forma, a doença é feia, é esteticamente condenável, e, por outro lado, ser feio ou gordo é doentio” (BARROS, 2011, p. 266). Alguns exemplos, elencados por Bueno (2020), são os discursos intolerantes contra surdos, cegos, obesos, portadores de necessidades especiais e, também, a acentuação negativa de certas características físicas de uma pessoa.

Por fim, os discursos tematizados pela imoralidade estabelecem o *outro* como promíscuo, vergonhoso e socialmente inadequado (BUENO, 2020). Neste caso, o sujeito é visto como imoral, uma possível falta de ética da alteridade, como a homossexualidade, citada por Barros (2011), que, para um suposto *eu*, é vergonhosa e inaceitável. Logo, os discursos intolerantes se constituem pelo desenvolvimento temático-figurativo que recai sobre ele, tendo sempre, como referência, o *outro* que não respeita o padrão social normativo e hegemônico, por isso, deve ser tratado como animal, antinatural, anormal, doente e imoral. Esses temas são figurativizados das mais diferentes formas, mas, relacionados, na maioria das vezes, com a oposição de base do nível fundamental igualdade ou identidade e diferença ou alteridade.

### 2.3.5 A tensividade no discurso intolerante

O último item teórico-metodológico, proposto por Barros (2011; 2015; 2016), para tratar dos discursos intolerantes, diz respeito à incorporação da semiótica tensiva, no que se refere às noções de acontecimento e exercício, mas, principalmente, às noções de triagem e mistura. A semiótica tensiva se desenvolve por meio das discussões sobre afetos no discurso e a noção de *continuum* de sentido, elaboradas por Claude Zilberberg e Jacques Fontanille, em *Tensão e Significação* (2001). Posteriormente, Zilberberg, em *Elementos de Semiótica Tensiva* (2011), desenvolve um modelo analítico que possibilita, à semiótica, a trabalhar com gradações sob a forma de eixo cartesiano, que traz em sua verticalidade, o sensível (intensidade) e, em sua horizontalidade, o inteligível (extensidade). A teoria, portanto, se apresenta como uma continuidade da semiótica greimasiana.

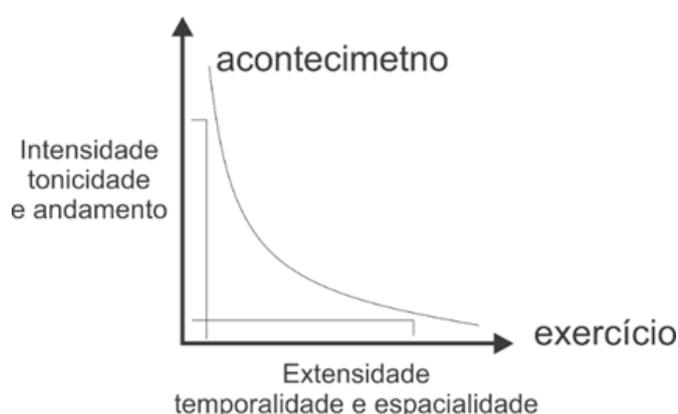
Zilberberg (2011) classifica a tensividade como “o lugar imaginário em que a intensidade – ou seja, os estados de alma, o sensível – e a extensidade – isto é, os estados de

coisas, o inteligível unem-se uma à outra” (ZILBERBERG, 2011, p. 66). Portanto, um fato semiótico só tem existência *no e pelo* espaço tensivo, que é constituído por uma tensão entre a *intensidade* e a *extensidade*, sendo que, a primeira rege a segunda.

De acordo com o autor, a *intensidade* une-se ao andamento, ou seja, à velocidade com a qual um determinado objeto penetra no campo de presença, e, à tonicidade, que é marcada pela força (tônica ou átona) com que esse objeto atinge o campo de presença do sujeito. Já a *extensidade* liga-se à temporalidade, na qual, o tempo é longo (previr) ou breve (sobrevir), e, à espacialidade, que, segundo o autor, não “são propriamente orientações geográficas, e sim aquilo que estaria aquém de tais orientações, a saber, a tensão entre o *aberto* e o *fechado*” (ZILBERBERG, 2011, p. 76).

Posto isso, Zilberberg postula duas grandes orientações discursivas: o *acontecimento* e o *exercício*, como podemos observar na imagem 14.

Imagem 14 - Esquema tensivo



Fonte: Adaptado de Zilberberg (2011).

O *acontecimento* diz respeito a uma “valência intensiva complexa e compõe um andamento extremo, o da instantaneidade, e uma tonicidade superior, sempre difícil de formular” (ZILBERBERG, 2011, p. 174). Portanto, o *acontecimento* é regido pelas subdimensões da *intensidade*, a saber: o *andamento* e a *tonicidade*, em que tem-se uma velocidade rápida, que atinge o campo de presença do sujeito de forma elevada, ao mesmo tempo em que a tonicidade é elevada, expelindo o sujeito para fora de si (ZILBERBERG, 2011, p. 236). Logo, o *acontecimento* corresponde ao inesperado, regido pela lógica concessiva, da ordem do “embora a, entretanto não b”.

Segundo Zilberberg (2007), o termo correlato ao *acontecimento* é o *exercício*. O autor associa “o discurso histórico ao discurso do exercício, tal como é corrente na tradição dita

ocidental, e o discurso dito mítico ao discurso do acontecimento” (ZILBERBERG, 2007, p. 26).

Conforme explica Mendes (2015), o *exercício*:

[...] está diretamente ligado à noção de narratividade que, por muito tempo, foi o principal ponto de interesse da semiótica. Atualmente, entretanto, a emergência de estudos que levam em conta o aspecto sensível, os eventos fortuitos, trazem à tona um outro ponto de vista que privilegia outro estilo discursivo: o acontecimento regido pela concessão. Com efeito, afirma Zilberberg (2007, p. 16): “Seria incompreensível que a semiótica continuasse a agir como se o acontecimento não existisse”. Por catálise, depreende-se da citação que se a “forma implicativa é a menos propícia a manter a atenção do narratário”, a forma concessiva – a do acontecimento – ao contrário, consegue cooptar de forma mais intensa e duradoura seu interesse (MENDES, 2015, p. 336).

Desse modo, o *exercício* liga-se à lógica implicativa, da ordem do “se... então”, que embasa a teoria semiótica clássica. Consiste, assim, em dizer que, ao contrário do *acontecimento*, o *exercício* possui uma entrada lenta e atenuada, isto é, ele é esperado no campo de presença do sujeito. Com efeito, Zilberberg (2007, p. 25) institui três modos que caracterizam os estilos discursivos do *acontecimento* e do *exercício*, são eles: a *eficiência*, a *existência* e a *junção*. Notemos, na tabela 5:

Tabela 5 -Modos discursivos do acontecimento e do exercício

determinados determinantes	o exercício	o acontecimento
modo de eficiência	pervir	sobrevir
modo de existência	focalização	apreensão
modo de junção	implicação	concessão

Fonte: Adaptação de Zilberberg (2007, p. 25)

A *eficiência* designa, segundo o autor, o modo pelo qual uma grandeza se instala em um campo de presença. Logo, se ela adentra lentamente, temos o conseguir (pervir); ademais, se ela penetra intensamente, há a modalidade do sobrevir. Já, o modo de *existência*, é descrito por Zilberberg (2007, p. 13) como a articulação entre a “focalização projetiva e a apreensão retrospectiva”. Nesse caso, a focalização remete a um sujeito que age muito próximo ao sujeito de fazer, isto é, não há espaço para surpresas, pois as relações são pressupostas, como prevê o esquema narrativo canônico. Em contrapartida, a apreensão refere-se à um sujeito afetado abruptamente, pelo objeto, remetendo ao sobrevir.

O último modo, o *juntivo*, está ligado ao implicativo e ao concessivo.

No caso da implicação, o direito e o fato se respaldam mutuamente. Sua esfera é a da implicação: “se a, então b” e geralmente da causalidade legal. Ela tem como emblema o porquê. No caso da concessão, o direito e o fato estão em discordância um com o

outro. A esfera da concessão, segundo os gramáticos, é a da “causalidade inoperante”. Ela tem como emblemas a dupla formada pelo *embora* e o entretanto: “embora a, entretanto não b” (ZILBERBERG, 2007, p. 23).

A partir dessas considerações, compreende-se que o discurso do *acontecimento* volta-se ao sobrevir (modo de *eficiência*), à apreensão (modo de *existência*) e à concessão (modo de *junção*), nos quais existe uma entrada rápida e forte, de uma grandeza impactante que atinge o campo de presença do sujeito, deixando, o sujeito afetado e o objeto afetante, em um mesmo grupo sensível. Por outro lado, o discurso do *exercício* é estruturado nos termos do pervir, da focalização e da implicação, em que o sujeito espera a entrada de uma determinada grandeza, apreendendo o objeto, e organizando-o de acordo com a *junção* implicativa.

Acerca dessas questões, Barros (2011) afirma que os discursos intolerantes são da ordem do *acontecimento*, marcado por situações extraordinárias e intensas, apresentando uma organização concessiva, representada por “B, apesar de A”. São, portanto, discursos fortemente passionais, causando uma reação inesperada e impactante. Entretanto, a semiótica explana que, apesar dessas características, o discurso intolerante pode adquirir traços da ordem do *exercício*, tais como a racionalidade e a inteligibilidade – principalmente, quando o sujeito expõe um argumento para justificar sua intolerância, como, por exemplo, no caso do darwinismo social, já citado anteriormente. Cabe afirmar que a predominância do *acontecimento* e do *exercício*, nos discursos intolerantes está, de acordo com Barros (2011, p. 269), ligada à época, aos grupos envolvidos e às estratégias utilizadas, pelo enunciador, para persuadir seu enunciatário.

Para além dessa abordagem, Barros (2011; 2015) utiliza outros conceitos oriundos da semiótica tensiva, para explicar os discursos intolerantes: a triagem e a mistura. De acordo com Zilberberg (2004, p. 72), a sintaxe da intensidade tem, como operação, a ascendência ou a descendente, isto é, gradações entre o impactante *vs.* o tênue. Já, a sintaxe da extensidade, é regida por meio de duas operações, a triagem *vs.* a mistura, em que a triagem converge para a mistura, tendo como resultado um aumento da difusão e da impureza; e, por outro lado, a triagem desfaz a mistura, indo em direção à concentração e à pureza.

Além disso, tal como propõem Fontanille e Zilberberg (2001), os valores, na semiótica tensiva, são apresentados por meio de gradações. Assim, a *extensidade* e a *intensidade* permitem uma primeira condição para a formulação de valores. De acordo com os autores, essa articulação entre valores se dá por meio de uma relação conversa e inversa, tendo como base, os operadores de triagem e mistura, no eixo da *extensidade*; e, no eixo da *intensidade*, os

operadores de tonicidade e de atonicidade. Na tabela 6, é possível observar os valores gerados por essas correlações.

Tabela 6 - Valores gerados pelo esquema tensivo

		Extensidade	
		Triagem	Mistura
Intensidade	Tônica	Unicidade/nulidade	Universalidade
	Átona	Totalidade	Diversidade

Fonte: Adaptação de Fontanille; Zilberberg (2001, p. 33).

Nota-se, portanto, que a triagem e a mistura variam de acordo com os operadores tônicos (excesso) e átonos (falta). Assim, em uma semiótica da triagem, o excesso permite tudo e nada, ao mesmo tempo, surgindo valores como unicidade/nulidade. Ao contrário, a falta nos leva ao valor de totalidade. Segundo Bueno (2015), a unicidade/nulidade indica o aparecimento de um determinado elemento, sendo que, a unidade é compreendida como um valor de pureza, oriunda da seleção, que exclui determinadas grandezas. Na totalidade, conforme explica o autor, também existe uma seleção e uma exclusão, mas, ao contrário da unicidade/nulidade, esta exclui alguns elementos, e não todos.

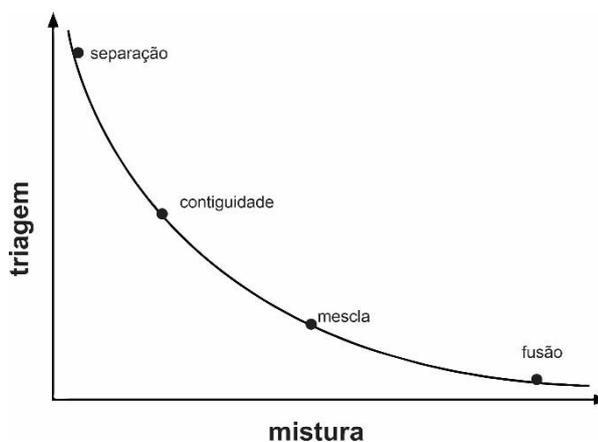
Ao traçarem uma explicação sobre a universalidade e a diversidade, Fontanille e Zilberberg (2001) elucidam que,

[...] numa semiótica da mistura, o excesso permite, em nome da “tolerância”, da “abertura”, do tão justamente denominado “pluralismo”, passar da “diversidade” à “universalidade”; o acento se desloca da diferença (a desigualdade, nesse caso) para a semelhança (a igualdade); a falta, que restabelece a “diversidade” em detrimento da “universalidade”, entre em ação assim que decai o fervor das confraternizações entusiastas, o que, como cada um pode sentir, é uma questão de tempo: o “ápice” não suporta a duração (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p. 34).

Logo, o valor da triagem é do absoluto, que visa a exclusividade, a unicidade; e o valor da mistura é o do universo, voltado para a difusão e para a universalidade. Segundo Barros (2015), a intolerância advém da operação de triagem, buscando o valor do absoluto, ou seja, da unicidade e da pureza. Posto isso, Fontanille e Zilberberg (2001) afirmam que os valores do absoluto têm como base a intersecção de um eixo da singularidade, no que se refere à unicidade; e, de outro eixo, da universalidade, vista, nesse regime, como algo negativo.

Zilberberg traça, no texto *Condições Semióticas da Mestiçagem* (2004), uma sintaxe do eixo da *extensidade*, na qual apresenta um gráfico, relacionando triagem e mistura (Imagem 15).

Imagem 15 - Estados aspectuais entre triagem e mistura



Fonte: Adaptação de Zilberberg (2004, p. 73).

De acordo com o autor, a passagem, da triagem para a mistura, não se dá de forma rígida, mas num processo aspectual<sup>35</sup>. Desse modo, a separação é constituída por uma triagem de valência plena, máxima, e uma mistura nula  $[t_1+m_0]$ <sup>36</sup>. Na outra extremidade da curva, temos a fusão, que apresenta uma inversão das valências, em que a triagem é nula e a mistura é plena  $[t_0+m_1]$ . Para Zilberberg (2007, p. 77), a contiguidade e a mescla são valências médias, em que, na primeira, a triagem domina a mistura  $[t > m]$  e, na segunda, a triagem deixa de ser dominante, e é dominada pela mistura  $[t < m]$ .

Para além disso, Zilberberg (2004) expõe denominações aspectuais que subjazem ao percurso das operações de triagem e mistura, como é possível observar na tabela 7:

Tabela 7 - Percurso das operações de triagem e mistura gerados pelo esquema tensivo

Aspectualidade	Triagem	Mistura
Incoatividade	Exibição	Adjunção
Progressividade	Extração	Amálgama
Terminatividade	Expulsão	Liga

Fonte: Adaptação de Zilberberg (2007, pp. 84-85).

35 A noção de aspectualização adota aqui não é atribuída ao procedimento discursivo da semiótica discursiva, no que refere aos componentes de actorialização, espacialização e temporalização. A ideia de aspectualização no trecho refere-se aos estudos tensivos, considerando-a como “uma nova contribuição metodológica, acolhendo o acento e a graduação, os afetos e a percepção, abrangendo o discurso como um todo” (GOMES, 2018, p. 109).

36 Na fórmula proposta por Zilberberg (2007), lê-se: t = triagem; 1 = plena; 0 = nula e m = mistura.

Diante disso, na operação de triagem, a exibição e a extração são categorias intermediárias, que não preveem a exclusão total de uma grandeza, possuindo, respectivamente, um andamento lento e progressivo. Em contrapartida, a expulsão, enquanto terminativa, apresenta um andamento acelerado, fazendo com que uma determinada grandeza sofra uma violenta rejeição. É justamente sob a lógica da expulsão que o discurso intolerante se evidencia de forma mais plena, uma vez que o *eu* busca a exclusão do *outro*.

Na operação da mistura, a lógica da adjunção, “temos uma grandeza que é definida por sua contiguidade posicional” (ZILBERBERG, 2007, p. 85), isto é, quando o contato entre as grandezas diferentes se inicia. Já a amálgama é marcada por um aspecto progressivo, que sinaliza para uma mistura que ainda não foi totalmente resolvida. Por fim, a liga, enquanto terminativa, gera um novo produto, por meio da transformação e da integração dessa grandeza.

Zilberberg (2007) acrescenta, ainda, uma explanação sobre os limites da triagem e da mistura. Segundo o autor, o limite da triagem é marcado pela ausência de qualquer tipo de impureza. Para se alcançar tal patamar, o dos valores absolutos, é necessário realizar uma triagem da triagem. Um bom exemplo é o conceito de raça pura, perpetuado durante o nazismo, por Hitler, no qual previa a raça ariana como a pureza da pureza, o que justificava o extermínio dos judeus e dos povos não-arianos.

Sob outra perspectiva, o limite da mistura, é o da mistura da mistura. Segundo Barros (2016), essa lógica “anula a distinção constitutiva do sentido e da identidade e que leva a novas triagens para reconstruir sentido e identidade, como ocorre com a constituição das línguas nacionais”. É nesse ponto que são aceitos os discursos de inclusão social, entendidos pela lógica da mescla, na qual a mistura domina a triagem. Feitas essas considerações, Barros (2015) expõe que os discursos intolerantes sancionam positivamente, a triagem e, negativamente, a mistura.

#### 2.4 FAKE NEWS COMO PROPULSORA DOS DISCURSOS INTOLERANTES

Na última seção deste capítulo, expomos algumas considerações sobre as *fake news*. Conforme salienta Barros (2020), as *fake news* podem ser classificadas como discursos intolerantes, uma vez que elas exacerbam o ódio em relação ao *outro*, tendo como finalidade desqualificar certos grupos sociais. De acordo com Santaella (2019, p. 29), as *fake news* são “notícias, estórias, boatos, fofocas ou rumores que são deliberadamente criados para ludibriar ou fornecer informações enganadoras. Elas visam influenciar as crenças das pessoas, manipulá-las politicamente ou causar confusões em prol de interesses escusos”.

Santaella (2019) afirma, ainda, que as *fakes news* sempre existiram – seja nas fofocas de celebridades ou nos tabloides –, o que muda, a partir da segunda metade do ano de 2016, é o meio pelo qual elas são divulgadas, via redes sociais. Estas tornam-se facilitadoras para a produção e compartilhamento das notícias mentirosas. O *Facebook* é uma das principais plataformas de disseminação dessas notícias. Segundo Genesini (2018):

[...] tomemos o Facebook como exemplo. A plataforma é o caso mais crítico de disseminação de fake news. Mais do que Google ou Twitter. Foi lá que os russos pintaram e bordaram com as notícias pagas e grátis. Mark Zuckerberg já reconheceu que tem um problema para resolver e tomou para si a missão. Em um *post* na própria rede, no final de 2017, disse que sua prioridade para 2018 é consertar o Facebook. Admitiu que a plataforma “fez demasiados erros em impedir o uso inadequado de suas ferramentas” (GENESINI, 2018, p. 56).

De acordo com Wardle (2017), essas proliferações podem ser encontradas na *web*, por meio de: (1) sátiras ou paródias, que, por mais que o objetivo não seja causar um mal, podem enganar; (2) conteúdo irreal, usado contra um assunto ou pessoa; (3) utilização de um contexto falso; (4) conteúdo importuno, utilizando como fonte, pessoas ou instituições que não proferiram as notícias; (5) conteúdo manipulado, para enganar o público; (6) notícia inteiramente falsa, em que sua construção é realizada com o intuito de desinformar e causar dano.

Assim como Barros (2020), inferimos que essas notícias entoam discursos intolerantes. Conforme explica Santaella (2019, p. 47), o intuito das *fake news* não é convencer, mas, sim, reforçar preconceitos, que são massivamente proliferados em uma sociedade, já marcada, pela pós-verdade<sup>37</sup>. Nesse cenário, essas notícias encontram um terreno fértil, principalmente, devido à polarização política, à descentralização da informação, causada pela *internet*, e à descrença nas instituições políticas e democráticas. Logo, elas surgem em um contexto de mudanças sociais, em que há uma crescente desconfiança das mídias tradicionais, do jornalismo e das instituições públicas.

Em concordância, o jornalista D’Ancona (2018) afirma que, na pós-verdade, o importante é que as notícias pareçam verdade, uma vez que:

[...] essa é a característica que define o mundo da pós-verdade. A questão não é determinar a verdade por meio de um processo de avaliação racional e conclusiva. Você escolhe sua própria realidade, como se escolhesse comida de um bufê. Também seleciona sua própria mentira, de modo menos arbitrário. Em um caso clássico de algo que os psicólogos chamam de “espelhamento”, Trump – notório em sua campanha

37 Eleita pelo Dicionário da Oxford como a palavra do ano de 2016, a pós-verdade é definida como “circunstância em que os fatos objetivos são menos influentes em formar a opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal”. (No original: Relating to or denoting circumstances in which objective facts are less influential in shaping public opinion than appeals to emotion and personal belief. <https://en.oxforddictionaries.com>, acessado em 19 de outubro de 2020.

por suas mentiras – começou a acusar seus críticos da mídia de espalhar notícias falsas (D’ANCONA, 2018, p. 57).

Na era da pós-verdade, as *fake news* proporcionam a proliferação dos discursos intolerantes, pois, como explica D’Ancona (2018), os cidadãos, ao serem bombardeados por informações falsas, abrem mão de discernir o que é verdade ou não. Desse modo, na maioria das vezes, os indivíduos excluem o diferente, e passam a acreditar e a aceitar, as versões e narrativas que lhe trazem maior segurança emocional, mesmo que, para isso, o ódio ao diferente prevaleça.

Segundo D’Ancona (2018), por mais incrédulas que as *fake news* possam parecer, elas têm, como característica comum, um parecer verdadeiro. Nessa perspectiva, a semiótica discursiva trabalha com as questões da verdade e da mentira, por meio, sobretudo, das modalizações veridictórias (Imagem 13). As relações modais, entre o ser e o parecer, criam discursos verdadeiros (que parecem e são), mentirosos (que parecem, mas não são), secretos (que não parecem, mas são) ou falsos (que não parecem e não são) (GREIMAS, 2014, p. 66). Assim, nesta tese, adotaremos a concepção de que as *fakes news* são discursos mentirosos – que parecem, mas não são.

O processo de construção enunciativo, de um discurso mentiroso, segue o mesmo caminho dos demais discursos. Isto é, em seu processo enunciativo, o destinador do discurso opta por um dos regimes de veridicção, em que busca fazer com que seu destinatário o intérprete de acordo com o contrato veridictório<sup>38</sup> proposto. No caso específico das *fakes news*, o destinador quer que o seu discurso pareça, e seja, verdadeiro apesar de não o ser. Desse modo, se o seu destinatário compartilhar dos mesmos valores de crenças e emoções, ele aceitará o contrato, sendo persuadido a interpretar os discursos como verdadeiros.

[...] em outras palavras, por mais absurdos que pareçam, os discursos cujos valores estão de acordo com as crenças e sentimentos do destinatário são por ele considerados verdadeiros. É o chamado viés de confirmação, tendência de as pessoas acreditarem nas informações que apoiam suas visões e valores, e desconsiderarem as que dizem o contrário (BARROS, 2020, p. 28).

No entanto, para ganhar a confiança do destinatário, é necessário construir uma relação de credibilidade, na qual, o destinador deverá utilizar três estratégias fundamentais para garantir a aceitação dos discursos mentirosos, ou de quase todos os discursos (BARROS, 2020). A primeira estratégia é o escalonamento da verdade à falsidade. Nesse caso, no processo de dar credibilidade às *fake news*, o destinador divulga notícias comprovadamente verdadeiras e, em

---

38 Segundo Barros (2002, p. 92) “no nível discursivo, o contrato fiduciário é um contrato de verificação, que determina o estatuo veridictório do discurso.

seguida, notícias falsas, com o intuito de fazê-las parecer verdadeiras e, por fim, publica notícias claramente falsas.

O que acontece é que durante esse percurso, o destinatário cria um laço de aproximação emocional e sensorial, e insere-se dentro do quadro de valores e crenças do destinador, interpretando seus discursos como verdadeiros. Há, nessa fase, uma preparação do terreno, seguindo de um ajustamento sensorial e emocional entre destinador e destinatário.

As outras duas estratégias ligam-se à produção textual dos discursos mentirosos. Para parecerem verdadeiros, eles utilizam (i) a ancoragem de ator, tempo e espaço. Em outras palavras, as *fake news* são construídas utilizando recursos de figurativização, com atores, lugares e datas que os destinatários identificam e reconhecem. Eles produzem um efeito de realidade e autoridade (BARROS, 2020). Além disso, há (ii) o uso das pessoas do discurso, no qual a primeira e a segunda pessoa criam um efeito de sentido de aproximação e credibilidade, e o uso da terceira pessoa tem o intuito de isentar o destinador, assim como, o de gerar confiança.

Como os processos de criação e confiabilidade dos textos mentirosos, apresentam uma verossimilhança (parecer ser) com os demais discursos, Barros (2020) propõe alguns procedimentos para desmascarar a mentira nos discursos, principalmente, em redes sociais. O primeiro deles se refere a uma intertextualidade mostrada, em outras palavras, um dialogismo com outros textos e discursos. Desse modo, uma das alternativas para validar o discurso, como verdadeiro ou falso, é examinar com quais textos ele dialoga, pois, segundo a autora, no caso das *fake news*, haverá, na maioria das vezes, incoerências e contradições entre eles.

A organização discursiva e textual é outro mecanismo para o desmascaramento das *fake news*. Para tanto, observa-se que os discursos mentirosos podem apresentar uma argumentação viciosa; uma contradição entre a organização semântica do verbal e a do visual; uma incoerência entre a legenda e a imagem, ou vídeo; uma escrita mal elaborada, com erros de concordância semântica, de gênero ou de estilo. Assim, Barros conclui que:

[...] são os confrontos de vozes, os desarranjos, as rupturas, as anomalias nos diferentes níveis de organização discursiva e textual que nos permitem mostrar como se constroem as notícias falsas e desmascará-las. As estratégias que apontamos são procedimentos tanto do plano do conteúdo dos textos, quanto do da expressão, e envolvem os diferentes níveis de análise dos textos e discursos. Assim, as anomalias na relação entre expressão e conteúdo, entre verbal e visual, entre a sonoridade e a visibilidade dos textos relacionam-se ao plano da expressão, os desarranjos narrativos, as rupturas entre vozes ou na organização argumentativa, temática ou figurativa dos discursos, estão ligadas ao plano de conteúdo dos textos. (BARROS, 2020, p. 37).

Para além do exposto, Barros (2020) acrescenta que, as *fakes news* constroem um projeto enunciativo, por meio de elementos, de anomalias, que dão uma tonicidade, uma intensidade aos textos. Esse efeito justifica, dentre outros aspectos, as razões pelas quais, os

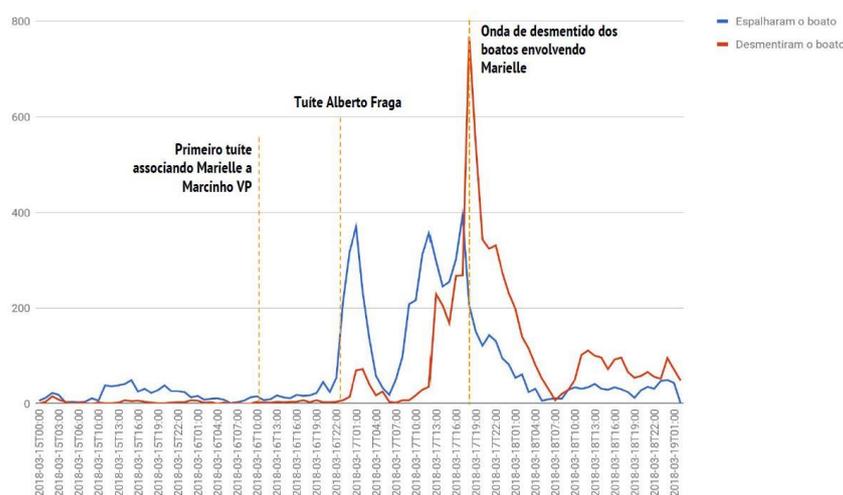
destinatários acreditam e interpretam como verdadeiros, os discursos mentirosos, pois, pela intensidade elevada, o sensível fica eminente e as emoções se afloram, permitindo que o contrato veridictório e, sobretudo, de crenças, seja aceito.

Como vimos no primeiro capítulo, o assassinato de Marielle Franco funcionou como um pavio para a proliferação dos discursos intolerantes nas redes sociais (OLIVEIRA, 2018), assim como para a criação e a divulgação de *fake news* sobre a Vereadora. De acordo com Freitas (2020, p. 25), entre as principais, estavam: “Marielle foi casada com traficante Marcinho VP”; “Marielle defendia bandidos”; “Marielle tinha envolvimento com facções criminosas”; “Marielle foi eleita pelo Comando Vermelho”; “Marielle defendeu facção rival no bairro do Acari, no Rio de Janeiro”. O caminho de leitura, que liga a maioria das notícias falsas, sobre Marielle, é a associação da Vereadora com a “bandidagem” e, também, os preconceitos ao espaço em que ela nasceu e viveu. Segundo Freitas (2020), esses fatores são um ativador para a difusão dos discursos falsos.

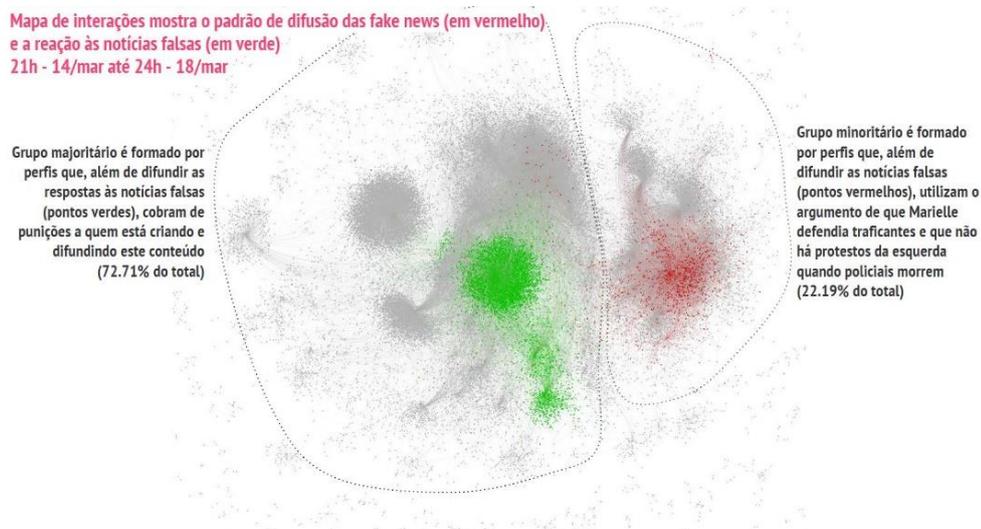
De acordo com uma pesquisa realizada em 2018, pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV DAPP), a repercussão da morte de Marielle Franco é marcada por três grandes ondas, nas redes sociais, como podemos ver nas imagens 16 e 17.

Imagem 16 - Batalha de narrativas *fake news*

Onda de fake news (em azul) tem início na sexta e se estende pelo sábado, mas é contida pela onda de desmentido (em vermelho), que consegue barrar a propagação do conteúdo falso.



Fonte: Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (2018).

Imagem 17- Mapa de interações de difusão de *fake news*

Fonte: Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (2018).

A primeira onda ocorreu, da noite do dia 14 até o dia 15 de março, tendo como centro, o debate e a indignação acerca do fato. A segunda onda, que vai do dia 16, à tarde, ao dia 17 de março, evidencia a viralização das *fake news*, em tom difamatório, ligando a Vereadora ao tráfico. De acordo com a pesquisa, é nesse momento que surgem os vídeos, no *Twitter*, no *Facebook* e no *WhatsApp*, ligando a Vereadora ao Comando Vermelho, e afirmando que Marielle era ex-mulher do traficante Marcinho VP, consumia maconha, defendia bandidos e que engravidou aos 16 anos.

Sobre isso, um delegado da Polícia Civil de Pernambuco compartilhou, em suas redes sociais, que a Vereadora se “envolve com o narcotráfico, vira mulher de bandido, troca de facção criminosa, é assassinada pelos ‘manos’, aí vem a esquerda patética pôr a culpa nas instituições policiais. Vá se fu, dona Marielle. Já foi tarde”<sup>39</sup>. A imagem 18 apresenta mais uma *fake news*. Nela, utiliza-se uma foto do *Google Imagens*, a qual afirma que Marielle se relacionou com o traficante Marcinho VP.

<sup>39</sup> Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/delegado-multado-em-4-mil-por-publicar-informacoes-falsas-sobre-marielle-franco-23357707.html>. Acesso em: 22 jul. 2020.

Imagem 18 - Foto utilizada para afirmar um suposto caso entre Marielle Franco e Marcinho VP



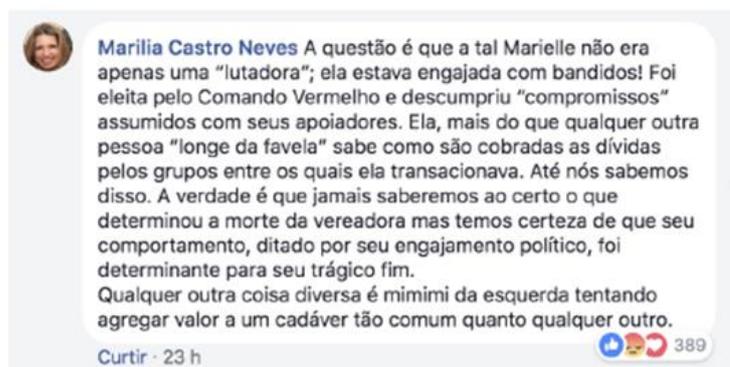
Fonte: Acervo Google.

Imagem 19 - A verdadeira Marielle Franco e o verdadeiro Marcinho VP



Fonte: Acervo Google.

No entanto, ao compararmos o texto visual de origem, com o que circula nas *fake news*, notamos que há contradições entre as imagens, pois, na imagem 19, as fotos referem-se a pessoas diferentes. Logo, como apontado por Barros (2020), uma das maneiras de desmascarar as notícias falsas é o dialogismo com outros textos discursivos, ou seja, recorrendo aos textos que dialogam – no caso, as imagens –, para examinar se há ou não incoerências. Nesse mesmo período, como apontado no primeiro capítulo, a Desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ), Marília Castro Neves, postou o seguinte comentário, em seu *Facebook* (Imagem 20):

Imagem 20 - Postagem de Marília Castro Neves no *Facebook*

Fonte: Acervo *Google*.

De acordo com Freitas (2020), esse comentário surge como um desencadeador de *fake news*, uma vez que:

[...] Na noite do mesmo dia, a jornalista Mônica Bergamo (2018) comentou a postagem em sua coluna no site do jornal Folha de S. Paulo, com o título “Desembargadora diz que Marielle estava engajada com bandidos e é ‘cadáver comum’”. Na sequência, o site Ceticismo Político republica o texto, acrescentando pontos contrários à “militância da extrema esquerda”, ao rechaçar o assassinato da vereadora e de seu motorista, Anderson Gomes, como um crime político. É importante ressaltar que o novo texto ganhou o título “Desembargadora quebra narrativa do PSOL e diz que Marielle se envolvia com bandidos e é cadáver comum” (FREITAS, 2020, p. 31).

A página do *Movimento Brasil Livre* (MBL) disseminou a notícia da Desembargadora, considerando-a verdadeira, como podemos notar na imagem 21.

Imagem 21- *Fake News* disseminada pela fanpage do MBL

Fonte: Imagem recuperada de OEIRAS et al., 2018, p. 9.

A notícia foi removida da página do MBL no dia 18 de março, contudo, ela teve um alcance de, mais de 42 mil curtidas e, 33.325 compartilhamentos. O *site* do qual foi compartilhada a publicação, o *Ceticismo Político*, foi considerado um dos responsáveis por criar e impulsionar as *fake news* sobre Marielle Franco, tendo sua *fanpage* removida pelo *Facebook*, no dia 24 de março. Além disso, no dia 23, o *YouTube* removeu 16 vídeos com ofensas à Vereadora<sup>40</sup>.

Como vimos, na imagem 16, há um aumento das *fakes news*, com o conteúdo do *Twitter* do Deputado Federal Alberto Fraga (DEM-DF), presidente da Frente Parlamentar de Segurança Pública. A *postagem* pode ser observada na imagem 22.

Imagem 22 - Postagem de Alberto Fraga no Twitter



Fonte: Acervo *Google*.

Conforme explica Freitas (2020), o *post* foi apagado no dia seguinte ao da publicação, mas continuou a circular por meio de *prints*, de apoiadores. Segundo a autora, tanto a Desembargadora, quanto o Deputado pediram desculpas pelas publicações, e alegaram que não haviam checado as informações antes de as compartilhar, agindo por impulsividade. Notemos que, nas duas *fake news*, a Desembargadora e o Deputado Federal assumem um papel actancial de destinador-julgador, que opera a sanção, por meio do reconhecimento da ação do assassinato de Marielle Franco. Em outras palavras, eles expõem seus pontos de vista, sobre Marielle, a partir de um julgamento de sua vida pessoal e profissional, embasados, neste caso, em notícias falsas. Além disso, eles ocupam papéis temáticos – Desembargadora e Deputado Federal –, que lhes garantem prestígio, visibilidade e autoridade, em suas falas, possibilitando criar um simulacro de credibilidade.

40 Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/facebook-retira-do-ar-pagina-com-fake-news-contramarielle-franco/>>. Acesso em 10 jun. 2020.

A terceira onda se inicia na tarde do dia 17 de março, com notícias que desmentiam as *fake news*. Conforme aponta, o levantamento do Monitor da USP (2018), uma reportagem do “Aos Fatos” – uma agência de notícias que checava informações postadas na *internet*, intitulada “Não, Marielle não foi casada com Marcinho VP, não engravidou aos 16 e não foi eleita pelo Comando Vermelho” – teve mais de 30 mil compartilhamentos, e deu início às matérias que, tinham como objetivo, desmentir as notícias falsas.

Outras soluções utilizadas para frear as Nfs, contra Marielle foram as ações judiciais movidas pela irmã de Marielle Franco, Anielle Silva dos Reis Barboza, e pela viúva da vereadora, Mônica Tereza Azeredo Benício, no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em que solicitavam a remoção de conteúdos caluniosos nas redes sociais.<sup>41</sup> Também foi criada uma seção, no *site* oficial da ex-vereadora, intitulada “A Verdade sobre Marielle Franco” – <https://www.mariellefranco.com.br/averdade> –, que desmente as principais *fake news* lançadas.

Posto isso, Freitas (2020) afirma que as *fake news* contra Marielle Franco apresentam uma opressão interseccional, com discursos intolerantes ligados à raça, ao gênero e à classe da ex-vereadora. Além disso, o caso enquadra-se no contexto conservador, que o Brasil enfrentava, de diferentes maneiras, desde 2013. Nesse âmbito, as notícias falsas reforçam o canal de afeto das pessoas, proporcionando que a emoção e a crença, assim como postula o conceito de pós-verdade, sejam mais influentes para formar a opinião do que a verdade propriamente dita, mesmo que isso cause o aniquilamento do *outro*.

## 2.5 CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DISCURSOS INTOLERANTES

O objetivo deste capítulo foi traçar um caminho de leitura da intolerância, partindo de pressupostos históricos, sociológicos e filosóficos, para, finalmente, adentrar o campo da Linguística, com os estudos da intolerância sob a perspectiva da semiótica discursiva. Nesse percurso, evidenciamos que a intolerância tem, como unidade mínima, o eixo identidade vs. alteridade, no qual o *eu*, sob a figura de um “Sr. Todo Mundo” (LANDOWSKI, 2012), impõe suas crenças, um *fazer-criar* em seus valores, a um *outro*. Este, por sua vez, é visto como um intruso, um diferente. Nesse ponto, nos cabe retomar Ricœur (2000), que afirma que a intolerância se manifesta por meio de uma desaprovação de crenças e, sobretudo, do poder de impedir que o *outro* aja de acordo com seus valores. No entanto, o autor afirma, assim como

---

41 Disponível em: <https://canaltech.com.br/redes-sociais/facebook-tambem-sera-obrigado-a-remover-fake-news-sobre-marielle-110874/>. Acesso em: 10 jun. 2020.

Landowski (2012), que o *eu* só existe em contato com o *outro*, mesmo que mediado por diferenças.

Há, portanto, um diálogo com Bakhtin (2000), no que se refere à sua concepção de que o “ser significa ser para o outro, e, através dele, para si” (BAKHTIN, 2000, p. 341). Isto é, para o autor russo, ao perceber o *outro*, ao identificá-lo, o *eu* é levado a um caminho de auto identificação (consciente ou inconscientemente), que o impulsiona a criar a sua própria imagem, a partir de uma alteridade. Ademais, nota-se que é na identificação da alteridade do *outro* que o sujeito percebe sua identidade e a do grupo no qual está inserido.

Cabe dizer que, nos discursos intolerantes, essa percepção do *outro*, da alteridade, é vista por meio de valores disfóricos, enquanto a identidade do *eu* e dos seus pares possuem valores eufóricos, que representam um modelo a ser seguido. Cumpre afirmar que, para garantir tais valores, o grupo dominante instaura contratos sociais, em que os não cumpridores são sancionados negativamente, sendo julgados e reconhecidos como maus atores sociais, devendo, portanto, serem punidos, por meio, por exemplo, da segregação ou, em casos mais extremos, com a exclusão.

A quebra desse contrato resulta em uma frustração individual ou coletiva. Sob esse ponto de vista, constatamos que “os sujeitos intolerantes são sempre sujeitos apaixonados” (BARROS, 2012, p. 259) e vivenciam uma sucessão de encadeamentos passionais. Desse modo, um determinado sujeito (de estado) sai de um estado inicial de espera, no qual acredita que outro sujeito (de fazer) fará com que ele entre em conjunção com seu “objeto-valor” – como o branqueamento da sociedade. Contudo, ao ver que não conseguirá atingir seu desejo, o sujeito se frustra e entra em uma crise de confiança, procurando resolver sua falta por meio de um *fazer* mal a quem o inseriu nessa situação. O querer fazer mal gera paixões malevolentes, como o ódio. Além da paixão do ódio, o sujeito é movido pelo medo do diferente. Medo esse que o leva a acreditar que o *outro* o privará de seus desejos.

Assim, inferimos que a intolerância é antecedida por uma discriminação, uma constatação da diferença, seguida por uma atribuição de juízos de valores ao *outro*, instaurando um preconceito e, por fim, se materializa em ações do querer fazer mal ao outro, ou seja, a intolerância, propriamente dita (BOBBIO, 2011; BARROS, 2012). Logo, os discursos intolerantes são da ordem da triagem, dos valores do absoluto, no qual a mistura desqualifica, provocando um rompimento com os pactos e acordos sociais.

Tendo sido introduzidos alguns elementos que constituem o discurso e o sujeito intolerante, admitimos, neste trabalho, que a intolerância se situa em um *continuum*, no qual existe “uma zona de união, uma área cinzenta, o ‘nem um nem outro’ cuja amplitude varia”.

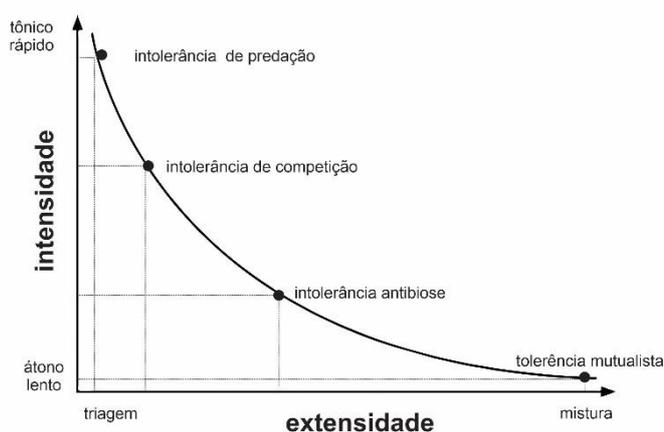
(BOBBIO, 2003, p. 228). Em outros termos, a intolerância não é fixa, ao contrário, ela possui gradações que variam, de acordo com a orientação discursiva, dada pelos enunciadores, assim como pelo contexto histórico social, no qual estão inseridos.

Desse modo, propomos uma classificação da intolerância por meio de questões advindas da biologia, com conceitos específicos da ecologia, tendo em vista que eles nos possibilitam trabalhar uma isotopia das relações entre seres vivos. Nosso intuito, ao desenvolver tais pontos, é pensar a intolerância por meio de modulações sensíveis – uma vez que os sujeitos intolerantes são sujeitos movidos pelas paixões e afetos – em que o foco principal não é a oposição, mas a diferença em algum grau. Logo, a intolerância não apresenta uma posição fixa, mas uma dinâmica de gradações de intensidade e extensidade, dentro de um campo de presença.

Além disso, os níveis das relações ecológicas contribuem para pensarmos em intolerâncias *intraespecíficas* e *interespecíficas* dentro de um nicho específico. Em outras palavras, consideramos que a intolerância pode se dar por meio de interações intra grupos (intraespecíficas) e/ou entre grupos (interespecíficas), a depender de cada contexto. Isto é, dentro de um mesmo grupo, é possível desenvolver a intolerância entre seus pares.

Para compreender melhor o que estamos propondo, desenvolvemos uma representação gráfica (Imagem 23), que, tal como apontado acima, está sustentada por duas bases: a semiótica tensiva, no que se refere à mistura e à triagem (ZILBERBERG, 2007) e na biologia, especificamente, com questões advindas da ecologia.<sup>42</sup>

Imagem 23- Gradações da intolerância



Fonte: Elaborado pela autora.

42 Sabemos que as relações ecológicas apresentadas na figura 23 ocorrem de maneira natural e, muitas vezes, para a prevenção da própria espécie no ecossistema. Contudo, ao transpormos os nomes e as características de cada relação para o viés da intolerância entre os sujeitos, devemos ressaltar que elas não assumem um valor de comum e que essas relações se dão através de valores e crenças seguidas por um grupo ou por um indivíduo em relação ao outro. Logo, isso não se sucede de uma maneira natural, tal como no meio ambiente.

De acordo com Henning (1981), o termo ecologia significa “estudo de casas” (*oikos* = casa), portanto, ele é entendido como o estudo do ambiente e seu funcionamento. Segundo o autor, esse estudo volta-se para as relações entre determinados grupos de seres vivos, sejam eles iguais ou diferentes, uma vez que “nenhum ser vivo vive só em seu ambiente” (HENNING, 1981, p. 285).

Posto isso, trazemos alguns conceitos dessa área de estudo como metáfora, para explicar nosso gráfico. O primeiro deles é o de *nicho ecológico*, que é a função que um organismo desempenha em seu ecossistema (HENNING, 1981), ou melhor, a soma de todas as suas relações com aquele determinado ambiente. Fazendo um correlato com nossa área de estudo, estaríamos situando os papéis sociais/temáticos dentro da sociedade, na qual, no âmbito da intolerância, o *eu* assume o lugar central, colocando o *outro* como o inimigo.

Ainda de acordo com Henning (1981), as relações entre os seres vivos de espécies diferentes podem gerar relações de vantagens mútuas ou, vantagens para apenas um ser, nesse caso, são relações interespecíficas ou simbióticas. Nesse ponto, remetemos à ideia de Lebrun (2008), de que o contato entre o *eu* e o *outro* é sempre perturbador, seja por uma relação pacífica, que leva à tolerância positiva (BOBBIO, 2011), ou de uma relação de exclusão, em que apenas o sujeito intolerante se beneficia. Posto isso, intitulamos esta última relação de *predação*. Segundo Henning, (1981), nela, o predador – metaforicamente, o *eu* – deseja e faz um aniquilamento rápido e, por vezes, violento, de sua presa, o *outro*. Logo, a intolerância de predação tende à concentração, guiada pelos valores de absoluto, em que o *eu* deseja a eliminação explícita do *outro*. Além disso, a intolerância de predação possui alta intensidade e uma baixa ou nula extensidade, na qual a triagem tem uma valência plena, máxima e a mistura é nula. Ela também é marcada pelo excesso discursivo (FIORIN, 2020), em que o enunciador exagera ao instaurar um ponto de vista, com o intuito de fazer o *outro* aceitá-lo.

Passamos para a exclusão competitiva, a qual chamaremos apenas de *competição*<sup>43</sup>: é um tipo de relação, na qual os organismos vivos podem coabitar um mesmo nicho, mas não em um mesmo *habitat*. Há, nesse caso, uma separação ecológica entre elas, que é intitulada de princípio da exclusão competitiva (HENNING, 1981). Teríamos, desse modo, a intolerância competitiva. Sua base é fundada no conceito de extração (ZILBERBERG, 2007). Nesse regime, a triagem é dominante, portanto, evita-se a mistura. Assim, por mais que se caracterize como um afastamento da alteridade, como uma manutenção das diferenças, sem, no entanto, misturá-

---

43 A preferência por apenas a palavra competição visa evitar conflito com o conceito de exclusão de Landowski (2012).

las, a intolerância competitiva não possui o objetivo unívoco da intolerância predadora, ela encontra-se em um processo progressivo, e não terminativo.

O terceiro termo proposto é o *antibiose*, em que um organismo secreta substâncias que impedem o crescimento e o desenvolvimento de outras espécies, mas não visa à eliminação ou à separação. Vale ressaltar que, de acordo com Henning (1981), a espécie inibidora, que secreta a substância, nada se beneficia da espécie amensal, a que é prejudicada. Aqui, propomos a intolerância antibiose, na qual o *eu* (inibidor) convive com a o *outro* (amensal), mas não deseja que este tenha suas características evidenciadas, inibindo e impedindo que suas diferenças sejam ressaltadas.

Desse modo, a intolerância antibiose é marcada por um processo, uma vez que ainda não há uma incorporação completa das diferenças. Há, nesse regime, o que Zilberberg (2007, p. 87) chama de bizarro, que se relaciona à mescla. Significa dizer que, ao misturar elementos que não se combinam, cria-se o bizarro, portanto, para evitar tal “bizarrice” ou extravagância despida de razão, assimila-se o *outro* ao *eu*, para escapar, desse modo, do exotismo do *outro*.

Por fim, temos o *mutualismo*. Segundo Henning (1981, p. 293), nesse regime existe um benefício mútuo para os dois organismos, em um mesmo *habitat* e no mesmo nicho, resultando numa associação entre as duas espécies. Instauramos, portanto, a tolerância mutualista. Nela, temos a fusão, com o máximo de extensidade e o mínimo de intensidade, na qual a triagem é nula e a mistura é plena. Estamos, por conseguinte, na mistura, nos valores do universo (ZILBERBERG, 2007), que visam aos valores da diversidade, favorecendo a aproximação de identidades díspares. É, nas palavras de Limberti (2009, p. 16), uma “busca de integrar o *outro* ao nós”, sem que haja perda de identidade.

Ademais, concebemos que as três intolerâncias apresentadas possuem um caráter reativo. O termo advindo da psicanálise é explicado, por Zimerman (2012), como uma resposta às frustrações. Como vimos, no percurso passional do sujeito intolerante, a paixão do ódio surge de uma frustração do sujeito, por não alcançar seu “objeto-valor”. Além disso, reafirmamos que a intolerância não é estática, portanto, suas variações podem ser encontradas em um mesmo discurso, a depender do ponto de vista de cada sujeito e, modificando, também, suas gradações e intensidades, de acordo com o momento sócio histórico em que está inserida.

Mediante o exposto, inferimos que os discursos intolerantes, que serão analisados posteriormente, são exacerbados pelo meio em que eles circulam, as redes sociais. Como veremos, no próximo capítulo, as redes são constituídas por atores sociais e conexões, esses sujeitos do mundo digital estão em constante contato com a alteridade e, esse encontro, em um contexto de polarização – como evidenciado no primeiro capítulo – e de *fake news*, pode

demonstrar-se perturbador, levando à discriminação, ao preconceito, ao ódio e, no extremo, à intolerância, propriamente dita.

Contudo, admitimos que, independentemente de seus graus de variações e o momento histórico, a intolerância tem, em sua raiz, a incapacidade de aceitar o *outro*, mediante uma suposta crença dominante do *eu*, o que pode levar a ações e discursos autoritários, machistas, misógino, racistas, homofóbicos, xenofóbicos, de intolerância religiosa e outros.

### 3. @DISCURSOS E #REDES SOCIAIS

O desenvolvimento deste capítulo parte da perspectiva de que os discursos, na *internet*, possuem características que facilitam “a construção, a divulgação e a intensificação de discursos intolerantes e preconceitos” (BARROS, 2014, p. 3668), e que a interação, própria desse ambiente digital, leva a uma inversão constante dos papéis de enunciador e de enunciatário. Mediante a isso, nosso objetivo é traçar um percurso em que abordemos temas como os discursos na *internet*, as redes sociais e a interação, tendo sempre, como base, o *site* de rede social *Facebook*.

A semioticista Ana Claudia de Oliveira (2008), no final do capítulo *Interações nas mídias*, traz uma passagem que contribui, efetivamente, para justificar a escolha temática deste capítulo:

Esse universo de análise precisa ser ainda mais estudado com um debruçar sobre esses novos tipos de contratos impostos, sobre a sua força de imposição, assim como sobre a sua promoção de alianças com os contratos volitivos da manipulação e os da sensibilidade que muito podem reforçá-los. Com contratos ou sem contratos, o que importa é como as mídias adentram o mundo fenomenal com uma penetração de alta densidade. (OLIVEIRA, 2008, p. 39).

Tendo em vista tal colocação, e compreendendo que a interdisciplinaridade enriquece nossa pesquisa, este capítulo aborda, em um primeiro momento, as definições de ciberespaço, cibercultura e *Web 2.0* (CASTELLS, 2011; LÉVY, 1999; LEMOS, 2010). Em seguida, apresentamos a concepção de complexidade na *internet*, com os trabalhos da semioticista Diana Luz de Barros (2014; 2015; 2016), em que são apontadas algumas características linguístico-discursivas do discurso na *internet*, que nos ajudam a compreender como a *web* se torna um canal facilitador de ações intolerantes.

Posteriormente, traçamos um percurso que parte da conceptualização de uma rede social até chegar aos *sites* de rede social. A partir daí, realizamos uma breve descrição do *Facebook*, com foco em seu sistema arquitetônico, para, enfim, chegarmos aos três processos interacionais do *site* de rede social: “curtir”, “compartilhar” e “comentar”. Levamos em consideração, sobretudo, as particularidades dos comentários (PAVEAU, 2021), e a reversibilidade particular das situações de comunicação, entre “*post-comentário*” e “*comentário-comentário*”, isto é, as alternâncias de turnos de fala e os níveis enunciativos (BARROS, 2002).

A última parte deste capítulo volta-se para os estudos de interação, à luz da sociosemiótica, com foco nos processos de interação discursiva, propostos por Oliveira (2013). A autora propõe um caminho teórico e metodológico para a incorporação da interação

discursiva, por meio da *intransitividade* e *transitividade*, nas relações entre os sujeitos da enunciação, tendo como base os regimes de interações narrativas propostas por Landowski (2014), a saber: *programação, manipulação, ajustamento e acidente*.

Tais discussões nos permitem desenvolver as análises dos próximos capítulos, buscando responder um dos problemas centrais desta pesquisa, isto é, de que maneira são construídos os sentidos dos discursos intolerantes, a partir da interação nas postagens e nos comentários das *fanpages*<sup>44</sup> *Direita Vive 3.0* e *Jovens de Esquerda*. Mais especificadamente, como são construídas as estratégias enunciativas que regem a relação enunciador-enunciário, nesse espaço?

### 3.1 O DISCURSO NA INTERNET

A *internet* vem revolucionando a comunicação e as relações sociais, tendo como principais características a agilidade e o amplo alcance, numa rede que é, ao mesmo tempo, global e local, com personalização e constantes atualizações no ciberespaço. Lévy (1999) explica que o ciberespaço é “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores” (LÉVY, 1999, p. 92).

De acordo com o autor, o ciberespaço agrega todas as mídias anteriores por meio de interfaces interativas, tais como a escrita, a imprensa, o telefone, o cinema, o rádio e a televisão, proporcionando uma comunicação de muitos para muitos, em que os sujeitos são produtores e consumidores ao mesmo tempo, favorecendo a co-construção. Assim, neste trabalho entenderemos que o ciberespaço é uma interconexão geral em rede, uma concretização do espaço virtual, na qual são materializadas nas formas culturais e linguísticas.

Contudo, como explica Castells (2011), para compreender o ciberespaço e seus discursos, é necessário entender que eles estão inseridos dentro de uma cibercultura, que, conforme elucidada pelo autor, não é uma nova forma de cultura, uma vez que toda a realidade vivida sempre foi virtual, ou seja, mediada por símbolos que geram uma prática com algum sentido. Logo, o que caracteriza esse sistema de comunicação é sua inclusão e abrangência de todas as expressões culturais (CASTELLS, 2011).

Há inúmeras abordagens para a definição de cibercultura, mas adotaremos a formulação de Lévy (1999; 2003) e Lemos (2010). Para Lévy, “a cibercultura expressa o surgimento de um

---

44 De acordo com o *Facebook*, “as *fan pages* existem para que as organizações, empresas, celebridades e bandas transmitam muitas informações aos seus seguidores ou ao público que escolher se conectar a elas” (FACEBOOK, 2016).

novo universal, diferente das formas que vieram antes dele no sentido de que ele se constrói sobre a indeterminação de um sentido global qualquer” (LÉVY, 1999, p. 15). Em outras palavras, para o autor a cibercultura é entendida como técnicas materiais e intelectuais, por meio de atitudes, pensamentos e valores que se desenvolvem em concomitância com o ciberespaço.

Já o autor brasileiro André Lemos (2010) conceitua a cibercultura como um:

[...] conjunto tecnocultural emergente no final do século XX impulsionado pela sociabilidade pós-moderna em sinergia com a microinformática e o surgimento das redes telemáticas mundiais; uma forma sociocultural que modifica hábitos sociais, práticas de consumo cultural, ritmos de produção e distribuição da informação, criando novas relações no trabalho e no lazer, novas formas de sociabilidade e de comunicação social. Esse conjunto de tecnologias e processos sociais ditam hoje o ritmo das transformações sociais, culturais e políticas nesse início do século XXI (LE MOS, 2010, p. 21- 22).

Para além disso, o autor sinaliza três princípios básicos da cibercultura. O primeiro é a liberação da palavra, que é exemplificado por meio do surgimento das redes sociais, em que os sujeitos tornam-se consumidores, produtores e distribuidores da informação. Um exemplo citado por Lemos (2010, p. 23) é o ativismo político, que tem a rede como suporte. Essas características têm, como consequência, segundo o autor, a diminuição do monopólio das informações das mídias tradicionais.

O segundo princípio refere-se à conexão e à conversação mundial, que seriam, nas palavras de Lemos (2010), o mesmo conceito de inteligência coletiva de Pierre Lévy. Para Lévy (2003, p. 28), a inteligência coletiva está “[...] distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências”. Assim, ela liga-se a um conceito de distribuição de conhecimento coletivo, no qual o saber de um indivíduo pode ser essencial para o desenvolvimento de um grupo determinado.

A inteligência coletiva se manifesta por meio do trabalho coletivo, do intercâmbio de informações, das novas formas de acesso, da construção e do compartilhamento de conhecimento e conteúdo. As redes sociais exemplificam esse conceito, principalmente por estarem associadas à *Web 2.0*. É nessa fase da *Internet* que situa o meio que sustenta nosso *corpus*, as postagens e comentários do *site* de rede social *Facebook*:

A *Web 2.0* ficou conhecida como a *Web* da cooperação, com redes de relacionamento, *emoticons*, blogs, transferência de arquivos (FTP), marketing viral, *social bookmarking* (*folksonomia*), webjornalismo participativo, escrita coletiva, velocidade e convergência. Surgem, aí, as produções independentes, eletrônicas, digitais etc., os ativismos políticos, artísticos e mesmo a possibilidade de formar redes de cidadãos conectados. Nesse contexto, as novas palavras-chave são: blogosfera, wikis e redes sociais digitais (SANTAELLA, 2013, p. 27).

Isso posto, a *Web 2.0* tem como características primordiais, o compartilhamento e organização das informações, o aumento de espaços para interação entre os participantes e a potencialização nas formas de publicação. Ademais, Lemos e Lévy (2010, p. 10) acrescentam que a segunda geração da rede, também, pode ser intitulada como “computação social”, já que proporciona o compartilhamento de memórias coletivas por meio de fotos, vídeos, músicas e notícias. Além disso, a *internet* elimina a distinção entre produtores, consumidores, críticos e editores, uma vez que todos podem exercer qualquer papel.

Por fim, o terceiro ponto apresentado por Lemos (2010, p. 26) diz respeito à alteração do sistema informacional global, que gera dois sistemas infocomunicacionais: os *massivos* e os *pós-massivos*. O primeiro relaciona-se com a indústria cultural clássica, na qual a informação sai de um polo de controle (rádio, televisão, jornal impresso) para atingir as massas (receptores). Já os *pós-massivos* permitem a personalização, o debate não mediado, a conversação livre, a desterritorialização planetária. Devemos entender essa nova paisagem comunicacional para vislumbrar os desafios do novo contexto político-comunicacional, berço da ciberdemocracia em gestão (LEMOS, 2010, p. 26-27). Logo, o sistema *pós-massivo* é marcado pela interatividade e pela circulação de conteúdos na rede.

Traçadas essas observações mais gerais, cabe adentrarmos nos estudos semióticos sobre o discurso na *internet*. Segundo Teixeira (2020, p. 28), nos últimos anos, a área dos estudos linguísticos vem desenvolvendo trabalhos direcionados para as particularidades do funcionamento da rede, tais como os aspectos dos gêneros digitais, as características de informalidade e improvisação da linguagem, as modificações na escrita, a inserção de neologismos e estrangeirismos e outros.

No âmbito da semiótica, nos deparamos com os trabalhos sobre a complexidade discursiva, desenvolvidos por Barros (2014; 2015; 2016), com o objetivo de demonstrar alguns traços do discurso na *internet*. Logo, é por meio dessa perspectiva que buscamos demonstrar as peculiaridades do discurso na *internet*, para, assim, compreender porque a *web* tornou-se uma arena para a exacerbação dos discursos intolerantes. Em seus estudos, Barros (2015) afirma que o discurso na *internet* é uma “posição intermediária entre a fala e a escrita, caracterizando-se como um complexo<sup>45</sup>, tanto fala, quanto escrita” (BARROS, 2015, p. 18).

---

45 De acordo com Greimas e Courtés (2016), o termo complexo pertence à terceira geração dos termos categoriais do quadrado semiótico, sendo constituído pela relação “e...e”, advinda da reunião dos termos contrários. Para essa discussão, os autores utilizam os estudos de Brøndal, que identifica a existência de termos complexos em diversas gramáticas de línguas naturais. A partir disso, Greimas e Courtés (2016, p. 78), evidenciam que há dois tipos de complexos, o positivo e o negativo, sendo que existe uma “dominância de um dos dois termos contrários que entram na sua composição”. Temos, portanto, que o termo complexo é a incorporação dos dois

O discurso na *internet* é complexo, pois “ora é mais fala, embora sem deixar de ser também escrita, ora é principalmente escrita, mesmo mantendo atributos da fala” (BARROS, 2015, p. 21). Assim, o termo fala recebe uma axiologização positiva, tornando-se eufórico. Desse modo, a fala é vista como um valor buscado pelo actante, e não um valor negativo que ele procura evitar. Para além disso, o que o discurso da *internet* propõe é uma relação da fala com a escrita em um mesmo espaço, tornando-se, portanto, complexo, pois reúne em si tanto o estado de fala quanto o de escrita.

Outro ponto levantando por Barros (2015) é que a articulação complexa pode ser notada, também, no nível discursivo, seja no tempo, no espaço ou nos actantes. Posto isso, em relação ao tempo, a autora afirma que:

Os textos na internet ocupam posições temporais sempre intermediárias entre os pontos extremos da fala e das escritas ideias, pois ora se aproximam da caracterização temporal ideal da fala, como nos bate-papos por computador, que não são planejados antecipadamente, apresentam traços de reelaboração e são fragmentados, ora da escrita, como na troca de e-mails, em que, em geral, não há concomitância temporal, nem marcas de formulação (BARROS, 2015, p. 16).

De acordo com a autora, um texto de bate-papo *online* tende à fala, enquanto o *e-mail*, devido, em grande parte, à sua formalidade, leva à escrita. Por ser complexa, essa articulação pode ser tanto positiva quando negativa. Logo, a informalidade e a incompletude da fala são eufóricas, pois, de acordo com Barros (2015, p. 17), criam um efeito de discursos “mais francos, sinceros, subjetivos, cúmplices, atuais, novos, verdadeiros”. Em contrapartida, são negativos, pois geram discursos com “envolvimento excessivo, incompletos, mal elaborados e efêmeros” (BARROS, 2015, p. 17). A escrita, também, apresenta essa articulação, sendo positiva quando é vista como objetiva, completa e bem elaborada, e negativa quando apresenta um excesso de formalidade rígida.

Já em relação ao espaço, segundo Barros (2015), há um efeito de presença em um mesmo contexto situacional, como um diálogo ou uma conversação. Conforme explica a autora, o espaço, nos discursos complexos da *internet*, remetem a uma definição de espaço “ideal de fala e escrita, com efeitos de sentido de proximidade e de distanciamento, que podem ser valorizados positivamente como cumplicidade, envolvimento afetivo, emocional e corporal, no caso da fala, e como afastamento objetivo e racional, no da escrita” (BARROS, 2015, p. 17). Para além disso, a autora afirma que a relação entre os interlocutores e o contexto cria uma virtualidade de espaço, na qual a *internet* media a presença virtual dos interlocutores e do contexto por meio de ordens sensoriais, visuais e auditivas.

---

termos hipotéticos do quadrado semiótico ( $s1 + s2$ ), ou seja, quando a relação de contrariedade se manifesta unida, isto é, a sobreposição dos dois termos.

Por fim, no âmbito da actorialização, a fala, conforme explica Barros (2015), concebe uma cena de conversação, constituída coletivamente por falantes e ouvintes, tendo uma alternância entre eles. Em compensação, o texto escrito proporciona a individualização do escritor, sem alternância de papéis. Ambas, escrita e fala, ocasionam efeitos de sentidos, novamente, positivos e negativos, tais como: descontração, cumplicidade, simetria e reciprocidade.

No caso do nosso objeto de análise, tanto a *fanpage Direita Vive 3.0* quanto a *Jovens de Esquerda* utilizam o recurso da escrita em seus *posts*, quando compartilham, por exemplo, reportagens de jornais *online*, que criam um efeito de sentido de objetividade, formalidade e veracidade. Retomando Barros (2016, p. 11), a autora afirma que o discurso da *internet* “deve ser entendido, portanto, como um discurso de conjunção concessiva entre contrários: fala (próxima, descontraída, incompleta, subjetiva), embora escrita (distante, formal, completa, objetiva), ou escrita embora fala. Desse modo, o discurso da *internet* apresenta seus sentidos exacerbados, uma vez que possibilita a interação entre fala e escrita, resultando em uma interatividade intensa, marcada por uma grande extensão.

Esse caráter tensivo dos discursos na *internet* marca, portanto, uma complexidade concessiva (BARROS, 2020), que atua no *embora... entretanto*, (ZILBERBERG, 2011). Tal particularidade gera um complexo desequilibrado, isto é,

[...] ora você desequilibra em favor da fala, ora em favor da escrita. Um exemplo: no aplicativo WhatsApp há um desequilíbrio em favor da fala, ainda que o plano da expressão seja a escrita (em geral, pois há, também, as mensagens de voz). Desequilibra-se em favor da fala, visto que há todas as marcas da oralidade. Por outro lado, em mensagem por e-mail, desequilibra-se em favor da escrita. No jornal online há traços tanto de fala quanto de escrita. Tudo isso faz com que a internet seja formal e informal; passageira (como a fala) e duradoura (como a escrita), cria efeitos de sentido de aproximação e de distanciamento (BARROS, 2020, p. 19-20).

Esses pontos levam a duas características essenciais da *internet*: o excesso de tonicidade e o de extensão. Assim, a *internet* promove uma maior tonicidade e intensidade de alguns atributos da fala, como a interatividade, mas, ao mesmo tempo, propicia um aumento da extensidade e um alcance comunicacional da escrita (quanto mais, mais). Essa característica facilita, por exemplo, a construção e a disseminação de ondas de intolerância, uma vez que “acentua a permanência, a extensão e o caráter passional e sensorial da intolerância” (BARROS, 2016, p. 12).

Outra questão levantada por Barros (2015) é a autoria e o anonimato, considerado pela autora como uma das principais características do discurso na *internet*. Para tratar desse ponto, a semioticista recorre à articulação entre a sintaxe e a semântica discursiva. Da sintaxe, a autora

utiliza o emprego das categorias enunciativas de pessoa (eu-aqui-agora/ele-lá-então)<sup>46</sup> e da semântica, os temas e figuras, além das relações narratológicas entre enunciador e enunciatário.

De acordo com Barros (2015, p. 23), os discursos na *internet* caracterizam, em sua maioria, por meio de uma enunciação enunciada, com debreagem enunciativa de pessoa. Isto é, marcado pelo uso do *eu* discursivo, tendo como efeito de sentido a “aproximação da enunciação”. Há, também, o uso da debreagem actorial enunciva, que leva a um efeito de distanciamento da enunciação. Segundo a autora, tais pontos da sintaxe discursiva deveriam levar a um efeito de autoria, porém, não é o que se percebe no ciberespaço. Conforme explana Barros (2015), para confirmar o efeito de autoria seria necessário a concomitância da sintaxe e da semântica discursiva, assim,

[...] para a construção do efeito de autoria são usados nos discursos procedimentos sintáticos e semânticos. As estratégias usadas na sintaxe do discurso dizem respeito ao emprego das pessoas do discurso [...] e procuram produzir efeitos de “autoria” (em geral, com o uso do “eu” discursivo) ou de apagamento desse efeito (em geral, com o emprego do ele do discurso). Os recursos semânticos são, principalmente, os da tematização e da figurativização dos atores do discurso, que, em uma totalidade de discursos, constroem o ator da enunciação, com valores, emoções, saberes, crenças, corpo (BARROS, 2014. p. 3664).

Nos discursos na *internet*, os procedimentos sintáticos propiciam um efeito de aproximação e subjetividade. Entretanto, de acordo com Barros (2014; 2015), no nível semântico, os temas dos atores do enunciado são revestidos por figuras que têm por objetivo principal o pseudônimo. Disso deriva o anonimato, que possibilita o surgimento do sujeito da enunciação e, por vezes, do ator-narrador, voz delegada pelo enunciador, que não possui “a responsabilidade última do discurso que narra” (BARROS, 2014, p. 3664).

Em vista disso, no anonimato, não existe a formação de um ator da enunciação pleno, uma vez que este se forma em sua totalidade de discursos, como evidencia Greimas e Courtés (2016, p. 44), ao dizer que “o ator da enunciação: neste último caso, será, digamos, ‘Baudelaire’, enquanto se define pela totalidade de seus discursos”. Mas, ele [discurso anônimo] pode se constituir enquanto ator da narração, que é composto por apenas um único discurso.

Conforme explica Barros (2015), tal construção resulta em um efeito de irresponsabilidade, que tende a ser moralizada negativamente pela sociedade. Barros (2015) cita a chantagem, no meio *online*, como um exemplo de dependência negativa do anonimato. Contudo, a autora, também, associa o anonimato a sanções positivas, ligadas à diversão.

---

46 Cumpre afirmar que o projeto enunciativo em que são instauradas as marcas de enunciação em um enunciado não é a enunciação propriamente dita, mas sim a enunciação enunciada. Ela institui um eu-aqui-agora, que projeta para fora do discurso os atores e suas coordenadas espaciais e temporais. Além disso, há o enunciado enunciado, marcado pela ausência de marcas da enunciação, por meio de um ele-então-alhures.

O anonimato de artistas e escritores sempre existiu, por razões diversas, entre as quais a de causar prazer, ao se colocar no percurso temático da diversão, do entretenimento. A história de Hansky, em texto do *New York Times*, (encarte da Folha de S. Paulo de 29 de abril de 2014, p.1), exemplifica bem essa relação na internet. Hansky, artista de Nova Iorque, que fundiu, em um muro, grafites do artista britânico Bansky com o rosto de Tom Hanks, mandou uma foto de sua obra para um site especializado em arte de rua e obteve, com isso, enorme sucesso na internet, várias exposições e venda de obras. Para criar e manter esse sucesso, uma das estratégias por ele usadas foi esconder da imprensa sua verdadeira identidade: “Há um pouco mais de fascínio ou empolgação quando esse véu de anonimato está no ar. Quero continuar anônimo e me divertir com isso” (BARROS, 2015, p. 27).

Posto isso, notamos que o anonimato, seja ele ligado a irresponsabilidade ou à diversão, tem marcas próprias de autoria específicas do ciberespaço, a saber: são discursos com procedimentos sintáticos, em sua maioria, de debreagem enunciativa do *eu*, que geram a ilusão de aproximação e subjetividade. Mas, ao mesmo tempo, são figurativizados pelo pseudônimo. Um exemplo são os perfis *fake* criados nos *sites* de redes sociais. Neles, os usuários usam fotos falsas e se fazem parecer verdadeiros, contudo, eles se pronunciam enquanto ator narrador de um texto específico. Há, portanto, uma complexidade de embora autor, anônimo.

Além disso, a nosso ver, a questão autoria/anonimato está intrinsecamente relacionada à veridicção. Tomando como base o exemplo de Barros (2015) sobre a chantagem na *internet*, inferimos que, mesmo sem saber quem é o autor, se o destinatário crer ser verdadeiro o discurso, ele aceitará o contrato de chantagem. O mesmo vale para os discursos de diversão, que devem ser interpretados como efeito de verdade, para serem moralizados como positivos, mesmo sendo anônimos.

Assim, os discursos da *internet* se apresentam como verdadeiros, sendo modalizados por um *ser e parecer* verdadeiro. Contudo, Barros (2016) enfatiza que, mais do que isso, eles são discursos que visam desmascarar a mentira ou revelar o segredo. Tais características se devem ao fato de que a *internet* produz um efeito de sentido de armazenamento de um saber acrescido de uma interatividade acentuada. Logo, “o destinador desses discursos é colocado na posição de sujeito do saber e seu destinatário, devido à interatividade intensa já mencionada, deles se considera, em boa parte, também como ‘autor-destinador’” (BARROS, 2016, p. 12). Desse modo, o destinatário assume uma função dupla, uma vez que acredita e confia nos discursos na *internet*, mas, também, crê que eles são “seus” e, conseqüentemente, verdadeiros.

A discussão desses pontos conduz Barros (2014; 2015) para a questão do público e do privado na *internet*. Segundo a autora, “o discurso na internet define-se pelo termo complexo privado e público, ou seja, pela ruptura da oposição entre privado e público” (BARROS, 2015, p. 27). O público é da esfera da lei, da regra e o privado, da esfera íntima, das preferências

individuais. Logo, com a *internet* há uma quebra dessa lógica, tendo em vista que o privado é, muitas vezes, exposto e submetido ao público.

O que vemos nos discursos da *internet*, portanto, é uma mistura entre questões públicas e privadas, devido, principalmente, à exposição, cada vez maior, da vida íntima dos sujeitos, mediada, muitas vezes, pelos *sites* de rede social. Segundo Martino (2014):

Quando um indivíduo, por exemplo, tira uma foto do que está almoçando e coloca em uma rede social, está tomando público algo que, a princípio, pertence exclusivamente a esfera de preocupações particulares do indivíduo (e seria possível, de fato, questionar a relevância, fora de um círculo social bastante estreito, de saber o que outra pessoa está comendo ou observar as qualidades estéticas de um prato). [...] Além disso, um assunto privado pode se tornar um assunto público desde que seja do interesse de um grupo grande de pessoas, isto é, desde que, por sua relevância, diga respeito à vida particular de vários outros indivíduos. Isso significa também que nem todos os temas discutidos em público fazem parte necessariamente da Esfera Pública: uma conversa sobre a vida de uma celebridade e um assunto público, mas, por conta da natureza do tema — considerações sobre a vida privada de outra pessoa —, não se trata de um tema de discussão (MARTINO, 2014, pp. 92-93).

Ainda de acordo com Martino (2014), um debate na esfera pública deveria seguir três critérios, a saber: (a) reconhecimento do autor; (b) igualdade de condições de participação; (c) respeito às regras. Ao transpormos essas questões para os discursos na internet nos deparamos com alguns entraves. O primeiro diz respeito ao reconhecimento do outro. Como vimos, com Barros (2015), para o discurso ser aceito na internet, assim como em qualquer outro meio, ele deve ser interpretado como verdadeiro – *parecer ser* – ou seja, o destinatário aceitar um contrato tácito do destinador.

Segundo Martino (2014, p. 96), em um debate na esfera pública, todos os participantes “devem reconhecer mutualmente o direito igual de todos os outros de intervir e dar sua opinião”. No entanto, caso um alguém desqualifique o outro, não aceitando seu discurso, não é possível estabelecer um debate, ferindo um dos princípios básicos da esfera pública. Enquanto um espaço de interatividade intensificada e recoberto pelo anonimato, o reconhecimento do outro nem sempre acontece e os discursos passam a ser mediados pela intolerância, pela discriminação e pelo ódio.

O segundo ponto é a igualdade de condições de participação, tendo em vista que a esfera pública prevê uma não hierarquização dos interlocutores. Isto é, que todos estejam no mesmo nível de igualdade para a discussão, o que não acontece na internet. Por exemplo, conforme explica Martino (2014), em uma empresa, dificilmente um operário falará o que pensa quando dialoga com seu superior. Novamente, a questão do anonimato nos discursos da internet facilita, positivamente, esse critério, em virtude de uma suposta liberdade de fala.

Por fim, o terceiro ponto apresentado por Martino (2014) é o respeito às regras. Segundo o autor, “os debates na esfera pública são pautados por regras que devem ser obedecidas por todos – quem vai falar, em que ordem, com quais direitos de réplica, e assim por diante” (MARTINO, 2014, p. 96). Logo, qualquer alteração nessa lógica desqualifica o interlocutor para o debate. Os discursos da internet negam, em sua maioria, essa premissa. Isso porque, em um comentário de rede social, pode haver desvios de assuntos, ataques pessoais ou coletivos, fazendo com que a discussão fuja dos moldes da esfera pública. Algo, facilitado, novamente, pelo anonimato.

Essa dicotomia público e privado contribui, também, para o surgimento de discursos intolerantes. Conforme expõe Barros (2020), com a quebra entre público e privado, os discursos na web, principalmente em comentários de postagens, carregam marcas do discurso intolerante, que são expressas por meio de estratégias linguístico-discursivas, como o uso de figuras retóricas, tais como hipérbolos, metáforas, metonímias. Em complemento, Barros (2020) afirma que esses recursos são utilizados de forma similar, para os discursos políticos e para as *fake news* na internet:

O que nós temos visto no mundo político, principalmente, com as *fake news*, é isso: o uso de uma linguagem retoricamente intensa, intensificada, em um lugar, como a internet, que enrijece ainda mais esse discurso. As *fake news*, além de serem um discurso da mentira, são um discurso de desqualificação do outro, portanto, têm todas as características dos discursos preconceituosos e intolerantes (BARROS, 2020, p. 21).

Em suma, inferimos que, a compreensão das características do discurso na internet, nos permite entender porque o espaço virtual é propício para a proliferação de discursos intolerantes. Ao se colocar como um sujeito público, mas anônimo, o usuário é modalizado por um *poder-fazer*, em que crê poder expor seu lado íntimo, suas emoções e suas crenças, principalmente em relação ao *outro*, sem polidez, levando, muitas vezes, a atos preconceituosos e intolerantes. Porém, é importante ressaltar que “embora a internet não seja a responsável por criar o preconceito e a intolerância, exacerba esses elementos no discurso” (BARROS, 2020, p. 20).

Desse modo, o sujeito do ciberespaço é um sujeito do poder e este advém justamente da complexidade discursiva, por meio da interatividade intensificada, da extensão e propagação alargada, e do anonimato (BARROS, 2015). Mediante o exposto, as características dos discursos na internet permitem a construção de um *parecer-verdadeiro*, em que os sujeitos constroem seus lugares de fala, de forma a expressar elementos de sua personalidade ou individualidade, deixando transparecer seus gostos, suas paixões e seus ódios.

A partir disso, essas identidades passam a ser sancionadas, ou seja, são validadas, legitimadas (ou não), segundo um outro regime de verdade, o do *outro*. É nessa interação, por meio da não aceitação à alteridade, que podem surgir os *haters*<sup>47</sup>. Segundo Coimbra (2014), os *haters* (odiadores) são sujeitos que visam a incitar a violência e, principalmente, o ódio. A autora acrescenta que:

Os *haters* são pessoas que violam as regras de gentileza e de comportamento civil para chamar a atenção. Por isso, o termo *hater* é tão pejorativo, pois se refere às pessoas que expressam ódio sem justificativa nos espaços de interação e conversação. São sujeitos que não estão abertos ao debate/diálogo construtivo, fazem apenas críticas negativas ao Outro, não respeitando a opinião divergente. O *hater* expressa o ódio sem fundamento justificável. Ele quer ser temido e ouvido, e com o surgimento dos sites de redes sociais, ele ganhou voz e visibilidade, devido às características da rede, como vimos anteriormente (COIMBRA, 2014, p. 10).

Conforme explica a pesquisadora, os *haters* sempre existiram, em comícios eleitorais, manifestações religiosas, feministas e outros contextos. Entretanto, eles encontram um espaço fértil nos sites de redes sociais, devido, principalmente às características desse meio, como o anonimato. Como vimos, os discursos na internet tendem ao complexo anonimato/autoria (BARROS, 2015). Desse modo, regido pela segurança do anonimato no ciberespaço, os *haters* utilizam pseudônimos ou perfis falsos para disseminam discursos de ódio. Isso, porque, segundo Coimbra (2014), há uma “falsa” sensação de liberdade e de preservação da face, evitando julgamentos e punições de outros sujeitos.

Em complemento a isso, Rebs e Ernst (2017, p. 58) afirma que os ataques dos *haters*, na maioria das vezes, tem como objetivo “difundir seus ideais de ódio por meio da violência simbólica proferida em suas postagens”. Em outros termos, um *querer fazer* mal ao “outro”, que é julgado como um não cumpridor dos contratos sociais. Desse modo, os discursos dos *haters* utilizam de toda a complexidade discursiva na internet para incitar e disseminar o ódio ao *outro*, em um processo mediado pela interação, principalmente em sites de redes socais. E, são, justamente, esses dois tópicos – redes sociais e interação – que abordaremos nas próximas seções.

### 3.2 REDES SOCIAIS, SITES DE REDES SOCIAIS E MÍDIAS SOCIAIS

---

47 De acordo com Coimbra (2014, p. 9), o termo “*hater* (em português, odiador) é originário do hip hop norte-americano, e está relacionado à expressão “Haters Gonna Hate” (Odiadores vão odiar)”.

Antes de darmos início aos processos interacionais, julgamos necessário fazer distinção entre redes sociais e *site* de rede social e, posteriormente, abordar o *Facebook*, visando uma melhor contextualização e entendimento sobre o seu funcionamento.

A rede social, de acordo com Recuero (2018), é compreendida como uma metáfora que explica o agrupamento social, sendo constituída por meio das relações entre indivíduos e servindo como uma estrutura fundamental para a sociedade. Isto é, por meio da análise dessas redes, é possível compreender as relações, os laços e os atores sociais, sejam esses individuais ou coletivos, formando um tecido social. Logo, para a autora, os estudos das redes são um estudo dos padrões sociais, que se tornam mais evidentes com o advento da internet.

A partir dessa perspectiva, Recuero (2009) explica que as redes sociais na internet são compreendidas como “um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais)” (RECUERO, 2009, p. 24). A figura do ator é o elemento central de uma rede social, sendo representado por nós (ou nodos). Ele tem como função moldar as estruturas sociais, por meio da interação e da construção de laços. Contudo, a autora ressalta que os atores são representações, ou melhor, construções identitárias do ciberespaço (RECUERO, 2009). Além disso, um mesmo sujeito pode ter vários perfis dentro de uma mesma rede. Como consequência, os perfis nas redes sociais são ditos como apropriações individuais ou coletivas.

Esse apoderamento, de acordo com Recuero (2009, p. 27), é utilizado como uma forma de o sujeito marcar sua presença no ciberespaço, já que a “[...] individualização dessa expressão, de alguém ‘que fala’ através desse espaço, é que permite que as redes sociais sejam expressas na Internet”. A autora cita, como exemplo, o *Facebook*, em que os usuários são identificados por meio de seus perfis. Estes são construídos utilizando um sistema de senha e *login*, que vincula um ator a seu perfil, mesmo que este seja *fake*. Logo, toda e qualquer interação sempre está submetida a alguém.

Já as conexões, segundo ponto que constitui uma rede social, são “laços sociais, que, por sua vez, são formados através da interação social entre os atores” (RECUERO, 2009, p. 30). Em vista disso, conforme salienta a autora, as conexões são o foco principal dos estudos em redes sociais, uma vez que suas variações permitem averiguar as estruturas dos grupos sociais. Além disso, elas têm como característica unir os atores em grupos sociais e incluem, principalmente, os laços sociais. Estes, por sua vez, se materializam como a efetiva conexão entre os atores e as interações em que eles estão envolvidos.

Conforme salienta Recuero, Basto e Zago (2018, p. 25), as pesquisas que envolvem redes sociais na internet estão associadas, em sua maioria, aos sites de rede social. Estes, por sua

vez, são caracterizados como “um tipo específico de site voltado para a criação e manutenção de redes sociais”. Trata-se, portanto, de um suporte que permite a apropriação de diferentes grupos sociais em um complexo universo de interação (RECUERO, 2014). São exemplos de sites de redes sociais: o *Facebook*, o *Twitter*, o *Instagram* e outros.

Recuero, Basto e Zago (2018, p. 26 *apud* Ellison e Boyd, 2013) afirmam que:

Um site de rede social é uma plataforma de comunicação em rede na qual os participantes 1) possuem perfis de identificação única que consistem em conteúdos produzidos pelo usuário, conteúdos fornecidos por outros usuários, e/ou dados fornecidos pelo sistema; 2) poder articular publicamente conexões que podem ser vistas e cruzadas por outros; e 3) podem consumir, produzir e/ou interagir com fluxos de conteúdos gerado por usuários fornecidos por suas conexões no site (ELLISON; BOYD, 2013, p. 158 *apud* RECUERO; BASTO; ZAGO, 2018, p. 26).

Assim, esses sites tornam públicas as conexões, ao mesmo tempo em que propiciam a formação de laços sociais (interações e relações). Por fim, cabe mencionar, também, o conceito de mídia social. Para Teixeira (2013), as redes sociais na internet são uma categoria das mídias sociais. De acordo com a autora, as mídias digitais referem-se a todas as ferramentas que possibilitam a interatividade e a geração de conteúdo de muitos para muitos, tendo como principais características a descentralização, a produção, a divulgação e o compartilhamento de informações, sendo que as interações ficam em segundo plano.

Partindo desse princípio, as redes sociais constituem-se como um tipo de mídia social. Isso ocorre porque as redes sociais na internet possibilitam a interação entre as pessoas ao mesmo tempo em que permite a produção e divulgação de conteúdo. Assim, embora o *Facebook* seja, primeiramente, um site de rede social, ele também corresponde a um site de conteúdo gerado para o consumidor (RECUERO; BASTO; ZAGO, 2018). Ou seja, o foco do *Facebook* é direcionado para a interação entre pessoas e a troca de experiência. No entanto, ele também vem sendo utilizado como um espaço para que pessoas, meios de comunicação e empresas disseminem seus conteúdos.

### 3.2.1 Navegando pelo Facebook

Como é sabido, o site de rede social trabalhado nesta pesquisa é o *Facebook*<sup>48</sup>. Segundo dados dos relatórios da *We Are Social* e da *Hootsuite*, de 2020, ele é a principal plataforma de interação social, sendo utilizada por, aproximadamente, 2,50 bilhões de pessoas no mundo. A

---

48 Lançando em 2004 pelo americano Mark Zuckerberg, seu objetivo inicial era desenvolver “uma rede de contatos em um momento crucial da vida de um jovem universitário: o momento em que este sai da escola e vai para a universidade, o que, nos Estados Unidos, quase sempre representa um espectro novo de relações sociais” (RECUERO, 1999, p. 271).

mesma pesquisa mostra que o *Facebook* era, até 2018, o site de rede social mais usado no Brasil; contudo, a partir de 2019, foi ultrapassado pelo *YouTube*. Porém, o país aparece na terceira colocação, entre os países que mais utilizam o *Facebook*, com, em média, 130 milhões de usuários, perdendo, apenas, para a Índia e os Estados Unidos.

Segundo Recuero (1999, p. 102), o *Facebook* possui características específicas de um site de rede social, tais como: a individualização, em que cada usuário possui um perfil, permitindo personalizações diversas, como mudar a imagem de fundo e preencher dados pessoais. Além disso, o site apresenta uma lógica de funcionamento baseada em uma *timeline* (linha do tempo) específica para cada perfil e, também, permite a publicação de mensagens, compartilhamento de informações, seja por meio de *links* ou não, comentários e ações como “curtir” e reagir às publicações.

De acordo com o autor espanhol, Jesús Galindo Cáceres (2013), o *Facebook* é, quiçá, um dos fenômenos mais bem-sucedidos de toda a história do ciberespaço. Para o autor, esse êxito está relacionado ao fato de que:

[...] o Facebook é enorme, um alfabetizador fácil com uma arquitetura simples e básica, uma convergência digital alta e simples. Um tipo de promotor da cultura do fácil, do engraçado e do acessível. O Facebook é o nicho perfeito de uma nova cultura pop, todas as peças integradas fugazmente, sempre em Movimento, tocando a superfície. Uma complexidade que se transforma o tempo todo, o que não parece se materializar em todos, que está sempre mudando, sem sedimento, sem aparentar forma de fundo. Exemplo claro da cultura contemporânea (CÁCERES, 2013, p. 95, tradução da autora)<sup>49</sup>.

Outra característica importante apontada pelo autor é que o *Facebook* apresenta uma interface simples e didática, propiciando uma convergência digital alta e fácil. Direcionando olhares semióticos para a situação, Silva (2013) aponta que o *Facebook* assume um papel de enunciador, que delega voz a um narrador que visa, por meio de percursos manipulativos – da sedução da visibilidade e da conexão e tentativa de ter visibilidade e poder compartilhar práticas –, a adesão dos destinatários. Assim,

[...] o percurso do sujeito que ingressa em uma rede social digital é modalizado por uma busca, inscrita no quadro de uma sintaxe da falta (...) No encontro com o destinatário da plataforma escolhida, esse apresenta os valores da rede, no âmbito de uma relação contratual e contatual, em que joga com estratégias de convencimento e persuasão na busca da adesão do destinatário (SILVA, 2013, p. 195).

---

49 Facebook es masivo, um alfabetizador fácil con una arquitectura básica simple, una convergência digital alta y sencilla. Promotor de um tipo de cultura de lo fácil, lo divertido, lo accesível. Facebook es el nicho perfecto de una nueva cultura emergente, todo em trozos, integrado em forma efimera, siempre en movimiento, tocando la superficie. Una complejidad que muta todo el tiempo, que parece no concretarse em nada, que siempre está cambiando, sin sedimento, sin aparente forma de fondo. Ejemplo claro de la cultura contemporánea. (CÁCERES, 2013, p. 95)

Por último, cabe debatermos uma das principais características do sistema arquitetônico do *Facebook*, que nos ajuda a compreender, por exemplo, a polarização na rede, a saber: os algoritmos, conhecidos como bolhas da internet<sup>50</sup>. Em outras palavras, fórmulas complexas que estabelecem a relevância de uma pessoa, página ou assunto para outros atores.

De acordo com Pariser (2012), os filtros surgem da ideia de uma personalização da rede para cada sujeito, moldando os fluxos de informação e evidenciando publicações ligadas ao interesse de cada sujeito. Logo, os filtros *online*:

[...] examinam aquilo de que aparentemente gostamos – as coisas que fazemos, ou as coisas das quais as pessoas parecidas conosco gostam – e tenta fazer extrapolações. São mecanismos de previsão que criam e refinam constantemente uma teoria sobre quem somos e sobre o que vamos fazer ou desejar a seguir. Juntos, esses mecanismos criam um universo de informações exclusivo para cada um de nós – o que passei a chamar de bolha dos filtros – que altera fundamentalmente o modo como nos deparamos com ideias e informações (PARISER, p., *ebook*).

Assim, eles atuam de um modo que, ao “curtir” determinadas páginas ou publicações, os usuários recebam apenas informações similares a essa primeira escolha, além de restringir o acesso a outros temas, que não são, aparentemente, do interesse do sujeito. Mas, especificamente sobre o *Facebook*, Pariser (2012) explica que, inicialmente, o *feed* do *site* mostrava quase todas as publicações de amigos e das *fanpages* “seguidas” por seus usuários. Contudo, como o volume de atores nesse *site* aumentou e, por conseguinte, o número de postagens, tornou-se impossível para a rede exibir todas as publicações.

Surge, nesse momento, o *EdgeRank*, um algoritmo que classifica as interações ocorridas no *site*. Sua matemática é complexa, mas, segundo Pariser (2012), segue três fatores. O primeiro é a afinidade. Assim, quando maior for a interação do sujeito com um determinado perfil ou página, maior a probabilidade de as atualizações dessas páginas serem vistas. O segundo item diz respeito ao tipo de conteúdo. Segundo o autor, “atualizações sobre relacionamentos, por exemplo, têm peso grande; todos gostam de saber quem está namorando quem (muitos observadores suspeitam que esse peso também seja personalizado: pessoas diferentes dão mais ou menos importância a cada tipo de conteúdo)” (PARISER, 2012, p., *ebook*). Finalmente, o terceiro ponto refere-se ao tempo, uma vez que as publicações mais recentes apresentam um peso maior de visualização do que as mais antigas.

A partir de tais perspectivas e tomando como base que, não é nosso objetivo, um estudo aprofundado sobre algoritmos, inferimos que, no nível de uma arquitetura informacional, muita coisa foi alterada, desde a publicação do livro de Pariser (2012) (BRANCO, 2017). No entanto,

---

50 Termo cunhado por Eli Pariser para explicar o sistema de filtros que a internet usa. PARISER, Eli. *O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você*. Zahar, 2012.

para os debates realizados neste trabalho, tomaremos como pressuposto que o *Facebook* interfere diretamente, por meio dos filtros-bolha, no que o sujeito tem acesso no site, a partir de escolhas feitas, inicialmente, pelo próprio sujeito.

Uma das implicações desse “efeito bolha” proposto por Pariser (2021) é a polarização em rede. Assim, ao se filiar a uma determinada posição sócio-ideológica, no mundo *offline*, é comum seguir o mesmo caminho no ciberespaço. Contudo, os algoritmos reforçam as mesmas visões de mundo daqueles grupos específicos, resultado em consensos polarizados (MACHADO; MISKOLCI, 2019). Um exemplo é a polarização política evidenciada no primeiro capítulo, que reverbera e se intensifica nas redes sociais.

Para Zago e Santos (2020, p. 144), o cenário politicamente polarizado no Brasil – como pode ser visto no primeiro capítulo – faz com que as opiniões das redes sociais também se tornem polarizadas, de maneira que os “indivíduos sejam compelidos a escolher um (e somente um) dos lados a fim de ocupar o debate e repelir o outro, tido como seu inimigo”. Desse modo, segundo os autores, ao se posicionarem na rede, os sujeitos são tomados por um senso de comunidade e pertencimento, fazendo com que toda e qualquer opinião discordante seja tratada como inimiga. Assim,

[...] as redes sociais na internet potencializam, ao mesmo tempo, o alinhamento de pertencimentos políticos semelhantes, e também intensificam o dissenso antagonístico entre as diferentes opiniões por se constituírem em um espaço compartilhado, em uma esfera de coexistência não necessariamente ‘deliberativa’ (ZAGO; SANTOS, 2020, p. 145).

Na mesma perspectiva, Abranches (2019, *s/p.*, *ebook*) aponta que esse tipo de polarização pode ser denominada como “polarização afetiva”, marcada pelo uso dos discursos de ódio. Para o autor, esse fenômeno leva a uma radical separação entre “nós aqui” e “eles lá”, que recai sobre rompimentos de amizades, brigas de família e na intolerância à alteridade, foco da nossa pesquisa. Essa afetividade tende a ser amplificada para o mundo *offline* e, em casos extremos, materializa-se em agressões físicas.

De acordo com o autor, “embora esse fenômeno de polarização emocional, ou afetiva, seja global, suas manifestações locais variam no conteúdo, na intensidade e na persistência, assim como suas consequências” (ABRANCHES, 2019, *p.*, *ebook*). Desse modo, os sites de rede permitem, por meio dos algoritmos, que os atores sociais tenham acesso, apenas, a grupos que compartilhem os mesmos interesses e crenças. Contudo, quando já existe um cenário agravado pela polarização, como no caso do Brasil, cria-se uma divisão extremista entre “nós, os bons” e “eles, os maus”, nos sites de redes sociais.

Tais perspectivas nos remete à noção de intolerância, construída no segundo capítulo. O que vemos nos sites de rede social é a formação de grupos que se intitulam como *eu*, colocando o *outro* como seu antagonista, seu inimigo. E, esse processo que leva à intolerância de predação, com a unicidade dos sujeitos, é intensificado pelas bolhas ideológicas. Metaforicamente, as bolhas ideológicas assumem o papel de triagem (ZILBERBERG, 2004), evitando a mistura e construindo um campo de separação invisível, em que o sujeito, na maioria das vezes, não tem noção de toda essa arquitetura algorítmica.

Assim, o sujeito se vê imerso em uma teia de nós, bombardeado sempre com mesmos pontos de vista, formando um único suposto consenso. Logo, quando esse *eu* tem contato com o *outro*, há um confronto, em que o objetivo é excluir tudo o que é diferente. Conforme explica Zago e Santos (2020, p. 146), esse encontro com a alteridade nas redes sociais não visam o debate, mas sim a instauração de uma “disputa bélica”, que tem como objetivo o extermínio do inimigo, isto é, a exclusão (LANDOWSKI, 2012).

### 3.3 CURTIR, COMPARTILHAR, COMENTAR: O PROCESSO INTERACIONAL DO FACEBOOK

Feita essa rápida apresentação da arquitetura do *Facebook*, passemos, então, para o processo de interação no site de rede social.

Para Recuero (2009), a interação é a base das relações e dos laços sociais, uma vez que ela liga-se à ação de um e à reação de outro. Em outros termos, a interação é a “ação que tem um reflexo comunicativo entre os indivíduos e seus pares, como reflexo social” (RECUERO, 2009, p. 31). Há, desse modo, um processo comunicacional, em que um ator depende da percepção daquilo que o outro está dizendo, sendo que essa interação é constituída por meio da mediação do computador.

O *Facebook*, portanto, é regido pela interação. Segundo Caminada (2015), a interação no site se dá por meio de postagens e reações. Estas, por sua vez, podem ser resumidas em três processos interacionais, a saber: “curtir”, “compartilhar” e “comentar”. Conforme explica a autora, o botão “curtir” (*like*) marca a interação básica desta rede. Simbolizada pela mão azul e branca com o polegar levantando, o botão sinaliza o interesse do usuário na postagem inicial. Em 2016, o *Facebook* acrescentou outras reações, ao lado do “curtir”, como podemos notar na imagem 24.

Imagem 24 - Botões de reação do Facebook



Fonte: *Facebook* (2020).

Em matéria publicada no site G1<sup>51</sup>, Chris Tosswell, responsável pela inserção das novas reações, explica que a iniciativa visa oferecer novas formas de as pessoas se expressarem no *Facebook*, já que apenas o “curtir” era insatisfatório para a interação em determinados conteúdos. Em 2020, devido à pandemia por Covid-19<sup>52</sup>, foi adicionado o botão força<sup>53</sup>, com o intuito de permitir que as pessoas demonstrassem apoio e solidariedade aos amigos e familiares. Vale destacar que essas novas interações são permitidas, apenas, para interação em publicações, e não em comentários.

Já o botão de “compartilhar” visa incorporar na linha de tempo dos usuários conteúdos advindos de *links* externos, fotos e textos. De acordo com Caminada (2015, p. 88), “atualmente, todos os grandes sites noticiosos disponibilizam em algum espaço da página (geralmente abaixo do título, ou após o texto) um botão que direciona automaticamente o compartilhamento para o Facebook”. Em função disso, o “compartilhamento” visa ampliar a área de alcance de um determinado enunciado postado, abrangendo uma gama maior de leitores ligados àquele que compartilhou.

Por fim, temos os “comentários”, que é o principal foco desta tese. Caminada (2015) explica que os comentários são:

[...] o espaço utilizado pelos interagentes para complementarem, corroborarem, retificarem sobre o conteúdo publicado e podem também estabelecer diálogos entre si e entre outros participantes da rede social de quem publicou. Eles podem ser apagados pelo autor, ou serem ocultados pelos demais. Além dos caracteres alfabéticos, os comentários aceitam o envio de imagens e emoticons, bem como a marcação do nome

51 Facebook cria 'Reactions', emojis que vão além do 'não curti'. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2015/10/facebook-cria-reactions-emojis-que-vaio-alem-do-nao-curti.html>. Acesso em: 23 dez. 2020.

52 Segundo o Ministério da Saúde do Brasil (2020), o COVID-19 é “causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves. O novo agente do coronavírus foi descoberto em 31/12/19 após casos registrados na China. Provoca a doença chamada de coronavírus (COVID-19). De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a maioria dos pacientes com COVID-19 (cerca de 80%) podem ser assintomáticos e cerca de 20% dos casos podem requerer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória e desses casos aproximadamente 5% podem necessitar de suporte para o tratamento de insuficiência respiratória (suporte ventilatório)” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020, s/p).

53 Facebook lança botão de "força" que demonstra afeto na pandemia. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/05/01/interna\\_nacional,1143546/facebook-lanca-botao-de-forca-que-demonstra-afeto-na-pandemia.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/05/01/interna_nacional,1143546/facebook-lanca-botao-de-forca-que-demonstra-afeto-na-pandemia.shtml). Acesso em: 23 dez. 2020.

de outros interagentes. Ao ser marcado, o usuário recebe uma notificação de quem o marcou e em qual publicação. Os comentários, assim como as demais publicações do Facebook também podem ser curtidos. Interessa destacar que a rede social de Zuckerberg não permite o bloqueio da caixa de comentários, atraindo assim a audiência jornalística para seu espaço, visto que alguns jornais bloqueiam a participação de comentaristas (CAMINADA, 2015, p. 88).

Em conformidade com a autora, Seara e Cabral (2017) explanam que, no *Facebook*, as interações ocorrem, primordialmente, por meio de comentários aos *posts* (publicações primeiras). Logo, para as autoras, o comentário nesse *site* “configura, pois, um espaço discursivo, social, público que permite a construção e a gestão da própria identidade” (SEARA; CABRAL, 2017, p. 314). Assim, por mais que as interações tenham por finalidade sustentar relações, há, também, uma partilha de pontos de vistas, por meio dos quais os sujeitos constituem suas identidades e se filiam a grupos com crenças similares as suas.

Na mesma temática, a analista do discurso Marie-Anne Paveau, em seu livro *Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas* (2021)<sup>54</sup>, afirma que os comentários na internet são uma das formas tecnodiscursivas mais utilizadas nas *webs* e se caracterizam por meio de uma relação entre enunciadore e um texto primeiro, isto é, a publicação de uma notícia, um texto de um *blog*, um *post* de rede social e outros.

Em uma perspectiva que considera os enunciados on-line como compósitos tecnolinguagüeiros que cointegram totalmente a dimensão tecnológica e a dimensão linguagüeira, o comentário online pode ser definido como um tecnodiscurso segundo, produzido num espaço escritural específico e enunciativamente restrito, no seio de um ecossistema digital conectado (PAVEAU, 2021, p. 102).

Mediante a essa explicação, e buscando explicitar que os discursos digitais devem ser analisados sob uma perceptiva que leve em conta dimensões da forma e do funcionamento do ecossistema digital, Paveau (2021) apresenta algumas características específicas do comentário. A primeira delas é a enunciação pseudonímica, em que, apesar de os discursos da internet serem marcados pelo anonimato, é possível resgatar a autoria do comentário por meio de um endereço de Protocolo de Internet (IP) ou, como ocorre comumente, pela identidade fornecida pelo usuário, mesmo que seja *fake*. A autora ressalta que os pseudônimos são os verdadeiros nomes

---

54 Em um breve resumo, em seu livro “Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas”, Paveau (2017) explica que a análise do discurso digital (tecnodiscurso) volta-se para a descrição do funcionamento das produções do idioma nativo da internet, mas especificamente, na Web 2.0. De acordo com a autora, a análise do discurso digital é uma ecologia do discurso, em que para compreender o discurso na web faz-se necessário uma mudança epistemológica, passando de uma concepção sistêmica da linguística para concepção composta da língua e do discurso, em que há um *continuum* entre intradiscurso (verbal e não verbal) e o extradiscurso que constitui, especificamente, na web sua dimensão técnica. Logo, os objetivos de estudos oriundos da internet devem ser tratados por uma abordagem que não levem em conta apenas os fatos isolados, mas as especificidades do conjunto de dispositivos que estão sendo produzidos no ecossistema da Web 2.0, lugar em que se materializam os discursos.

dos sujeitos da enunciação digital, logo, não há necessidade de torná-los identificadores fictícios (PAVEAU, 2021, p. 103).

A segunda característica é a relacionalidade, que está associada à criação de um simulacro de conversação, demarcado por metadados que fornecem uma interface que permite identificar, por exemplo, a quem se direciona o comentário, como o símbolo “@x”. Essa presença estabelece um modo de leitura e produção de sentido, desenvolvendo uma forma de relação única da internet, ou melhor, o tecnogênero comentário. Outra particularidade desse tecnodiscurso é a conversacionalidade e recursividade, isto é, em um comentário não há obrigatoriedade à necessidade de uma abertura ou fechamento. Além disso, há a possibilidade de comentário ao infinito, em que “a função ‘responder’ permite uma recursividade ilimitada” (PAVEAU, 2021, p. 105). Esses dois traços permitem, segundo a autora, distinguir a conversação *online* da *offline*, que sempre prevê um fechamento.

Outra particularidade do comentário é sua publicidade e visibilidade, em que o comentário, tanto pode ser público quanto visível. Público, porque está associado a uma configuração técnica e jurídica específica dos *sites* de rede social, por exemplo, e pode ser visível, se o usuário configurar as autorizações de permissão da conta. Desse modo, no *Facebook*, ter uma conta pública não necessariamente quer dizer que o conteúdo seja visível.

A última característica proposta por Paveau (2021) sobre os comentários é a que mais nos interessa, a saber: ampliação enunciativa e discursiva. Nesse caso, “os comentários, textos segundos, são coextensivos ao texto primeiro, e o conjunto forma um todo discursivo único ampliado” (PAVEAU, 2021, p. 106). Em outras palavras, em um primeiro momento, o comentário amplia a enunciação editorial, isto é, integra-se na mesma página do texto primeiro. Em seguida, já no plano do fio discursivo, ele causa um efeito de prolongamento do texto, trazendo novas perspectivas e atualizações ao texto primeiro. E, por fim, os comentários assumem um papel semântico, orientando a leitura e produção do sentido, em que a compreensão dos discursos dependem de uma interligação entre as enunciações primeiras e segundas, prolongando, portanto, a temática do texto.

A ampliação é compreendida por Paveau (2021) como uma das principais características da análise do discurso digital. Ela refere-se ao aumento do que é dito, em outras palavras, os enunciados são atualizados por meio de ferramentas de escrita para *web*, como comentários e compartilhamentos. Temos, portanto, segundo Paveau (2021), a extensão da instância enunciativa, uma vez que, em contextos digitais, a questão de quem fala deve ser revista, levando em consideração a ampliação proporcionada pela *web*. Assim, teríamos, nas palavras da autora, o enunciado aumentado e enunciador coletivo.

Para além disso, Paveau (2021) propõe uma classificação para os comentários digitais, como pode ser observado na tabela 08.

Tabela 8: Tipologia dos comentários, proposta por Paveau (2021).

<b>Tipo de comentário</b>	<b>Característica</b>
Relacional	Fático
Conversacional	Construção de conteúdo discursivo ou metalinguístico
<i>Trolls</i>	Intervenção deslocada
Deslocalizado	Comentários privados
Pseudocomentário	Compartilhamento entre sites de redes sociais ou aplicativos diferentes

Fonte: Elaborado pela autora.

O primeiro comentário, o relacional, tem como finalidade a construção de uma relação simples, do tipo fático, com o intuito de manter contato com um interlocutor em potencial, sem haver a necessidade de uma conversação. Como exemplo, podemos citar os enunciados de gestos, como o “curtir”, do *Facebook*. Segundo Paveau (2021), eles possuem a função fática, ou seja, expressam algum significado, um discurso implícito, que só é compreendido no contexto de comunicação. Outros casos de comentários relacionais são as publicações de *links* nos comentários, apenas redirecionando para outro *site*, e os comentários de obrigado, de agradecimento, que possui, unicamente, a função social de realizar um ato performativo, não gerando um discurso sobre o conteúdo primeiro.

O comentário conversacional é o segundo tipo apresentado por Paveau (2021) e tem como objetivo a construção de conteúdo, seja ele discursivo ou metalinguístico. O discursivo, nas palavras da autora, “predica o texto primeiro ao ampliar seu conteúdo, explorando as afordâncias técnicas das diferentes plataformas para produzir o acordo e o desacordo, o consenso e a polêmica, para trazer complementos e prolongamentos, e também para efetuar digressões” (PAVEAU, 2021, p. 108). Dessa maneira, o comentário discursivo promove um efeito de enunciado aumentando, fornecendo um aumento ao texto primeiro, seja por meio de um consenso ou uma polêmica.

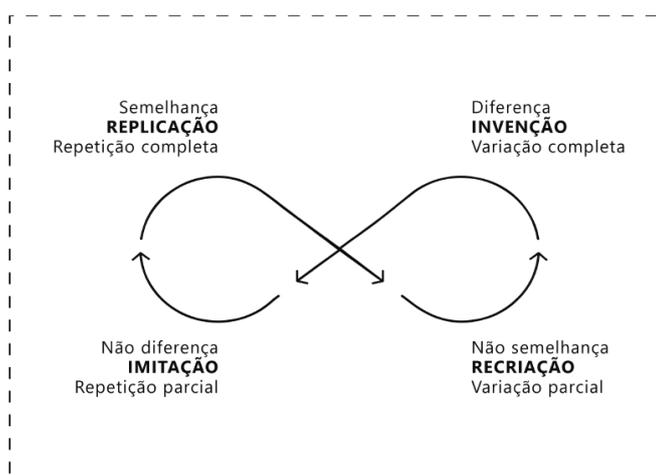
Já os comentários metadiscursivos “refere[m]-se à forma do texto primeiro ou do comentário precedente no caso de um comentário-resposta” (PAVEAU, 2021, p. 109 – *inserção nossa*). Esse tipo de comentário ocorre quando um comentarista comenta a forma do texto anterior, como, por exemplo, os comentários que criticam práticas jornalísticas em um portal de notícias, ou em redes sociais, quando um comentarista menciona a forma como outro comentarista se comporta *online*. Para além desses dois tipos de comentários conversacionais,

a autora cita um terceiro, os comentários *trolls*, que cruzam as duas categorias anteriores e que, também, podem ser considerados como um discurso intolerante. Para Pavaeu (2021), o comentário *troll* promove uma intervenção deslocada e, por vezes, violenta. Seu propósito é promover perturbações e/ou causar conflitos, usando, em sua maioria, o humor com forma de ataque a indivíduos. Assim, de acordo com a autora, “trollar” é uma modalidade de produção incorporada no tecnodiscurso da *web 2.0*.

Os dois últimos tipos de comentários descritos por Pavaeu (2021) são o deslocado e o pseudocomentário, ou comentário-compartilhamento. O primeiro corresponde aos comentários privados, em que apenas o sujeito que envia ou que recebe visualiza, como os enviados em mensagens privadas no *Facebook*, por exemplo. Já o pseudocomentário é produzido a partir de um compartilhamento de um ecossistema para o outro, não sendo identificado nos metadados dos *sites* de rede social, tal como o “compartilhamento” do *Facebook* para o *WhatsApp*, por exemplo.

Ainda sobre a noção de compartilhamento, apontamos o trabalho desenvolvido pela semioticista Yvana Fechine (2019), a partir de pesquisas sobre a proliferação de “memes” no *Facebook* que propõe uma sintaxe interacional<sup>55</sup> dos processos de propagação. Sua finalidade é “descrever os modos por meio dos quais os conteúdos que circulam nas redes sociais digitais se propagam mediante reações de sugestão recíproca nas interações entre seus usuários” (FECHINE, 2019, p. 33). Assim, a autora apresenta os seguintes regimes de propagação: replicação, imitação, recriação e invenção.

Imagem 25- Regimes de propagação



Fonte: Fechine (2019, p. 33).

55 Baseado na lógica do quadrado semiótico e do “quadrado elíptico” landowskiano

A replicação é considerada como o modelo primário da propagação, ela é responsável por espalhar e passar adiante, um determinado tema, “sem qualquer outro agenciamento sobre o conteúdo que não seja o próprio compartilhamento” (FECHINE, 2019, p. 33), ou seja, uma completa repetição. Contudo, a autora ressalta que:

[...] uma determinada manifestação nunca é exatamente idêntica à outra porque mesmo na semelhança há alguma alteração. Mas, se cabe ainda falar de algum grau de variação, neste caso, é tão somente porque o próprio compartilhamento implica em adequações a um determinado contexto. No Facebook, a postagem do meme por si só costuma ser acompanhada por comentários de destinadores e destinatários envolvidos em um ato de compartilhamento (FECHINE, 2019, p. 40).

Logo, na replicação existe um automatismo de comportamento, em que o usuário cumpre o que espera dele, o compartilhamento sem alterações relevantes. Já a imitação corresponde a uma repetição variada, em que há modificações em um texto, a partir de reinterpretções do tópico discursivo. Para Fechine (2019), “as formas imitáveis possuem, portanto, elementos variáveis que podem ser modificados de acordo com sua estruturação” (FECHINE, 2019, p. 41). Normalmente, esse regime liga-se às remontagens, reedições e reorganizações de um determinado texto.

A recriação, por sua vez, corresponde às variações sobre variações, com um maior grau de transformação (não semelhante) com o texto gerador. Portanto, esse regime “envolve uma variação temática ou figurativa de ‘segundo grau’, ou seja, variações em cima do conjunto de formas imitadas” (FECHINE, 2019, p. 41), permitindo, desta maneira, a atualização de significados. Por fim, a invenção diz respeito ao acidente criativo, responsável pelo aparecimento de algo completamente diferente do que foi postado.

Fechine (2019) ressalta que “cada uma dessas posições pode ser considerada como um regime específico de propagação definido por determinados graus de transformação dos conteúdos (repetição e variações) no processo mesmo de circulação numa determinada mídia social ou entre elas” (FECHINE, 2019, p. 33). Desse modo, esses quatro regimes não devem ser pensados como etapas que ocorrem sucessivamente, mas sim, de forma dinâmica e cíclica, permitindo uma maior interação entre os processos.

Para esta tese, os regimes de propagação se fazem importantes para compreendermos, as análises do *fazer-interpretativo* do enunciador, ao compartilhar uma determinada postagem, ou seja, seu enunciado pode ou não dar um novo direcionamento ao assunto, ao mesmo tempo que narra seu ponto de vista, deixando transparecer suas inclinações pessoais e ideológicas. A observação desses posicionamentos nos permite averiguar os papéis que os sujeitos assumem dentro da interação comentários e *posts*. Segundo Silva (2013), em cada ato enunciativo,

[...] o sujeito constrói sua presença posicionando-se no tempo e no espaço, colocando-se como um “eu”, enunciador, destinador de si, que projeta um “tu”, destinatário enunciatário, lançando na visibilidade angulações de si nas maneiras de se colocar diante do outro, dando a ver seus modos de fazer, pensar e se portar. Por meio desse procedimento, esse sujeito complexo da enunciação tece modos de presentificação e presentifica o outro da interlocução (SILVA, 2013, p. 104).

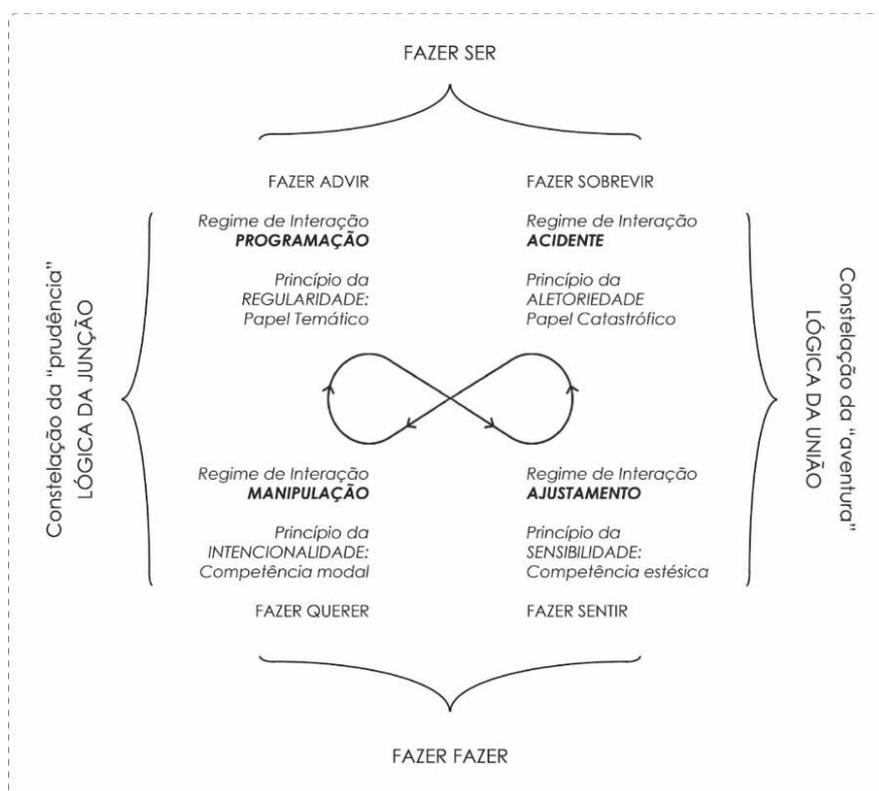
De pronto, o que está em jogo, na nossa análise, são os processos de interação provenientes dos comentários conversacionais (PAVEUAU, 2021), mais especificamente das trocas entre os enunciadores. Para dar conta de compreender esse processo, recorreremos aos estudos das interações discursivas (OLIVEIRA, 2013), com base nos regimes de interação e sentido, proposto por Landowski (2014a).

### 3.4 INTERAÇÕES NAS REDES SOB A PERSPECTIVA SOCIOSSEMIÓTICA

O caminho para essa abordagem interacional, no campo semiótico, parte dos trabalhos de Eric Landowski, no livro *Interações Arriscadas* (2014a). O autor propõe, a partir dos estudos do nível narrativo, desenvolvido por Greimas, quatro regimes de sentido, que são tipos de conduta e de interação social. Eles são responsáveis por descrever as relações do sujeito com o mundo, com o outro e consigo mesmo, a saber: programação, governada pela regularidade; manipulação, guiada pela intencionalidade; ajustamento, conduzido pela sensibilidade; acidente, que advém da aleatoriedade.

Esses regimes vão, do menor risco (programação) ao maior nível de risco (acidente). Isto posto, Landowski (2014a) propõe um modelo geral da interação, no qual os regimes não são estáticos, mas, sim, fluidos, permitindo uma série de passagens graduais que interligam um regime ao outro, como observamos na imagem 26.

Imagem 26 - Regimes de interação e sentido



Fonte: Adaptado de Landowski.

Como podemos notar na imagem 26, Landowski (2014a) divide os regimes em lógica da junção e união. A primeira liga-se a duas formas de interação, presentes nos trabalhos de Greimas, a programação e a manipulação. Ambos, os regimes, são mediados por uma relação intersubjetiva, em que o sujeito deseja entrar em conjunção ou disjunção (junção) com o objeto valor, ou seja, uma relação de intercâmbio de valores. Eles são, portanto, regidos por uma “constelação da prudência”, ou seja, situam-se em um universo em que o risco (interacional) é zero ou, relativamente comedido.

Desse modo, na programação temos um regime de risco nulo entre sujeitos-sujeitos ou sujeitos-objetos, implicados por um *fazer-ser*, da ordem da intersubjetividade e da exterioridade, ou seja, atuando a partir de uma força externa. Landowski (2014a) descreve que para o sujeito operar sobre um objetivo é preciso que ele esteja programado. Em outras palavras, ele precisa antecipar, minuciosamente, cada detalhe e comportamento dos atores que deles são investidos, ou seja, os papéis temáticos.

Por sua vez, os papéis temáticos criam (neutralmente) o conceito de regularidade de comportamento a todos os tipos de atores possíveis. “Transcrevendo tanto as relações de causa

e efeito sobre o plano físico quanto as regularidades comportamentais programadas pelo social, as condutas de um sujeito, conforme sua definição, só podem provir da motivação ou de razões” (LANDOWSKI, 2014a, p. 25). Para o autor, esse tipo de relação promove a interação baseada no princípio de regularidade – causa e efeito. Ou seja, pressupõe toda uma programação.

A programação, de acordo com Landowski (2014a), é embasada, tanto em causalidade física quanto em condicionamentos socioculturais. No primeiro caso, encontram-se regularidades ligadas às condições físicas e biológicas, em que, independentemente das ações, encontraremos sempre os mesmos efeitos. Já o segundo é fundado em objetos de aprendizagem e se exteriorizam por meio de práticas rotineiras e coerções sociais, em outros termos, são regularidades ligadas aos estereótipos da vida sociocultural. Logo, podemos inferir que a causalidade física incide sobre operar objetos, e o condicionamento sociocultural, em operar pessoas, mas, os dois preveem um automatismo interacional, agindo como um programa de comportamento determinado.

Ainda na lógica da junção, temos a manipulação, que se coloca para além de um *fazer-ser*, dirigindo-se para um *fazer-fazer*. O princípio regente desse regime é a intencionalidade, demonstrada por meio de estratégias (tentação, intimidação, sedução e provocação) entre os sujeitos narrativos – manipulador e manipulado. Landowski (2014a) esclarece que, na manipulação, um dos atores, o manipulador em potencial impõe ao seu coparticipante um reconhecimento mútuo, isto é, reconhece o outro como sujeito. Com isso,

Todo sujeito pode, assim (e isso é o que o converte em sujeito motivado e de razão) querer, ou crer, ou saber, etc., e fazê-lo saber. Compartilhada pelos sujeitos, essa competência propriamente semiótica os habilita para se comunicarem entre si e, por isso mesmo, os faz manipuláveis uns pelos outros, tanto em função de suas respectivas motivações e razões, quanto a partir de cálculos que efetuam no que concerne à competência modal de seus interlocutores (LANDOWSKI, 2014a, p. 28).

Assim, à primeira vista, já se pode notar que, diferente da programação, com seus papéis temáticos, a manipulação não define esquemas comportamentais predefinidos. Tal regime não garante, para nenhum dos atores envolvidos na interlocução, qualquer certeza frente ao outro. Como explica Landowski, “para que o outro nos apareça como manipulável (e não como programado), há de que supor que suas ações são intencionais, que seu comportamento é motivado” (LANDOWSKI, 2014a, p. 29).

Evidencia-se, portanto, que o regime da manipulação é marcado por um risco, mesmo que em patamares menores e limitados. Este risco advém da intencionalidade de tipo estratégico e persuasivo, no qual um determinado sujeito leva o outro a *querer* e/ou *dever* algo, agindo, desse modo, de acordo com os planos do manipulador. No entanto, para que isso ocorra, é necessário a aceitação de um contrato, que, se aceito, leva a um *fazer-fazer* intencionado,

engajando o sujeito manipulador a um programa narrativo, que lhe dará competências do tipo modal – *poder e saber-fazer*.

Ao dar continuidade em seu quadro de interação, Landowski (2014a) propõe a lógica da união, firmada sobre a estesia e os acidentes estéticos, introduzidos por Greimas em *Da Imperfeição* (2002). Diferentemente dos dois regimes anteriores, na união, a interação e o sentido se dão na construção da copresença sensível, instalados em uma constelação da aventura, regida por um valor semiótico permeado por um ser sentido, do contato direto entre um sujeito e um outro sujeito, objeto, espaço, etc. Fazem parte dessa lógica, os regimes do ajustamento e do acidente.

As interações no ajustamento são aquelas que levam a um *fazer-sentir*, um *fazer-conjunto*. Nesse regime, a interação é entre iguais, sendo que o actante não tem mais um comportamento previsto ou previsível, pelo contrário, ele é provido de uma relação própria, com posições flexíveis e plurais, tendo no outro, um parceiro, em que, ambos não planejam e não controlam o resultado da interação. De acordo com Landowski, o ajustamento é a “capacidade de se sentir reciprocamente” (LANDOWSKI, 2014a, p. 50), a ligação entre corpos que sentem e são sentidos, promovendo uma sensibilidade.

Para compreender esse novo regime, Landowski (2014a, p. 54) cita a dança. Para o autor, pode-se dançar conforme passos preestabelecidos, regidos pela programação, ou, ainda, por meio de uma imposição de um estilo ao parceiro, manipulando-o. Contudo, há uma terceira via, a do ajustamento. Por ela, os parceiros ajustam-se sensivelmente, buscando uma realização mútua, em que juntos encontram a melhor maneira de dançar, coordenando uma dinâmica em que ambos saiam realizados. Desse modo, há uma ampliação do risco, tendo em vista que se instauram negociações inesperadas.

Ademais, Landowski (2014b) explica que o ajustamento se liga à noção de contágio. Segundo o autor, “em termos epistemológicos, o contágio refere-se a uma transformação de estado provada pela transferência de um objeto (o vírus) entre sujeitos: ele obedece à lógica da junção” (LANDOWSKI, 2014b, p. 17). No entanto, ao apropriar-se do termo, o semioticista o transfere para a lógica da união, compreendendo o contágio como um sentir do outro, como uma performance da copresença sensível, como uma “relação entre sensibilidade, intervindo, portanto, no plano estésico, não se confundindo com a ‘imitação’ intencional, nem com a ‘empatia’, situada no plano cognitivo” (LANDOWSKI, 2014b, p. 18).

Nesse sentido, o contágio assume o papel fundamental entre o sujeito que sente e aquele que é sentido, agindo não mais pela mediação do objeto-valor, mas sim pelo sensível. Em outras palavras, é o sentir o sentir do outro, de tal maneira que instaura-se uma dinâmica recíproca em

ato. Como exemplo, Landowski (2004) cita o riso. Para o autor, no contágio, “não mais se trata de um fazer rir calculado e um riso razoável da parte do receptor (...) é a própria hilaridade de meu interlocutor que desencadeia, imediatamente – loucamente – a minha, como se o simples fato de testemunhá-la já fosse senti-la, ou melhor, participar dela” (LANDOWSKI, 2004, p. 23).

Em vista disso, esse risco do ajustamento é tido como algo irrefreável, quer dizer que, surge sem um motivo particular. Na maioria das vezes, o motivo da gargalhada é justamente ver o outro rir, ou seja, um riso contagioso, em ato, não calculado. É, portanto, como expõe Landowski (2004), uma ação que não prevê uma sanção, ou uma interação por persuasão, mas sim o oposto, um sentir em ato, caracterizado pelo regime da união.

O último dos regimes apresentado pelo autor é o acidente, fundado sob o princípio da probabilidade, do acaso. Ele é caracterizado pelo risco puro, pela descontinuidade total e pelo caos. Em termos modais, liga-se ao *fazer-sobrevir*, causando uma irrupção do sentido, que é “tão perturbadora que o sujeito se encontra estupefato ou extasiado e, em todo o caso, desamparado” (LANDOWSKI, 2014a, p. 95).

O semioticista ainda enfatiza que o acaso se coloca sobre o princípio geral da aleatoriedade, que pode ser compreendida sob duas concepções. A primeira é a probabilidade matemática, quando o acaso é visto como um fenômeno vazio de sentido, sua manifestação está interligada ao calculável. A segunda é a probabilidade mítica, em que o acaso depende de uma instância transcendente, em outras palavras, ele é mantido pela fatalidade.

Nessa perspectiva, Landowski (2014a, p. 79) propõe uma nova posição no quadrado da gramática narrativa, o do actante *joker* (coringa), que tem como finalidade não ter papel algum ou de poder cumprir todos os papéis, indiferentemente. Além disso, o semioticista explica que o regime do acidente é marcado por uma não intencionalidade entre os sujeitos, que graças à aleatoriedade, não se pode determinar a causa (regularidade) e nem a intencionalidade (manipulação).

Ao retomar o diagrama proposto por Landowski (2014a) (Imagem 26), a programação e o acidente são operados por uma interação de co-incidência, regida por um *fazer-ser*, em que existe uma instância exterior ao actante, que dá conta de seu agir. Em contrapartida, para que haja manipulação ou ajustamento faz-se necessário uma *inter-ação*. Há, nesses dois regimes, uma interação, propriamente dita, entre dois sujeitos, resultante de uma coordenação entre competências, sejam elas modais (manipulação) ou estéticas (ajustamento).

Cabe ressaltar que os regimes elucidados por Landowski (2014a) apresentam uma interação intercambiável, isto é, constituem um sistema dinâmico que permite o movimento de

um regime para o outro, do mesmo modo que sua conjugação. Em outros termos, pode haver, segundo o autor, um ajustamento manipulador, uma manipulação por ajustamento, uma programação accidental e/ou um acidente programado. Trata-se, portanto, de uma recursividade, que amplia o leque de possibilidades e interpretações do modelo. Assim,

[...] uma manipulação pode ter como objetivo de fazer que o sujeito manipulado manipule por sua vez um terceiro (em lugar, por exemplo, de tentar programá-lo, como poderia estar inclinado a fazer); do mesmo modo, uma primeira programação pode programar outras interações programáticas futuras (como quando se instala um novo programa de computador); ou ainda um acidente pode ser “feliz”, enquanto produz as condições de possibilidade de um outro acontecimento fortuito (é porque encontrei por azar um fulano que mais tarde, graças a ele, tive a sorte de...); e finalmente, um primeiro ajustamento exitoso com um dado parceiro (por exemplo, na ocasião de uma inocente valsa) pode abrir a via de outras experiências partilhadas, em linhas gerais da mesma natureza quanto ao seu princípio, embora mais profundas (LANDOWSKI, 2014a, p. 89).

O autor alerta, no entanto, que ao lado dessa recursividade propriamente dita, em que a interação encontra-se em dependência de um outro regime, exista uma recursividade de caráter oblíquo, ou seja, quando um determinado regime comanda ou condiciona o funcionamento de outro regime. Por exemplo, “no plano das relações intersubjetivas, pode-se muito bem buscar-se ajustar-se à maneira de ser do outro, a sua *hexis*, apenas para chegar, a partir dali a melhor manipulá-lo, como acontece comumente no discurso publicitário” (LANDOWSKI, 2014a, p. 89).

Posto isso, e enquanto um modelo narrativo de interação, distanciando da enunciação em si, acreditamos que o *Facebook* é regido por um “objeto-valor” de participação, de um fazer conjunto (AZEVEDO, 2020). Logo, o destinador oferece espaços de interação – curtir, compartilhar e comentar – que levam o destinatário a participar, por meio de regimes que operam entre a programação e a manipulação. Há espaços, também, de imprevisibilidade e instabilidade, ocasionados, por exemplo, por quedas de energia, vazamentos de informações privadas e outros.

Além disso, os algoritmos do *Facebook* levam a um comportamento tecnologicamente programado, regido por um falso simulacro de escolhas. Isto é, o sujeito *crê* ter acesso a uma rede ilimitada de publicações, todavia, ele é programado pelo *Facebook* a navegar em uma rede pré-determinada pelos filtros-bolha. Assim, na maioria das vezes, o usuário não tem noção de toda essa regularidade, acreditando ser ele o cursor de toda a interação no *site* de rede social. Além disso, há uma intencionalidade de interação do site de rede social, filtrando os temas do usuário, manipulando-o a “comentar”, “curtir” e “compartilhar” assuntos que são de sua preferência, criando a ilusão de uma colaboração conjunta, de um sentir junto.

Ora, em uma investida precipitada, poderíamos pensar nesse *fazer participativo* como um *fazer sentir* do ajustamento *strito sensu*. Mas, ele está ligado à sensibilidade reativa. De acordo com Landowski (2014a, p. 52), a sensibilidade reativa “é aquela que atribuímos, por exemplo, aos toques do teclado de um computador ou ao pedal do acelerador quando dizemos que estão muito e, às vezes, demasiadamente, ‘sensíveis’”. Isto é, há uma expansão da competência estésica para objetos, ditos, inanimados.

Desse modo, poderíamos associá-la a uma programação *stricto sensu*, uma vez que ela responde aos impulsos mecânicos que são submetidos, sem, no entanto, “sentir”, na concepção do ajustamento, proposto por Landowski (2014a). Com isso, a interação no *Facebook* parte de uma relação em que o sentir o sentir do outro não se dá pelo regime de união, seguindo uma “forma mais pura”, como explica Landowski (2014a, p. 52).

Nesse caso, o sentir é mediado por um destinador que manipula os modos de interação, cabendo ao destinatário uma sensibilidade reativa. Melhor dizendo, existe a construção de uma relação subjetiva entre o sujeito e um objeto inanimado, que resulta numa experiência vivida pelo usuário. O que se tem, portanto, é a construção de uma dimensão sensível, um simulacro de sensibilidade de forma unilateral, regido pela constante manipulação e programação.

Landowski (2015) elabora um modelo de gramática narrativa que abrange os vários tipos de interação do nível narrativo, sendo constituído pela variância entre os riscos dos sujeitos e a dinamicidade da construção do sentido em ato. No entanto, conforme aponta Ana Claudia de Oliveira (2013, p. 237), o semiótico “não vai correlacionar a narratividade aos procedimentos assumidos pelo sujeito da enunciação”. Desse modo, a autora propõe uma abordagem direcionada para as interações discursivas<sup>56</sup>.

Nossa hipótese é de que são também os tipos de interação que constroem os tipos de fazer cognitivo sensível e inteligível cujo palco de encenação é o discurso. Na continuidade, nosso objetivo então é depreender a possibilidade de correspondência entre os regimes de interação narrativa de Landowski e os que denominamos de interação discursiva. Se assim for, estaremos caminhando para as correlações entre nível discursivo e nível semionarrativo, pensadas em termos de tipos de presença do enunciador e do enunciatário nos discursos e como essas fazer ser o sentido (OLIVEIRA, 2013, p. 238).

Para descrever tal proposta, Oliveira (2013) explica que, enquanto texto em ato, a enunciação deve ser compreendida como um processo de interação entre enunciador (Edor) e enunciatário (Etário). Sendo que essa relação não deve ser abordada somente pelos mecanismos

---

56 Vale salientar que, para Oliveira (2010, p. 5) o discurso é entendido como uma situação de instancialização. Isto é, ele instala atores, por meio de operações de debragem e embreagem, que estruturam o percurso do enunciador e do enunciatário, permitindo, assim, a construção de marcas que deixam transparecer seu ponto de vista.

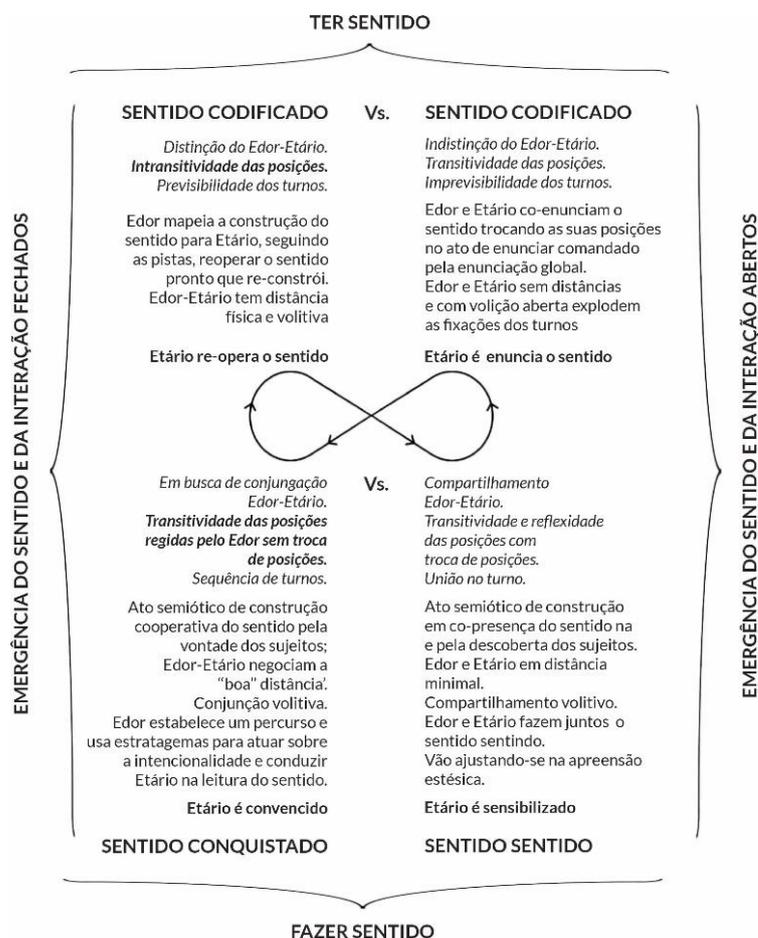
de construção de subjetividade, tão trabalhados e sistematizados na teoria semiótica, mas, também, por meio da relação de co-presença entre dois sujeitos, que desenvolvem suas ações em um mesmo nível de tempo e espaço.

De acordo com Oliveira (2013, p. 242), a estrutura base da enunciação é, justamente, o ato situacional entre sujeitos, definidos enquanto “eu-tu” ou “ele”. No primeiro caso, temos um “eu” enunciador e um “tu” enunciatário, constituindo-se enquanto sujeito complexo da enunciação, permitindo a co-presença do “eu-tu”. Em contrapartida, o “ele” é assumido pela quase ausência da pessoa, que também se faz presente no processo de interação e criação de sentido. Dessas interações, interessa, para a autora, os processos de presentificação do sujeito complexo “eu-tu”, que podem ocorrer de quatro maneiras, a saber:

- i) um “eu” inteiramente separado do “tu” como duas instâncias aprioristicamente definidas em suas posições distanciadas, posturas diferentes, atos e gestos específicos na sua distinção comportamental; ii) um “eu” e um “tu” em igual patamar como instâncias aprioristicamente definidas em suas posições e distâncias que podem ser reversíveis e, nesta troca e mudança postura, eles podem ao intercambiar as posições e distâncias, também atos e gestos atuando ambos como co-enunciadores; iii) um “eu” que mantém relações de implicação com o “tu” em que se dão correlações entre as posições, posturas, atos que processa conjuntamente cada um com a sua identidade sendo definida a partir do direcionamento dado pelo enunciador que resulta em junção dos dois; iv) um “eu” e um “tu” também coordenados, mas que, mantendo certa proximidade optimal, vão atuar em reciprocidade e, em co-presença, sem apagamento de suas identidades na construção em ato que é o que os constrói (OLIVEIRA, 2010, p. 5).

Para trabalhar essas articulações, Oliveira (2013) divide as relações do sujeito complexo em intransitiva e transitiva, como podemos notar na imagem 27:

Imagem 27 - Regimes de interação e sentido nível enunciativo



Fonte: Adaptado de Oliveira (2013, p. 247).

Assim, a situação enunciativa de interatividade é marcada por dois atores, sendo que, no processo de interação, um comanda e o outro é comandado. Há, nesse caso, uma homologação com o regime da programação (LANDOWSKI, 2014a), fazendo com que o enunciador, ao assumir o controle da interação, reja um *saber* ao enunciatário, que, por sua vez, opera de acordo com “os passos de um desbravamento teleguiado do discurso” (OLIVEIRA, 2013, p. 244). Logo, na intransitividade, o enunciador conduz o enunciatário a uma determinada leitura e interpretação, além de transmitir um saber do primeiro para o segundo, em uma interação unidirecional. Além disso, os dois encontram-se separados nos seus atos de enunciação, e não evidencia um contrato, mas sim, um comando de um sobre o outro.

Os outros três regimes são marcados pela transitividade e pela interação bilateral. Porém, o “eu” e o “tu” mantêm o mesmo patamar interativo, pressupondo um deslocamento de posições enunciativas, que podem levar a negociações, reciprocidade e, até mesmo, co-enunciação. No entanto, há certas diferenças que caracterizam cada uma dessas interações

discursivas. Assim, na transitividade do sentido conquistado, equivalente ao regime da manipulação (LANDOWSKI, 2014a), o enunciador apresenta uma intencionalidade, que levará o enunciatário a uma colocação discursiva, sendo, ambos, sujeitos volitivos.

Em outros termos, segundo Oliveira (2013, p. 246), o Enunciador conhece o Enunciatário e “monta suas opções de interação, para atingir o convencimento do Enunciatário, levando-o a atuar enquanto seu par interacional”. Além disso, enquanto destinatário, o enunciador doa ao enunciatário, competências cognitivas e performáticas que o levam a conduzir a leitura do sentido, e a ocupar seu lugar na interação discursiva. Logo, Edor e Etário mantêm um contrato de convencimento e fidedignidade, marcados por atos enunciativos que negociam a distância entre os sujeitos, sem haver, entretanto, troca de posições.

No sentido sentido, tanto o enunciador quanto o enunciatário atuam em reciprocidade na enunciação, o que nos remete ao regime do ajustamento (LANDOWSKI, 2014a). São, desse modo, sujeitos volitivos dotados da mesma competência cognitiva. De acordo com Oliveira (2013, p. 245), essa interação se dá por meio da troca de posições, “em que os dois sujeitos enquanto parceiros são levados a assumir na interação de maneira participativa, dialogal e compartilhamento da descoberta do fazer sentido”. Em outros termos, enunciador e enunciatário vivenciam juntos suas sensibilidades, sem contratos, mas com experiências apreendidas no discurso, fazendo surgir um sentido, que é sentido em conjunto.

Por fim, o sentido aleatório, análogo ao regime do acidente (LANDOWSKI, 2014a), ocupa, nas palavras de Oliveira (2013, p. 245), nessa interação enunciador e enunciatário, “uma posição intercambiável em que os papéis da relação enunciativa encontram-se abertos e podem ser trocados conforme os dois processam o sentido a seu turno”. Em vista disso, temos enunciador e enunciatário como sujeitos volitivos, que possuem competência cognitiva para um intercâmbio de posições no ato de enunciar, ou seja, os dois tornam-se co-enunciadores, em uma interação regida pela alternância das presenças, para a produção de sentido. Não, havendo, portanto, uma relação contratual.

Em suma, as interações discursivas são constituídas por relações intransitivas e transitivas do sujeito da enunciação. Dessa maneira, a intransitividade está associada ao regime da programação, por meio de uma interação unilateral, em que há dois atores, dos quais um comanda a interação e o outro é comandado. Já os regimes de manipulação, ajustamento e acidente, são modos variados de transitividade, em que ocorre uma interação bilateral, na qual enunciador e enunciatário estão no mesmo nível interativo, e suas posições, dentro de uma interatividade, permitem saber quem é o outro sujeito, para trocar ou não de posição, permitindo uma reflexividade.

Desse modo, uma das hipóteses que rege este trabalho é a de que, devido ao caráter interativo das redes sociais, há uma inversão constante dos papéis de enunciador e de enunciatário. Assim, acreditamos que a interação entre o *post* e o comentário é da ordem de uma transitividade do sentido conquistado, e, até mesmo, de uma intransitividade. Assim, em ambos, existe um tipo de comando do enunciador com o enunciatário, seguindo uma hierarquia nas posições enunciativas. Contudo, ao passarmos para os comentários, dentro dos próprios comentários, consideramos que existe uma autonomia discursiva do enunciatário frente ao enunciador, uma transitividade sentido sentido e/ou sentido aleatório, tornando, os comentaristas, novos enunciadores.

### 3.5 O PAR *POST*/COMENTÁRIO ENQUANTO GÊNERO DISCURSIVO

Levando em consideração a própria natureza do objeto de estudo desta investigação, essa seção busca delimitar o par *post*/comentário, enquanto tecnogêneros de discurso. Como vimos no segundo capítulo, Bakhtin (2011) define os gêneros discursivos como enunciados relativamente estáveis, caracterizados por uma temática, uma forma composicional e um estilo. Sendo a temática a esfera de sentido de que se trata o gênero; a composição é a estrutura do texto; e o estilo são as marcas linguísticas requeridas pelo gênero. Logo, para o autor russo, os gêneros são textos concretos, que se situam historicamente e socialmente, desempenhando-se como um instrumento comunicativo, que possui finalidades específicas como forma de ação social.

Conforme explica Fiorin (2008), todos os textos produzidos, sejam orais ou escritos, manifestados por qualquer linguagem encontram-se materializados em um gênero. Na semiótica, Greimas e Courtés (2016) os definem como:

[...] uma classe de discurso, reconhecível graças a critérios de natureza socioletal. Estes podem provir quer de uma classificação implícita que repousa, nas sociedades de tradição oral, sobre a categorização particular do mundo, quer de uma “teoria dos gêneros” que, para muitas sociedades, se apresenta sob a forma de uma taxionomia explícita, de caráter não científico. Dependente de um relativismo cultural evidente e fundada em postulados ideológicos implícitos, tal teoria nada tem de comum com a tipologia dos discursos que procura constituir-se a partir do reconhecimento de suas propriedades formais específicas. O estudo da teoria dos gêneros, característico de uma cultura (ou de uma área cultural) dada, não tem interesse senão na medida em que pode evidenciar a axiologia subjacente à classificação: ele pode ser comparado à descrição de outras etno e sociotaxionomias (GREIMAS, COURTÉS, 2016, p. 228).

Assim, para os autores, o gênero possui uma relação direta com o universo socioletal em que está inserido e está interligado à instância discursiva. Fontanille (1999, p. 161), partindo da definição de Bakhtin (2011, p. 262), de que os gêneros são “tipos relativamente estáveis de

enunciados”, acentua que os gêneros têm como característica a mutabilidade, isto é, passam por modificações, em virtude das mudanças do contexto sociocultural da época que os rege. Mediante ao exposto, evidenciamos que a ascensão tecnológica interfere nas condições de ações sociais e, conseqüentemente, na natureza dos gêneros produzidos. Em vista disso, consideramos que os gêneros emergidos na internet tratam-se:

[...] de uma classe de gêneros determinada pela forma como são realizados no ambiente digital, isto é, pelas especificidades que o modo de ser digital implica para a configuração dos enunciados, no que diz respeito à composição, à temática e ao estilo. Não basta, assim, que ele transite no ciberespaço com suporte digital, mas, sim, que em seu “corpo” haja traços caracterizantes desse pertencimento, como: produção e recepção do texto online e presença de links, entre outros (PEREIRA, 2014, p. 54)

Em complemento, Paveau (2021) classifica os gêneros digitais como tecnogêneros, ou seja, “um gênero do discurso dotado de uma dimensão compósita, derivada de uma coconstituição do linguageiro e do tecnológico” (PAVEAU, 2021, p. 328), constituídos por meio de três topologias: (i) prescritos; (ii) negociados; (iii) produsados. Os primeiros equivalem a gêneros propostos nos sistemas de escrita *online*, e fortemente restringidos pelos dispositivos tecnológicos. Por mais que eles herdem similaridades com gêneros não digitais, eles não existem no meio *offline* e dependem das ferramentas digitais para existir, circulando, quase que exclusivamente, *online*. Os exemplos são, justamente, nosso par *post/comentário*.

Já o negociado é “um gênero do discurso preexiste e estabilizado ou não nas produções pré-digitais, mas que adquirem online traços propriamente tecnolinguageiros e tecnodiscursivos. Não é inteiramente dependente das ferramentas digitais e circula nos universos online e offline” (PAVEAU, 2021, p. 330). Um exemplo dado pela autora são as listas de “top”, que ordenam do melhor ao pior os artigos mais lidos, *sites* mais recomendáveis e outros. Por fim, o tecnogênero produsados são aqueles produzidos pelos internautas fora dos limites dos tecnogêneros prescritos e dos negociados. O cartaz digital pertence a essa categoria, pois ele é um “tecnografismo que se inventa e se estabiliza na web” (PAVEAU, 2021, p. 331), retomando ao digital a linearidade pré-digital, isto é, são gêneros que já estão estabilizados e inscritos na internet.

Em suma, os que nos interessa são os gêneros digitais prescritos, mais especificamente, o *post* e o comentário. Consideramos ambos como gêneros de natureza multissemiótica variada, tendo como suporte o site de rede social *Facebook*, em que a interação ocorre mediada pelo ambiente virtual. Melhor dizendo, o usuário precisa ter acesso à internet e estar dotado de outros suportes (computador, *tablet*, *notebook*, *smartphones* e outros) para acessar.

Além disso, o par estudado mantém uma relação de interligação. De acordo com Lima (2015), para que o comentário exista no *Facebook* é necessário que haja uma postagem

antecedente que o *dispare*. Dito de outro modo, por mais que o comentário não vise uma resposta direta à publicação, sua existência é derivada da criação do *post*. Isso se deve ao fato de que quando um sujeito cria uma publicação no *Facebook*, o espaço para o comentário é gerado automaticamente, indiferentemente se o mesmo *post* teve alguma reação ou resposta. Logo, no espaço desta pesquisa, o *post* é o conteúdo inicial a ser estudado, segundo os comentários criados a partir dele.

Posto isso, podemos evidenciar que uma das especificidades do gênero comentário é sua co-dependência com a *post*, aliado, ainda a função responsiva, que é motivada pelo suporte *Facebook*, ou seja, a publicação *dispara* a possibilidade de comentário. Contudo, Recuero (2003) ressalta que apesar dessa interligação, os comentários podem ter como foco outros comentários, criando uma nova rede que vai além da postagem original, ou, nas palavras de Paveau (2021), há um prolongamento dos escritos por adição.

Seguindo o que foi exposto, até o momento, e com base nos estudos de Lima (2015), tanto o *post* quanto o comentário apresentam conteúdo composicional, temática e estilo próprios. Desse modo, de acordo com Lima (2015), o *post*, em seu conteúdo composicional, liga-se a uma disposição do suporte que o caracteriza, com possibilidade de recursos multimodais e hipertextuais, sendo que a decisão de utilizá-los ou não é realizada pelos usuários do *Facebook*. Ainda sobre a disposição, a autora afirma que a mesma é reconhecida pelos membros do site de rede social, pois possuem uma formação básica, localizando-se em cima, e o comentário, abaixo.

Lima (2015, p. 136) salienta, ainda, que “apesar de os sujeitos poderem contar com a riqueza do suporte na elaboração de um *post*, a forma está relativamente prevista na medida em que os recursos são vastos, mas não são ilimitados”. Há, por exemplo, ícones e *links* que só podem ser usados na composição da publicação, como o ícone que permite ao usuário informar o lugar da publicação (*check-in*) ou, ainda, o de “sentimentos” e “atividades”. Neste último, é possível, por meio de *emojis*, demonstrar como o sujeito está se sentindo ou a atividade que ele está exercendo, a saber: “comemorando”, “assistindo”, “comendo”, “bebendo”, “participando de”, “viajando para”, “ouvindo”, “procurando”, “pensando sobre”, “lendo”, “jogando” e “apoiando”.

Em complemento a isso, podemos notar essas limitações em outros aspectos do *post*, como no número máximo de caracteres permitidos em cada publicação (63.206 caracteres), sendo que, segundo um estudo da agência *Jeff Bullas*, *posts* com 80 caracteres ou menos possuem um aumento de 88%, nas interações. O mesmo estudo revela outros limites de caracteres para postagem de gráficos, imagens, anúncios e vídeos. Em se tratando desses

recursos visuais, temos, também, delimitações específicas sugeridas pelo suporte *Facebook*, como dimensões para foto, seja para visualização no *desktop* (820 x 312 *pixels*) ou em *smartphones* (640 x 360 *pixels*).

Outro ponto abordado por Lima (2015) é a composição no momento da criação do post. Esta poder se dar por: (i) um enunciado criado pelo usuário; (ii) o compartilhamento de outras fontes, que, no caso, são geralmente outros gêneros; (iii) e/ou, ainda, mistos, mesclando as duas características vistas anteriormente. Entretanto, a autora enfatiza que, estando dentro do suporte *Facebook* e no formato post, esses outros gêneros têm sua função comunicativa exercida de forma secundária, uma vez que a função comunicativa primeira é a da publicação. Em outros termos, o autor da página, ao compartilhar outros textos-enunciados em sua publicação, os reconfigura a partir da posição valorativa que lhe é atribuída no novo contexto.

Lima (2015) cita o exemplo dos *posts* de reprodução e mistos, em que:

[...] verificamos que o post se apropriou dos gêneros já existentes em outros suportes. Nessa apropriação, destaca-se a composição do post, sua forma, seu conteúdo, seu suporte e sua função comunicativa. O estudo nos revelou que o post tem uma função sociocomunicativa própria: a de compartilhamento, que sobressai sobre as demais possíveis. (LIMA, 2015, p. 137)

Associada a essa função, o post visa, também, o favorecimento da interação, ao passo que, ao postar, o usuário está distribuindo um determinado material vinculado ao suporte. Desse modo, as duas funções comunicativas (publicação e interação) são, segundo Lima (2015), específicas do post, indiferentemente se ele teve sua origem numa produção original do usuário ou por meio de uma reprodução, que incorpora, por exemplo, gêneros de outros suportes, ou, ainda, se é mista.

A autora acrescenta, ainda, que:

[...] para além daquela forma [composição] prevista pelas capacidades técnicas do suporte, estão as possibilidades da língua. Esta é rica e, portanto, pode variar dependendo do modo pelo qual o post quer alcançar seus receptores a fim de motivar a interação, uma de suas funções sociocomunicativas. A forma, então, é variável em determinados pontos, porque depende das escolhas que o sujeito faz a fim de alcançar seu propósito comunicativo (LIMA, 2015, p. 136).

A temática, também, varia de acordo com cada perfil ou *fanpage*. No caso desta pesquisa, ela foi delimitada, tendo como tema o assassinato da Vereadora Marielle Franco. Contudo, pelos próprios títulos dos *posts* já percebemos que, apesar da demarcação, há uma variação entre os assuntos abordados. Passemos, agora, para o gênero “comentário”.

De acordo com Paveau (2021, p. 98), a forma textual do gênero “comentário” teve origem na Grécia, ao lado dos suportes de escrita, assim como diversos gêneros e estilos de discurso. Para a autora, a conversão digital do comentário aumentou suas formas de uso,

assumindo, desse modo, formas inéditas. Como já salientamos, os comentários digitais possuem uma composição embasada na relacionalidade, que gera um quadro conversacional, além de fornecer uma ampliação enunciativa e discursiva. Especificamente, no *Facebook*, a composição do comentário, assim como o *post*, está interligada à disposição do suporte.

Logo, os usuários possuem uma limitação de 8.000 caracteres para escrever nos comentários. Além disso, esse espaço permite o compartilhamento de *links*, *emojis*, figuras/imagens e *gifs*. Na sua forma, tem-se, ainda, a co-dependência, necessita, de acordo com Lima (2015), de um outro gênero (no caso, o *post*) para que ele seja disparado. A autora acrescenta que o comentário apresenta uma função comunicativa responsiva, assim como a motivação da interação. Em relação à temática, também varia de acordo com o conteúdo do *post*, contudo, ela pode apresentar uma ampliação discursiva (PAVEAU, 2021) ou, até mesmo, o surgimento de um novo assunto. Contudo, segundo Lima (2015), por mais que haja essas alternâncias, há uma recorrência quanto à questão opinativa e avaliativa.

Deixamos o estilo para o último item, pois, conforme explica Discini (2012, p. 78), “a temática e o conteúdo composicional reverberam no estilo do gênero, e esse estilo repercute nelas enquanto se firma como expressividade ou tom”. Dessa maneira, como apontado no terceiro capítulo, os discursos na internet tendem ao, *embora escrito, oral*. Além disso, entendemos que o estilo, no par *post/comentário*, apresenta recursos de natureza multimodal, com os enunciados valendo-se de sons, imagens e *gifs*. Portanto, existe uma apropriação de recursos de múltiplas linguagens e semioses, para a constituição de um estilo, nos dois comentários.

Diante dessas observações, salientamos que o par, estudado, se apresenta como tecnogênero híbrido, que dialoga com outros gêneros. Mais especificamente, o comentário é, segundo Lima (2015, p. 138), um “gênero pleno, responsivo e codependente de um material disparador”, com uma forma que varia, apesar de possuir uma disposição e organização característica do suporte, e seus conteúdos são, na maioria das vezes, avaliativos e opinativos, tendo como função comunicativa a interação e responsividade. Já o *post* “é outro gênero, mais independente, de conteúdo e forma variáveis” (LIMA, 2015, p. 138). Todavia, de acordo com a autora, sua relativa estabilidade está no suporte virtual e nas funções comunicativas, a saber: o compartilhamento e a interação. Logo, ambos, tratam-se de gêneros próprios do ambiente digital, tendo como característica principal a motivação de interação.

Desse modo, justificamos essa breve descrição como uma forma de evidenciar que os tecnogêneros podem derivar de um gênero pré-digital, mas, ao se inserirem no meio digital, assumem características específicas. Para mais, justificamos essa delimitação como forma de

entendermos que os dois gêneros possuem limites, que podem interferir nos enunciados, e, também, esse limite nos dá a clareza necessária para as análises que se seguem, arrolados com o referencial apresentado neste capítulo.

### 3.6 PONDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo, que acabamos de apresentar, teve como objetivos: (i) traçar um percurso teórico sobre os discursos da internet, a fim de compreender como os discursos intolerantes encontram, nesse espaço, um terreno prolífero para sua disseminação, além de (ii) descrever a interface do *site* de rede social *Facebook*, em especial, o processo interacional postagem e comentário. Para isso, partimos de um referencial interdisciplinar, com abordagens, tanto da área de Comunicação Social, quanto dos estudos da Linguagem, sobretudo, por meio da semiótica – e seus desdobramentos –, teoria base de todo o nosso trabalho.

Em um primeiro momento, nos detivemos nas explicações sobre o ciberespaço e a cibercultura, de uma forma macro, para, posteriormente, abordarmos as características do discurso na internet, por meio da proposta de Barros (2015) sobre a complexidade discursiva. Nela, os discursos da internet são considerados, tanto fala, quanto escrita, tanto autoral, quanto anônimo e, tanto público, quanto privado. Tais características nos levam a compreender que a internet apresenta requisitos que facilitam o discurso intolerante e preconceituoso. Segundo Barros (2015):

Essa exacerbação do discurso na internet, tanto de intensidade, quanto de extensão, facilita o aparecimento dos discursos preconceituosos e intolerantes, sua divulgação e, principalmente, o desenvolvimento de ações intolerantes, em geral de vingança apaixonada, pois mobiliza fortemente um número enorme de usuários da rede, que acreditam nesse “homem público” que a internet constrói, e em quem, pelo poder e saber que foram atribuídos a esse homem público, eles acreditam. Isso, do ponto de vista do destinatário (BARROS, 2014, p. 3669).

Logo, o destinador, enquanto “homem público”, é modalizado por um poder e saber fazer, que, ancorado pelo anonimato e pela oposição entre público e privado, crê poder manifestar seus preconceitos e intolerância em relação ao *outro*. Este, por sua vez, encontra-se presente nos mecanismos de interlocução propostos pelas redes, que configuram um espaço de encontro intersubjetivo e dialogal.

Saindo dessa visão macro, passamos para o estudo das redes sociais, que são compreendidas por meio da união entre “nós” e conexões, pela representação de atores (nós) e suas interações (conexões). Vimos que elas se diferem dos *sites* de rede social, como o

*Facebook*, que são suportes inseridos nas redes, que permitem a apropriação, segundo Recuero (2014), dos mais diversos grupos sociais em um complexo universo de interação.

Posto isso, aprofundamo-nos na arquitetura do *Facebook*, com foco para as questões dos algoritmos e da interação. Esta, por sua vez, se dá por meio de três formas: curtidas, compartilhamentos e comentários. Sendo que, o nosso ponto central, são as interações nos comentários conversacionais, sejam eles discursivos ou metadiscursivos (PAVEAU, 2017), visando um aumento enunciativo da publicação e de outros comentários, por meio de instâncias enunciativas, que levam a um simulacro dialogal e uma troca constante entre enunciador e enunciatário.

Em busca de um arcabouço teórico-metodológico que nos permita trabalhar as trocas enunciativas nos comentários, voltamos nossa atenção para os estudos da sociossemiótica, no que diz respeito às interações discursivas (OLIVEIRA, 2013), baseadas nos regimes de interação (LANDOWSKI, 2014). Segundo Landowski (2014), a interação se estrutura *na e pela* linguagem, sendo que o sentido nasce e se constrói pela interação. Para explicar essa construção, o semioticista desenvolve um modelo teórico que especifica os meios de produção de sentido, de todas as formas de interação, sejam elas comunicativas ou não. Contudo, nosso foco é no nível enunciativo da interação (OLIVEIRA, 2013), portanto, são essas interações enunciativas e seus efeitos de sentido, no discurso intolerante, que pretendemos analisar nos próximos capítulos.

## 4 METODOLÓGIA

O objetivo desse capítulo é delimitar o percurso metodológico, que possibilitará analisar como se constroem os sentidos dos discursos intolerantes, a partir das interações, nas postagens e nos comentários, de duas *fanpages* do *Facebook*. Contudo, antes de especificarmos tais categorias, propomos a utilização da Análise de Redes Sociais – ARS (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2020), como um método para delimitação das *fanpages* de espectro político de direita e de esquerda, que apresentem relevância, do ponto de vista das interações. Em vista disso, nesta tese, utilizaremos a ARS, exclusivamente, na metodologia, para a delimitação das *fanpages*, sendo que, a análise linguístico-discursiva, ficará a cargo do quadro metodológico da semiótica discursiva.

### 4.1 SELEÇÃO DAS FANPAGES

Conforme explicam Fragoso, Recuero e Amaral (2011), a internet é um meio particularmente difícil de recortar objetos de estudos, devido a sua “escala (seus componentes contam-se aos milhões e bilhões), heterogeneidade (grande variação entre as unidades e entre os contextos) e dinamismo (todos os elementos são permanentemente passíveis de alteração e a configuração do conjunto se modifica a cada momento)” (FRAGOSO, RECUERO e AMARAL, 2011, p. 55). Segundo as autoras, ao realizar uma coleta de dados, na pesquisa em internet, é necessário considerar os diversos aspectos, que vão, desde as estratégias de utilização dos ambientes digitais até as questões ligadas à ética e à publicização das informações.

Desse modo, um dos principais desafios desta pesquisa foi encontrar e determinar um método de caráter científico, para delimitar as *fanpages* que abarcariam nosso *corpus* de pesquisa. Nosso intuito foi evitar uma escolha aleatória e, ao mesmo tempo, apresentar uma abordagem que permitisse trabalhar com as especificidades do conjunto de dispositivos produzidos na *Web 2.0*. Depois de uma vasta pesquisa bibliográfica na área de comunicação, constatamos que as principais metodologias, para análise de sites de redes sociais, são: Análise de Redes Sociais (ARS); Etnografia; ARS + Etnografia; Grupo Focal Online; Entrevista em profundidade; Análise de Conversação (FRAGOSO, RECUERO e AMARAL, 2011, p. 55).

Dentre todas essas opções, concluímos que a mais adequada à nossa pesquisa é a Análise de Redes Sociais (ARS). De acordo com Recuero, Bastos e Zago (2020), a ARS:

[...] refere-se a uma abordagem de cunho estruturalista das relações entre os atores e sua função na constituição da sociedade. A ARS compreende, assim, um conjunto teórico e epistemológico focado na compreensão dessas estruturas sociais e seu papel. Em sua base metodológica, a ARS utiliza-se de um conjunto de métricas e técnicas de pesquisa utilizando para descrever a relação entre nós (atores, vértices) e suas conexões (arestas) (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2020, p. 39).

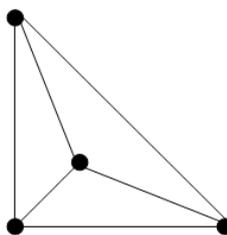
Desse modo, o objetivo da ARS é analisar as estruturas da rede, compreendendo as posições dos “nós” e as estruturas geradas pelas conexões. Como vimos, no terceiro capítulo, a rede se configura por diversos “nós”, que são representados pelos atores sociais, e suas conexões, que indicam as interações dos “nós”. Ademais, segundo os autores, o Análise de Redes Sociais volta-se para a construção e interpretação de modelos de redes, baseados em análises matemáticas, amparadas em gráficos e imagens.

Ainda de acordo com Recuero, Bastos e Zago (2020), a ARS não é uma abordagem nova, tendo suas origens na Sociometria e na Teoria dos Grafos. Segundo os autores, os estudos sobre a Sociometria são estruturados nos trabalhos de Jacob Moreno, que “era baseado em uma teoria da sociedade em que os indivíduos formariam redes de conexões interpessoais, na qual ele não apenas fala em rede, mas nos efeitos dessas redes além dos indivíduos” (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2020, p. 44). Em outros termos, a sociometria tinha como objetivo desenvolver uma forma de “medir” os grupos sociais e, a partir disso, ter elementos para avaliá-los.

Conforme explicam Recuero, Bastos e Zago (2020), os estudos de Moreno apresentam quatro elementos essenciais, para os estudos da ARS: (i) as escolhas do laços sociais (quem conecta a quem); (ii) os padrões de conexão entre os indivíduos; (iii) análise dos tipos de conexão; (iv) os papéis sociais dos indivíduos. Não obstante, Moreno desenvolveu um sociograma, uma representação gráfica das relações entre os indivíduos, ou seja, um gráfico de rede.

Já a Teoria dos grafos, de cunho matemático, trabalha com representações da rede utilizando o grafo, que sinaliza a “representação de uma matriz, onde os elementos (nós ou nodos) são apresentados como vértices e suas conexões (ou arcos) como arestas” (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2020, p. 45). Sendo que, a matriz refere-se às inter-relações entre os elementos representados no grafo. A imagem 28 apresenta essa relação.

Imagem 28 - Representação de um grafo



Fonte: Elaborado pela autora

Na imagem 28, os círculos pretos sinalizam os “nós” (atores) e as linhas que os ligam, às arestas (conexões). Toda essa representação é uma rede baseada em uma matriz de relações (o sociograma de Moreno), assim, o grafo configura um determinado grupo social. Logo, a matriz corresponde à construção da representação entre os “nós” e suas conexões, isto é, em cada par de “nós”, há uma conexão, uma interligação, sinalizada pelas linhas. Isto posto, os grafos são importantes para a ARS, em relação ao seu papel de representação de um sistema complexo, de um grupo e/ou sociedade (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2020).

Feito, esse breve histórico, partimos para a aplicação da Análise de Redes Sociais. Segundo Recuero, Bastos e Zago (2020), ela deve seguir três passos, a saber: (i) planejamento de dados; (ii) coleta de dados; (iii) análise dos dados. Vejamos, cada um deles, detalhadamente, a seguir.

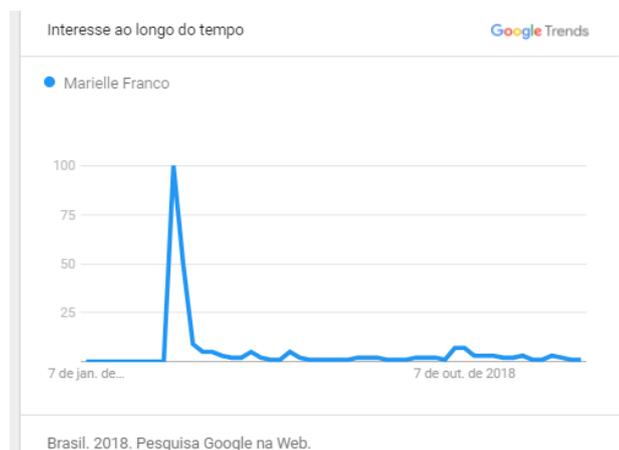
#### 4.1.1 Planejamento de dados

Esta etapa refere-se à delimitação do site de rede social a ser estudado, assim como o período da coleta. Neste caso, o site escolhido é o *Facebook*. Como vimos, no terceiro capítulo, ele é uma das principais plataformas de redes sociais utilizadas no mundo, e no Brasil, propiciando riquíssimo laboratório de hábitos comunicacionais. Além desse dado, o *Facebook* apresenta uma arquitetura que nos permite trabalhar com os processos interacionais dos comentários conversacionais (PAVEUAU, 2017), com a função de construir um conteúdo, um diálogo, entre as postagens e/ou entre os próprios comentários.

Tendo como pressuposto, o fato de que nosso *corpus* se refere aos discursos intolerantes, a respeito do assassinato da Vereadora Marielle Franco, as postagens a serem coletadas correspondem à três períodos distintos, entre 2018 e 2019. Essas datas foram selecionadas, por

meio do resultado de rastreamento da palavra-chave, “Marielle Franco”, no *Google Trends*<sup>57</sup>. Assim, obtivemos os seguintes resultados (Imagem 29):

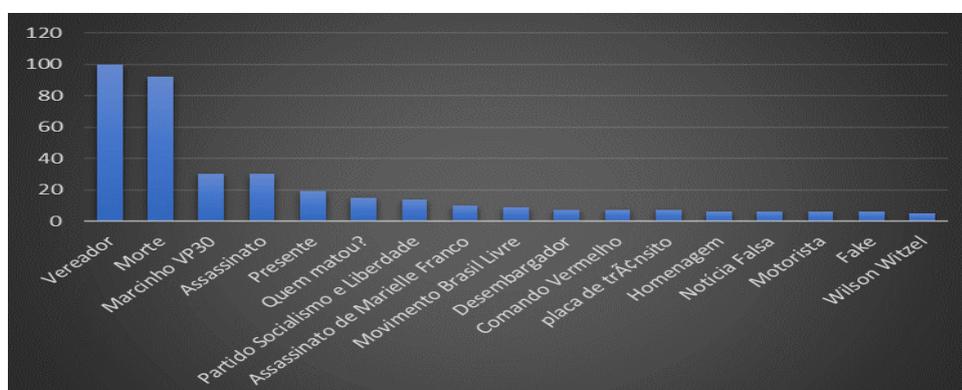
Imagem 29 -Resultado de busca pela palavra Marielle Franco no Google Trends 2018



Fonte: *Google Trends* (2020).

Na imagem 29, o eixo horizontal corresponde a todo o ano de 2018, enquanto o vertical equivale à densidade do volume de buscas. Assim, as principais datas de menção à Vereadora, na *Web*, foram de 14 à 30 de março de 2018, que corresponde à data de assassinato (dia 14) até o final do mês de março, marcando, portanto, nosso primeiro período de coleta de postagens. Um fato importante é que a busca também nos forneceu dados sobre os principais assuntos buscados, no período de 14 a 30 de março, como notamos na imagem 30.

Imagem 30 - Principais assuntos buscados no *Google Trends*, entre 14 e 30 de março de 2018



Fonte: *Google Trends* (2020).

<sup>57</sup> A ferramenta gratuita do Google possibilita acompanhar o número de buscas por uma determinada palavra ao longo do tempo.

Tais informações permitiram delimitar a temática, das postagens selecionadas para análise. Realizamos o mesmo procedimento para o ano de 2019, como pode ser observado na imagem 31.

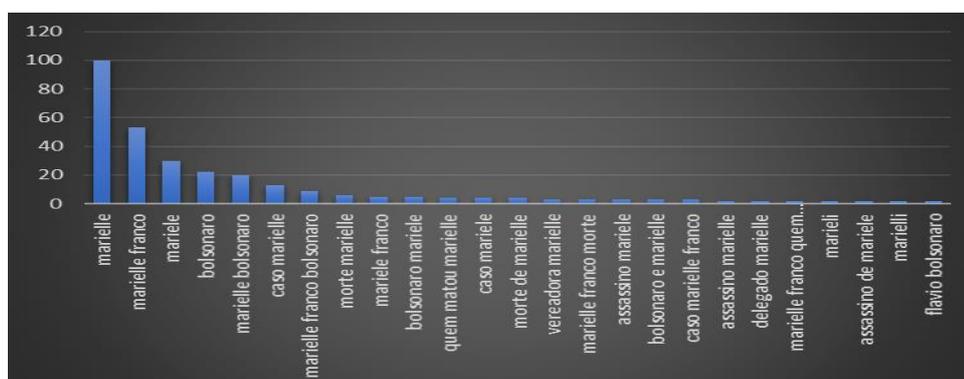
Imagem 31- Resultado de busca, pela palavra Marielle Franco, no *Google Trends*, 2019



Fonte: *Google Trends*.

Ao analisarmos a imagem 31, notamos a predominância de duas datas. A primeira – sinalizada pelo ponto máximo do gráfico – corresponde ao período de 10 a 30 de março de 2019, que marca dois fatos importantes, a saber: a prisão dos suspeitos do assassinato de Marielle, e a data de um ano do seu assassinato. O outro ponto de predominância tem início em 20 de outubro, com declínio em 26 de novembro de 2019. Esse período é marcado, como vimos no primeiro capítulo, pela divulgação de uma matéria, pela *Rede Globo*, em que, o porteiro do Condomínio Vivendas da Barra afirma que, um homem, identificado como Élcio de Queiroz, procurou por Bolsonaro no dia do assassinato de Marielle Franco. Lembrando que, no mesmo condomínio, morava um dos suspeitos de matá-la, Ronnie Lessa.

Imagem 32- Principais assuntos buscados no *Google Trends*, entre 14 e 30 de março de 2019



Fonte: *Google Trends*.

Na imagem 32, podemos notar, novamente, as principais temáticas relacionadas às buscas referentes à Marielle, no ano de 2019. Como salientado, esses temas nos dão suporte para selecionar as postagens a serem analisadas. Ao final desse percurso, temos o planejamento dos dados finalizado, tendo o *Facebook*, como o site de rede social escolhido, e os três períodos a serem analisados: (i) de 14 à 31 de março de 2018; (ii) de 14 à 31 de março de 2019; (iii) de 20 de outubro à 30 de novembro de 2019.

#### 4.1.2 Coleta de dados

De acordo com Recuero, Bastos e Zago (2020), o primeiro passo para realizar a Análise de Redes Sociais é definir quem são os “nós” e as conexões (arestas). Vale lembrar que os “nós” simbolizam os atores sociais, desse modo, cada representação de um ator social, estabelece um nó na rede de um *site* de rede social. Já as conexões são as interações entre os “nós”. A arquitetura do *Facebook* nos permite delimitar que uma *fanpage*, um grupo ou usuário, são os “nós” desse *site* de rede social, assim como as ações, ou seja, as conexões, são representadas pelas curtidas, comentários e compartilhamentos.

Segundo Alves (2016, p. 77), a interface de circulação de informações do *site* é intitulado de *Social Graph*, ou seja, “o grafo de articulação entre as diversas entidades que compõem a plataforma”. No caso específico da nossa coleta, para definir as páginas que adotaremos como *corpus*, os “nós” correspondem às próprias *fanpages*, e as conexões referem-se às curtidas, realizadas entre as próprias páginas.

O segundo procedimento é determinar se a coleta visa o estudo qualitativo, voltado para a qualidade dos dados, ou quantitativo, na quantidade de dados. Como nosso intuito, com a Análise de Redes Sociais, é delimitar as principais *fanpages* de espectro político de direita e de esquerda, nossa pesquisa, nesse momento, é de cunho quantitativo. Conforme explica Recuero, Bastos e Zago (2020), esse tipo de investigação, em geral, demanda a utilização de *softwares* de coleta, uma vez que se classifica como uma abordagem mais complexa.

Assim, de acordo com os autores, “justamente por conta dos rastros deixados on-line, constitui-se uma significativa quantidade de dados, não sendo uma tarefa simples coletá-los. Por isso, a maioria dos estudiosos prefere usar elementos automatizadores para essas coletas” (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2020, p. 93). Dentre esses elementos citados pelos autores, estão os *crawlers* (ou robôs) ou *softwares* específicos para cada *site* de rede social, sendo que, todos utilizando as APIs (*Graph Application Programming Interface*) dos *sites*.

As API são responsáveis pela extração de dados dos sites de redes sociais. Basicamente, elas são “portas de entrada” ou canais de comunicação, por meio dos quais os usuários e aplicativos se conectam aos *sites* para requisitar dados hospedados em seus servidores. De forma especial, com explicam Recuero, Bastos e Zago (2020, p. 93), elas são a parte, à qual os “desenvolvedores e seus programas têm acesso à ferramenta”. Contudo, os autores alertam que as APIs possuem limites de acesso, que são impostos pelos próprios sites, e alterados constantemente, por isso, é importante conhecer as diretrizes do site de rede social escolhido, para, posteriormente, escolher o *software* de coleta.

Enquanto site de rede social delimitado, para esta tese, o *Facebook* limitou as funcionalidades da sua API. Em outros termos, ele descontinuou alguns protocolos públicos, para extração de dados.

A principal mudança na coleta de dados da plataforma foi a depreciação da função de procura por palavras-chave (*search*), que retornava postagens e comentários de perfis e de páginas que correspondiam a termos determinados. Esse procedimento de definição de menções a serem monitoradas é largamente utilizado como principal método de extração de conteúdos específicos dos sites de redes sociais (ALVES, 2016, p. 69).

De acordo com Alves (2016), essa privação na coleta impossibilitou o acesso a fluxo de postagens no *Facebook*. Para além disso, os ambientes de interação da API foram reduzidos, “eliminando as partes da documentação de acesso aos conteúdos produzidos pelos usuários em suas linhas do tempo” (ALVES, 2016, p. 79). Segundo o autor, uma das alternativas para sanar esse problema e, conseqüentemente, conseguir delimitar “nós”, é o mapeamento por meio da abordagem de *snowball* (bola de neve), que consiste em:

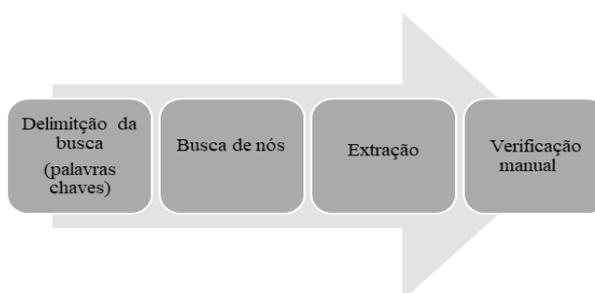
[...] coletar o grafo de uma rede social online seguindo uma busca em largura. A coleta inicia-se a partir de um nodo semente. Ao coletar a lista de vizinhos desse nodo, novos nodos são descobertos e então coletados no segundo passo, que só termina quando todos os nodos descobertos no primeiro passo são coletados. No passo seguinte todos os nodos descobertos no passo anterior são coletados, e assim sucessivamente (BENEVENUTO; ALMEIDA; SILVA, 2012, p. 19).

Portanto, a bola de neve trata-se de um tipo de amostra intencional, que exige uma delimitação. Ou seja, ao se escolher um primeiro elemento de interesse, serão identificados outros, sendo que, a partir desses, também, outros e, assim por diante. Essa técnica é ideal para o que desejamos, por assim dizer, a construção de redes temáticas, que nos fornecerá uma lista de *fanpages*. Para aplicá-la, utilizamos o *software* acadêmico *Facepager*, em sua “versão 4.3.3”, de 2020. Desenvolvido por dois pesquisadores alemães, Jakob Jünger e Till Keyling, a ferramenta é gratuita, com código aberto, e realiza coleta via API do *Facebook*, *Twitter*, *YouTube*, *Amazon*.

Em seu curso de “Extração de Dados em Mídias Sociais via API”, Alves (2020) explica que o *Facepager* é um *software* livre, ideal para coleta destinada a pesquisas acadêmicas. Além disso, a ferramenta possui uma arquitetura de funcionamento que não exige conhecimentos prévios de programação. Posto isso, os principais pontos positivos do *software* são: (i) personalização da busca, propiciando liberdade ao usuário e (ii) ser um canal de comunicação com a API do *Facebook*, contudo, não existe uma definição dos dados que o pesquisador pode ou não, pedir. Entre os pontos fracos estão: (i) não possibilita o tratamento dos dados e (ii) não apresenta solução para todas as etapas de mineração.

Para mapearmos as *fanpages*, por meio do processo de bola de neve, e utilizando o *software Facepager*, seguimos os seguintes passos (Imagem 33).

Imagem 33 - Passos para a coleta no *Facepager*.



Fonte: Adaptado de Alves (2020).

Para delimitar a busca, partimos de duas palavras-chave: “direita” e “esquerda”. O motivo da escolha é que as páginas deveriam fazer parte do contexto de construção da sociedade brasileira. Segundo Solano (2018), desde as Manifestações de 2013 até as eleições de 2019, o Brasil viveu um momento de polarização, tanto social como em rede, em torno do espectro político de direita e de esquerda, como pudemos conferir, no primeiro e segundo capítulos. Logo, nesse cenário, torna-se relevante compreender as circulações de opiniões em páginas opostas.

Feita tal limitação, passamos para a busca dos “nós-sementes”, ou melhor, das *fanpages* (ALVES, 2020). Nos dois mapeamentos, o primeiro passo para a extração no *software* foi traçar o caminho de busca do API (*base path*), que no caso é o *Graph* do *Facebook* versão 3.2. Nesse ponto, foi necessário o acesso a uma conta logada no *Facebook*. Para não interferir na busca, criamos uma conta neutra, ou seja, que não segue, curte ou interage na rede. Em seguida, definimos o comando a ser pesquisado (*resource*), ou seja, as *fanpages* (*/pages/search*) e os parâmetros de buscas (*params*), em que o *q* sinaliza o objeto ID de busca – direita e esquerda

– e os *fields*, os endereços e nomes das páginas. Além disso, limitamos a busca em, no máximo, duas páginas, equivalente a um retorno inicial de 20 páginas.

Com todas as definições ajustadas, criamos um banco (*new database*) e adicionamos, em arquivos separados, os “nós-sementes” (*add nodes*) direita e esquerda. Todo esse procedimento foi realizado em agosto de 2020. Com esses resultados, executamos, com as três primeiras páginas de cada busca, o seguinte comando *resource – page id* e os parâmetros de buscas (*params*), *page ID – likes* e *fields ID e name*, com a limitação de, no máximo, 4 páginas. Nosso intuito era extrair as páginas curtidas pelas principais *fanpages* encontradas. Contudo, o resultado inicial apresentou um grande número de ruídos, isto é, páginas que não interessavam para o objetivo desta tese, como *fanpages* de empresas, de entretenimento, de humor e outros. Logo, após visitar o perfil de cada página, filtramos e excluimos as que não tinham cunho político.

Assim, chegamos às principais *fanpages* de direita e esquerda. Cabe, agora, realizar a análise. Contudo, como dito anteriormente, o *Facepager* não realiza o tratamento dos dados, o mesmo será realizado por outro *software*, na próxima etapa.

#### 4.1.3 Análises de dados

A última etapa da ARS é a análise dos dados obtidos na coleta. Para Recuero, Bastos e Zago (2020, p. 98), essa fase é realizada por meio de “métricas, geralmente através de softwares de análises, tais como o Pajek, Gephi ou NodeXL. São esses softwares que, através de algoritmos específicos, calculam as medidas e desenham a rede, também levando em conta determinadas formas de visualização”. Nesta tese, utilizaremos o *Gephi* para processamento e visualização dos dados. Esse *software* livre:

[...] trata-se de uma ferramenta *open source* (aberta), desenvolvida por um conjunto de estudantes francês. É hoje mantido por um consórcio de modo *open source* e tem uma grande comunidade de colaboradores e desenvolvedores de algoritmos de visibilidade a análise. O Gephi permite visualizar os dados e analisa-los utilizando as métricas de ARS (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2020, p. 96).

De acordo com os autores, o programa é um dos mais populares na área de comunicação, sendo usado por estudiosos para a análise e visualização de grafos. Além disso, ele apresenta, como vantagem, a possibilidade de processar um grande volume de dados, assim como a instalação de uma vasta lista de *plugins*, que facilita e amplia a funcionalidade do *Gephi*. Escolhido e apresentado o *software*, passemos para as análises.

Antes de importamos os dados no *Gephi*, realizamos um tratamento dos dados relacionais, exportados no *Facepacer*, utilizando fórmulas específicas no editor de planilhas, *LibreOffice Calc*. Como é apenas uma sequência de códigos para gerar e organizar os “nós” (atores) e as arestas (conexões), de maneira a ser lido pelo *Gephi*, não detalharemos essa etapa, e passaremos direto para a construção dos grafos.

O nosso objetivo, com esta coleta, é averiguar os principais *clusters* de direita e esquerda, isto é, os principais conglomerados, os “nós”, fortemente conectados, para, assim, delimitar as principais páginas. Para isso, realizamos uma coleta de uma rede inteira, que conforme explicam Recuero, Bastos e Zago (2020, p. 64), possibilita focar em um determinado grupo (esquerda e direita). Nessa amostragem, é possível averiguar uma maior pluralidade de centros. Vale salientar que, na coleta, nas páginas de direita foram encontradas 828 “nós” (*fanpages*) e 60 arestas (conexões entre elas). Já a de esquerda obteve um número de 348 “nós” e 307 arestas. Além disso, optamos por utilizar, nas análises, grafos não direcionados. De acordo com Recuero, Bastos e Zago (2020, p. 64), “no grafo não direcionado, há apenas uma linha ou curva conectando os dois nós”. Os autores ainda explicam que nesse tipo de grafo a conexão entre os atores não é orientada, e citam como exemplo, uma festa.

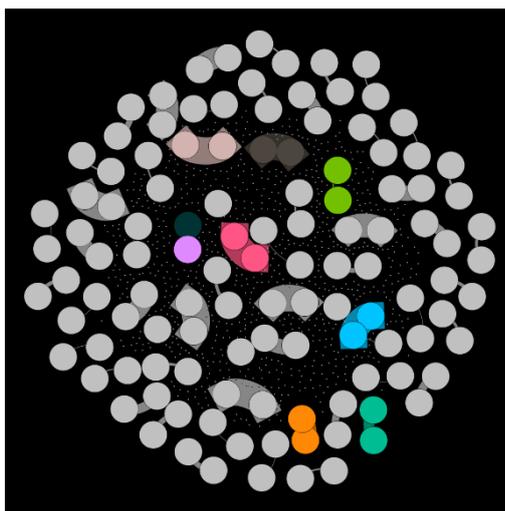
Um exemplo ilustrativo é a representação dos convidados que participam de uma festa em um grafo. Nesse caso, é possível estabelecer uma conexão entre todos os convidados em um grafo não direcionado e comparar essa rede com grafos subsequentes baseados em convidados de outras festas. Outra possibilidade é analisar apenas os convidados que conversam entre si durante a festa. Nesse último caso, a rede passa a ser direcional se considerarmos quem iniciou a conversa, ou não direcional se estivermos interessados apenas nos pares que interagiram durante o evento (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2020, p. 64).

O que nos interessa, ao utilizar a ARS, é delimitar *fanpages* – de forma não aleatória – para construção do *corpus* de análise. Para isso, a análise de redes não direcionadas nos satisfaz, pois sinaliza uma relação mútua, já que buscamos uma rede temática, sem levar em consideração quem cita quem, em uma conversação, por exemplo (rede direcionada).

Outro ponto importante para análise são as métricas, que conforme explicam Recuero, Bastos e Zago (2020), relacionam-se aos “nós” e suas posições na rede. Elas são diversas e estão em constantes atualizações, por isso, segundo aos autores, cabe a cada pesquisador escolher a que melhor se adequar ao seu objetivo. Nesta tese, utilizamos a métrica de modularidade do *Gephi*, que pertence às métricas de rede, com foco na rede, como um todo. “Essas métricas auxiliam não só, por exemplo, identificar como unidades ou grupos nas redes (*os clusters*), mas também verificar redes mais ou menos densas, que podem indicar participação etc” (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2020, p. 76).

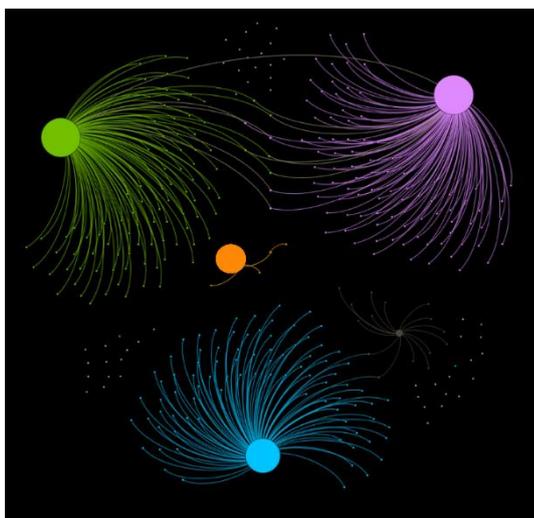
Utilizando a modularidade, conseguimos separar os principais *clusters* por cores. Essa divisão é melhor vista quando tiramos os rótulos (nomes) dos “nós”, dos grafos. Como podemos notar nas imagens 34 e 35.

Imagem 34 - Representação do grafo da direita sem rótulos



Fonte: *Gephi* (2020).

Imagem 35 - Representação do grafo da esquerda sem rótulos



Fonte: *Gephi* (2020).

Notamos que há uma separação entre os “nós”, criando *clusters* isolados. Isso deve-se ao fato de que “a modularidade é calculada tendo por base a separação dos nós da rede em

módulos (ou comunidades). Essas comunidades, por sua vez, não definidas como grupos de nós densamente interligados entre si e fragilmente conectados com o resto da rede” (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2020, p. 84). Enfim, a modularidade nos permite identificar a concentração de conexões dentro de uma comunidade, sendo que as redes que apresentam uma modularidade maior (bolas coloridas e maiores, nos grafos) possuem, em sua grande maioria, conexões densas com os “nós” interligados a ele, e pouca conexões com os “nós” de outras comunidades. Assim, tanto na imagem 34 quanto na 35, os círculos maiores e coloridos representam *clusters*; por exemplo, na imagem 35, um dos *clusters* principais é sinalizado pela cor verde no círculo maior, e as linhas levam as conexões com outras páginas de uma mesma comunidade, que estão envolvidos.

Essa visualização dos *clusters* nos grafos se deve aos algoritmos de visualização do *Gephi*. Partindo disso, recorreremos novamente a Recuero, Bastos e Zago (2020, p. 99), que afirmam que “a visualização de dados é uma das principais áreas de desenvolvimento e investimento de pesquisas hoje, muitas vezes referidas como ‘*dataviz*’. É igualmente importante dentro da análise, porque auxilia a visualizar de forma mais clara os elementos dos dados obtidos”. Nos dois grafos, utilizamos dois tipos de algoritmos, o *OpenOrd* e o *ForceAtlas2*.

O primeiro empregado foi o *OpenOrd*. Ele é voltado para grandes grafos não direcionados. A partir dele conseguimos uma maior escalabilidade entre os “nós”, já que nossas redes apresentavam um número relativamente alto, de “nós”. Já o segundo algoritmo usado, o que aparece efetivamente nos grafos, é o *ForceAtlas2*. A sua particularidade é a repulsão, que melhora a visualização dos “nós”. Como explicam Recuero, Bastos e Zago (2020, p. 103), ele “computa na força de repulsão de cada nó seu grau”. Isso nos é útil, pois ele aproxima os “nós” vizinhos, criando o nosso objetivo, os *cluster*.

Desse modo, ao utilizarmos esses recursos, conseguimos agrupar os “nós” em comunidades, e identificar as principais *clusters* de direita (com “nós” coloridos) e a de direita (com “nós” maiores). Assim, temos as seguintes páginas de direita: *Direita Vive 3.0*; *Canal de Direita*; *Direita Conversadora*; *Vista Direita*; *Rua Direita* e *Direita Conservador*. E as de esquerda são: *Movimento Esquerda Socialista*; *Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda*; *Esquerda Revolucionária*; *Jovens de Esquerda* e *Jovens de Esquerda II*.

Para filtrar essas páginas, definimos quatro critérios:

1. Ter um público maior que 1000 curtidas: segundo Alves (2020, p. 364), esse é o “limite definido para o tamanho do público seguidor da página”, isto é, que possuem um volume de seguidores que tornam a *fanpage* com uma quantidade considerável de

pessoas. Em caso de todas obterem esse número, escolheremos a que apresentar maior número de seguidores;

2. Em português brasileiro: alguns canais realizam publicações em outras línguas, principalmente os da esquerda, com o uso do espanhol;
3. Ter realizado mais de 10 publicações sobre a morte da Marielle Franco, entre as datas (i) de 14 a 31 de março de 2018; (ii) de 14 a 31 de março de 2019, e (iii) de 20 a 30 de outubro;
4. Apresentar pelo menos 10 comentários nos *posts* sobre Marielle Franco.

Essa filtragem foi realizada de forma manual, no início de agosto de 2020, com duas rodadas de conferência, tendo selecionado as *fanpages Direita Vive 3.0* (no grafo ela é sinalizada pelo “nó”, na totalidade verde-escuro) e *Jovens de Esquerda* (no grafo ela é sinalizada pelo “nó”, na totalidade laranja), por apresentarem, além dos maiores números de seguidores, o maior número de postagens sobre o assassinato de Marielle Franco.

#### 4.2 SOBRE AS FANPAGES

A *fanpage Direita Vive 3.0* não está mais disponível para acesso, desde setembro de 2020. Mas, como já havíamos coletado todo o material, optamos por continuar a trabalhar com a mesma. Até a última data acessada, agosto de 2020, a página tinha 633.196 seguidores, com data de criação em 14 de novembro de 2013, e a descrição da página continua apenas “página voltada para a direita brasileira”. Ao realizamos os mesmos procedimentos de coleta e Análise de Redes Sociais, em agosto de 2020, descritos na seção anterior, tivemos o seguinte grafo da página (Imagem 36).

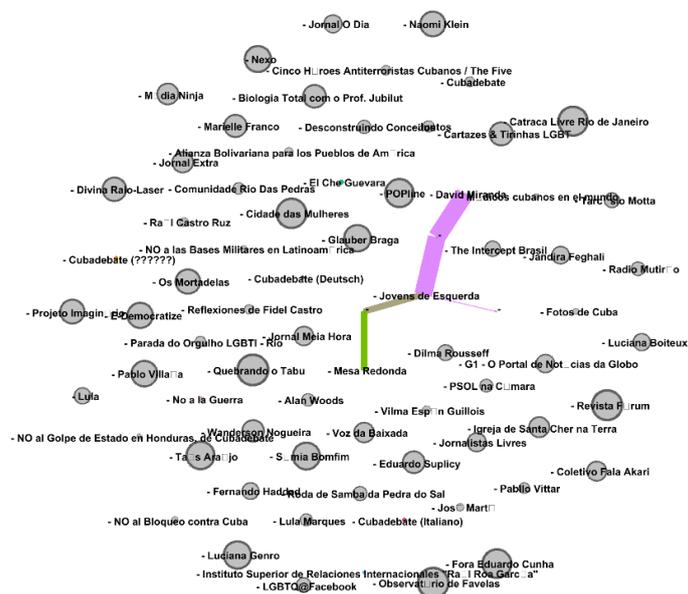
Imagem 36 - Representação do grafo de interação da *fanpage* *Direita Vive 3.0*



Fonte: *Gephi* (2020).

Nota-se que a ligação mais forte é com a *fanpage* do presidente Jair Bolsonaro e ligações mais fracas, com outros nomes da direita brasileira, como Olavo de Carvalho, General Augusto Heleno e os filhos de Bolsonaro, Carlos, Eduardo e Flávio Bolsonaro. Além, de outras páginas, também de direita, como o *Canal de Direita*, que aparece em nossas análises como um *cluster*.

Já a *fanpage Jovens de Esquerda* foi criada no dia 5 de junho de 2017, e se intitula como uma página “na luta por justiça social, contra o racismo, machismo, homofobia e contra qualquer tipo de opressão” (FACEBOOK, 2021). Até a última checagem (janeiro de 2021), a página tinha 975 mil pessoas curtindo. Em agosto de 2020, realizamos a coleta da página para a Análise de Redes Sociais, seguindo os mesmos procedimentos da seção 4.2. O grafo gerado pode ser visto na imagem 37.

Imagem 37- Representação do grafo de interação da *fanpage Jovens de Esquerda*

Fonte: Gephi (2020).

A ligação mais forte da página, no período de coleta, foi com Deputado Federal do PSOL, David Miranda. Em torno, há outras *fanpages*, em sua maioria, de nomes da esquerda brasileira, como o ex-presidente Lula e a ex-presidente Dilma Rousseff e, inclusive, a página da Marielle Franco. Além disso, nota-se uma predominância de páginas direcionadas para coletivos de mulheres, de favelas e de LGBTQI+.

#### 4.3 DEFINIÇÃO DO *CORPUS*

Por meio de todo o processo de ARS, realizado anteriormente, que levou a delimitação das duas *fanpages* mais relevantes para este trabalho, o *corpus* desta tese consiste na análise dos seguintes *posts* e comentários das *fanpages Jovens de Esquerda e Direita Vive 3.0*:

Tabela 9- Detalhamento do objetivo de pesquisa

<i>Jovens de Esquerda</i>	<i>Direita Vive 3.0</i>
<b>2018 – De 15 a 31 de março</b>	
<b>15 de março de 2018 – primeira publicação</b> <b>Título:</b> “Deixa eu exemplar direitinho..” <b>Número total de comentários:</b> 122	<b>15 de março de 2018 – primeira publicação</b> <b>Título:</b> Esse sim morreu por ser pobre <b>Número total de comentários:</b> 29
<b>16 de março 2018</b> <b>Título:</b> O Brasil não é para amadores <b>Número total de comentários:</b> 149	<b>15 de março de 2018</b> <b>Título:</b> O PSOL é co-responsável por essas mortes, pois é o partido que mais defende a impunidade. <b>Número total de comentários:</b> 19

<b>17 de março de 2018</b> <b>Título:</b> - <b>Número total de comentários:</b> 67	<b>16 de março de 2018</b> <b>Título:</b> Bolsonaro mais uma vez mostrando que é diferente, que não precisa fazer de morta de uma pessoa um PALANQUE POLÍTICO. <b>Número total de comentários:</b> 222
<b>21 de março</b> <b>Título:</b> - <b>Número total de comentários:</b> 211	<b>18 de março de 2018</b> <b>Título:</b> Ai já forçou em... <b>Número total de comentários:</b> 163
<b>2019</b>	
<b>12 de março de 2019 -prisão</b> <b>Título:</b> Urgente – PMs ligados ao assassinato de Marielle foram presos no condomínio do Bolsonaro agora. <b>Número total de comentários:</b> 1,3 mil comentários	<b>13 de março de 2019</b> <b>Título:</b> Bolsonaro hoje em entrevista finalizou uma resposta sobre o caso Marielle. <b>Número total de comentários:</b> 13
<b>29 de outubro de 2019</b> <b>Título:</b> Essa denúncia envolvendo Bolsonaro no processo de assassinato contra Marielle, mexeu com o Presidente que ficou descontrolado! <b>Número total de comentários:</b> 2,7 mil	<b>29 de outubro de 2019</b> <b>Título:</b> Extrema imprensa c@analha, 'bandilixo' vcs estão perdendo a credibilidade. Presidente o povo está com o senhor, vamos para a rua de novo se preciso for Preicos. <b>Número total de comentários:</b> 180

Fonte: Elaborado pela autora.

A escolha das publicações levou em consideração: (i) as palavras-chave indicadas na busca do *Google Trends* e (ii) dentro do período proposto, as postagens como maior número de comentários conversacional (PAVEAU, 2017). Desse modo, ao todo, serão analisados 12 *posts*, sendo seis para cada *fanpage* – quatro, de 2018 e dois, de 2019. Além disso, o número de comentários analisados é de, no máximo, 10 por postagem, dando preferência aos comentários discursivos. Vale ressaltar que os comentários foram escolhidos utilizando os “comentários mais relevantes”, do próprio *Facebook*.

#### 4.4 METODOLOGIA SEMIÓTICA

Tomaremos como base metodológica, para o campo linguístico-discursivo, a semiótica de linha francesa. Posto isso, estabelecemos um conjunto de categorias pelas quais os textos serão analisados, sendo que estas encontram-se desenvolvidas, sobretudo, nos capítulos dois e três, tendo como escopo:

1. As interações entre *post*-comentário/comentário-comentário, usando como categorias, as interações discursivas (OLIVEIRA, 2013), regimes de propagação (FECHINE, 2019) e o aumento enunciativo (PAVEAU, 2017).
2. A análise do discurso intolerante, por meio do percurso teórico desenvolvido por Barros (2011; 2016), sanção, paixões, temas e figuras, tensividade e as relações de alteridade de Landowski (2012), a saber, assimilação, exclusão, admissão e segregação.

Além disso, esses regimes serão balizados pela complexidade discursiva (BARROS, 2013). Salientamos que, quando necessário, outras categorias semióticas serão acionadas na análise. Uma vez concluído o quadro teórico, acima, o trabalho passa para o momento de

interpretação da análise, em diálogo com as referências apresentadas na fase bibliográfica. Esse momento marca o cerne desta tese, uma vez que são apresentadas as interpretações dos dados, provenientes das análises específicas, acompanhadas dos resultados e seus desdobramentos, a fim de responder o problema da pesquisa e atingir o objetivo proposto, possibilitando chegar às conclusões finais.

## 5 INTERAÇÕES DISCURSIVAS NO PAR *POST*/COMENTÁRIO

Tal como acontece na vida cotidiana, em *sites* de redes sociais, como o *Facebook*, colocar-se em interação corresponde ao ato de enunciar com o outro, por meio de um simulacro da estrutura de comunicação, que possibilitam um *fazer* ser visto. Entendemos, sob a luz da semiótica discursiva, a enunciação como o ato de dizer, que produz um enunciado, sendo “ao mesmo tempo a instância da instauração do sujeito (da enunciação)” (GREIMAS; COURTÉS, 2016, p. 167). Em complemento, segundo Fiorin (2016), a enunciação caracteriza a instância que carrega as categorias que projetam o enunciador no enunciado, por meio de um conteúdo linguístico da ordem da pessoa, tempo e espaço.

Assim, só existe enunciação quando temos um “eu” que diz “eu”, instaurando “tu” (pessoas) e determinando um “aqui” e um “agora” (espaço e tempo). Em outros termos, o sujeito é aquele que toma a fala, a partir de um tempo e de um espaço, e essa instauração ocorre por meio de mecanismos de *debreagem* e *embreagem*. O primeiro, de acordo com Greimas e Courtés (2016, p. 111), é “a operação pela qual a instância da enunciação disjunge e projeta fora de si, no ato de linguagem e com vistas à manifestação, certos termos ligados à sua estrutura de base”, constituindo, desse modo, elementos do enunciado – pessoa, tempo e espaço. A *debreagem* pode ser enunciativa, quando se instala na enunciação actantes do *eu, aqui e agora*, e enuncia, com actantes do *ele, lá e então*. Já a *embreagem* é responsável pelo retorno à enunciação, por meio da neutralização de pessoa, tempo e espaço.

Há, ainda, que se considerar um segundo e terceiro ordenamento enunciativo, que comporta a existência dos pares: narrador-narratário e interlocutor-interlocutário, que são instalados, explicitamente ou não, no enunciado. Mesmo quando há uma aparente ausência, existe, indubitavelmente, um actante inserido no enunciado, responsável pelas avaliações e interpretações do que é dito. Dessa forma, o enunciador se desdobra em um narrador, responsável pela palavra, dentro do enunciado, assim como o enunciatário manifesta-se em um narratário. Se o narrador delega voz a um personagem, no interior do texto, temos, nesse caso, *debreagens* internas, originando interlocutores e interlocutários.

Ainda na enunciação, cabe salientar a forma de manipulação discursiva, isto é, as camuflagens subjetivantes e objetivantes. A camuflagem, segundo Greimas (2014, p. 123), é uma estratégia de manipulação discursiva, que tem como objetivo a “adesão do destinatário, único meio de sancionar o contrato de veridicção”. Ela está relacionada à produção da

veridicção, ou seja, na construção de um *fazer-parecer-verdadeiro*, podendo ser identificada por meio de dois regimes: a camuflagem objetivante e a camuflagem subjetivante.

Na primeira, há uma eliminação do sujeito da enunciação, por meio da debreagem enunciativa. Segundo Greimas (2014, p. 123), nesse regime, para que a comunicação seja aceita como verdadeira, “ela procura parecer não o discurso de um sujeito, mas o puro enunciado das relações necessárias entre as coisas, e para isso apaga, tanto quanto possível, todas as marcas da enunciação”. Por outro lado, a camuflagem subjetivante está para a debreagem enunciativa, em que o sujeito da enunciação se instaura como “eu fiador da verdade (quando sabemos que o eu instalado no discurso não é verdadeiramente o eu enunciador) ao passo que a comunicação dessa verdade exige dele a construção de uma ‘máquina de produzir o efeito de verdade’” (GREIMAS, 2014, p. 123). São, portanto, dois regimes distintos, mas que têm como finalidade a produção de um *parecer-verdadeiro*.

Logo, as categorias do enunciado instalam um conteúdo linguístico, que “permitem que a situação de comunicação seja compreendida pelo enunciatário – quem quer que seja” (AVEZEDO, 2020, p. 56). Para além disso, de acordo com Oliveira (2013), mais do que um processo comunicacional, a enunciação se constitui em uma manifestação “em ato”, em um “um processo de interação criadora de sentido, [que] ao mesmo tempo se processam os modos de presença que vão de uma quase ausência com o assumir do ‘ele’ até à de co-presença do ‘eu-tu’ em contato e interação diretos do tipo corpo a corpo” (OLIVEIRA, 2013, p. 242).

Nesse contexto, a enunciação em ato instaura um processo de estar com o outro, por meio de estratégias enunciativas, em que, segundo Oliveira (2013), o enunciador e o enunciatário podem se relacionar em regimes de intransitividade e transitividade. Essas relações podem ser observadas na tabela 10.

Tabela 10 - Tipos de interação entre enunciador e enunciatário

INTERAÇÃO UNIDIRECIONAL	INTERAÇÃO BILATERAL Com tipos de transitividade		
	Edor e Etário separados nos seus atos de enunciação	Edor-Etário tem atos específicos na enunciação que são negociados.	Edor-Etário atuam em reciprocidade presencial na enunciação.
Edor-Ddor e Etário-Dtário estão em patamares diferenciados, que são hierarquizados. Edor comanda a enunciação enquanto Ddor, Etário processa as marcas deixadas pelo primeiro no discurso, sendo os seus fazeres determinados por esses atos de coerção da interação regida pelo Edor.	Edor-Ddor e Etário-Dtário são sujeitos volitivos dirigidos pela intencionalidade do Edor que conhece o Etário para poder montar as suas opções de interação, modos de negociação para atingir o convencimento do Etário levando-o a atuar enquanto seu par interacional e fazer o sentido. Enquanto Ddor, o Edor doa ao Etário competências cognitivas e performáticas.	Edor e Etário são sujeitos volitivos dotados das mesmas competências cognitivas. Suas sensibilidades atuando juntas, por reciprocidade fazem intuir o sentido que é sentido, as apreensões fazem viver experiências no discurso.	Edor e Etário são sujeitos volitivos dotados de iguais competências cognitivas que os possibilitam intercambiar posições no comando dos mecanismos enunciativos, com um atuar em reflexividade. Os dois co-enunciam o sentido por uma estratégia global de enunciação.
TIPOS DE CONTRATO			
Não há contrato, mas comando que prescreve a re-construção do sentido posto.	Há contrato: convencimento e fíducia dos passos do fazer o sentido.	Não há contrato, mas contato e experiência do fazer o sentido que emerge do fazer junto.	Não há contrato, mas dois co-enunciadores sintonizados e em reflexividade que alternam suas presenças para a produção do sentido.

Fonte: Oliveira (2013, p. 246).

Tal como visto no capítulo três, a intransitividade é por uma posição fixada, em que enunciador conduz o enunciatário. Já na transitividade, o enunciador e o enunciatário podem estar em três tipos de orientações, a saber: (i) menor transitividade, conduzida por uma intencionalidade, “fixada a partir do interesse do sujeito que comanda a interação” (OLIVEIRA, 2013, p. 245); (ii) transitividade em que enunciador e enunciatário “são levados a assumir uma interação de maneira participativa, dialogal” (OLIVEIRA, 2013, p. 245); (iii) transitividade marcada pela imprevisibilidade dos turnos, em “uma posição intercambiável em que os papéis da relação enunciativa encontram-se abertos e podem ser trocados conforme os dois processam o sentido a seu turno” (OLIVEIRA, 2013, p. 245).<sup>58</sup>

Em vista disso, este capítulo propõe-se a promover uma análise sobre as interações discursivas no par *post/comentário*. Partindo desse princípio, pretendemos iniciar nosso percurso analítico a partir da actorialização discursiva, convocando os conceitos de camuflagem subjetivante e objetivante (GREIMAS, 2014), para, enfim, chegarmos às interações discursivas

58 Adotaremos nesta tese a classificação de transitividade 1, transitividade 2 e transitividade 3 com o intuito de evitar repetições teóricas.

entre enunciador e enunciatário, fincadas nas conceituações que emergem dos estudos da sociosemiótica, mais especificamente, dos trabalhos de Oliveira (2013).

Ainda, antes de seguir adiante, é necessário esclarecer que consideramos, semioticamente, que a plataforma *Facebook* age como um enunciador/destinador, que visa atrair usuários por meio de um *fazer-criar* parte da rede e um *fazer-poder* ter visibilidade e autonomia. Destacamos, ainda, que este enunciador direciona seu enunciado a segunda pessoa, “tu”, tratado na forma de “você”, ao perguntar “No que você está pensando?”. Além disso, ele, também, utiliza de formas do infinitivo (“conectar”, “compartilhar”), para buscar inserir o enunciatário no Facebook.

Aceitando o contrato, os enunciatários/destinatários também “assumem a posição de narratários, nas formas de interações estabelecidas” (SILVA, 2013, p. 71). Desse modo, a manutenção desse contrato é vista por meio de ações interativas. Isto é, o destinador *Facebook* delega um poder *fazer-participativo* ao usuário, por meio de ações, como “compartilhamento”, “curtidas”, reações e/ou “comentários”, proporcionam ao destinatário um simulacro de pertencimento, de sentir-se parte de um determinado grupo social.

Mediante ao exposto, as duas *fanpages* em análise nesta tese, assumem a posição de enunciatário em relação à plataforma *Facebook*, mas, por outro lado, ela se coloca como enunciador no que se refere à sua relação com os comentários. Nesses dois casos, temos que colocar-se em interação neste site de rede social corresponde a um ato de fala com o outro, por meio de mecanismos de interlocução, um simulacro comunicativo que coloca os sujeitos em interação, a despeito dos aparatos de mediação.

Nessa direção, ao tomarmos o foco da nossa análise, a relação entre *post/comentário* e *comentário/comentário*, temos que os sujeitos projetam nesses espaços o seu parecer, que é recuperado pelo outro por meio de um fazer interpretativo. Uma ressalva importante deve ser feita, este parecer é projetado por um *eu*, que é figurativizado no nome das *fanpages* e, sobretudo, no nome dos comentaristas. Com isso, veremos nas análises que seguem que, por mais que tenhamos um enunciador *eu*, que é demarcado, principalmente, no plano visual pelo nome e pela foto de perfil, este utiliza da manipulação discursiva para proferir seu enunciado. Esse modo de enunciar, como já dizemos, é percebido pela camuflagem subjetivante e camuflagem objetivante (GREIMAS, 2014) que produzem efeitos, respectivamente, de subjetividade e de objetividade. Ou seja, por mais que exista um *eu* demarcado visualmente, há, no enunciado, estratégias que, por ora, podem mascarar ou não este *eu*, propiciando efeitos de sentidos que serão apontados no decorrer da análise.

Dito isso, iniciaremos o exame pela *fanpage Direita Vive 3.0*, seguida pela *Jovens de Esquerda*. A análise seguirá as datas elencadas na seção: definição do *corpus* (vide seção 4.3).

### 5.1 INTERAÇÕES DIREITA VIVE 3.0

A primeira postagem, a ser analisada da *fanpage Direita Vive 3.0*, foi realizada no dia 15 de março de 2018, um dia após o assassinato da Vereadora Marielle Franco. Ela é constituída por um texto sincrético, composto pelas linguagens verbal e visual. Na parte visual, temos a imagem do motorista Anderson Gomes, também assassinado no atentado, já o texto verbal é constituído pela manchete do *site* compartilhado e pelo posicionamento do enunciador, no *post*, como é possível notar na imagem 38<sup>59</sup>.

Imagem 38 - Primeira postagem Direita Vive 3.0



Fonte: Facebook (2020).

Analisemos o enunciado do *post*.

Excerto 01: enunciado *Direita Vive 3.0*  
 “*Esse sim morreu por ser pobre*”.

O enunciado do excerto 01, tem como principal procedimento a produção de um discurso em terceira pessoa, caracterizando uma debragem enunciativa de pessoa. Tal característica gera um efeito de objetividade e imparcialidade. Sobre o compartilhamento da notícia, algumas ressalvas devem ser feitas. Conforme apresentado, no terceiro capítulo, Fechine (2019) propõe um modelo teórico acerca da propagação nos *sites* de redes sociais,

<sup>59</sup> Ressaltamos que nosso interesse analítico está no enunciado posto pela *fanpage Direita Vive 3.0*, assim como a do *Jovens de Esquerda*. O foco no item compartilhado será dado quando necessário.

composto por quatro termos: replicação, imitação, recriação e invenção. Assim, com base nesse modelo, parte-se do princípio de que a matéria do *site Isto É*, é a forma geradora em relação à qual passaram a circular a postagem. Contudo, apesar do enunciado da *fanpage* apresentar um mesmo traço sêmico, isto é, a morte do motorista, o conteúdo da *Direita 3.0* se distancia da proposta da *IstoÉ* por meio de uma recriação, marcado por uma variação temática, em que o enunciador sanciona a notícia negativamente.

Encontramos nesse enunciado, uma operação durativa de terminatividade, em que o observador parte de um acontecimento acabado (a morte), para afirmar seu ponto de vista, de que o motorista realmente morreu por ser pobre, algo que não é mencionado no título da matéria compartilhada. Com isso, as escolhas enunciativas do enunciador da postagem, deixam transparecer os valores que ele projeta sobre a morte de Marielle Franco, ocorrida um dia antes da publicação.

O *post* é o primeiro que remete ao assassinato, e sanciona a matéria compartilhada a partir de um pressuposto, ao dizer que “esse sim morreu por ser pobre”, que está presente no “esse sim” e no “pobre”. Assim, o enunciador pressupõe que a assassinato do motorista foi ocasionado pela sua situação econômica, como notamos nas figuras presentes na manchete da notícia: “desempregado” e “bico<sup>60</sup>”. Depreendemos, a partir disso, o tema da pobreza como o desencadeador do comentário do enunciador da *fanpage*, ao mesmo tempo que, por pressuposição, crê que Marielle não morreu por ser pobre ou, não morreu por não ser pobre. A partir desse julgamento, o enunciador-destinador cria uma nova rede enunciativa, em que a notícia compartilhada ganha uma nova interpretação. Assim, ela deixa de ser apenas uma informação, para ser recriada com uma variação temática ou figurativa (FECHINE, 2019).

Os enunciados subsequentes ao excerto 01 são:

Excerto 02: enunciado *Direita Vive 3.0*  
 “*Curta: Quebrando a esquerda – Politizando Você 2.0*”.

Excerto 03: enunciado *Direita Vive 3.0*  
 “*Camisas Bolsonaro a partir de 3 peças frete grátis. Modelos: [www.mituz.com.br](http://www.mituz.com.br)*”

Os excertos 02 e 03, diferentemente do primeiro, afastam-se da proposta temática sobre o assassinato do motorista Anderson, e direciona a uma isotopia de divulgação. Ambos utilizam a função conativa para proporcionar uma interação com o interlocutor. Segundo Barros (2020, p. 35), a função conativa ou apelativa procura “convencer ou persuadir [o interlocutor], e de que esperam, como resposta, atitudes e comportamentos, sejam linguísticos ou não”. Uma das

---

60 Popularmente a expressão fazer um bico faz referência a um trabalho extra, não oficial com o objetivo de melhorar a renda financeira.

marcas desse recurso é o verbo “curtir” (excerto 02), conjugado no imperativo afirmativo (curta) ou, ainda, o direcionamento para o *site* de compras de camisas do Bolsonaro, que, na ocasião, já apontava como candidato à presidência, pela direita.

Desse modo, a adesão aos enunciados dos excertos 02 e 03 podem ser vistos como efeitos de sentido de interação, do destinador com o destinatário (BARROS, 2020a), que o levam a um dever (modalização deôntica) de seguir uma página ou comprar uma camisa. Observamos, também, que essa persuasão utiliza os recursos próprios do discurso da internet, que são os *hiperlinks*, por meio de elementos clicáveis (o nome da página *Quebrando a esquerda* e o *link* do *site*), que direcionam o leitor para um outro discurso, proporcionando, deste modo, uma relação interdiscursiva realizada por meio de *hiperlinks*.

Passemos, agora, para a análise dos comentários. Semioticamente falando, percebe-se que a delimitação dos comentários é realizada de forma programada dentro da rede, isso porque, segundo o próprio *site* do *Facebook* (2022), há três tipos de métricas programadas para os comentários: (i) os comentários “mais relevantes”, que são aqueles “de amigos e de pessoas com mais visualizações, reações, respostas e outros aparecem no topo”, de acordo com dados do *Facebook*; (ii) os comentários mais recentes, que visam mostrar todos os comentários partindo do mais recente; (iii) todos os comentários, que mostram “todos os comentários, incluindo possíveis spam” (FACEBOOK, 2022).

Em vista disso, o sujeito tem acesso a um espaço de circulação automático, que parte de uma triagem personalizada, como listado no parágrafo anterior. Esse espaço, portanto, torna-se um campo que reforça valores ideológicos restritos àquele determinado grupo, por isso, a escolha dos comentários “mais relevantes” para esta análise, uma vez que essa posição ideológica nos é útil, para as análises interacionais e intolerantes.

Vejamos a primeira malha de comentários, da postagem (imagem 39).

Imagem 39- Comentários primeira postagem *Direita Vive 3.0*

Fonte: *Facebook* (2020).

Na categoria de pessoa, encontramos a predominância da debreagem actancial enunciativa, com uma projeção do ele, sem marcas explícitas do eu, propiciando um efeito de objetividade, tal como previsto pela camuflagem objetivante. Em outros comentários dessa mesma malha, existe a recorrência da mesma estratégia enunciativa de pessoa, e com textos similares. Assim, o contrato proposto pelo *post* é aceito por esses enunciatários/enunciadores, resultando em um grau fixado, isto é, o enunciador tem como objetivo comandar a interação, e o enunciatário, ao consentir tal posição, desenvolve a mesma temática proposta pelo enunciador, a saber, a pobreza, expressa em figuras como “bico”, “explorado”, “trabalho”, “sem carteira assinada”, “CLT”, “INSS”, “férias remuneradas” e “13”.

Além disso, há, ainda, uma ampliação, trazendo novos temas, como a minimização da morte de Marielle Franco, e valorização do motorista (“falando do motorista”, “efeito colateral”, “morte vereadora”, “falando do cara”, “toda vida vale”, “nem mais nem menos”) e as questões ligadas ao racismo (“era branco”, “pô”). Uma ressalva deve ser feita, ao aparecimento do tema do racismo no comentário 04. O enunciador utiliza a ironia para inverter uma pauta defendida pelos negros, a saber: os números elevados de assassinatos, e a baixa remuneração a pessoas negras.

Para concluir esta primeira análise, observamos a tabela 11. Vale ressaltar que este esquema estará presente no decorrer do capítulo, e representa o gênero em análise (*post* ou comentário), o tipo de camuflagem (objetivante e subjetivante) e os temas e figuras. Nosso

objetivo, com elas, é encontrar recorrências que nos auxiliem nas análises das interações discursivas.

Tabela 11 - Temas e figuras na primeira interação *Direita Vive 3.0*

GÊNERO	CAMUFLAGEM	TEMAS	FIGURAS
<i>Post</i>	Objetiva	Pobreza	Desemprego, bico, pobre
Comentários	Objetiva	Pobreza	“bico”, “explorado”, “trabalho”, “sem carteira assinada”, “CLT”, “INSS”, “férias remuneradas” e “13º”.
		Minimização da morte de Marielle Franco e valorização da morte do motorista Anderson	“falando do motorista”, “efeito colateral”, “morte vereadora”, “falando do cara”, “toda vida vale”, “nem mais nem menos”
		Racismo	“era branco”, “pô”

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir do esquema, podemos concluir que o *post* instaura uma relação de transitividade, baseada na intencionalidade do enunciador-destinador em convencer o enunciatário-destinatário a aceitar o contrato previsto, isto é, um *fazer-participativo* nos comentários. Para tanto, o enunciador “conhece o enunciatário para poder montar as suas opções de interação” (OLIVEIRA, 2013, p. 246), ou seja, espera-se que os seguidores da *fanpage* compartilhem os mesmos valores e crenças da *Direita Vive 3.0*, a ponto desta postar enunciados que propiciem uma interação.

Na análise, vimos que os comentadores aceitam o contrato, como pode ser notado nas escolhas temáticas e figurativas similares e resumidas na tabela 11. Ressaltamos que esses enunciatários reconstróem o sentido (FECHINE, 2014) proposto pelo *post* no momento em que há uma ampliação discursiva nas temáticas e nas figuras, ocasionando um complemento ao ponto de vista do texto primeiro (o enunciado da postagem). Desse modo, enunciador e enunciatário apresentam uma orientação fixada, com um grau menor de transitividade, em que não há trocas de posições, mas sim, uma sequência de turnos, conduzida pelo enunciatário.

Mais especificamente, tanto no *post* quanto nos comentários as estratégias enunciativas são as mesmas, a saber: o uso da camuflagem objetivante, mesmo que possamos resgatar marcas subjetivas, o uso do pressuposto e a atribuição de valores disfóricos a determinadas figuras, que se vinculam ao tema pobreza, a desvalorização da morte do motorista, e conseqüentemente, a minimização da imagem de Marielle Franco.

O segundo *post* de análise, também do dia 15 de março de 2018, é um texto verbal, como notamos na imagem 40.

Imagem 40 - Segunda postagem *Direita Vive 3.0*



Fonte: *Facebook* (2020).

Observamos o enunciado do *post*.

Excerto 04: enunciado *Direita Vive 3.0*

“O PSOL é co-responsável por essas mortes, pois é o partido que mais defende a impunidade.”

O enunciado do excerto 04 apresenta marcas de uma debreagem actancial enunciativa, sem evidenciar o “eu” explícito, característico da camuflagem objetivante. Em relação aos temas, observamos os seguintes percursos temáticos-figurativos: (i) *político*, figurativizado no “Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)” e na utilização do lexema “vereadora”; (ii) *imoralidade*, expresso em figuras como “impunidade”, no que se refere à da defesa de bandidos; e, principalmente, (iii) *a minimização de Marielle Franco*, sinalizado em figuras presentes no título da matéria compartilhada, como “violência” e “milhões de brasileiros”. Assim, o enunciado da *Direita Vive 3.0* utiliza desses temas para criar uma isotopia político-social, sancionando disforicamente o *PSOL*, partido ao qual Marielle Franco era filiada, e por pressuposição a esquerda.

Com base no modelo proposto por Fechine (2019), temos, novamente, a incidência da recriação, em que ocorre “uma mudança temática ou figurativa de segundo grau” (FECHINE, 2019, p. 49). Há, portanto, um distanciamento da proposta da matéria compartilhada com o enunciado do *post*, apesar de ambos apresentarem um traço sêmico similar. Sendo que este afastamento é realizado com base em *fake news*. O enunciador do *post* (excerto 04) baseia-se em um discurso mentiroso, que pressupõe que o partido de esquerda, *PSOL*, defende bandido,

acarretando uma das principais *fake news* disseminadas contra Marielle Franco, a saber: que Marielle defendia bandidos. Contudo, o enunciado pode ser desmascarado, ao relacionarmos com outros textos<sup>61</sup>, que apontam que o *PSOL* tem como principal bandeira a defesa dos direitos dos trabalhadores e direitos humanos básicos, em especial, de mulheres, negros e população LGBT, e que Marielle nunca defendeu qualquer ato criminoso, inclusive, ela auxiliava familiares de policiais assassinados, quando foi assessora da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

Além disso, de acordo com matéria publicada pelo *site* da *Exame*<sup>62</sup>, nos dias subsequentes à morte de Marielle, o *fanpage* do *PSOL* no *Facebook* recebeu diversos ataques que ligavam a vereadora, o partido e seus pares como defensores dos direitos de criminosos. Conforme aponta a notícia, os ataques foram tantos que superaram, em número, as mensagens de solidariedade pela morte da parlamentar. A justificativa alegada por esses comentaristas é de que pedir a prisão dos assassinos é uma contradição, visto que o *PSOL* é um partido imoral, que visa beneficiar o direito dos bandidos e não se preocupam, por exemplo, com diversas mortes de policiais, o que leva a um dos temas do *post*, a imoralidade.

Portanto, o enunciador do *post* interpreta que à defesa aos Direitos Humanos, proposta pelo *PSOL* e por Marielle, como um ato de defesa aos bandidos. Há, portanto, uma elaboração do simulacro de verdade, em que o enunciador *crê ser* verdadeiro seu ponto de vista, e propaga a informação como verdadeira. Logo, a *fanpage* tanto *crê ser* verdade a notícia veiculada pelo *Ceticismo*, como a recria, propiciando um aumento, uma atualização “de um ‘estoque’ de significados” (FECHINE, 2019, p. 51), a partir de relações intertextuais ou interdiscursivas.

Outro ponto importante é a origem da publicação compartilhada, o *site* do *Ceticismo Político*. Na ocasião, ele era classificado como um *site* da nova direita brasileira, com conteúdo político engajado, sem expediente, nem fonte de contato, sendo, portanto, classificado como um *site* fantasma, segundo dados do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)<sup>63</sup>. Ressaltamos que o mesmo estudo

---

61 <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/cinco-mentiras-que-espalharam-sobre-marielle-equipe-da-ex-vereadora-lanca-site-contra-fake-news/>. Acessada em: 14/03/2022 e <https://exame.com/brasil/apos-morte-de-marielle-psol-e-atacado-por-defender-bandidos/>. Acessado em 29/11/2021.

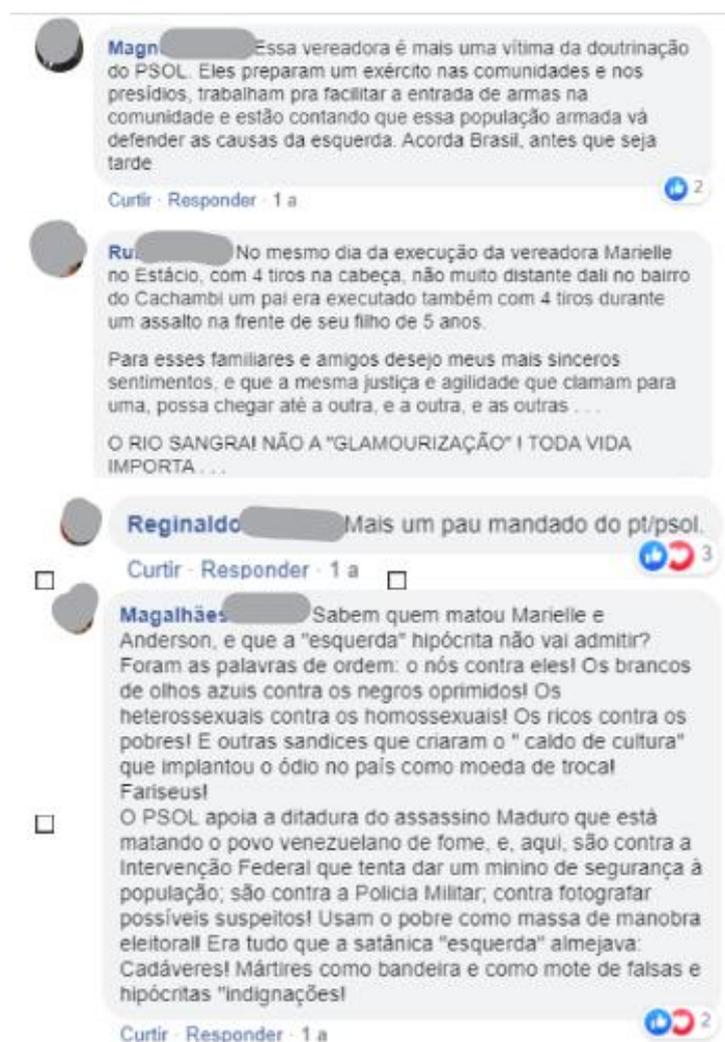
62 <https://exame.com/brasil/apos-morte-de-marielle-psol-e-atacado-por-defender-bandidos/>. Acessado em 29/11/2021.

63 <https://catracalivre.com.br/cidadania/marielle-a-origem-das-mentira-leva-um-site-fantasma/>. Acessado em 29/11/2021

classificou o *site* como um dos responsáveis por contribuir para a propagação de *fake news* sobre Marielle Franco<sup>64</sup>.

Passemos, agora, para a análise dos comentários (imagem 41).

Imagem 41- Comentários segunda postagem *Direita Vive 3.0*

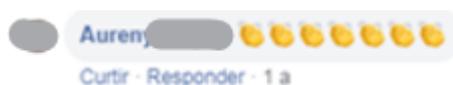


Fonte: Facebook (2020).

Na data de coleta, o *post* em análise apresentou uma maior interação no número de compartilhamentos (50) e de curtidas (397), comparado ao número de comentários (19). Desses, apenas 6 são comentários discursivos, os demais apresentam *emojis* aplaudindo. Como podemos notar na imagem 42.

64 <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/05/26/conheca-donos-de-sites-de-guerra-politica-que-se-espalham-como-noticia.htm>. Acessado em 29/11/2021

Imagem 42 - Comentários segunda postagem  
*Direita Vive 3.0 - II*



Fonte: *Facebook* (2020).

Com base na classificação dos comentários, apresentada no capítulo três, consideremos esse tipo de comentário como relacional (PAVEAU, 2021), tendo a finalidade de manter um contato com o enunciador, por meio de gestos. Semioticamente, há uma sanção positiva ao enunciado por meio de ato performativo, sem gerar um discurso sobre o conteúdo primeiro, apenas sancionando-o, positivamente. Passando para os comentários discursivos, no que rege a actorização, novamente, temos a predominância de debreagem actancial enunciva, sem marcas explícitas do eu, propiciando um efeito de objetividade, tal como prevê a camuflagem objetivante. Além disso, os comentários seguem a mesma linha temática do *post*, fixando a interação e aceitando o contrato proposto pelo enunciatário. Há, portanto, uma “construção cooperativa do sentido” (OLIVEIRA, 2013, p. 247), em que existe uma sequência de turnos entre enunciador e enunciatário, mas não há uma troca de posição entre eles, caracterizando uma transitividade do tipo 1, em que o enunciatário é convencido a seguir a intenção proposta pelo enunciador.

Em relação às figuras, algumas considerações devem ser feitas. A primeira relaciona-se ao uso das aspas, em figuras como “glamourização” “esquerda” e “caldo de cultura”, que remetem aos temas da minimização da morte de Marielle e da política. Diferentemente dos pressupostos gramaticais, a utilização deste sinal gráfico assume um valor linguístico no enunciado, pois expressa a sanção do destinador-julgador, evidenciando um juízo de valor sobre o dizer. Logo, a utilização das aspas nos comentários representam a colocação do eu implícito no discurso, emitindo um julgamento pejorativo das figuras em destaque. No caso do penúltimo comentário, por exemplo, a comentarista culpa os grupos políticos de esquerda pela implementação de uma oposição de alteridades que levam ao ódio. Assim, as aspas são utilizadas como uma estratégia de intensificar o ponto de vista da comentarista, mesmo o discurso sendo escrito por meio de uma debreagem enunciva.

Ainda sobre o penúltimo comentário, o ator da enunciação adota o procedimento de iconização, ao delimitar a espacialidade, por meio de figuras como “Maduro” e “venezuelano de fome”, remetendo ao governo da Venezuela, em contraposição ao Brasil, sinalizado por

figuras como “intervenção Federal”, “segurança a população”. Essa dicotomia é expressa pelo marcador temporal “aqui”, mais precisamente na passagem:

Excerto 03: enunciado da imagem 39

“(…) O PSOL apoia a ditadura de Maduro que está matando o povo venezuelano de fome, e, aqui, são contra a intervenção Federal (…).

O advérbio “aqui” sinaliza o espaço linguístico explícito do *eu*. Ou seja, a comentarista demarca o Brasil como o *aqui* e a Venezuela como um *lá*. Essa separação espacial é importante, pois um dos interdiscursos utilizados durante o contexto histórico, compondo o primeiro capítulo e utilizado pelo espectro de direita e extrema-direita, é de que a esquerda transformaria o Brasil em uma ditadura comunista, tal como acreditam ser a Venezuela, governada na ocasião, pelo presidente Nicolás, sucessor de Hugo Chávez. Então, a oposição *aqui* vs. *lá* retoma implicitamente o discurso do medo ao comunismo.

Conforme demonstrado no primeiro capítulo, um dos pontos principais para a ascensão e extrema direita no Brasil é a reciclagem do anticomunismo (MIGUEL, 2019). Por essa perspectiva, a esquerda tem sua imagem associada ao comunismo, que é uma doutrina que levaria o país a situações de pobreza e de corrupção. Portanto, é um inimigo a ser derrotado, para que haja a volta aos tradicionais, à família, à honestidade e à sexualidade comportada.

Além desse recurso, nos demais comentários, também, existem figuras ligadas a expressões de baixo calão, como “pau mandado” e “tnc” (tomar no cu). Logo, inferimos que apesar de a personalização do sujeito não estar demarcada pelo uso do pronome pessoal *eu*, da qual seria possível assumir explicitamente a debreagem enunciativa, o uso dos palavrões demarca uma subjetividade. Assim, temos um enunciado que busca construir um texto enuncivo e demonstrar uma imparcialidade, mesmo que falseada. Em virtude disso, oculta-se a utilização de marcas essencialmente subjetivas, como *eu*, mas, deixa transparecer escolhas lexicais implícitas, para determinar uma sanção ao discurso da postagem.

Além disso, o uso de palavras de baixo calão acarreta um juízo de valor de desqualificação do outro, que é moralmente reprovável. São, desse modo, marcas do excesso, característico do discurso da internet (BARROS, 2015). Assim, o uso dessa estratégia argumentativa está direcionado para o campo das relações afetivas e subjetivas, do que para argumentos credíveis. Logo, os comentaristas se julgam como detentores da verdade, portanto, creditáveis para instaurarem a sua verdade sobre a temática da supervalorização do assassinato da Marielle, por meio de figuras que sancionam os seus pontos de vista.

Outra expressão que nos chama atenção é o “Acorda Brasil”, presente no primeiro comentário. O uso do imperativo acentua, de acordo com a visão do comentarista, a temática

de ruptura com uma doutrinação “esquerdista”, cessando a continuidade do poder da esquerda. Notamos nos outros comentários o mesmo efeito de suspensão da esquerda, isto é, de sancioná-la como prejudicial ao Brasil, e, por isso, precisa ser interrompida. De acordo com Demuru, Fechine e Lima (2021), o verbo “acorda” sinaliza um discurso interpelativo, direcionando um chamamento, uma convocação de algo urgente, instaurando, mais uma vez, a verdade do enunciador (em conformidade com o tema de defesa dos bandidos e da doutrinação esquerdista) e da mentira, referente à supervalorização da Marielle.

Por fim, sinalizamos que esses temas e figuras são expressões, também, pelo espaço ocupado por eles no comentário, isto é, ao próprio lugar de interação reservado pelo *Facebook* ao gênero em análise. Sendo assim, os comentários “deixam de tomar a forma costumeira de enunciados verbais de pequena dimensão, com umas poucas linhas, para manifestar-se por meio fotos, memes, *gifs* e vídeos de tamanho grande” (GOMES, 2020, p. 132). Desse modo, no segundo comentário da imagem 41, destacamos uma ampliação espacial mediante ao uso da caixa alta (“O RIO SANGRA! NÃO A “GLAMOURIZAÇÃO! TODA VIDA IMPORTA) e, também, o uso do textão (GOULARTE<sup>65</sup>) no quarto comentário.

Mediante o exposto, temos o esquema da tabela 12.

Tabela 12 - Temas e figuras da segunda interação *Direita Vive 3.0*

GÊNERO	CAMUFLAGEM	TEMAS	FIGURAS
<i>Post</i>	Objetivante	Imoralidade Política Minimização da morte de Marielle	“impunidade”, “violência” PSOL, vereadora, partido “mesma”, “milhões”, “brasileiros”
Comentários	Objetivante	Minimização da morte de Marielle  Doutrinação da esquerda	“hipócrita”, “homossexuais”, “heterossexuais”, “brancos”, “negros”, “glamourização”, “vida importa”, “sangra”  “PSOL”, “vereadora”, “armas”, “exército nas comunidades”, “população armada”, “Brasil”, “Rio”, “pau mandado”, “PT”, “política”, “metralhadora”, “esquerda”, “Maduro”, “ditadura”, “venezuelano” e “bandido”.

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir do exame dos temas, das figuras e das relações interdiscursivas, inferimos que o caminho de leitura proposto pelo *post* se relaciona ao dos comentários, demarcando a aceitação do contrato posto, firmando-se, portanto, em uma interação bilateral de menor transitividade, sem troca de posições entre os participantes da enunciação. Neste caso, o enunciador do *post* projeta uma intencionalidade que é correspondida pelo enunciatário, que, por sua vez, assume seu turno enunciativo e, também, contribui para a ampliação, prolongando a temática por meio de adições de novas figuras. É interessante notar os todos os enunciados dessa malha criam um *parecer-verdadeiro* por meio da camuflagem objetivante, mas deixam marcas da subjetividade por meio da escolha de advérbios, adjetivos, palavras de baixo calão, o uso de aspas e a utilização do grafismo em caixa-alta.

Vejamos o *post* do dia 16 de março (imagem 43).

Imagem 43 - Terceira postagem *Direita Vive* 3.0



Fonte: Facebook (2020).

Constituídos por texto sincrético, o *post* apresenta o seguinte enunciado:

Excerto 05: enunciado *Direita Vive* 3.0

Bolsonaro mais uma vez mostrando que é diferente, que não precisa fazer da morte de uma pessoa um PALANQUE POLÍTICO.

Notamos que mesmo o enunciado da *fanpage* sendo resultado de um enunciador “eu”, que possui um ponto de vista acerca dos fatos que narra, existe, como principal procedimento no excerto 05, a produção de um discurso em terceira pessoa, gerando um efeito de objetividade

e imparcialidade. No entanto, é possível constatar marcas do “eu” no enunciado, por meio da utilização da expressão “palanque político” em letras maiúsculas.

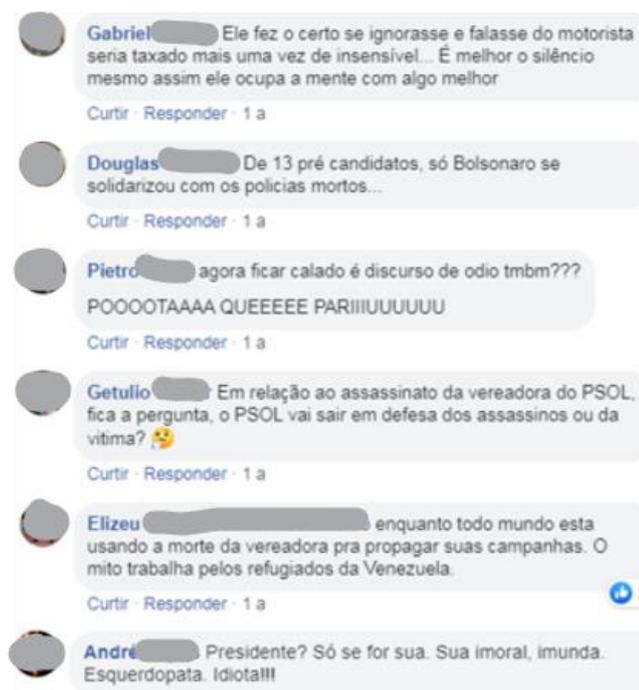
No que se refere ao plano do discurso, a postagem é perpassada por dois temas, a saber: a minimização da morte de Marielle, indicado por meio de figuras como “morte”, “pessoa” e o tema político, expresso nas figuras “Bolsonaro”, “mais uma vez” e “palanque político”. Duas ressalvas devem ser feitas. A primeira é em relação à expressão “mais uma vez”. De acordo com Fiorin (2016), ela representa uma duração descontínua, ou presente iterativo, em que a expressão pressupõe que Bolsonaro já havia tido um comportamento similar. Assim, o “mais uma vez” leva a uma repetição, caracterizando, portanto, uma duração descontínua e, também, um julgamento positivo sobre a atitude de Bolsonaro. O segundo ponto é que o recurso de caixa-alta em “palanque político” dá ênfase à ampliação espacial, sobrelevando o valor positivo da atitude de Bolsonaro e se estendendo sobre a posição política contrária dos demais pré-candidatos.

É interessante observar que nesses dois pontos – a utilização da expressão “mais uma vez” e da caixa-alta em “palanque político” – demarcam uma inversão de valores que o *post* realiza em relação à matéria compartilhada. Isto é, há uma recriação, com uma variação parcial, em que, apesar de manter um vínculo com a matéria, existe uma alteração do sentido. Ou seja, a *Veja* realiza uma crítica à Bolsonaro, ao afirmar que ele ignorou a morte de Marielle Franco. O enunciador da *Direita Vive 3.0*, por outro lado, pega a mesma informação e a sanciona positivamente, enaltecendo Bolsonaro por ser diferente “mais uma vez” e, por conseguinte, ele deve ser aplaudido, glorificado.

Em suma, temos uma descontextualização do texto compartilhado, inserindo-o em um contexto diferente. Segundo Barros (2020, p. 33), essa é uma das características da construção de um discurso mentiroso, em que “parte dele, em que textos verbais e visuais são retirados de seu contexto e/ou são recontextualizados”. Desse modo, o interdiscurso entre o enunciado do *post* e a matéria apontam incoerências e contradições, estabelecendo uma polêmica entre eles, que direciona à elaboração de uma *fake news*.

No conjunto das análises dessa malha de comentários, mais um traço recorrente foi identificado, tal como podemos notar nos comentários da imagem 44.

Imagem 44 - Comentários terceira postagem *Direita Vive*  
3.0



Fonte: *Facebook* (2020).

Os comentários utilizam a debreagem enunciativa de pessoa, que sinaliza uma camuflagem objetivante, sem marcas explícitas do “eu”. Assim, mesmo que haja uma ampliação do que é dito, tal como propõe Paveau (2021), esses comentaristas assumem um papel de enunciatários, seguindo a intencionalidade do contrato proposto pelo enunciador. Os temas abordados são os mesmos da postagem, a saber: política e a minimização, segundo o ponto de vista dos comentaristas, da morte da Marielle, em relação a outras, sobretudo de militares. Esses temas são manifestados por meio de figuras como “motorista”, “PSOL”, “Venezuela”, “polícias mortos”, “campanha” e “vereadora”.

Ainda sobre as figuras, é necessário ressaltar que nos demais comentários existem a reincidência de algumas figuras derivadas de neologismos, a saber: esquerdopata e esquerdolixo. Observa-se que a criação dessas novas palavras ocorre via composição, por meio da justaposição, unindo dois vocábulos sem perda de estrutura (esquerda + lixo) e por aglutinação, em que existe a suspensão de elemento fonético, como é o caso de esquerdopata (esquerda + psicopata). Assim, há uma ressignificação semântica da palavra esquerda, que assume um valor disfórico, associadas a críticas exacerbadas e frequentemente determinadas com adjetivações de baixo calão.



Tabela 13 - Transcrição comentários imagem 45

Comentarista	Enunciado
01	“O mito tá certo, morrem pessoas todos os dias do mesmo jeito dessa vereadora (ela), é mais uma como qualquer outra, morreu um pai (ele) na frente do filho no mesmo dia e ninguém comentou, a imprensa não está nem ai. Bando de hipócritas”
02	“Se você tem o pensamento que é só mais um como os outros, um de família que tu morreu citado aí é mais um como os outros então, pra que atenção ele merece então?”
03	Sem transcrição, porque não obtivemos o restante do comentário
04	“Se o mito morre? Apenas mais um. Hipócritas”.
05	“W.H, bom seria ele e mais 60 mil para o governo são apenas números para estatística da violência”.
06	Se falasse alguma coisa iam reclamar do mesmo jeito!! Essa esquerda é pobre, adora politizar até os mortos.
07	“ O cara perde tempo para chamar alguém de hipócrita com algo que não aconteceu, o cara usa uma suposição como medida para falar mal de alguém. Kkkkkkkkkkkkkk passo mal”
08	“W.N esse palhaço tá em umas três postagens fazendo graça”
09	“W.H Você ( ganha para falar merda e fazer hate ou é tão idiota que acaba fazendo de graça”.

Fonte: Elaborado pela autora.

O que vale observar, aqui, são os modos de debreagem interna. Logo, as interações iniciam com a postagem realizada pela *Direita Vive 3.0*. Como já apontado, o intuito do *post* é levar seus seguidores a interagir, seja por meio de curtidas, compartilhamentos ou comentários. Há, por consequência, uma intencionalidade de um *fazer-participativo*. Isto é, ao compartilhar a notícia da *Veja* e se posicionar contra o enunciador, deixa transparecer a imagem que faz da publicação e, ao mesmo tempo, reforça a sua imagem e suas crenças, tendo em vista que o ato de compartilhar determinada matéria e não outra, evidencia seus pontos de vista. Toda essa encenação discursiva se dá por meio da utilização de uma actorização em terceira pessoa, que concebe suposta imparcialidade e objetividade do enunciador, tal como previsto pela camuflagem objetivante.

Assim, o sentido do texto é orientado para uma leitura em que o pré-candidato Bolsonaro é exaltado por não se posicionar em relação à morte de Marielle Franco, pressupondo que os demais pré-candidatos e a própria revista *Veja* seguem uma direção oposta, considerados como antissujeitos. Isso fica evidente ao utilizar expressões como “[...] Bolsonaro mais uma vez mostrando que é diferente” e “palanque político”. Dessa maneira, a *fanpage* instaura um contrato com seus usuários e espera respostas alinhadas às suas crenças, levando, desse modo, o enunciatário a agir enquanto seu par interacional em um *fazer-participativo* da interação.

O comentarista 01 assume, em um primeiro momento, o papel de enunciatário, respondendo a publicação, como observamos na expressão “(...) o mito tá certo”. Temos,

portanto, a aceitação do contrato e o enunciatário assume o papel “projetado para ele ocupar no discurso” (OLIVEIRA, 2013, p. 245), em uma transitividade do sentido conquistado, em que as posições são regidas pelo enunciador. No entanto, é interessante observar que, ao mesmo tempo em que o comentarista 01 é enunciatário da postagem, ele, também, é instituído como um enunciador, quando outros usuários respondem a seu comentário, ocasionando um aumento enunciativo (PAVEAU, 2021).

Dessa maneira, se acompanharmos o prolongamento dos comentários, verificamos um desvio do assunto principal, por meio de enunciados que fogem ao contrato proposto. Como é possível notar nos excertos 06 e 07.

*Excerto 06: comentário M.R*

Um de família que tu morreu citado ai é mais um como os outros então, pra que atenção ele merece então? Se você tem o pensamento que é só mais um como os outros

*Excerto 07: comentário W.H*

Se o “mito” morre? Apenas mais um. Hipocritas.

Na análise dos excertos 06 e 07, temos dois narradores que interrompem a direção assumida pelo primeiro comentarista. Dessa maneira, compreendemos o *post* (enunciação primeira) como ponto de partida para discursos aumentados, seja por compartilhamento ou por comentários, sendo que, ao seguirem a mesma linha contratual, há uma continuidade, e, se houver uma polêmica, somos levados a uma ruptura isotópica. Sob esse ponto de vista, a temática do comentário em análise é de rompimento, de descontinuidade, assumindo, dessa forma, um antiprograma, com uma direção contrária a esperada, pelo *post*.

Teríamos, neste caso, uma imprevisibilidade dos turnos, ou, como explica Oliveira (2013), “não há contratos, mas dois co-enunciadores sintonizados e em reflexividade que alteram suas presenças para a produção do sentido”. Em outros termos, existe uma transitividade de posições em que, tanto enunciador quanto enunciatário, possuem posições abertas, que podem ser trocadas conforme vão processando o sentido. Assim, esses dois comentaristas rejeitam o contrato proposto pelo enunciador do *post* e, também, pelo enunciador primeiro do comentário, e passam a enunciar outro sentido. Eles se assumem como enunciadores não-autorizados para aquele espaço, subvertendo seus dizeres mediante a uma enunciação desviante. Isso ocorre com a instauração de uma nova temática, a potencialização da morte de Marielle, reafirmar a importância da divulgação de assassinatos como estes, e da valorização da vida, na sociedade.

Nesta análise, na construção desses discursos de subversão, existe a presença da figura retórica da ironia, presente no uso da expressão “apenas mais um”, nos dois excertos, assim como a palavra *mito* entre aspas. De acordo com Fiorin (2020), esta figura de linguagem é um:

[...] alargamento semântico, uma difusão sêmica. No eixo da extensão, um significado tem o seu valor invertido, abrangendo assim o sentido *x* e seu oposto. Com isso, há uma intensificação maior ao sentido, pois se finge dizer uma coisa para dizer exatamente o oposto. O que estabelece uma compatibilidade entre os dois sentidos é uma inversão. (...) Assim, a ironia é um tropo em que se estabelece uma compatibilidade predicativa por inversão, alargando a extensão sêmica dos pontos de vista coexistente e aumentando sua intensidade (FIORIN, 2020, pp. 69-70).

A ironia, portanto, apresenta duas vozes em conflito, sendo uma, o inverso da outra; uma inversão semântica. Tomemos, então, a utilização da expressão “apenas mais um” como um desencadeador de ironia nos enunciados. Isto é, os dois comentaristas a utilizam para ironizar o fato de que, se o comentarista primeiro prezasse tanto pelo tratamento igual das mortes, porque dar atenção à morte do pai e, caso Bolsonaro morresse, se ele continuaria a se posicionar de tal maneira. Cria-se, portanto, uma atitude do enunciador, que visa sentidos de sarcasmo e de desprezo pelo outro.

A imprevisibilidade criada nessa malha discursiva leva a uma troca de turnos, que propicia novos sentidos aleatórios. Observem os excertos.

*Excerto 08: comentário W.N*

W.H bom seria ele e mais 60 mil para o governo são apenas números para estatística da violência

*Excerto 09: comentário J.S*

W.N esse palhaço tá em umas três postagens fazendo graça.

*Excerto 10: comentário J.S*

W.H Você ganha para falar merda e fazer hate ou é tão idiota que acaba fazendo de graça

Essa nova ruptura temática apresenta uma sanção negativa ao posicionamento apresentado no excerto 06, colocando o comentarista como um mau ator social (imoralidade), ao utilizar figuras como “esse palhaço”, “você ganha para falar merda”, “é tão idiota”. São todos termos pejorativos, que difamam a imagem do *outro*. Além disso, os comentaristas utilizam recursos do gênero comentário em *Facebook*, como a marcação do nome, para indicar a direção da fala, nominalmente, ao sujeito a quem se destina, o que instaura um *eu-tu*, característico da camuflagem subjetivante. Nesse caso específico, os três excertos são marcados por três enunciadores que projetam, mediante a uma debragem enunciativa, um *eu* narrador, que instaura um *tu* enunciatário, por meio da marcação.

Logo, o indicador de direcionamento (em negrito, nos excertos) é primordial para apontar os pares internacionais da enunciação. Há, portanto, um simulacro de diálogo, levando

os parceiros a “assumir na interação de maneira participativa, dialogal e compartilhamento da descoberta do fazer sentido” (OLIVEIRA, 2013, p. 245). Ou seja, o comentarista do excerto 08 se posiciona contra o comentarista do excerto 06, assim como o comentarista do excerto 09 e o comentarista do excerto 08 completam o discurso do comentarista do excerto 10, tendo, portanto, um sentido que emerge no fazer junto, um sentido sentido. Nesse caso, o sujeito passa a ser afetado pelo discurso de um “enunciador não autorizado”, e enunciam, juntos, a favor do primeiro comentarista, em um *fazer junto* a ele. Nesse contexto, não há um contrato, mas um contato, uma experiência do sentido, que enunciador e enunciatário vão se ajustando na apreensão estésica, marcado por uma transitividade e reflexividade, com troca de turnos.

Ainda nessa malha analisada, evidenciamos uma retomada da temática do primeiro comentador, marcada por uma transitividade das posições regidas pelo enunciador, sem troca de posição, isto é, um sentido conquistado, regido pela intencionalidade, como podemos notar no comentário do excerto 11.

*Excerto 11:*

Se ele [Bolsonaro] falasse alguma coisa iam reclamar do mesmo jeito. Essa esquerda é podre adora politizar até os mortos.

Existe uma retoma da temática, proposta pelo primeiro comentador, recuperando o discurso de minimização da morte da vereadora (“politizar”, “mortos”) e da política (“esquerda”, “ele” [Bolsonaro]). Além disso, no comentário podemos destacar a utilização de uma oração subordinada adverbial condicional, iniciada com conjunção condicional “se”, expressando a hipótese de que qualquer fala de Bolsonaro levaria a uma retaliação da oposição. Nas orações seguintes deste excerto (“essa esquerda é podre adora politizar até os mortos”), o narrador pressupõe que os comentaristas do excerto 05 e 06 são de esquerda, mas, sobretudo, ele utiliza a palavra “esquerda” como forma de um coletivo, isto é, ele eleva a fala de dois sujeitos a um grupo maior, considerando que todos pensam da mesma forma. Além disso, o uso do “essa” cria um efeito de sentido de menosprezo.

Mediante o exposto, temos o esquema da tabela 14:

Tabela 14 - Temas e figuras da terceira interação *Direita Vive 3.0*

GÊNERO	CAMUFLAGEM	TEMAS	FIGURAS
<i>Post</i>	Objetiva	Política Minimização da morte de Marielle	Palanque político, mais uma vez. Morte, pessoa,
Comentário 01	Objetividade.	Minimização da morte de Marielle Doutrinação da esquerda	Motorista, policiais mortos, campanha, vereadora PSOL, Venezuela, esquerdopata e esquerdolixo
Comentários	Subjetivante presente nos comentários-respostas	Potencialização da morte de Marielle e valorização da vida. Imoralidade	Mais um como os outros, família, merece, “mito”, hipócritas, “mesmo peso”, esse palhaço, você ganha para falar merda

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir disso, podemos inferir que a ruptura temática, gerada nos comentários, instauram um enunciador não-autorizado, em que existe uma troca de posição, favorecendo uma intercambialidade de papéis, específica do sentido aleatório, permitindo uma maior autonomia discursiva frente ao enunciador. Contudo, a instauração de conteúdos não esperados, naquela bolha ideológica, propicia um efeito de polêmica e antagonismo. De acordo com Barros (2002), na polêmica:

[...] ao pressupor um conteúdo, o enunciador determina sua aceitação como condição de manutenção do “diálogo”, atingindo, portanto, o direito de fala do enunciatário e estabelecendo os limites do que pode ou não ser dito para que o discurso continue. Se o enunciatário recusa o pressuposto, o discurso não pode prosseguir e cria-se uma situação polêmica (BARROS, 2002, p. 100).

Partindo desta compreensão, salientamos a recusa da aceitação do ponto de vista do primeiro comentador, por parte dos comentadores 2 e 4, estabelecendo, dessa maneira, uma quebra contratual, em que não há reciprocidade entre o quadro de valores enunciador e enunciatário, modificando o sentido conquistado do comentário primeiro para um sentido aleatório. Tem-se, portanto, um rompimento da direção assumida pelo enunciador primeiro, um desvio que gera uma relação polêmica entre os comentaristas.

Passemos para o último *post* de 2018 (imagem 46).

Imagem 46 - Quarta postagem *Direita Vive 3.0*

Fonte: *Facebook* (2020).

*Excerto 12: enunciado Direita Vive 3.0*  
Ai já forçou em (sic)...

Assim, trata-se de um enunciado regido pela camuflagem objetivante, em que o efeito pretendido, além de se pôr como objetivo, é deslegitimar a matéria da revista, ao utilizar a expressão “Ai já forçou em (sic)”. Essa sentença é utilizada na oralidade para descrever situações exageradas. Nesse caso, especificamente, seria uma demasia pensar em Marielle assumindo outras funções públicas. Por mais que o texto tenha a função objetiva, ao sancionar disforicamente a matéria, com traços da oralidade, o enunciador deixa transparecer seu posicionamento, uma subjetividade implícita.

Em relação aos temas e figuras, novamente, há uma recorrência do tema minimização da morte de Marielle, apontado na expressão “ai forçou”, que se interliga ao tema principal, a política. Contudo, conseguimos identificar a maioria das figuras deste último tema, ao recorrermos aos textos verbal e visual, da matéria compartilhada. Desse modo, o percurso temático-figurativo da política equivale à Benedita da Silva, Vereadora, Deputada e Senado. Portanto, temos uma relação de recriação, tal como explica Fachine (2019), em que o *post* apresenta uma mesma isotopia, a polícia, mas com temas que distanciam a postagem e a publicação, recriando, desse modo, um enunciado de acordo com o ponto de vista do enunciador da postagem.

Passemos aos comentários (imagem 47).

Imagem 47 - Quarta postagem *Direita Vive 3.0*

Fonte: *Facebook* (2020).

Ao analisarmos os comentários, observamos que a mesma temática do *post* é mantida. Contudo, eles apresentam novas figuras, o que configura um aumento enunciativo do discurso, tal como previsto por Paveau (2021). Dentre elas, destacamos: “fuder”, “pilantra”, “merda”, “bandida safada”, “ninguém conhecia”, “mártir”, “presidente”, “aborto”, “analfabeto pilantra”, “marionete”, “sanguessuga”, “quinto dos infernos”, “Lula”, “Dilma”, “Benedita”, “porta”, “partido comunista”, “mulher escrota”, “safada”, “governadora”, “Rio”.

Assim, por mais que apareça a temática da minimização da morte de Marielle, como no comentário 02, o percurso temático-figurativo da política, é o que sobrepõe, nos comentários, principalmente, para sancionar negativamente o partido de esquerda e seus representantes, como os ex-presidentes, Lula e Dilma Rousseff, a ex-governadora do Rio de Janeiro, Benedita da Silva e todos os filiados ao PT. Logo, a intencionalidade do enunciador do *post*, firmando um contrato com o enunciatário, é alcançada quando as mesmas isotopias são mantidas, mas, sobretudo, quando a enunciação é reconstruída (FECHINE, 2014), a partir do aumento enunciativo, com novas figuras, como as que se ligam à polícia, que enriquecem a temática.

Desse modo, observemos a tabela 15:

Tabela 15 - Temas e figuras quarta interação Direita Vive 3.0

GÊNERO	CAMUFLAGEM	TEMAS	FIGURAS
<i>Post</i>	Objetiva	Política Minimização da morte de Marielle	“forçou em...”, “Marielle”, “deputada”, “vereadora”, “presidente da República”, “Benedita da Silva”
Comentários	Subjetivante	Política Minimização da morte de Marielle	“fuder”, “pilantra”, “merda”, “bandida safada”, “ninguém conhecia”, “mártir”, “presidente”, “aborto”, “analfabeto pilantra”, “marionete”, “sanguessuga”, “quinto dos infernos”, “Lula”, “Dilma”, “Benedita”, “porta”, “partido comunista”, “mulher escrota”, “safada”, “governadora”, “Rio”

Fonte: Elaborada pela autora.

A partir do exame dos temas e das figuras, notamos uma isotopia ligada ao antiesquerdismo, expressa por meio de adjetivos e palavras de baixo calão, que visa descreditar a imagem do *outro*, que é figurativizado na imagem de políticos ligados ao espectro da esquerda; para mais, o comentário 03 reforça essa intenção, na recuperação do tema do aborto, que é associado a uma pauta da esquerda, principalmente, à Marielle Franco. Como vimos, no primeiro capítulo, um dos projetos de lei apresentados pela Vereadora, no início do seu mandato, previa a criação de um programa de atenção humanizada ao aborto legal na cidade do Rio de Janeiro<sup>66</sup>. Seu objetivo era garantir às mulheres o direito de atendimento, em casos de aborto necessário, a saber: de risco de vida da gestante, de gravidez resultante de estupro e de abortos autorizados por decisão judicial.

Desse modo, evidencia-se a oposição binária entre esquerda (disfórica) vs. direita (eufórica), o que se relaciona com o que seria esperado do enunciador do *post*. Logo, há uma aceitação do contrato, existindo, portanto, convencimentos e fidúcias, que levam a um fazer sentido. Com isso, o enunciatário ocupa a posição que foi projetada para ele ocupar, na interação proposta pelo enunciador. Observa-se, no entanto, que diferentemente dos comentários analisados anteriormente, estes apresentam uma camuflagem subjetivante, em que o “sujeito da enunciação se declara como *eu* fiador da verdade” (GREIMAS, 2014, p. 123). Para tanto, utilizam do procedimento da debreagem enunciativa de pessoa, com o discurso em primeira pessoa.

66 <https://www.generonumero.media/quatro-propostas-de-marielle-franco-em-prol-das-mulheres-e-da-equidade-de-genero/>. Acessado em 16/02/2022.

Logo, esses comentadores são regidos por uma crença de ordem pessoal, que vai de encontro com a camuflagem objetivante do *post*. Pelas figuras, acima mencionadas, evidencia-se que a colocação do *eu* no discurso, promove um efeito de “verdade individual”, que é validada por todos os comentários analisados, pois seguem uma mesma linha temática. Mas, mais do que isso, um ponto importante a se destacar é o excesso da desqualificação do *outro*, tratando-o como inferior e o delimitando como antagonista político. Nos comentários das outras postagens, isso também acontecia, contudo, de uma forma mascarada e contida, na camuflagem objetivante.

Passamos, agora, para as publicações e comentários realizados durante o ano de 2019. O primeiro deles é datado do dia 13 de março de 2019, um dia antes de completar um ano da morte de Marielle Franco. Vejamos a imagem 48:

Imagem 48 - Quinta postagem Direita Vive 3.0



Fonte: *Facebook* (2020).

O *post* da imagem 48 é um texto sincrético, constituído por um vídeo e por um texto verbal, transcrito no excerto 09.

*Excerto 09: post Direita Vive 3.0 – dia 13 de março de 2019*

Bolsonaro hoje em entrevista finalizou uma resposta sobre o caso Marielle perguntando a uma repórter: “Eu também quero saber quem mandou me matar?”. O povo também quer saber presidente.



Vale destacar que, nesta postagem, não há um enunciado explícito da *Direita Vive 3.0*. Há, neste caso, de acordo com os regimes de propagação, uma replicação do conteúdo, por meio de uma repetição completa. Isto é, o enunciador compartilha o vídeo do *Endireita Fortaleza*

com o intuito de difundir o texto, sem que haja um agenciamento sobre o conteúdo. Mas, como ressalta Fechine (2019), o compartilhamento nunca é exatamente idêntico, pois o contexto implica adequações. Com isso, mediante as recorrências nas análises já realizadas, cremos que, pelo contexto, há uma sanção positiva aos dizeres da notícia.

Devido a este fato, optamos, neste *post*, em realizar a análise do enunciado compartilhado. Desse modo, a narração do enunciado é feita em debreagem enunciativa, com predomínio do *ele*. Em vista disso, temos como base, a camuflagem objetivante, mesmo que haja um discurso direto acarretando uma debreagem enunciativa, instaurando um *eu* no discurso, Bolsonaro. Isso se deve ao fato de que o enunciado é a descrição de uma parte do vídeo compartilhado, que corresponde a uma matéria jornalística. Portanto, dar voz ao presidente é uma maneira de legitimar as colocações anteriores, ao mesmo tempo que coloca Bolsonaro como protagonista da enunciação e, portanto, detentor da verdade individual, que é sancionada positivamente pelo enunciatário *Endireita Fortaleza*, que crer ser verdade o discurso, ao afirmar: “O povo também quer saber presidente”.

No que se refere à semântica discursiva, encontramos como tema, a facada recebida pelo Presidente Bolsonaro, no período eleitoral. O tema é recoberto por figuras, como “Bolsonaro”, “entrevista”, “Marielle”, “repórter”, “saber”, “matar”, “presidente”, “povo”. Entretanto, ressaltamos a necessidade de pontuar o emprego da figura “povo”.

*Excerto 12: post Direita Vive 3.0 – dia 13 de março de 2019*  
O povo também quer saber presidente 🇺🇦

No excerto 12, entendemos a palavra “povo” como um pressuposto de nós inclusivo. Este se configura, segundo Fiorin (2016), como a interligação do enunciador (eu) e do enunciatário (tu), que assume, a nosso ver, a posição de co-enunciador, suscitando na diminuição da distância entre o par enunciativo. Logo, ao sancionar positivamente a fala do Presidente Bolsonaro, ao afirmar que o povo também deseja saber quem é o mandante da facada, tem-se um efeito de enunciador-coletivo, que sobrepõe-se ao enunciador-individual. Assim, o julgamento produzido pelo dizer passa a ser coletivo e se mostra pelas marcas linguístico-enunciativas de um nós inclusivo, que sinaliza a inclusão da *fanpage* e da população como agentes que estão alinhados ao governo.

O *post* apresenta 13 comentários, sendo que, 7 possuem enunciados com *emojis* de “joinha” ou “palmas”. São, portanto, comentários com função relacional (PAVEAU, 2021), ou seja, tem como intuito uma relação simples, do tipo fática, expressando um ato performativo sobre o conteúdo primeiro. Neste caso, por meio do recurso visual (*emoji*), os comentaristas

criam um efeito de sentido de aprovação do *post*, de sanção positiva, ao mesmo. A partir do exposto, temos os seguintes (Imagem 49) comentários, para a análise:

Imagem 49 - Comentários quinta postagem *Direita Vive 3.0*



Fonte: *Facebook* (2020).

Ao analisarmos os comentários, notamos que todos apresentam uma debreagem enunciativa de pessoa, portanto, se constituem a partir de camuflagens subjetivantes, com a presença explícita de um *eu*, que se coloca como depositário da verdade, acarretando uma autenticidade àquilo que se enuncia. Mas, o que nos chama a atenção são os comentários-resposta, que se originam de uma imprevisibilidade dos turnos, de um "enunciador não autorizado" que rompe com o contrato proposto pelo *post*, subvertendo o sentido intencional proposto pela publicação. Desse modo, a linha temática abordada pelo *post* relaciona-se à fachada recebida por Bolsonaro, mais precisamente, em questionar quem foi o mandante do atentado. Em contrapartida, o comentário 01 (ver excerto 13) rompe a direção assumida pelo enunciatário da postagem, instaurando, assim, um antiprograma e uma polêmica.

Logo, apesar de o comentarista um começar seu discurso respondendo o questionamento do *post*, de que a Polícia Federal já tinha uma resposta para a fachada, ele faz um julgamento explícito, usando a primeira pessoa ("Mas eu arrisco a dizer [...]") e, para legitimar seu posicionamento, compartilha uma montagem com o *tuíte* do cantor, Marcelo D2, e uma foto em que aparece Bolsonaro e seus filhos, Flávio, Eduardo e Calos, com um a palavra em caixa alta, grafada, FAMILÍCIA, que deriva da justaposição das palavras família e milícia.

*Excerto 13: Tuíte D2*

"O cara não pode mais homenagear miliciano, empregar a família de miliciano, ser eleito com apoio de miliciano, ter laranja que se esconde na favela controlada por miliciano, votar contra CPi das milícias, elogiar a atuação das milícias que a imprensa já faz campanha de difamação".

O enunciado estabelece uma relação interdiscursiva com a temática da montagem, que corresponde à corrupção, expressa na figura da milícia. De acordo com notícia publicada pelo *webjournal O Povo*<sup>67</sup>, o Presidente Bolsonaro, militar de reserva, possui fotos divulgadas com figuras ligadas ao grupo de milicianos indiciados pela CPI das Milícias, na Assembleia do Rio Janeiro, assim como, já homenageou publicamente alguns ex-militares, também denunciados pela CPI. Segundo a notícia, a partir dessas aproximações, surge o argumento de que Bolsonaro e/ou seus filhos, supostamente, mantêm relações com as milícias do Rio de Janeiro.

Como evidenciado anteriormente, a partir dessa temática, instaura-se, nos comentários, uma intransitividade, em que enunciador e enunciatário trocam suas posições “no ato de enunciar comandando pela enunciação global” (OLIVEIRA, 2013, p. 247), propiciando um simulacro de diálogo. Com isso, há um aumento enunciativo do comentário, por meio da troca de enunciador e enunciatário, em que, os comentaristas 02 e 03, sancionam negativamente o comentário do primeiro comentador, respondendo, por meio de uma debreagem enunciativa de pessoa, que permite a construção actancial do “eu-tu”. Observem os excertos 14 e 15.

*Excerto 14: Comentário dois*

“Vc responde com um post do De dois?? Jura?! O maior maconheiro parceiro dos maiores traficantes, bandido, o cara só fala merda é contra tudo de ético e moral. E o Silvio Irenu Solva tem isso como exemplo...Olha... Uau! Difícil até responder a isso. Nível de ‘educação’ que os últimos 20 anos deixaram no país. Lamentável”.

*Excerto 15: Comentário três*

“Silvio Volta Marielle ninguém sabia de você quanto tava viva, o único que sabíamos que a mulher para ganhar fotos fez acordo com os milicianos, mas a esquerda tenta culpa o novo governo de tudo, isso é normal, igual ele será eleito em 2022”.

Chama a atenção, nos comentários, a maneira como os usuários conduzem o discurso para a construção de um antissujeito, a esquerda (tema político), que é figurativizada na expressão “últimos 20 anos”, que sinaliza o tempo de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), e “a esquerda tenta culpa o nosso governo”, demarcando um *nós* contra *eles*. Além disso, no comentário do excerto 14, as figuras “Marcelo D2”, “traficantes” e “bandidos”, também são alinhadas à esquerda, que é julgada, por ter deixado como herança uma educação “lamentável”. Logo, esse antissujeito impediu, durante anos, a obtenção de “objetos-valores”, como a “ética”, a “moral”, a “educação” e a “ordem”.

Disso segue que há uma inversão nos comentários, em que o primeiro comentarista é englobado ao movimento da esquerda, e esta, do ponto de vista dos demais comentaristas, é quem tem relação com a milícia e com o tráfico, e não Bolsonaro. Logo, podemos resgatar,

---

67 <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2021/06/02/o-que-e-um-miliciano-e-por-que-a-familia-bolsonaro-e-associada-a-esse-termo.html> acessado em 20/12/2021.

nesses discursos, temas como o antiesquerdismo e, também, o antipetismo, ao associarmos a passagem “Nível de educação que os últimos 20 anos deixaram no país”, que aponta para o governo petista. Desse modo, a salvação do país, supostamente, viria, como apontamos no primeiro capítulo, na figura de Bolsonaro, que resgataria os valores tradicionais, a família, a honestidade e, ao mesmo tempo, derrotaria o inimigo, ou seja, a esquerda, iconizada no PT (PRADO, 2018).

O primeiro comentarista tenta retomar seu discurso utilizando do pressuposto, para questionar se o terceiro comentarista (excerto 15) estava presente no – que entendemos ser – período pré-eleição municipal de 2016, no Rio de Janeiro, em que Marielle foi eleita. Isto porque o comentador 03 afirma que “Marielle ninguém sabia de você quanto tava viva, o único que sabíamos que a mulher para ganhar votos fez acordo com os milicianos”.

Assim, temos na tabela 16 a seguinte disposição:

Tabela 16 - Temas e figuras da quinta interação *Direita Vive 3.0*

GÊNERO	CAMUFLAGEM	TEMAS	FIGURAS
<i>Post</i>	Objetivante  Subjetivante (discurso direto Bolsonaro)	Facada em Bolsonaro	“Bolsonaro”, “entrevista”, “Marielle”, “repórter”, “saber”, “matar”, “presidente”, “povo”
Comentários	Subjetivante	Corrupção  Antipetismo, antiesquerdismo.	“milícia”  “PT”, “Marcelo D2”, “traficantes” “maconheiro”, “bandido”, “esquerda”, “Polícia Federal”, “miliciano”

Fonte: Elaborado pela autora.

Como vimos, o *post* parte da temática da facada em Bolsonaro e busca uma adesão do enunciatário, a um *fazer-participativo* nos comentários. Nos primeiros comentários, existe um sentido codificado, em que os comentadores utilizam à função fática dos *emojis* para sancionar a publicação, sem demonstrar um aumento enunciativo. Contudo, o que nos interessa é a inserção de um “enunciador não autorizado”, que recusa o contrato proposto pelo enunciador da *Direita Vive 3.0* e desvia a temática. Ele torna-se um enunciador independente, responsável por uma nova temática – a corrupção – e abre espaço para a polêmica, com outros enunciadores em uma intercambialidade de papéis que leva a uma imprevisibilidade dos turnos.

Passemos para a análise do último *post*. Ele remete à temática do suposto envolvimento de Bolsonaro no assassinato de Marielle. Como vimos, no primeiro capítulo, este episódio corresponde à matéria divulgada pela *Rede Globo*, no dia 29 de outubro de 2019, em que o

porteiro do condomínio, em que morava Bolsonaro e, também, Lessa – um dos assassinos condenados pelo assassinato – afirmou que Élcio de Queiroz – segundo envolvido no assassinato – entrou no condomínio, no dia do assassinato da Vereadora, informando que iria à casa 58, do “seu Jair”.

Mediante a repercussão da acusação, Bolsonaro realizou uma *live* no mesmo dia da divulgação da matéria, em suas redes sociais, alegando indignação com o conteúdo divulgado pela *Rede Globo*, fazendo duras críticas à emissora, chegando a pronunciar palavrões, inclusive, atribuindo-lhe os adjetivos pejorativos: “patifes” e “canalhas”. É justamente essa *live* que o *post* da *Direita 3.0*, do dia 29 de outubro de 2019, compartilha (Imagem 50).

*Imagem 50 - Sexta postagem Direita Vive 3.0*



Fonte: *Facebook* (2020).

A postagem é composta por um texto sincrético, tendo, em sua parte visual, o compartilhamento da *live* e, na parte verbal, o enunciado do excerto 16.

Excerto 16: *Post Direita Vive 3.0 – 29 de outubro de 2019*

“Extrema imprensa c@nalha”, “bandilixo” vocês estão perdendo a credibilidade. Presidente o povo está com o senhor, vamos pra rua de novo se for.

Diferentemente do que ocorre nos demais *posts*, notamos uma debreagem enunciativa no enunciado, indicando uma camuflagem subjetivante, com o predomínio do *nós* (eu + tu), expresso implicitamente no verbo “(nós) vamos” e, também, na inclusão do *eu* ao “povo”, compreendido como um *nós* inclusivo. Nesse caso, o enunciador pressuposto não é um indivíduo uno, mas, ele se estabelece como um ser coletivo, que fala pelos apoiadores do presidente, figurativizado no lexema *povo*, que sanciona negativamente a imprensa que apoia Bolsonaro.

Há, também, nesses casos, segundo Fiorin (1994, p. 101), um plural narrativo, “pois nele o narrador associa também o narratário”. Assim, o “vamos” indica que o narrador e o narratário empreendem a ação juntos. Para além disso, as marcas da subjetividade no discurso ficam evidentes no uso de palavras de baixo calão, como “c@anilha” e pelo neologismo “bandilixo” (que surge da justaposição “bando de lixo”). É interessante ressaltar o uso do grafismo “arroba” (@). Sua utilização no meio de palavras é uma estratégia comum nos discursos da internet, com o objetivo de mascarar o reconhecimento de palavras de baixo calão pelo algoritmo. De acordo com as diretrizes do *Facebook*<sup>68</sup>, um usuário pode ser banido da rede ou ter sua conta suspensa, caso utilize palavras consideradas inapropriadas, que geram violência, discriminação, xingamento ou discurso do ódio. Como maneira de burlar os algoritmos, certas pessoas utilizam símbolos, como o “arroba”, para evitarem a punição.

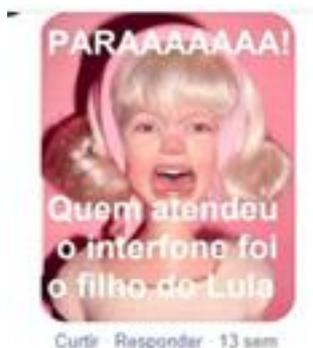
O uso da subjetividade, neste caso, marca um discurso apaixonado, com procedimentos enunciativos do excesso, baseado em crenças e afetos, em que os juízos éticos e inteligíveis são respaldados em argumentos considerados verdadeiros, pelo *eu*. Como expõe Gomes (2020, p. 138), o enunciador do *post* se julga detentor da verdade, aquele “que sabe que a sua verdade é onipotente e onipresente”. É, como já salientamos, um *eu* fiador da sua verdade, que crê estar certo de seu enunciado – de proteção a Bolsonaro e crítica à imprensa –, a ponto de convocar, por meio de um discurso interpelativo, seus enunciatários, a irem à rua em defesa do seu ponto de vista. Esse chamamento cria um efeito de sentido de proximidade, mas, sobretudo, de imediatismo, de urgência.

Assim, o discurso do enunciado permeia temas como a mídia e política/bolsonarismo, que são figurativizados em expressões como “extrema imprensa”, “c@anilha”, “bandilixo”, “perdendo a credibilidade”, “presidente”, “povo”, “senhor”, “vamos para a rua”. A partir disso, temos um enunciador que sanciona negativamente a mídia, mais especificamente a *TV Globo*, acusando-a de falta de credibilidade e de divulgar *fake news*, ao acusar, injustamente, Bolsonaro, de ter envolvimento com o assassinato de Marielle. Assim, o *post* tem uma condução de leitura direcionada ao contexto descrito, anteriormente. Por fim, ao consideramos os regimes de propagação, o *post* se enquadra no regime da replicação, pois o enunciador da postagem mantém a mesma temática, mantém o mínimo agenciamento, no sentido.

Ao passarmos para a análise dos comentários, destacamos a primeira aparição de *memes* nos 10 primeiros comentários. O comentarista, em questão, não realiza um enunciado direto, apenas compartilha a imagem da imagem 51.

---

68 <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/facebook-lancou-campanha-anti-palavroes-e-expulsa-da-rede-social-quem-nao-cumprir>

Imagem 51 - Comentário sexta postagem *Direita Vive 3.0*

Fonte: *Facebook* (2020).

Assim, no âmbito visual da imagem 51, identificamos a figura de uma boneca branca e loira, que apresenta feições de choro exacerbado (olhos contraídos e boca aberta), que se homologam com o enunciado verbal “PARAAAAA”. A repetição do “a” cria um efeito de extensão no discurso, além de simular uma entoação de intensidade do som de um grito. O estereótipo escolhido para a representação da boneca remete a uma ironia aos antipetistas. Segundo o sociólogo Marcelo Kunrath (2018), o uso desse padrão é observado em diversos *memes*, sobretudo com a imagem clássica dos bonecos da *Barbie* e do *Ken* (brancos e de olhos claros), que no imaginário da esquerda, representa um elitismo brasileiro.

O efeito de humor é gerado, também, pelo enunciado, localizado na parte superior da imagem: “quem atendeu o interfone foi o filho do Lula”. É importante evidenciar que, durante as eleições de 2018, foram divulgadas inúmeras *fake news* culpando o filho do ex-presidente Lula, Fábio Luís, por diversos problemas econômicos do Brasil, como, por exemplo, o aumento do valor da carne. Dentre as notícias falsas, a principal afirmava que Fábio era dono da *Friboi*, marca da JBS<sup>69</sup>.

Assim, a expressão “tudo é culpa do filho do Lula” (e suas variantes) passou a ser comumente utilizada por grupos contra ao Bolsonaro, principalmente, quando o seu nome ou de algum de seus filhos eram divulgados em supostas denúncias. O objetivo é satirizar o fato, utilizando os mesmos recursos empregados pelos apoiadores de Bolsonaro, de que tudo é culpa do Lula e de seus familiares. Notamos que ao trazer o *meme* para o comentário, instaura-se o acidente, uma imprevisibilidade, já que o enunciatário rompe com o contrato proposto pelo

69 <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/publicacao-enganosa-sugere-que-alta-no-preco-da-carne-esta-relacionada-a-filhos-de-lula/>. Acessado em 25/04/2022.

enunciador. Contudo, diferentemente do que já vem sendo apontado, o comentário não resultou nem interações e nem curtidas.

Outros comentários (Imagem 52) que nos chamam a atenção partem, justamente, da construção de um antiprograma, de uma imprevisibilidade, mas, desta vez, com interação.

Imagem 52- Comentários sexta postagem *Direita Vive 3.0*



Fonte: *Facebook* (2020).

A comentarista 01 assume o um papel de enunciadora não autorizada, uma infiltrada, que sanciona negativamente o vídeo de Bolsonaro, questionando-o se ele não havia tomado seu remédio. No senso comum, essa expressão é utilizada quando um indivíduo está aparentemente nervoso, descontrolado, em que um segundo indivíduo questiona-o se ele tomou um calmante. O que nos interessa, no entanto, é que o comentário instaura uma imprevisibilidade. Desse modo, a descontinuidade, gerada pelo comentário 01, propicia o surgimento de uma continuidade da interação, por meio dos comentaristas 02 e 03. Notemos os excertos 17 e 18.

*Excerto 17: Comentário de Haber Duarte*  
“Já tomou seu litro de gala hj?”.

*Excerto 18: Comentário de Paulo Sérgio*  
“Já tomou sua esporrada na boca hoje? pelo jeito (sic) o amante te deixou toda gozadinha ne sua imbecil”.

Os dois comentários mantêm o padrão de pergunta realizada pela comentarista 01, se distanciando, desse modo, da temática do post e instaurando uma nova linha temática, a saber: a sexualidade e a misoginia, com figuras como “gala<sup>70</sup>”, “esporrada na boca” e “gozadinha”. Diante disso, vale ressaltar que circula na cultura brasileira machista um senso comum de que as mulheres, quando não realizam sexo com certa frequência, tornam-se agressivas e

70 Ato de engolir o sêmen masculino.

descontroladas. Por isso, “tomar gala ou esportada” deixaria a comentarista mais tranquila. Desse modo, constrói-se, por meio dos temas e figuras arrolados pelos discursos, uma isotopia ligada à saúde, em que, pela lógica dedutiva, Bolsonaro estava alterado, pois não havia tomado seus remédios, assim como, do ponto de vista dos comentários dos excertos 17 e 18, a comentadora 01, também, estava descontrolada, por não ter, supostamente, realizado o ato sexual.

Os demais comentários em análise, seguem um padrão, como podemos notar na imagem 53.

Imagem 53 - Comentários sexta postagem *Direita Vive 3.0* - II



Fonte: *Facebook* (2020).

Os três comentaristas se colocam como *eu* do discurso, que se dirigem para um *tu* (Bolsonaro), como notamos nas expressões “parabéns presidente”, “força presidente” e “acredito em sua honestidade”. Há, portanto, uma camuflagem subjetivante, em que os comentadores utilizam de uma sanção positiva para parabenizar o Presidente. Tal, como já apontamos, o uso da primeira pessoa propicia uma verdade individual, em que predominam argumentos ligados às crenças e valores do sujeito, que se considera detentor de sua própria verdade.

Além disso, é importante notar que, esses três comentários seguem a mesma linha temática do *post*, a defesa de Bolsonaro e acusação da mídia, mas, utilizando novas figuras que se interligam a novas temáticas, como a religiosa, no comentário 02, expressa por figuras como “missão divina” e “Deus”. É interessante observar que este enunciador termina seu enunciado,

realizando uma interdiscursividade com o *slogan* de campanha de Bolsonaro, a saber: “Deus acima de tudo, Brasil acima de todos”, o que demonstra a aceitação do contrato do *post*, legitimada pela expressão.

Os outros dois comentários apresentam temas ligados ao (i) comportamento de Bolsonaro no vídeo (“fala palavrão mesmo”, “o povo está com o senhor SEMPRE”), (ii) exaltação dos atributos pessoais do Presidente (“forte”, “corajoso”, “honesto”); (iii) e a crítica à mídia (“ele [mídia] não vão desistir nunca”, “mídia quer voltar a ganhar fortunas nas costas do povo”). Existe, portanto, nos três, a aceitação do caminho de leitura, proposto pelo enunciador da postagem, comprovada, justamente, nos temas descritos, acima. Neste caso, os comentaristas julgam Bolsonaro como um sujeito que salvará o povo das mazelas, creem na sua verdade e instauram, a mídia, como mentirosa, que parece dizer a verdade, mas não diz.

O esquema representado na tabela 17 sintetiza nossa investigação.

Tabela 17 - Temas e figuras sexta interação *Direita Vive 3.0*

GÊNERO	CAMUFLAGEM	TEMAS	FIGURAS
<i>Post</i>	Subjetivante	Defesa Mídia Ativismo	Extrema imprensa”, “c@analha”, “bandilixo”, “perdendo a credibilidade”, “presidente”, “povo”, “senhor”, “vamos para a rua”
Comentários	Subjetivante	Defesa Mídia Religião Ativismo Saúde Sexualidade Misoginia	“gala” e “esporrada na boca” e “gozadinha”, “forte”, “corajoso” “honesto”, “palavrão”, “mídia”, “senhor”, “missão divina”, “Deus”, “dedo na cara”, “Brasil”.

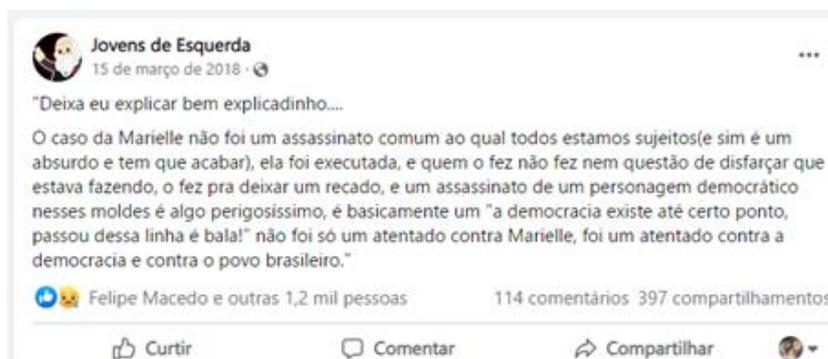
Fonte: Elaborado pela autora.

Assim, temos a postagem como desencadeadora de interações, que visa, tal como é previsto pelo sentido conquistado, estabelecer uma intencionalidade para conduzir a leitura do enunciatário, a fim de convencê-lo a atuar como seu par interacional. E, é isso que ocorre com os três últimos comentaristas analisados: eles aceitam o contrato e ampliam o campo discursivo, agregando novas figuras ao sentido proposto pelo enunciador-destinador. Por outro lado, notamos que a presença de um “enunciador não autorizado” leva a um desvio das articulações, propostas pelo *post*, acarretando uma nova interação, baseada na imprevisibilidade. Por fim, ressaltamos que, nesta última análise, por mais que o assunto se interligue ao assassinato de Marielle, em momento algum, seu nome fora mencionado, o que minimiza a importância da sua morte e enaltece o evento da facada, de Bolsonaro.

## 5.2 INTERAÇÕES JOVENS DE ESQUERDA

O primeiro *post* de análise, da *fanpage Jovens de Esquerda*, é datado do dia 15 de março de 2018, um dia após o assassinato da Vereadora Marielle Franco. Vejamos a imagem 54.

Imagem 54 - Primeira postagem *Jovens de Esquerda*



Fonte: Facebook (2020).

O *post* é um texto verbal, caracterizado pela replicação, no que tange ao regime de propagação, em que o enunciador compartilha o texto por meio de uma repetição completa. Ou seja, "o grau de intervenção do usuário sobre o objeto espalhado comporta uma variação tão ínfima que é preferível tratá-lo como uma completa repetição" (FECHINE, 2019, p. 40). Notamos que essa replicação completa se dá por meio da utilização das aspas, assumindo, desse modo, uma camuflagem subjetivante, com um efeito de sentido de verdade. Em outros termos, de que o discurso parece e é verdadeiro, uma vez que tem-se a impressão de uma fidelidade absoluta do que está sendo reproduzido, uma integridade do discurso citado e uma autenticidade do que se reproduz.

No caso específico do enunciado do *post*, há, pressupostamente, o objetivo de compartilhar um texto que explique a morte de Marielle Franco, seguindo o posicionamento político-ideológico da página (de esquerda). Para tanto, ele utiliza um texto que corrobora seus posicionamentos, a partir de temas como: (i) elucidação; (ii) política; (iii) e potencialização do assassinato de Marielle ("não foi um assassinato comum"). Eles são expressos por figuras como "executada", "assassinato", "deixar eu explicar", "personagem democrático", "democracia", "moldes perigosos", "bala", "atentado", "povo brasileiro". Assim, temos a construção de um percurso de leitura em que o interlocutor explica que o assassinato da Vereadora é um acontecimento singular, que merece destaque e investigação, pois é um ataque à democracia brasileira e, sobretudo, ao povo, uma visão antagônica ao que observamos, nas análises da *Direita 3.0*.

Uma das estratégias usadas por esse interlocutor, para dar força argumentativa a esse ponto de vista, é a figura retórica da metonímia, no final do enunciado. Observem o excerto 19:

*Excerto 19: Post do dia 15 de março de 2018 – Jovens de Esquerda*

“(…) não foi só um atentado contra Marielle, foi um atentado contra a democracia e contra o povo brasileiro”.

De acordo com Fiorin (2020), a metonímia tem um valor argumentativo forte, pois ela proporciona um espelhamento sêmico no eixo da extensidade, e uma velocidade maior ao sentido, no eixo da intensidade. Em outras palavras, quando o enunciador diz que não foi um atentado contra a Marielle, mas contra a democracia e ao povo brasileiro, temos um englobamento, uma parte pelo todo. Assim, no eixo da extensidade, temos a transferência de um valor sêmico para o outro (Marielle para democracia e povo brasileiro), e no eixo da intensidade, uma aceleração na velocidade do sentido, em que se engloba, o atentado contra Marielle ao atentado contra a democracia, com a supressão de etapas de sentido.

Ao passarmos para a análise dos comentários, sinalizamos que a primeira interação de comentários segue a mesma linha temática prevista pelo *post*, de esclarecimento dos fatos, figurativizado em “entender melhor”, “morta”, “pms” e “😱 (rosto espantado)”; inclusive, a comentarista marca uma outra comentarista, para que esta leia a postagem e entenda os motivos do assassinato de Marielle. Vejamos:

Imagem 55- Comentários primeira postagem *Jovens de Esquerda*



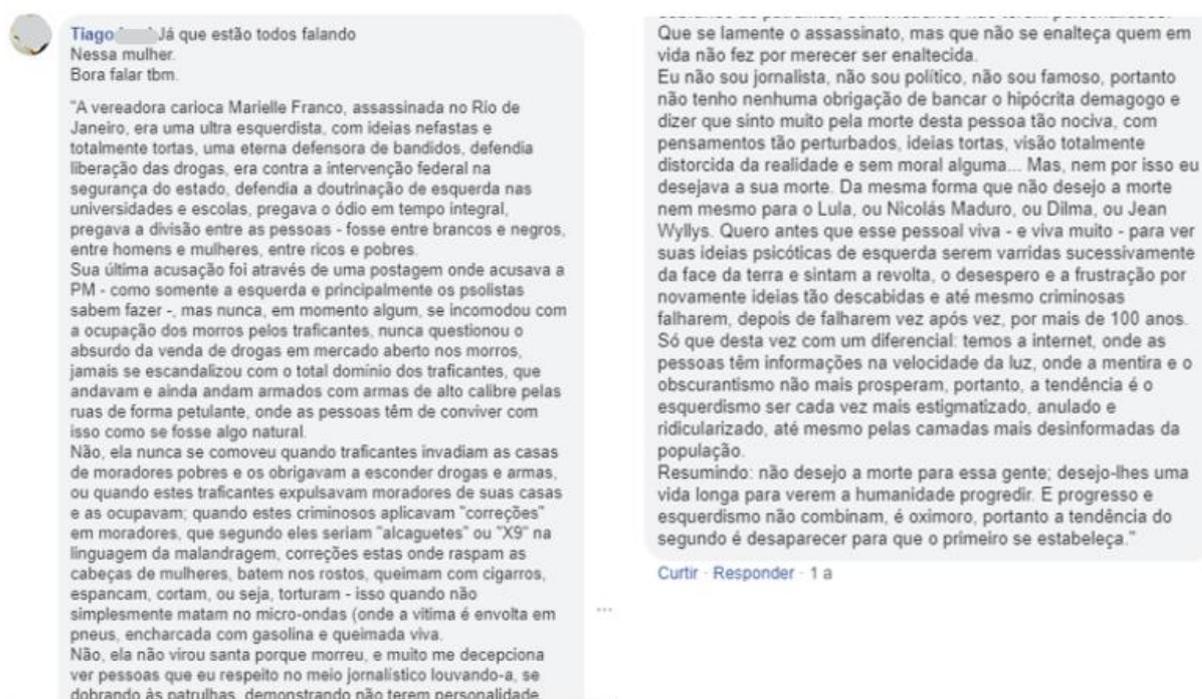
Fonte: Facebook (2020).

Diferentemente da *fanpage da Direita Vive 3.0*, em que a interação entre comentaristas só apareceu no terceiro *post* em análise, temos, na *Jovens de Esquerda*, os comentários-resposta na primeira postagem. No que se refere à pessoa, temos a colocação do eu-tu no discurso, por

meio de uma debreagem interna de segundo grau, criando um simulacro de diálogo. Logo, a comentarista 01 assume um duplo papel, tanto de narratária do *post* como, também, narradora, que delega voz a um interlocutor, no caso, a comentarista 02, ao realizar a marcação dela. Há, portanto, um sentido conquistado, uma intencionalidade dupla, em que a comentadora 01 aceita o contrato do *post* e o aumenta, instaurando uma interlocutora e estabelecendo um novo contrato intencional com a comentadora 02, com uma sequência de turnos delimitada.

O segundo comentário, em análise, apresenta uma característica do gênero comentário: os textões. Observamos a imagem 56.

Imagem 56 - Comentários primeira postagem *Jovens de Esquerda* - II



Fonte: Facebook (2020).

Chama a nossa atenção que o comentário instaura um sentido aleatório, uma imprevisibilidade de turnos, em que o comentarista realiza um discurso citante (debreagem de segundo grau), ao trazer um texto com aspas, mas sem apresentar a fonte, em que a temática é: a injúria à imagem de Marielle Franco e a política, com figuras, como “nessa mulher”, “ultra esquerdista”, “defensora de bandidos”, “doutrinação de esquerda”, “Lula”, “Maduro”, “Jean Wyllys”, “psicóticas”, “esquerda”. O caminho de leitura rompe com o que era esperado pelo enunciador, e instaura-se uma nova isotopia, o antiesquerdismo.

Como vimos, no primeiro capítulo, o antiesquerdismo, ao lado ao antipetismo, foram elementos temáticos e argumentativos, utilizados pela direita para sustentar a imoralidade do governo de esquerda, resgatando o comunismo, por exemplo, a fim de justificar a necessidade de mudança política. Assim, esses temas são acionados como uma maneira de legitimar o ódio a esquerda de maneira geral, mas, principalmente, às figuras de esquerda, como Lula, o então Presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, o Deputado Jean Wyllys, e, também, as pautas sociais consolidadas por este espectro político.

No que rege à actorização desse comentário, ele se constitui por um discurso direto, com marcas explícitas do *eu*, indicando uma debreagem enunciativa de pessoa. Existe, desse modo, uma camuflagem subjetivante, em que o *eu* é ressalto, por exemplo, no uso da figura retórica da anáfora, como é possível observar no excerto 19.

*Excerto 19: Comentário 01*

“(…) Eu não sou jornalista, eu não sou político, não sou famoso, portanto, não tenho nenhuma obrigação o hipocrita demagogo dizer que sinto muito dessa pessoa tão nociva”.

A anáfora, conforme explica Fiorin (2020, p. 118), consiste na “repetição de palavras ou sintagmas no início de orações ou de versos”. No excerto 18, temos a repetição da expressão “eu não sou”, que intensifica a colocação do sujeito do discurso ao afirmar o que ele não é. Além disso, a repetição das palavras leva a um andamento acelerado, com um aspecto interativo com valor de repetição. A partir disso, o comentarista sanciona seu posicionamento sobre a morte de Marielle, ao mesmo tempo que faz uma crítica aos jornalistas, políticos e famosos que, de acordo com o ponto de vista do sujeito, são hipócritas e demagogos, ao tomar partido sobre o acontecimento.

Ressaltamos que não existe nenhuma interação com esse comentário, nem respostas ou curtidas, diferentemente do que ocorre na próxima malha de comentários (imagem 57):

Imagem 57- Comentários primeira postagem  
*Jovens de Esquerda - III*



Fonte: *Facebook* (2020).

Nessa malha de comentários, temos a recorrência da debreagem enunciativa de pessoa, com demarcação do *eu* explícito, configurando uma camuflagem subjetivante. Contudo, o que nos chama mais a atenção é a demarcação dos turnos e pares da conversação, e, sobretudo, a ampliação discursiva (PAVEAU, 2021). A primeira comentarista inicia seu enunciado utilizando o recurso de marcação, que simula um contexto de conversação, mas, além disso, todo o seu discurso leva um prolongamento dos assuntos do *post*, trazendo novos pontos de vista sobre a temática da potencialização do assassinato de Marielle Franco. Há, como já temos demonstrado, uma interação bilateral do tipo sentido codificado, em que o enunciatário-destinatário aceita o contrato do enunciador-destinador, mantendo uma leitura do sentido, mas, principalmente, atuando na construção do sentido, por meio da ampliação discursiva.

Contudo, a primeira resposta a ela é constituída por uma imprevisibilidade de turno. Nesse enunciado, o argumento caminha para a temática de minimização do assassinato de Marielle, em que toda morte merece ser divulgada, da injustiça de acusar a Polícia Militar de envolvimento no crime e que a mídia e os políticos estão utilizando o assassinato de Marielle como “palanque” para autopromoção. Observamos que os temas e figuras, utilizados por esse comentarista, se assemelham muito aos dos comentaristas da *fanpage Direita Vive 3.0*, a saber:

“toda vida vale”, “homem morreu”, “mesmo horário”, “vida não vale nada”, “proselitismo político”, “canalhas”, “nojentos”, “FDP”.

A partir desse comentador, temos um sentido aleatório, em que não há mais um contrato, mas “dois co-enunciadores sintonizados e em reflexividade que alternam suas presenças para produção do sentido” (OLIVEIRA, 2013, p. 246). Vejamos, no excerto 20:

*Excerto 20: Comentário 03*

“(…) Ela foi morta pelos ‘guerreiros’ que deformados como você defende. Ela foi morta pelo político, que incentiva a violência que você defende”.

Com um tom de acusação, o comentarista 03 responde ao enunciado anterior, pressupondo que os culpados pelo assassinato de Marielle são, na verdade, os políticos defendidos pelo comentarista 02 (“guerreiros”, “deformados”, “político”, “incentivo a violência”, “defende”). No entanto, não há marcas linguísticas que nos levem a evidenciar o grupo a que Fábio se refere. Mas, pelo contexto levantado no primeiro capítulo, é possível inferir que o “político que incentiva a violência” é Jair Bolsonaro, pois esta era uma das bases de seus discursos. A malha interacional é finalizada com a resposta da interlocutora, mencionada pela primeira comentarista, que sanciona positivamente o comentário, propiciando uma continuidade temática.

Vejamos a tabela 18.

Tabela 18- Temas e figuras primeira interação *Jovens de Esquerda*

GÊNERO	CAMUFLAGEM	TEMAS	FIGURAS
<i>Post</i>	Objetivante	Elucidação, política e potencialização do assassinato de Marielle.	“executada”, “assassinato”, “deixar eu explicar”, “personagem democrático”, “democracia”, “moldes perigosos”, “bala”, “atentado”, “povo brasileiro”.
Comentários	Subjetivante	Elucidação  Injúria e antiesquerdismo  Potencialização do assassinato de Marielle Franco.  Potencialização da morte de Marielle Franco  Acusação	“entender melhor”, “morta”, “pms”  “nessa mulher”, “ultra esquerdista”, “defensora de bandidos”, “doutrinação de esquerda”, “Lula”, “Maduro”, “Jean Wyllys”, “psicóticas”, “esquerda”.  “não foi violência”, “cotidiano”, “execução policial”,  “homem morreu”, “mesmo horário”, “vida não vale nada”, “proselitismo político”, “canalhas”, “nojentos”, “FDP”.  “guerreiros”, “deformados”, “político”, “incentivo a violência”, “defende”

Fonte: Elaborado pela autora.

As interações apresentadas, nesta análise, são transitivas, ligadas ao sentido conquistado, quando existe uma construção cooperativa de sentido entre enunciador e enunciatário, em que o primeiro estabelece as estratégias para intencionar e conduzir a leitura do segundo, que, quando aceita o contrato, prolonga às figuras, atuando na construção do sentido. Há, portanto, uma sequência de turnos, sem trocas de posições entre os sujeitos da enunciação. Diferentemente do que ocorre, quando o comentário subverte o anterior, instaura-se uma imprevisibilidade de turnos, que gera uma maior autonomia discursiva, frente ao enunciador.

O segundo *post* de análise, da *fanpage Jovens de Esquerda*, é datado do dia 16 de março de 2018. Ele é um texto sincrético, constituído por uma imagem e por um texto verbal.

Imagem 58 - Segunda postagem *Jovens de Esquerda*



Fonte: Facebook (2020).

Seguindo com a análise, o texto propicia um efeito de sentido de objetividade, tal como prioriza a camuflagem objetivante. Notemos o excerto 21:

*Excerto 21: Post Jovem de Esquerda dia 16 de março de 2018*  
 “(...) *O Brasil não é para amadores*”.

Apesar de o discurso ser narrado em terceira pessoa, é possível perceber marcas da subjetividade, no julgamento que o narrador faz da matéria compartilhada do *Diário do Centro do Mundo*. Essa sanção permite caracterizar a postagem no regime de propagação da recriação, em que existe uma variação parcial, na qual há uma transformação em relação ao tema do texto primeiro. Mas, especificamente, o título da notícia compartilhada relata um fato com figuras jurídicas, enquanto o enunciado do *post* sanciona a atitude da Desembargadora como negativa e imoral.

Como exposto, no primeiro capítulo, no dia 16 de março de 2018, um dia após o assassinato de Marielle, a Desembargadora do Rio de Janeiro, Marília de Castro Neves Vieira postou em seu *Facebook*, a seguinte frase: “A questão é que a tal Marielle não era apenas uma ‘lutadora’. Ela estava engajada com bandidos! Foi eleita pelo Comando Vermelho e descumpriu ‘compromissos’ assumidos com seus apoiadores”. Esse comentário integra, como já citado, a segunda onda de *fake news* contra Marielle Franco, que ocorreu, do dia 16 de março de 2018, à tarde, ao dia 17 de março de 2018, em que as temáticas versavam sobre a ligação da Vereadora com o tráfico, por exemplo. De acordo com Freitas (2020), esse comentário surge como um desencadeador de *fake news*, uma vez que:

[...] Na noite do mesmo dia, a jornalista Mônica Bergamo (2018) comentou a postagem em sua coluna no site do jornal Folha de S. Paulo, com o título “Desembargadora diz que Marielle estava engajada com bandidos e é ‘cadáver comum’”. Na sequência, o site Ceticismo Político republica o texto, acrescentando pontos contrários à “militância da extrema esquerda”, ao rechaçar o assassinato da vereadora e de seu motorista, Anderson Gomes, como um crime político. É importante ressaltar que o novo texto ganhou o título “Desembargadora quebra narrativa do PSOL e diz que Marielle se envolvia com bandidos e é cadáver comum” (FREITAS, 2020, p. 31).

Mediante ao exposto, e retornando ao enunciado realizado pelo narrador *Jovens de Esquerda*, há uma temática de imoralidade, na atitude da Desembargadora. Uma vez que, as figuras “Brasil” e “amadores”, contidas na expressão “o Brasil não é para amadores”, são comumente utilizadas na internet, como uma adaptação à fala do cantor Antônio Carlos Jobim, a saber: “o Brasil não é para principiantes<sup>71</sup>”. Ela é aplicada em contextos que evidenciam situações absurdas e incoerentes, que são vivenciadas no país. Neste caso em análise, a atitude da Desembargadora é incoerente, pois ela julga Marielle como uma criminosa, uma traficante, mas solta, segundo a matéria, o “chefão da máfia dos ingressos”, que era líder de uma quadrilha internacional de cambistas<sup>72</sup>. Portanto, a expressão utilizada pelo narrador *Jovens de Esquerda* sanciona, negativamente, a atitude da Desembargadora, a classificando como contraditória e imoral.

Ao analisarmos os comentários, observamos a recorrência da mesma temática, a saber: a imoralidade da atitude da Desembargadora do Rio de Janeiro (vista como disfórica), assim como sua difamação. Estes são figurativizados por expressões como “classes mais altas”, “foda-se”, “porta”, “cabeça fraca”, “juíza”, “analfabeta”, “fdp”, “má fé”, “fascista”, “golpe de 2016”, “marcha conspiratória”, “vermelha”, “nojenta”, “suja de sangue”. Como exemplo, podemos

71 <https://www.euqueroinvestir.com/opiniao-votacao-da-reforma-da-previdencia-confirma-que-o-brasil-nao-e-para-amadores/> Acesso em 12/01/2022.

72 <https://www.blogdarosemarie.com/2018/03/17/desembargadora-que-acusa-marielle-de-ser-ligada-ao-comando-vermelho-soltou-chefao-da-mafia-dos-ingressos-na-copa/>. Acesso em 12/01/2022.

apreciar os comentários dos narradores que desqualificam e descredita Marília de Castro. Vejamos as imagens 59 e 60.

Imagem 59 - Comentários segunda postagem *Jovens de Esquerda*



Fonte: Facebook (2020)

Imagem 60 - Comentários segunda postagem *Jovens de Esquerda*



Fonte: Facebook (2020).

Destacamos uma reincidência da categoria enunciativa de pessoa. Assim, em relação à pessoa, os discursos oscilam entre uma debreagem enunciativa e enunciva. Mas, mesmo quando se busca uma objetividade, uma camuflagem objetivante, é possível perceber o ponto de vista do enunciador, principalmente por meio das escolhas lexicais, como as palavras de baixo calão, incluindo o termo “fascista”.

No primeiro capítulo, como vimos, o fascismo está ligado aos movimentos de extrema-direita, com ideias que misturam conservadorismo, libertarianismo e reacionarismo, além da apologia do eugenismo e da segregação racial. Logo, o adjetivo fascista, nesses comentários, caracteriza a Desembargadora como um sujeito cruel, inescrupuloso, arrogante, antiliberal e anticlasse. Portanto, a seleção dessas palavras leva a um aumento da carga afetiva, com uma extensidade mínima, sobrepondo subjetividade à objetividade.

Posto isso, observemos a tabela 19.

Tabela 19 - Temas e figuras da segunda interação *Jovens de Esquerda*

GÊNERO	CAMUFLAGEM	TEMAS	FIGURAS
<i>Post</i>	Objetivante	Imoralidade	“Brasil” e “amadores”
Comentários	Objetivante Subjetivante (mesma temática)	Imoralidade e difamação	“classes mais altas”, “foda-se”, “porta”, “cabeça fraca”, “juíza” “analfabeta” “fdp” “má fé” e “fascista”, “golpe de 2016”, “marcha conspiratória”, “vermelha”, “nojenta”, “suja de sangue”

Fonte: Elaborado pela autora.

Não há presença, nos comentários analisados, desse *post*, de uma interação entre os próprios comentaristas ou, ainda, a instalação de um sentido aleatório. Mas, como podemos observar, os enunciados versam sobre a mesma temática, utilizando, inclusive, do aspecto interativo que direciona à repetição. Há, portanto, uma transitividade das posições, regidas por uma intencionalidade do enunciador que é aceita pelo enunciatário, ou seja, o parecer ser imoral da Desembargadora, instaurado pelo *fanpage*, é interpretado como verdadeiro pelos comentaristas, que ampliam o discurso por meio da mesma linha isotópica. Assim, temos o sentido conquistado, em que o enunciador atua sobre o modo do enunciatário, a fim de persuadi-lo em seu fazer interpretativo.

A terceira e quarta postagens abordam temas relacionados às *fake news* disparadas contra Marielle. Vejamos a publicação do dia 17 de março de 2018 (imagem 61).

Imagem 61 - Terceira postagem *Jovens de Esquerda*

Fonte: Facebook (2020).

*Excerto 21: transcrição enunciado Tico Santa Cruz.*

*“Eu me afastei das redes sociais porque estava me fazendo muito mal! Usando minha página apenas para conteúdos do meu trabalho! Mas diante do que aconteceu, me recuso a ser omissivo! Esses CANALHAS que estão espalhando Fake news e boatos, para tentar sujar a imagem de Marielle Franco não ficarão sem respostas! E lhes digo, não importa sua ideologia! Você pode discordar de TUDO que penso e até do que ela pensava, mas não pode compactuar com esse tipo de comportamento! Isso não é coisa de gente da “direita”, isso é coisa de GENTE SEM CARÁTER, sem Escrúpulos, sem senso de humanidade! Não seja assim!”*

A publicação do dia 17 de março de 2018 é constituída por um texto sincrético, em que o enunciador do *Jovens de Esquerda* compartilha a publicação de Tico Santa Cruz, na íntegra, propiciando uma repetição completa, tal como prevista pela replicação, com uma mudança em relação ao conteúdo, tido como mínimo. Como já apontamos, nosso objetivo nesta tese não é analisar o discurso compartilhado, mas sim, o enunciado do *post*. Contudo, como a publicação não sinaliza um discurso explícito, evidenciamos que o ato de compartilhar por meio de uma repetição completa, neste caso, não visa, apenas, reproduzir o texto, mas firmar uma relação contratual, percebida pelas crenças e valores similares, partilhados pelo enunciador e o texto

compartilhado. Vale destacar que o discurso compartilhado advém de uma camuflagem subjetivante, com projeção explícita do *eu*. Neste caso, há uma crença, por parte da *fanpage*, de que a “verdade individual” do *eu* parece e é, verdadeira, portanto, digna de ser replicada.

A temática da publicação está ligada à imoralidade, uma vez que, do ponto de vista de Tico Santa Cruz, é antiética, a proliferação de *fake news* com o intuito de desonrar a imagem de Marielle Franco. Isso é evidenciado em figuras, como “canalhas”, “espalhando fake news”, “suja a imagem”, “Marielle Franco”, “gente sem caráter”, “sem escrúpulos”, “sem senso de humanidade”. É interessante notar que o interlocutor posiciona os difusores de notícias mentirosa, em um patamar acima do espectro da “direita”, evidenciando que tais difamações assumem um nível de imoralidade maior que qualquer posicionamento político.

Como discutido no primeiro capítulo, esse *post* relaciona-se com a terceira onda de *fake news*, de acordo com o levantamento do Monitor da USP (2018). Nesse período, houve um aumento da disseminação de notícias que relacionavam Marielle ao tráfico, principalmente afirmando que ela foi casada com o traficante Marcinho VP. Assim, tanto a parte visual, quanto a verbal do *post* têm como objetivo desconstruir a notícia falsa, empregando uma das estratégias apontadas por Barros (2020), para o desmascaramento das *fake news*, a saber, o dialogismo:

O dialogismo, definidor de qualquer texto, aparece, em geral, de forma explícita nas *fake news* e permite determinar com que textos elas dialogam polêmica e contratualmente. Trata-se, em geral, de procedimento de intertextualidade mostrada e que pode ser reestabelecida a partir do próprio texto em exame. Em outras palavras, devemos recuperar os diálogos que o texto em estudo mantém com outros e verificar que textos são citados ou retomados na *fake news* e/ou se ela é parte de outros textos e quais são eles (BARROS, 2020, p. 30).

Na montagem apresentada no *post* do dia 17 de março, busca-se um diálogo com o texto visual de origem para evidenciar a contradição entre as fotos originais, de Marielle e Marcinho VP, e as falsas, que foram expostas anteriormente. Por meio da comparação visual, confirmou-se que as imagens que circulam são falsas, pois referem-se a pessoas distintas. Para tanto, utilizam a função catafórica do pronome demonstrativo *este*, para anunciar o que será dito: que “Marielle e Marcinho VP não tiveram nenhum tipo de relacionamento! Nunca!”. Logo, há uma incoerência patente entre as imagens, que é descoberta, justamente, pela comparação dialógica entre as imagens, confirmando o que as fotos já demonstravam, quem eram, de fato, Marielle Franco e Marcinho VP.

Passamos, agora, para a análise dos comentários. Começaremos pelas duas primeiras interações.

Imagem 62- Comentários terceira postagem *Jovens de Esquerda*

Fonte: Facebook (2020).

Ao analisarmos o conteúdo desses enunciados, notamos a presença da pessoa demarcada, com a instauração de *eu-tu*, evidentes no uso do pronome pessoal “você”, e pelos rituais de marcação, produzindo, desse modo, um ambiente de conversação, em que a camuflagem subjetivante predomina. Mas, o que nos chama a atenção é que a interação é introduzida a partir de uma imprevisibilidade dos turnos, em que o comentador 01 rompe com a direção temática assumida pelo *post*, ao afirmar que Marielle Franco “morreu tarde”. Logo, o caminho intencional previsto, pelo enunciador da publicação, é rompido, e instaura-se um antiprograma, que move a interação, possibilitando um simulacro dialogal baseado em uma relação, em que enunciador e enunciatário não mantêm um contrato, e suas posições são trocadas, no ato de enunciar.

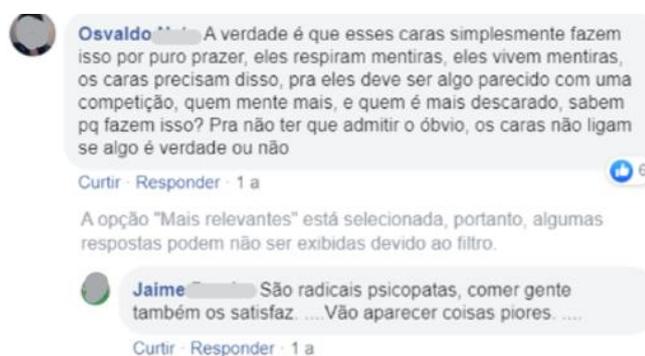
Desse modo, o caminho temático interacional parte de um comentário de difamação da Vereadora, por meio dos “enunciadores não autorizados”, com figuras, como “morre”, “tarde”. A partir disso, é constituída uma nova temática, a de difamação do comentarista 01, manifestado nas figuras: “larga mão”, “bosta”, “chamar a atenção”, “ovo colorido de boteco<sup>73</sup>”, “vai se

73 A expressão ovo colorido de boteco refere-se a uma tradição antiga em que os bares serviam ovos coloridos. Assim, no senso comum, utilizar essa expressão é o mesmo que dizer que a pessoa é pertence a outra geração.

fuder”, “nasceu cedo demais”, “bosta de gente”, “existir”. Além disso, temos o tema de denúncia, relacionado ao comentário 3, em que o comentador afirma ter denunciado o comentador 01, à Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)<sup>74</sup> – órgão responsável por manter um canal direto de comunicação com o cidadão em relação à denúncias, reclamações e sugestões aos tribunais, processos e órgãos do Judiciário. Notamos que, em nenhum momento, a temática imoralidade, na divulgação das *fake news*, é retomada nos comentários.

Seguindo em frente, a próxima interação apresenta uma continuidade ao *post* (imagem 63).

Imagem 63- Comentários terceira postagem *Jovens de Esquerda - II*



Fonte: Facebook (2020).

Há, nos dois enunciados, uma justificativa de validação da postagem, no que diz respeito ao tema da imoralidade, dos disseminadores de *fake news* contra Marielle, figurativizado em expressões, como: “puro prazer”, “respiram mentiras”, “competição”, “radicais”, “psicopatas”, “comer gente”, “satisfaz”. Isso oportuniza uma ampliação do que é dito no *post*, mediante a uma debreagem enunciativa, tipificando uma camuflagem objetivante. Além disso, notamos que os comentaristas trazem um juízo de valor sobre a temática.

Para eles, o gozo, a satisfação em falar a mentira é o que move os sujeitos que proferem *fake news*. Devemos destacar, contudo, que este julgamento é o que os comentaristas creem ser verdade. Como salientamos no decorrer desta tese, a verdade, na semiótica, surge da relação modal entre o *ser* e o *parecer*, em que o primeiro liga-se à imanência e, o segundo, à manifestação. Nessa interação, o comentarista 01 *parece* (manifestação) ter certeza dos seus posicionamentos, instaurando um *ser*, que será julgado pelo comentarista 02 como verdadeiro,

No caso do comentário, equivale a dizer que o comentarista era novo e não chegou a comer ovo colorido, portanto, não teria o direito e autoridade para comentar.

74 <https://cnj.jusbrasil.com.br/noticias/173950149/o-que-faz-a-ouvidoria-do-cnj> Acessado em 23/02/2022

ampliando, novamente, a linha temática do enunciado. Os demais comentários da postagem seguem a mesma linha de análise e tema desse último, aceitando o contrato proposto pelo *post*.

Observemos a tabela 20.

Tabela 20 - Temas e figuras terceira interação *Jovens de Esquerda*

GÊNERO	CAMUFLAGEM DO ENUNCIADO DO POST	TEMAS	FIGURAS
<i>Post</i>	Subjetivante	Imoralidade	“Tico Santa Cruz”, “Marielle Franco”, “fake news”, “Marcinho VP”
Comentários	Subjetivante (1ª interação)	Difamação	“morre”, “tarde”. “larga mão”, “bosta”, “chamar a atenção”, “ovo colorido de botecol”, “vai se fuder”, “nasceu cedo demais”, “bosta de gente”, “existir”.
	Objetividade (2ª interação)	Imoralidade	“puro prazer”, “respiram mentiras”, “competição”, “radicais”, “psicopatas”, “comer gente”, “satisfaz”.

Fonte: *Facebook* (2020).

Como vimos, há uma interação mediada pelo sentido conquistado entre o enunciador do *post* e a maioria dos comentaristas analisados mantêm entre si uma relação de fidedignidade. Vale assinalarmos que esse contrato fiduciário só é firmado porque temos dois actantes que compartilham o mesmo sistema de crenças e valores. Mais do que isso, podemos inferir que o percurso estabelecido pelo *post* é lido como verdadeiro, orientando a leitura desses dois enunciatários, que os levam a crer no que está sendo enunciado. Existe, desse modo, um convencimento do enunciatário, que permite uma troca de turnos, mas sem trocas de posição entre enunciador e seu par correlato.

Por outro lado, a primeira malha de comentários marca a presença de um sentido aleatório, com uma subversão do primeiro comentador, com as estratégias do *post*, rompendo, desse modo, o contrato predeterminado pela postagem. A introdução desse sujeito não-autorizado leva a uma interação, em que o enunciador e o enunciatário são co-enunciadores do sentido, havendo uma troca de posições entre eles.

Passemos para o último *post* de 2018 (imagem 64).

Imagem 64 - Quarta postagem *Jovens de Esquerda*

Fonte: *Facebook* (2020).

*Excerto 22: transcrição enunciado de Ivan Valente.*

*“CNJ FARÁ DESEMBARGADORA (sic) RESPONDER POR DIFUNDIR MENTIRAS E PROPAGAR ÓDIO CONTRA MARIELLE (sic). O Conselho Nacional de Justiça acaba de aceitar a representação do PSOL que abre investigação criminal contra a desembargadora Marília Castro Neves que agrediu a honra e a memória de Marielle, propagando mentiras e incitando o ódio. O PSOL reagirá energicamente a ataques que visam estabelecer mentiras e propaguem a cultura do ódio contra a vereadora assassinada Marielle Franco. Esperamos que as providências intimidem a intolerância contra os que lutam ao lado do povo. Marielle presente! Hoje e sempre!”*

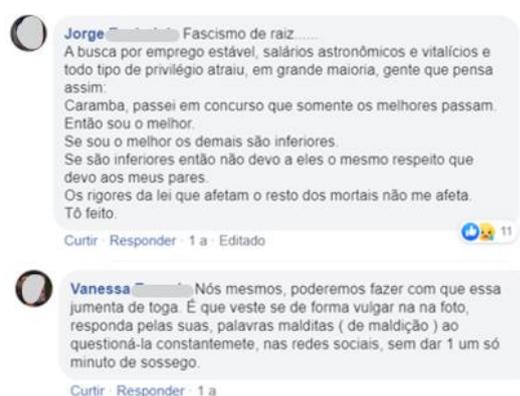
Na postagem do dia 21 de março de 2018, dispomos, novamente, do mesmo recurso adotado na análise anterior, a saber: o compartilhamento de um texto sincrético, sem um posicionamento explícito do narrador, que utiliza o compartilhamento da postagem do Deputado Federal, Ivan Valente (PSOL), algo característico do regime da replicação, em que não existe uma alteração do texto primeiro. Mediante ao exposto, optamos, mais uma vez por analisar o enunciado do Deputado. Este é realizado por meio de uma debreagem enunciativa de pessoa, demarcando um *eu* explícito, característico da camuflagem subjetivante.

Logo, a publicação apresenta como tema a imoralidade, pois a Desembargadora, segundo a perspectiva do enunciador, se apresenta como um sujeito que não cumpriu o contrato social e deve, portanto, ser punida, tal como podemos observar nas figuras “vai responder”, “incitação ao ódio”, “Marielle”, “Conselho Nacional de Justiça”, “PSOL” e “investigação criminal”. Vale evidenciar que a publicação refere-se a uma representação, aberta pelo PSOL e

aceita pelo Conselho Nacional de Justiça, em que solicitava a investigação criminal da Desembargadora, por crime de calúnia, incitação ao ódio e acusações falsas contra a vereadora Marielle Franco <sup>75</sup>. Desse modo, a intencionalidade do *post* parte de uma disjunção com a desembargadora e uma junção com Conselho Nacional de Justiça, que mediará o objeto desejado, a investigação criminal.

Os 10 primeiros comentários analisados neste dia apresentam um padrão, tanto na debreagem enunciativa de pessoal (camuflagem subjetivante) quanto no tema: a desqualificação da imagem da Desembargadora Marília Castro Neves. Posto isto, extraímos dois comentários, para exemplificar a análise (Imagem 65).

Imagem 65- Comentários quarta postagem *Jovens de Esquerda*



Fonte: *Facebook* (2020).

O que fica evidente nos enunciados, assim como nos demais comentários dessa postagem, é a repetição de expressões de baixo calão ou estereotipadas, levando à temática da difamação e desqualificação da imagem da Desembargadora. De acordo com Gomes (2020), essa reiteração de argumentos cria um efeito de eco de conteúdos nas redes sociais. Além disso, acrescentamos que essa reincidência propicia a continuidade temática da orientação de sentido, proposta pelo enunciador do *post*, firmando um contrato de aceitação do que foi dito, expresso em figuras, como “fascismo de raiz”, “emprego estável”, “salários astronômicos”, “melhor”, “inferior”, “jumenta de toga”, “vulgar”, “malditas”.

75 Em março de 2021, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) absolveu, por unanimidade, a desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio Marília de Castro Neves. Fonte: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/03/03/stj-absolve-desembargadora-que-imputou-falso-crime-a-marielle-franco-em-posts.ghtml>

Tabela 21 - Temas e figuras quarta interação *Jovens de Esquerda*

GÊNERO	CAMUFLAGEM DO ENUNCIADO DO POST	TEMAS	FIGURAS
<i>Post</i>	Subjetivante	Imoralidade	“vai responder”, “incitação ao ódio”, “Marielle”, “Conselho Nacional de Justiça”, “PSOL” e “investigação criminal”
Comentário	Subjetivante	Difamação	“fascismo de raiz”, “emprego estável”, “salários astronômicos” “melhor” “inferior”, “jumenta de toga” “vulgar”, “malditas”.

Fonte: Elaborado pela autora.

Assim, essas recorrências nos comentários constroem um efeito de sentido interno de verdade ao texto, reforçado, principalmente, pela instauração do *eu* no discurso, em que os narradores assumem seu posicionamento e proferem uma opinião sobre a Desembargadora. De acordo com Mattos (2012, p. 3), a opinião é “um julgamento do parecer sobre o ser, uma relação, portanto, hierárquica entre o ser e o parecer”. E esta construção é realizada pela linguagem, neste caso, especificamente, pela quantidade de palavras de opinião, como as expressões de baixo calão (“jumenta de tonga”, “fascista”, “maldita”).

Essas opiniões são legitimadas pelo ponto de vista adotado pelos comentaristas, que, como já dissemos, se colocam como pessoas demarcadas por meio de uma debreagem enunciativa, assumindo a posição de julgadores, sancionando negativamente a Desembargadora e estabelecendo uma relação de convencimento do que foi posto pelo *post*, aceitando, portanto, sua intencionalidade, ao mesmo tempo em que atua na ampliação das figuras que constituem o tema da imoralidade e da difamação.

As próximas duas análises referem-se ao ano de 2019. A primeira delas (Imagem 66) é um texto sincrético, datado do dia 14 de março de 2019, exatamente um ano depois do assassinato de Marielle. Nele, na parte visual, temos o desenho do contorno do rosto da vereadora e, na parte verbal, o questionamento: “quem mandou matar Marielle?”.

Imagem 66 - Quinta postagem *Jovens de Esquerda*

Fonte: Facebook (2020).

A postagem apresenta a mesma recorrência das anteriores, a replicação de um texto primeiro sem alteração do seu significado. Reforçamos, outra vez, que nossa finalidade não é realizar uma análise do relato integral, mas compreendemos que existe uma relação contratual entre enunciador e o texto compartilhado, que possuem o mesmo objetivo, ou seja, descobrir “quem mandou matar Marielle”. Mediante a isto, temos a indignação como tema central, expresso nas figuras “mandou”, “mandar”. Em suma, o sentido geral da postagem se constrói a partir da indignação sobre a falta de informação em relação ao assassinato da Vereadora Marielle, ou seja, a morosidade em encontrar os culpados e solucionar o crime.

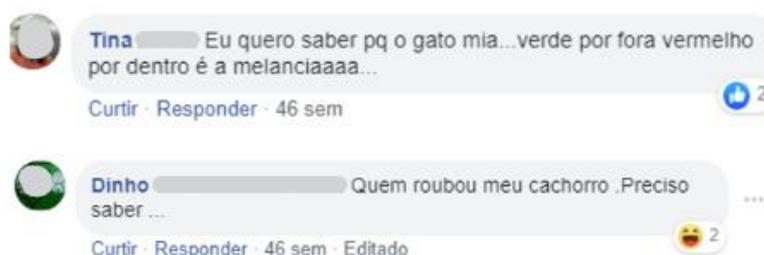
Os comentários desse *post* constituem-se, em sua maioria, do uso de textos visuais ou sincréticos, como observamos na imagem 67.

Imagem 67- Comentários quinta postagem *Jovens de Esquerda*

Fonte: Facebook (2020).

Essas imagens instauram uma imprevisibilidade, em que o enunciatório recusa o contrato proposto pelo enunciador, desviando-se do tema e assumindo-se como um coenunciador, que enuncia um novo sentido. Neste caso, a temática deixa de ser a indignação e passa a ser a zombaria à Marielle Franco. Dentre os outros sete comentários selecionados, quatro repetem a figura do caixão com o enunciado “lacrei” (Imagem 67), um a imagem da *live* e os outros dois podem ser conferidos na imagem 68.

Imagem 68 - Comentários quinta postagem *Jovens de Esquerda - II*



Fonte: Facebook (2020).

Os dois comentaristas também subvertem a proposta inicial do enunciador da postagem e, ainda, ironizam, ao reformularem a pergunta, feita na parte verbal da imagem compartilhada pela *fanpage*. Os dois primeiros comentaristas instalam no enunciado uma pessoa demarcada, por meio do uso do pronome pessoal “eu” e do pronome possessivo “meu”, estabelecendo no discurso um efeito de sentido de subjetividade (camuflagem subjetivante). Logo, os dois comentários criam uma cadeia memética, em que o tema é o humor, com o intuito de ironizar o *post*.

Dito de outra forma, os narradores utilizam figuras como “gato”, “cachorro” e “melancia” para desestabilizar a tese defendida pela publicação, a saber: quem matou Marielle, substituindo o nome da vereadora por animais e frutas. Em complemento, Fiorin (2020) acrescenta que a ironia cria um simulacro de humor, visando o riso do auditório. É justamente o que notamos na interação de curtida do comentador 03, isto é, ele tem seu comentário sancionado com o *emoji* de gargalhada. Vejamos a tabela 22.

Tabela 22 - Temas e figuras da quinta interação *Jovens de Esquerda*

GÊNERO	CAMUFLAGEM DO ENUNCIADO DO POST	TEMAS	FIGURAS
<i>Post</i>	Objetivante	Indignação	“mandou”, “mandar”, “ainda”, “um ano”, “esperamos” “muitas respostas”.
Comentário	Subjetivante	Difamação e humor	“lacrou”, “gato”, “cachorro” e “melancia”, “mia”, “verde”, “vermelho”, “quem roubou”

Fonte: *Facebook* (2020).

Mediante ao exposto, reconhecemos que todos os comentários selecionados para a análise deste *post* instauram um sentido aleatório, distanciando-se da proposta pelo *post*. Em resposta ao conteúdo da publicação, os comentaristas estabelecem um antiprograma, introduzindo uma nova temática, a de depreciação à morte de Marielle e a do humor. Assim, esses comentários mantiveram uma relação polêmica com a publicação, não havendo, desse modo, a presença de enunciados que se relacionassem de forma contínua e contratual com a publicação, nem mesmo que tentassem replicar o posicionamento desses comentaristas.

Seguindo adiante, nos dirigimos à última análise relativa à *fanpage Jovens de Esquerda* (imagem 69).

Imagem 69- Sexta postagem *Jovens de Esquerda*

Fonte: *Facebook* (2020).

Excerto 27: transcrição do Post *Jovens de Esquerda* – 29 de outubro de 2019.

“Essa denúncia envolvendo Bolsonaro no processo de assassinato contra Marielle, mexeu com o Presidente que ficou descontrolado! Veja:”

O *post* da imagem 69 foi publicado no dia 29 de outubro de 2019, tendo como assunto a suposta ligação de Bolsonaro ao assassinato de Marielle, segundo reportagem divulgada pela *Rede Globo*, em 29 de outubro de 2019. A postagem é composta por um texto sincrético, constituído, em sua parte visual, por um trecho da *live* de Bolsonaro, em que o Presidente, com uma tonalidade de voz elevada e proferindo palavras de baixo calão, realiza críticas à *Rede Globo*. Quanto à parte verbal, nos interessa o enunciado da *fanpage*.

Indo objetivamente para o nosso foco, destacamos que essa postagem enquadra-se no regime da replicação, em que existe o mínimo de agenciamento de sentido, preservando a mesma temática entre o enunciado do *post* e o compartilhamento. Além disso, o efeito propiciado pelo enunciado é de uma camuflagem objetivante, sem marcas explícitas do *eu* no discurso. Observamos, ainda, que o tema do descontrole encadeia toda a leitura de sentido, proposta pelo enunciador.

Melhor dizendo, o enunciador estabelece um percurso em que a acusação de envolvimento no assassinato de Marielle causa um desequilíbrio em Bolsonaro, que tenta desviar das acusações atacando a imprensa e o Adélio, que foi responsável por esfaquear o Presidente durante a campanha eleitoral de 2018. As figuras – “essa denúncia”, “envolvimento”, “processo de assassinato”, “Bolsonaro”, “Marielle”, “descontrolado” – corroboram para a leitura do descontrole.

O *post* em análise foi o que mais recebeu comentários, dentre todos os analisados. Até a data da coleta, foram 2,6 mil; contudo, ressaltamos que analisaremos os 10 primeiros mais relevantes de acordo com a métrica do *Facebook*. Dentre esses, há uma repetição da imagem utilizada pelo comentarista da imagem 70.

Imagem 70 - Comentários sexta postagem Jovens de Esquerda - II

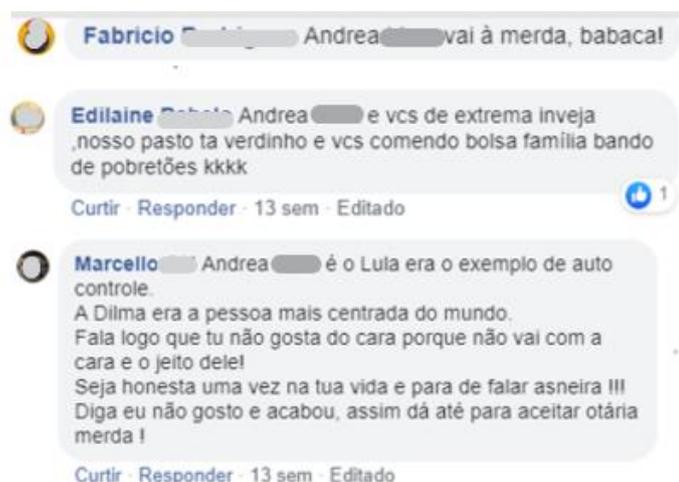


Fonte: *Facebook* (2020).

O comentário apresenta a recorrência já observada na sintaxe discursiva, a debreagem enunciativa de pessoa, com eu demarcado ([eu] “fico boba como”), sinalizando uma camuflagem subjetivante, que delega voz a um interlocutor, não nomeado. No que versa sua temática, o comentário estabelece uma relação contratual com o *post* (descontrole), mais do que isso, o comentarista sanciona negativamente a atitude de Bolsonaro e de seus apoiadores. Estes, por sua vez, são figurativizados pela palavra “berrante”, “extrema ignorância”, “extrema burrice”, “extrema incompetência”. Vale ressaltar que durante as eleições presidenciais de 2018 os eleitores de Bolsonaro eram chamados pelos opositores de “gado”, que refere-se a uma gíria<sup>76</sup> utilizada na internet para insinuar que uma determinada pessoa faz tudo o que os outros pedem, sem questionar, não tendo, portanto, personalidade própria.

Contudo, o comentário descrito anteriormente aciona uma série de respostas que rompem com a continuidade da postagem, assumindo uma imprevisibilidade dos turnos (imagem 71).

Imagem 71- Comentários sexta postagem *Jovens de Esquerda* - II



Fonte: Facebook (2020).

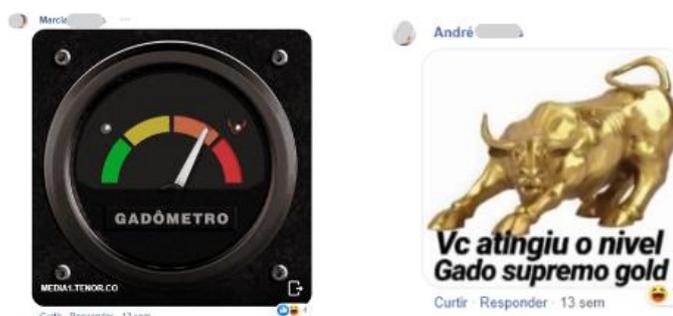
Há, nesses enunciados, um discurso que apela para agressões verbais, instaurando uma temática de difamação ao comentário da imagem 71, com figuras, como “merda”, “babaca”, “extrema inveja”, “otária”. Outra temática encontrada é a da política, por meio de figuras, como “comendo bolsa família”, “Lula”, “Dilma”, “autocontrole”, “não gosta”. Tanto o comentarista 02, quanto o 03, satirizam os governos do ex-presidente Lula e da ex-presidenta Dilma Rousseff, assim como o programa Bolsa Família, popularizado durante a gestão petista. Destacamos que os três comentaristas utilizam o recurso de marcação, direcionando o *tu* de

76 <https://www.techtudo.com.br/listas/2019/12/17-gurias-que-surgiram-na-internet-nesta-decada.ghtml>. Acessada em 21/01/2022.

quem, e para quem, eles falam para o comentador da imagem 71, criando um simulacro de conversação.

A imagem 72 aparece como resposta aos comentários anteriores.

Imagem 72 - Comentários sexta postagem *Jovens de Esquerda* - III



Fonte: *Facebook* (2020).

Podemos dizer que, nesses dois comentários, não há necessariamente uma resposta com argumento aos anteriores. Na verdade, os enunciadores utilizam os textos sincréticos, com o intuito de criticar os três comentaristas anteriores, inferindo que eles são gados, isto é, que seguem Bolsonaro sem questioná-lo. Para tanto, eles empregam a mesma cadeia memética do “gado” descrita no primeiro comentário, criando uma temática de humor, por meio de figuras como “gadamêtro”, “atingiu”, “nível gado”, “supremo *gold*” e no âmbito visual: velocímetro e touro de ouro.

Tabela 23 - Temas e figuras da sexta interação *Jovens de Esquerda*

GÊNERO	CAMUFLAGEM	TEMAS	FIGURAS
<i>Post</i>	Objetivante	Imoralidade	“Brasil” e “amadores”
Comentários	Objetivante Subjetivante (mesma temática)	Imoralidade e difamação	“classes mais altas”, “foda-se”, “porta”, “cabeça fraca”, “juíza”, “analfabeta”, “fdp”, “má fé” e “fascista”, “golpe de 2016”, “marcha conspiratória”, “vermelha”, “nojenta”, “suja de sangue”

Fonte: *Facebook* (2020).

O que temos é que no primeiro comentário em análise há uma aceitação do contrato do *post*, atuando como seu par interacional, sem trocas de posição, garantindo, assim, uma sequência de turno que propicia uma continuidade à temática da publicação (imoralidade), aplicando-a a partir de novas figuras, garantido a atuação do enunciatário à proposta do enunciador, tal como prevista pelo sentido conquistado. A partir dele, são desencadeados comentários com uma descontinuidade gerada pela imprevisibilidade dos turnos, característica

do sentido aleatório, em que os enunciatários enunciam o sentido, sem contratos e com posições de reflexividade que se alternam para a produção de sentido, distanciando-se da proposta do enunciador do comentário e da própria *fanpage*.

### 5.3 APONTAMENTOS FINAIS

A partir do percurso analítico, realizado até aqui, constatamos recorrências que interligam as duas *fanpage* e que permitem traçar um padrão nas interações discursivas. Antes, porém, cabe ressaltar a noção de “verdade” e “contrato”, para a semiótica. De acordo com essa teoria, a verdade é estudada por meio de um contrato de veridicção, que, segundo Greimas (2014), repousa na interação entre o fazer persuasivo do enunciador e o fazer interpretativo do enunciatário. Esse acordo tácito entre os sujeitos da enunciação é o que chamamos de contrato de veridicção, que é envolto por três fazeres: veridictório, epistêmico e fiduciário, que são explicados por Sobral (2016) como:

O fazer veridictório é a inscrição pelo enunciador de marcas que permitem que o enunciado se deixe ler como verdadeiro/falso, como mentiroso/segredo; o fazer epistêmico é a interpretação, pelo enunciatário, do teor veridictório do enunciado, partindo das atitudes epistêmicas coletivas, dos sistemas de conotações veridictórias, enfim, dos mecanismos de produção do efeito de sentido “verdade”; o fazer fiduciário é o agir que leva o enunciatário a confiar ou esperar mais do que seu próprio fazer epistêmico autoriza (SOBRAL, 2016, p. 129).

Desse modo, a verdade só é sancionada enquanto tal quando o enunciatário aceita o contrato de veridicção e interpreta o discurso como verdadeiro. Essa adesão é o único meio de sancionar o contrato de veridicção. Com efeito, a elaboração do simulacro de verdade é, para além do universo de crenças e valores do destinatário, a imagem que este faz de seu destinador. Em outras palavras, por mais que o contrato tenha sua base em um fazer cognitivo, modalizado por saber, ele é da ordem fiduciária, ligado ao crer.

Com base nas análises dos temas e figuras expressos nos *posts* e nos comentários, é possível traçar a aceitação ou recurso dos contratos. Assim, a *fanpage* da *Direita 3.0* instaura uma temática ligada à imoralidade da esquerda, lida numa isotopia do antiesquerdismo e, principalmente, à minimização da morte da Vereadora Marielle Franco. O que nos chama a atenção, nessa última temática, é que ela nos orienta para a isotopia da supremacia dos negros sobre os brancos, isto é, um racismo reverso.

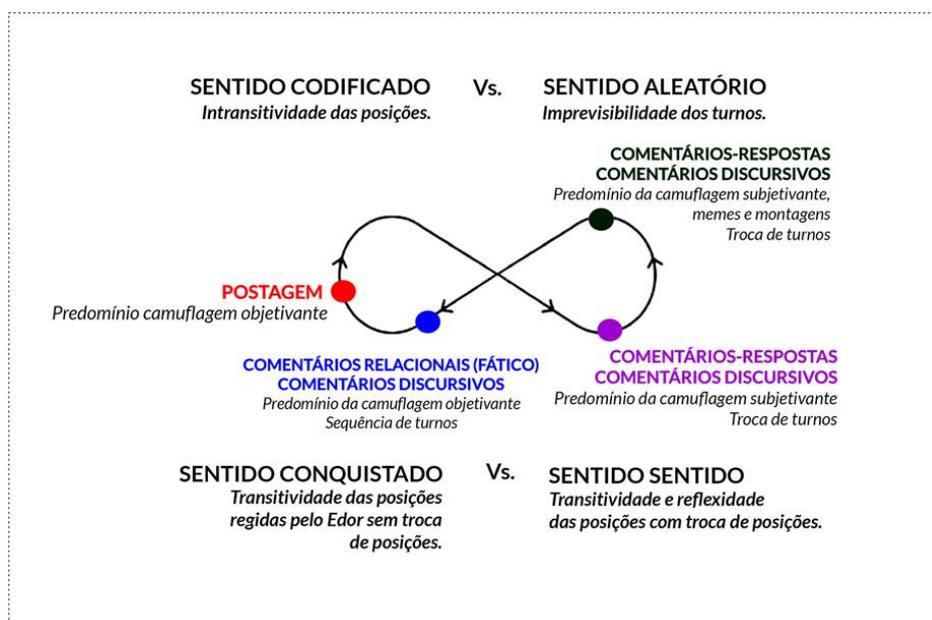
Na perspectiva desses enunciadores, os negros, como Marielle, prejudicam socialmente os brancos, principalmente com sua ascensão social. Um exemplo citado nos comentários foi o

caso dos policiais brancos mortos em atentados na mesma semana do assassinato da Vereadora, assim como um pai de família branco assassinado, sendo que ambos não foram citados pela mídia. Outro ponto foi o do motorista Anderson, morto no atentado contra Marielle, que morreu por estar “fazendo bico”, sem seus direitos trabalhistas garantidos.

Já na *fanpage Jovens de Esquerda*, as temáticas ligam-se à potencialização da morte de Marielle Franco; a imoralidade da direita e a indignação contra as *fake news*. Assim, a morte da Vereadora é vista como um atentado, que tem sua base no racismo, na misoginia e nas políticas de esquerda defendidas por Marielle, portanto deve ser tratado como singular. Mediante ao exposto, é possível dizer que, nas análises das duas *fanpages*, o enunciatário tanto recusou quanto, também, aceitou o contrato do enunciador, por meio das escolhas temáticas, propiciando um aumento enunciativo do que foi posto na postagem.

A partir desse levantamento dos temas e figuras, conseguimos traçar os regimes de presença e interação entre enunciador e enunciatário (OLIVEIRA, 2013), tal como salientamos no terceiro capítulo. Os regimes, de acordo com Oliveira (2013), dividem as relações do sujeito complexo (eu-tu) em intransitiva e transitiva. No primeiro caso, a situação comunicativa é marcada por dois atores, em que um comanda e o outro é comandado. Os outros três regimes são marcados pela transitividade, em que o “eu” e o “tu” possuem o mesmo patamar interativo, pressupondo um deslocamento de posições enunciativas, que podem levar a negociações, reciprocidade e, até mesmo, coenunciação. Desse modo, com base nas análises, teríamos o seguinte esquema (Imagem 73):

Imagem 73- Regimes de interação discursiva post e comentários



Fonte: Elaborado pela autora.

O esquema 73 parte da relação entre os estudos enunciativos da ordem da pessoa e os regimes de interação entre enunciador e enunciatário. Assim, inferimos que, no par *post/comentário*, há o predomínio de interações bilaterais de transitividade, regidas, ora pela intencionalidade, ora pela reflexividade e ora pela imprevisibilidade. Desse modo, os *posts* têm em sua base a interação bilateral com tipos de transitividade (OLIVEIRA, 2013), visto que seu objetivo é levar os seguidores a interagir, seja por meio de curtidas, compartilhamentos ou comentários.

Logo, este gênero parte de uma intencionalidade, de uma persuasão de um *fazer-participativo*, em que tanto o enunciador da *fanpage Direita Vive 3.0* quanto da *Jovens de Esquerda* possuem uma orientação fixada, projetada por uma “intencionalidade que é explicitada como a ser seguida” (OLIVEIRA, 2013). Entretanto, optamos por colocar a postagem próxima ao regime do sentido codificado, pois de certa forma há uma repetição programada das ações e um mapeamento de construção de sentido para seu enunciatário.

Além disso, os *posts* privilegiam a camuflagem objetivante, por meio de uma debreagem enunciativa, produzindo um efeito de sentido de neutralidade, basilar para um fazer crer na verdade do discurso. O enunciador, no entanto, deixa marcas que permitem identificar sua subjetividade, como o uso de caixa alta, palavras de baixo calão, adjetivos e advérbios, uma vez que o emprego de palavras de cunho subjetivo também assimila a presença de um enunciador no texto, propiciando um efeito de aproximação com o enunciatário. Assim, ao realizar um compartilhamento de uma postagem, o enunciador deixa transparecer a imagem que faz da publicação e, ao mesmo tempo, reforça a sua imagem e suas crenças, tendo em vista que o ato compartilhar evidencia seus pontos de vista.

Isso fica evidente na utilização dos regimes de propagação, em que na página da *Direita Vive 3.0* evidenciamos o predomínio da recriação, em que o enunciador compartilha matérias as quais sancionará negativamente, por meio de uma variação temática e figurativa. Por outro lado, na *fanpage Jovens de Esquerda*, a replicação é preponderante, por meio de uma repetição completa dos *posts* compartilhados, sinalizando, por pressuposição, uma sanção positiva a eles. É interessante observar que na repetição é onde encontramos os *posts* marcados pela camuflagem subjetivante, reforçando que o enunciador crê ser verdade o dizer do outro.

Ora, esse julgamento da verdade do dizer do outro relaciona-se a dois níveis da modalidade do *crer* (LANDOWSKI, 1992): o *crer* no que diz alguém (a crença no dito) e o *crer* naquele que diz alguma coisa (a confiança no sujeito). Por esse caminho, o enunciatário pode *crer* unicamente no dito, por meio da presença de argumentos do próprio enunciado, neste caso, o julgamento é regido pelo inteligível (razão) ou ele pode *crer* no enunciador, porque confia no

que ele diz, pois se identifica com ele e, conseqüentemente, crê no seu enunciado, logo o sensível (o afeto) rege a sanção.

Normalmente, no regime do inteligível, o crer no dito é construído por meio de estratégias que utilizam a lógica, encadeando percursos temáticos e figurativos com a finalidade de criar um simulacro da verdade, que é uma estratégia já observada na análise. Sob a perspectiva contrária, o crer do sensível norteia-se pelas paixões, pelos afetos e pela construção de um *ethos* de confiança do enunciatário, que, na maioria das vezes, estabelecem uma relação em que o sujeito destinador fará o destinatário alcançar seus valores de busca, suprindo sua falta. Essas duas manifestações ocorrem, de acordo com Gomes (2019), em co-presença na enunciação, com variações átonas e tônicas, isto é, com uma intensidade maior ou menor em cada texto.

Enfim, temos que a partir do enunciado do *post*, que instaura um contrato (manipulação – persuasão) com seus usuários e espera respostas alinhadas às suas crenças, levando, desse modo, o enunciatário pressuposto a agir enquanto seu par interacional, em um *fazer-participativo* da interação. Assim, o *post* enquanto enunciação primeira, instaura uma temática que é o ponto de partida para os discursos aumentados, que se concretizam por meio dos comentários, sendo que estes possuem uma maior dinâmica interacional, seja por meio de comentários discursivos ou comentários-resposta.

Em vista disso, os comentários discursivos estão presentes nos três regimes de interação, o que muda é, justamente, a forma como eles se assumem em relação à postagem. Quando eles sancionam euforicamente os *posts*, seguindo a mesma linha temática, os comentadores se assumem enquanto enunciatário, respondendo ao que foi previsto, sendo regidos por um sentido conquistado, sem trocas de posição. Isto é, o enunciatário aceita o contrato, garantindo a temática do *post* e assume o papel “projetado para ele ocupar no discurso” (OLIVEIRA, 2013, p. 245). Ou seja, instauram-se como enunciatários, em uma sequência de turnos fixa (enunciador – enunciatário), em que o enunciador consegue conduzir o enunciatário a leitura de sentido proposto. Além disso, o enunciatário, ao realizar aumentos enunciativos por meio de novas figuras, atua a partir da reconstrução do sentido que é proposto pelo enunciador (FECHINE, 2014).

Nas análises, esses comentários são, na maioria das vezes, marcados pela camuflagem objetivante, com uma debreagem enunciativa de pessoa. Isto nos leva a uma interação em que o foco é a ilusão de uma objetividade, de uma imparcialidade, mesmo, com marcas subjetivas, como a utilização de adjetivos, de palavras de baixo calão, por exemplo. Além disso, nessa interação, o objetivo é uma ampliação do discurso por meio de uma continuidade temática. Mas,

não podemos deixar de considerar que esses comentários também se ajustam ao enunciado, por isso, encontram-se a caminho de um sentido sentido, o que justifica sua posição no diagrama (Imagem 73).

O predomínio da camuflagem subjetivante, via a debreagem enunciativa de pessoa, é encontrada no sentido sentido e no sentido codificado, tanto em comentários discursivos, mas, sobretudo, em comentários-resposta, em que enunciador e enunciatário trocam de posições e criam um simulacro dialogal. Desse modo, o sentido sentido é notado na formação de uma massa nos comentários, levando a uma transitividade reflexiva. Nas análises, esse sentido está ligado aos comentários de aspecto interativo, da repetição do sentir do outro expresso pela recorrência das mesmas expressões, argumentos, *gifs*, *memes*. De acordo com Neto (2018, p. 69), “quando se concentra elementos de uma mesma natureza, marcados por uma alta intensidade, num único ponto, temos a presença do que aqui chamamos de massa”. Logo, por meio dessa massa instaura-se um sentido de unidade muito forte, em que, segundo Neto (2018), os corpos se fundem e tornam-se um só, todos iguais.

Nesse caso, temos uma ligação com a noção de ajustamento estésico de Landowski (2014), que se homologa ao regime da transitividade reflexiva. Assim, os comentaristas se sentem afetados e contagiados por diversas situações, sendo modalizados por um *fazer-sentir* que os levam a um *fazer conjunto em ato*. Essa recorrência, pode ser notada em comentadores que visam defender outros comentaristas, seguindo a mesma temática expressa por eles, em uma interação, em que os sujeitos agem via o sensível, de um sentir do outro que leva a co-presença sensível. Tais pontos podem ser observados nas sanções aos *posts*, no sentir o sofrimento dos seus iguais e, principalmente, no desejo de unir-se contra o *outro*, o que provoca, como vimos nas análises, um efeito de eco, de repetição de discurso. Assim, de uma maneira acelerada, um comentário se une ao outro, com uma intensidade elevada, caracterizando, muitas vezes, discursos passionais.

Cabe ressaltarmos um ponto importante para a análise dos regimes de interação, a saber: o sentido codificado, isto é, a imprevisibilidade dos turnos. Como vimos, essa interação leva a uma descontinuidade do tema do *post* e/ou do comentário. O enunciatário, dessa forma, desvia da proposta inicial, e se instaura como um enunciador de novo sentido, um enunciador não-autorizado para aquele espaço. Isso leva a uma transitividade imprevisível, em que “os papéis da relação enunciativa encontram-se abertos e podem ser trocados conforme os dois processam o sentido a seu turno” (OLIVEIRA, 2013, p. 254).

Assim sendo, não existem contratos, mas dois co-enunciadores que expõem seus pontos de vista antagônicos, regidos por uma imprevisibilidade do ato de enunciar. Portanto, os

enunciadores subvertem o enunciado, assumindo hierarquias discursivas que possibilitam a intercambiação de posições de comando. Vale salientar que o espaço comentário, ao permitir a instalação de antiprogramas, permite o aumento da passionalidade. Isso fica evidente na análise, ao observarmos que, na maioria das vezes em que existe transitividade imprevisível, é instaurado um discurso polêmico, que foge ao relaxamento e atonia da continuidade.

A polêmica, portanto, funciona como uma desencadeadora de interação. Como notamos nas análises, é justamente na imprevisibilidade que encontramos as maiores trocas de turno, e, também, derivam deles os discursos que apresentam o *eu* e *aqui* demarcados, por meio de debreagens enunciativas, características de uma camuflagem subjetivante. Acrescentamos que o desacordo surge justamente no entrecruzamento das oposições dos espectros políticos, em que os enunciadores da direita ou da esquerda invadem a “bolha” um do outro para assumir sua posição, suas crenças e valores, com o objetivo de desacreditar, aniquilar a imagem do *outro*.

Diante disso, constatamos que, nos comentários regidos pela transitividade imprevisível, são deflagrados o maior número de discursos intolerantes, em que há uma disputa pela existência, pelo ponto de vista de cada enunciador. Contudo, isto nos leva a um embate, pois, como vimos, cada sujeito valida sua verdade de acordo suas ideologias, logo, todos os argumentos tornam-se eufóricos, de acordo com a perceptiva de cada comentarista, caminhando, desse modo, para uma exacerbação das paixões e da irrelevância de argumentos racionais.

A debreagem enunciativa, também, marca a transitividade imprevista, instaurando um antissujeito, uma polêmica, que pode ocorrer tanto em comentários discursivos, como é o caso de publicações de *memes* e montagens de imagens publicadas isoladamente, ou ainda instaurando comentários-resposta, que, também, marcam uma inversão constante dos papéis de enunciador e de enunciatário. Logo, eles funcionam como um impulsionador de interação, uma vez que atraem o surgimento de novas imprevisibilidades e o aparecimento de discursos que reforcem a alteridade.



## 6 #MARIELLEPREUNTO E #MARILLEPRESENTE: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS INTOLERANTES

Como abordado no segundo capítulo, a intolerância é uma característica originária da “predisposição comum a todos os humanos, a de impor suas próprias crenças, suas próprias convicções, desde que disponham, ao mesmo tempo, do poder de impor e da crença na legitimidade desse poder” (RICŒUR, 2000, p. 20). Desse modo, a intolerância instaura um *eu* que implica um *outro*, necessariamente diferente, regida, portanto, por uma lógica da diferença, que tem como base a negação do *outro*.

Disso decorre que,

[...] é preciso enganar o *outro* como verdadeiro humano para poder excluí-lo, causar-lhe mal, destruí-lo, e até mesmo negar-lhe uma ‘sobrevida’ *post mortem*. Na ideologia nazista, os judeus não são sub-homens apenas, mas animais de ‘rebanho’, para retomar uma expressão que foi muito utilizada. [...]. A intenção primeira não é humilhar, mas negar, pura e simplesmente, o status de ser humano ao Outro (HÉRITIER, 2000, p. 25).

Portanto, a intolerância não é gratuita, é, antes, um mecanismo de segurança, que opera segundo a coesão daquilo que o *eu* concebe como seu sistema de funcionamento, composto por suas crenças e valores, e para defendê-lo tudo é permitido, até mesmo a eliminação do *outro*, ou de *outros* (grupos), visto como uma ameaça ao seu sistema. Nesse sentido, o *outro* é tudo o que é diferente, estranho, desconhecido, seja a nacionalidade, a raça, a etnia, ao gênero, a religião ou a língua, enquanto o *eu* é o concidadão, o irmão de etnia, o correligionário, o semelhante.

Semioticamente falando, Barros (2011) explicita que o discurso intolerante tem sua oposição mínima fundamental entre identidade *versus* diferença/alteridade. Em complemento, Landowski (2012) acrescenta que a identidade é constituída não apenas pela maneira como o sujeito se coloca no mundo, mas, principalmente, pela relação que ele mantém com o *outro*. Logo, a identidade “parece passar necessariamente pela intermediação de uma ‘alteridade’ a ser construída” (LANDOWSKI, 2012, p. 4).

Em vista disso, um sujeito identifica sua alteridade mediante o contato, mesmo que virtualmente, com o *outro*. Ao mesmo tempo em que ele percebe o diferente, constitui sua identidade e/ou a identidade do grupo social no qual se insere. No entanto, Greimas e Courtés (2016) nos alertam para a complexidade dessa questão, uma vez que consideram a alteridade “um conceito não definível que se opõe a outro, do mesmo gênero, identidade: esse par pode

pelo menos ser interdefinido pela relação de pressuposição recíproca” (GREIMAS; COURTÉS, 2016, p. 27).

Com isso, se inferimos<sup>77</sup> que a identidade se constitui a partir da distinção e negação do semelhante, logo, a alteridade, também, seguirá a mesma lógica. Ou seja, ela é instituída por um processo de distinção, no qual são delimitadas as diferenças, tal qual pelo reconhecimento da identidade outra, que possui valores e crenças análogos. Desse modo, tanto a identidade quanto a alteridade são permeadas por um mesmo traço sêmico, a saber: a relação, seja de semelhança ou diferença, entre um *eu* e um *outro*.

Ao transpormos essa noção para o campo dos discursos intolerantes, identificamos a presença de um sujeito intolerante, que se coloca um “Sr. Todo Mundo” (LANDOWSKI, 2012), que ordena o que é diferente dele, ao mesmo tempo que institui seus semelhantes, que compartilham das mesmas crenças e valores. Com isso, a identidade do sujeito intolerante é instaurada pela identificação da alteridade do *outro* – *outro* este que, sob a perspectiva do *eu*, não pode coabitar com os grupos semelhantes ao *eu*, uma vez que há uma ameaça à integridade deles.

Mediante ao exposto, e retomando a oposição identidade *versus* diferença, ou alteridade, afirmamos, com base nas análises já realizadas, no capítulo anterior, que a identidade é julgada como eufórica pelos sujeitos que compartilham dos mesmos valores, seja para dar continuidade a uma ideologia partilhada pelos enunciadores das *fanpages Direita Vive 3. e Jovens de Esquerda*, seja para proteger ou preservá-los. Por outro lado, a alteridade é disfórica, em que o diferente é repudiado, julgado como mau cumpridor de certos contratos sociais, como mau cidadão, por não compartilhar dos mesmos valores e crenças, instaurados pelo *eu*.

É, justamente, a partir dessa dicotomia, entre identidade *versus* alteridade, que estruturamos este capítulo analítico, tendo como base as categorias metodológicas desenvolvidas por Barros (2015), para a construção discursiva dos discursos intolerantes: os temas e figuras semânticas do discurso; a organização narrativa, sobretudo, a sanção; os percursos passionais; e a organização geral tensiva – triagem e mistura, acontecimento e exercício. Da mesma maneira como foi realizado no quinto capítulo, iniciaremos o exame pela *fanpage Direta Vive 3.0*, seguida pela *Jovens de Esquerda*.

---

77 Um aprofundamento teórico desta questão foi desenvolvido na seção “Alteridade na semiótica”, presente no capítulo 02.

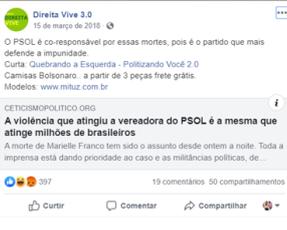
## 6.1 INTOLERÂNCIA NA *FANPAGE DIRETA VIVE 3.0*

### 6.1.1 Percursos temáticos e figurativos

Segundo Barros (2015), os temas e figuras do discurso intolerante remetem à oposição semântica fundamental entre igualdade (identidade) *versus* diferença (alteridade). A autora acrescenta que “a partir daí vários temas e figuras são desenvolvidos, conforme as diferenças sejam de etnia, religião, gênero e outros” (BARROS, 2015, p. 265), dentre esses temas, quatro são destacados, pela semioticista: a animalização do *outro*; a antinaturalidade do diferente; o caráter doentio da diferença; e a imoralidade do *outro*.

A fim de evitar repetições analíticas, retomaremos as análises dos temas e figuras, realizadas no quinto capítulo, com o objetivo de analisar o funcionamento da ideologia nas manifestações textuais dos comentários e *posts* da *Direita Vive 3.0*. Para sintetizar o que foi levantado, anteriormente, elaboramos duas tabelas que organizam as cadeias temático-figurativas:

Tabela 24 -Resumo dos temas e das figuras *posts* *Direita Vive 3.0*

Dia da publicação	Post em tamanho reduzido	TEMAS	FIGURAS
15 de março de 2018		<p>Pobreza;</p> <p>Minimização da morte da Marielle.</p>	<p>“Desemprego”, “bico”, “pobre”, “Esse, sim”.</p>
15 de março de 2018		<p>Imoralidade;</p> <p>Política;</p> <p>Minimização da morte de Marielle.</p>	<p>“Impunidade”, “violência”  “PSOL”, “vereadora”,  “partido”, “mesma”,  “milhões”, “brasileiros”.</p>
16 de março de 2018		<p>Política;</p> <p>Minimização da morte de Marielle.</p>	<p>"Palanque político", "mais uma vez", "morte", "pessoa".</p>

<p>18 de março de 2018</p>		<p>Política; Minimização da morte de Marielle.</p>	<p>“forçou em...”, “Marielle”, “Deputada”, “vereadora”, “Presidente da República”, “Benedita da Silva”.</p>
<p>13 de março de 2019</p>		<p>Facada em Bolsonaro.</p>	<p>“Bolsonaro”, “entrevista”, “Marielle”, “repórter”, “saber”, “matar”, “presidente”, “povo”.</p>
<p>29 de outubro de 2019</p>		<p>Defesa; Mídia; Ativismo.</p>	<p>Extrema imprensa”, “c@analha”, “bandilho”, “perdendo a credibilidade”, “presidente”, “povo”, “senhor”, “vamos para a rua”.</p>

Fonte: Elaborado pela autora

Tabela 25- Resumo dos temas e das figuras comentários *Direita Vive 3.0*

Dia da publicação do comentário	Temas	Figuras
<p>15 de março de 2018</p>	<p>Pobreza;</p> <p>Minimização da morte de Marielle Franco; potencialização da morte do motorista, Anderson;</p> <p>Racismo.</p>	<p>“bico”, “explorado”, “trabalho”, “sem carteira assinada”, “CLT”, “INSS”, “férias remuneradas”, “13º”.</p> <p>“falando do motorista”, “efeito colateral”, “morte vereadora”, “falando do cara”, “toda vida vale”, “nem mais nem menos”.</p> <p>“era branco”, “pô”.</p>
<p>15 de março de 2018</p>	<p>Minimização da morte de Marielle;</p> <p>Doutrinação da esquerda.</p>	<p>“hipócrita”, “homossexuais”, “heterossexuais”, “brancos”, “negros”, “glamourização”, “vida importa”, “sangra”.</p> <p>PSOL, vereadora”, “armas”,</p>

		exército nas comunidades”, “população armada, Brasil, Rio, pau mandado, PT, política, metralhadora, esquerda, Maduro, ditadura, venezuelano e bandido.
16 de março de 2018	Minimização da morte de Marielle  Doutrinação da esquerda  potencialização do assassinato de Marielle Franco e valorização da vida.  Imoralidade	Motorista, policiais mortos, campanha, vereadora  PSOL, Venezuela, esquerdopata e esquerdolixo  Mais um como os outros, família, merece, “mito”, hipócritas, “mesmo peso”.  esse palhaço, você ganha para falar merda
18 de março de 2018	Minimização da morte de Marielle  Doutrinação da esquerda	hipócrita, homossexuais, heterossexuais, brancos, negros, glamourização, vida importa, sangra  PSOL, vereadora, armas, exército nas comunidades, população armada, Brasil, Rio, pau mandado, PT, política, metralhadora, esquerda, Maduro, ditadura, venezuelano e bandido.
13 de março de 2019	Corrupção Antipetismo, antiesquerdismo.	milícia, PT, Marcelo D2, traficantes, maconheiro, bandido, esquerda, Polícia Federal, miliciano.
29 de outubro de 2019	Defesa Mídia Religião Ativismo Saúde Sexualidade Misoginia	Gala, esporrada na boca, gozadinha, forte, corajoso, honesto, palavrão, mídia, senhor, missão divina, Deus, dedo na cara, Brasil.

Fonte: Elaborado pela autora

Os percursos temático-figurativos encontrados nos discursos da *Direita Vive 3.0* referem-se, essencialmente, à minimização da morte de Marielle Franco, à imoralidade e à política. Mesmo quando há a presença de temas, como racismo, misoginia, sexualidade, saúde, eles estão ligados à imoralidade do *outro* ou da política. É importante observar que esse *outro* é caracterizado na figura de Marielle Franco, mas, sobretudo, da esquerda (temática política) e seus apoiadores, inclusive, os “enunciadores não autorizados”, que descontinuam a temática proposta pelos *posts*, nos comentários, criando um novo percurso temático, isto é, a potencialização do assassinato de Marielle Franco.

Desse modo, este *outro*, isto é, a esquerda e tudo relacionado a ela, é tido como imoral, concretizado no discurso por meio de figuras que retomam a isotopia do antiesquerdismo. Além disso, como vimos no capítulo anterior, o tema da minimização da morte da Vereadora Marielle Franco, nos orienta para a isotopia da supremacia dos negros sobre os brancos, ou seja, o racismo reverso. Como evidenciado no primeiro capítulo, Schwarcz (2019) destaca que desde a escravidão temos a exclusão de grande parte da população negra de locais de prestígio social, inclusive no que concerne aos direitos à saúde, à educação, ao trabalho, à moradia e à segurança – direitos constitucionais. Assim, quando os negros assumem posições altas na sociedade, na perspectiva do racismo reverso, eles prejudicam socialmente os brancos, que sempre estiveram no “topo da pirâmide social” (SCHWARCZ, 2019, p. 30).

Em paralelo a isso, Fantini (2014) complementa que, quando o *outro* assume posições de prestígio na sociedade, como o cargo de Vereadora, de Marielle, eles continuam sendo tratados como o *outro*: “aqueles com fenótipo de pele escura em relação a outros grupos raciais sempre serão percebidos como negros, não importa o quão ricos eles fiquem” (FANTINI, 2014, p. 126). A partir disso, notamos, também, nos temas expostos, o racismo contra a Vereadora. Como evidenciado, no primeiro capítulo, Santos (2016) e Bobbio (2011) afirmam que uma das características da intolerância é o racismo, que configura uma predisposição mental com base no etnocentrismo.

Dito de outro modo, há um grupo, neste caso, alguns comentaristas da *fanpage Direita Vive 3.0*, que consideram determinados valores da sociedade como universais, como, por exemplo, a raça ocidental branca determinar a cultura, pois dela advém a superioridade racial (SANTOS, 2016). Em complemento, para Bobbio (2011), o racismo é marcado por uma perspectiva de que existem raças superiores e inferiores, e que as superiores devem dominar as outras. No caso da análise, o *eu* – ou um *nós* figurativizado no espectro político da direita – assume uma posição de que está do lado superior, e que as relações sociais devem ser determinadas de acordo com seu ponto de vista, de sua ideologia.

Entramos, portanto, no campo ideológico. De acordo com Fiorin (1998), a análise dos temas e das figuras permite-nos analisar o funcionamento ideológico nos textos. Para o autor, uma das concepções de ideologia é de “uma visão de mundo”, ou seja, o ponto de vista de uma sociedade a respeito da realidade, a maneira como uma classe ordena, justifica e explica sua ordem social. Daí, podemos deduzir que há “tantas visões de mundo numa dada formação social quando forem as classes sociais” (FIORIN, 1998, p. 29). Tal posicionamento nos ajuda a compreender a ideologia que perpassa os pares *post/comentário* da *Direita Vive 3.0*.

Tal como expõe Fiorin (1998)<sup>78</sup>, a ideologia é concebida como uma visão de mundo. Assim, para o enunciador dos *posts* da *Direita Vive 3.0*, assim como para os enunciadores autorizados, nos comentários, isto é, que compartilham o mesmo percurso temático da mesma continuidade temática, essa visão está intimamente ligada aos temas e figuras apresentados no primeiro capítulo, acerca do espectro político de direita (vide tabelas 1 e 2), tais como individualidade, ordem, meritocracia e preservação do *status quo* dos grupos dominantes, que são figurativizados na imagem da direita, do homem branco, do conservadorismo, da heteronormatividade, da religião, do machismo e da defesa da família tradicional, que levam a isotopias, como o antiesquerdismo e o racismo.

Essa visão de mundo funciona no par *post/comentário* da *Direita Vive 3.0*, como um modo de justificar a ordem social e, por consequência, qualquer percurso que fuja desse padrão é associado à imoralidade, como observamos. Logo, a caracterização do *outro* – neste caso específico, da esquerda, da Marielle e dos sujeitos “não autorizados” nos comentários –, a partir de temas e figuras, muitas vezes, pejorativos, expressa “a visão de mundo” que define os sujeitos intolerantes da direita, que enxergam como imorais os sujeitos que não compartilham dos mesmos valores e crenças, havendo, portanto, uma quebra contratual, que é apresentada na seção seguinte.

### 6.1.2 Organização narrativa – discurso da sanção

De acordo com Barros (2015a, p. 63), do ponto de vista da organização narrativa, o discurso intolerante é, “sobretudo, um discurso de sanção aos sujeitos considerados maus cumpridores de certos contratos sociais: de branqueamento da sociedade, de pureza da língua, de heterossexualidade e outros”. Logo, o *outro*, o diferente, é julgado como mau ator social e, portanto, deve ser punido, tornando a intolerância e o preconceito, justificados.

---

78 Trabalharemos nesta tese com o conceito de ideologia proposto por Fiorin (1998) devido à aproximação teórica, isto é, a semiótica. Contudo, sabemos da existência de outros conceitos do termo, sobretudo a definição de Bobbio (1998), que afirma haver duas tendências gerais para a ideologia, uma de “significado fraco” e outra de “significado forte”. A primeira, designa um *genus* ou uma *species* diversamente definida “dos sistemas de crenças políticas: um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos” (BOBBIO, 1998, p. 740). Já a segunda, de “significado forte”, é originada do conceito de Marx, compreendida como uma “falsa consciência das relações de domínio entre as classes, e se diferencia claramente do primeiro porque mantém, no próprio centro, diversamente modificada, corrigida ou alterada pelos vários autores, a noção da falsidade: a Ideologia é uma crença falsa” (BOBBIO, 1998, p. 740). Assim, no conceito fraco, a ideologia é neutra e no segundo possui um conceito negativo, pois denota uma falsa consciência de uma crença política.

Assim, conseguimos inferir que os *posts* assumem o papel de uma engrenagem interacional, que visam motivar seus usuários a um *fazer-participativo*. Para tanto, existe uma relação motivada, em que o destinador age sobre o outro com o intuito de levá-lo a fazer algo, situação característica do percurso da manipulação. Nesse caso, o destinador-manipulador, a *fanpage Direita Vive 3.0*, propõe um contrato fiduciário baseado em competências modais ligadas às modalidades veridictórias, uma vez que o destinador determina o que é certo e o que é errado e, a partir dessa perspectiva, organiza seus discursos como verdadeiros, caracterizando o programa da alteridade como mentiroso e falso.

Em complemento, o destinador-manipulador é atualizado, levando-o a uma ação discursiva, por meio de competências modais que perpassam tanto o *saber* quanto o *poder*. Para demonstrar essa constatação, retomamos as publicações dos dias 15 e 16 de março de 2018 (imagens 74 e 75).

Imagem 74- Segunda postagem *Direita Vive 3.0*

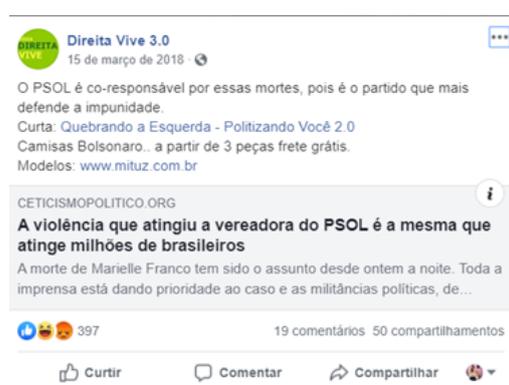


Imagem 75 - Terceira postagem *Direita Vive 3.0*



Fonte: Facebook (2020).

Na primeira imagem (imagem 74), o destinador dos *posts*, a *Direita Vive 3.0*, se constrói dotado de um *saber*, uma vez que demonstra ter conhecimentos de que o PSOL é corresponsável pela morte de Marielle, e de outras “milhões”, que atingem os brasileiros, pois é um partido que defende bandido. Já na segunda publicação, ele cria uma imagem eufórica de Bolsonaro e demonstra um *saber* sobre o caráter do candidato à presidência da República, como podem ser observados nas expressões “mais uma vez” e “não precisa fazer”. Em paralelo a isso, implicitamente, ele faz uma crítica ao posicionamento da revista *Veja*, a colocando como um antissujeito, que visa à desqualificar Bolsonaro.

Além disso, o destinador é revestido por um *poder*, já que se considera possuidor do direito à fala e à argumentação e, também, detentor da verdade, mesmo que esta seja mentirosa, como observamos no capítulo anterior. Relembrando, no *post* da imagem 75, o discurso parece verdade, mas não é (mentiroso), tendo em vista que o destinador pressupõe que o PSOL defende bandido, o que se interliga a uma das principais *fake news* disseminadas contra Marielle Franco, que afirmava que a Vereadora defendia bandidos.

É interessante ressaltar, ainda, que esse *poder* falar é intensificado pela relação complexa entre a fala e a escrita (BARROS, 2015), em que o sujeito da *internet* é exposto a interações que são, ao mesmo tempo,

[...] próxima (é possível falar/escrever em bate-papos, que simulam uma conversa real) e distante (todavia, ainda é uma conversa em que os interlocutores estão situados em espaços diferentes), descontraída (com aspectos da fala pouco controlada e não editada) e formal (todavia, é possível reformular o texto ao bel-prazer do narrador), subjetiva (atingindo um grau de pessoalização alto ao instaurar o eu que fala, muitas vezes ancorado pelo próprio nome e foto do “perfil” do sujeito) e objetiva (atingindo um distanciamento com o interlocutor quando necessário), além de possuir um caráter de completude (isto é, de texto acabado) mas, ao mesmo tempo, de incompletude (mas que dá margem a futuras edições na produção original) (MELO, 2019, p. 89).

Assim, a complexidade entre a fala e a escrita, acompanhada do largo alcance informacional no eixo da temporalidade, a qual o discurso na *internet* está submetido, propicia um alto grau de interatividade, que expande o *poder* do sujeito que fala. Inferimos, portanto, que esse *poder* pode estimular o destinador a manifestar suas crenças e valores por meio de discursos preconceitos e intolerâncias, demarcando quem é o *eu* e o *outro*. De volta ao percurso narrativo, notamos que, após as fases da manipulação e da competência, o sujeito realiza sua ação (*performance*), postando, compartilhando e comentando, e, por fim, temos a última fase do percurso, a sanção, que caracteriza uma etapa importante para os discursos intolerantes.

Barros (2002) explica que existem dois tipos de sanção, a pragmática e a cognitiva. A primeira relaciona-se com um juízo epistêmico realizado pelo destinador-julgador sobre o sujeito da *performance*, estando associada a uma recompensa ou uma punição, com base no reconhecimento veridictório dos discursos, reconhecendo-os como verdadeiros, mentirosos, secretos ou falsos. Já a sanção cognitiva relaciona-se com o julgamento sobre o *fazer*, em que o sujeito infere sobre o cumprimento ou não, do contrato fiduciário estabelecido.

Com base nas análises já apresentadas, no capítulo anterior, podemos afirmar que, nos *posts* da *Direita Vive 3.0*, as sanções são tanto cognitiva, em que existe um julgamento negativo do *outro* – figurativizados na esquerda, na figura da Marielle Franco e na mídia –, uma vez que existe uma quebra do contrato social implícito com o destinador, quanto pragmáticas, já que os

sujeitos interpretam alguns discursos como mentirosos, justamente, a partir da constatação de uma quebra contratual. Tomemos os *posts* das imagens 76 e 77.

Imagem 77 - Quarta postagem Direita *Vive 3.0*



Imagem 76 - Sextapostagem Direita *Vive 3.0*



Fonte: *Facebook* (2020).

Ao analisarmos as duas publicações, observamos o programa narrativo de sanção. Na primeira imagem, o destinador-julgador, figurativizado pela *Direita Vive 3.0*, ao afirmar que “ai já forçou em (sic)”, julga como falso (não parece e não é) o discurso da ex-governadora do Rio de Janeiro, Benedita da Silva (PT), que afirmava que Marielle poderia chegar à deputada, senadora e a presidente da República. Essa sanção pragmática decorre de uma sanção cognitiva, em que existe, previamente, uma quebra de contrato entre a *fanpage* e os políticos da esquerda, pois, o destinador-julgador considera a esquerda imoral e, portanto, não cumpridora de certos contratos sociais, sob a perspectiva da direita, como: a igualdade político-jurídica, a ordem, a preservação do *status quo* dos grupos dominantes e outros.

Já na imagem 77, o destinador-manipulador sanciona negativamente a imprensa, em expressões, como “c@nalha”, “bandilixo”, uma vez que ela rompe o contrato da imparcialidade jornalística (“perda de credibilidade”), ao apontar um suposto envolvimento de Bolsonaro com o assassinato de Marielle Franco, ou seja, utilizam de um discurso mentiroso, que parece e não é verdadeiro, para intimidar Bolsonaro. Por outro lado, podemos notar uma sanção positiva ao Presidente, quando o destinador-julgador diz que “presidente o povo está com o senhor, vamos para a rua de novo se preciso for”. Neste caso, temos uma sanção cognitiva, com a manutenção do contrato fiduciário entre a *fanpage* e Bolsonaro, assim como

uma sanção pragmática, em que a *Direita Vive 3.0* considera verdadeiro o discurso de Bolsonaro e oferece uma recompensa positiva, isto é, ir às ruas em sua defesa.

Portanto, os *posts* da *Direita Vive 3.0* acentuam a sanção. Assim, os discursos das postagens partem de um julgamento, ora cognitivo, ora pragmático, ora a partir dos dois modos. Mas, mais do que isso, o destinador, ao realizar o ato de julgar, considera-se em uma posição superior ao *outro*, firmando suas crenças e valores como verdadeiros. Desse modo, a alteridade ocupa um lugar da falsidade, da mentira, de não cumprimento. dos contratos sociais e, portanto, merecedor de castigos e punições.

Ao passarmos para a análise dos comentários, dois pontos devem ser destacados, com base nas análises realizadas no capítulo anterior, a saber: (i) interações com contratos e (ii) interações sem contratos. Ao retomar o capítulo anterior, vimos que as interações discursivas nos comentários são transitivas, regidas, ora pela intencionalidade, ora pela reflexividade e, ora pela imprevisibilidade. Os comentários autorizados – sentido conquistado – são correlatos ao regime da manipulação (LANDOWSKI, 2014), portanto, apresentam contratos de “convencimento e fúria dos passos do fazer o sentido” (OLIVEIRA, 2013, p. 246). Já a reflexividade e a imprevisibilidade, respectivamente, correspondem aos regimes do ajustamento e do acidente (LANDOWSKI, 2014), possuem relações abertas, sem a presença de contratos fiduciários, mas de um sentido que emerge no fazer junto (reflexividade) ou coenunciadores sintonizados (imprevisibilidade).

Com base nas análises já efetuadas, constatamos que os comentários regidos pela intencionalidade, aceitam o contrato proposto pela postagem, sancionando-a positivamente, e negativamente a alteridade. Assim, é interessante observar que os discursos intolerantes ou preconceitos, proferidos nos comentários, têm como gatilho inicial o universo semântico do *post*. Isto é justificado porque o destinador-manipulador do discurso intolerante não busca um “objeto-valor” para si mesmo, mas a adesão às crenças e valores de destinatários, que aceitem sua perspectiva.

Observemos alguns comentários referentes ao *post* da imagem 76 (Imagem 78).

Imagem 78 - Comentários quarta postagem Direita Vive 3.0



Fonte: Facebook (2020).

Os sujeitos dos comentários anteriores pautam-se, especialmente, por julgarem negativamente a ex-governadora do Rio de Janeiro, Benedita da Silva (PT). Nos três casos, Benedita é sancionada negativamente pelos comentaristas, que estabelecem uma sanção cognitiva, por meio da desqualificação, notada no uso de vocábulos pejorativos, como: "se fuder", "pilantra", "merda" e "safada". É interessante observar, no terceiro comentário, uma sanção negativa à ex-presidente Dilma Rousseff, por meio de um interdiscurso acionado pela expressão "estocadora de vento"<sup>79</sup>. Contudo, chama a atenção, nesse comentário, a generalização das mulheres e da política, uma vez que o comentarista afirma ser difícil ter credibilidade na política, quando existem mulheres "mulas" como Dilma e Benedita. Novamente, temos a predominância de sanção cognitiva, em que o julgamento misógino e racista é realizado por meio do fazer dessas mulheres. Assim, os comentários apresentados são discursos que aceitam o contrato do destinador-manipulador (post) e assumem o mesmo julgamento proferido pela postagem.

Retomando o segundo ponto proposto, sobre as interações discursivas analisadas no quinto capítulo, existem comentários regidos pela reflexividade e, principalmente, pela imprevisibilidade. Esses dois regimes são marcados por interações sem contratos entre enunciador (post/comentário) e enunciatário (comentaristas). No entanto, vimos que são

79 Em 2015, durante uma coletiva de imprensa na ONU, a então presidente Dilma Rousseff fez uma metáfora com a expressão "estocar vento", para salientar sobre a dificuldade e o desafio que é encontrar meios de fazer a energia eólica ser armazenada para uso não imediato. Após o discurso, a expressão foi usada de forma pejorativa e humorística para desqualificar a imagem de Dilma. <https://operamundi.uol.com.br/analise/64365/sobre-saudar-a-mandioca-e-estocar-vento-dilma-estava-certa>. Acessado em 08 de abril de 2022.

justamente nessas trocas que se concentram alguns dos discursos intolerantes e preconceituosos, com sanções ligadas aos comentaristas, como é o caso dos comentários transcritos, do post do dia 16 de março de 2018 (imagem 75).

Tabela 26- Transcrição comentários imagem 75

Comentarista	Enunciado
01	“O mito tá certo, morrem pessoas todos os dias do mesmo jeito dessa vereadora (ela), é mais uma como qualquer outra, morreu um pai (ele) na frente do filho no mesmo dia e ninguém comentou, a imprensa não está nem ai. Bando de hipócritas”
02	“Se você tem o pensamento que é só mais um como os outros, um de família que tu morreu citado ai é mais um como os outros então, pra que atenção ele merece então?”
03	Sem transcrição, porque não obtivemos o restante do comentário
04	“Se o mito morre? Apenas mais um. Hipócritas”.
05	“W.H, bom seria ele e mais 60 mil para o governo são apenas números para estatística da violência”.
06	Se falasse alguma coisa iam reclamar do mesmo jeito!! Essa esquerda é pobre, adora politizar até os mortos.
07	“ O cara perde tempo para chamar alguém de hipócrita com algo que não aconteceu, o cara usa uma suposição como medida para falar mal de alguém. Kkkkkkkkkkkkkk passo mal”
08	“W.N esse palhaço tá em umas três postagens fazendo graça”
09	“W.H Você ( ganha para falar merda e fazer hate ou é tão idiota que acaba fazendo de graça”.

Fonte: Elaborado pela autora.

Com base nos comentários expostos na tabela 26, afirmamos que o primeiro comentarista aceita o contrato tácito da *Direita Vive 3.0* e sanciona positivamente o ponto de vista do *post* em seus enunciados. Logo, o primeiro comentarista parte do pressuposto de que Bolsonaro é um exemplo a ser seguido, visto que ele visa a garantir o contrato social de igualdade, isto é, de que todas as mortes sejam importantes e ganhem visibilidade. Ao afirmar que “o mito tá certo”, o comentador sanciona positivamente o candidato e, conseqüentemente, o *post*.

Além disso, assim como o *post*, o comentarista julga a imprensa como um mau ator social, como prova a utilização do adjetivo hipócrita, como é possível perceber na frase “a imprensa não está nem ai (sic). Bando de hipócritas”. Assim, o enunciador se vale do adjetivo hipócrita para sancionar o outro como mentiroso. Em termos semióticos, estamos no âmbito da veridicção. Sob a perspectiva do comentarista, a imprensa possui um discurso mentiroso, modalizado por um parecer, não ser. Isto é, ela parece se importar com todas as mortes, mas, não é isso que acontece, uma vez que, segundo o comentador, ela prioriza quais eventos evidenciar. Esse desmascaramento, sob o ponto de vista do comentarista, é julgado e lido como um discurso mentiroso.

Esse “enunciador não autorizado”, que, pelo princípio da imprevisibilidade, desenvolve um argumento contrário ao que vem sendo exposto, descontinua a direção assumida pelo

narrador primeiro e pelo *post*. Este desvio gera uma relação polêmica entre os comentaristas, havendo, dessa maneira, uma quebra de contrato. Neste caso, não há reciprocidade entre o quadro de valores do destinador e do destinatário, e o comentarista 04 assume o papel de um antissujeito. De acordo com Barros (2002), essa situação remete à polêmica na narrativa. No nosso caso específico, a construção narrativa vinha tomando uma direção única, abandonando os conflitos, porém, ao introduzir uma dialética desaparecida, instaura-se uma polêmica, que recupera “os choques sociais, o confronto, a luta” (BARROS, 2002, p. 151).

Desse modo, o comentarista 04, enquanto antissujeito, recusa o contrato pressuposto pela postagem e pelo comentarista 01, e instaura uma situação polêmica. No entanto, Barros (2002, p. 101) afirma que essa negação faz parte “das regulamentações linguísticas da interação social”, uma vez que se pode negar o conteúdo explícito do discurso. Portanto, esse antissujeito estabelece um novo contrato de interação social no enunciado, permitindo, desse modo, uma sanção pragmática e cognitiva dos comentaristas 07, 08 e 09. Os três comentários sancionam negativamente o posicionamento do comentador 04, o colocando como um mau ator social, ao utilizar expressões, como “esse palhaço”, “você ganha para falar merda”, “fazer hate”, “é tão idiota”. São, todos, termos pejorativos e que desqualificam a imagem do *outro*.

Evidenciamos, assim, que os comentaristas, ao julgarem o *outro*, são regidos por modalidades epistêmicas do crer (adesão fiduciária). Ou seja, a partir do momento em que se colocam contra o sistema de valores do *outro*, eles fabricam seus discursos de sanção, crendo que o outro quebrou o contrato social e, por isso, deve ser julgado e punido. Logo, sancionam os *outros* negativamente, por terem formações ideológicas diferentes do grupo ao qual o *eu* pertence, acionando, muitas das vezes, discursos apaixonados – tópico da nossa próxima análise.

### 6.1.3 Paixões

O estudo da narrativa, abordado no tópico anterior, perpassa, também, o estudo dos estados de almas (GREIMAS; FONTANILLE, 1993). Isso nos indica que a semiótica opera, tanto em relação aos sujeitos que buscam instaurar um *fazer*, quanto pela correlação desses sujeitos com os estados passionais do discurso, ligados às modalizações do *ser*. Desse modo, as paixões são consideradas discursos apaixonados, definidos por meio de arranjos modais, que variam de acordo com a práxis enunciativa de uma dada cultura (BARROS, 1990).

No segundo capítulo desta tese, constatamos que os discursos intolerantes são fortemente passionais, uma vez os sujeitos são sempre apaixonados, predominando, dessa maneira, dois tipos de paixões:

[...] as paixões malevolentes (antipatia, ódio, raiva, xenofobia etc.) ou de querer fazer mal ao sujeito que não cumpriu os acordos sociais [...]; e as paixões do medo do “diferente” e dos danos que ele pode causar. O sujeito do ódio em relação ao estrangeiro, ao diferente, aos “maus” usuários da língua, é também o sujeito do amor à pátria, à sua língua, ao seu grupo étnico, aos de sua cor, à sua religião, ou seja, complementam-se as paixões malevolentes do ódio em relação ao “diferente” e as paixões benevolentes do amor os “iguais” (BARROS, 2015a, p. 64).

Em vista disso, no que tange às paixões, temos a presença de paixões ditas malevolentes, em relação ao *outro* e, benevolentes, em relação aos semelhantes. Além disso, ressaltamos que essas duas paixões são classificadas pela autora como complexas, isto equivale a dizer que o sujeito malevolente/ benevolente desenvolve um percurso, que é marcado, inicialmente, pela imagem que ele espera alcançar, em outras palavras, a imagem-fim (MATTE, 2020).

Nesse processo, existe o desenvolvimento de uma expectativa, de um contrato fiduciário, de uma crença no outro sujeito, de que ele aja em prol da conjunção com imagem-fim. Cria-se, portanto, um estado de espera (GREIMAS, 2014). A partir dessa espera, dois tipos de paixões podem ser desenvolvidos: (i) sujeito e objeto, em que existe uma compatibilidade entre o *querer-ser* e o *saber*, tal como acontece com a felicidade (saber possível a conjunção desejada, por exemplo); (ii) contrato fiduciário entre sujeitos, modalizado por um *crer ser*, como a confiança ou a decepção. Temos, portanto, dois tipos de paixões – do objeto e da fúducia –, que se organizam em macrogrupos, referentes às paixões de falta, e às paixões que não geram, ou pressupõem, uma falta.

O que nos interessa nesta análise são as paixões de falta, oriundas de uma quebra de expectativa. Para sanar esta falta, o sujeito visa um querer mal a quem o colocou nessa situação (BARROS, 1990), levando-o, neste caso, à indignação e à hostilidade. Por outro lado, esse mesmo sujeito nutre um querer fazer bem a quem compartilha do mesmo sistema de crenças que ele. Logo, o sujeito intolerante é, pois, um sujeito dúbio, que coloca como antissujeito o *outro* e, como um suposto sujeito-herói, Aquele que acredita no mesmo sistema de valores e crenças que o seu.

Em suma, com base no que já foi apresentado até o momento, podemos afirmar que o sujeito intolerante é aquele que considera o “diferente”, o *outro*, como um sujeito que rompeu os pactos e os acordos sociais; no caso específico dos *posts* analisados, da *Direita Vive 3.0* e pelos comentaristas autorizados, os da imoralidade, do esquerdismo, da potencialização da

morte de Marielle. Há, portanto, uma quebra de confiança, em que o contrato fiduciário é rompido.

Isto posto, passamos para a análise do esquema passional da intolerância, proposto por Bueno (2015), baseado em Bertrand (2003), Greimas e Fontanille (1995).

Tabela 27- Esquema passional da intolerância

Disposição	Sensibilização	Emoção	Moralização
Desprezo pela diferença e forte apego aos seus valores	Sentir-se ameaçado (medo de tornar-se uma sociedade mestiça)	Segregação do outro (rejeição, pois não são “bons para o país”)	Aprovação ou reprovação do /fazer malevolente/ do sujeito intolerante

Fonte: Bueno, 2015, p. 65.

Antes de adentrarmos as análises, é importante salientar que, com base nos dados obtidos no capítulo cinco, evidenciamos a presença de recorrências, nos *posts* e nos comentários, de sentido conquistado (OLIVEIRA, 2013) da *Direita Vive 3.0*, e, por isso, trabalharemos com alguns comentários, a fim de evitar repetições. Feitas tais considerações, partimos do pressuposto de que os sujeitos do *post* e dos comentários autorizados, deixam transparecer uma disposição, em que há um desprezo, uma decepção em relação àqueles que pensam diferente, ao mesmo tempo que se instaura uma identificação com os sujeitos que compartilham dos mesmos valores e crenças.

Esse desprezo para com o *outro* instaura, como vimos, uma falta, que leva esses sujeitos a terem medo do diferente, entrando na etapa da sensibilização. Esse medo está relacionado, sobretudo, ao que o *outro* pode causar, como, por exemplo, usufruir de posições e do *status* que, antes, eram ocupados pelo *eu*. Como mencionado no segundo capítulo, o medo é resultado de uma sanção pragmática, na qual, se o sujeito não age de acordo com as leis propostas, será punido. Podemos, desse modo, afirmar que os *posts* e os comentaristas têm, como principal medo, a volta da esquerda ao poder, o que é notório, pelas isotopias do antipetismo e do antiesquerdismo.

Além disso, esse medo liga-se a uma das características do discurso do mal, proposto por Catanni (2020)<sup>80</sup>, o anti-intelectualismo. Este tem, como particularidade, o uso, mesmo que não haja uma ameaça real, da retórica do comunismo e do marxismo cultural, para justificar suas ações. Desse modo, recusam a ciência, a arte, a cultura e a políticas públicas de redução

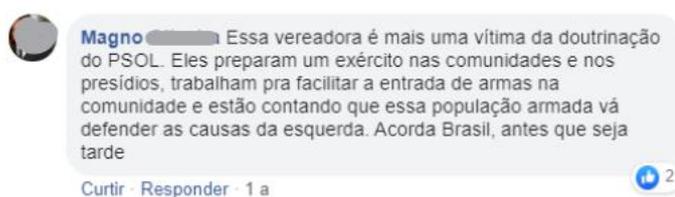
80 Esta discussão encontra-se aprofundada no capítulo 02, na seção “Considerações sobre o discurso ur-fascista o discurso do mal”.

da pobreza. Especificamente no Brasil, esse fenômeno pode ser observado no antipetismo e no antiesquerdismo, com repulsa a programas sociais e de inclusão social de Regiões, como o Nordeste, que possui uma postura política mais alinhada ao Partido dos Trabalhadores.

De acordo com Catani (2020), o anti-intelectualismo é uma das características que incentivam a intolerância, uma vez que surgem da frustração individual ou social, impulsionada por alguma crise econômica ou humilhação política. E, é justamente o que os *posts* e os comentaristas autorizados expressam, uma frustração, uma insatisfação com as políticas e políticos da esquerda, tal como Marielle, levando a uma retórica do medo, do antiesquerdismo, marcada pela aversão à alteridade. No nosso *corpus*, podemos exemplificar a publicação do dia 18 de março de 2018, referente à fala de Benedita da Silva, que afirmava que Marielle chegaria à presidência da república.

O *post* do dia 15 de março também segue a mesma linha, ao afirmar que o PSOL é corresponsável por diversas mortes, como a de Marielle, porque é o partido que “que mais defende a impunidade”, e, desse modo, é uma ameaça aos valores e crenças do *eu*. Observemos um comentário retirado da publicação deste dia (imagem 79).

Imagem 79 - Comentário referente à segunda postagem da *Direita Vive 3.0*



Fonte: *Facebook* (2020).

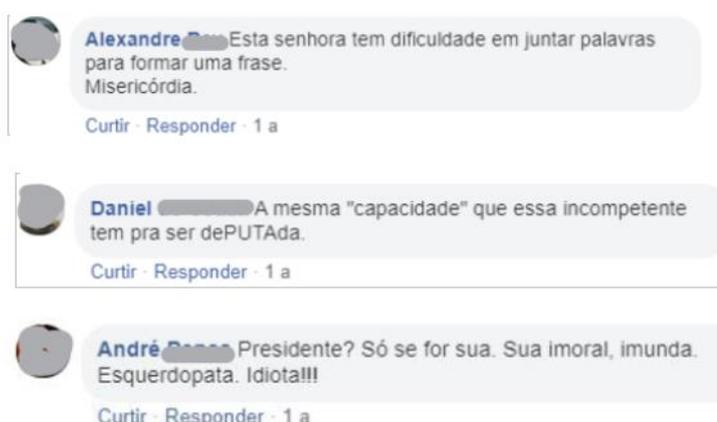
O comentário sanciona a esquerda como não cumpridora do contrato de "moralidade", uma vez que atua em prol de bandidos, armando-os para uma "guerra esquerdista", notada na expressão "estão contando que essa população armada vá defender as causas da esquerda". O que nos chama a atenção, como já salientado no capítulo anterior, é o verbo no imperativo, "Acorda Brasil", pois sua utilização direciona a um chamamento, para que os atores da direita saiam à rua, antes que haja uma instauração de uma doutrina esquerdista, demarcando, implicitamente, um medo da esquerda. Este é um tipo de medo que é direcionado para a *performance*, vista como ameaçadora (FIORIN, 1991). Isto é, a esquerda é entendida como uma ameaça, principalmente, porque seu retorno acarretaria a suposta “volta do comunismo”

(MIGUEL, 2019), a pobreza e a corrupção, extinguindo valores, como a família, a honestidade e a sexualidade comportada – temas ligados à direita.

Esse sentir medo leva à primeira etapa do percurso passional, do sujeito intolerante (BARROS, 2011), o preconceito. Nela, o sujeito torna-se malevolente. Em vista disso, o destinador dos *posts* e os comentaristas autorizados sentem manifestações patêmicas (emoções) que os direcionam à indignação e à hostilidade, em relação ao *outro*. De acordo com o *Dicionário Houaiss* (2020, *online*), indignação é um “sentimento de raiva, cólera ou desprezo, imbuído de valores culturais e conceitos morais, e experimentado diante de indignidade, injustiça, violação de normas, afronta; repulsa, revolta”. Já a hostilidade é a “ação ou efeito de hostilizar(se); manifestação de rivalidade, de agressividade”.

Vejamos alguns exemplos de comentários retirados da publicação do dia 18 de março de 2018, referente ao *post* que compartilha a fala da deputada Benedita da Silva, sobre Marielle Franco (imagem 80).

Imagem 80 - Comentários referentes à quarta postagem da *Direita Vive 3.0*



Fonte: *Facebook* (2020).

Os três comentaristas consideram Benedita como um antissujeito, que não entra em consonância com os valores do espectro político da direita, tendo, desse modo, uma ruptura do contrato. Mediante tal fato, ela é excluída cognitivamente, com manifestações fortemente passionais expressa em xingamentos como “puta”, “imoral”, “imunda”, “idiota”. Essas expressões desqualificam a imagem da deputada, deslegitimando-a, havendo, desse modo, um ato emocional de rejeição, repulsa. Para além disso, algumas observações devem ser feitas.

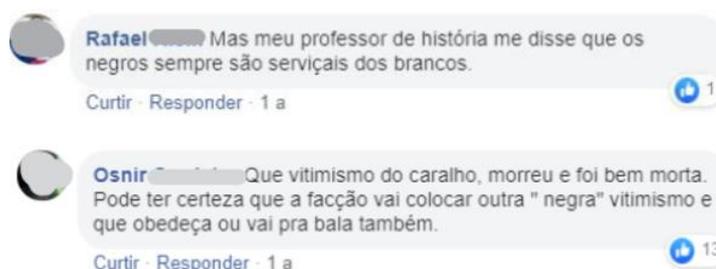
Em relação ao primeiro comentário, não há ali a presença explícita de uma violência verbal, mas conseguimos resgatar um ato de preconceito por meio da expressão “tem dificuldades de juntar as palavras”, o que sinaliza um menosprezo no modo de falar de Benedita.

Como já salientamos no capítulo três, o escárnio verbal é, de acordo com Bobbio (2011), um dos menores graus da intolerância, pois demarca uma ridicularização e uma manifestação de desprezo em relação ao *outro*. Assim, o escárnio verbal apresenta uma carga tímica negativa, mas com um grau de intensidade mais baixo que os demais comentários, que deixa explícito a discriminação, a não aceitação do diferente, que nas palavras de Bobbio (2011) marca o preconceito propriamente dito.

Outro aspecto observado é o uso do substantivo feminino “puta” em destaque na palavra “dePUTAdA”. O comentador evidencia um termo ligado à prostituição, para discriminar Benedita, uma vez que, de acordo com alguns valores culturais da sociedade brasileira, as prostitutas são uma classe imoral, logo, rompem o contrato de moralidade esperado para as mulheres. Mas, sobretudo, o comentador interliga a “capacidade” intelectual de Benedita (“incompetente”) ao fato de ela ser uma mulher “puta”, desqualificando-a por meio de um ato misógino.

Observemos agora os comentários da imagem 81, que se relacionam aos *posts* do dia 15 de março de 2018.

Imagem 81- Comentários referentes à segunda postagem da Direita Vive 3.0



Fonte: Facebook (2020).

Os dois comentários referem-se ao assassinato da Marielle Franco e associam-se ao tema da minimização da morte da Vereadora. Posto isso, destacamos a presença do racismo nos comentários, por meio das expressões, como “negra” e “os negros sempre são serviçais dos brancos”. O racismo está ligado ao que Eco (2020) chama de *intolerância selvagem*<sup>81</sup>, que tem suas raízes nos fenômenos sociais. Segundo o autor, a *intolerância selvagem* nasce de crenças preexistentes na sociedade, como a da superioridade racial do branco, em relação ao negro, que progride insidiosamente e culmina em perseguição ao *outro*, criando categorias como o racismo, a misoginia e outros. Em complemento, Santos (2016) afirma que o racismo é um ato

81 Esta discussão encontra-se aprofundada no capítulo 02, na seção “As origens da intolerância”.

intolerante de preconceito ao *outro*, tendo suas bases no etnocentrismo no homem branco, que considera seus valores como universais e, por isso, acredita em sua superioridade cultural e ideológica.

De acordo com o Bobbio (2011, p. 123), “o racismo se dirige não tanto para a pessoa singular, diante da qual se pode ter sentimentos de ódio, desprezo ou aversão, quanto para um grupo, ou para um indivíduo pertencente a um grupo”. Logo, os comentários partem, especialmente, da noção de uma quebra contratual dos valores do etnocentrismo do homem branco, levando à manifestação da discriminação, da desconfiança com o negro. Os comentadores, portanto, tornam-se malevolentes em relação ao *outro*, ao negro, que é figurativizado, ao longo de diversos comentários, no ator Marielle Franco.

Assim, os sujeitos modalizados por um *querer fazer mal* podem propiciar o aparecimento da segunda fase da intolerância, proposta por Barros (2011), a saber: a intolerância propriamente dita. Nela, o sujeito indignado, hostil, frustrado, passa à ação, agindo contra o suposto causador de sua falta, o odiado (BARROS, 2011). Existe, dessa forma, uma moralização de reprovação no sujeito intolerante, em que ele exercita sua competência de atuar sobre o causador de sua falta. Com o estado de frustração e decepção implantados, o sujeito procurará resolver sua falta, podendo levar a programas de revolta e vingança. Nos dois casos – o da revolta e o da vingança – como mostra Greimas (2014), o sujeito torna-se competente para o fazer, sendo revestido por um *querer-fazer* e um *poder-fazer* mal, a quem lhe colocou nessa posição, com a diferença de que, a revolta é social e, a vingança, individual.

Na intolerância propriamente dita, o sujeito preconceituoso passa à ação, agindo contra o *outro*, por meio de processos que levam à exclusão, à segregação e/ou à morte do *outro*. Desse modo, inferimos que, nos comentários analisados, não há a evidência da exclusão efetiva, mas de uma hostilidade, de uma repulsa, de um ódio, por parte do sujeito intolerante. Contudo, chamamos a atenção para frases como “morreu e foi bem morta”, que são recorrentes em outros comentários, com variações, do tipo “morreu cedo”, “mereceu morrer” ou, ainda, “esquerdopata merece morrer”, “morte a esquerda”. Teríamos, neste caso, paixões eufóricas, ligadas à alegria, ao júbilo em decorrência da morte de Marielle. Em outros termos, temos um regozijo pelo assassinato da Vereadora, pela dor do *outro*. Essas paixões são modalizadas por *saber poder ser* verdade encontrar-se em conjunção com o objeto desejo, a eliminação da alteridade.

A partir dessas expressões, notamos a existência de uma intolerância, propriamente dita, no âmbito da virtualidade. Isto é, são comentaristas que seguem motivações individuais de um *querer* a morte de pessoas da esquerda, baseados em um *dever* social advindo das ideologias do espectro político de direita. Portanto, são sujeitos que querem e devem fazer mal ao *outro*,

excluí-lo, ao ponto de levá-lo à morte, mas não podem fazer, pois interagem e agem por meio do ciberespaço. Além disso, esses mesmos sujeitos sancionam positivamente essas ações intolerantes, que gostariam, em alguns casos, de realizar, mas são freados, no agir, por meio das regras sociais, por distanciamento virtual, entre outros.

Até então, analisamos comentários em que o *outro*, o diferente, estava intimamente ligado à figura de alteridade instaurada pelo *post*. No entanto, já é sabido que há interações imprevisíveis, em que existe a presença de um antissujeito, que articula um argumento contrário ao que vem sendo exposto. Observemos os comentários da imagem 82.

Imagem 82- Comentários referentes à sexta portagem Direita Vive 3.0



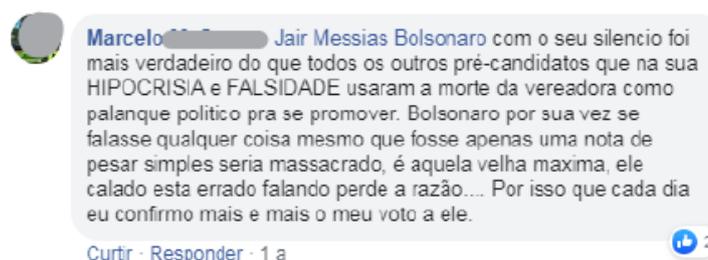
Fonte: Facebook (2020).

Os comentários da imagem 82 referem-se à publicação do dia 29 de outubro de 2019, e corresponde ao compartilhamento da *live* de Bolsonaro, em que o Presidente refutava seu envolvimento no assassinato de Marielle, realizando duras críticas a imprensa. O comentarista 01 assume o papel de “destinador não autorizado” e sanciona, negativamente, o vídeo de Bolsonaro, questionando-o se ele não havia tomado seu remédio. A partir disso, os comentaristas seguintes julgam, o primeiro comentarista, negativamente.

Nesses casos, temos, como percurso passional do sujeito intolerante, o *querer fazer mal* a este “destinador não autorizado”, com o uso de expressões pejorativas, que levam à hostilidade, à raiva e, principalmente, à indignação mediante o fato de ser um sujeito “não autorizado”, que utiliza o espaço comentário para insultar aqueles que se colocam como *eu/nós*, na relação identidade/alteridade. Vale ressaltar que essa análise é recorrente em outros comentários em que apareçam os “destinadores não autorizados”, como no caso da imagem 76.

Para além das paixões malevolentes em relação ao *outro*, encontramos nos comentários paixões benevolentes em relação aos seus iguais e idênticos. Vejamos o comentário da imagem 83.

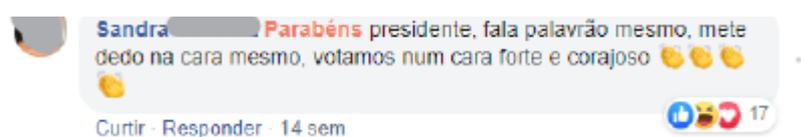
Imagem 83- Comentário referente à terceira postagem da *Direita Vive* 3.0



Fonte: *Facebook* (2020).

O comentário foi retirado da publicação do dia 16 de março de 2018, intitulada “Bolsonaro mais uma vez mostrando que é diferente, que não precisa fazer da morte de uma pessoa um PALANQUE POLÍTICO”. Nele, notamos a benevolência do comentador para com a figura de Jair Messias Bolsonaro, que é sancionado positivamente, por meio de expressões, como “confirmo mais e mais o meu voto a ele”, “seu silêncio foi o mais verdadeiro”. Há, desse modo, uma proteção instaurada pelo destinador do discurso a Bolsonaro, colocando-o como um sujeito verdadeiro e, ao mesmo tempo, vítima da situação, pois, de acordo com o ponto de vista desse comentador, qualquer que fosse a reação do então candidato à presidência, ela seria julgada como incorreta.

Imagem 84 - Comentário referente à sexta postagem da *Direita Vive* 3.0



Fonte: *Facebook* (2020).

O segundo comentário (imagem 84), extraído da publicação do dia 29 de outubro de 2019, tem como temática a *live* de Bolsonaro. Nele, o comentador sanciona positivamente, o fato de o Presidente proferir palavrões, uma vez que isto demonstra características compatíveis com a força e a coragem, por exemplo. Assim, a organização narrativa deste comentário reforça o papel do comentador como aquele que detém o saber, capaz, portanto, de estabelecer um julgamento sobre as ações de Bolsonaro. Desse modo, notamos que a benevolência com os iguais acarreta, muitas vezes, apoiar a violência, pois esta é vista como um serviço do bem, da ordem, da proteção, do amor implícito entre os iguais e, sobretudo, a solidariedade intergrupala, que não é vista, por exemplo, nos comentadores não-autorizados.

#### 6.1.4 Organização tensiva

O último eixo de análise, proposto por Barros (2011) para a análise do discurso intolerante, é a organização tensiva, com foco, principalmente, nos discursos do acontecimento e do exercício, e sobre as relações de triagem e mistura, como abordado no segundo capítulo desta tese. Isto posto, e considerando os temas e figuras relacionados aos *posts* e comentários da página da *Direita Vive 3.0*, podemos traçar algumas considerações sobre as orientações discursivas, do acontecimento e do exercício.

Partimos do pressuposto de que o assassinato consiste na eliminação total do *outro*, podendo ocorrer em algumas das seguintes circunstâncias<sup>82</sup>: (i) aleivrosia, quando o crime é premeditado e a vítima não pode se defender; (ii) enfurecimento, quando o agressor provoca um aumento na dor e no sofrimento da vítima; (iii) concorrência de preço, na qual o assassino realiza o crime em troca de uma retribuição, econômica ou material. Em qualquer um desses três casos, a vítima é pega de surpresa e o crime impacta, pela velocidade e tonicidade elevada, ou seja, normalmente, são fatos que adentram o campo de presença dos sujeitos de forma elevada, levando ao acontecimento, com fatos intensos e extraordinários.

No entanto, o que vemos nos *posts* e nos comentários da *Direita Vive 3.0* é contrário ao que descrevemos, anteriormente. O assassinato de Marielle Franco é tratado, na perspectiva deste grupo, com minimização, ou seja, há um processo de destonificar ou atonizar a intensidade da morte. Isso nos leva a depreender que há uma busca em tratar a morte, não como um acontecimento (ZILBERBERG, 2011), com fatos intensos, mas como um discurso do exercício (ZILBERBERG, 2011), com uma organização mais racional, em que o assassinato da Vereadora era (parecia) esperado no campo de presença desses sujeitos. Tal afirmação é justificada pelo fato de que esses sujeitos creem ser verdade que Marielle estava ligada a bandidos e que a esquerda, espectro político da qual a vereadora era filiada, apresentava pautas políticas que comungavam para um assassinato, como a defesa a bandidos.

Visto por esse espectro, torna-se justificável a intolerância com *outro*, uma vez que a esquerda e Marielle rompem com os valores que eram esperados pelo destinador da direita, figurativizado na imagem da *Direita Vive 3.0* e nos comentários autorizados. Contudo, por outro lado, temos a exaltação da morte do motorista e de pessoas comuns, sobretudo militares e homens e mulheres brancas. Neste caso, sob o ponto de vista do sujeito da direita, esses crimes

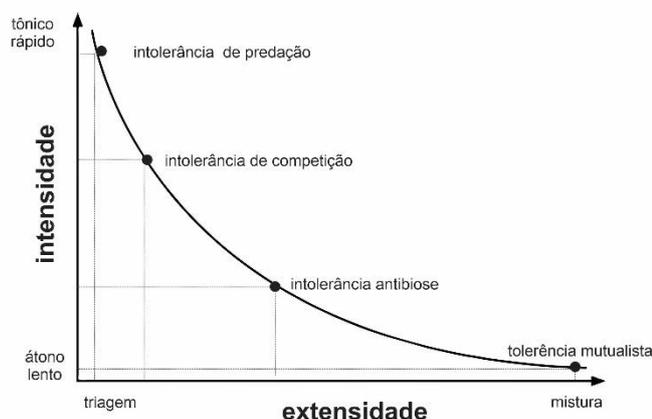
---

82 Disponível em: <https://ebradi.jusbrasil.com.br/artigos/451709549/homicidio-conheca-as-principais-circunstancias#:~:text=Por%20qualquer%20um%20dos%20elementos,pericial%20denominado%20cadav%C3%A9rico%20ou%20necrosc%C3%B3pico>. Acessado em 18 de abril de 2022.

deveriam ser compreendidos como um acontecimento, merecendo mais destaque na mídia. Desse modo, eles compreendem que essas mortes são dignas de repercussão.

Para expressar esse ponto de vista, esses sujeitos partem de triagem e exclusão do diferente, uma vez que apenas os valores do *eu* são aceitos. Assim, essa valorização é constituída por meio de formações ideológicas, de um determinado grupo social, que são reproduzidas nas práxis enunciativas desse meio. A partir disso, podemos afirmar que os discursos preconceituosos e intolerantes virtualizados, partem da noção da triagem ao diferente. Mediante a isto, retomamos o gráfico, desenvolvido no capítulo dois, sobre a intolerância (imagem 84).

Imagem 85 - Gradações da intolerância



Fonte: Elaborado pela autora.

Ao considerarmos os discursos preconceituosos e intolerantes, já analisados, temos, em sua maioria, discursos que se direcionam para a intolerância de predação, isto é, há uma triagem plena do *outro*. Neste caso, tende-se à concentração, regida por valores do absoluto, em que grupo do espectro político da direita, em análise, deseja a eliminação explícita do *outro*, figurativizado, sobretudo, na imagem da esquerda e de seus apoiadores. O uso de um aspecto terminativo de exclusão sinaliza a intolerância de predação, que visa à aniquilação do *outro*, tal como podemos destacar nas sentenças, que classificamos como a intolerância virtualizada: “morreu cedo”, “mereceu morrer” ou, ainda, “esquerdopata merece morrer”, “morte a esquerda”. Neste caso, temos uma disjunção completa e tônica, direcionando, muitas vezes, ao excesso.

Sobre isso, inferimos que, discursivamente, esses sujeitos utilizam o argumento do excesso (FIORIN, 2020). O uso desse argumento intensifica o ponto de vista do enunciador. Na

análise, encontramos, por exemplo, o uso recorrente de advérbios de intensidade, como: muito e nada, como no trecho “[...] quando era o Lula, ninguém falava *nada*”, ou em “você que ter *muita* merda na cabeça para dizer isso”. Há, conforme explica Fiorin (2020), um exagero retórico com a finalidade de levar à aceitação do argumento. Em outros termos, existe um aumento da intensidade semântica ao utilizar certos advérbios, com o intuito de sinalizar de maneira forte o que está sendo dito.

No gráfico da imagem 85, as valências seguem o princípio da exclusão, ou seja, quanto mais diferente, menos tolerável e, portanto, merecedor de uma intolerância de predação. Mas, ao considerarmos que, o *outro* só é aceito se compartilhar dos mesmos valores propostos pelo *eu* ou mascarar suas marcas de alteridade, podemos dizer que há gradações de aceitabilidade do *outro*, por meio da intolerância de competição e a intolerância de antibiose<sup>83</sup>, mas, nas nossas análises da *Direita Vive 3.0* não evidenciamos nenhuma dessas duas gradações, e nem mesmo a tolerância mutualista. Portanto, no que tange aos discursos preconceituosos e intolerantes nos *posts* e nos comentários analisados, no espectro político da direita, predomina o eixo da predação, considerando o *outro* intolerável, logo, deve ser excluído e jamais incluso, como vimos nos comentários referentes aos “enunciadores não autorizados”.

Observamos, com isso, que quanto mais próximo dos valores da esquerda, sob a perspectiva do destinador do discurso intolerante, mais excluído ele precisa ser. Isso proporciona a manutenção dos valores da identidade do *eu* e, até mesmo, a integridade dos semelhantes. Em vista disso, os discursos *Direita Vive 3.0* e seus comentadores operam, de fato, sobre o princípio da intolerância de predação, da exclusão, adotando a lógica da triagem, por meio da descontinuidade entre os termos identidade e alteridade. Em momento algum, nos itens examinados, existe uma tentativa de se colocar como tolerante, assimilador ou segregador (LANDOWSKI, 2012); na verdade, o *outro* sempre deve ser eliminado.

## 6.2 INTOLERÂNCIA NA FANPAGE *JOVENS DE ESQUERDA*

### 6.2.1 Percursos temáticos e figurativos

---

83 Como evidenciado no capítulo 02, o gráfico tensivo apresentado nesta análise corresponde a uma ferramenta análoga para ver níveis distintos da relação entre o *eu* e o *outro*, propostas por Landowski (2012).

Tal como foi realizado, na seção anterior, elencamos os temas e figuras analisados no capítulo cinco, com a finalidade de demonstrar o funcionamento da ideologia nas manifestações textuais dos comentários e dos *posts* do *Jovens de Esquerda*. Para sintetizar o que foi levantado anteriormente, elaboramos um quadro que organiza as cadeias temático-figurativas:

Tabela 28 – Resumo dos temas e das figuras *posts* *Jovens de Esquerda*

Dia da publicação	Post em tamanho reduzido	TEMAS	FIGURAS
15 de março de 2018		Elucidação, política e potencialização.	“executada”, “assassinato”, “deixar eu explicar”, “personagem democrático”, “democracia”, “moldes perigosos”, “bala”, “atentado”, “povo brasileiro”.
16 de março		Imoralidade	“Brasil” e “amadores”
17 de março de 2018		Imoralidade e difamação	“Tico Santa Cruz”, “Marielle Franco”, “fake news”, “Marcinho VP”,
21 de março de 2018		Imoralidade e difamação	“vai responder”, “incitação ao ódio”, “Marielle”, “Conselho Nacional de Justiça”, “PSOL” e “investigação criminal”

14 de março de 2019		Indignação	“mandou”, “mandar”, “ainda”, “um ano”, “esperamos” “muitas respostas”.
29 de outubro de 2019		Imoralidade	“Brasil” e “amadores”

Fonte: Elaborado pela autora

Tabela 29- Resumo dos temas e das figuras comentários dos *Jovens de Esquerda*

Dia da publicação do comentário	Temas	Figuras
15 de março de 2018	<p>Elucidação</p> <p>Injúria e antiesquerdismo</p> <p>Potencialização do assassinato de Marielle</p> <p>Minimização da morte de Marielle Franco</p> <p>Acusação</p>	<p>“entender melhor”, “morta”, “pms”</p> <p>“nessa mulher”, “ultra esquerdista”, “defensora de bandidos”, “doutrinação de esquerda”, “Lula”, “Maduro”, “Jean Wyllys”, “psicóticas”, “esquerda”.</p> <p>“não foi violência”, “cotidiano”, “execução policial”,</p> <p>“homem morreu”, “mesmo horário”, “vida não vale nada”, “proselitismo político”, “canalhas”, “nojentos”, “FDP”.</p> <p>“guerreiros”, “deformados”, “político”, “inventivo a violência”, “defende”</p>
16 de março de 2018	Imoralidade e difamação	<p>“classes mais altas”, “foda-se”, “porta”, “cabeça fraca”, “juíza” “analfabeta” “fdp” “má fé” e “fascista”, “golpe de 2016”, “marcha conspiratória”, “vermelha”, “nojenta”, “suja de sangue”</p>

17 de março de 2018	Difamação  Imoralidade	“morre”, “tarde”. “larga mão”, “bosta”, “chamar a atenção”, “ovo colorido de boteco1”, “vai se fuder”, “nasceu cedo demais”, “bosta de gente”, “existir”.  “puro prazer”, “respiram mentiras”, “competição”, “radicais”, “psicopatas”, “comer gente”, “satisfaz”.
21 de março de 2018	Difamação	“fascismo de raiz”, “emprego estável”, “salários astronômicos” “melhor” “inferior”, “jumenta de toga” “vulgar”, “malditas”.
14 de março de 2019	Difamação e humor	“lacrou”, “gato”, “cachorro” e “melancia”, “mia”, “verde”, “vermelho”, “quem roubou”
29 de outubro de 2019	Imoralidade e difamação	“classes mais altas”, “foda-se”, “porta”, “cabeça fraca”, “juíza” “analfabeta” “fdp” “má fé” e “fascista”, “golpe de 2016”, “marcha conspiratória”, “vermelha”, “nojenta”, “suja de sangue”

Fonte: Elaborado pela autora

Ao examinarmos os percursos temático-figurativos das tabelas 28 e 29, notamos uma divisão entre imoralidade, difamação e potencialização do assassinato de Marielle Franco *versus* antiesquerdismo e minimização da morte de Marielle Franco. Diferentemente do que ocorreu nos discursos da *Direita Vive 3.0*, nos comentários das publicações da página *Jovens de Esquerda*, existe uma presença maior de “enunciadores não autorizados”, o que justifica recorrência nos comentários de temas e figuras relacionados à valores e crenças opostos aos da *fanpage*. Como na análise da seção anterior, são enunciadores que instituem Marielle e, sobretudo, a esquerda, como *outro*, imoral, concretizado no discurso, por meio de figuras que retomam a isotopia do antiesquerdismo e, também, do racismo reverso.

Contudo, nosso foco é o campo ideológico da *fanpage Jovens de Esquerda* e dos comentaristas que a sancionam, positivamente. Notamos que os valores inscritos no discurso desse grupo perpassam alguns temas do espectro político da esquerda, apresentados no primeiro capítulo, a saber: igualdade social, de raça, de gênero e a coletividade. Logo, a “visão de mundo” ideológica (FIORIN, 1998), isto é, o ponto de vista que este grupo classifica, ordena e justifica a ordem social, é baseado no empoderamento de grupos não representados.

Esses grupos, por sua vez, são figurativizados na imagem de Marielle Franco. Conforme evidenciado em seu *site*, a vereadora era uma mulher negra, lésbica e da favela, que lutava “contra a desigualdade e pelos direitos das mulheres, do povo preto, da favela, das LGBTs e de

todas que viviam qualquer forma de opressão”<sup>84</sup>. Em outras palavras, as pautas defendidas por ela, vão ao encontro com temas ligados à igualdade social, de raça e de gênero, defendidos pelas publicações da *fanpage* e pelos comentadores autorizados.

Desse modo, a ideologia que perpassa o *eu* visa à manutenção desses valores e orientase, essencialmente, na consideração do *outro* como imoral, por não compartilhar essa mesma visão de mundo e, por vezes, difamar a imagem da ex-vereadora (como no caso do compartilhamento de *fake news*), e, implicitamente, tudo o que ela defende, isto é, as pautas de esquerda. Logo, esse *outro* é tratado como imoral, havendo, portanto, uma quebra contratual, tal como poderá ser vista, na subseção seguinte.

### 6.2.2 Organização narrativa – discurso da sanção

Como já apontamos, os discursos intolerantes são, sobretudo, discursos de sanção, em que o *outro* é julgado como um mau ator social e, portanto, deve ser punido (BARROS, 2015). Por se tratar da mesma plataforma de mídia social, o *Facebook*, e os mesmos gêneros – *posts* e comentários –, a análise do percurso narrativo coincide com a realizada na *fanpage Direita Vive 3.0*. Isto é, as publicações funcionam como uma engrenagem interacional, em que o destinador dos *posts*, no caso as *fanpages*, visa motivar seus usuários a um *fazer-participativo*. Logo, identificamos o percurso do destinador-manipulador, em que a página do *Jovens de Esquerda* propõe um contrato fiduciário de veridicção.

Assim, o destinador-manipulador desenvolve seu discurso a partir do seu ponto de vista sobre o que é verdadeiro, estabelecendo o posicionamento da alteridade como mentiroso ou falso. A partir disso, o destinador-manipulador é atualizado, por meio das competências modais do *saber* e do *poder*, tal como acontece, por exemplo, nas publicações relacionadas às *fake news* sobre Marielle Franco, divulgadas nos dias 16 e 17 de março de 2018 (imagens 86 e 87).

---

84 Disponível em: <https://www.mariellefranco.com.br/>. Acessado em: 18 de abril de 2022.

Imagem 87 - Segunda postagem *Jovens de Esquerda*Imagem 86 - Terceira postagem *Jovens de Esquerda*

Fonte: Facebook (2020)

Nas duas postagens, o destinador da *Jovens de Esquerda* é dotado de um *saber*. No primeiro *post*, esta modalidade fica evidente ao apontar a incoerência (“O Brasil não é para amadores”) na atitude da Desembargadora, pois ela julga Marielle como uma criminosa, mas, em seu histórico, a Desembargadora já havia, segundo a matéria, soltado o “chefão da máfia dos ingressos”. Já no segundo *post*, o *saber* evidencia-se no desmascaramento da *fake news*, pois o destinador *sabe* que o discurso é mentiroso e *pode* provar por meio de uma comparação visual, revelando uma incoerência patente entre as imagens. Interessa-nos destacar que o *saber* do destinatário é apresentado por meio de intertextualidades. Melhor dizendo, o destinador-manipulador demonstra que os discursos são mentirosos (parecem e não são), por meio de diálogos como outros textos. De acordo com Barros (2020, p. 30), eles recuperam “os diálogos que o texto em estudo mantém com outros”, verificando, deste modo, se os textos citados ou retomados dialogam, trata-se, portanto, “de procedimento de intertextualidade mostrada e que pode ser restabelecida a partir do próprio texto em exame” (BARROS, 2020, p. 30). A intertextualidade demonstrada, é notada por meio do compartilhamento das notícias, que retratam, sob o ponto de vista do destinador, a incoerência da Desembargadora.

Nesses dois comentários existe a recorrência de argumentos fundamentados na estrutura da realidade, isto é, “aqueles baseados em relações que nosso sistema de significação considera existentes no mundo objetivo: causalidade, sucessão, coexistência e hierarquização” (FIORIN, 2020, p. 149). No nosso caso específico, temos o argumento de coexistência, que visa explicar fatos que são “considerados sua manifestação” (FIORIN, 2020, p. 170), tal como o argumento de autoridade. Assim, a *fanpage* busca legitimar seu *saber* por meio de outros textos advindos

de jornais, por exemplo, permitindo a construção de um *parecer-verdadeiro*, que sustenta e legitima o enunciado do *post*.

Além desse *saber*, o destinador, também, é revestido por um *poder*, sobretudo, por ter o direito à fala e à argumentação. Esse poder é intensificado nas redes sociais, uma vez que este mesmo destinador é responsável pela postagem, o colocando, desse modo, na posição em que, ao mesmo tempo, pode apagar *posts* e comentários, excluir comentadores e, até mesmo, remover a *fanpage* do *site* de rede social. Logo, esse *poder* encoraja o destinador a manifestar seus valores e crenças e, principalmente, demarcar a alteridade.

Passada a fase da competência do esquema narrativo, ocorre a *performance* – materializada na postagem, compartilhamento e comentários –, para, por fim, haver sanção (pragmática e/ou cognitiva), em que se realiza o julgamento da *performance*. Vale relembrar que nos discursos intolerantes, a sanção se dá com aquele que não cumpriu os contratos sociais, como o caso da Desembargadora (imagem 89), vista como uma má cidadã, que difamou Marielle Franco, acusando-a de ser envolvida com traficantes, mas, assume uma atitude ambígua, ao soltar o “chefão da máfia de ingressos”. O destinador-julgador, isto é, a *fanpage Jovens de Esquerda*, sanciona cognitivamente a Desembargadora, utilizando a expressão “o Brasil não é para amadores”, que se refere a um julgamento sobre o ser do fazer, isto é, a competência dela em relação às situações absurdas e incoerentes. A mesma análise pode ser empregada ao *post* do dia 29 de outubro de 2019. Vejamos a imagem 88.

Imagem 88 - Sexta postagem Jovens de Esquerda



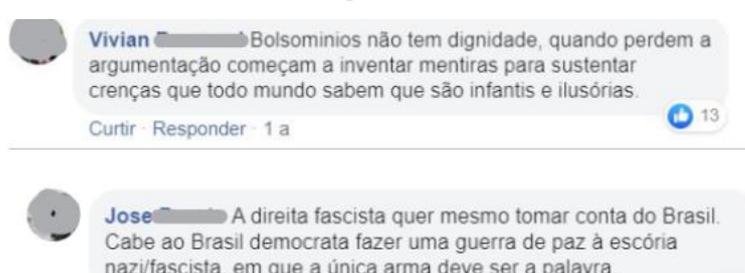
Fonte: Facebook (2020).

Assim, o destinatador assume o papel de julgador ao afirmar que “Essa denúncia envolvendo Bolsonaro no processo de assassinato contra Marielle, mexeu com o Presidente que ficou descontrolado!”. A utilização de vocábulos, como "mexeu", "ficou", "descontrolado" reforçam um julgamento sobre o *fazer* de Bolsonaro, no vídeo. Em relação à sanção pragmática, ela pode ser observada na postagem da imagem 88. Nela, o destinatador-julgador compartilha uma imagem que demonstra que os discursos que circulavam nas redes, sobre Marielle ser casada com o traficante Marcinho VP, são mentirosos. Existe, portanto, um julgamento negativo aos sujeitos que compartilham dessa visão de mundo, por meio do desmascaramento da situação.

Enfim, os *posts* dos *Jovens de Esquerda* têm em comum a sanção (ora cognitiva, ora pragmática, ora as duas) ao *outro*, que neste caso é figurativizado na imagem daqueles que difamam e espalham notícias falsas contra a Marielle Franco, que, normalmente, de acordo com o ponto de vista da *fanpage*, são sujeitos da direita ou extrema-direita. Contudo, ao mesmo tempo, esse destinatador instaura suas crenças e valores a favor da Vereadora, questionando e buscando respostas, para explicar o assassinato como um crime político. Feitas essas considerações, passemos para as análises da sanção nos comentários.

Antes, no entanto, é importante lembrar que encontramos dois tipos, a saber: (i) regidos pela intencionalidade, ou seja, interações com contratos; (ii) regidos pela imprevisibilidade, isto é, interações sem contratos. Outro ponto que deve ser recordado é que o *post* é o responsável pelo gatilho inicial dos comentários. Dito isso, passemos à análise de alguns comentários (imagem 89).

Imagem 89 - Comentário referente à segunda postagem dos *Jovens de Esquerda*



Fonte: Facebook (2020).

Os dois comentários foram retirados da publicação do dia 16 de março de 2018, com o título “O Brasil não é para amadores”, em que houve o compartilhamento da matéria “Desembargadora que acusa Marielle de ser ligada ao Comando Vermelho solta chefe da ‘máfia dos ingressos’”. Neles, notamos o *outro* figurativizado nas expressões “bolsominios”,

“direita fascista” e “nasci/fascista”, para se referir à Desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ), Marília Castro Neves. Ela foi sancionada negativamente, por esses comentadores, por difamar a imagem de Marielle Franco usando *fake news*. Ainda, neste mesmo dia, observamos os comentários da imagem 90.

Imagem 90 - Comentário referente à segunda postagem dos  
*Jovens de Esquerda*

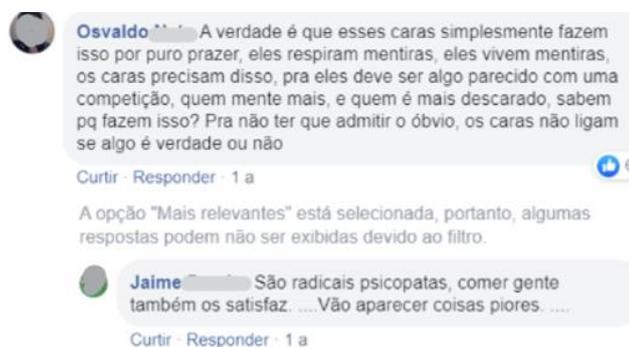


Fonte: *Facebook* (2020).

Na postagem desse dia, o destinador-manipulador sanciona negativamente o comportamento da Desembargadora, com o enunciado “O Brasil não é para amadores”. Ao lermos os comentários da imagem 89, identificamos o mesmo padrão, isto é, há uma sanção cognitiva no que concerne o *fazer* da Desembargadora, a intitulando como um sujeito não cumpridor dos acordos sociais e, por isso, é “ridícula”, “velha vagabunda” e “lixo”. Essas expressões demarcam uma violência simbólica intensa, característico da primeira fase dos discursos intolerantes, a saber: o preconceito. Neste caso, o *eu*, modalizado por paixões do ódio, torna-se malevolente em relação ao *outro*, que não cumpriu o contrato de identidade, e, por isso, deseja um *querer fazer mal* à alteridade.

Podemos notar, ainda, a mesma recorrência de sanção, àqueles considerados maus cumpridores de certos acordos sociais, nos comentários da imagem 91, retirados da publicação do dia 17 de março de 2018.

Imagem 91 - Comentário referente à terceira postagem dos  
*Jovens de Esquerda*



Fonte: *Facebook* (2020).

Observamos a existência de uma conformidade com a publicação compartilhada pelo destinador-manipulador, a qual apresentava um desmascaramento da *fake news* relacionada ao envolvimento de Marielle Franco com o traficante Marcinho VP. Assim, para os dois comentadores, os sujeitos que compartilham notícias mentirosas são psicopatas, comedores de gente e, portanto, devem ser sancionados – cognitivamente – de forma negativa, pelos seus atos, sendo julgados como mentirosos e imorais.

Dessa forma, os comentários apresentados anteriormente, seguem a manipulação/persuasão do destinador-manipulador (*post*) e atribuem o mesmo julgamento proferido pela postagem. Com isso, os destinatários se submetem ao *saber* e ao *poder* do destinador-manipulador, tomando como valores de verdade o que foi proferido por ele e julgando o *outro*, também instaurado pelo destinador, como um antissujeito, que rompe os contratos sociais defendidos pelo *eu*. Contudo, há comentários nas postagens do *Jovens de Esquerda* que não são regidos pela motivação, mas sim pela reflexividade e, principalmente, pela imprevisibilidade.

Tal como evidenciamos nas análises da *Direira Vive 3.0*, a presença, por meio da imprevisibilidade, do "enunciador não autorizado", propicia o aparecimento de um antissujeito. Este instaura um rompimento contratual com o destinador-manipulador da postagem, ocasionando uma não reciprocidade entre os quadros de valores do destinador e do destinatário, portanto, não há um contrato com o *post*. No entanto, a presença desse antissujeito institui uma situação polêmica, em que um novo contrato de interação social é instaurado, no enunciado. Vejamos alguns exemplos na imagem 91.

Imagem 92- Comentário referente à primeira postagem dos *Jovens de Esquerda*



Fonte: *Facebook* (2020).

Os comentários da imagem 92 foram retirados do *post* do dia 15 de março de 2018, intitulado “Deixa eu explicar direitinho”, que compartilha um texto, no qual o assassinato de Marielle é tratado como um crime político e, portanto, merece destaque e investigação. Notamos, no entanto, que o primeiro comentário da imagem instaura um antissujeito, que nega o contrato do *post* e, assume a posição de minimização da morte da Vereadora. Esse mesmo comentário instaura um novo percurso, em que o primeiro comentarista passa a ser sancionado negativamente, pois é considerado um mau ator social. O mesmo ocorre no comentário da imagem 93.

Imagem 93 - Comentário referente à quinta postagem dos *Jovens de Esquerda*



Fonte: *Facebook* (2020).

Os comentários referem-se ao *post* do dia 14 de março de 2019, em que a *fanpage Jovens de Esquerda* afirma que “um ano após o assassinato de Marielle ainda esperamos muitas respostas”. Neste caso, o primeiro comentador assume a posição de antissujeito, ao publicar uma montagem afirmando que a popularidade de Bolsonaro é baixa entre “vagabundos, presidiários, maconheiros e mulheres com suvaco cabeludo”. Normalmente, esses estereótipos são usados pelo espectro político da direita para atacar a esquerda. Logo, o antissujeito estabelece um novo contrato de interação social, permitindo uma sanção cognitiva dos comentadores subsequentes, que sancionam negativamente o primeiro comentador, o chamando de “mediocre”, “burro”, “ignorante”. São expressões pejorativas utilizadas a fim de desqualificar a imagem do *outro*, intensificando, desse modo, as paixões, no discurso, tema da nossa próxima seção.

### 6.2.3 Paixões

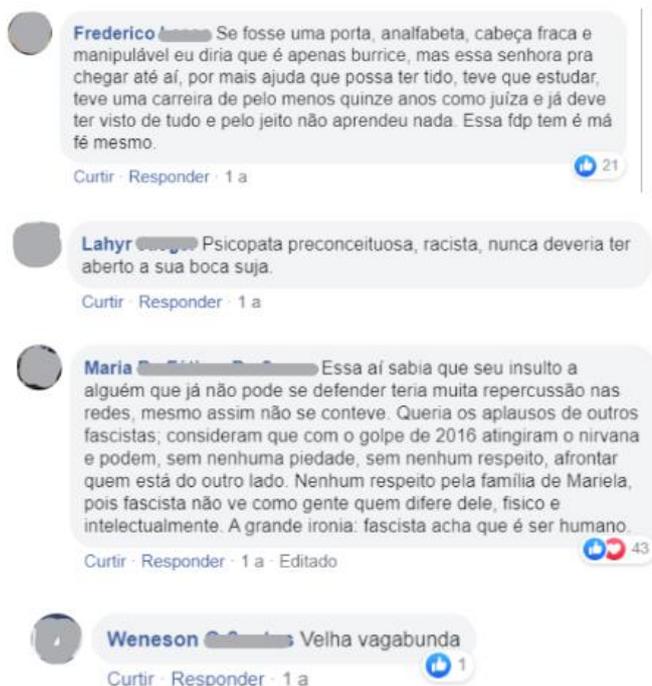
Iniciamos as análises das paixões, partindo do pressuposto de que, nos discursos intolerantes, há a presença de paixões ditas malevolentes em relação ao *outro* e benevolentes em relação aos semelhantes. Dito isso, analisemos o esquema passional da intolerância,

proposto por Bueno (2015), baseado em Bertrand (2003), Greimas e Fontanille (1995) (tabela 27.) De início, antes de olharmos, propriamente, para a análise das paixões, evidenciamos que, com base nas análises já realizadas no capítulo cinco, é possível concluir que há uma recorrência nos *posts* e nos comentários, de sentido conquistado (OLIVEIRA, 2013), do *Jovens de Esquerda*. Logo, esses sujeitos, mediados pela interação conquistada, transparecem uma disposição, marcada por uma aversão, uma decepção à alteridade. Em contrapartida, instaura-se uma identificação com os sujeitos que compartilham os mesmos valores e crenças.

A aversão ao *outro* leva a uma falta e, principalmente, ao medo do que o diferente pode causar. Como destaca Fiorin (1992, p. 57), há, neste caso, um medo da *performance* do *outro*. No caso específico desta seção de análise, o *outro*, o antissujeito é figurativizado na imagem de Bolsonaro e seus apoiadores e, implicitamente, nos espectros políticos de direita e extrema-direita. Desse modo, o *outro* é visto como uma ameaça, que poderá – no futuro – privar o *eu* de suas conquistas, valores e *status*.

Esse sentir medo leva à primeira etapa do percurso passional do sujeito intolerante (BARROS, 2011), o preconceito. Assim, observamos que os *posts* do *Jovens de Esquerda* e dos comentários autorizados, manifestam emoções ligadas à indignação e à animosidade em relação à alteridade. Como já visto, a indignação é um “sentimento de raiva, cólera ou desprezo, imbuído de valores culturais e conceitos morais, e experimentado diante de indignidade, injustiça, violação de normas, afronta; repulsa, revolta” (HOUAISS, 2021, s/p, *online*). Já a animosidade, é um “sentimento de aversão, rancor, ressentimento, motivamos por aborrecimento e injustiça” (HOUAISS, 2021, s/p, *online*).

Ao retornamos aos comentários relacionados ao *post* do dia 16 de março de 2018 (imagem 89), em que a temática se relaciona com a notícia de que a Desembargadora Marília Castro Neves havia soltado o “chefão da máfia do ingresso” – a mesma Desembargadora, do Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ), responsável por disseminar *fake news* sobre Marielle Franco –, notamos a presença de manifestações passionais, ligadas à animosidade e a indignação. Vejamos as imagens 94.

Imagem 94- Comentários referentes à segunda postagem dos *Jovens de Esquerda*

Fonte: *Facebook* (2020).

Os comentários qualificam negativamente a Desembargadora, o que corresponde, nesse caso, à instalação, no nível narrativo, do papel actancial de antissujeito. Logo, ela é sancionada cognitivamente, por meio de atos emocionais de repulsa, aversão, desprezo e raiva. Essas paixões são manifestadas em expressões como: “porta”, “analfabeta”, “cabeça fraca”, “burrice”, “fdp”, “psicopata”, “boca suja”, “fascista”, “velha vagabunda”. O uso desses vocábulos descredita a imagem de Marília Castro Neves, apelando para a violência verbal. Ademais, é necessário ressaltar alguns pontos dos comentários. Observemos a transcrição do primeiro.

Excerto 28: *Post Jovem de Esquerda dia 16 de março de 2018*

“Se fosse uma porta, analfabeta, cabeça fraca e manipulável eu diria que é apenas burrice, mas essa senhora pra chegar até aí, por mais ajuda que possa ter tido, teve que estudar, teve uma carreira de pelo menos quinze anos como juíza e já deve ter visto de tudo e pelo jeito não aprendeu nada. Essa fdp é má-fé mesmo”.

O comentador inicia seu enunciado com um discurso discriminatório, com um preconceito propriamente dito, em relação à “falta de inteligência”, que é considerada por esse sujeito como disfórica, figurativizada nos termos “porta”, “analfabeta”, “cabeça fraca”, “manipuláveis” e “burra”. No senso comum, essas expressões são utilizadas para rebaixar o *outro*, julgado como desprovido de intelecto. O uso do substantivo feminino “burrice”, por exemplo, utiliza da animalização para tratar a alteridade de forma pejorativa. Logo, ao

introduzir sua sentença com a condicional “se”, o comentador pressupõe que, “se” a Desembargadora não fosse inteligente, suas atitudes poderiam ser justificadas, mas como ela possui um nível de estudo elevado, não há pretextos para suas ações e, portanto, é julgada como “fdp”, que é um lexema de baixo calão que, também, discrimina Marília Castro Neves. Portanto, temos um duplo preconceito, tanto para aqueles que são apontados como “não inteligentes”, de acordo com o ponto de vista do comentador, quanto para a Desembargadora.

Outro ponto que chama atenção é o uso, no comentário 02, dos vocábulos “preconceituosa” e “racista”. Existe, segundo a ótica do comentador, a concretização de um preconceito racial por parte de Desembargadora (BOBBIO, 2011). Como já apontado no capítulo dois, Bobbio (2011) afirma que o preconceito racial se deriva do preconceito coletivo – em relação àqueles que são compartilhados com um grupo social inteiro –, tendo como consequência principal a discriminação. Esta, por sua vez, é usada como uma conotação pejorativa, ocorrendo quando “aqueles que deveriam ser tratados de modo igual, com base em critérios comumente aceitos nos países civilizados, são tratados de modo desigual” (BOBBIO, 2011, p. 107), ou seja, existe uma desigualdade entre grupos, que pode direcionar a atos intolerantes e, em uma proporção maior, às intolerâncias extremas, como a morte do *outro*.

Por fim, destacamos o uso do termo “fascista”. No contexto do comentário 03, assim como em vários outros que seguem o mesmo posicionamento, a expressão é utilizada como forma de insulto ao *outro*. Logo, seu teor argumentativo é marcado por uma animosidade, melhor dizendo, uma aversão ao que a alteridade representava, a saber: os movimentos de direita, com ideias que misturam conservadorismo, libertarianismo e reacionarismo, além da apologia do eugenismo e da segregação racial.

Analisamos, até então, comentários referentes ao sentido conquistado (OLIVEIRA, 2013), mas, como vimos no capítulo cinco, há comentários relativos ao sentido aleatório (OLIVEIRA, 2013), da imprevisibilidade. Vejamos alguns exemplos (imagem 94).

Imagem 95 - Comentários quinta postagem *Jovens de Esquerda*



Fonte: Facebook (2020).

Nas três imagens (imagem 95) existe a instalação de um antissujeito, modalizado por um *querer fazer mal* à imagem de Marielle Franco, representada por meio das montagens que levam a uma hostilidade e uma animosidade à Vereadora. Ainda, em relação ao sentido aleatório (OLIVEIRA, 2013), notamos que a interação entre os sujeitos autorizados e “não autorizados” levam a discursos preconceituosos. Notemos a imagem 96.

Imagem 96 - Comentários referentes à primeira postagem dos *Jovens de Esquerda*



Fonte: *Facebook* (2020).

Nesta interação, retirada da primeira publicação do *Jovens de Esquerda*, o primeiro comentarista refuta a temática do *post* – elucidação dos motivos do assassinato de Marielle Franco e a potencialização de sua morte. Logo, os comentários partem de uma quebra contratual, motivada pelo ponto de vista do primeiro comentarista, isto é, a minimização da morte da Vereadora. A partir disso, os comentaristas 02 e 04 são modalizados por um *querer fazer mal* ao comentarista 01, por meio de uma indignação, expressa em sentenças como “dificuldade de interpretar texto” e “volte 10 casas, que está dando preguiça”. Ressaltamos a intertextualidade nas sentenças “volte 10 casas” e “volte 20 casas”. Elas remetem aos jogos de tabuleiro, mas ganharam destaque nas redes sociais, ao serem usadas como uma expressão negativa, referindo-se ao fato de que, se um sujeito não compreende uma determinada situação,

ele deve ser excluído daquele ambiente, retornando a um determinado número de casas do tabuleiro, que corresponde a ideia de retrocesso e incompetência.

Em resposta a esses comentários, o comentador 01 utiliza o vocábulo “retardado”. No senso comum, esta palavra é utilizada em um sentido pejorativo, com o intuito de ofender, de desqualificar o *outro*, que é considerado estúpido ou ignorante. Ressaltamos que a palavra “retardado” se liga a uma concepção médica ultrapassada e foi substituída pela expressão “deficiência intelectual”, pois, o termo ganhou uma carga semântica elevada e pejorativa<sup>85</sup>, associado ao tratamento desigual e segregador de pessoas com deficiência intelectual. Posto isso, evidenciamos que, em outras interações do tipo aleatória, existe uma recorrência de violência verbal entre os sujeitos, com um ato emocional de indignação e animosidade.

No entanto, para alcançar a segunda fase da intolerância, proposta por Barros (2011), a intolerância propriamente dita, esses sujeitos indignados, hostis e frustrados deveriam passar à ação, ou seja, agir contra o *outro*, por meio de processos que levem à exclusão, à segregação e/ou à morte do *outro*. Tal como acontece na *fanpage* da *Direita Vive 3.0*, os comentários do *Jovens de Esquerda* não apresentam uma exclusão efetiva, mas sim o que designamos de uma intolerância propriamente dita, no âmbito da virtualidade.

Vejam alguns casos representados na imagem 97.

Imagem 97 - Comentários referentes à sexta postagem dos *Jovens de Esquerda*



Fonte: *Facebook* (2020).

A imagem 97 foi retirada da publicação do dia 14 de março de 2019, intitulada “Um ano após o assassinato de Marielle ainda esperamos muitas respostas”. A montagem na imagem utiliza de elementos verbais e verbais, para criar um efeito de sentido de desprezo à imagem de

85 Disponível em: <https://paisefilhos.uol.com.br/blogs-e-colunistas/minha-vida-nada-down/as-palavras-ferem/>. Acessado em 28/04/2022.

Marielle, em que, na parte verbal, a expressão “#MariellePresunto” promove uma interdiscursividade com a verdadeira expressão, #MariellePresente<sup>86</sup>, e na parte visual, um desenho de um presunto com a cara da Vereadora. Toda essa composição produz um discurso preconceituoso, mas o que nos interessa é o enunciado do comentador 02.

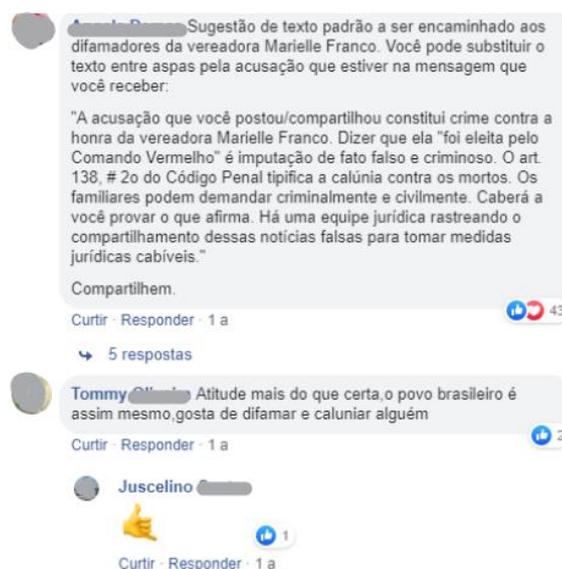
Excerto 29: *Post Jovem de Esquerda dia 14 de março de 2019*

“Vou divulgar por todo o lado q puder o seu fb (Facebook)... marica, ta registrado monstro. Espera o retorno de quem vai virar presente... vai rindo...”.

O comentador expressa motivações individuais de *querer* a morte do comentador 01 (“vai virar presunto”). Logo, este o comentarista 02 *quer* fazer mal ao *outro*, levando-o à morte, embora não possa, pois interagem e agem no espaço virtual. No entanto, destacamos que o mesmo comentarista deseja divulgar o perfil do *Facebook* do comentarista 01, que, implicitamente, poderia levar a sua exclusão das redes sociais, portanto, caracteriza uma intolerância propriamente dita realizada, uma vez que este seria o seu *fazer mal* ao *outro*.

Além das paixões malevolentes em relação ao *outro*, encontramos nos comentários paixões benevolentes em relação aos seus iguais. Vejamos a interação representada na imagem 98.

Imagem 98- Comentários referentes à terceira postagem dos *Jovens de Esquerda*



Fonte: *Facebook* (2020).

86 Segundo Baronas e Araújo (2019), a *hashtag* #Mariellepresente se configura como um discurso de resistência e de (re)ex(s)istência. A *hashtag* surgiu dias após o assassinato da vereadora e chegou a ter mais de 103.555 mil publicações.

A interação foi retirada da publicação do dia 17 de março de 2018, que se refere à publicação intitulada “Marielle e Marcinho VP não tiveram nenhum tipo de relacionamento”. Ao observarmos o primeiro comentário, é possível perceber um *querer fazer bem* à imagem de Marielle Franco, por meio de uma mensagem padrão, que seria utilizada para situações em que notícias falsas fossem divulgadas. A organização narrativa desse comentário reforça o papel do comentarista como aquele que detém o *saber*, mas principalmente como aquele que apresenta a verdade. Os dois comentários subsequentes sancionam positivamente, o primeiro, demonstrando, desse modo, uma solidariedade intergrupala de preservar a imagem da Vereadora.

#### **6.2.4 Organização tensiva**

Chegamos ao último ponto da análise dos discursos intolerantes, a organização tensiva, sobretudo, como apontado por Barros (2011), os discursos do acontecimento e do exercício, e as relações de triagem e mistura. Ao retomarmos as análises realizadas até aqui, conseguimos inferir que os *posts* e os comentários sancionam positivamente, a publicação, e partem do pressuposto de que o assassinato de Marielle foi um ato de exclusão máxima. Mais que isso, a maneira como a Vereadora foi morta adentrou o campo de presença desses sujeitos, de forma rápida e forte, ao ponto em que, na *fanpage*, por meio dos comentaristas autorizados, não houvesse “tempo para a inteligibilidade (modo de eficiência do sobreviver) e em que o sujeito afetado passa a existir como sujeito da apreensão (modo de existência) em virtude de o objeto ter surgido em seu campo de presença como surpresa (modo de junção concessivo)” (SARAIVA, 2016, p. 88).

Em outras palavras, o assassinato é visto como um acontecimento (ZILBERBERG, 2011), com um alto grau de intensidade e uma extensidade concentrada. Desse modo, o campo de presença do destinador dos *posts* e dos comentaristas autorizados têm uma percepção acelerada do objeto percebido (assassinato), que é tonificado ao máximo, propiciando, portanto, o efeito de impacto do sensível, que rege esses discursos, o que justifica a temática da potencialização do assassinato de Marielle Franco. Por outro lado, temos comentaristas “não autorizados”, que enxergam a morte da Vereadora como um efeito de rotina, visando uma minimização dos fatos, encaminhando a um discurso do exercício (ZILBERBERG, 2011).

No que se refere às operações de triagem e mistura, dispomos de estratégias similares às ocorridas na *fanpage* da *Direita Vive 3.0*. Assim, os discursos preconceituosos e intolerantes virtualizados, partem da noção da triagem ao diferente, figurativizado na imagem da direita, da

extrema-direita e dos apoiadores de Bolsonaro. Ao revisitarmos o gráfico sobre a intolerância (imagem 98), podemos apresentar algumas considerações.

Evidenciamos, por meio dos discursos preconceituosos e intolerantes da *fanpage Direita Vive 3.0*, já analisados, um direcionamento para a intolerância de predação, visando uma triagem plena do *outro*. Logo, esses discursos são regidos por valores do absoluto, em que existe um *fazer* e um *querer* o aniquilamento da alteridade. Contudo, diferentemente do que ocorreu na *fanpage* da *Direita Vive 3.0*, essa expulsão do *outro* não é associada à morte da alteridade, mas a sua exclusão da sociedade, por meio de expressões como: “merece cana”, “devem ir para a cadeia”, “deve ser punida com a prisão” (imagem 99).

*Imagem 99 - Comentário referente à segunda postagem dos Jovens de Esquerda*



Fonte: *Facebook* (2020).

O comentário refere-se à publicação da matéria do dia 16 de março de 2018, “Desembargadora acusa Marielle de estar ligada ao Comando Vermelho”. O discurso do comentador evidencia uma triagem da alteridade, isto é, a Desembargadora deveria ser “colocada em cana”, pela fala contra a Vereadora. Há, portanto, uma disjunção completa e tônica, direcionando, muitas vezes, ao discurso do excesso (FIORIN, 2020), com um aumento da intensidade semântica, ao utilizar palavras como “vagabunda”, “racista”, “preconceituosa”, o que provoca uma hiperbolização das frases, acentuando aquilo que está sendo exposto.

Os comentários dos “enunciadores não autorizados”, também são regidos pelo excesso, sobretudo quando utilizam montagens para difamar a imagem de Marielle Franco. Além disso, eles também são expressos pela intolerância de predação. Retomemos a imagem 100.

Imagem 100 - Comentário referente à quinta postagem *Jovens de Esquerda*



Fonte: Facebook (2020).

Nela, observamos que a exclusão acontece com o objetivo de confirmar a valorização positiva da morte do sujeito diferente. A representação de Marielle sendo queimada explicita um viés pleno da triagem, ou seja, a separação, a exclusão com um aspecto terminativo. Além disso, a metaforização da morte expressa na imagem leva a uma leitura religiosa, em que a direita condenava Marielle por ser homossexual e afirmava que ela queimaria no fogo do inferno<sup>87</sup>. Esses valores mostram-se como próprios dos sujeitos considerados como semelhantes, isto é, que não mesclam feminilidade e masculinidade. Existe, portanto, um apelo religioso, que, por meio da triagem, expõe os valores cristãos e tradicionais pregados pelo espectro político da direita e extrema-direita, como vimos no primeiro capítulo.

Um efeito de sentido similar é encontrado na imagem 101.

Imagem 101 - Comentário referente à quinta postagem *Jovens de Esquerda*



Fonte: Facebook (2020).

87 Tchou Marielle Franco. Vá para o inferno. Disponível em: [https://www.reddit.com/brasilivre/comments/as2bj9/tchau\\_marielle\\_franco\\_A1\\_para\\_o\\_inferno/](https://www.reddit.com/brasilivre/comments/as2bj9/tchau_marielle_franco_A1_para_o_inferno/). Acessado em: 01. maio de 2019. Em 2022, o link encontra-se indisponível, mas o mesmo foi acessado em 2019, para o desenvolvimento do projeto final. Ele apresentava um copilado de twittes e comentários, cuja a temática era “Marielle Franco vá para o inferno”. Os enunciados diziam que a vereadora iria para o inferno depois de assassinato, devido, entre outros motivos, sua opção sexual e política.

Na imagem 101, observamos a presença da figura retórica da ironia, desencadeada pelo uso do vocábulo “lacrei” e a imagem do caixão. Neste caso, o sujeito utiliza uma inversão semântica, com a palavra lacrar. Contemporaneamente, lacrar, no sentido conotativo, é destacar-se por ser ou fazer algo com excelência, o que não condiz com a utilização do termo lacrar, no contexto da morte de Marielle, remetendo ao lacre do caixão, num duplo sentido. Portanto, o lacrar é utilizado de forma invertida, com sentidos de sarcasmo e desprezo pelo *outro*, mas, sobretudo, a exclusão das ideias da Vereadora por meio da sua morte. Como retrata Fiorin (2020, p. 69-70), a ironia “é um tropo em que se estabelece uma compatibilidade predicativa por inversão, alargando a extensão sêmica dos pontos de vista coexistente e aumentando sua intensidade”. Esse aumento da intensidade na figura leva a uma intolerância de predação, regidos pela lógica da triagem plena, pelo extermínio do *outro*.

Por fim, evidenciamos que não houve a recorrência das outras três gradações apresentadas no gráfico da imagem 84 a saber: intolerância de antibiose, intolerância de competição e tolerância mutualista. Desse modo, fica evidente que os discursos intolerantes operam, de fato, pelo princípio da exclusão, da intolerância de predação, adotando uma lógica da triagem, a partir de uma oposição entre identidade e alteridade, esta última configurada como uma ameaça à completude da primeira, isto é, do *eu*.

### 6.3 APONTAMENTOS FINAIS

A partir do percurso analítico, realizado até o momento, foi possível observar que a oposição fundamental, de base, dos discursos intolerantes, se efetiva no par identidade *versus* alteridade, em que a primeira é comumente euforizada e, a segunda, disforizada, na organização fundamental desses discursos. Além disso, por se tratar de grupos antagonistas – direita *versus* esquerda –, a alteridade, isto é, o *outro*, é figurativizado na imagem oposta do espectro político. Logo, ao observarmos as recorrências dos temas e figuras, elencados nesta análise, podemos inferir que o *eu* se constitui a partir das ideologias propostas por seu posicionamento político que, por sua vez, são contrárias às ideologias do *outro*.

Desse modo, os *posts* e os enunciadores autorizados da *fanpage Direita Vive 3.0* colocam-se como o que Landowski (2002) cunhou como "Senhor Todo Mundo", que representa o grupo dominante, denominado como o ideal, dentro da sociedade. Esse grupo compartilha a mesma linha isotópica, com figuras e temas característicos do espectro político de direita (vide tabelas 1 e 2, do capítulo um), tais como individualidade, ordem, meritocracia e preservação do *status quo* desses grupos. São figurativizados na imagem do homem branco, conservador,

heteronormativo, religioso e defensor da família tradicional, que leva a isotopias como o antiesquerdismo e o racismo. Esse é o modelo a ser seguido, que provoca, por consequência, a exclusão (LANDOWSKI, 2002) daqueles que seguem posicionamentos diferentes.

Sob outra perspectiva, os *posts* e os enunciadores autorizados da *fanpage Jovens de Esquerda*, têm em seus discursos isotopias que perpassam o espectro político da esquerda, apresentado no primeiro capítulo, a saber: igualdade social, de raça, de gênero e a coletividade. Logo, a ideologia da *fanpage* em questão, é baseada no empoderamento de grupos não representados. Essas temáticas são figurativizadas, sobretudo, na imagem de Marielle Franco, que buscava, segundo o ponto de vista deste grupo, o empoderamento de grupos menos favorecidos, como as mulheres, os negros, a comunidade LGBTQIA+ e todos aqueles que viviam qualquer forma de opressão. Em complemento, os *posts* e os enunciadores autorizados da *fanpage Jovens de Esquerda* também veem, na imagem de personalidades da esquerda, como os ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff, as mesmas características, e instituem o *outro* na figura da direita, de Bolsonaro e seus apoiadores.

Nos dois grupos, a alteridade é imediatamente desqualificada enquanto sujeito, sendo que o percurso temático que sobressai é o da imoralidade, concretizado por figuras que o retomam. Tal fato explicita um ponto de vista sobre o mundo, que define cada uma das páginas e seus comentadores. Reconhecemos, no entanto, que tanto a *fanpage Direita Vive 3.0* quanto a *fanpage Jovens de Esquerda*, ao visam a exclusão do *outro*, revelam uma perspectiva intolerante, que, sob uma base preconceituosa, intenciona eliminar a alteridade, baseados em julgamento negativo do *outro*. Dessa forma, ao observar o nível semionarrativo de análise, os discursos das duas *fanpages* enfatizam o percurso da sanção.

Isso se deve ao fato de que o destinatador do discurso instaura-se como sujeito do *saber* e do *poder*, especialmente por estar envolto aos recursos discursivos da *internet*. Assim, ao se colocar como *eu* do discurso, os destinatadores são modalizados por um *poder-fazer* e um *saber-fazer*, em que creem poder impor seu lado íntimo, suas crenças e valores em relação ao *outro*, exacerbando elementos de discursos intolerantes. Ou seja, são sujeitos do exagero, como apresentamos no capítulo três, resguardados pela complexidade dos discursos na *internet*, mediante a interatividade intensificada, a extensão, a propagação alargada e o anonimato (BARROS, 2015). Com isso, esses sujeitos são balizados pelo discurso da *internet*, permitindo a construção de um *parecer-verdadeiro*.

Nas duas *fanpages*, este *parecer-verdadeiro*, de acordo com a perspectiva de cada destinatador e destinatário, sancionam a alteridade como um não cumpridor dos acordos sociais, julgando-o como imoral. Esses sujeitos, são, portanto, reconhecidos como maus atores e maus

cidadãos, por terem rompido contratos, e são sancionados, cognitivamente ou pragmaticamente ou, ainda, por ambos. Assim, se retomarmos a proposta de Landowski (2012) sobre as relações de base entre o “nós” e o “outro”, veremos que as sanções pragmática e cognitiva, encontradas nos discursos analisados, nesta tese, marcham rumo à exclusão, visando, segundo o autor, a eliminação total das diferenças, negando o diferente, muitas vezes, com violência.

Vale ressaltar que não encontramos recorrências dos outros tipos de relações intelectuais e afetivas entre o *eu* e o *outro*, a saber: assimilação, segregação e admissão. Nessas relações, a exclusão se opõe como termo contrário à assimilação; como contraditório à agregação; e como complementar à segregação. A assimilação, conforme apresentado no capítulo dois, busca fazer, do *outro* um “eu”, ocultando, desse modo, suas diferenças. Já na agregação, o *eu* e o *outro* coabitam sem conflitos, sem que nenhum dos dois perca sua identidade. Por fim, a segregação não busca uma exclusão completa, mas, sim, a manutenção das diferenças, sem misturá-las. O que temos nos discursos analisados é a não aceitação do diferente, sendo excluído por meio de sanções pragmáticas e/ou cognitivas.

Salienta-se ainda, que esse destinador do *saber* e do *poder*, é um sujeito apaixonado, passionalizado pelo *querer fazer mal* à alteridade, regido por paixões como indignação e hostilidade, na *fanpage Direita Vive 3.0*, e, animosidade e hostilidade, na *fanpage Jovens de Esquerda*. Contudo, vale lembrar que essas paixões derivam do medo – presente nos discursos de ambas as páginas – que o *eu* tem, em relação à ameaça constante que o *outro* representa, aos seus interesses e valores. Desse modo, essas crenças mobilizam paixões que fazem com que o *eu* não tolere o que é diferente de si, levando à paixão do ódio.

Como visto, no terceiro capítulo, a diferença é um desencadeador primário para paixões ligadas ao ódio. Em outros termos, o estranhamento ao *outro* leva ao desenvolvimento de pensamentos e comportamentos de ódio, despertando pulsões agressivas. A partir dessas definições, concluímos que é necessário a presença de dois sujeitos distintos, para o aparecimento do ódio. O primeiro deles é o *eu*, que assume o papel de destinador-julgador e sanciona positivamente todos os indivíduos que compartilhem de suas concepções, ele tem benevolência aos seus semelhantes, apoiando, muitas vezes, seus atos violentos, pois estariam a serviços do bem e, em último caso, à proteção intergrupala. O sujeito, desse ponto de vista, reconhece e identifica valores que, se forem os mesmos que os seus, serão lidos como verdadeiros e firmará um contrato entre os seus pares. Ele é, portanto, um sujeito que constrói uma imagem virtual de si, como um indivíduo que ordena o mundo, que estabelece padrões e que, principalmente, deve buscar a manutenção desses valores.

Nesse trajeto, ele instaura um segundo sujeito, um *outro*, diferente dos valores de referência do *eu*. Esse estranhamento ao *outro* faz surgir o sujeito odiado. Sob a perspectiva do *eu*, o *outro* descumpra as normas sociais que visam manter a ordem e o bom andamento da sociedade, causando um desequilíbrio no mundo do *eu*. Há, por conseguinte, uma não tolerância ao diferente. Assim, a paixão do ódio instaura-se de uma espera fiduciária, isto é, uma relação entre o sujeito e o simulacro, em que não visa apenas um querer estar conjunto, mas também, um crer na imagem-fim. Em outras palavras, que as crenças e valores do sujeito odiador devem ser um padrão a ser seguido, contudo, quando este sujeito tem acesso ao *outro* sujeito, que não se guia pelos mesmos valores que os seus (quebra de contrato), instala-se uma perturbação passional.

Assim, as paixões encontradas nas duas *fanpages* – hostilidade, animosidade e indignação –, em maior ou menor gradação, levam a constituição do ódio, como um *querer fazer mal* ao sujeito não cumpridor dos valores instaurados pelo *egocentrismo do eu*. Dessa forma, os temas envolvidos nos *posts* e nos comentários autorizados, direcionando a um julgamento cognitivo da imoralidade, que é acentuado pela paixão do ódio. Esta é percebida por meio da emoção e da sensibilização, evidenciadas com o auxílio de expressões violentas e, que levam ao ataque à figura do *outro* (malevolente).

Nas duas *fanpages* em análise, apesar da divergência ideológica, os sujeitos utilizam dos mesmos recursos para demonstrar o preconceito (primeira fase do percurso passional do sujeito intolerante), por meio, de violências verbais mostradas, como o escárnio verbal e o emprego da caixa alta, tal como em “TODA VIDA VALE, NEM MAIS NEM MENOS”, que simula uma alteração na entonação da voz, representado, por exemplo, gritos. Outras evidências são: o uso de onomatopeias, como o “kkkkkkkk”, para demarcar o desprezo ao *outro*, a ironia, a animalização, e, principalmente, o uso de palavras de baixo calão.

A segunda fase do percurso passional do sujeito intolerante é a intolerância propriamente dita, em que o sujeito preconceituoso passa à ação, e age contra o *outro*. (BARROS, 2015, p. 260). Neste ponto, inferimos que, por esses sujeitos estarem inseridos no ciberespaço, essa intolerância propriamente dita é virtualizada, embora possa causar danos significativos ao *outro*. Em termos semióticos, ela é realizada por sujeitos virtualizados, em que querem *fazer* a exclusão do *outro*, mas *não podem*, de fato, pois não estão em um espaço físico, em que, poderiam, por exemplo, “matar” a alteridade. No entanto, nos chama a atenção, nessas fases da intolerância, a recorrência, nas duas *fanpages*, com que o preconceito se dá, quando a interação ocorre em um sentido conquistado, isto é, o destinatário do *post*, enquanto sujeito da manipulação, persuade o destinatário autorizado, que sanciona positivamente a postagem, e

propicia a aceitação do contrato. Isto, conseqüentemente, viabiliza a continuação temática e os discursos violentos e preconceituosos.

Por outro lado, quando analisamos os comentários regidos pelo sentido aleatório, não há mais a presença de um contrato com o destinador do *post*, mas sim, a criação de uma situação polêmica, instaurando um novo contrato de interação social. Neste caso, a sanção negativa se impõe ao comentarista e, também, é onde encontramos a presença da intolerância propriamente dita virtualizada, por meio de expressões, como “esquerdopata merece morrer”, “morte a esquerda”, “merece cana”. No entanto, uma última observação deve ser feita em relação à intolerância virtualizada. Na *fanpage* da *Direita Vive 3.0*, ela apresenta-se por meio de sanções pragmáticas direcionadas à exclusão pela morte, com uma carga mais intensa e passional. Já na *fanpage* dos *Jovens de Esquerda*, há, também, uma sanção pragmática, porém, com uma carga menos intensa, em que a punição ao *outro* seria a prisão, não chegando ao extermínio do *outro*. Entretanto, em nenhum dos casos, o *eu* admite conciliações ou aceitações do *outro*.

Por fim, no que se refere à tensividade, constatamos que a *Direita Vive 3.0* e os comentaristas autorizados tratam o assassinato de Marielle Franco como um discurso do exercício, com uma organização mais racional, em que o fato atinge o campo de presença desses sujeitos de forma esperada e átona, o que é confirmado por uma das temáticas mais presentes na página: a minimização da morte da Vereadora. Em contrapartida, a *fanpage* dos *Jovens de Esquerda* e os comentaristas autorizados veem o assassinato de Marielle como um acontecimento, que adentra no campo de presença desses sujeitos de forma vertiginosa, deixando-os espantados. Além disso, por terem sido pegos de surpresa, eles precisam de um tempo para recuperar seu estado.

Como evidenciado, apesar de terem discursos antagônicos, a intolerância se manifesta nas páginas e nos comentários, utilizando de estratégias similares: a sanção negativa, a partir de premissas passionais, excessivas e intensas, que visam à destituição das marcas de alteridade do *outro*. Contudo, é possível apontar diferenças entre as páginas. A primeira delas diz respeito aos *posts*. O destinador da *Direita Vive 3.0* se coloca mais, nas postagens, do que o dos *Jovens de Esquerda*. Isto é, em todas as postagens, o destinador da *fanpage* de direita apresenta um ponto de vista, um julgamento sobre a notícia compartilhada, seja ele positivo ou negativo. Além disso, esses enunciados possuem uma carga preconceituosa e intolerante mais intensa que a da *fanpage* de esquerda. Esta, por sua vez, utiliza como estratégia, em algumas postagens, apenas o compartilhamento das notícias, sem deixar explícito seu ponto de vista. Entretanto, podemos compreendê-lo por meio das recorrências de temas e figuras, levando-o a ideologia da página.

Já em relação aos comentários, existe uma maior presença de “enunciadores não autorizados” na *fanpage* do *Jovens de Esquerda*, em relação à da *Direita Vive 3.0*, acarretando mais sanções e paixões de ódios aos atores da interação, do que aos atores da notícia, como a própria Marielle. Por fim, a intensidade da intolerância também é díspare. Assim, apesar de ambas as páginas terem a triagem como base, visando a expulsão do *outro*, na *Direita Vive 3.0*, essa expulsão é mais intensa, e está associada à morte da alteridade, enquanto no *Jovens de Esquerda*, a exclusão visa um afastamento da sociedade. Logo, a direita visa a morte da esquerda, e regoziza a morte da Marielle Franco; enquanto nos comentários da esquerda, a exclusão ocorreria com a prisão, por exemplo, da Desembargadora. Portanto, podemos afirmar que, apesar de terem a intolerância de predação como base, esta se apresenta com uma maior intensidade nos discursos da direita.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro desafio desta tese foi determinar um método de caráter científico para delimitar o meio no qual estão inseridos nosso *corpus*, isto é, as *fanpages* do *Facebook*. Desse modo, debruçamo-nos na concepção de que, ao estudarmos um objeto inserido no ciberespaço, devemos priorizar as especificidades desse meio, ou seja, contemplar diversos aspectos tecnológicos, além daqueles que as análises textuais e discursivas costumam observar. Por isso, a escolha de uma metodologia comumente trabalhada no campo Comunicação, ou seja, a Análise de Redes Sociais (ARS), foi importante para evitar uma escolha aleatória do nosso objeto.

Assim, esse recorte nos possibilitou coletar e averiguar as principais *fanpages* do *Facebook* de espectro político de direita e de esquerda, a partir de métricas que analisavam os principais conglomerados e os nós fortemente conectados. Conseguimos, desse modo, demarcar as páginas que configuraram o *corpus* desta pesquisa, a *Direita Vive 3.0* e os *Jovens de Esquerda*. Em vista disso, utilizamos a ARS exclusivamente na metodologia, para a delimitação das *fanpages*, e a análise discursiva se valeu dos modelos teórico-metodológicos da semiótica francesa. Sendo assim, as chaves de leitura elaboradas durante a tese foram essenciais para a compreensão dos apontamentos realizados a seguir, assim como os principais resultados e problematizações para pesquisas posteriores.

Nesta tese, partimos do princípio de que os sites de redes sociais, sobretudo o *Facebook*, colaboraram para a complexificação dos modos de interação, permitindo aos usuários exporem, compartilhem e comentarem seus pontos de vista na rede, favorecendo, desse modo, novas formas de significação e ressignificação dos discursos, bem como novos contornos interacionais entre enunciador e enunciatário. Consideramos, portanto, que esses espaços de comunicação se configuram como arenas livres e, ao mesmo tempo, um espaço discursivamente complexo e propício à emergência de discursos intolerantes, principalmente, quando estes têm, como pano de fundo, a isotopia política, dentro da qual antagonizam, historicamente, a direita e a esquerda.

Desse forma, a partir das análises das interações discursivas (OLIVEIRA, 2013) e do percurso teórico desenvolvido por Barros (2011; 2016) para análise dos discursos intolerantes – sanção, paixões, temas e figuras e tensividade – e das relações entre identidade e alteridade (LANDOWSKI, 2002), os exames aqui empreendidos buscaram responder ao nosso problema de pesquisa: de que maneira são construídos os sentidos dos discursos intolerantes a partir da

interação nas postagens e nos comentários das *fanpages Direita Vive 3.0 e Jovens de Esquerda*, relativos à morte da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco? Mais especificamente, como são construídas as estratégias enunciativas do sujeito intolerante que regem a relação enunciador-enunciatário nesse espaço?

As análises confirmaram que a intolerância tem sua concepção na própria sociedade, no contexto histórico vivenciado pelo sujeito. Sendo que, esse contexto pode ser resgatado pela recorrência de temas e figuras relacionados, nesta tese, à imoralidade do *outro* figurativizada especificamente no antagonismo entre os espectros políticos de direita e de esquerda. Neste caso, temos a presença de manifestações ideológicas em que o *outro* é tão insuportável que só pode ser excluído, não havendo a possibilidade de uma assimilação, segregação e admissão (LANDOWSKI, 2012). Por esse ponto de vista, a intolerância não surge aleatoriamente, pois as crenças e valores dos sujeitos estão presentes na sua constituição enquanto sujeito. Isso confirma a necessidade de termos desenvolvido um primeiro capítulo, situando *corpus* desta pesquisa temporal e espacialmente, apresentando outros textos, de épocas similares, que dispõem de informações que estão compreendidas em nosso texto-objeto.

Ao pensarmos no meio digital, pela perspectiva da semiótica francesa, afirmamos que os discursos intolerantes, quando inseridos no ciberespaço, adquirem uma certa organização linguística, principalmente na simulação de uma escrita oralizada, por meio da incorporação do uso de onomatopéias; repetições de letras para caracterizar a prosódia, como a expressão “kkkkkk”, que simula uma gargalhada, que, por muitas vezes, foi utilizada para desprezar a alteridade; as abreviações de palavras, demarcando uma informalidade; o excesso de pontuação; e o uso de palavras escritas em caixa-alta, remetendo a gritos, à exaltação, levando a uma desqualificação do outro.

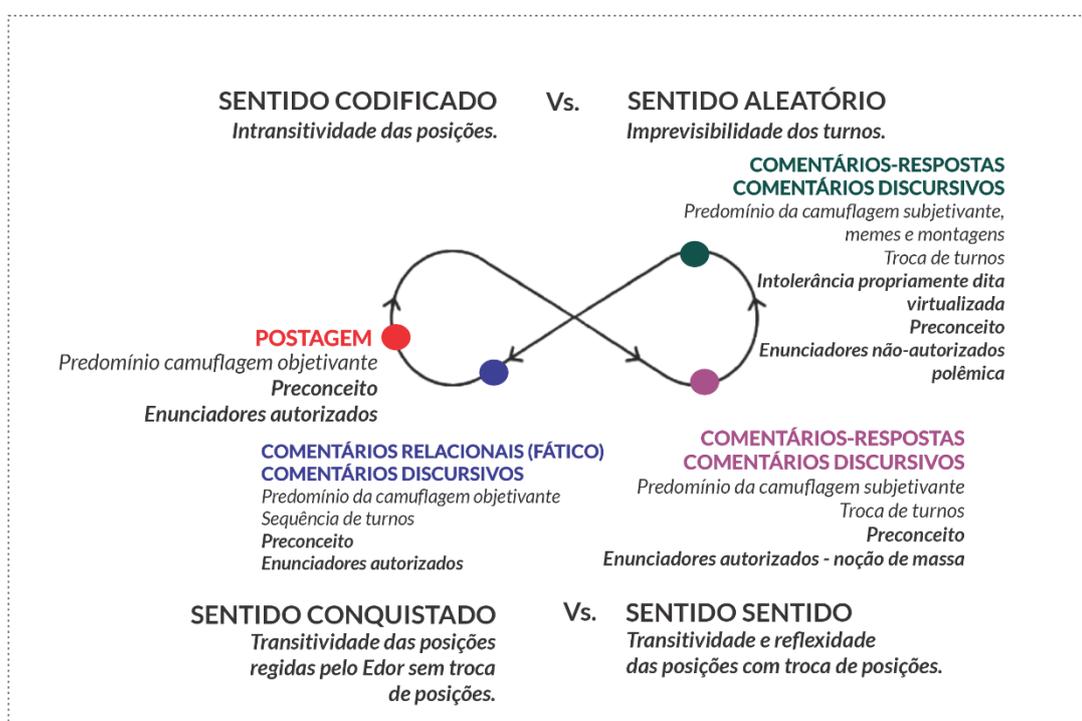
Assim, os enunciadores tanto dos *posts*, quanto dos comentários, ao utilizarem essas estratégias que envolvem a complexidade entre a fala e a escrita (BARROS, 2015), proporcionam às trocas internacionais contornos semelhantes aos das conversações orais. Mas, sobretudo, essas características da conversação no ciberespaço são usadas para difundir, replicar e promover uma violência mostrada. Dessa maneira, em termos de modalização, concluímos, que os destinatários intolerantes presentes nos *posts* e nos comentários são modalizados por um *poder-fazer*; que advém justamente da complexidade discursiva, mediante a interatividade intensificada, da extensão e propagação alargada e do anonimato (BARROS, 2015).

Observamos, portanto, que as características dos discursos na internet permitem a construção de um parecer-verdadeiro, isto é, os sujeitos buscam fazer com que seu destinatário interprete seus posicionamentos ideológicos como verdadeiros. Logo, se o destinatário

compartilhar desses mesmos valores de crenças e emoções ele aceitará o contrato, sendo persuadido a interpretar os discursos como verdadeiros. É nesse jogo contratual que os sujeitos intolerantes se sentem confiantes para construir seus discursos, de forma a expressar elementos de sua individualidade ou coletividade, deixando transparecer seus gostos, suas paixões e seus ódios.

Retomando ao nosso problema de pesquisa e visando a responder como são construídas as estratégias enunciativas do sujeito intolerante que regem a relação enunciador-enunciatário, nos pares *post/comentários* e *comentários/comentários*, atualizamos o quadro desenvolvido no capítulo cinco. Vejamos a imagem 102.

Imagem 102- Regimes de interação discursiva *post* e *comentários* atualizado



Fonte: Elaborado pela autora

Tendo em vista que a intenção principal da publicação é persuadir os seguidores, seja por meio de curtidas, compartilhamentos ou comentários, a um *fazer-participativo*, os *posts* das duas *fanpages*, têm como base a interação bilateral do tipo sentido conquistado. Nesse caso, os enunciadores das *postagens* possuem uma orientação fixada, projetada por uma intencionalidade a ser seguida (OLIVEIRA, 2013). No entanto, apesar de caminhar para a intencionalidade, os *posts*, também, possuem uma certa repetição programada das ações e um mapeamento de construção de sentido para seus enunciatários, o que os colocam próximos ao regime do sentido codificado.

Apesar de serem regidas pelo sentido conquistado, as estratégias das duas *fanpages* se diferenciam pelo modo como a morte de Marielle Franco é tematizada pelos enunciadores. Os enunciadores dos *posts* instauram-se como um Senhor Todo Mundo (LANDOWSKI, 2012), que impõe sua identidade, por meio de crenças e valores, que devem ser seguidos. Os diferentes a esses padrões são vistos como alteridade, que rompem com o contrato previsto e são julgados como imorais, devendo ser punidos ou excluídos da sociedade. Assim, tal como descrito por Barros (2015), confirma-se, em nossas análises, o tema da imoralidade ao *outro* nas duas *fanpages*, seja nos *posts* ou nos *comentários* e estão associadas à categoria de base identidade *versus* alteridade.

Entretanto, na página da *Direita 3.0*, esta temática está associada ao antiesquerdismo e, principalmente, à minimização da morte da vereadora Marielle Franco. Esse último, direciona, ainda, a isotopia da supremacia dos negros sobre os brancos, isto é, um racismo reverso, segundo o qual, os negros, como Marielle, prejudicam socialmente os brancos, principalmente com sua ascensão social. Já na *fanpage Jovens de Esquerda*, as temáticas ligam-se à potencialização da morte da Marielle Franco; à imoralidade da direita e à indignação contra as *fake news*. Logo, a morte da vereadora é vista como um atentado, que tem sua base no racismo, na misoginia e nas políticas de esquerda defendidas por Marielle, portanto deve ser tratado como singular.

Portanto, existe uma diferença em relação à forma como a morte da vereadora é tematizada pelas *fanpages* analisadas. Para os enunciadores de direita, o assassinato de Marielle deveria ser tratado de uma maneira massificada, comum, sendo, desse modo, um discurso do exercício (ZILBERBERG, 2011), com uma organização racional. Para isso, existe um processo de destonificar ou atonizar a intensidade da morte, que, segundo a lógica do discurso do exercício, já era esperado no campo de presença desses sujeitos. Tal afirmação é justificada pelo fato de que esses sujeitos creem ser verdade que Marielle estava ligada a bandidos e que a esquerda, espectro político do qual a vereadora era filiada, apresentava pautas políticas que levariam ao assassinato, como, por exemplo, segundo o ponto de vista desses enunciadores, a defesa de bandidos.

Em contrapartida, os enunciadores de esquerda consideram o assassinato de Marielle como um fato individualizado, com um alto grau de intensidade e uma extensidade concentrada (ZILBERBERG, 2011). Logo, a morte é tonificada ao máximo, adentrando o campo de presença desses sujeitos de forma vertiginosa, gerando, conseqüentemente, um efeito de impacto do sensível, o que justifica a temática da potencialização do assassinato de Marielle Franco. A partir dessas considerações, nas duas *fanpages*, a minimização e a maximização do assassinato são constituídas mediante às formações ideológicas de um determinado grupo

social, que são reproduzidas nas práxis enunciativas desses grupos. Assim, a direita é orientada por valores como individualidade, ordem, meritocracia e preservação do *status quo* dos grupos dominantes, e a esquerda é pela igualdade social, de raça e de gênero e a coletividade.

Outra característica que difere os *posts* está relacionada à manipulação discursiva (GREIMAS, 2014) e aos regimes de propagação (FECHINE, 2019). As duas páginas privilegiam a camuflagem objetivante, por meio da utilização da debreagem enunciativa, proporcionando um efeito de neutralidade, basilar para um fazer crer na verdade do discurso. No entanto, o que diferencia as duas *fanpages* são as marcas de subjetividade resgatadas no enunciado e a escolha dos regimes de propagação. Na página da *Direita Vive 3.0*, há o predomínio do regime de propagação da recriação, marcado por um distanciamento da proposta da notícia compartilhada com o enunciado do *post*, apesar de ambos apresentarem um traço sêmico similar. E é justamente deste enunciado que conseguimos recuperar marcas de subjetividade, por meio do uso da caixa alta e palavras de baixo calão, que sinalizam, respectivamente, gritos e desqualificação da imagem do *outro*. Assim, evidencia-se uma violência mostrada ao sancionar a alteridade negativamente.

Por outro lado, nos *posts* dos *Jovens de Esquerda* o regime de propagação que sobressai é a replicação, em que o enunciador compartilha o texto por meio de uma repetição completa, sem se posicionar no enunciado do *post*. Logo, o grau de intervenção no sentido é mínimo, tratando o compartilhamento como uma completa repetição. Desse modo, a subjetividade resgatada nos *posts* dos *Jovens de Esquerda* é baixa, pois não há uma sanção explícita à matéria. No entanto, observamos que são nas notícias partilhadas que aparecem camuflagem subjetivante. Logo, é por meio da concomitância ideológica das notícias e das páginas que conseguimos resgatar à subjetividade. Além disso, evidenciamos que a *fanpage* de esquerda tem a confiança no sujeito da notícia, figurativizado em personalidades da própria esquerda, ou seja, a página crer no enunciado do sujeito que diz alguma coisa e o interpreta como verdadeiro e, portanto, compartilha.

Feitas essas considerações, inferimos que os enunciadores dos *posts* se colocam como sujeitos autorizados dentro do seu espaço discursivo, isto é, nas *fanpages* da *Direita Vive 3.0* e dos *Jovens de Esquerda*. Assim, eles instauram um contrato fiduciário (manipulação – persuasão) com seus usuários e esperam respostas alinhadas às suas crenças, levando, desse modo, o enunciatário pressuposto a agir enquanto seu par interacional em um *fazer-participativo*. Dito de outro modo, enquanto enunciação primeira, os *posts* introduzem uma temática que será aumentada nos comentários, seja por meio de comentários discursivos ou comentários-respostas (PAVEAU, 2021).

A partir disso, afirmamos que os comentários discursivos, àqueles que respondem ao *post* das duas *fanpages*, estão presentes nos três regimes de interação, como é possível notar na imagem 101, o que muda é justamente a forma como ele se assume em relação à postagem. Temos, em um primeiro momento, comentaristas que sancionam euforicamente os *posts*, seguindo a mesma linha temática proposta pela postagem e propiciando uma ampliação enunciativa por meio de novas figuras. São, portanto, comentários de sentido-conquistado, em que os comentadores se assumem como enunciatário, respondendo ao que foi previsto pelo enunciador do *post* e instaurando uma sequência de turnos fixa (enunciador – enunciatário), em que o enunciador consegue conduzir o enunciatário a leitura de sentido proposto.

Logo, temos a presença de enunciatários autorizados, que utilizam estratégias discursivas e intolerantes semelhantes às do enunciador. Ou seja, há o predomínio de uma camuflagem objetivante, apesar de haver marcas de subjetividade resgatadas na violência mostrada, como o uso da caixa-alta, adjetivos, palavras de baixo calão, ironia e no excesso de pontuação. Além disso, esses enunciatários autorizados julgam, tal como nos enunciados dos *posts*, sua alteridade como maus atores sociais, que não cumpriram os contratos sociais exigidos pelo *eu*. Cabe ressaltar que o sujeito que recebe a sanção negativa realizada por esses enunciatários autorizados é aquele instaurado pelo *post*, como, por exemplo, a Marielle Franco e Lula, na *Direita 3.0*, e Bolsonaro e a desembargadora Marília de Castro Neves Vieira, nos *Jovens de Esquerda*.

Cabe dizer ainda que esses comentadores são movidos pela primeira etapa do percurso passional do sujeito intolerante, o preconceito. Ou seja, eles sentem medo de que alteridade pode causar, como, por exemplo, usufruir de posições que antes eram ocupadas pelo *eu*. Esse medo leva ao preconceito, em que os sujeitos tornam-se malevolentes em relação ao *outro*. Em vista disso, os comentaristas autorizados sentem manifestações patêmicas (emoções) que os direcionam a paixões como indignação e hostilidade para com os comentadores da *fanpage* da *Direita Vive 3.0*, e indignação e animosidade para com os comentaristas dos *Jovens de Esquerda*.

Mas, em todos os casos, essas paixões levam a um ódio ao diferente, evidenciadas por meio de expressões violentas, que levam ao ataque à figura do *outro* (malevolente), não cumpridor dos acordos sociais previstos. Dito de outra forma, o simples fato de reconhecer o lugar desse *outro* leva o sujeito odiador a perturbações passionais, resultando em frustrações e decepções, em que o sujeito se torna malevolente em relação ao diferente. Além disso, ao mesmo tempo em que essas paixões repelem o *outro*, propiciam ao sujeito odiador um gozo

pela humilhação e, também, o aparecimento de uma comunidade de pertencimento, uma solidariedade intergrupala de benevolência aos seus iguais.

Como dito anteriormente, nos discursos intolerantes, há uma sanção positiva aos seus pares. Após a análise, inferimos que essa característica é encontrada, sobretudo, em comentários discursivos e comentários respostas regidos pela interação discursiva do sentido-sentido. A estratégia utilizada por esses comentaristas é o uso da camuflagem subjetivante, por meio da debragem enunciativa de pessoa, levando a uma transitividade reflexiva, com trocas de posições entre enunciador e enunciatário. Outra estratégia recorrente é o uso do aspecto interativo, da repetição do sentir do outro expresso pela recorrência das mesmas expressões, argumentos, gifs e memes.

Esses recursos propiciam um sentido de unidade, de massa e ligam-se à noção de ajustamento de Landowski (2014), em que os comentaristas se sentem afetados e contagiados por diversas situações, sendo modalizados por um *fazer-sentir* que os levam a um *fazer conjunto em ato*. Tais pontos podem ser observados nas sanções aos *posts*, no sentir o sofrimento dos seus iguais e, principalmente, no desejo de unir-se contra o *outro*, o que provoca, como vimos nas análises, um efeito de eco, de repetição de discurso. Assim, de uma maneira acelerada, um comentário se une ao outro, com uma intensidade elevada, caracterizando, muitas vezes, discursos passionais.

Por fim, um dos pontos principais evidenciados na análise é a interação por meio do sentido sentido aleatório, com uma imprevisibilidade dos turnos, encontradas sobretudo nos comentários respostas. Neste caso, o enunciador dos comentários desvia da proposta temática do *post*, levando a uma descontinuidade e, instaurando, um novo sentido, em que o assassinato de Marielle Franco se torna pano de fundo para novos temas. É nesse ponto que encontramos os “enunciadores não autorizados”, que se colocam como antagonistas às crenças e valores do sujeito autorizado. Assim, a relação entre enunciador e enunciatário não é mediada por contratos, mas por meio de uma subversão do enunciado, que permite a intercâmbio de posições de comando. Dessas relações, surgem as situações polêmicas e a instauração de um novo contrato de interação social. Desse modo, a sanção não recai mais sobre o sujeito proposto pelo *post*, mas sim sobre os “comentaristas não autorizados”.

Além disso, é na interação mediada pelo sentido aleatório que encontramos o que delimitamos na tese como intolerância propriamente dita virtualizada. Cabe lembrar que segundo Barros (2015), a intolerância propriamente dita é a segunda fase do percurso passional dos sujeitos intolerantes. Nela, o sujeito preconceituoso passa à ação, agindo contra aquele que considera causador de suas perdas e que odeia. No nosso *corpus*, no entanto, essa fase ocorre

de maneira virtualizada nos comentários, isto é, ela é realizada por sujeitos virtualizados, em que querem *fazer* a exclusão do *outro*, mas *não podem*, pois não estão em um espaço físico, em que, poderiam, por exemplo, “matar” a alteridade. A presença dessa intolerância é encontrada por meio de expressões como “esquerdopata merece morrer”, “morte a esquerda”, “merece cana”. Ressaltamos, no entanto, que o ato de excluir o internauta da *fanpage* seria um ato realizado da intolerância propriamente dita, contudo, como não temos acesso a estes dados não podemos inferir sua ocorrência.

Vale salientar que o espaço comentário, ao permitir a instalação de antiprogramas, permite o aumento da passionalidade. Isso fica evidente na análise, ao observarmos que na maioria das vezes em que existe transitividade imprevisível é instaurado um discurso polêmico, que foge ao relaxamento e atonia da continuidade. A polêmica, portanto, funciona como uma desencadeadora de interação. Como notamos nas análises, é justamente nas interações de imprevisibilidades que encontramos as maiores trocas de turno, e, também, os discursos que apresentam o *eu e aqui* demarcados, por meio de *debreagens* enunciativas, característica de uma camuflagem subjetivante. Acrescentamos que o desacordo surge justamente no entrecruzamento das oposições dos espectros políticos, em que os enunciadores da direita ou da esquerda invadem a “bolha” um do outro para assumir sua posição, suas crenças e valores, com o objetivo de denegrir, aniquilar a imagem do *outro*.

Logo, podemos afirmar que os discursos preconceituosos e intolerantes virtualizados, tanto dos *posts*, quanto dos comentários discursivos e comentários respostas partem da noção da triagem do diferente. Ou seja, os discursos, nas duas *fanpages*, partem de uma intolerância de predação, visando a uma triagem plena do outro, por meio, principalmente, de sanções pragmáticas. Por conseguinte, esses discursos são regidos por valores do absoluto, em que existe um *fazer* e um *querer* o aniquilamento da alteridade, justificando, desta forma, o preconceito e intolerância virtualiza.

No entanto, o que nos chama atenção é que, apesar da intolerância de predação ser regida pela triagem plena, nas duas *fanpages*, a exclusão da alteridade possui intensidades díspares. Em vista disso, nos enunciadores de direita a expulsão do *outro* é mais intensa, sendo figurativizada na morte da esquerda ou no regozijo da morte da Marielle Franco, enquanto os enunciadores de esquerda, a exclusão possui um grau mais baixo de intensidade, em que a expulsão é figurativizada por meio de sanções pragmáticas, como a prisão da alteridade.

Enfim, por meio dessas considerações, conseguimos comprovar uma das nossas hipóteses, a de que os discursos intolerantes partem de discriminações relativas a opiniões e crenças ligadas temas como à raça, o gênero e a classe social. Contudo, diferentemente do que

esperávamos, o uso de neologismos, memes e figuras de linguagem, como a ironia, não mascaram a intolerância, pelo contrário, intensifica-a. O mascaramento, entretanto, se dá por meio da camuflagem objetivante, visando a um efeito de imparcialidade no discurso. Nossa outra hipótese proposta foi refutada, isso porque, não há uma troca constante do papel de enunciador e enunciatário, apenas quanto o discurso é regido pelo sentido e, principalmente, no sentido aleatório, que instaura uma situação polêmica.

A pesquisa demonstrou a pertinência da escolha metodológica para coleta de *corpus*. Logo, a Análise de Redes Sociais possibilita a abertura de um novo caminho para quem realiza pesquisas na área da Linguística, com foco nos discursos da internet. Além disso, vimos que a teoria semiótica e seus desdobramentos se mostraram produtivas para analisarmos as situações que envolvem as negociações de sentido entre sujeito da cibercultura e seus objetos, permitindo-nos identificar perspectivas importantes da sociedade brasileira atual, sobretudo, ligadas ao campo da política e da intolerância. Por fim, a pesquisa aponta para a necessidade de mais estudos acerca dos meios digitais, a fim de buscar novas formas de estratégias discursivas para a intolerância, com novas temáticas que sobressaem o campo político e, também, um aprofundamento na paixão do ódio, delimitando sua sintaxe passional e seus graus de intensidade nos discursos.

## REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, Tales. **Dilma e o ódio político**. São Paulo: Hedra, 2015. (*ebook*)
- ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão: raízes e trajetória do modelo político brasileiro**, Companhia das Letras, 2018.
- ABRANCHES, Sérgio. Polarização radicalizada e ruptura eleitoral. In: ABRANCHES, Sérgio et al. **Democracia em Risco? 22 ensaios sobre o Brasil de Hoje**, Companhia das Letras, 2019 (*ebook*).
- ABRANCHES, Sérgio. Trinta anos de presidencialismo de coalizão, Blog DADOS, 2019 [published 31 May 2019]. Available from: <http://dados.iesp.uerj.br/trinta-anos-de-presidencialismo-de-coalizao/>
- ALVES, Marcelo. Abordagens da coleta de dados nas mídias sociais. In: SILVA, Tarcízio; STABILE, Max (Orgs.). **Monitoramento e pesquisa em mídias sociais: metodologias, aplicações e inovações**. São Paulo: Uva Limão, 2016.
- ALVES, Marcelo. **Desarranjo da visibilidade, desordem informacional e polarização no Brasil entre 2013 e 2018**. 2019. 400 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação, Programa de Pós-Graduação Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
- ALVES, Marcelo. **Eleições 2018**. 2019. Disponível em: <https://marceloalvesuff.shinyapps.io/dashEleicao2018/?fbclid=IwAR3Nanpgxrj7RVJBrHoKlrEhldCEPwCayfMOEqDhU2CG9fgqLYF7FNAR2EM>. Acesso em: 04 fev. 2020.
- AZEVEDO, Sandro Torres de. **Semiótica e realidade aumentada: enunciação, tecnologia, publicidade**. Curitiba: Appris, 2020.
- BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália: novela sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BARONAS, Roberto Leiser; ARAUJO, Lígia Mara Boin Menossi de. #Mariellepresente: é preciso inocular a luta da memória contra o esquecimento nas mídias. **Estudos Semióticos**, [S.L.], v. 15, n. 1, p. 18-30, 19 ago. 2019. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2019.160190>.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Paixões e apaixonados: exame semiótico de alguns percursos**. Cruzeiro semiótico. Porto, APS, 11-12: 60-73. 1989-1990.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Entre a fala e a escrita: algumas reflexões sobre as posições intermediárias. In: PETI, Dino. **Fala e escrita em questão**. São Paulo: Humanitas, 2000.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria do discurso: fundamentos semióticos**. São Paulo, Atual 2002.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Rumos da Semiótica. **Revista Todas as Letras** (MACKENZIE. Online), v. 9, p. 12-23, 2007.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Uma reflexão semiótica sobre a "exterioridade" discursiva. **Alfa**, São Paulo, v. 2, n. 52, p. 351-363, 2009.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. A construção discursiva dos discursos intolerantes. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Preconceito e intolerância: reflexões linguístico-discursivas**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2011.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. A complexidade discursiva na internet. **Casa: Cadernos de Semiótica Aplicada**, [S.L.], v. 13, n. 2, p. 13-31, 2015.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Intolerância, preconceito e exclusão. In: LARA, Glaucia Proença; LIMBERTI, Rita Pacheco. **Discurso e (des)igualdade social**. São Paulo: Contexto, 2015a.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. "Todos temos prejuízos, pero no todos discriminamos". Reflexões sobre o discurso intolerante. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Margens, periferias, fronteiras: estudos linguístico-discursivo das diversidades e intolerância**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2016.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Algumas reflexões sobre o papel dos estudos linguísticos e discursivos no ensino-aprendizagem na escola. **ESTUDOS SEMIÓTICOS (USP)**, v. 15, p. 1-14, 2019.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. As *fake news* e as anomalias. **VERBUM – Cadernos de Pós-Graduação**, v. 9, p. 26-41, 2020.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. A comunicação humana. In: FIORIN, José Luiz. **Introdução à Linguística I: Objetos teóricos**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2020a.

BENEVENUTO, F.; ALMEIDA, J.; SILVA, A. S.. Coleta e Análise de Grandes Bases de Dados de Redes Sociais Online. In: Alberto Ferreira de Souza;Renata Galante;Roberto Marcondes Cesar Junior;Aurora Trinidad Ramirez Pozo. (Org.). **Jornada de Atualizações em Informática 2012**. 1ed.Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2012, v. 1, p. 1-42.

BERTRAND, Denis. **Caminhos da semiótica literária**. Bauru: EDUSC, 2003.

BOBBIO, Norberto *et al.* **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11ª ed. 1998.

BOBBIO, Norberto. **O problema da guerra e as vias da paz**. São Paulo: Unesp, 2003.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BOBBIO, Noberto. **Elogio da serenidade**: e outros escritos morais. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011a.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRAGA, Sérgio; ROCHA, Leandro Caetano; CARLOMAGNO, Márcio Cunha. **A Internet e os partidos políticos brasileiros**. Cadernos Adenauer, v. 16, n.3, p. 47-74, 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O paradoxo da esquerda no Brasil. **Revista Novos Estudos**, São Paulo: Cebrap, n. 74, mar. 2006, pp. 25-45.

BRØNDAL, Viggo. Omnis et totus. **Actes Sémiotiques** – Documents VIII, 72. Paris: Groupe de Recherches sémio-linguistiques; École de Hautes Études en Sciences Sociales, 1986, p. 11-18.

BUENO, Alexandre Marcelo. Filhos de imigrantes latino-americanos e asiáticos em escolas de São Paulo: casos de intolerância e de preconceito linguísticos veiculados em reportagens In: BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Preconceito e intolerância**: reflexões linguístico-discursivas. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2011.

BUENO, Alexandre Marcelo. Da intolerância à diversidade: retratos da vivência dos imigrantes em uma série televisiva. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Margens, periferias, fronteiras**: estudos linguístico-discursivo das diversidades e intolerância. São Paulo: Editora Mackenzie, 2016.

BUENO, ALEXANDRE MARCELO. Sobre a intolerância: percursos semióticos. **Revista Entrepalavras**, v. 10, p. 1-17, 2020.

CÁCERES, Jesús Galindo. Arquitectura e ingeniería en comunicación social de las redes sociais en el ciberespacio. El servicio de redes sociais Facebook y el mundo emergente. In: BARBOSA, Marialva et al. **Comunicação em tempo de redes sociais**. São Paulo: Intercom, 2013. p. 93-115.

CAMINADA, Thiago Amorim. **Erro jornalístico nos comentários das redes sociais**: interações entre leitores e veículos. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Mestrado em Jornalismo, UFSC. Florianópolis. 2015.

CARAPANÃ. A nova direita e a normalização do nazismo e o fascismo. In: SOLANO, E. G. (org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. 128 p.

CARMO, Evan do. **Quem matou Marielle**. Brasília: Editora do Carmo, 2019. (ebook)

CARVALHO, Alfredo et al. **Entre a Esquerda e a Direita**: uma reflexão política. Textos Para Reflexão, 2016. 76 p. (ebook)

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 698 p.

CATTANI, Antônio David. **A síndrome do Mal**. Porto Alegre: CicKula, 2020.

CESAR, Larissa De Oliveira. “Esquerda do capeta: Malafaia e a retórica do asco contra a corrente política no Twitter”. In: VII seminário internacional de pesquisas em mídia e cotidiano, 2018, Niterói. **Midiatização e Sociedade Conectada: Espaços e Memórias do Cotidiano**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense – Uff, 2018.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. (*ebook*)

COIMBRA, Michele Paschoal. O discurso do ódio nos sites de redes sociais: o universo dos haters no caso #eunãomereçoserestuprada. In: VIII SIMPÓSIO NACIONAL DA ABCIBER, 8., 2014, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Espm-Sp, 2014. p. 1-17.

D’ANCONA, Matthew. **Pós-verdade**. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DAMATTA, Roberto. **Você sabe com quem está falando?** Estudos sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Rocco, 2020.

DEMURU, Paolo. De Greimas a Eric Landowski. A experiência do sentido, o sentido da experiência: semiótica, interação e processos sócio-comunicacionais. **Galáxia** (São Paulo), [S.L.], n. 2, p. 85-113, dez. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25532019545630>. Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1982-25532019000500085](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-25532019000500085). Acesso em: 20 jun. 2020.

DEMURU, P. ; FECHINE, Yvana ; LIMA, C. A. R.. Desinformação Como Camuflagem: modos de produção da verdade no WhatsApp durante a pandemia. In: XXX Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação - **COMPÓS**, 2021. Biblioteca do XXX Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação - COMPÓS. São Paulo: Compós, 2021. v. 1.

Denúncias de discurso de ódio online dispararam no 2º turno das eleições, diz ONG. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46146756>. Acesso em: 13 out 2020.

Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getulio Vargas. **Reação a boatos superou a difusão de informações contra Marielle no Twitter, aponta estudo da FGV DAPP. 2018.** Disponível em: <http://dapp.fgv.br/reacao-boatos-superou-difusao-de-informacoes-contra-marielle-no-twitter-aponta-estudo-da-fgv-dapp/>. Acesso em: 30 maio 2022.

DISCINI, Norma. Para o estilo de um gênero. **Bakhtiniana**, vol. 7, n. 2. São Paulo: PUC-SP, 2012. p. 75-94.

DROIT, Roger-Pol. **Tolerância: o que é? Por que é importante? É possível nos dias de hoje?: Como educar para a tolerância?** São Paulo, SP: Contexto, 2017 (*ebook*).

EBENSTEIN, Alan O. **Chicagonomics: the evolution of Chicago free market economics**. St. Martin’s Press. 2015.

ECO, Umberto. Definições léxicas. In: Academia Universal das Culturas, **A intolerância**: Foro Internacional sobre a Intolerância, UNESCO, 27 de março de 1997, La Sorbonne, 28 de março de 1997, tradução Eloá Jacobina, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

ECO, Umberto. **Fascismo Eterno**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

ECO, Umberto. **Migração e Intolerância**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

Eleições de 2018 têm pico de denúncias de discurso de ódio, apontam dados da SaferNet. Disponível em: <http://www.generonumero.media/denuncias-discurso-de-odio-eleicao/>. Acesso em: 13 out 2020.

EXAME. **Mourão diz que família sem pai ou avô é fábrica de elementos desajustados**. 2018. Disponível em: <https://exame.com/brasil/mourao-diz-que-familia-sem-pai-ou-avo-e-fabrica-de-elementos-desajustados/>. Acesso em: 01 fev. 2021.

FACEBOOK. **Direita Vive 3.0**. Disponível em: < <https://www.facebook.com/adireitavive1.0/>> Acesso em: 05 ago. 2020.

FACEBOOK. **Jovens de Esquerda**. Disponível em: < <https://www.facebook.com/jovensdeesquerda/>> Acesso em: 04 fev. 2021.

FANTINI, João Ângelo (org). **Raízes da Intolerância**. São Carlos: EdUSCar, 2014.

FAUSTO, Ruy. Depois do temporal –In: Vários autores. (Org.). **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. (ebook)

FECHINE, Yvana. Transmidiação e cultura participativa: pensando as práticas textuais de agenciamento dos fãs de telenovelas brasileiras. **Contracampo (UFF)**, v. 31, p. 5-22, 2014.

FECHINE, Yvana. **Cultura participativa e interação**: uma abordagem sociosemiótica da propagação em redes sociais digitais. São Paulo, SP: Centro de Pesquisas Sociosemióticas, 2019.

FIORIN, J. L.. **A Pessoa subvertida**. Língua e Literatura, São Paulo, v. 21, p. 77-107, 1994.

FIORIN, José Luiz. Algumas considerações sobre o medo e a vergonha. **Cruzeiro Semiótico**, n 16, p. 55-63, 1992.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo, Ática, 1998.

FIORIN, José Luiz. Um texto da cultura linguística brasileira. **Alfa (ILCSE/UNESP)**, São Paulo, v. 46, p. 7-14, 2003.

FIORIN, José Luiz. A internet vai acabar com a língua portuguesa? **Texto Livre: Linguagem e Tecnologia [online]**, v. 1, n. 1. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2008. p. 1-8.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 15. Ed. São Paulo: Contexto, 2014.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da Enunciação**. As categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Contexto, 2016.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2020.

FIORIN, José Luiz. **Figuras de retórica**. São Paulo: Contexto, 2020.

FLOCH, Jean Marie. **Sémiotique, marketing et communication**. Paris: PUF, 1990.

FONTANILLE, J. Le genre. In: **Sémiotique et littérature: Essais de méthode**. Paris: PUF, 1999, p. 159-187.

FONTANILLE, J. **Semiótica do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2015.

FONTANILLE, J.; ZILBERBERG, C. **Tensão e significação**. Tradução Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Discurso Editorial: Humanitas, 2001.

FONTANILLE, Jacques. Práticas semióticas: imanência e pertinência, eficiência e otimização. Trad. Maria Lúcia Vissotto Paiva Diniz et al. In: Diniz, Maria Lúcia Vissotto Paiva; Portela, Jean Cristtus (Orgs.). **Semiótica e mídia: textos, práticas, estratégias**. Bauru: Unesp/Faac, p.15-74, 2018.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para Internet**. 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. v. 1.

FRANCO, Marielle. Rio de Janeiro, março.2018. Twitter: @mariellefranco. Disponível em: <https://twitter.com/mariellefranco/>. Acesso em: 01 fev. 2021.

FREITAS, Viviane Gonçalves. O duplo aniquilamento de Marielle Franco: fake news como estratégia para liquidar o inimigo. **Mediação**, Belo Horizonte, v. 30, n. 22, p. 23-41, 07 out. 2020.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar da civilização**. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

Fundação Getúlio Vargas: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Jair Messias Bolsonaro**. 2020. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jair-messias-bolsonaro>. Acesso em: 24 jun. 2020.

GENESINI, Silvio. A pós-verdade é uma notícia falsa. **Revista Usp**, [S.L.], n. 116, p. 45-58, 29 maio 2018. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i116p45-58>.

GLOBO.COM. #EleNão e #EleSim: o que representam os movimento de mulheres contra e pró Bolsonaro. 2020. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Noticias/noticia/2018/09/elenao-e-elesim-o-que-representam-os-movimento-de-mulheres-contras-e-pro-bolsonaro.html>. Acesso em: 15 jun. 2020.

GLUCKSMANN, André. **O discurso do ódio**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2007.

GOHN, M G. **Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no Mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014. (*ebook*)

GOMES, Regina Souza. Aspectualização e interação em comentários de notícias digitais. **Revista do Gel**, [S.L.], v. 17, n. 3, p. 119-142, 17 dez. 2020. Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo.

GOMES, Regina Souza. Um olhar semiótico sobre a atualidade: a aspectualização a partir de Greimas. **Estudos Semióticos**. [on-line], volume 14, n. 1 (edição especial). Editores convidados: Waldir Beividas e Eliane Soares de Lima. São Paulo, março de 2018, p. 108–116. Disponível em: [www.revistas.usp.br/esse](http://www.revistas.usp.br/esse). Acesso em 05. fev.2021.

Google Trends. Disponível em: <https://trends.google.com.br/trends/?geo=BR>. Acesso em: 04 fev. 2021.

GREIMAS, A. J. Conditions d'un sémiotique du monde naturel. In: GREIMAS, A. J. **Du sens: essais sémiotiques**. Paris: Éditions du Seuil, 1970.

GREIMAS, Algirdas Julien. **L'Énonciation: une posture épistémologique**. Significação – Revista Brasileira de Semiótica, nº 1, Centro de Estudos Semióticos A. J. Greimas: Ribeirão Preto (SP), p. 09-25, 1974.

GREIMAS, A. J.; FONTANILLE, Jacques. **Semiótica das paixões**. São Paulo: Ática, 1993.

GREIMAS, A. J. O contrato de veridicção. In: GREIMAS, A. J. **Sobre o sentido II – Ensaio semiótico**. São Paulo: Nankin: Edusp, 2014.

GREIMAS, A. J. Os actantes, os atores e as figuras. In: GREIMAS, A. J. **Sobre o sentido II – Ensaio semiótico**. São Paulo: Nankin: Edusp, 2014.

GREIMAS, A. J. Sobre a cólera – Estudo de semântica lexical. In: GREIMAS, A. J. **Sobre o sentido II – Ensaio semiótico**. São Paulo: Nankin: Edusp, 2014.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de Semiótica**. São Paulo, Contexto, 2016.

HALL, Stuart. **The hard road to renewal: thatcherism and the crisis of the left**. London: Verso, 1988.

HAMMAD, Manar. **Pré-supposés sémiotiques de la notion de limite**. 2004. Disponível em: [https://www.academia.edu/2024385/Pr%C3%A9suppos%C3%A9s\\_s%C3%A9miotiques\\_de\\_la\\_notion\\_de\\_limite](https://www.academia.edu/2024385/Pr%C3%A9suppos%C3%A9s_s%C3%A9miotiques_de_la_notion_de_limite). Acesso em: 28 maio 2022.

HENNING, Georg Joachim. **Biologia geral**. 10 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

HÉRITIER, Françoise. O Eu, o Outro e a intolerância. In: Academia Universal das Culturas, **A intolerância: Foro Internacional sobre a Intolerância**, UNESCO, 27 de março de 1997, La Sorbonne, 28 de março de 1997, tradução Eloá Jacobina, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

HILGERT, José Gaston. “Tudo tem limites”: fronteiras entre tolerância e intolerância. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Margens, periferias, fronteiras**: estudos linguístico-discursivo das diversidades e intolerância. São Paulo: Editora Mackenzie, 2016.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, versão online, 2021.

KAYSEL, André. Regressando ao Regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André, CODAS, Gustavo. **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

KUNRATH Marcelo. ‘Barbie militante’: entenda o meme sobre política que viralizou. entenda o meme sobre política que viralizou. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/virou-viral/barbie-militante-entenda-o-meme-sobre-politica-que-viralizou/>. Acesso em: 28 maio 2022.

LACLAU, Ernesto. **Razão Populista**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015.

LANDOWSKI, Eric. **A sociedade refletida**. Ensaios de sociosemiótica. São Paulo: EDUC, 1992.

LANDOWSKI, E. O olhar comprometido. **Galáxia**, São Paulo, n. 2, p. 19-56, 2001

LANDOWSKI, Eric. Modos de presença do visível. In: OLIVEIRA, Ana Claudia de (Org.). **Semiótica plástica**. São Paulo: Hacker editores, 2004.

LANDOWSKI, Eric. **Presenças do outro**: ensaios de sociosemiótica. São Paulo: Perspectiva, 2012.

LANDOWSKI, Eric. **Com Greimas**. Interações semióticas. São Paulo: Estação das Letras e Cores: Centro de Pesquisa Sociosemióticas, 2017.

LANDOWSKI, Eric. **Sociosemiótica**: uma teoria geral do sentido. *Galáxia* (São Paulo), [S.L.], v. 14, n. 27, p. 10-20, jun. 2014.

LANDOWSKI, Eric. **Interações arriscadas**. São Paulo: Estações das Letras e Cores: Centro de Pesquisas Sociosemióticas, 2014a.

LANDOWSKI, Eric.. Politiques de la sémiotique. **Rivista Italiana di Filosofia del Linguaggio**, 13, 2, pp. 6-25, 2019.

LANDOWSKI, Eric. Crítica semiótica do populismo. *Galáxia* (São Paulo), [S.L.], n. 44, p. 16-28, ago. 2020. FapUNIFESP (SciELO).

LARA, G. M. P.; MATTE, A. C. F. A paixão da cólera em “o cobrador”, de Rubem Fonseca. In: MACHADO, Ida Lucia; MENEZES, William; MENDES, Emília (orgs.) **As emoções no discurso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

LARA, G. M. P.; MATTE, A. C. F. **Ensaio de semiótica: aprendendo com o texto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

LE GOFF, Jacques. As raízes medievais da intolerância. In: Academia Universal das Culturas, **A intolerância: Foro Internacional sobre a Intolerância**, UNESCO, 27 de março de 1997, La Sorbonne, 28 de março de 1997, tradução Eloá Jacobina, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

LEBRUN, Jean-Pierre. **O futuro do ódio**. Porto Alegre: CMC, 2008. 144 p.

LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulus, 2010.

LEMOS, André. Ciberativismo. 2010, Disponível em: <<https://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/lemos/ciberativismo.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

LENZI, Tié. **Quais são os partidos políticos do Brasil?** 2020. Disponível em: <https://www.todapolitica.com/partidos-politicos-brasil/>. Acesso em: 23 maio 2020.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

LIMA, Raquel Freitas de. **O par post/comentário em rede social: um estudo a partir da noção de gêneros textuais**. 2015. 185 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Programa de Pós-Graduação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

LIMBERTI, Rita de Cássia Pacheco. **Discurso indígena: Aculturação e polifonia**. Dourados, MS: UFGD, 2009.

LOPES, Edward. **A Identidade e a Diferença: raízes históricas das teorias estruturais da narrativa**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

LOTMAN, Iuri M. Semiótica dos conceitos de “vergonha” e “medo”. In: LOTMAN, Iuri M. et al. **Ensaio de semiótica soviética**. Lisboa: Horizonte, 1981.

MACHADO, Jorge; MISKOLCI, Richard. DAS JORNADAS DE JUNHO À CRUZADA MORAL: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. **Sociologia & Antropologia**, [S.L.], v. 9, n. 3, p. 945-970, dez. 2019.

MAGALHÃES, Mário. **Sobre lutas e lágrimas: uma biografia de 2018, o ano em que o Brasil flertou com o apocalipse**. Rio de Janeiro: Record, 2019. (*ebook*)

MARCELINO, Daniel et al. Parlamentares na Constituinte de 1987/88: uma contribuição à solução do “enigma do Centrão”. **Revista Política Hoje**, Pernambuco, v. 18, n. 2, p. 239-297, dez. 2009. Semestral.

Marielle Franco. Disponível em: <https://www.mariellefranco.com.br/>. Acesso em: 01 fev. 2021.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MATTE, Ana Cristina Fricke. **Pensamentos em Semiótica**: Canção, Educação e Tecnologia. 1.a. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019. v. 1. 340p.

MATTE, Ana Cristina Fricke. **Cibersemiótica**: ambientes educacionais digitais livres e colaborativos. Tese para concurso de professor Titular defendida por Ana Matte em 14/9/2020. Faculdade de Letras/UFGM: 2020. Disponível em: [http://textolivre.org/arquivos/dadosSemiotica/AnaMatte/teseTitular-AnaCFMatte\[v05\].pdf](http://textolivre.org/arquivos/dadosSemiotica/AnaMatte/teseTitular-AnaCFMatte[v05].pdf). Acesso em 05 FEV.. 2021.

MATTOS, Alessandro Nicoli de. **O Livro Urgente da Política Brasileira**: um guia para entender a política e o Estado no Brasil. 4. ed. Brasília: Politize, 2020 (*ebook*)

MENDES, Conrado. Moreira. Semiótica tensiva: fundamentos teóricos. **Línguas & Letras (UNIOESTE)**, v. 16, p. 321-342, 2015.

MENDES, Conrado Moreira; MATTOS, M. A.; VITTI, M.; PRIMO, M.; MARICATO, André Vianna; ALVES, R. D.. A midiaticização e suas lógicas: análise de casos à luz dos regimes de interação e sentido. **InTexto**, v. 52, p. 1-28, 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016**. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2019. (*ebook*)

NETO, Adalberto Bastos. **O modo de presença da rede social**: interação e visibilidade no facebook. 2018. 117 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Programa de Pós-Graduação, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.

NOBRE, Marcos. **Ponto-final**: a guerra de Bolsonaro contra a democracia. Todavia: São Paulo, 2020.

OLIVEIRA, Ana Claudia de. Discurso midiático como experiências do sentido. Por uma tipologia das interações discursivas. In: XIX ENCONTRO DA COMPOS, Rio de Janeiro. **Apresentação**. Rio de Janeiro: Compos, 2010. p. 1-18.

OLIVEIRA, Ana Claudia de. As interações discursivas. In: OLIVEIRA, Ana Claudia de (ed.) **As interações sensíveis**. Ensaios de Sociosemiótica a partir da obra de Eric Landowski. São Paulo: Estação das Letras e Cores: Centro de Pesquisa Sociosemióticas, 2013.

OLIVEIRA, Ana Claudia de. Interação nas mídias. IN: PRIMO, Alex *et al.* (org.). **Comunicação e interações**. Livro da Compós 2008. Porto Alegre: Sulina, 2008.

OLIVEIRA, Jorge. *Preconceito, racismo e intolerância na morte de Marielle*. 2018. Disponível em: <<http://www.omorungaba.com.br/noticia/6-opinioao/3325-preconceito-racismo-e-intolerancia-na-morte-de-marielle>>. Acesso em: 06 maio 2019.

OLIVEIRA, Luiz Ademir de. Disputa Eleitoral de 2014: As velhas práticas políticas num contexto de novas configurações midiáticas. In: ASSUNÇÃO, Antônio Luiz et al (Org.). **As letras da política**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015. p. 185-201.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1998.

PARISER, Eli. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. (*ebook*)

PAVEAU, Marie-Anne. **Análise do discurso digital**: dicionário das formas e das práticas. 1.ed. - Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

PEREIRA, Daniervelin Renata Marques; MATTE, Ana Cristina Fricke. A Educação a Distância pelo olhar dos professores brasileiros. **Signo** (UNISC. Online), v. 35, p. 369-390, 2010.

PEREIRA, Daniervelin Renata Marques. O estilo dos gêneros digitais. **Estudos Semióticos** (USP), v. 10, p. 53, 2014.

PEREIRA, Daniervelin Renata Marques. O estilo dos gêneros: uma metodologia de análise. **Estudos Semióticos**, [S.L.], v. 17, n. 1, p. 124-140, 15 abr. 2021. Universidade de Sao Paulo, Agencia USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2021.174776>.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior**: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2019. 192p

PPRADO, José Luiz Aidar.. Reconhecimento tenso, acontecimento inaugural: na direção de outra comunicação. **E-COMPÓS** (BRASÍLIA), v. 20, p. 1-15, 2017.

PRADO, José Luiz Aidar; Bueno, VINÍCIUS, Prates Da Fonseca. O afastamento de Dilma Rousseff: afetos e discursos em disputa na política. **Revista Famecos** (ONLINE), v. 26, p. 31913, 2019.

PRADO, José Luiz Aidar; Bueno, VINÍCIUS, Prates Da Fonseca. O significante 'povo brasileiro' na crise política do impeachment de Dilma Rousseff. In: Prior, Hélder; Guazina, Liziane; Araújo, Bruno. (Org.). (Des)construindo uma queda: a mídia e o impeachment de Dilma Rousseff. 1ed. Florianópolis: Insular, 2019, v. 6, p. 47-66.

PRETTO, N.D.L. Educações, culturas e hackers. In: **Educações, culturas e hackers**: escritos e reflexões [online]. Salvador: EDUFBA, 2017, pp. 29-64. ISBN: 978-85-232-2019-8. <https://doi.org/10.7476/9788523220198.0004>.

Quem é Marielle Franco vereadora. 2018. Disponível em: <https://www.mariellefranco.com.br/quem-e-marielle-franco-vereadora>. Acesso em: 09 ago. 2020.

Reação a boatos superou a difusão de informações contra Marielle no Twitter, aponta estudo da FGV DAPP. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/reacao-boatos-superou-difusao-de-informacoes-contramarielle-no-twitter-aponta-estudo-da-fgv-dapp/> Acesso em: 20 out. 2020.

REBS, Rebeca Recuero; ERNST, Aracy. Haters e o discurso de ódio: entendendo a violência em sites de redes sociais. **Diálogo das Letras**, [S.L.], v. 6, n. 2, p. 24-44, 18 dez. 2017.

RECUERO, R. Memes em weblogs: proposta de uma taxonomia. In: Revista da Famecos. Porto Alegre: PUCRS, 2007, v. 14, n. 32. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3411>. Acesso em: 28 dez 2020.

RECUERO, Raquel. Contribuições da Análise de Redes Sociais para o estudo das redes sociais na Internet: o caso da hashtag #tamojuntodilma e #calaabocadilma. **Fronteiras - Estudos Midiáticos**, [S.L.], v. 16, n. 2, p. 60-77, 2 set. 2014.

RECUERO, Raquel; BASTO, Marco; ZAGO, Gabriela. **Análise de redes para mídia social**. Porto Alegre: Sulina, 2020.

RECUERO, Raquel. **A conversação em rede**: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet. Porto Alegre: Sulina, 2 edição., 2020a.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RESENDE, Natália Silva Giarola de. **As paixões no ciberativismo**: as paixões no ciberativismo: análise semiótica dos comentários das fan-pages do Movimento Brasil Livre (MBL) e da Frente Brasil Popular (FBP). 2018. 130 f. Dissertação (Mestrado) -Curso de Mestrado em Letras, Universidade Federal de São João Del-rei, São João Del-rei, 2017. Disponível em: <[https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/mestletras/Dissertacao\\_Natalia\\_Silva\\_Giarola\\_de\\_Resende.pdf](https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/mestletras/Dissertacao_Natalia_Silva_Giarola_de_Resende.pdf)>. Acesso em: 28 maio 2018.

RIBEIRO, Mário Moretto. Antipetismo e conservadorismo. In: SOLANO, E. G. (org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

RICÉUR, Paul. Etapa atual do pensamento sobre a intolerância. In: Academia Universal das Culturas, **A intolerância**: Foro Internacional sobre a Intolerância, UNESCO, 27 de março de 1997, La Sorbonne, 28 de março de 1997, tradução Eloá Jacobina, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SAFERNET. Indicadores. Disponível em: <https://new.safernet.org.br/>. Acesso em: 13 out 2020.

SANTAELLA, Lucia. O DNA das redes sociais. In: BARBOSA, Marialva *et al.* **Comunicação em tempo de redes socais**. São Paulo: Intercom, 2013. p. 23-45.

SANTAELLA, Lucia. **A pós verdade é verdadeira ou falsa**. Barieri, São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2019.

SANTOS, Marco Aurélio Moura dos. **O discurso de ódio nas redes sociais**. São Paulo: Lura Editorial, 2016. (*ebook*).

SARAIVA, José Américo Bezerra. Acontecimento e exercício: as cidades de Santo Amaro da Purificação, São Paulo e Londres na obra de Caetano Velono. In: MENDES, Conrado Moreira; MUNIZ, Glaucia Proença Lara. **Em torno do acontecimento: uma homenagem a Claude Zilberberg**. Curitiba: Appris, 2016.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SEARA, Isabel Roboredo; CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. O comentário elogiativo nas redes sociais: estratégias de cortesia valorizadora. **Revista da Associação Portuguesa de Linguística**, [S.L.], n. 3, p. 311-332, 29 set. 2017.

SECCO, Lincoln. As jornadas de Junho. In: MARICATO, Hermínia et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo. Boitempo: Carta Maior, 2013. (*ebook*)

SILVA, Simone Bueno da. **Abordagem semiótica dos perfis autobiográficos nas redes sociais digitais**. 2015. 257 f. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

SINGER, André. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994**. São Paulo: Edusp, 2000.

SINGER, André. Brasil, Junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. In: *Novos Estudos CEBRAP*, vol. 97. **Dossiê: mobilizações, protestos e revoluções**, Nov. 2013, p.23-40.

SOLANO, E. **O ódio como política**. A reinvenção das direitas no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

SOUZA, C. A. **Para onde vai a política brasileira?** Breve ensaio sobre a crise de representação e o pós-impeachment. Curitiba: Appris, 2018. (*ebook*)

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 45, p. 149-165, mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n45/a11v21n45.pdf>. Acesso em: 25 maio 2020.

TEIXEIRA, Lúcia. Contribuições da semiótica para a análise dos discursos na internet. **Entrepalavras**, [S.L.], v. 10, n. 8, p. 27-39, 5 mar. 2020.

TEIXEIRA, Patrícia Brito. **Caiu na rede. E agora?** Gestão e gerenciamento de crises nas redes sociais. Digitaliza Conteúdo, 2013.

TURPIN, B. Sémiotique du langage totalitaire. In: AUBRY, L.; TURPIN, B. (dir.). **Victor Klemperer: Repenser le langage totalitaire**. Paris: CNRS Editions, 2012. p. 59-75.

VANIER, Alain. Temos medo do quê? **Ágora** (Rio de Janeiro) v. IX n. 2 jul/dez 2006 285-298.

VEGH, S. Classifying forms of online activism: the case of cyberprotests against the World Bank. In: MCCAUGHEY, M., AYERS, M.D. (ed.). **Cyberactivism: online activism in theory and practice**. London: Routledge, 2003.

VELASCO E CRUZ, Sebastião. Elementos de reflexão sobre o tema da direita (e esquerda) a partir do Brasil no momento atual. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André, CODAS, Gustavo. **Direita, volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

WALDRON, Jeremy. **The harm in hate speech**. Cambridge: The Harvard University Press, 2012.

WARDLE, Claire. **Fake news**. It's complicated. 2017. Disponível em: <https://firstdraftnews.org/latest/fake-news-complicated/>. Acesso em: 01 fev. 2021.

WIESEL, Elie. As novas formas de intolerância. In: Academia Universal das Culturas, **A intolerância: Foro Internacional sobre a Intolerância**, UNESCO, 27 de março de 1997, La Sorbonne, 28 de março de 1997, tradução Eloá Jacobina, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

ZAGO, Luiz Felipe; SANTOS, Aloha Boeck Arruda. Pedagogias da polarização no Facebook: redes sociais online e urgência opinativa. **Reflexão e Ação**. Santa Cruz do Sul, v. 28, n. 3, p. 133-150, set./dez. 2020.

ZILBERBERG, Claude. As condições semióticas da mestiçagem. Trad. Ivã Carlos Lopes e Luiz Tatit. In: CAÑIZAL, Eduardo Peñuela; CAETANO, Kati Eliana (org.). **O olhar à deriva: mídia, significação e cultura**. São Paulo: Annablume, 2004. p. 69-101.

ZILBERBERG, Claude. Louvando o acontecimento. **Galáxia**. V.13, p. 13-28, jun. 2007.

ZILBERBERG, Claude. **Elementos de Semiótica Tensiva**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

ZIMERMAN, David E. **Os quatro vínculos: amor, ódio, conhecimento, reconhecimento na psicanálise e em nossas vidas**. Porto Alegre: Artmed, 2010.